

O ESPAÇO E O VENTO

olhares da migração gaúcha para Mato Grosso
de quem partiu e de quem ficou

Jones Dari Goetttert

O ESPAÇO E O VENTO

olhares da migração gaúcha para Mato Grosso
de quem partiu e de quem ficou

Editora UFGD
DOURADOS-MS, 2008

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD

Adáuto de Oliveira Souza

Lisandra Pereira Lamoso

Reinaldo dos Santos

Rita de Cássia Pacheco Limberti

Wedson Desidério Fernandes

Fábio Edir dos Santos Costa

Capa

Editora da UFGD

Crédito da Imagem: de pintura de Valter Arantes (Rondonópolis – MT)

Criação e Design: Alex Sandro Junior de Oliveira

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

304.809	Goetttert, Jones Dari.
L533c	O espaço e o vento : olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. - Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.
	488p.
	Originalmente apresentada como tese de doutorado em Geografia da UNESP.
	ISBN: 978-85-61228-21-7
	1. Migração gaúcha. 2. Rondonópolis, MT - História. 3. Geografia humana. I. Título.

Direitos reservados à
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados
Rua João Rosa Goes, 1761
Vila Progresso – Caixa Postal 322
CEP – 79825-070 Dourados-MS
Fone: (67) 3411-3622
edufgd@ufgd.edu.br
www.ufgd.edu.br

Às gaúchas e aos gaúchos
– sem *armas, botas e cavalos* –
que se *viram* gaúchas e gaúchos
longe do Rio Grande do Sul

Sumário

Prefácio.....	15
Notas breves.....	17

“Tu sabe duma coisa? Eu vô começá assim!”

1. <i>Fazer-se</i> na amizade.....	27
2. <i>Fazer-se</i> no caminho.....	30
3. <i>Fazer-se</i> na palavra.....	62
4. <i>Fazer-se</i> pela fala.....	79

De gaúchas e gaúchos em Rondonópolis

Capítulo 1

Fazer-se migrante

1. “Lá eu não tinha quem me ajudasse”.....	101
2. “De Santa Rosa eu vim pro Paraná”.....	125
3. “Prefiro aqueles lugares novos”.....	135
4. “Vocês vão morrê de fome, não conhecem nada lá”.....	142

Capítulo 2

Fazer-se sujeito do jeito do lugar chegado

1. “Isso aqui já era um lugar de futuro”.....	159
2. “Não consegui terra porque era difícil na época, era só fazenda”.....	171
3. “Em todo lugar a gente acostuma o jeito”.....	186
4. “Deus me livre, eu não entendo esse povo aqui, ó”.....	200

Capítulo 3

Fazer-se trabalho no lugar chegado

1. “Essa raça de lá pega duro”	207
2. “Arrumei serviço logo porque eu era gaúcho”	216
3. “O trabalho foi sempre melhor pra cá”	233
4. “Eu sigo a nação, eu sô gaúcho”	247

Capítulo 4

Fazer-se gente distante

1. “Aí ele pegô e foi embora pro sul e eu nunca mais vi a cara dele”	267
2. “Não me interessa nem um pouquinho de voltá pro sul”	280
3. “Conversa e fica sabendo como que tá lá no sul”	293
4. “Eu ia mais longe ainda”	304

De familiares no sul

Capítulo 5

Fazer-se próximo no falar

1. Ficar... ..	321
2. “Aí ele tava de biscate por aí, aí se ajeitô, a oportunidade veio”	325
3. “E terminô o emprego deles lá”	330
4. “Mas ela não ia segurá eles ali”	336
5. “Trabalhá lá e fazê o futuro deles”	343

Capítulo 6

Fazer-se próximo pela experiência

1. “Eu me criei no Paraná”	347
2. “Uma coisa puxô que eu queria í pro Rio Grande do Sul”	354

3. “A gente queria mais é voltá”	358
4. “Daí eu tive lá”	362
5. “Lá tem tanta coisa que tu enxerga lá”	369

Capítulo 7

Fazer-se nas diferenças

1. “É uma coisa de produção”	381
2. “Acho que são é vagabundo mesmo”	389
3. “Acabô e lá deu uma coisa assim que chegô num ponto que, sabe, a mulher não agüentô”	393
4. “O caminho deles é esse aí”	398
5. “Eles foram pra mudá a vida e não deu certo”	404

Capítulo 8

Fazer-se na vida e na morte

1. “Mas nós vivemo bem aqui”	419
2. “Se não vem de lá, a gente não vai daqui pra lá”	424
3. “Ela não queria que ele não estivesse aqui, próximo dela”	435

“É mais ou menos isso!”

<i>Fazer-se na presença e na ausência</i>	443
<i>O espaço e o vento... E o tempo (Pós-escrito)</i>	459
<i>Bibliografia</i>	465

PREFÁCIO

“Bom dia, boa tarde, boa noite!” Assim, desse jeito despretensioso e respeitoso que lhe é peculiar, Jones Dari Goetttert inicia seu livro sobre a migração de gaúchos para o Mato Grosso, um livro sobre movimento e mudança, mas também sobre permanências, temporais e espaciais, porque baseado no *fazer-se dos que partiram e no fazer-se daqueles que ficaram*, que por sua vez revela a acuidade do pesquisador que não se limitou aos sujeitos e lugares tradicionalmente privilegiados pelos especialistas em imigração, além da sua clara filiação ao marxismo humanista de E. P. Thompson, historiador inglês que se tornou bastante conhecido no Brasil, a partir da tradução da obra “The making of working class”, título que aqui foi simplificado para “A formação da classe operária inglesa” (1987).

Mas a influência de Thompson e das lições do “The making...” é apenas uma, dentre as muitas que contribuíram para a construção de um trabalho cuidadoso de esquadrinha e revisão bibliográfica, tão ampla quanto rigorosa, que explicita por si só o desrespeito do autor pelas gavetas, nas quais, tradicionalmente, cada área pretende guardar seus conhecimentos. Gavetas que também proporcionam refúgio aos pesquisadores menos dispostos aos esforços necessários ao trânsito entre diferentes áreas, evitando, no entanto, que os paradigmas que norteiam a produção do conhecimento proposto sejam desconsiderados. É assim que o *lugar*, categoria geográfica por excelência, está sempre presente neste livro, uma vez que “a ênfase no tempo pode conduzir para o aprofundamento da ênfase geográfica, o lugar”, como observa Jones. Sabemos, no entanto, que isso só ocorre se a condução for adequada, como neste caso.

Mas trata-se também de trabalho criativo. Assim, além do emprego oportuno de amplo referencial teórico e metodológico, nos deparamos com a proposição de um conceito central – *transitoriedade migratória* – que incorpora e expressa, simultaneamente, movimento e permanência, presença e ausência, familiaridade e estranhamento... pares contraditórios, porém nada excludentes, como podemos compreender a partir do *fazer-se dos sujeitos*, poucos sujeitos, que deram longos depoimentos ao pesquisador. Dessa relação, entre sujeito-pesquisado e sujeito-pesquisador, resultaram depoimentos ricos, transformados com maestria em *fonte oral*,

como resultado do contato hábil entre teoria e prática, reflexão teórica e pesquisa empírica.

Impossível não mencionar, por fim, outras influências e *empréstimos*, para além da produção científica. Desde o título, “O espaço e o vento...”, identificamos clara a inspiração de Erico Verissimo, explicitada também em alguns dos nomes atribuídos aos sujeitos pesquisados - Ana, Rodrigo, Bibiana... – todos gaúchos, como o escritor, como Jones. Há ainda aqueles que compareceram de forma mais sutil, como é o caso do escritor português José Saramago, mais um dos sujeitos que participaram com Jones do seu *fazer-se* escritor, num processo que resultou em texto tão profundo, quanto agradável de se ler.

Aos interessados em melhor compreender migrações, aos interessados em aprender a produzir e explorar fontes orais, aos interessados em conhecer caso exemplar de pesquisa que deu voz aos sujeitos pesquisados, reconhecendo-os efetivamente como sujeitos, a despeito das muitas determinações não terem sido desprezadas, recomendo a leitura deste livro.

Eda Maria Góes

(Presidente Prudente, agosto de 2008)

NOTAS BREVES

Este livro resulta de nosso doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, de Presidente Prudente (São Paulo), defendido em novembro de dois mil e quatro. A orientação fecunda coube ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (até o exame de qualificação) e à professora Eda Maria Góes. Dele e dela busquei, migrando entre meus limites e possibilidades, a inseparabilidade entre espaço e tempo. Na perambulação entre geografia e história, procurei compreender os *olhares* da migração gaúcha para Mato Grosso de quem *partiu* e de quem *ficou*. Um desafio não apenas para um aprendiz, mas para um também migrante do sul para o Mato Grosso, suas cidades, suas periferias, como tantas e tantos que nem nas ruas e nem nos centros de tradições gaúchas vestem bombacha, nem tem botas, nem cavalos e não falam alto.

Aqui, *nem mais e nem menos*, mulheres e homens do trabalho e da periferia de Rondonópolis e de municípios do sul lembram, falam e representam os lugares e *gentes* de *cá* e de *lá*, fazendo de cada palavra o próprio *fazer-se* como sujeitos dos *jeitos* dos lugares próximos ou distantes. Em cada *falar*, seja ele construído de interjeições triplamente enunciadas ou em narrativas mais longas, a migração, seus lugares e sujeitos, são ladrilhados e o *lugar* de cada uma ou de cada um vai surgindo nos contextos que contemplam uma trílice dimensão: a subjetiva, a conjuntural e a estrutural, entrelaçadas nas relações que cada sujeito participa.

Mulheres e homens dos lugares *chegados* e *deixados* revelam que a migração e as relações nos lugares, e entre os sujeitos deles, *estranhos* ou familiares, estão prenhes de perspectivas, sonhos, sucessos e frustrações, saudades e incertezas, tensões e decepções, e que, anos e mais anos após a partida, ainda pululam para quem *partiu* e para quem *ficou*.

Gentes do trabalho, de *cá* e de *lá*, que participam da mobilidade capitalisticamente produzida, mas que não retira dos sujeitos, por completo, elementos de uma constituição que transcende a materialidade feita propriedade e se aloja na esperança e no desespero, na negatividade e na positividade, na distância e na proximidade, nas experiências e nos ressentimentos, nos retornos e nas idas mais adiante, no pertencimento e no

estranhamento, na vida e na morte. Na *presença* e na *ausência*.

Os olhares da migração gaúcha para Mato Grosso, por isso, transcendem o tempo e o espaço entre a saída e a chegada e participam da constituição da *transitoriedade migratória* – para quem *partiu* – e da espera – para quem *ficou*... Como se o *vento* definisse, quase que aleatoriamente, a vida nos lugares e dos sujeitos que migram e que ficam.

Assim, gaúchas trabalhadoras e gaúchos trabalhadores em Rondonópolis – Mato Grosso – e familiares seus no sul – Rio Grande do Sul e Paraná –, são os sujeitos centrais deste trabalho.

Quem são: moradoras e moradores de bairros periféricos de Rondonópolis e da periferia de cidades sulistas. Seus nomes: tomo em empréstimo de *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, a sua quase totalidade. Em respeito a cada palavra *dita* e *não-dita*, retiro de cada uma e de cada um a responsabilidade do *dizível* e do *indizível*, responsabilizando-me pela reflexão e análise.

Nos, pelos sujeitos e *seus* lugares, o *recorte espacial* está subjacente. Mas, especificamente, as mulheres e homens migrantes e familiares do sul falam de Rondonópolis, do noroeste gaúcho – Santa Rosa, Santo Ângelo, Panambi e Chapada – e do oeste paranaense – Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Pérola do Oeste... No entanto, as *falas*, em alguns momentos, também versam sobre lugares outros: Roraima, Bahia, Balsas, Itiquira, Paranatinga, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Porto Alegre, Cerro Largo, Não-Me-Toque, Goiânia...

O *recorte temporal*: o tempo da migração de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis, entre 1960 e 2004... Contudo, não raras vezes, esse tempo é extrapolado para o *antes* e o *depois*, em lugares passados e em lugares de futuro.

As entrevistas – *fonte oral* –: com gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, em 2001; com familiares no Rio Grande do Sul, em meados de 2002 e início de 2004; e, com familiares no Paraná, também em início de 2004.

Sobre a ilustração da capa: em *empréstimo* de Valter Arantes, artista plástico em Rondonópolis. Na pequena tela, Valter *retratou* um pai, uma mãe, uma filha maior, um filho menor nascido e outro para nascer. Poderiam ser retirantes nordestinos para São Paulo, ou cearenses para a Amazônia, ou maranhenses para Roraima, ou mineiros para o Rio de Janeiro, ou... Mas, por *entre* os rostos em espiral, como em movimento sem começo e fim, o homem abraça a mulher e um instrumento que parece a viola de cocho mato-grossense, um chapéu, um par de botas, uma bombacha,

uma camisa e um lenço vermelho... Lenço maragato? Sim (e a leitura é minha): uma família gaúcha. Uma família parecida com a de Fabiano, de “Vidas secas”, de Graciliano Ramos. A trouxa, a mala, o baú e o cachorro. A estrada e uma seta: “MT”. “MT”: de morte, de mato? De Mato Grosso. Sem terra, porque cercada pela cerca, resta à família a estrada, o caminho, a rodovia, a migração. (Este livro é o acompanhamento junto com ela, com a família, com a migração.)

A primeira parte do título: em *empréstimo parcial* de Erico Verissimo, de *O tempo e o vento*, onde, dentre outras e outros personagens, conhece-se João Caré e sua família. As e os pobres de um *pampa* do passado, mas ainda presente. Um João, que quando perguntado, “donde tiraste esses olhos esverdeados?”, respondeu apenas: “Nunca vi meus olhos”.

*

Ao chegar em Rondonópolis, em janeiro de 1993, e logo depois ingressar como aluno no curso de História, no *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso, senti-me motivado a *trilhar* o caminho da investigação sobre a participação da migração sulista (gaúchos, catarinenses e paranaenses) na história e na geografia rondonopolitana. Contudo, apenas debruicei-me sobre a temática a partir do final de 1996.

Percebia, cada vez mais, a importância em discutir os silêncios sobre sulistas trabalhadoras e trabalhadores e, concomitantemente, os *gritos* de sulistas médios e grandes proprietários, detentores do capital econômico, mas também político e, fundamentalmente, simbólico. Mas, os últimos produziam a soja sozinhos? Não veio mais ninguém do sul? Eu, de imediato, era parte da evidência de que nem todas e todos do sul migraram capitalizados, e que, também, nem todas e todos haviam ascendido social e economicamente.

O ingresso no mestrado em Geografia, na Universidade Estadual Paulista, em Presidente Prudente, em 1998, e a defesa da dissertação em 2000, fizeram-me ver, com “o vôo das pandorgas” (título parcial da dissertação de mestrado), a diversidade de mulheres e homens que deixaram o sul e tiveram Rondonópolis como destino.

Pesquisando em arquivos de aproximadamente trinta entidades representativas – principalmente sindicatos e associações –, tanto patronais como de trabalhadores, fui constatando a participação dos sulistas nas atividades econômicas do município. Percentualmente, a participação aumentava nas atividades de maior prestígio social e de maior expressão

econômica... Contudo, sulistas também participavam das atividades social e economicamente menos privilegiadas, e isto não podia e nem devia *passar em branco*.

Fui, quase que *naturalmente*, identificando-me com as *gentes* sulistas da periferia de Rondonópolis. Gaúchas e gaúchos da Vila Operária ou do Jardim Atlântico; paranaenses da Vila Olinda ou do bairro Mariana, catarinenses do Pedra Noventa ou do Cascalinho... Nas conversas, umas mais rápidas e outras mais demoradas, ia me dando conta de outras questões tão ou mais importantes que a econômica, que apareciam nas entrevistas. Uma delas era a forma e o *jeito* como se dera a decisão de migrar e a *partida* do sul, e como ainda se davam as relações com familiares *deixados*. Parecia que cada palavra insistia para que eu *caminhasse* em sentido inverso – de Rondonópolis ao sul – e entendesse a migração, também, a partir de quem *ficara*. Surgia, assim, a *provocação* para a construção de um projeto de doutorado, com a possibilidade de desenvolvê-lo a partir de 2001.

Mas, como percorrer dezenas e até centenas de cidades dos três estados do sul, em busca de familiares de sulistas em Rondonópolis? Tive que *recortar*: decidi, então, trabalhar apenas com gaúchas e gaúchos trabalhadores que tivessem saído de cidades do noroeste do Rio Grande do Sul. Isso me permitiria o aprofundamento em trajetórias migratórias e, também, a viabilidade em visitar e entrevistar familiares *deixados*. Devo acentuar, ainda, que já estabelecia contato com essas gaúchas e esses gaúchos desde o mestrado, ficando razoavelmente tranquilo as referências para os *encontros* e entrevistas (a escolha de lugares de origem do noroeste gaúcho ajudava-me, também, porque tinha familiares ali, facilitando os contatos e o desenvolvimento das entrevistas).

Assim, tanto as entrevistas com gaúchas e gaúchos em Rondonópolis como com familiares no Rio Grande do Sul (e também no Paraná, uma vez que alguns dos familiares ali residiam), levavam-me, inevitavelmente, a *revolver* minha própria trajetória migratória e as relações que ainda estabelecia com familiares no sul.

Contudo, mais que uma *introspecção* do eu-gaúcho e do eu-migrante, fui procurando, a partir da minha experiência, melhor compreender cada trajetória e cada *ponto de vista* dos sujeitos que partiram e dos sujeitos que ficaram.

Durante e depois de cada *encontro*, fui me dando conta da complexidade que envolvia cada palavra e cada sujeito, cada frase e cada passado, cada silêncio e cada trajetória, cada solução e cada saudade, cada

esperança e cada ressentimento. Complexidade porque *parte* de mulheres e de homens, de filhos e de pais, de irmãs e de mães, de *gentes* ausentes e presentes.

Assim, percebi que não havia saída: era importante e necessário deixar cada uma e cada um *falar*, fazendo de cada palavra o seu próprio *fazer-se*, o seu próprio *pedaço*, dos lugares vividos e dos lugares sonhados. *Socializando-me* com cada *som*, pude, lentamente, dar *voz* e *vez* às entrevistadas e aos entrevistados. Gaúchas e gaúchos de *cá* e de *lá*.

Mas, no *caminhar*, precisei de ajuda...

Precisei, para *caminhar* melhor, “dar a mão” à *pena* e a *colegas* que escreveram e escrevem com a “alma”, para que também eu pudesse, em *proximidade*, aconchegar-me nos *lugares* e *jeitos* das mulheres e homens deste trabalho.

Colegas como Rusvênia e Nécio, que *deslizaram* em palavras na “identidade camponesa” do *sertão* e na “identidade *punk*” no Paraná¹. Ela, fazendo da *escrita* uma etnografia das *gentes* e *almas* camponesas de Goiás. Ele, em suas *cartas*, construindo “o percurso na vivência, informada por ela, ouvida, vista, experimentada e teorizada”.

Colegas como Domingos e Gerson, que *navegaram* por entre as *margens* de rios e *beiras* de ruas pobres do Acre². O primeiro *descobrimo*, “aos trancos e barrancos”, a vida que pulula em ex-seringueiros, hoje periféricos: antes, às *margens* dos rios; e, hodierna, à *margem* do *centro*, da renda e da riqueza de Rio Branco. O segundo, *descendo* e *subindo* os barrancos do rio Muru, *fez* do “canto das cigarras” o *canto* de mulheres e homens do trabalho, da vida, da luta e da resistência.

Colegas – que pretensão! – como Erico Verissimo e José Saramago, que, em *prosa*, fizeram e fazem mulheres e homens *reviver* em personagens brasileiros e portugueses, como nas famílias “Terra” e “Maltempo”. Do primeiro, tenho “O tempo e o vento” – e aqui, o *espaço* – como inspirador maior. Do segundo, a inspiração mais amiga me vem de “Levantado do chão”. Ambos os livros *fazem-se* de lugares, de seus *jeitos* e *sujeitos*.

De Erico Verissimo, dois pequenos excertos abrem a *introdução* e as *considerações finais* deste livro.

Com José Saramago, agora, *fecharei* este breviário. É uma pequenina passagem de “Levantado do chão” e que ando espalhando-a em alguns textos que escrevo... Camponeses de Monte Lavre (Alentejo – Portugal) são presos por reivindicarem um valor maior de “escudos” por dia de trabalho nos latifúndios. As esposas, mães e filhas, correm para frente da prisão e,

chorando e implorando, pedem os seus maridos, filhos e irmãos de volta. O caso desenreda para um bom desfecho: os homens e rapazes são soltos.

Enfim era passado meio dia quando o caso se deslindou para o bem. Foram levados ao pátio e ali estavam reunidas as famílias que de longe tinham vindo, viera quem pudera, só agora admitidas às antecâmaras da autoridade, que antes haviam esperado em frente do quartel, arredadas por um piquete, e ali dobraram suspiros e ais, mas quando veio o cabo Tacabo autorizar a entrada acenderam-se as esperanças todas, e lá ia Faustina e as suas duas filhas Gracinda e Amélia, vindas a pé do Monte Lavre, quatro léguas, oh vida de tanta cansa, e mais as outras, quase tudo mulheres, Aí vêm eles, e então os guardas desfizeram o dispositivo de segurança, oh famintos beijos na floresta, qual floresta qual merda, abraçaram-se os desgraçados uns nos outros, e choraram, parecia a ressurreição das almas, e se se beijaram, para isso têm pouca arte, mas Manuel Espada, que não tinha ali ninguém, ficou a olhar Gracinda, estava ela abraçada ao pai, mais alta já do que ele, e ela olhou-o por cima do ombro, claro que se conheciam, não foi nenhum ver-te e amar-te, mas depois ela disse, Então Manuel, e ele respondeu, Então Gracinda, e pronto, quem julgar que é preciso muito mais, engana-se.

Engana-se... *Quem julgar que é preciso muito mais!*

Olhares...

E pronto.

Notas

1 Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva (2003) e Nécio Turra Neto (2004), respectivamente.

2 Domingos José de Almeida Neto (2001) e Gerson Rodrigues de Albuquerque (2001), respectivamente.

“Tu sabe duma coisa?
Eu vô começá assim!”

“Sim, os homens que tinham galões, títulos de nobreza, léguas de sesmaria, botas e cavalos falavam alto e grosso, de cabeça erguida.

E havia também os sem títulos nem armas nem galões, que falavam alto e grosso e de cabeça erguida porque tinham armas, botas e cavalos.

Mas os gaúchos sem cavalo, sem armas, sem botas, sem nada; os pobres-diabos que andavam molambentos e de mãos vazias, esses só falavam alto e grosso entre os de sua igualha.

Porque ante os bem montados ficavam de olhos baixos e sem voz.

De seu às vezes nem um nome tinham. Donde vinham? Ninguém sabia ao certo nem procurava saber. Alguns haviam nascido de chinas ou bugras que dormiram com tropeiros, ladrões de gado, carreteiros, buscadores de ouro e prata, preadores de índios.

Outros eram sobras de antigas bandeiras,

Retirantes da Colônia de Sacramento,

Escravos foragidos,

Desertores do Regimento de Dragões,

Castelhanos vindos do outro lado do Uruguai, das planuras platinas: gente andarenga sem pouso certo,

Mamelucos, curibocas, cafuzos, portugueses, espanhóis.

Alguns carregavam suas fêmeas e crias, mas em geral andavam sozinhos.

E eram mais miseráveis que os bugres.

Ali vai um desses.

Como é teu nome?

João Caré.

Onde nasceste?

Não sei. Acho que cresci como erva ruim que ninguém plantou.

Tua mãe?

Morreu.

Teu pai?

Nem ela sabia?

Tens pele de mouro, mas donde tiraste esses olhos esverdeados?

Nunca vi meus olhos.

João Caré anda sozinho, de pés no chão, quase nu, mal tapando as vergonhas com um chiripá esfarrapada. No inverno, quando o minuano sopra, ele cava na terra uma cova e se deita dentro dela. Quando a fome aperta e não há nada que comer, João Caré mastiga raízes, para enganar o estômago. E quando o desejo de mulher é muito, ele se estende de bruços no chão e refocila na terra.

Pobre não casa, se ajunta. João Caré um dia se junta com uma china.

Fazem rancho de barro com cobertura de capim. E começam a ter filhos.

A única coisa que plantam na terra que não lhes pertence são os filhos que morrem.

Os que sobrevivem se criam com a graça de Deus.

Um dia vem um homem a cavalo e grita

Quem te deu licença pra fazer casa nestes campos?

Ninguém.

Esta terra é muito minha, tenho sesmaria d'Él-Rei. Toca daqui para fora!

João Caré junta os trapos, a mulher, os filhos e se vai.”

Erico Verissimo
O tempo e o vento
(O Continente I)

1. *Fazer-se na amizade*

Confesso: estou com imensas dificuldades para iniciar esta introdução (mas esta frase, também devo confessar, deverei suprimir depois... Em todo caso, ela ilustraria que nem tudo o que pensamos e fazemos, nos momentos e lugares da produção de um texto, participarão definitivamente dele). Dificuldades que fazem parte da angústia de quem quer *falar*, mas não sabe bem como começar.

Minhas entrevistadas e meus entrevistados começavam a falar, quase sempre, depois que me apresentava, explicava os objetivos do trabalho e lançava a primeira pergunta. Devo, então, aqui, fazer-me uma pergunta? Talvez isso me ajudaria nesta introdução. No entanto, a pergunta inicial que me proponho a responder não será necessariamente minha, mas de algumas e alguns de meus sujeitos da pesquisa, migrantes em Rondonópolis e familiares do Rio Grande do Sul ou Paraná, que indagavam, antes ou depois das entrevistas, mais ou menos isto: “mas, me fale melhor, pra que mesmo serve essa tua pesquisa aí?”

A resposta. Em linhas gerais, respondia que o trabalho possibilitaria compreender melhor a migração de gaúchas trabalhadoras e gaúchos trabalhadores para Rondonópolis, a partir tanto do que pensavam e falavam aquelas e aqueles que migraram como de familiares que permaneceram no sul.

É evidente que a pergunta que me lançavam parecia, à primeira vista, banal. E a minha resposta, por sua vez, também! Eram, pergunta e resposta, simples. Contudo, havia na pergunta um elemento bastante significativo que, também de início, pareceria secundário frente ao contexto no qual a indagação fora elaborada: o *servir* – “...pra que mesmo serve...”

O verbo *servir* tem várias acepções, mas duas delas, curiosamente, acabam estabelecendo oposições entre si. De um lado, *servir* significa “viver ou trabalhar como servo” ou “exercer a função de criado”; de outro, *servir* diz respeito a “ajudar”, “favorecer” e “auxiliar”¹. Os primeiros designam o *servo*, servidão, serviente e servilhetas. Os segundos facilitam, propiciam e apoiam.

Sei também que sempre podem haver “segundas intenções” para quem facilita, propicia e apoia. As “segundas intenções”, nesse sentido, estariam mais próximas, então, do *servir* enquanto subjugação de alguém,

colocando-o a serviço, tornando-o *serviçal*. Não é o que pretendo aqui.

Primeiras, segundas ou terceiras intenções podem prover os *servidos* da obrigação, por quem é servido, do servir recíproco, da subjugação e da obediência. Da não amizade. E, no extremo, a servidão pode deixar de ser o resultado de uma imposição e se firmar como um *ato* voluntário.

Etienne de La Boétia, já no século XVI, em “Discurso da servidão voluntária”, foi enfático:

Pobre gente e miserável, povos insensatos, nações obstinadas em vosso mal e cegas ao vosso bem, deixai roubar, sob vossos próprios olhos, o mais belo e o mais claro de vossa renda, pilhar vossos campos, devastar vossas casas e despojá-las dos velhos móveis de vossos ancestrais! Viveis de tal modo que nada mais é vosso. Parece que doravante consideráreis uma grande felicidade se vos deixassem apenas a metade de vossos bens, de vossas famílias, de vossas vidas. E todo esse estrago, esses infortúnios, essa ruína enfim, vos advém não dos inimigos mas sim, por certo, do inimigo, e daquele mesmo que fizestes como ele é, por quem ides tão corajosamente à guerra e para a vaidade de quem vossas pessoas nela enfrentam a morte a cada instante. Esse senhor porém, só tem dois olhos, duas mãos, um corpo e nada além do que tem o último habitante do número infinito de nossas cidades. O que tem a mais do que vós são os meios que lhe forneceis para destruir-vos².

A *servidão voluntária* é, por isso, também, uma construção dos servos, dos serviçais! Nesses termos, quem serve e quem é servido desenvolvem um com o outro uma relação de mando e de poder, ou de subserviência e obediência. O *servir*, nesse caso, não se combina com o auxílio, a ajuda e o apoio. Para isso, é preciso romper com a hierarquia e com a desigualdade. É necessário recusar a servidão.

É preciso a amizade e não a inferioridade ou a superioridade, como *poetizou* Marilena Chaui:

Fundada na semelhança entre os amigos (kai kát’omoióteta tiná) e na relação virtuosa entre os naturalmente bons (agathói dé eisin kat’autóus), a amizade é destruída quando a semelhança entre pares é substituída pela hierarquia que separa superiores e inferiores. Virtude essencialmente humana, a amizade não pode existir em Deus, no rei ou no tirano. A distância entre Deus e os homens e autarcia divina tornam impossível qualquer relação entre eles, pois “amizade é igualdade” (philátes é isótes). Quanto ao tirano, a amizade é impossível porque tirano é quem busca apenas seu próprio bem contra o bem dos outros, faltando-lhe a marca natural do amigo, o recíproco bem-querer³.

Amizade: afeição, simpatia, ternura e estima. *Aliança*. Auxiliar é também afeioar. Ajudar é também estimar. Apoiar é também a produção da estima e da ternura. *Servir* pela amizade coloca-se como a possibilidade oposta ao *servir* pela servidão. “Amizade é igualdade”.

Aqui pretendo, respondendo parcialmente à pergunta “pra que mesmo serve essa tua pesquisa aí?”, criar um espaço para o *servir* fundado na amizade, na ajuda, no auxílio e no apoio. Na igualdade. Caso contrário, estaborecerei mais uma hierarquia, entre quem sabe e quem não sabe ou sabe pouco, entre um acadêmico e um grupo de migrantes e seus familiares nos lugares de origem, ou entre a ciência e o “senso comum”. E qual não seria o “fim” senão a melancolia de mais um “doutor/escritor” e um destino trágico – porque solitário – para quem ouviu, horas e mais horas, vozes *amigas* discorrendo sobre *partes* do migrar, do *mudar* e do *ficar*, dos lugares *chegados* e dos lugares *deixados*, da vida?

A quebra da hierarquia me leva, *embalado pelo vento*, à *atenção* redobrada. “A atenção está ligada ao desejo”, constituindo no homem e na mulher a “faculdade criadora”. A *atenção*, como a pensou e fez Simone Weil⁴.

Não posso, como pesquisador de *gentes* e de seus lugares, tratar as mulheres e homens da migração gaúcha de trabalhadoras e trabalhadores para Rondonópolis como insetos, e nem como objeto distante e descolado de meu próprio *pensar* e de meu próprio *fazer*, mesmo que a escrita final seja, aqui, minha. Pois, como asseverou Pierre Bourdieu:

o analista não pode esperar tornar aceitáveis suas intervenções mais inevitáveis senão ao preço do trabalho da escrita que é indispensável para conciliar objetivos duplamente contraditórios: fornecer todos os elementos necessários à análise objetiva da posição da pessoa interrogada e à compreensão de suas tomadas de posição, sem instaurar com ela a distância objetivamente que a reduziria ao estado de curiosidade entomológica; adotar um ponto de vista tão próximo quanto possível do seu sem para tanto projetar-se indevidamente nesse alter ego que é sempre, quer queiramos ou não, um objeto, para se tornar abusivamente o sujeito de sua visão de mundo⁵.

Os sujeitos de sua visão de mundo. As gaúchas trabalhadoras e os gaúchos trabalhadores em Rondonópolis e os familiares do sul não são insetos. Este estudo não quer e não deve reduzi-las e reduzi-los ao “estado de curiosidade entomológica”.

Para tanto, a produção da compreensão e da interpretação dos sujeitos e dos lugares, têm na construção narrativa um aspecto importante: trabalhar

com a palavra de outras e de outros é, também, *laborar* sobre outras e outros. É *dar* compreensão e interpretação sobre discursos e palavras através de outros discursos e de outras palavras. É a tentativa de compreender e de interpretar os lugares e os sujeitos da migração gaúcha para Rondonópolis, a partir dos lugares e dos sujeitos *dados* pela palavra das e dos que vivem os lugares. É *transitar* sobre e pelo discurso. É *transitar* pela palavra.

Como acentuou Mikhail Bakhtin, “O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*”⁶.

Discutir sobre o discurso. Enunciar sobre a enunciação. Interpretar sobre a interpretação... *Geografar* pelas falas e pelas palavras *migrantes*, na tentativa de compreender *partes* das *gentes* dos lugares *chegados* – em Rondonópolis – e dos lugares *deixados* – no sul.

Compreender palavras nas quais os *sujeitos* estabelecem os seus *elos* e relações, inclusive *vínculos de amizade*. Palavras *amigas*⁷. Na amizade, o *conversar desarmado*, como disse Guimarães Rosa⁸.

Dos sujeitos *daqui* e de *lá*. Mulheres e homens que *prezamos* como **pessoas extraordinárias**⁹.

Prazer na amizade. *Fazendo-se* nela.

Um *fazer-se*¹⁰ amigo, migrante e *sujeito* dos lugares *deixados* e *chegados*.

Fazer-se que é também *desfazer-se*, *refazer-se*.

Dos *sujeitos*, dos lugares e de seus *jeitos*.

2. *Fazer-se no caminho*

– Bom dia, boa tarde, boa noite! Aqui mora a Ana, o Maneco, o Pedro, o Rodrigo, o Antônio, a Bibiana, o Licurgo, a Alice, o João, o Ricardo, o Werner, a Maria, o Chico, a Valéria, a Paula, o Nicolau, o Horácio, a Rosa, o Juvenal, a Rita, o Bento, a Arminda, a Henriqueta, a Carla, a Dulce e o Arnaldo?

A busca do encontro.

– Sim, é aqui, sou eu!

Eu: de nomes que trazem o “fascínio metafísico e mitológico”¹¹, de cada uma e de cada um!

O encontro para falar e, principalmente, para ouvir.

Falar em *perguntas*. Ouvir em *narrativas*¹² – as *escavações originais*

*dos indivíduos*¹³ – a migração do Rio Grande do Sul para Rondonópolis, para aquelas e aqueles que *mudaram*, e *narrativas* também sobre a migração de familiares a partir daquelas e daqueles que *ficaram*. Ouvir as *gentes* dos dois “lados” da migração. Os dois lugares. A origem e o destino. O lugar *deixado* e o lugar *chegado*.

À busca do encontro de gaúchas¹⁴ e de gaúchos em Rondonópolis poderia ter me levado ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG). “Saudades da Querência”. O próprio nome dava mostras da relação com o lugar *deixado*: o lugar “querência” e o sentimento de “saudade”. O *pago* e a *nostalgia*.

No entanto, acabei tomando direções contrárias ao CTG. Também, porque, outro propósito, além de ouvir as *gentes* gaúchas da migração, era a busca da *revelação* – a ação de revelar – das experiências de trabalhadoras e trabalhadores gaúchos pertencentes à *condição* periférica¹⁵ em Rondonópolis, tanto em seu sentido espacial – morar na periferia – como social e econômico – destituídos de capital e dos meios e instrumentos de produção¹⁶.

Ouvir os *sujeitos* – os lugares e seus *jeitos* – de uma história – e *espaço* – a *contrapelo*¹⁷, pretendendo descrever o passado não “tal como ele ocorreu de fato”, mas “fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado” e inscrevendo no “presente seu apelo por um futuro diferente”¹⁸.

Uma opção pelas mulheres e homens do trabalho. Que *vendem* o trabalho. Pelos *sujeitos* dele. Sujeitos não isolados, mas que adquirem “sua marca individual a partir da história” das *relações com os outros*, “num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive” – um *processo de individualização* social e não natural¹⁹.

Uma opção, portanto, classista.

Pela classe trabalhadora, os “*trabalhadores sem propriedade*”, a “*classe-que-vive-da-venda-do-trabalho*”²⁰.

Porque, destituídos da média ou grande propriedade, nunca ou dificilmente seriam chamados para falar sobre a migração de gaúchas e gaúchos que, destoante do discurso corrente, apenas, e quando muito, reproduzam-se como trabalhadoras e trabalhadores em um dos principais municípios agropecuários e agroindustriais do Mato Grosso. Se plantam, cultivam ou colhem soja, o fazem para outrém. Se cozinham, o fazem para outras e outros trabalhadores que, igualmente, tem patroas ou patrões. Se motoristas de táxi, levam *pra lá* e *pra cá*, também, durante a Exposul – uma das principais feiras do agronegócio do Brasil, em Rondonópolis – as mulheres e os homens da monocultura e do latifúndio. Se mecânicos

ou pedreiros, consertam os carros e caminhões e levantam as paredes das casas deles e de patroas e patrões...

Plantam, cultivam, colhem, cozinham, guiam, consertam e edificam. Moram nos bairros periféricos da cidade. *Fazem-se* e reproduzem-se trabalhadoras e trabalhadores... Por isso, ir ao *encontro* também foi *desvendar* um pouco da periferia rondonopolitana.

Foi preciso caminhar. Pois, “Geografia a gente aprende no pé...”²¹

O trabalho de campo foi, assim, também o trabalho de lugares, o trabalho de casa. Nas casas. Nos locais de trabalho. Um trabalho de lugares que se estendeu de Rondonópolis para cidades de familiares no Rio Grande do Sul e no Paraná. Fui reaprendendo nos lugares que o trabalho de campo, especialmente na Geografia, assume uma importância inimaginável.

O *trabalho de campo*, como “o laboratório por excelência do geógrafo”²², é uma prática constante para a compreensão das relações que nos lugares se desenvolvem. Ou na paisagem, no território ou na região. No espaço. Porque “sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar”²³! Estas palavras, de Mao-Tsé-tung, são fortes, mas repõem uma questão central: *quem tem direito à fala?*

Entendia, desde o princípio do *pensar e fazer* este trabalho, que os primeiros a falar deveriam ser os sujeitos migrantes e seus familiares do sul. Eles, os próprios sujeitos, produziram, em suas *narrativas*, possibilidades para que o sujeito pesquisador – eu – melhor compreendesse a migração e seus lugares. Juntos construímos, pelo *trabalho nos lugares*, também o meu direito de falar sobre os *seus* lugares.

Contudo, é sempre importante levar em conta que o *trabalho de campo* – ou o *trabalho de lugares* – é historicamente condicionado, como bem lembrou Alessandro Portelli²⁴. Tal condicionamento, no entanto, deve ser percebido antes como um alerta à transposição de um para outro estudo, sem as necessárias ressalvas, e não como uma impossibilidade para a realização efetiva do trabalho.

À procura e no encontro, fomos – eu, gaúchas e gaúchos em Rondonópolis e familiares no Rio Grande do Sul e no Paraná – se chegando e se aconchegando nas conversas e nas palavras. Em qualquer palavra. Nas narrativas longas ou nas interjeições curtas. Nas respostas pontuais e nas evasivas.

E também nos silêncios... Porque lapsos e incertezas também são o selo da autenticidade, de uma “história tecida de silêncios” pertencente às classes dominadas – e, que bom, que ao silêncio do velho “correspondesse

o silêncio do pesquisador”. Assim, ouvi também narrativas inseguras e multilíneas... Emotivas, fragmentadas, mas, fundamentalmente, portadoras “de significações que nos aproximam da verdade”²⁵.

E nem todas e todos são iguais. Ana e o pai Maneco falavam muito. Maneco, por vezes, atropelava Ana. Ana, em outras, complementava a fala do pai... Em cidade do noroeste do Rio Grande do Sul, o irmão e a cunhada de Ana, Chico e Henriqueta, eram diferentes: praticamente só Chico falou. Henriqueta, às vezes, era chamada a ajudar o marido sobre uma data ou um acontecimento. Chico, o filho de Maneco, quase chorou. O frio do mês de julho gaúcho contrastava enormemente do calor rondonopolitano, donde, ao longe, eram lembrados a irmã Ana e o pai Maneco.

Rodrigo, no final de uma tarde de sábado, entre um e outro chimarrão, falou sobre a vida no sul e no Mato Grosso. Também no Paraná. Falou de sonhos, do trabalho, das dificuldades, da rápida volta com a família ao Rio Grande do Sul, da separação com a esposa, dos filhos, das fazendas e de um novo sonho: Roraima... No final da tarde de um domingo, em outra cidade do noroeste gaúcho, na cozinha da casa da mãe, irmãs e irmão de Rodrigo falaram dele, da migração, dos contatos, do lugar onde moram, da vida dos filhos e da morte do pai. A mãe, ao final, mostrou-me, na sala, a foto de casamento dela e do marido já falecido. “Olha como o Rodrigo é parecido com o pai dele”.

Em outro bairro da periferia rondonopolitana, Antonio me recebeu e falou da família antes da migração para o Paraná. Depois no Paraná. Ele no Mato Grosso. Os motivos maiores e menores da *mudança* para Rondonópolis. As paixões deixadas e as paixões construídas. A família. O trabalho. As perspectivas... No Paraná, era final de tarde de sábado quando encontrei Horácio, o irmão mais novo, cuidando da horta no fundo da casa. A mulher preparou o chimarrão e Horácio *desfiou* sobre a migração do irmão para o Mato Grosso. Sobre a migração dele depois, primeiro também para Rondonópolis e depois para Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul. Com a morte da mãe, o retorno para o oeste paranaense.

Bibiana, sem muito tempo em casa, falou sobre a migração, o sul e o Mato Grosso, no local de trabalho. Lembrou de como a infância fora “maravilhosa” no sul. Do pai e da mãe, falou com pena; da irmã que retornou, com saudades; do irmão que mora na capital de Mato Grosso, com ressalvas. Falou. Do trabalho, do marido, da família sem os pais. Da vida sem o sul... No Rio Grande do Sul, em uma cidade pacata e tranqüila, fui recebido por Rosa e Ricardo, irmã e cunhado de Bibiana. Era manhã

de domingo e o sol, misturado à baixa temperatura, fazia do *descanso semanal remunerado* um dia de lembranças. Rosa falou da irmã e do irmão no Mato Grosso. Dos pais retornados. Dela, retornada. Do trabalho e das perspectivas para ela e para o marido, recém casados e recém mãe e pai.

Bati algumas palmas e Alice veio me atender no portão. Convidou-me para entrar e, no meio do pátio, junto com o marido Licurgo, ouvi atento as *narrativas* da vinda para o Mato Grosso, do trabalho em fazendas e da migração para a cidade. Dos empregos urbanos e dos filhos. Das dificuldades e a *garantia* do não mais retorno para o Rio Grande do Sul... Lá, no interior de uma pequena cidade, em propriedade rural de aproximadamente quinze hectares, tomando chimarrão e comendo algumas bolachas feitas em casa, conversei e ouvi Rita, Juvenal e Bento: irmã, cunhado e sobrinho de Licurgo; ou cunhada, cunhado e sobrinho de Alice. Falaram da migração de familiares para o Mato Grosso. Das mulheres e da preguiça. Da soja transgênica, do leite e do porco. De vida e de morte.

João, encontrei por duas-três vezes em um boteco. Durante as conversas, vi-o fazer desaparecer umas três a quatro garrafas de cerveja. Depois, conversamos no quintal dos fundos de uns quartos para aluguel; em um deles mora João, a esposa e um filho pequeno. Falou-me dos motivos que o levaram a sair do Rio Grande do Sul. Falou-me do trabalho lá e do trabalho aqui. Dos “gaúchos de merda”, dos “merda de gaúchos” e dos “gaúchos de verdade”... No Rio Grande do Sul, encontrei a ex-esposa e a irmã. Arminda e Valéria. A primeira falou pouco, enquanto cuidava de criança pequena. A irmã falou do irmão e do sobrinho, filho de João, que mora com o pai no Mato Grosso. Falou do passado e do presente e deu *indicações* para o futuro.

Werner e Maria moram em outro bairro periférico de Rondonópolis. Werner, depois de mais de dez horas no trabalho de taxista, ainda teve disposição para falar sobre o Rio Grande do Sul, o Paraná e o Mato Grosso. Falou da família, do trabalho no Paraná e de suas sucessivas mobilidades no Mato Grosso. Um homem do trabalho. Também falou da administração pública e da comparação entre cidades *daqui* e do sul. Falou do pai e falou dos filhos. A esposa Maria, igualmente, falou da vinda, do trabalho e da família. Dos familiares do sul, da casa e do futuro.

Com elas e com eles, e sobre, nas e entre as *falas* dos lugares *deixados* e *chegados*, fui tentando compreender o sentido de cada palavra em seus devidos textos e contextos. Interjeições aparentemente isoladas e *narrativas* prolongadas, não importava, foram se constituindo em pré-textos. Neles,

fui percebendo, partes dos significados já estavam dados porque a própria palavra é em si mesma instituída de sentido: era necessário construir, quando possível, as devidas relações no conjunto de entrevistas, sem, no entanto, estabelecer generalizações que fizessem das singularidades meras trivialidades.

O botão “play” do gravador me fazia voltar aos lugares das entrevistas. Mas, os lugares já não eram os mesmos. Já não eram as mulheres e os homens que falavam. Era a reprodução de suas falas. Nem o entrevistador era o mesmo. Agora, ali, escutando as *vozes*, *voltando* e *avançando*, a memória e as lembranças dos sujeitos entrevistados passavam a fazer parte da memória e das lembranças do pesquisador. Assim, na transcrição – além de um “processo seletivo” em que os textos passam a ser também “produtos analíticos”²⁶ –, via-me mais que um *analista* apenas, mas um cúmplice e testemunha que se fazia, involuntariamente, sujeito dos *jeitos* de migrantes gaúchos em Rondonópolis e de familiares seus no sul.

Talvez este seja o próprio **método** que fui construindo: *fazer do jeito* dos sujeitos da pesquisa o *jeito* da própria pesquisa. Em outras palavras: *fazer* da própria fala, enquanto forma e conteúdo interpretativo-filosófico-ético que os sujeitos constroem como *jeitos* de ver, sentir, experienciar e viver a migração, um método de entendimento, de compreensão, enfim, de interpretação. Um *método interpretativo*²⁷. A interpretação dos sujeitos da fala foi *dando* e *mostrando* o *jeito* de interpretar e o *jeito* de reescrever a própria interpretação deles. O método como uma construção no caminho. Nem antes e nem depois. Um projeto, eu sei, *meio* anárquico, onde “tudo vale”²⁸. Ou, que “tudo é possível”²⁹!

A *liberdade* no interpretar como “o resultado de uma busca lúdica e criativa”³⁰.

A interpretação da experiência. *Experiências de migração*³¹. No *tempo*³², mas, especialmente, nos lugares. Experiência dos sujeitos “como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”, *tratando* “essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”³³.

Experimentar as situações de mudança, para quem migra, é tanto *tratá-la* a partir das relações materiais concretas, como a dada pelo trabalho, como também pelas expressões da consciência que se erigem, aqui, no *processo de recordar*, não como exatas representações do tempo pretérito,

“mas que trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”³⁴. Experiências migratórias que se fazem no próprio processo de produção da “experiência social”³⁵. Aliás, parece não haver experiência que não seja, ela mesma, social.

Experiência, experiências. Experiência *plástica*, atentando para os “sentidos inesgotáveis de uma práxis”; experiência *perceptível*, nos traços de singularidade; e experiência *realizável*, por uma realidade dada pela diversidade interpretativa que pode sustentar³⁶. Experiências no *fazer-se* sujeito que migra e no *fazer-se* sujeito que fica. Sujeitos do trabalho, da família, dos sonhos, das frustrações, dos retornos, dos constrangimentos, das tensões e da saudade. Dos que *partem* e dos que *ficam*. Dos *sentidos inesgotáveis de uma práxis*. Das singularidades e da interpretação no diverso.

Não! A migração não é um ato simples: “resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”³⁷. Condicionada por uma multiplicidade de “fatores de mobilidade e à diversidade específica dos mesmos”, suas motivações vão desde as “puramente econômicas até as incitações de ordem psicológica e aos impulsos voluntários ou involuntários vindos do exterior (influência das *mass-media*, por exemplo)”³⁸. As falas da migração – dos lugares *chegado* e *deixado* – anunciavam-me a complexidade, a multiplicidade, as “incitações” e os “impulsos”.

A anunciação, novamente, da *experiência*, em que:

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Eles também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral³⁹.

Lidar a “experiência como sentimento” na cultura, que, em sentido amplo, pode ser representada como um “*sistema de significações* mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios), uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada”⁴⁰. Comunicar, reproduzir, vivenciar e estudar participam da palavra, da produção da fala, da produção de interpretações. *Verbos* que se fazem dinamicamente – a cultura é dinâmica⁴¹ – no *movimento* comunicado, reproduzido, vivenciado e estudado nos, com e pelos sujeitos.

Assim, aqui, o *movimento* são os sujeitos fazendo-se migrantes e fazendo-se nos lugares e, no extremo, fazendo o próprio lugar. O *movimento* é o próprio *fazer*. Nem antes e nem depois. Junto. Sujeitos da *cultura popular*. De uma cultura vista pelo trabalhador e pela trabalhadora que ouve as perguntas e se *faz* nas respostas, de palavras e frases feitas aos *pedaços* semelhante à “mulher do povo” que, ao responder se viera de longe, disse “– É, é um bocado. Dá pra vir”, colocando, para o pesquisador, “um código restrito e fraturado: ausência de sujeito, indeterminações sintáticas e semânticas, falta de adjetivação precisa”... Contudo, “a inflexão da voz, que vem do cansaço, a sintaxe vaga que vem da fadiga crônica, o gesto de alongar o queixo e a cabeça para o caminho são expressivos em si”⁴².

Mulheres e homens do trabalho. Da *classe-que-vive-da-venda-do-trabalho*. Diferentemente, portanto, da *classe-que-não-vive-do-trabalho*, se assim é possível definir, em outras palavras, a classe burguesa, a *classe-que-vive-do-capital*. Contudo, não parece ser possível *escrever* e compreender qualquer classe isoladamente “de outras classes, dos Estados, instituições e idéias que fornecem sua estrutura, de sua herança histórica e, obviamente, das transformações das economias”⁴³.

Trabalhadoras e trabalhadores. Do lugar *chegado* e do lugar *deixado*. De Rondonópolis e do Rio Grande do Sul e Paraná. A migração do Trabalho. O Trabalho contraposto ao Capital. O modo de produção capitalista. A migração – e a mobilidade em seu sentido amplo – em consonância com a acumulação de capital. Este é o ponto de partida: a mobilidade da força de trabalho:

a mobilidade da força de trabalho é uma característica do trabalhador submetido ao capital e, portanto, ao modo de produção capitalista. Fundada na condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo-se como trabalhador “livre” do escravo, “cuja capacidade de trabalho era estável e só se podia empregar conforme o modo fixado localmente de uma vez para sempre” [Karl Marx]. Podendo-se dizer que o capitalismo se desenvolve com a exploração da força de trabalho, pode-se afirmar que só podia surgir uma vez que o trabalhador tivera adquirido esta mobilidade; não em seu sentido apologético dado pela teoria clássica do homem inteiramente livre em seu destino, ator de sua própria história, mas no sentido das coações impostas pela busca de um emprego. A mobilidade da força de trabalho aparece, portanto, como condição necessária, senão que suficiente, da gênese do capitalismo e um dos aspectos de seu desenvolvimento.⁴⁴

Na condição de trabalhadoras e de trabalhadores “livres”, Ana, o

marido e o pai – e mais um casal de primos –, Rodrigo e família, Licurgo, Alice e os filhos – e mais o irmão e esposa –, João e esposa, e Werner e Maria, migraram para trabalharem em fazendas no Mato Grosso. Empregados rurais. Plantadores de soja, maquinistas, cozinheiras, mecânicos, pedreiros, marceneiros, motoristas, donas de casa...

Antônio e o irmão Horácio, Bibiana, os pais e a irmã, e depois também Ana, o pai e filhos, Rodrigo e família, Licurgo, Alice e os filhos, João e, agora, o filho, e Werner e Maria, seguiram, “livremente”, para a cidade de Rondonópolis, para o trabalho como garçons, cultivadores de hortifrutigranjeiros, professoras, vigilantes, donas de casa, pedreiros, policiais, mecânicos, cobradoras de ônibus, balconistas, motoristas... Algumas e alguns – cada vez mais – desempregados. E, desesperadamente, à procura de emprego. À procura de uma patroa ou de um patrão. *Doidamente*, preocupados⁴⁵.

A mobilidade do trabalho. Mobilidade espacial. Horizontal. A migração. Também, por outro lado, a mobilidade profissional. Vertical. Ana: dona de casa no sul e cozinheira em fazenda no Mato Grosso. Rodrigo, de arrendatário para mecânico. Antônio, trabalhador rural para garçon e moto-taxista. Bibiana, *filha de casa* rural para professora. João, de pedreiro para mecânico. Werner, de trabalhador rural para motorista. Licurgo, de pedreiro autônomo para pedreiro contratado. Mobilidade no trabalho e pelo trabalho. Reprodução da condição trabalhadora, mas nem no mesmo lugar e nem do mesmo *jeito*.

Mobilidades e reproduções dadas por *fatores de expulsão* e por *fatores de atração*, ambos os grupos de fatores *estruturais* extremamente relacionados, nos lugares de saída e nos lugares de chegada. Assim, no capitalismo, a migração pode se apresentar quando:

o nível de vida da população permanece baixo, os horizontes culturais se mantêm cerrados e as oportunidades econômicas quase inexistem. Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...] e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários... [...] Os fatores de mudança fazem parte do

próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Os fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional, devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém ou cresce apenas vagarosamente.⁴⁶

Horizontes culturais cerrados mesclam-se aos *horizontes econômicos* igualmente limitados, condicionados por *fatores de mudança* ou por *fatores de estagnação*. Por outro lado, *fatores de atração* de outros lugares podem se apresentar como horizontes. *Fatores de atração* podem se materializar na perspectiva da terra, da colonização, da expansão de fronteiras agrícolas e do trabalho no campo, mas também do trabalho na cidade. Para o campo ou para a cidade, também os *laços sociais* tendem a desempenhar importante papel nos *fatores de atração*:

os principais fatores de atração da cidade são condicionados pelos laços sociais, decorrentes de uma situação de classe comum, entre migrantes antigos e novos. Os primeiros migrantes, ao assegurarem seu sustento, mesmo que seja como servidores domésticos ou trabalhadores autônomos, “chamam” outros migrantes, geralmente parentes ou amigos, oferecendo-lhes não apenas o benefício de sua experiência mas também apoio material e, eventualmente, oportunidades de trabalho.⁴⁷

Os *fatores de atração*, sobretudo, devem ser compreendidos na relação íntima com os *fatores de expulsão*, estrutural e conjunturalmente definidos: neste trabalho, um conjunto de *fatores* postos nos lugares do sul e em Rondonópolis é condicionante de um movimento de emigração/imigração⁴⁸.

Ao lado das concepções de *mobilidade da força de trabalho* e dos *fatores de expulsão e atração*, mas sem a destituição de uma e de outra (e nem o demérito em absoluto das concepções clássicas ou neoclássicas⁴⁹ sobre migrações), é importante destacar a construção de um *silêncio* em torno das migrações: *a violência como fator migratório*⁵⁰. Mulheres e homens *escolheriam*, entre vários pontos, aquele que melhor possibilitaria a satisfação de suas necessidades e interesses como *o exercício da escolha no território da liberdade!* Mas, sob que condições? Por outro lado, mulheres

e homens estariam submetidas ao crivo da estrutura através da *vivência da coerção no território da estrutura!*

Sim e não:

O primeiro passo é romper com escape à verdadeira camisa de força que lhe foi imposta aos estudos migratórios pelas abordagens correntes – neolássicas e estruturais – que abstraíram do campo da teoria e da pesquisa os processos de localização e deslocamento territoriais diretamente associados às relações de poder, à coerção, à violência. [...] a despolitização da economia pretendida pelos neoliberais está ancorada, de maneira profunda, na politização do território, transformado, mais que nunca, em espaço do poder e da coerção... mas também espaço de resistência, onde se luta pelo direito de ficar e partir, ir e voltar.⁵¹

A violência pode ser *observada, lida e sentida* na fala de mulheres e homens migrantes gaúchos em Rondonópolis e também de familiares no Rio Grande do Sul e no Paraná. Uma violência também feita no *silêncio*, nas interjeições, na distância espacial e temporal. Uma violência dada tanto pela *estrutura* como pelos sujeitos, ambos indissociados em um processo que só se faz *em partes* pela análise, e nunca no movimento próprio de mulheres e homens que *partem* e de outras e outros que *ficam*.

Assim, um estudo sobre a migração gaúcha para Rondonópolis, a partir da construção/reconstrução dos lugares de origem e destino, do trabalho, da memória e da representação das e dos migrantes e dos familiares que não migraram, remetia-me ao entendimento de que as *mudanças* fizeram parte tanto do migrante como dos não-migrantes, e que a construção/reconstrução de lugares e de sociabilidades é inerente a ambos, uma vez que os lugares passaram a apresentar *novas* relações.

Considerando que a migração sempre foi uma constante na ocupação do território hoje denominado de Brasil⁵², com movimentos migratórios que se sucederam no tempo e no espaço⁵³, os rompimentos entre *lugares de origem e lugares de destino* também foram expressivos. Detendo-se no movimento migratório de gaúchas e gaúchos para além do Rio Grande do Sul, a partir do início do século XX, primeiro para o oeste catarinense e paranaense, depois para o Mato Grosso, Rondônia e Acre, sobretudo, percebe-se que a cada geração a migração tomou novos contornos.

Com movimentos migratórios sucessivos, os rompimentos com os lugares de origem foram inevitáveis. A intensidade das relações entre migrantes e *sua origem*, no tempo, sofreu reveses, desgastes – um processo, mesmo que lento e gradual, que mitigou os envolvimento, o enraizamento⁵⁴

e, portanto, a relação com o passado e com os lugares desse passado, em especial para as gerações mais novas.

Para a compreensão desses movimentos, e especificamente de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis a partir de meados da década de 1960, e que se intensificaram nas duas décadas posteriores, podemos nos referenciar na *liberdade de escolha* do migrante das teses liberais, na “violência como fator migratório” de Carlos B. Vainer, nos “fatores de expulsão” e “fatores de atração” de Paul Singer, ou mesmo na “mobilidade de trabalho e acumulação de capital” de Jean-Paul de Gaudemar, rapidamente aludidos anteriormente. Referenciais teóricos importantes para o entendimento da mobilidade de pessoas de para outro lugar.

No entanto, a despeito do que sugerem os referenciais teóricos comentados, o movimento migratório de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis apresenta peculiaridades, principalmente pelos e nos lugares – do sul e do Mato Grosso. Dessa proposição, inferimos que aspectos subjetivos e de *ordem* conjuntural participam da migração e da construção/reconstrução dos lugares, e que precisam ser investigados.

De acordo com Maria Jesús Criado⁵⁵ (com base em Ferrarotti), “cada destino individual é único, mas, por sua vez, incorpora os acontecimentos gerais dos momentos no qual se insere, sendo necessário que o cotidiano se converta em história para que a história seja história de todos”. As *situações* e *condições* estruturais, conjunturais e individuais⁵⁶ – ou subjetivas – participam de uma mesma *transitoriedade migratória* dos sujeitos que *mudam* de um para outro lugar. Portanto, as *situações* e *condições* atuam em conjunto sobre quem migra e, articuladas, podem definir quem *fica* e quem *vai*.

A *transitoriedade migratória* é, aqui, uma tentativa de produção de uma explicação. Esta não tem o mesmo sentido de *movimento* ou *processo migratório*, entendido também como *corrente migratória* ou como um *continuum* de mobilidade de indivíduos de um para outro lugar (por exemplo, a migração de nordestinos para o sudeste brasileiro durante a maior parte do século XX).

Mais restritamente, *transitoriedade migratória* é o estado em *trânsito* dos sujeitos que se colocam em mobilidade, em migração. Um *ser deslocado* porque *não-locado* sobre um único lugar. *Trânsito* e *deslocamento* compõem a *transitoriedade migratória* que ultrapassa o momento – menor – do deslocamento em si, abarcando desde os preliminares da decisão de migrar até a definição de que o *seu* lugar é outro – não mais o de

origem –, definindo o novo lugar como aquele que lhe *pertence*, ou mesmo o lugar de origem se o retorno vier a definir o “fim” da *transitoriedade*. A *transitoriedade* entre dois lugares, de origem e de destino: um *continuum* que depende de cada migrante e por isto mesmo um *processo* eminentemente individual, calcado pela subjetividade e pelas relações que a migrante ou o migrante vai desenvolvendo no lugar novo, como também, ainda, de proximidade ou distanciamento do lugar *deixado*.

Em outras palavras – ou nas palavras de quem migra – a *transitoriedade migratória* parece se definir entre o momento em que se desenvolvem no lugar de origem o contraponto entre *perspectivas negativas* dali e a construção de *perspectivas positivas* em possíveis lugares de destino, apontando, então, a própria *decisão* de migrar. “Lá não tinha mais jeito de ficar”... Até o momento em que o lugar *chegado* é percebido como o novo lugar de pertencimento, de um novo *jeito* e de um novo *acostumar-se*. “Me acostumei com o jeito daqui”. “Lá eu não acostumo mais”.

O migrante como um ser em *trânsito*. Uma *mistura* de “um tanto de **nós** com muito dos **outros**”... E “arcar com as conseqüências”⁵⁷.

Simultaneamente pertencente a dois lugares, também não pertence a nenhum deles. Um *ser em trânsito* que também é um *ser cambiante* entre o lugar onde está e o lugar *deixado*. A *transitoriedade migratória* que apresenta, fundamentalmente, uma “temporariedade” (e não apenas uma temporalidade), pois se inscreve em um tempo determinado. É temporária. É definida por um *espaço temporal*. Esse tempo é variante de migrante para migrante. Pode durar toda a parte da vida no novo lugar vivido. Ou pode durar até o momento exato da chegada no lugar de destino. As *situações* e *condições* de cada migrante – econômicas, sociais, psicológicas... – é que definem esta “temporariedade”. Uma “temporariedade” que se define pela subjetividade⁵⁸, que por sua vez inscreve-se sobre um conjunto de relações tanto com o novo lugar como com o lugar de origem.

A constatação do *fim da transitoriedade migratória* define a passagem de um para outro lugar, na medida em que a migrante ou o migrante se definem como *su-jeitos* do lugar novo, em detrimento do sentimento de pertencimento ao lugar *deixado*. É o reconhecimento de um *ser* do lugar onde está e, em derivação, do não mais pertencimento do lugar de origem. Aqui, deixa de ser migrante. A *transitoriedade migratória* é temporal, mas necessariamente envolve uma dimensão espacial, pois se efetua entre dois ou mais lugares.

No entanto, o *fim da transitoriedade migratória*, se por um lado

redefine o sujeito nos lugares, por outro não retira dele as características do *ser* do lugar de origem. Assim, é possível deixar de ser migrante se já o foi. Impossível, no entanto, é deixar de “carregar” a *substância* do lugar *deixado*. Aqui, por exemplo, um migrante gaúcho em Rondonópolis pode deixar de *ser migrante*, mas não deixa de ser gaúcho. A *transitoriedade* abarca tão somente a sua condição de migrante e de pertencimento e não a sua condição de gaúcho. Passa a ser, portanto, um gaúcho em Mato Grosso, mesmo não sendo mais um migrante.

Essa *transitoriedade migratória* pode ser pensada como componente de uma *experiência migratória*, que Stuart Hall parece ter definido com grande propriedade a partir da “experiência diaspórica”: “longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada”⁵⁹. *Ser* de dois lugares e, ao mesmo tempo, de nenhum deles. Quando a “chegada” deixa de ser “sempre adiada” e torna-se definitiva, a *transitoriedade migratória* se finda.

A “experiência diaspórica”, de Stuart Hall, é tensa e prenhe de conflitos – assim como aqui a *transitoriedade migratória*. Ao discuti-la a partir da pesquisa de Mary Chamberlain (“Narratives of Exile and Return”), Stuart Hall é elucidativo ao considerar que os entrevistados – barbadianos retornados da Europa – falavam da dificuldade sentida por muitos em se religar a suas sociedades de origem, muitos sentindo que a “terra” tornara-se irreconhecível; por isso, percebiam como se os “elos naturais e espontâneos que antes possuíam tivessem sido interrompidos por suas experiências diaspóricas. Sentem-se felizes por estar em casa. Mas, a história, de alguma forma, interveio irrevogavelmente”⁶⁰. O caso apresentado é de migrantes retornados que passaram tanto pela “experiência diaspórica” como pelo não reconhecimento de si nos lugares de origem: “perdem o seu lugar no mundo”⁶¹!

A *transitoriedade migratória* é parte constituinte-fundante da identificação da migrante ou do migrante com os lugares. É a construção de uma *identidade* ante o *su-jeito* e o “jeito” dos lugares. Aqui, este aspecto refere-se antes à identificação de quem migra com os lugares do que em relação à certa *identidade gaúcha* ou *identidade mato-grossense*. Uma identidade com o lugar. Uma identidade que participa de um processo, de uma construção, portanto.

A identificação com o novo lugar pressupõe, inversamente, a *des-identificação* com o lugar *deixado*. Identificação e *des-identificação* entre,

nos e dos lugares, faz com que aquela ou aquele que migra *transite* sobre diferenças. Porque, como salientou Tomaz Tadeu da Silva, identidade e diferença são inseparáveis⁶².

A constatação da diferença e o *lugar*-papel que a migrante ou o migrante vão construindo a partir de sua percepção e apreensão, possibilitam a “tomada de posição” entre um e outro lugar. Em especial, identidade e diferença se fazem *concretas* e participantes do *real* na medida em que os lugares se apresentam aos sujeitos participantes da *transitoriedade migratória*. Esta apresentação possibilita, por sua vez, a *re-apresentação* das relações nos lugares interiorizadas pelos sujeitos migrantes.

Para Kathryn Woodward, a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior e, especialmente:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.⁶³

Na pergunta “quem sou?”, tem papel decisivo o lugar, “onde estou?”, apresentando-se como “o outro lado da moeda” do “quem sou”. *Ser e estar* que acabam definindo a *situação* e a *condição* dos sujeitos no tempo e nos lugares. Nos *jeitos* deles.

Também Kathryn Woodward, com base em Stuart Hall, acentua a importância das representações como base para a produção de sentidos, destacando nelas a inclusão de “práticas de significação” e dos “sistemas simbólicos” nos quais se dá a produção dos significados, “posicionando-nos como sujeitos”, sendo “por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”⁶⁴.

Na mesma “balada”, Tomaz Tadeu da Silva – também se baseando em Stuart Hall – salienta que “a representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema lingüístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder”⁶⁵.

Em aproximação, Pierre Bordieu (sintetizado por Lylia S. Guedes Galetti), coloca “as representações como *atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes*

investem os seus interesses e os seus pressupostos, e, em cuja elaboração, está em jogo o *monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer*”. E, conclui: “trata-se, portanto, de considerar que as representações podem contribuir para produzir aquilo por elas descrito ou designado quer dizer, a realidade objetiva”⁶⁶.

Identidade e diferença, manifestadas na produção de representações, estão marcadas por relações de poder. E, por outro lado, as representações que se produzem sobre a identidade e a diferença “são o resultado de atos de criação lingüística”. A fala, as palavras, os discursos, enfim, a linguagem, participam como processos de produção.

Segundo Pierre Bourdieu:

A razão de ser de um discurso nunca reside completamente na competência propriamente lingüística do locutor; ela reside no lugar socialmente definido a partir do qual ele é proferido, isto é, nas propriedades pertinentes de uma posição no campo das relações de classe ou num campo particular, como o campo intelectual ou o campo científico. [...] A origem da classe comanda a relação com a linguagem, pelo menos em parte, por meio da relação com o corpo, ela própria determinada pelas formas concretas que a divisão de trabalho entre os sexos reveste em cada classe, na prática e nas representações⁶⁷ (grifos nossos).

Aqui a questão da *linguagem* se aproxima de Mikhail Bakhtin, em especial ao destacar que “cada época e *cada grupo* têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica”⁶⁸ (os grifos são nossos). A linguagem que é construída de signos; que todo signo é também ideológico; que tudo que é ideológico possui um valor semiótico; e, que cada “signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade”⁶⁹. Fala, palavras, discursos e linguagem, portanto, participam do real.

A linguagem participa das relações de poder. Na sociedade dividida em classes sociais, a linguagem participa da luta que se trava entre elas. “O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se *refrata*. O que é que determina esta refração do ser no ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja, a *luta de classes*”, na medida em que “O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”⁷⁰. Por isso, mais do que nunca, “é necessário admitir a construção da linguagem de baixo para cima, fundamentada nas experiências vividas”⁷¹.

Na migração de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis, os dois lados

da mobilidade sofreram processos de mudança, por menor que tenham sido. Tais mudanças são apreendidas, principalmente, pelas e pelos migrantes e pelos sujeitos participantes das relações que se estabeleceram e ainda se estabelecem nos lugares de origem. O que falam, qual o discurso produzido, as palavras, as representações, pensadas como componentes da linguagem, participam de uma “comunidade semiótica” que reflete e que refrata signos. E todo signo é ideológico⁷². Todo signo é circunstancial e também localizável. Falar da migração como migrante em Rondonópolis ou como familiar no sul depende das relações que se estabelecem nos lugares e entre os lugares – entre os *seus* sujeitos. A *experiência migratória* é apreendida diferentemente para os sujeitos de *cá* e para os sujeitos de *lá*.

Ouvir, por isso, é um dos grandes papéis que nos coube.

A construção da *experiência migratória* de gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, e de familiares que permaneceram no sul, requereu o *mergulho* nas trajetórias migratórias e nas relações que estabeleceram e ainda estabelecem no Rio Grande do Sul e no Paraná. Para isto, recuperar a história e trajetória migratória, através da construção-reconstrução dos lugares de trabalho, da memória e das representações dos sujeitos envolvidos, requereu o aprofundamento teórico mas também a investigação empírica, em uma relação direta entre pesquisador e sujeitos centrais da migração.

É necessária a atenção ao que Edward P. Thompson⁷³ alertou, que a recusa pela investigação empírica confina a mente aos seus próprios limites, destacando a importância do diálogo entre conceituação e confrontação empírica, interrogando os “silêncios reais”. É fundamental, portanto, como também apontou João Carlos Souza⁷⁴, investigar “o significado da experiência humana”, uma vez que a construção, a incorporação de valores, da cultura, é contínua e se dá em um processo histórico a partir das experiências do cotidiano.

Em Abdelmalek Sayad⁷⁵, a imigração (incorporamos aqui também as migrações internas) é um “fato social completo”, e todo deslocamento de pessoas ocorre antes de tudo no espaço, mas também entre *espaços* sociais, econômicos, políticos e culturais. Em outro momento, o mesmo autor⁷⁶ alertava sobre as tensões e os conflitos que participam da migração (ou emigração/imigração de argelinos para a França, seu principal tema de estudos), ao discutir a *situação* de “uma família deslocada”: “todos envolvem nesses conflitos todo o seu ser social, isto é, a idéia que eles fazem deles mesmos ou, para falar a linguagem em curso hoje em dia, sua

identidade social (...). Esses conflitos são tanto mais significativos porque não se sustentam quase sobre uma base objetiva”.

Também Abdelmalek Sayad, em “A maldição”, expôs as “vísceras” da tensão de um *deslocado*, de um migrante *fora do lugar*, que participam com vigor da *experiência migratória* de um argelino na França. O emigrante/imigrante Abbas foi profundo: “A gente sabia que a França não era o paraíso” ao perceber que a *experiência* da migração “foi um fracasso total”. Tensões que abarcam tanto o lugar de destino como o lugar de origem: “Hoje chegamos às raias do insulto, de um e de outro lado, cada uma das partes acusando a outra, dizendo à outra que ele não vale nada”⁷⁷.

A (e/i)migração, então, divide a vida das pessoas que entram em mobilidade, ao mesmo tempo que divide a história em períodos: já não mais, apenas, entre períodos de “maturidade humana” – criança, adolescente, jovem, adulto... – e nem mesmo em rituais de passagem – batismo, eucaristia, crisma, casamento... – mas, sobretudo, na divisão entre lugares de *saída* e de *chegada*⁷⁸. Divisão que pode deixar pesadas marcas na vida do migrante e em especial para os mais velhos (segundo Ecléa Bosi, “Mudança e morte se equivalem para o idoso”⁷⁹). Mas, também, marcas naquelas e naqueles que ficaram, que mesmo o tempo e a distância “teimam” em não apagar. Tempos e lugares indissociáveis.

Assim, a ênfase no tempo pode e deve conduzir para o aprofundamento da *ênfase geográfica*, o lugar⁸⁰. O lugar deve ser pensado, portanto, tanto para a compreensão da produção e reprodução do espaço em seu sentido amplo, quanto na compreensão de suas singularidades que perpassam a subjetividade de quem o constrói e reconstrói. Lugares em construção. Aqui, novamente, aproximamo-nos de Pierre Bourdieu quando destaca que a separação – pela migração – não se dá sem sofrimentos, pois se produz a partir de “pessoas deslocadas”, “privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais”; ainda, segundo ele, assim “Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável”⁸¹.

Devemos sempre ter claro que a migração é um movimento construído pelo “emigrante” (aquele que sai) e pelo “imigrante” (aquele que chega), fundidos num só sujeito. Segundo Abdelmalek Sayad, a emigração se constitui como o “ato inicial do processo”, e:

a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal – e,

mesmo assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante.⁸²

No *novo lugar*, a “imigração” se coloca como “a maneira de estar ausente, sobre os efeitos da ausência, posto que a presença aqui deve muito à ausência lá, e posto que todo imigrante continua sendo, em algum sentido, um emigrante de algum lugar”⁸³. A própria percepção da paisagem⁸⁴ dos lugares de origem e destino é apreendida pelas referências de um e de outro lugar, criando e recriando representações desses lugares, como aponta Ana Fani Alessandri Carlos ao destacar que “O ser humano guarda múltiplas dimensões, seu processo de constituição é sempre aquele da criação, da recriação da superação”⁸⁵.

Criar e recriar são ações desenvolvidas pelos seres humanos em lugares. São os lugares que, constituídos pela “tríade habitante/identidade/lugar”, tornam-se porções do espaço apropriáveis para a vida através do corpo – dos sentidos: é o bairro, a praça, a rua⁸⁶. Devemos, por isso, vincular os sujeitos a lugares na medida em que ambos constroem, na relação com o conjuntural⁸⁷ e o estrutural, os acontecimentos – inclusive os movimentos migratórios.

Segundo Julie Cruikshank⁸⁸, os acontecimentos vinculam-se a lugares e “as pessoas usam localizações no espaço para falar de eventos ocorridos ao longo do tempo”, ocorrendo um vínculo, sobretudo, da memória ao lugar⁸⁹ e à família. O lugar com *personalidade* – não como sujeito – *apoiando-se* “num amplo conjunto de identidades”⁹⁰. O *lugar social*, das *relações sociais*⁹¹. O lugar como “uma dimensão mais subjetiva do espaço”⁹². Do *espaço vivido, experimentado e familiar*, “que começa como espaço indiferenciado [e] transforma-se em lugar, à medida que o conhecemos melhor”⁹³.

Referenciando-se em Rodman, também Julie Cruikshank acentua que:

A tradição oral vincula a história ao lugar, mas também põe em xeque nossa noção do que seja realmente lugar. Em geral, consideramos o lugar simplesmente como uma localização – um cenário ou palco onde as pessoas fazem coisas. As tradições indígenas tornam o lugar fundamental para a compreensão do passado, e mapeiam os eventos ao longo de montanhas, trilhas e rios que ligam territórios.⁹⁴

Em nosso trabalho não *lidamos* com as tradições indígenas... Mesmo assim, a passagem acima nos alerta para a grande importância

e necessária construção de um *diálogo* com os sujeitos envolvidos na migração que aqui se busca compreender. Porque pelo *diálogo* parece possível a *problematização* sobre os lugares. Lugares que “pertencem” aos sujeitos e são neles que as relações, materiais e simbólicas, são construídas e reconstruídas⁹⁵. *Resgatar* o lugar, portanto, implica o *resgate* dos sujeitos que produzem o espaço em seus cotidianos, as sociabilidades, *vivências* e *experiências*⁹⁶. *Os lugares vividos*.

Pois:

Os lugares vividos são frutos das relações tecidas entre os homens e o meio e os sentimentos de pertencimento; sentimentos que correspondem às práticas e às aspirações, estando estas relações codificadas por signos que lhe dão sentido. Entre os espaços da vida próximos ao distante e apenas imaginado, todos os territórios vividos ou pensados o são através de categorias que refletem situações da experiência relacional de vida⁹⁷.

Como a *experiência* do trabalho.

Pelo *trabalho de lembrar*. Pelo trabalho da palavra.

Para Mikhail Bakhtin, a “palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” e “está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação”⁹⁸. Compreender é interpretar. *Verbos* que devem ser *conjugados* pelo sujeito pesquisador, mas que também o são pelos sujeitos que falam, pois em cada palavra a compreensão e a interpretação se fazem presentes.

Há uma *filosofia*⁹⁹ na fala de cada entrevistado, seja da dona de casa da periferia rondonopolitana ou seja do irmão trabalhador autônomo do subúrbio da pequena cidade do noroeste sul-riograndense. E também porque a palavra, como asseverou Mikhail Bakhtin:

penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (...) A palavra é capaz de registrar as fazes transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.¹⁰⁰

A palavra registra as mudanças...

Como que as *gentes* de um e de outro lado da migração gaúcha para Rondonópolis perceberam e percebem a própria mobilidade ou a mobilidade de alguém próximo, agora distante? É na palavra, no trabalho de *lembrar*

e de falar, que parece possível esta apreensão. E isto é falar dos lugares e dos sujeitos deles.

Segundo Ana Fani Alessandri Carlos¹⁰¹, “São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso”. A mesma autora acentua que “O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano imediato”.

O lugar, nesse sentido, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. É ter claro que a história das pessoas assume uma dimensão social que emerge do cotidiano, no modo de vida, no relacionamento com o outro e entre estes e o lugar, através do uso. Portanto, “O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos”¹⁰².

Para a migrante ou o migrante, o lugar do “mundo vivido” metamorfoseia-se em *lugares do mundo vivido*, pois sua vida “transita” entre situações diversas, divididas e às vezes contraditórias e até antagônicas. Um referencial importante para pensarmos o trânsito de um lugar para outro é oferecido por José de Souza Martins, que, ao abordar as migrações temporárias, destaca também a transição de um tempo para outro:

Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. [...] “fora de casa”, “fora do lugar”, fora de “suas” relações sociais: não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: a dessocialização, nas relações sociais de origem, e a ressocialização nas relações sociais de “adoção”: Ele se mantém, pois, na duplicidade de suas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o vai voltar a ser e não o que é.¹⁰³

É construída, para a migrante ou o migrante e para os familiares que não migram, uma “concepção de ausência”. Desenvolve-se, assim, uma “transição inconclusa” entre tempos históricos distintos: “O movimento inconcluso da sua transição faz com que a cada momento da migração tenha que recuperar os respectivos padrões de sociabilidade”¹⁰⁴. Lugares e tempos distintos entre a *saída* e a *chegada*, mas que entre ambos encontra-

se um componente de *amálgama* nas relações entre tempos e lugares apenas aparentemente dissociados: a família.

A família apresenta-se como uma força de coesão entre os lugares e os tempos. Ecléa Bosi enfatiza que:

Em nenhum outro espaço social o lugar do indivíduo é tão fortemente destinado. Um homem pode mudar de país; se brasileiro, naturalizar-se finlandês; se leigo, pode tornar-se padre; se solteiro, tornar-se casado; se filho, tornar-se pai; se patrão, tornar-se criado. Mas o vínculo que o ata à sua família é irreversível: será sempre o filho de Antônia, o João do Pedro, o “meu Francisco” para a mãe. Apesar dessa fixidez de destino nas relações de parentesco, não há lugar onde a personalidade tenha maior relevo. Se, como dizem, a comunidade diferencia o indivíduo, nenhuma comunidade consegue como a família valorizar tanto a diferença de pessoa a pessoa.¹⁰⁵

É na família (ou em parte dela) que permanece no lugar de origem, e na família (ou em parte dela) que migra, que as relações entre os lugares se constroem. Por isso, podemos aludir que a ruptura com a família pela migração provoca ao mesmo tempo uma divisão na vida do sujeito migrante e também na vida nos sujeitos que permanecem no lugar. A migração envolve, pois, ambos os membros da família e por isso os lugares sofrem uma descontinuidade: o lugar de origem por “perder” o migrante e o lugar de destino por “recebê-lo”.

Processa-se, minimamente, uma dilaceração da identidade dos sujeitos envolvidos no movimento migratório, em especial naqueles que deixam o lugar. O sentimento de pertencimento baseia-se na construção da identidade, pois a vida humana se realiza no plano do lugar¹⁰⁶. E se a relação entre o sujeito e o seu entorno é um processo sempre renovado, modificando tanto (a mulher e) o homem quanto a natureza¹⁰⁷, a mudança de lugar pela migração pressupõe a renovação dos sujeitos envolvidos e dos lugares por eles *experienciados*.

A cultura é construída em lugares onde os sujeitos vivem e *experienciam* relações. Vivências e experiências constroem uma *tradição* e os homens e mulheres com ela promovem relações no tempo e nos lugares¹⁰⁸. De acordo com Olgária Mattos, a relação entre os “dominados” e a tradição tem como base o “enraizamento”, que significa o pertencimento a pontos de origem, “porque só podemos saber quem somos se reconhecermos nosso ponto de partida. O que significa, pois, a perda da tradição ou a dissolução da tradição? Antes de mais nada, significa desenraizamento, expatriamento”¹⁰⁹.

O desenraizamento pode dissolver parte da tradição, pois “relações velhas” se fundem em “relações novas”, para a e o migrante, em um outro lugar. Ocorre o que Abdelmalek Sayad enfatizou como uma relação dialética entre emigração e imigração: um conjunto de condições sociais que pode engendrar num dado momento da história uma forma particular de emigração; e também um efeito “bumerangue”: a imigração em cada uma de suas formas “repercute sobre as condições que estiveram na origem da emigração na fase anterior e, assim, contribui para suscitar uma nova categoria de emigrantes e imigrantes”¹¹⁰.

O movimento migratório de gaúchas trabalhadoras e gaúchos trabalhadores para Rondonópolis, por isso, também pode ser investigado em ambos os lugares desse movimento, na *origem* e no *destino*. Fundamentalmente, porque os (i)migrantes podem apresentar, também em nosso estudo, uma importante peculiaridade: “homens em outro lugar, de um lugar para o qual deverão voltar mais cedo ou mais tarde”, apontando uma natureza provisória e utilitária na presença do migrante¹¹¹ no lugar de origem. Isso, sobretudo, em função não apenas na concretude dos lugares, mas também dos aspectos mentais, dos *lugares simbólicos*. Como bem colocou Madeleine Rébérioux, os lugares simbólicos são “promovidos a símbolos por um processo de memorização consciente e militante, tornados simbólicos pela vontade de vencer o esquecimento no qual se mergulha não só a vida cotidiana operária, mas também a luta dos dominados”¹¹².

Nesse sentido, por viver em lugares que dividem sua existência¹¹³, o migrante é sempre aquele que *foi* ao mesmo tempo em que *permanece*. É um “ser ou não ser” o que *foi* ou o que deve *ser*; uma condição que o coloca na fronteira entre lugares. Não é “de dentro” “nem de fora”: são “indivíduos fronteiros” que devem adaptar-se a um novo contexto, novas normas, sobre as quais pesam variadas limitações que repercutem na vida cotidiana¹¹⁴. Os lugares, de *antes* e *depois*, são construídos e reconstruídos mesmo com limitações, pesos do passado e constrangimentos do presente, do novo lugar. Essa construção/reconstrução é, sobretudo, realizada pela *ação* humana singular de relação com o entorno e por isso também com os sujeitos do lugar (e até de outros lugares), especialmente pelo trabalho¹¹⁵. *A ação como experiência*¹¹⁶. Recuperar o trabalho dos homens e mulheres migrantes gaúchos para Rondonópolis, permite compreender as relações materiais desses sujeitos no lugar de origem e no lugar de destino.

Os lugares de origem e destino se inscrevem nos migrantes como “lugares de trabalho”, enquanto dimensão material de suas relações no

mundo. Novamente Madaleine Rébérioux, discutindo os lugares de trabalho dos operários na atividade industrial, aponta que “É a atividade industrial que cria o operário, que o distingue, seja qual for seu grau de qualificação e seu ofício, dos empregados aos de “mãos finas”, independentemente de seu lugar na produção, existe certa lógica em interrogar primeiro os lugares desse trabalho: a oficina, a fábrica, a usina. O que nos interessa neles, no que hoje constitui a minha perspectiva, é sua presença na memória operária, é aquilo que os operários interrogados nos dizem a seu respeito. Em suma, é o lugar que eles ocupam em seus imaginários¹¹⁷ e o que tal lugar, tal lembrança, pode nos ensinar”¹¹⁸.

Como bem destacou a autora, o trabalho permanece na memória dos sujeitos uma vez que os habilita ao pertencimento a um lugar, ao lugar de trabalho. O trabalho, portanto, corporificado e presente na memória, possibilita ao pesquisador inquirir sobre as condições materiais para a migração no *duplo* sentido do movimento e dos lugares: o trabalho no lugar de origem como condicionante para a *partida*, e o trabalho no lugar de destino como condicionante para a *chegada*. “Mundos do trabalho” independentes por lugares *distintos*, mas que se cruzam e se interpenetram pelo fazer migrante, pela construção/reconstrução dos lugares.

E, reafirmamos, com Milton Santos, que “O trabalho é a aplicação, sobre a natureza, da energia do homem, diretamente ou como prolongamento do seu corpo através de dispositivos mecânicos, no propósito de reproduzir a sua vida e a do grupo”¹¹⁹. É, sobretudo, uma “atividade criadora que permite ao homem existir, criar produtos necessários à produção e reprodução de sua existência e conseqüentemente criar sua própria organização espacial. (...) Assim, o trabalho é o ato através do qual o homem se relaciona com os outros homens e produz o espaço”¹²⁰. Constrói e reconstrói, portanto, lugares.

Há apenas produção, pelo trabalho, no espaço: “Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço”¹²¹. E essa produção do espaço é a própria construção/reconstrução dos sujeitos nela envolvidos, o que significa dizer que os lugares se modificam na medida em que mulheres e homens também se modificam, seja na relação com o entorno ou na relação com demais e mulheres e homens (ambas as relações indissociáveis).

Na relação entre trabalho e migração, Abdelmalek Sayad destaca que as condições de existência da (i)migração dão-se tendo em vista as

condições de vida e de trabalho, principalmente¹²². E o trabalho, por se colocar como condição de reprodução de homens e mulheres e migrantes e não-migrantes (os que permanecem no lugar de origem, a família ou parte dela), constitui-se como condição *sine qua non* para as modificações nos lugares, na origem e no destino.

Aqui, novamente nos reportamos a José de Souza Martins, que, discutindo as migrações temporárias sob o enfoque sociológico, permite-nos pensar a “desestruturação” dos lugares, nesse caso, principalmente do lugar de origem:

Sociologicamente falando, o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se encontra porque já é outro, procurando ser o mesmo. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que o via antes. Mais ainda: quanto tempo de ausência é necessário para definir a migração temporária? Os poucos dias durante os quais o trabalhador rural se desloca de uma região a outra, próxima, para colher laranjas, ou os muitos anos necessários a que um trabalhador ausente retorne ao seu povoado, depois de ter gasto toda sua vida numa fábrica de São Paulo?¹²³ (grifos nossos).

Mudam os lugares porque mudam os sujeitos. Lugares e sujeitos migrantes, portanto, não se separam. Mas a migração, como bem apontou o autor, altera também as relações na família que permanece no lugar de origem, pois “o lugar de cada um” se modifica porque os lugares da divisão do trabalho na família tomam novos contornos. Portanto, ao mesmo tempo em que o migrante sofre mudanças com a partida, também os que permanecem no lugar tem suas vidas modificadas.

Acrescentamos, como aponta Ecléa Bosi, que o trabalho (para os velhos) apresenta uma dupla significação: envolve movimentos do corpo penetrando fortemente na vida psicológica, também significando a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais: “Ele é um *emprego*, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de *status*”¹²⁴. O trabalho, assim, aponta quem somos e, no caso da e do migrante, aponta o seu lugar na hierarquia do “lugar novo”, por isso destaca-se como um sujeito que, do peso da tradição no lugar de origem, insere-se no peso da hierarquia no lugar de destino.

Contudo, o trabalho dá sentido à existência (dilacerada para os migrantes) de homens e mulheres. Mais enfaticamente, Ecléa Bosi destaca que “A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia”¹²⁵. Portanto, resgatar o trabalho nos seus sentidos material e simbólico, em ambos os lugares do movimento migratório, requer a ousadia para compreender as relações que “permitiram” *mudar* de um lugar para outro; que “permitiram” sair de uma condição de “ausente” para a condição de “presente”, mesmo que a ausência e a presença sejam diferentemente percebidas pelo migrante e pela família que permaneceu no lugar.

Trazer à tona o trabalho é *vasculhar* a formação do próprio migrante no lugar em que *saiu* e sua inserção no lugar em que *chegou*. É uma tentativa de compreender o migrante a partir de um fenômeno histórico e não de algo dado, acabado e absoluto¹²⁶. Edward P. Thompson, discutindo a formação da classe operária inglesa, destacou que essa deve ser resgatada considerando o movimento que a formou, um “fenômeno histórico” unificador de uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”; acontecimentos que ocorrem efetivamente nas relações humanas enquanto relação histórica: “A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais”¹²⁷.

A formação, portanto, é processual e por isso *movimento*. O movimento que se dá pelo trabalho e faz emergir os sujeitos nos seus modos de viver¹²⁸ e de pensar. Sobre trabalho e migração, Abdelmalek Sayad salientou que:

Foi o trabalho que fez “nascer” e imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou o empurra para o não-ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes.¹²⁹

Analisar o trabalho das e dos migrantes nos lugares de origem e destino também requer o aprofundamento na compreensão de seus “modos de vida”, que, para João Carlos Souza, significa discutir os significados de suas experiências de vida, requerendo ainda análises de suas estratégias de sobrevivência, de seu trabalho – antes e depois da migração¹³⁰.

Esse é um desafio também apontado por Cássia Magaldi: “fazer com

que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica”¹³¹ (enfatizamos, aqui e para o nosso estudo, a *dimensão geográfica*, os lugares).

A dimensão geográfica, reiteramos, pressupõe a apropriação do espaço, e “Falar da apropriação do espaço é tratar de sua organização em diferentes escalas, que devem nos remeter tanto à memória do poder como, opostamente, à memória do trabalho”¹³². Nesse sentido, a articulação em *múltiplas escalas*¹³³ entre migração, lugares, trabalho e memória (portanto espaciais e temporais) se faz necessária não para permanecermos no passado, mas para a compreensão da construção/reconstrução dos lugares temporalmente e, sobretudo, do resgate dos *olhares*¹³⁴ dos sujeitos que participaram do movimento migratório.

É a memória que nos possibilita resgatar os lugares antes da migração, em *olhares* diversos: dos que partiram e dos que permaneceram. Como aponta Ana Fani Alesandri Carlos, “o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, passível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”¹³⁵. O corpo se apropria dos lugares através do uso, mas também através da memória, que compõe o “tecido de nossas relações com o espaço”, ao mesmo tempo em que as memórias “podem ser imaginadas como estratos superpostos, visíveis simultaneamente”¹³⁶.

Por outro lado, como salientado anteriormente, o lugar deve ser pensado sob a “tríade habitante/identidade/lugar”, sendo que:

a memória é a base para a construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais. Afinal, a memória é quem vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço em que se inserem e as conseqüentes relações que se vêm estabelecer a partir dessa identificação.¹³⁷

Portanto, só há lugar na construção/reconstrução desse com a memória, enquanto “parcelas” do passado que permanecem no espaço porque adquirem uma *tessitura* temporal e, portanto, de *elo* entre passado e presente, entre lugares distantes mas entrelaçados pelas experiências apropriadas pela memória.

A memória pertence aos sujeitos que migram e àqueles que permanecem no lugar: temos, assim, não apenas uma, mas diversas memórias. Mas a memória não é apenas um *dado* individual, mesmo que advinda de sujeitos ímpares; é, sobretudo, uma “memória coletiva”¹³⁸ que

tem em cada sujeito feições singulares. É, assim, necessário destacar, em acordo com Ecléa Bosi, que a:

memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação.¹³⁹

E como acrescenta Ecléa Bosi, “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”¹⁴⁰. Referenciando-se em Halbwachs, a mesma autora reitera que:

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual¹⁴¹. (grifos nossos)

Portanto, o suporte da memória é o grupo e nos identificamos com ele fazendo nosso o seu passado¹⁴². Nesse sentido, a construção da memória – para grupos *dissipados* pela migração – coloca-nos a possibilidade de *resgatar* os lugares, revelando-se e dando outra dimensão para o tempo¹⁴³.

A memória é parte inerente à “experiência humana”, que para Edward P. Thompson representa a incorporação dos homens e mulheres como sujeitos “que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura*”¹⁴⁴.

Mesmo que Milton Santos tenha observado que “Para os migrantes, a memória é inútil”, uma vez que trazem lembranças e experiências criadas em outro meio e que pouco serviria para a luta cotidiana, o mesmo autor não deixa de acentuar que “O passado comparece como uma das condições para a realização do evento, mas o dado dinâmico na produção da nova história é o próprio presente, isto é, a conjunção seletiva de forças em um dado momento”. Assim, a memória também deve ser apreendida a partir do movimento temporal-espacial de sua formação/constituição, portanto dinâmica, e não enquanto “consciência congelada”, mesmo porque “O lugar novo o obriga [o migrante] a um novo aprendizado e a uma nova formulação”¹⁴⁵, sem, contudo, entendemos, romper completamente com os lugares *deixados*.

Portanto, *a memória não é inútil!* Nem para quem parte e nem para quem fica. Se não é da memória que se reconstróem as relações de trabalho, ela, contudo, participa também da *re-constituição* das relações entre quem migra e das relações entre quem fica, como também entre as *gentes* que partiram e que ficaram. As vizinhas e os vizinhos, por exemplo, podem ser novos, mas as relações de quem chega também são permeadas pelas relações de vizinhança no lugar deixado. As comparações, quase sempre, são inevitáveis, bem como as relações conjugais, entre pais e filhos, de lazer e assim por diante.

A memória não é um dado *à parte* dos sujeitos: dá-se a inseparabilidade entre memória e práticas cotidianas. Ou seja, a memória está nas práticas e as práticas estão na memória. O passado, igualmente, também é uma construção constante, no presente e em direção ao futuro. O passado feito memória é movimento de tempos que se separam, se juntam, se invertem e se *fazem* individuais e coletivos.

Evidentemente, a memória assume outra dimensão além da temporal: a espacial. Pois, “que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”¹⁴⁶. E “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, assim como a memória individual:

o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca.¹⁴⁷

Do espaço feito lugar, feito casa e família, lazer e rua, companheirismo e trabalho, feito *gentes* distantes e saudades. Da memória feita *espaço vivido* pois “é na história vivida que se apóia nossa memória”¹⁴⁸. Não há lugar sem memória, porque não há lugar sem sujeitos – redundante falar, portanto, que não há sujeito sem memória. Assim, a tríade lugar-sujeito-memória é a própria contraposição do não-lugar¹⁴⁹, da não-memória e do não-sujeito.

As decisões para a migração ou para a não migração certamente também estão colocadas na memória dos sujeitos sobre situações e contextos experienciados¹⁵⁰ ou transmitidos pela tradição oral, sobretudo. E, mesmo que fatores de *ordem* conjuntural e estrutural atuem sobre tais decisões, devemos buscar resgatar as especificidades apresentadas pelos sujeitos participantes do movimento migratório. De acordo com Maria

Jesús Criado¹⁵¹, o peso das decisões individuais é evidente nos processos migratórios, daí a necessidade de incorporar o papel dos indivíduos na interpretação. Mesmo porque são também os indivíduos que mais direta e profundamente são afetados pelo processo migratório.

É imprescindível incorporar na pesquisa, nesse sentido, o *resgate* da memória através da fonte oral, enquanto metodologia capaz de recriar o movimento migratório e, por sua vez, os lugares *pertencentes* à migração: no sul e em Rondonópolis, principalmente. Destaco a utilização da fonte oral pois, como ressalta João Carlos Souza, possibilita visitar a memória dos migrantes, apreender vivências que não são objeto de preocupações do poder instituído e apreender pontos de vista dos excluídos socialmente¹⁵². Em especial:

a história oral pode contribuir muito no estudo sobre as representações do social. Fundadas não na tradição escrita, mas na oral, muitos desses migrantes, através de suas narrativas, conseguem estabelecer comparativos, relações, fazendo releituras das experiências. A memória que vai sendo resguardada pode se tornar potencial de luta, quando volta o perigo. A fragmentação das experiências na sociedade capitalista contemporânea pode ser resgatada nos movimentos populares e pela história oral.¹⁵³

Acrescento, para este estudo, que a “história oral”, enquanto metodologia para o resgate da memória e também das representações dos sujeitos envolvidos no movimento migratório a ser pesquisado, possibilita a “desfragmentação” das experiências dilaceradas pela *saída* e pela *permanência*. Porque também, de acordo com Marilda Aparecida de Menezes, “falar de vidas é renunciar à simetria” e, “Ao contar e recontar sua história, o migrante adquire sobre ela um certo domínio. Percebe que sua trajetória, aparentemente individual ou quando muito familiar, na verdade faz parte de um processo mais amplo de mobilidade em massa”¹⁵⁴. *Contar e recontar*, através da fala feita *fonte oral*, tende a apresentar a memória como uma “dimensão fundamental da cidadania”¹⁵⁵.

Estou ciente de que a fonte oral é uma das possibilidades para o resgate da memória e, portanto, dos lugares, colocando-se como contraponto ao “escrito com carimbo institucional”, que começa a deixar de ser a única fonte “fidedigna”; reconhecer a “tradição oral como fonte válida, inclusive enquanto contraposição aos registros de caráter unívoco, contribui para subverter a “memória do rei” e questionar a história oficial”¹⁵⁶.

É claro que, como alerta Michael M. Hall, os relatos da história

oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico das outras fontes¹⁵⁷. Principalmente porque, acentua, a memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas resulta de determinações sociais complexas: “Pensamos, lembramos e exprimimo-nos em formas social e culturalmente determinadas”¹⁵⁸.

A memória é parte da vida de qualquer ser humano. Segundo Marilena Chauí, a memória é um fato biológico, mas numa sociedade de classes, que exclui, domina, oprime, oculta as diferenças sob ideologias da identidade, a memória é um valor, um direito a conquistar¹⁵⁹. *Resgatar* a memória de migrantes e de familiares no sul, no movimento migratório de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis, é uma tentativa de conquistar e *reatar* uma memória dilacerada.

Toda memória, ainda, é produzida sobre *representações*. Interessamos, aqui, *resgatar* e compreender as representações dos lugares de origem e de destino, antes e depois da migração, tanto por migrantes quanto por não-migrantes. Partimos do entendimento inicial que as representações calcam-se sobre valores e, esses, participam do todo social, pois, como acentua Edward P. Thompson¹⁶⁰, toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores¹⁶¹, reiterando que:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “habits” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata... Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria.¹⁶² (grifos nossos)

As representações, como movimento, tendem também a mudar durante e depois da migração. Certamente, representações do lugar de destino sofrem abalos com a mobilidade assim como as representações do lugar de origem, justamente pela apreensão de outros referenciais de vida, de experiência, novas idéias e concepções de *si* e do *outro*. É relativamente comum ouvirmos de migrantes que o lugar que *deixou* (depois de uma visita) já não é o mesmo, ocorrendo o que Abdelmalek Sayad apontou como um “estranhamento” nas idas à cidade natal, percebendo nela traços de conservadorismo e tradicionalismo antes imperceptíveis¹⁶³.

Abdelmalek Sayad também enfatizou essa relação ambígua e contraditória exemplificando com o caso de uma filha de imigrantes

argelinos na França: para ela há uma diferença, uma linha divisória, uma “fronteira invisível” entre quem nasceu na Argélia e quem nasceu na França¹⁶⁴. Ou seja, no cabo de uma geração, as representações dos lugares sofrem mudanças que provocam o estranhamento¹⁶⁵ de sujeitos antes pertencentes ao mesmo lugar. Ainda para o autor, o país de origem (Argélia) também mudou e, por isso, “apenas devolve aos emigrantes a imagem de suas próprias transformações ou das transformações que projetam nele” – “ele [o país, ou o lugar de origem] acaba se tornando estranho a seus emigrantes”, levando-os de volta, assim, a sua própria emigração. Enfim, os emigrantes carregam um sistema de referência duplo e contraditório – no turbilhão de “idas e vindas” entre os dois sistemas de referência, mudam os emigrantes e os não-emigrantes¹⁶⁶.

A compreensão dessas mudanças nos lugares a partir da ênfase no trabalho, na memória e nas representações, entendo, é condição necessária para a construção de uma compreensão que – mesmo parcial e limitadamente – *devolve* aos sujeitos seus gostos e medos, lembranças e opiniões, relações materiais e imateriais. O entendimento da migração de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis, considerando as questões e justificativas apresentadas, é construído sobre um *olhar geográfico* que parte do lugar enquanto espaço das manifestações concretas e simbólicas (o vivido).

Esse é o desafio a que me proponho: dar *voz e vez* a migrantes e familiares no sul que “desfilam” em seus lugares, muitas vezes, como autômatos, sedentos por um lugar que os torne *inteiros* e sem máculas de um passado e de um presente que “teima” em considerá-los, quase sempre, “fora do lugar”.

Um desafio que, *grosso modo*, resume-se em *compreender*.

Uma compreensão que pode ser construída sobre uma “reflexividade reflexa”, uma comunicação “não-violenta”, como sugeriu Pierre Bourdieu. E isso pressupõe, segundo ele:

a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, como a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.¹⁶⁷

Disposição à pessoa e submissão à singularidade, adotando sua linguagem e entrando em seus pontos de vista, em seus sentimentos, em

seus pensamentos... Na fala, pela palavra. No *ouvir* e no *escrever*.

O caminho? Não... Um caminho.

Um caminho teórico-metodológico.

Um caminho, também, *literal*.

Exorcizando qualquer perspectiva positivista que delineia a separação entre *sujeito* e *objeto*, entre pesquisador, pesquisadas e pesquisados, fui colocando-me tanto na condição de sujeito *igual* às mulheres e aos homens migrantes e às e aos familiares do sul, e, especialmente, como migrante gaúcho também para o Mato Grosso (com passagem pelo oeste paranaense, antes, e pelo Acre, depois).

O *fazer-se* sujeito-pesquisador se coadunava, inevitavelmente, ao *fazer-se* sujeito-migrante. Por isso, ainda mais, a impossibilidade da formação de um abismo entre quem pesquisa e quem é pesquisado.

3. Fazer-se na palavra

Werner e a esposa Maria falavam do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Mato Grosso. Ali, na área que dava para a rua, a luz da lâmpada fraca da noite também transmitia as palavras cansadas de Werner, depois de mais de doze horas de trabalho. Os filhos, de vez em quando, da sala e em frente à televisão, espiavam as *palavras* da mãe e do pai, das quais também eles faziam parte.

Ao findar da entrevista, Werner, motorista de táxi e de ônibus, ainda *desfiou* uma *verdade* simples que, na *ciência*, seriam necessárias páginas e páginas escritas para a sua explicação: “é, um conta a história de um jeito, outro de outra, né?” Cada um conta de um *jeito*. Contar a *história de um jeito* é contá-la, ao seu *jeito*, *verdadeira*... Por vezes, contudo, as palavras *certas* não *aparecem*: “é, a gente fala que o mesmo estudo deixa a gente mais, as vez quê falá aquela palavra, que é a palavra certa, e fala errado”. Werner e Maria, no *falar* as palavras *certas* e *erradas*, o faziam de seus *jeitos*, de homem e mulher do trabalho: *sujeitos* da mobilidade entre lugares e do *movimento* da fala que é também o *mover-se* entre o *certo* e o *errado*, assim como as próprias palavras.

*

A apreensão das experiências migratórias de gaúchas e gaúchos

em Rondonópolis, implica *transitar* pelas relações que desenvolveram e desenvolvem nos lugares. Moradores em bairros periféricos, essa apreensão envolve a construção de suas memórias. Memória que *é vida* e “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”¹⁶⁸. As memórias também vêm à tona embaladas por perguntas que instigam tanto o caminho do passado para o presente, como do presente para o passado. Esses caminhos se entrecruzam. Qualquer linearidade parece impossível. Daí também se resvalar para o futuro.

Da mesma forma, apreender as memórias e as representações sobre a migração, de uma irmã ou de um irmão, filha ou filho, cunhada ou cunhado, do lugar de origem, daquelas e daqueles que *ficaram*, requer também o *trânsito* pelas relações que desenvolveram e ainda desenvolvem com os que *partiram*. Aqui, semelhantemente, qualquer linearidade é difícil. Mesmo que perguntas tentem construí-la, as referências à partida do familiar migrante dão-se por informações do presente, ao mesmo tempo em que o presente de quem partiu é abordado por seu passado no lugar de origem. E o futuro, não obstante, também participa dessas construções.

Mas, antes que haja a construção da memória, das representações e dos lugares que ambas envolvem, tanto de quem partiu como de quem ficou, é necessária uma construção anterior: o entendimento para o *inquirido* sobre a importância do *memoriar*. Aparentemente simples, essa construção impele o pesquisador ao estabelecimento de uma relação de cumplicidade e de confiança. Porque, primeiro, há a desconfiança por quem *é inquirido*. Uma desconfiança que se despoja de qualquer polidez ao falar: “eu não tenho nada a dizer”.

A questão do “eu não tenho nada a dizer” é reposta no “pra que é importante falar sobre a minha saída do sul e a vinda pra cá?”, ou, “por que é importante entrevistar alguém que tem um parente no Mato Grosso?” Isso não está registrado em nenhuma fita k-7. No entanto, essas duas perguntas, de quem partiu e de quem ficou – que podem ser sintetizadas em apenas uma: “por que falar sobre isto?” –, evidencia pelo menos duas grandes questões sobre quem está autorizado a falar das trajetórias e experiências migratórias e dos lugares. A primeira questão é o direito à fala¹⁶⁹. A segunda a um possível ostracismo.

O direito à fala pode redundar na liquidação ou senão na tentativa de quebra do monopólio de poucos no falar sobre a migração e os lugares. E

mais: de registrá-la. O fato de a fala das trabalhadoras e dos trabalhadores reproduzir, em alguma medida, a memória, as representações e a ideologia das ricas e dos ricos não deve justificar o impedimento daquelas e daqueles se expressarem. Quando indagam sobre a importância de falarem sobre suas vidas, as migrantes e os migrantes pobres estão denunciando a imposição do silêncio. E, sem dúvida, longe estão as trabalhadoras e os trabalhadores migrantes de apenas reproduzirem a ideologia da classe dominante. Mesmo que isso se dê no que concerne às representações, igualmente não se dá no referente às relações nos lugares de origem e de destino. Talvez, o maior perigo da leitura do duo determinista-economicista é confundir ideologia com práticas sociais, com a *experiência*¹⁷⁰. A primeira pode pertencer às segundas, mas as segundas ultrapassam as primeiras. Somente por isto o resgate das trajetórias e experiências migratórias das trabalhadoras e dos trabalhadores, através da fala, se justificaria.

Também o ostracismo é construído pelas relações de classe. As críticas ao marxismo ortodoxo, principalmente aquelas referentes à ênfase do determinismo econômico sobre todas as demais relações humanas, devem se render a uma constatação: em uma sociedade de classes, como na capitalista, o monopólio do falar e do registrar a história é assegurado pela classe dominante, tanto porque fala como também porque dispõe dos meios necessários de registro da fala, através da escrita, da pintura, etc., e atualmente, através dos meios *midiáticos*. Mas não apenas por isso. Em especial, porque ricas e ricos, ao falar ou registrar, falam de um *fazer* em consonância com a idéia de progresso, de ascensão social e econômica, de trabalho como redenção e do individualismo como fundamento. Ao contrário, pobres tendem a falar sobre suas frustrações, seus medos, seus sonhos despedaçados, suas expectativas dilaceradas pelo não cumprimento de contratos pelos patrões, do desemprego, do trabalho pesado. Falam da periferia. Denunciam, sobretudo, que só alguns “vencem”. Ideologicamente, para a burguesia, falar disso não é importante. E as ricas e os ricos dificilmente, um dia, conhecerão, verdadeiramente, a miséria humana¹⁷¹.

Garantir às trabalhadoras e aos trabalhadores o direito à fala é possibilitar a saída do ostracismo. A fala como *ato político*¹⁷² e como *ação*¹⁷³. Porque denunciam, como migrantes, que nem todas as gaúchas e todos os gaúchos em Rondonópolis ascenderam socialmente... Mas, também, é preciso ultrapassar o *denuncismo*. Tanto as trabalhadoras e os trabalhadores gaúchos em Rondonópolis quanto seus familiares que permaneceram no

Rio Grande do Sul ou no Paraná, também falam de alegrias, de superações de situações adversas, de saudade, de filhas e de filhos que há muito tempo não vêm, de momentos bons do passado e do presente, de esperanças de futuro. Falam de experiências em lugares que, se denunciam a exploração, a dominação e a imposição, também expressam a solidariedade, a resistência e o direito à mobilidade e, porque não, à permanência.

E falar sobre isso é transitar, como inicialmente apontamos, por três tempos: passado, presente e futuro – nessa e em todas as outras ordens possíveis. Mesmo que a fala seja registrada em um desses tempos – no presente –, as barreiras que o separam dos demais – o passado e o futuro – são bastante frágeis. Do Rio Grande do Sul e Paraná (passado) para Rondonópolis (presente) e talvez para o “nortão” (futuro), ou o contrário, indicam a quebra de uma linearidade que, mesmo ainda tão presente no imaginário brasileiro pela grande influência do positivismo, mostra-se cambiante diante da dialética dos tempos.

Também dialéticos são os *percursos* de migrantes e de seus familiares – do Rio Grande do Sul ou do Paraná –, por entre os lugares; *grosso modo*, os lugares Mato Grosso e Rio Grande do Sul e Paraná. Também nesse caso, as tentativas por parte do *inquiridor*, em delimitar uma certa ordem, caem por terra. Porque o “como era a vida no sul” pode vir com a resposta da comparação entre aqui e lá. Daí, a fala sobre os lugares implicar um constante jogo comparativo entre os lugares *deixado* e *chegado*, sobretudo, para além dos lugares enquanto localização; dos lugares na relação com os sujeitos e nas relações que estes desenvolvem, principalmente, pelo trabalho. Portanto, o trânsito por entre os lugares do sul e do Mato Grosso não é vazio, mas carregado de tensões e de conflitos, por um lado, e de saudade, alegrias e esperanças, por outro.

Contudo, a fala desaparece no trabalho final. Até, anteriormente: quando a fala, registrada, ouvida e transcrita, vira fonte escrita. Perde-se o som, o riso, o soluço, o barulho do caminhão que passa na rua, da televisão ligada na sala, do telefone que toca, da criança que chora... Do homem que chora... Mas a perda é inevitável. Mesmo se o registro se desse por filmagem, há um enquadramento que é sempre parcial. Mais completo que a gravação em fita-7? Sem dúvida. Mas difícil é não perder. Inclusive a própria definição do tema e dos sujeitos significa um recorte. Portanto, um corte. Uma análise parcial do tema.

O opção pela fonte oral também deve ser percebida como uma *opção parcial*. Sempre um *pesquisa inconclusa*¹⁷⁴. É a opção por uma fonte. Não

a única. Mesmo que o fosse, isso não deveria implicar na desautorização da investigação. Porque toda fonte é construção de alguém. E toda fonte, se em algum momento pode parecer prenhe de possibilidades, em outro pode se apresentar caduca. E isso não se apresenta aqui como uma desmotivação. Ao contrário, coloca-se como um ponto de partida no sentido da atenção redobrada sobre cada palavra dita em seu devido contexto, em um tempo e em um lugar.

A escolha dos *sujeitos da fala* é definida por critérios que variam para cada pesquisadora e pesquisador. Não são poucos os casos em que esta escolha é definida considerando os sujeitos aparentemente mais representativos de um dado fato ou acontecimento. Isto pode levar a tentativas parcialmente frustradas de remontar a compreensão sobre as *gentes*, os lugares e suas relações. Ao partir do pressuposto de que os “líderes” sabem mais ou de que os ricos detêm um número maior de *informações*, os não-líderes ou os pobres figuram como meros coadjuvantes, inseridos na trama e no drama pelas falas de outrem.

Na mobilidade gaúcha para Rondonópolis – ou para qualquer outro município em que a participação de gaúchas e gaúchos tenha minimamente influenciado no desenvolvimento econômico –, comumente as referências à participação dessas e desses na *vida* da cidade ocorrem no elenco de homens (são poucas as mulheres) e famílias gaúchas ou sulistas de maior poder aquisitivo. Se estas referências podem ser detectadas em conversas onde participam um ou mais gaúchos, em que o assunto seja a economia do município e possíveis referências a certas atividades, seus “pioneiros” e seus participantes, o entendimento comum é que eles – os ricos –, por suas maiores experiências à frente de médias ou grandes empresas urbanas ou rurais, têm maior autoridade para falar da história destes sujeitos na *vida* da cidade. A produção, pelas ricas e pelos ricos, de um *discurso competente* procurando “obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante”, apaga as diferenças e as contradições¹⁷⁵.

Em linhas gerais, a transferência do poder da fala e da autoridade que delineia o *falar*, tem a corroboração, por vezes, dos próprios sujeitos – também gaúchas e gaúchos – *desposados* deste poder: as trabalhadoras e os trabalhadores, os pobres. Porque na contra-indagação “por que falar sobre isto?” – sobre os lugares de origem e de destino que envolveram e ainda envolvem a mobilidade –, está subjacente uma certa auto-negação da fala. Ou seja, a construção, implícita e até explicitamente, do repasse de um

direito, mas principalmente da autoridade do *falar*, àquelas e àqueles que “melhor” representam as gaúchas e os gaúchos no lugar.

O constrangimento, em alguma medida, é partícipe da auto-negação da fala e do repasse a outrem que, a princípio, teria mais capacitado para o exercício de *memoriar* a saída do sul, a chegada e as vivências em Rondonópolis e todas as demais relações daí construídas. Em primeiro, lugar porque o *chamamento* – ou o convite – ao relato das experiências é de tal forma inusitado, que a possibilidade disso ser interpretado como importante se esvai nas súbitas comparações entre as trajetórias individual e familiar de trabalhadoras e trabalhadores e àquelas trajetórias em que o “sucesso” e o “progresso” são características manifestas. Em segundo lugar (e umbilicalmente ligada à constatação anterior), detecta-se que a efetivação do relato de suas trajetórias migratórias, que envolvem os lugares e suas relações, tanto pode demonstrar que nem todas e todos tiveram o “sucesso” e o “progresso” como parceiros, como, ainda, de que o *ser gaúcho* como condição única foi inócua no sentido de possibilitar ascensões social e econômica similares às gaúchas e aos gaúchos pertencentes à classe dominante local.

Em grande medida, a *fala* das trajetórias individuais e familiares por gaúchas e gaúchos trabalhadores, moradores em bairros periféricos de Rondonópolis, envolveu um sentimento regional – de origem e de pertencimento – que norteia a constituição de uma certa *comunidade gaúcha*. Essa *comunidade* imperaria sobre as relações, tensões e conflitos entre as classes sociais. A *provocação* sobre as gaúchas e os gaúchos trabalhadores, para o resgate de suas trajetórias migratórias é, minimamente, susceptível de rompimento das *teias* que sustentam os sentimentos apoiadores dessa pretensa *comunidade gaúcha* imaginária, que extrapolaria o território sul-riograndense.

Por outro lado, uma outra gama de aspectos sobre certas dificuldades da efetiva participação no resgate de trajetórias de gaúchas e gaúchos trabalhadores para Rondonópolis, situa-se sobre um campo da pesquisa que busca dentre as mulheres e homens “comuns”, ouvir os ainda mais “comuns” – os “comuns dos comuns” –, os que “apenas buscaram sobreviver”¹⁷⁶. Os estudos em torno dos movimentos sociais, das organizações populares, das resistências negra e indígena, das questões de gênero e camponesa, dentre outros, orientam-se sobre a valorização de uma contra-história àquela feita pelos “grandes homens”. É a contra-oficialidade que se efetiva no desencadeamento e desenvolvimento do movimento no qual seus

participantes atuam. Protagonistas, portanto, das mudanças nas relações sobre a questão agrária, urbana, ecológica, étnica e cultural.

É evidente que as gaúchos e os gaúchos trabalhadores em Rondonópolis participaram e ainda participam de uma questão demográfica; especificamente, de uma questão migratória, que, tanto no sul como no Mato Grosso, envolveram outras questões, como a agrária e a urbana. No entanto, a escolha sobre os sujeitos migrantes gaúchos em Rondonópolis obedeceu a um critério único: migrantes gaúchas e gaúchos trabalhadores, moradores em bairros periféricos da cidade. Essas e esses partiram do Rio Grande do Sul ou do Paraná (uma segunda ou mesmo uma terceira partida) sem participarem de um movimento mais coeso de migração de gaúchas e gaúchos. Mesmo que o número de gaúchas e gaúchos residentes no município ultrapasse mais de duas mil e oitocentas pessoas (pelo Censo do IBGE de 1991, 2.871), esta mobilidade obedeceu a critérios de partida e de chegada bastante diversos, o que impossibilitaria dizer – pelo menos no caso de migrantes trabalhadores – que participaram de um movimento migratório mais ordenado.

Isso não é afirmar que condicionantes estruturais e conjunturais tenham inexistido sobre as decisões de *partir* e de *chegar*. Ao contrário, requer o entendimento de que tais condicionantes atuaram tão fortemente sobre lugares vários do sul e que, por isso, se se pode considerar a existência, nas décadas de 1970 e 1980, em especial, de uma mobilidade de sulistas para o Centro Oeste e Amazônia, da mesma forma deve-se ponderar que toda partida de um lugar e chegada em outro é sempre individual ou familiar. E o foi em Rondonópolis (como em tantas outras cidades do Mato Grosso), porque ali não se contou com o desenvolvimento de projetos de colonização dirigida, como nos casos de Canarana e Terra Nova¹⁷⁷, por exemplo.

A consideração de que Rondonópolis não surge com sulistas (como Primavera do Leste ou Campo Verde), mas somente participa dos reflexos da expansão de um “novo” modelo agrícola e pecuário calcado sobre a industrialização da agricultura e das atividades pecuárias, em que a ocupação do cerrado teve papel expressivo com sulistas mínima ou maximamente capitalizados, deve ser mencionada como inibidora de uma corrente migratória mais efetiva para o município e, em especial, para os bairros periféricos da cidade. Isso requer apontar que a migração de gaúchas e gaúchos trabalhadores foi esparsa no tempo e esparsa no tocante aos bairros de moradia (o que também não significa a inexistência de

bairros que apresentam uma participação mais considerável de sulistas; ao contrário, os bairros Parati e Novo Horizonte, por exemplo, e em alguma medida também considerados bairros de “classe média”, tem um número considerável de moradores originários do sul).

Mas, além da afirmação da supremacia de sulistas – em especial de gaúchos – na recente ocupação e uso das terras do cerrado para a produção inicialmente do arroz, depois soja e milho e hoje alguns se dedicando à produção do algodão com alta escala tecnológica, torna-se um contra-senso afirmar a existência de um movimento migratório mais coeso de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis. Essa migração foi ainda mais esparsa no tangente às atividades econômico-profissionais que desenvolviam e desenvolvem – além do tempo e dos bairros de fixação de moradia.

Assim, o não envolvimento em um projeto de colonização oficial ou particular, a não ascensão social e econômica que os tornaria ícones de gaúchas e gaúchos no “desbravamento” do cerrado-sertão mato-grossense e rondonopolitano, e a não constituição de um movimento migratório coeso de trabalhadoras e trabalhadores gaúchos para Rondonópolis, são aspectos que dificultam, em um primeiro momento, a possibilidade do *diálogo* com suas trajetórias através do *memorar*, na produção da fonte oral. Houve, neste sentido, a necessidade da produção de um *discurso* de convencimento sobre a importância do *resgate* da história e da trajetória migratória de cada uma ou de cada um, menos para a “exaltação” e evidência de “sucessos” ou “fracassos”, e mais para a reconstrução das experiências nos lugares da migração.

A ocorrência de uma migração *induzida* – e não dirigida ou forçada –, que caracteriza a mobilidade de gaúchas e gaúchos trabalhadores para Rondonópolis, aparece como uma questão importante sobre as possibilidades de reconstrução das experiências dos migrantes. (Migração *induzida* especialmente pelas condições de sobrevivência postas nos lugares de origem e as possibilidades de sobrevivência que se apresentavam no lugar de destino; *induzida* e não dirigida ou forçada porque, em última instância, a alternativa da migração colocava-se *pari passu* à alternativa da permanência no sul; e, migração *induzida*, também, por situações singulares de um ou mais indivíduos que apresentavam uma certa “tendência” à mobilidade diferentemente de seus familiares, isto é, pessoas ou famílias que, em condições sócio-econômicas similares às demais pessoas ou famílias próximas, foram *induzidas* e “embaladas” por condicionantes

de outra ordem, só passíveis de compreensão em seus devidos casos e contextos.) Esta possibilidade se agiganta porque tais experiências passam a se mostrar extremamente diferentes umas das outras. Daí não ser possível falar em um movimento migratório uniforme e coeso e, por outro lado, a impossibilidade em auferir mensuração maior ou menor para uma ou outra condicionante.

Isso posto, cabe ainda um breve comentário sobre a referência às trabalhadoras e aos trabalhadores gaúchos em Rondonópolis e seus familiares no sul – sujeitos deste trabalho – como os “comuns dos comuns”. É mister esclarecer, primeiro e sobretudo, que “comum”, aqui, relaciona-se ao ordinário e não à desqualificação. Os sujeitos “comuns dos comuns” tem como pressuposto duas constatações, uma ligada às representações e ao imaginário sociais e a outra a uma produção científica que, na pretensão de dar voz aos silenciados pela história e geografia oficiais, pode acabar reproduzindo, inversamente, uma contra-oficialidade também parcial e reducionista.

Sobre a constatação primeira, já se apontou o privilégio e o monopólio dos ricos no *falar* e no *registrar* as histórias e trajetórias nos lugares de origem e de destino, assim como na construção de representações e de um imaginário sobre e *pensar* e o *fazer de lá e daqui*. Mais do que não possuir o direito da *fala* e do *registro*, as trabalhadoras e os trabalhadores interiorizam as representações e reconstroem um imaginário igual ou senão em consonância ao da classe dominante. Essas trabalhadoras e trabalhadores poderiam ser definidos, em contraposição à definição de sujeitos “incomuns” atribuída aos ricos – porque representam a idealização e os ícones do “progresso” e do “sucesso” pelo “trabalho” –, de “comuns”.

O mundo do “progresso”, do “sucesso” e do “trabalho” – sempre de algumas e de alguns –, têm contraditoriamente desenvolvido a constatação de que – mesmo que todas e todos participem destas relações –, são poucas e poucos que figuram como representantes de tais ideais. Em contestação ao *status quo* construído pelas concepções e práticas burguesas, trabalhadoras e trabalhadores e grupos de trabalhadores lutam, denunciam, resistem e se organizam em movimentos sociais populares – rurais e urbanos – nos mais diversos rincões do Brasil. Índios, negros, sem-terra, mulheres, sindicatos, estudantes e migrantes, de formas múltiplas, ensejam contraposições à espoliação, dominação, exploração e morte. Esses movimentos organizados adquirem respaldo social na medida que transformam lutas

localizadas em bandeiras mais amplas, sintonizadas, inclusive, em escala nacional e internacional. Isso tanto os coloca – os sujeitos participantes destes movimentos – à frente de possibilidades de transformação, como também à frente dos *focos* de atenção, em especial no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas nas ciências humanas e sociais.

Os sujeitos deste trabalho – trabalhadoras gaúchas e trabalhadores gaúchos migrantes em Rondonópolis e familiares que permaneceram no Rio Grande do Sul ou mesmo no Paraná – não se inscrevem no rol dos protagonistas de movimentos sociais de nenhuma ordem. São trabalhadoras e trabalhadores que participam de relações no interregno entre as mulheres e homens do “progresso” e entre os contestadores deste modo de pensar e de agir. Nem ascenderam social e economicamente e nem lutam – pelo menos organizadamente – na contestação da *ordem* e do *progresso*. Não participam como símbolos da ordem e não participam como participantes da *contra-ordem*. Não são nem os “incomuns” ricos e nem os “comuns” dos movimentos sociais. São, assim, os “comuns dos comuns”.

Mulheres e homens “comuns”. Migrantes. Gaúchas e gaúchos. Familiares destes no sul. Mecânicos, donas de casa, motoristas de táxi, pedreiros, professoras, garçons e aposentados. “Comuns”: nem ricos nem na contra-ordem.

“Comuns dos comuns”. Os que *apenas* sobrevivem, vivem.

São estas e estes, que nos primeiros contatos entendem que não têm nada a dizer, os participantes deste trabalho. O *artifício* para a escolha foi a condição de gaúchas e gaúchos trabalhadores em Rondonópolis e a condição de familiar destes migrantes no Rio Grande do Sul ou no Paraná. A principal motivação desta escolha é a possibilidade da construção de uma contraposição à ordem dos ricos, na medida em que pode contribuir para o deslindamento da pretensa homogeneização que se afirma em discursos mas que se fragiliza nas trajetórias, vivências e experiências, de gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, como também no resgate das vivências e experiências nos lugares do sul. Por outro lado, é uma aposta na possibilidade de que o resgate destas trajetórias, vivências e experiências participem da produção de uma geografia das migrações e de seus lugares, através da reconstrução de uma prática importante para as comunidades rurais, das quais participam todas e todos os nossos sujeitos nos seus lugares: a narração. O papel da geógrafa e do geógrafo, portanto, é também *ver e ouvir*, entendendo “que são os trabalhadores – os maiores interessados na transformação da sociedade – que devem falar”¹⁷⁸.

Mesmo trabalhadoras e trabalhadores “comuns”, a narração de suas trajetórias, vivências e experiências, deve participar como parte da luta pelo direito à *fala* e, em decorrência, pelo direito ao *registro*. Direitos que os retirem do ostracismo da geografia e da história oficiais. De um ostracismo também construído para a legitimação de um discurso torpe porque homogeneizador, e da legitimação de práticas de exclusão, de indiferença, de preconceitos, de constrangimentos e de contradições. Direitos, enfim, que se contrapõem ao ostracismo e revelam diferenças e condicionantes que tanto são negligenciadas pelo discurso das gaúchas e dos gaúchos ricos em Rondonópolis, como por interpretações cientificistas fechadas e previamente estruturalistas e estruturalizantes.

As *falas* das gaúchas e dos gaúchos trabalhadores moradores em Rondonópolis e de seus familiares no Rio Grande do Sul ou no Paraná versam sobre lugares. Mas, também, são *falas* que se constroem em lugares. Há o lugar de *fala* e os lugares da *fala*. Os primeiros têm sua construção iniciada pelo pesquisador ao procurar, encontrar, “convencer” e preparar os lugares de onde serão emitidas palavras, frases, “pedaços” de vida e “cacos” dos lugares de *cá* e de *lá*. Os segundos são justamente estes lugares, os de *cá* e os de *lá*, o resultado construído a partir daqueles.

A *procura* de lugares de fala é comparada à labuta do garimpeiro. De informações às vezes esparsas, às vezes precisas, parte em rumos que podem levar à bamburra. A sorte e o azar acompanham os sonhadores. O primeiro contato com o solo pode indicar a existência de ouro ou que a argila está tanto na superfície como nas profundezas, ali apontando que qualquer procura se mostrará infrutífera. Por isso deve ser construída, inicialmente, a possibilidade de *encontro* entre quem procura e quem é procurado, mesmo que a desconfiança seja um componente nos contatos iniciais. Assim como o ouro só é descoberto – ou achado – na relação direta entre garimpeiro e minério, a confiança para a construção de lugares de fala pressupõe o contato pessoal entre pesquisador e migrante ou familiar no sul. Porém, uma diferença se coloca em comparação com a procura das mulheres e homens de garimpo: o encontrar lugares pelo garimpeiro pode conduzir à bamburra ou ao fracasso, enquanto que o encontrar lugares pelo pesquisador necessariamente o leva à “bamburra”. Porque ao se achar o local e nele construir um lugar, a relação de confiança foi construída e não é mais possível o encontro de “ouro preto”, pois a resposta a qualquer pergunta – seja pequena ou grande a resposta – constitui o sentido da busca.

Os lugares de fala só *a priori* são lugares definidos pelo pesquisador¹⁷⁹; em última instância, o *chão* mesmo onde se realizam as conversas tem como definidor o *inquirido*. O quintal da casa, a varanda do fundo, a área da frente ou a área do lado, a sala de estar ou na cozinha, onde há mais espaço para mais pessoas sentarem. São os lugares comumente destinados às visitas. “A visitação que age em sentido contrário do isolamento e desenraizamento”¹⁸⁰.

E o pesquisador também é um visitante. Mas um visitante diferenciado, porque o visitado tem claro que a troca, em certa medida, não será, pelo menos durante o trabalho de entrevista, recíproco. Porque as perguntas e respostas serão postas em direção única sem possibilidades de inversão desta relação, pelo menos enquanto a fita-7 estiver rodando. Porque, depois...

Mas até esse momento o *inquirido* já sabe de onde o pesquisador é e no que trabalha, por perguntas e respostas que precedem ou procedem a gravação. É, em última instância, a casa do *inquirido* o lugar onde este se expõe a um, até então, estranho. E é bom que seja a casa dele. Mesmo com possíveis constrangimentos diante de alguém familiar ou conhecido, que por ali se encontre ou por ali passe, é na casa ou próximo dela que se constrói certa condição de segurança, que parece permitir à entrevistada ou ao entrevistado uma maior *abertura* para as relações e os lugares da migração.

Ao contrário, em qualquer outro lugar fora da casa, as possibilidades de encontro e de contato tendem a ser minoradas. Talvez porque no trabalho o tempo deve ser destinado aos afazeres ordenados pelo patrão e não para “conversas fiadas”; e o trabalhador migrante sabe bem disso. Talvez porque o bar da esquina represente o local de encontro sob circunstâncias completamente distantes de uma conversa “séria”, como sobre a saída do sul e a chegada em Rondonópolis. E talvez porque os locais de trabalho e de farra sejam locais não gratos para a exposição de partes da vida que nem pertencem ao patrão e que nem participem das rodas de cerveja, de cachaça, de pife ou canastra.

Os lugares de fala acabam adquirindo um sentido especial para o pesquisador na medida em que este observa a possibilidade de construção de um lugar de permissividade de perguntas e de respostas, ao mesmo tempo em que a construção de lugares de fala se mostra condição importante para o deslancar do resgate das trajetórias, vivências e experiências de quem partiu e de quem ficou, fazendo emergir o sentimento de que a desconfiança inicial se desfaz a cada passo – ou a cada pergunta – permitindo ao *inquirido*

falar de si e falar dos outros, falar das coisas próximas e das distantes. Fundamentalmente, faz perceber que suas relações daqui e dali parecem ganhar uma importância até então jamais percebida e até então jamais pensadas como possibilidades de um dia ganharem alguma notoriedade, por menor que ela se apresente.

Os lugares *de* fala permitem a passagem para os lugares *da* fala. Ambos, em momentos distintos e também simultâneos, requerem uma construção, aqueles pela adesão e convencimento, estes pelo resgate e exposição das trajetórias, vivências e experiências nos lugares constituintes da migração. Se é possível afirmar que toda migração é por definição a relação entre dois ou mais lugares, não é despropósito dizer que a fala dos migrantes é o envolvimento destes com lugares que foram *ladrihados* em tempos e espaços diferenciados, e que nas falas se reconstroem também em tempo e lugar específicos.

Portanto, a consciência e a ação do *falar* dos lugares da migração têm como referência tanto constrangimentos como estímulos dos lugares de fala. Porque constrangimentos e estímulos, fracassos e sucessos, desilusões e esperanças, tristezas e alegrias, separações e encontros e desemprego e trabalho, participaram e ainda participam de um conjunto de relações em quais a autora ou o autor da fala se insere. O que fala e o que não fala levam a marca desse conjunto. Essa é possivelmente a maior base limitadora ao escancaramento das possibilidades de reconstrução dos lugares pelo *memoriar*. Condições de limitação que podem ser lidas como entraves para o *desfloramento* de parte das relações nos lugares de cá e de lá; mas condições de limitação que devem suplantar o entrave posto e anunciar e denunciar que verdades, mesmo conscientes e vividas por pessoas, são guardadas a “sete chaves” e morrerão com os seus portadores. E esta é uma inevitabilidade que não se tem como desconstruir, porque em condições normais – de não pressão e de não tortura – fala-se de coisas entre coisas, de relações entre relações, de tensões entre tensões, de alegrias entre alegrias. É sempre uma seleção; é sempre a parcialidade. As condições vividas e *experienciadas* nos lugares de fala e nos lugares da fala tanto fundam as bases para o desenrolar do *falar* como de suas limitações de exposição.

Os lugares da fala reconstruídos, palavra por palavra, vão definindo, dialeticamente, relações de identidade entre quem fala e o que é falado. As relações de identidade emanam nas respostas e vão como que se alojando em um *baú* onde mais tarde recomeça-se – em um lugar que já não é mais o

de fala nem mais o da fala, mas o do “silêncio” e da “solidão” do pesquisador –, metaforicamente, o lento mas instigador debulhar dos cachos de grãos trigueiros para o feitiço da farinha, para daí preparar, amassar, assar e comer o pão...

Não obstante, deve-se ter claro que os lugares da fala, assim como a própria fala, são sempre reconstruções parciais. Privilegiam-se aspectos em detrimento de outros possíveis. Privilégios e detrimentos que se dão tanto pelas perguntas de quem *pergunta* quanto pelas respostas de quem é *inquirido*. Mas o estabelecimento das identidades, entre portadores da fala e lugares, não deixa de indicar que as próprias identidades e suas reconstruções se materializam como identidades e reconstruções dentre possíveis outras identidades e reconstruções. Porque o dito caminha *pari passu* ao contradito e ao não-dito, a coerência à ambigüidade. Identidades e reconstruções que novamente se prostram às positivities e às negatividades de cada trajetória, vivência e experiência migratórias. E se a identidade é sempre resultado de uma parcialidade, é também parte de um momento, por isso momentânea porque também dependente das relações passadas e de futuro, de um processo, parte de toda e qualquer pesquisa que se debruce sobre tema e problemática semelhante. Por outro lado, as possibilidades de futuro de quem fala participam da reconstrução das identidades com os lugares do passado ou do presente, numa incontestável relação entre lugares e tempos.

As mulheres e homens que falam são *comuns*, assim também o são os lugares nos quais falam. Lugares comuns. Sujeitos e lugares comuns que se cruzam sem, no entanto, se dissiparem. Há pessoas nos lugares e lugares nas pessoas, ambos se produzindo e se reproduzindo no *ladrilhar* de pedaços de lugares, de *jeitos* e de *sujeitos*. Por meio desses lugares comuns constroem *lugares de identidade*, que se fazem de lugares próximos e de lugares distantes. Por entre esses pequenos lugares – partes de um lugar maior – falam de suas vidas, de suas saídas e chegadas, dos tropeços e sucessos, dos trabalhos e da família – dos *de cá* e dos *de lá* – do sul e do Mato Grosso.

Lugares comuns que, se já fazem parte dos que falam, passam a fazer parte também daquele que ouve. *Lugares comuns* porque não menos e não mais importantes que o conjunto dos pequenos lugares da casa, do quintal, da rua. A escolha é sempre de quem responde, porque é ele o *dono do pedaço*¹⁸¹. O lugar é dela ou dele. Um lugar-casa ou um lugar-terreno que, por instantes, dá *lugar* a um lugar-partilha. Ali onde os

dias são permeados pelo trabalho doméstico, pelas visitas de vizinhos ou familiares, por questões tensas e menos tensas, pela angústia do dinheiro curto... É dali que falam *pedaços de vida*, porque também é ali que vivem esses *pedaços*.

Os *lugares comuns* da fala são construídos na relação de quem quer ouvir e de quem pode vir a falar. A fala é o resultado *a posteriori* do processo de contato, de esclarecimento e de confiança. Os *lugares comuns*, por isso, são partes do movimento maior entre quem ouve e quem fala. Em outras palavras, é o delicado mas gratificante trabalho de colar os pedacinhos do vaso que caiu para vê-lo novamente inteiro. O trabalho daquela e daquele que fala pelas *perguntas* e daquela e daquele que fala pelas *respostas*, buscando reconstruir o “vaso estilhaçado” pela saída do *lugar natal* e pelas andanças nos *lugares* outros. *Pedaços* de lugares que participam de vidas inteiras.

Na varanda lateral da casa. Sob a sombra da árvore próxima à rua. Na área do quintal. Na sala de estar. No local de trabalho. No boteco... Os *lugares comuns* da fala são feitos de instantes definidos e escolhidos pela chegada de quem quer ouvir e pela disposição de quem quer ser ouvido. É preciso se ajeitar na cadeira, preparar-se para a primeira pergunta e *fazer-se* “orelha” para as prováveis e improváveis respostas. É desenvolver um roteiro não acabado. Um roteiro em construção permanente. Um roteiro em que as imagens dos *lugares comuns* do presente impregnam-se das imagens do passado e de tendências e possibilidades de futuro. Aquele lugar bem ali, na área do fundo da casa, em que a narradora ou o narrador necessita de uma pausa para colocar mais água ao fogo e continuar a entrevista – ou o chimarrão.

São *lugares comuns*, de gaúchas e gaúchos *comuns*. São algumas das gaúchas e dos gaúchos em Rondonópolis e de seus familiares no sul. No Mato Grosso, gaúchas e gaúchos *espalhados* pela periferia e que, geralmente, não se conhecem. Acabam, de uma ou de outra forma se reconhecendo nos exemplos das outras e outros na medida em que a interlocução entre entrevistador e entrevistada/entrevistado assim possibilita. Nos *lugares comuns* – de *mulheres* e *homens comuns* – ouve-se histórias e trajetórias migratórias *comuns*. No entanto, umas e outras histórias e trajetórias migratórias apresentam especificidades que fazem dos *lugares comuns* da fala *lugares* ímpares dos que falam. Aí, qualquer generalização soa extravagante e qualquer comparação estapafúrdia. Assim, se *comuns* os *lugares* e as *gentes* da fala, *não-comuns* são as vivências e experiências de

cada uma ou de cada um.

Há na construção dos *lugares da fala* – por vezes velado, por vezes explícito – um desejo pelos lugares reservados. Quem fala o faz para alguém em um contexto diferente daquele cotidianamente produzido e reproduzido. Quem fala o faz em um momento, em um lugar e para alguém que, além de ouvir, registra. Que além de registrar faz de cada pergunta e de cada resposta, emergir uma questão a mais, que faz emergir respostas outras. Tais perguntas e respostas fazem parte de um lugar e de um momento que transcendem os *lugares comuns* do cotidiano. Daí, a escolha por lugares reservados é condição importante para o ouvir e o falar. Sem constrangimentos. Ou sem maiores constrangimentos.

Os *lugares comuns da fala* são aqui minimamente reconstruídos na medida em que as próprias falas forem surgindo e se desenrolando. Isso é importante dizer porque os lugares dos quais aqui se escreve, e dos quais migrantes gaúchas e gaúchos e familiares do sul falam – portanto reconstroem –, de origem e de destino, também são permeados pelos lugares de construção-reconstrução das falas sobre os lugares *de cá* e *de lá*. Os lugares da fala – o instante *presente* dos lugares – acabam se amalgamando aos lugares dos quais se fala – os instantes *passado* e *futuro* dos lugares.

Responder, discorrer, comentar, falar e narrar, sobre as trajetórias, as vivências e as experiências nos lugares do sul e de Rondonópolis, requer o *trabalho de lembrar*. Um *trabalho* que escapa à definição corrente de trabalho, ancorada, *grosso modo*, como a atividade ligada à produção de algo, geralmente de mercadorias, do *trabalho abstrato*¹⁸². Por esta definição, lembrar não é trabalho. Por que o que se produz ao lembrar? Qual o destino *prático* do resultado/produto da ação de lembrar? O que se ganha ao se lembrar/falar das trajetórias, vivências e experiências nos lugares de cada uma ou de cada um? Isto é trabalho? Lembrar para que?

A possibilidade de subversão existente no *trabalho de lembrar*, sobre a concepção economicista de trabalho, encontra lastro quando se ultrapassa a própria definição de trabalho na qual são “formados” mulheres e homens, e da qual constantemente influencia-se filhas e filhos. Porque a concepção de trabalho moderna-burguesa é extremamente permeada pelos valores do produtivismo e da acumulação material ilimitada. Senão veja-se, partindo do contraponto ao trabalho, o tempo livre: são enormes as dificuldades para se lidar com o ócio, porque o tempo do “nada fazer” também aparece como o “tempo do pecado”, um “tempo perdido”. Alguns exemplos: há um ditado popular que diz: “Deus ajuda a quem cedo madruga”, porque não

se pode perder tempo dormindo; deve-se ocupar o máximo do tempo das crianças para não fazerem “arte”; e os presos só pensam em fugir porque não tem outra coisa para fazer, “deveriam trabalhar”.

Por isso, é necessária a construção de uma concepção de trabalho que ultrapasse o produtivismo e a acumulação material ilimitada. Especificamente, no *trabalho de lembrar*, as trajetórias, as vivências e as experiências dos lugares de *cá* e de *lá*, também se produz algo: *memória*. A diferença é que esta *memória*, mesmo enquanto produção, não estará no dia seguinte em uma gôndola de supermercado para ser vendida; sabe-se, é verdade, que o próprio mercado editorial já produz e vende livros de memórias, mas são raros (porque também pouco consumidos) os livros que resgatam a *memória* das trabalhadoras e dos trabalhadores. Por isto que o trabalho de *lembrar* ainda é, para muitos, “coisa de quem não tem nada para fazer”.

Deve-se sempre considerar, também, que há um complexo jogo de poder e de luta pela produção da *memória* em uma sociedade, como também no interior de grupos, instituições e entidades que dela participam. Por exemplo: a produção da *memória* de um hospital psiquiátrico pode ser realizada com a atribuição da *fala e trabalho de lembrar* a médicos, enfermeiros, diretores e colaboradores financeiros para que o hospital fosse criado e se mantivesse, assim como em profunda consulta nas fichas de internamento, o que poderia retratar de alguma forma a história da instituição. A *memória* do hospital poderia ser produzida por tais sujeitos e por tais documentos, podendo-se, assim, desconsiderar por completo a *palavra* dos sujeitos motivadores para a própria criação do hospital: os “loucos”. Mas, alguns diriam: “ora, loucos são loucos”... São. E presos são presos, índios são índios, crianças são crianças, mulheres são mulheres, trabalhadores são trabalhadores, migrantes pobres são migrantes pobres... Mas elas e eles – todas e todos – também têm algo a dizer.

Se a produção da memória é uma questão de *poder*, isto significa que a participação dos sujeitos nessa produção depende, fundamentalmente, da distribuição do poder na sociedade e entre grupos da sociedade. Portanto, é também uma questão de democracia, no sentido mais positivo de sua concepção. Nessa mesma direção, deve-se atentar que o *trabalho de lembrar*, pressuposto da produção da *memória*, deve se colocar como um direito conquistado (mas também como uma contínua reconquista) no intrincado campo de lutas que envolve as desiguais e antagônicas classes sociais sob o capitalismo.

Por isso, subverter a concepção de trabalho economicista, produtivista e de acumulação material ilimitada, é parte de uma revolução simbólica que deve caminhar, concomitantemente, à revolução das relações que definem a distribuição da riqueza tanto material quanto imaterial. Neste contexto, o *trabalho de lembrar* é parte da conquista das trabalhadoras e dos trabalhadores sobre o domínio da *memória* e, porque não, da história e dos destinos da sociedade. Revolucionar a forma de produção da *memória*, com a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores, é ter o direito ao *trabalho de lembrar*. Exercê-lo pode representar a subversão das formas tradicionais e conservadoras de produção de *memória* e, por sua vez, de produção dos lugares e da história.

Subverter é também criar espaços de liberdade.

Fazer-se livre pela palavra, mesmo que seja através do *pensar*. A palavra, a linguagem, como o “momento da criação espontânea”, porque “ninguém pode obrigar a pensar com palavras determinadas, nós escolhemos nossas palavras e nós lhes damos nossos significados”. E “a liberdade das palavras é talvez a mais importante das liberdades”, definindo a “própria substância” de quem fala¹⁸³.

A palavra: “a principal arma de luta”. Escrita, pensada e praticada como “exercício de liberdade”. A palavra, para o exilado – e também para quem migra –, permite *suavizar a dor*¹⁸⁴. Permite a luta contra o esquecimento. Permite permanecer vivo.

Pela palavra, *fazem-se* as mulheres e homens deste e neste trabalho.

4. *Fazer-se pela fala*

Gaúchas e gaúchos trabalhadores em Rondonópolis e familiares no sul, *aqui, fazem-se* no falar. *Fazem-se* no que dizem, nas palavras que emanam significados feitos memória, representações, trabalho, lugares. *Fazem-se* sujeitos pelos *jeitos* dos lugares *deixados* e dos *chegados*: no *jeito* de cada palavra que reflete a relação de cada uma e de cada um na *mudança* de um para outro lugar.

Fazer-se é também *mostrar-se*. Colocar-se à mostra pelo *dito* e pelo *não-dito*. Apontar caminhos e descaminhos, acertos e erros, fracassos e sucessos. É *desnudar-se*. É *fragilizar-se* e *fortalecer-se* simultaneamente. É *fazer-se* e *mostrar-se* migrante; *fazer-se* e *mostrar-se* familiar distante. Na tensão e na saudade. Na *presença* e na *ausência*¹⁸⁵.

Em cada palavra, os sujeitos de *cá* e de *lá* parecem expor *pedaços* da “alma”. Da alma de si. Da alma do familiar próximo ou do distante. Almas, por isso, também dos lugares¹⁸⁶. Nas palavras se deslinda uma alma que sobrevive para além do lugar de sua origem e *migra* para lugares distantes, dentro, junto e parte dos sujeitos que a levam, carregam, lembram e falam¹⁸⁷. De almas que também se fazem – nas palavras ditas e aqui escritas – poéticas e imortais, em um *compromisso da alma*¹⁸⁸ que *devaneia* seus *jeitos* nos sujeitos do trabalho.

Um compromisso, portanto, com mulheres e homens que trabalham. Com as palavras que *brotam* em suas casas, salas, cozinhas, quintais, áreas de frente e áreas de fundo. Palavras não-burguesas. Dos não-ricos. *Gentes* e suas palavras que tomam significados distintos por sua condição de classe. Migrar sem dinheiro é diferente do gaúcho que compra uma fazenda de dois mil hectares no cerrado. Migrar na esperança do trabalho não se assemelha à mobilidade das mulheres e homens donas das empresas rurais e urbanas. Migrar no trabalho é ainda fazer das palavras a propriedade basilar do *estar* perto e do *ser* distante. Porque, assim como no sentido das palavras, nem o *estado de espírito* é o mesmo para ricos e pobres¹⁸⁹.

Palavras e sujeitos participantes de um *campo lingüístico*¹⁹⁰ ao mesmo tempo parte e em contraposição à dominação imprimida e falada pelo discurso dominante. De migrantes trabalhadoras e trabalhadores em Rondonópolis e de familiares do Rio Grande do Sul e do Paraná... Em *coro* nas palavras de *gentes* como os pobres do Vale do Jequitinhonha: “mamãe, eu vou embora!” Eu falava: “Não vai, não, minha filha, porque se você for embora, eu tenho que ir, eu não posso porque se eu for o seu irmão morre”¹⁹¹. Como nas palavras das *gentes circenses*: “Ele passou lá, eu peguei e acompanhei o circo. Sempre gostei... Deixei a família”¹⁹². De *Severinos, Januárias e Raimundos* na metrópole: “O que eu queria era uma festa pra gente se sentir em casa, pra dançar e se divertir como era na nossa terra”¹⁹³.

Como as palavras de mulheres do campo para as cidades do sul: “Eu aprendi coisas que nunca tinha aprendido: aprendi que a terra não era pra ser vendida”¹⁹⁴. De *bóias-frias* no corte da cana em São Paulo: “Olha, eles não querem que eu falo”¹⁹⁵. De colonos assentados no Mato Grosso: “Não tinha nada, não tinham nenhuma família de colono (...) Não achei nada difícil, meus filho tudo tem coragem, eu também tenho”¹⁹⁶. Do trabalho de brasileiras e brasileiros nos Estados Unidos – “Nós somos uma nação de imigrantes”¹⁹⁷ – ou no Japão – “o Japão tá coalhado de brasileiros”¹⁹⁸.

De *sampauleiros*: “O baiano não falava. Aliás, falava, falava por cima, e nós, cego de vontade de irmos embora, não queríamos nem saber de nada. Trabalho! Eu quero mais é ganhar dinheiro, que me importa o trabalho”¹⁹⁹.

Ou de latino-americanos não-brasileiros em São Paulo: “Eu, para ajudar a minha esposa, me levantava às cinco e meia para lavar as fraldas do bebê”²⁰⁰; e “Cada día, en esta nueva cultura, la cual me enseña a vivir, senti todo lo bueno y lo malo que es ser migrante”²⁰¹. Palavras de *migrantes* moradoras e moradores de rua: “Roupa e sapato não dá para comprar. A gente usa o que ganha”²⁰². De meninas e meninos de rua: “- Tem mais alguma coisa que você acha que a família é bom? / - Eu me esqueci”²⁰³. De mais meninas e meninos de rua: “É ruim, hein, eu ser menino de rua”²⁰⁴... Como também de muitos outros lugares e de muitos outros sujeitos, como palavras do botequim e do cabaré²⁰⁵.

Palavras de “novos” sujeitos que vão, por entre o pano cerrado, e teimosamente, *entrando em cena*²⁰⁶. *Excluídos da história* e dos lugares buscam, mesmo que vencidos, quebrar o silêncio²⁰⁷. Palavras e silêncios que se fazem *cotidiano* e por isso participam de cada sujeito enquanto *ser particular e ser genérico*²⁰⁸. Por isso, cada gaúcha e cada gaúcho em Rondonópolis, ou familiares *ficados* do sul, falam seu *texto* de seus contextos correspondentes. As palavras não estão soltas no ar: *se grudam e se soltam* da língua e *cospem a saliva* dos lugares e de suas *gentes*, das quais todas e todos também fazem parte.

Palavras de *cá* (ou de *lá?*), de Ana, Maneco, Pedro, Rodrigo, Antônio, Bibiana, Licurgo, Alice, João, Ricardo, Werner e Maria.

Palavras de *lá* (ou de *cá?*), de Chico, Valéria, Paula, Nicolau, Horácio, Rosa, Juvenal, Rita, Bento, Arminda, Henriqueta, Carla, Dulce e Arnaldo...

Palavras dispostas, postas e repostas, adiante, em duas partes: a primeira, **de gaúchas e gaúchos em Rondonópolis**; e, a segunda, **de familiares no sul**. Ambas as partes subdivididas em quatro capítulos cada, que, sequencialmente, estão distribuídos de um a oito.

No capítulo 1, discorre-se sobre o **fazer-se migrante**, a memória das condições dos lugares deixados, as expectativas negativas, positivas e cautelosas dos lugares, as representações das gentes e dos lugares deixados e dos lugares chegados, o trabalho, o sonho e a migração.

Em “**Lá eu não tinha quem me ajudasse**”, Ana fala com um realismo arrebatador das gentes dos lugares deixados: “quem tem, tem,

quem não tem, se lasque”. Assim, como participava das *gentes* que não tinham, resolve, com o marido, “conhecê terra melhor”, porque “pra cá é bem melhor pra gente vivê, lá pro sul tá muito explorado, Paraná também”. *Mudanças* que também se concretizavam embaladas por sonhos: “a maioria do pessoal que saiu de lá sonhava em algo mais, foi isso aí que trouxe a vontade de saí de lá”, disse Rodrigo. Sonhos de trabalho, como enfatizou João: “foi o campo de trabalho né? É melhor salário, tem mais serviço, lá no sul tava ruim demais, então vim aqui, conheci, gostei, voltei pra lá, me aperfeiçoei mais na profissão que eu tô hoje e vim pra cá”. Ou sonhos de estudo: “eu havia acabado a oitava série e eu tinha a intenção de estudar mais; então para mim ter mudado para uma cidade maior, em termos de estudo, pra mim foi ótimo”, como apontou Bibiana. Migração do sul para lugares distantes que, para Antônio, parecia uma “febre”: “num tempo atrás o pessoal ia tudo pro Mato Grosso, pra Bahia; então era aquela febre, então todo mundo tinha aquela febre pra í pra aquela região, né? Que tinha novas perspectivas de vida e a terra era barata, era boa, então a gente se atracô pra lá”. *Atracar* é, também, outra palavra para *pôr-se* a caminho.

Em “**De Santa Rosa eu vim pro Paraná**”, *ouve-se* de Rodrigo que o patrão, no Paraná, “cortô o contrato”. Daí, uma nova *mudança* movida por uma *nova* terra e por um *novo* sonho: “uma região cheia de pedra, terra quebrada [no Paraná], aqui chapadão, aí, aí cresceu o sonho”. O sonho do Mato Grosso. A *terra-ladeira* paranaense também de Werner: “ali nós sofremo, eu, eu, né? Era eu que ficava com a triadera, que eles só operava, mas onde é que nós morava era plano em cima, aí quando era só ladeira, pedra, era que nem jogá semente de espingarda e colhê no laço”. No Paraná de Maneco, onde “iiiiichi, ali eu fiquei velho”.

Em “**Ali não tinha jeito de comprar terra**”, retoma-se a *vida* no Paraná. Werner, ali, trabalhava “lá na roça”, na “ladeira”. Antônio resolveu: “eu vô enfrentá a minha vida sozinho”. Foi: “cheguei a dormi na praça, cheguei a dormi na igreja, passei fome, lavei louça pra um prato de comida”. Maneco, mais que o sonho do Mato Grosso, padecceu sob *pesadelos* em rincões paranaenses: “eu tinha um sítio lá no sudoeste do Paraná, não digo que eu fui mal lá, mas me faleceram dois filhos menor”. Fome: vida e morte.

Em “**Prefiro aqueles lugares novos**”, um *adágio* de Alice e uma certa tensão em relação aos lugares *deixados*: “eu tenho um dizer: que a pessoa que volta pra trás, acho que não vai ter sorte não”. De Licurgo, a imagem dos lugares *quase parados* do sul: “lá tá meio lento, parece que lá

não tem mais cultura”. De tendências de novas migrações em Ana: “só daqui pra cima, não de volta”, ao contrário de João, que, se *mudar*, só retornando para próximo de “meus parente, ao menos eu tô junto com eles”.

E, em **“Vocês vão morrê de fome, não conhecem nada lá”**, a memória da participação dos familiares na decisão de migrar. Ana, em contraposição ao pessimismo da sogra, *atirava*: “de jeito nenhum, a gente vai batalhá”. E o *fim* da guerra: “e graças a Deus, então, né? Não tem nada como dia após o outro, nós tem uma casinha, tem um terreno, não paga aluguel nem nada, graças a Deus. A gente sobreviveu”. Migrar é “lutá pela vida”, como disse Rodrigo. João *sem* família; João *sem* mãe: “ficava até cinco anos sem vê os parentes, ficava trabalhando na roça, então nunca eles opinaram, minha mãe que, minha mãe que sempre falava pra, pra mim economizá, pra quando eu tivé alguma coisa, negócio assim de mãe, irmão, esses troço aí, ninguém, nem eu nunca me importava”. Maria, a esposa *deixada pra trás*, salientou que “uns achavam que era bom, outros criticavam, né? Principalmente porque ele veio e eu fiquei”. Mas, “hoje eles tem outra visão”, arrematou Bibiana.

No capítulo 2, discorre-se sobre o **fazer-se sujeito do jeito do lugar *chegado***, o Mato Grosso, as primeiras impressões, os *gostos* e os *desgostos*, a espera e a esperança, as mudanças *pra lá* e *pra acolá*, a busca de trabalho, a *transitoriedade migratória*, os *lugares de futuro* e os familiares do sul e do Mato Grosso.

Em **“Isso aqui já era um lugar de futuro”**, sente-se a *riqueza* em um Mato Grosso “muito bom pra ganhá dinheiro”, no dizer de João. Mas, que logo depois *mutila* a esperança: “já tá ficando explorado”. De um novo lugar que *liberta* os pais de Bibiana: “eles vão se libertá dessa vida sofrida”. O sofrimento da chegada e o da decepção inicial de Werner: “Tô morto”. *Morte* para um e *paixão* para Antônio: “quando eu cheguei aqui em Rondonópolis me deu aquela, aquela vontade, aquela paixão, aquela alegria”. Uma *paixão* que fez suplantar uma decepção: “ela me traiu com outro, aí eu me decepcionei”. E, na *mudança*, mais uma comparação de Maneco: “como pra lá que pra pobre não vale nada, aqui quem não tem nada aqui véve bem, querendo trabalhá véve bem”. Trabalhar em “um pedacim de terra”, era o que queria Rodrigo.

Em **“Não consegui terra porque era difícil na época, era só fazenda”**, *vive-se junto* as dificuldades e alegrias no novo lugar. No trabalho de Werner: “dezoito hora, assim, ó, era da seis à meia-noite”, porque “a situação nossa tava tão precária que qualquer coisa era lucro”,

complementou a esposa Maria. No trabalho de Rodrigo: “saía segunda-feira de casa e trabalhava dezoito horas por dia, até que não dava mais, né? Aí dormia duas, três horas, lá na lavoura mesmo, debaixo de uma lona, e sábado ia embora pra descansá o final de semana”. As *pequenas* realizações de Antônio: “quando foi um mês comprei cama, comprei guarda-roupa, comprei tudo as minhas coisas pro meu quarto, comprei rádio, fui só levando”. Da *luta* de Bibiana: “quando aqui chegamos, percebemos que tinha que sair à luta”.

Em “**Em todo lugar a gente acostuma o jeito**”, *ajeita-se* nos *jeitos* do lugar *chegado* com Antônio, que é enfático: “quero morrê aqui, aqui pra mim é tudo”. *Ajeita-se* no *sistema* do lugar, para Licurgo: “o povo daqui tem um sistema, o do sul tem outro, o nordestino já muda de novo, mas assim com o dia-dia, aí um aprende com o outro, ou acostuma com outro, então vai mudá”. Porque “cada lugar tem seu jeito, cada lugar tem um jeito diferente de vivê”, asseverou Ana. O *jeito achado* e vivido de Bibiana: “a gente achava que ia sê ótimo e achamos ótimo”, e “fui criando laços de amizade e imediatamente fui me acostumando”. Por isso, “em nenhum momento eu senti saudades de lá”, do sul. Também porque “a gente sabendo convivê com as pessoas, a gente pega o ritmo das pessoas rapidinho”, disse Maria. “Uma terra que eu não troco por nada”: o Mato Grosso do gaúcho Werner.

E, em “**Deus me livre, eu não entendo esse povo aqui, ó**”, *fala-se* dos familiares do sul e do que *pensam* sobre o Mato Grosso. Ana fala do irmão que “pensa de vim, mas a mulher dele não acompanha ele, né? Então, então ele [...] não larga a família”. O “Mato Grosso, Deus o livre, tem que sê um bicho de sete cabeça’, portanto não, só acha que o pessoal que vem pra cá enriquece, fica rico, e não é assim, tem uns que fica rico, outros não fica, outros vão tocando a vida do jeito que dá, né?”, coloca João sobre o que pensa um irmão do sul sobre o Mato Grosso.

No capítulo 3, *discorre-se* sobre o **fazer-se trabalhadora e trabalhador no lugar *chegado***, trabalhadora e trabalhador gaúcho, os sonhos e as frustrações, a *comunidade gaúcha imaginária*, a *tipologia* dos gaúchos, a “*raça*” e o *espírito* gaúcho, a comparação entre os lugares *chegado* e *deixado*, os filhos e netos.

Em “**Essa raça de lá pega duro**”, *descobre-se* contradições entre gaúchas e gaúchos do trabalho e da *enrolação*, como em João: “nós ia morá na fazenda, aí foram me enrolando”; e em Licurgo: “aí não deu certo porque ele tentô passá a perna em nós, aí famo pra uma outra fazenda, lá

deu a mesma coisa e eu falei ‘agora chega’”. Ao mesmo tempo, para Ana as relações com os patrões “foram ótima, porque eles também eram do sul”. De um sul da “raça sulista, acho tanto do Paraná, também eu acho assim que eles são um povo batalhador”.

Em “**Arrumei serviço logo porque eu era gaúcho**”, João fala da *confiança* no “pessoal de lá”, “considerado trabalhador”, que “trabalharam de sol a sol”, “sem preguiça de trabalhá”. Como Werner, que *estufou o peito* e disse: “os gaúchos, os paranaenses, são um tipo de gente organizado” e, “pra começá mato-grossense é preguiçoso demais”. Porque gaúcho “tem aquele mesmo sangue: lutador, não tem medo”, e “os outros tem espírito mais frágil”, reiterou Antônio. Mas, “mesmo sendo do Rio Grande do Sul, eu percebo que tem muitas pessoas que acham que só eles são capazes. Então, eu moro aqui nesse local que eu vejo um povo trabalhador, um povo humilde, um povo simples”, contrabalançou Bibiana.

Em “**O trabalho foi sempre melhor pra cá**”, *compara-se* as condições de vida entre os lugares do sul e Rondonópolis. Para Licurgo, “eu acho que na minha opinião eles [do sul] são igual caranguejo, se num anda de lado, então anda de ré, porque pra frente eles não vão”. Para Ana, “lá no sul se você tivé trabalhando numa firma, né, aí você vai saí daquela firma, aí bah, pra você achá serviço na outra firma né, viiichi, é muita polêmica”. Também porque “mudô tudo” no sul, como disse Alice. Werner vê o irmão no Paraná que *trabalha, trabalha, trabalha* e... “Tem o meu irmão, e a irmã dela, e mais ele trabalha, trabalha, trabalha, chega no fim do ano, ganha zero”.

E, em “**Eu sigo a nação, eu sô gaúcho**”, *debruça-se* sobre a participação das filhas e dos filhos na migração. “Pra colocá os menino estudá” e “pra tentá um emprego na cidade”, disse Alice sobre a saída da fazenda e a ida para a cidade de Rondonópolis. Um filho de Ana que disse, sem titubear, reproduzidas nas palavras da mãe: “eu vô junto com a vovó estudá lá no Paraná”. O filho de João, que não quis estudar no sul, foi com o pai para o Mato Grosso: “estudá ele não quis estudá, profissão não tinha, então truxe ele pra cá, aprendeu muito comigo aí”. “Porque eles seguiram o meu caminho”, disse o pai Werner em relação aos filhos.

No capítulo 4, discorre-se sobre o *fazer-se gente distante*, os breves ou definitivos retornos, as separações, os familiares vindos e *voltados*, as efêmeras visitas, o estranhamento no lugar *deixado*, a *negatividade* e *positividade* simultâneas do lugar de origem, os contatos, Rondonópolis e a política, as perspectivas de *lugares de futuro*.

Em “**Aí ele pegô e foi embora pro sul e eu nunca mais vi a cara dele**”, *sente-se* o *sentimento* da separação conjugal. Como em João: “aí não deu certo com nós aqui, aí eu fui embora, separô”. Como em Ana: “descombinemo, descombinemo mesmo, então achemo melhor, né, separá, eu mesma saí de casa, né, peguei meus filho e saí”. O sentimento da perda pela morte, em Antônio: “um voltô pra casa e outro morreu aqui, voltô pra lá morto, foi assassinado aqui”. E o retorno do irmão de Licurgo: “deixô a bagulhera dele aí e só foi com a roupa do corpo, que ele tem um filho dele que é professor”.

Em “**Não me interessa nem um pouquinho de voltá pro sul**”, o *frio* do sul penetra: “pra mim voltá para lá acho que eu não me sentiria bem; pra começá eu não gosto de frio”, disse Antônio. O *frio* da frieza e do não mais reconhecimento no lugar *deixado*, como salientou Maneco: “ainda mais se eu fosse voltá pro Rio Grande do Sul... aí piorô, é só um sobrinho, dois sobrinho que eu tenho pra lá e o meu filho que me conhece, o resto”... E Ana: “aquilo pra mim tá estranho... Nem idéia como que pode, como que tá, como que vai. Pra mim não serviu, pronto, larguei pra lá. Acabô”. Ana também parece não acreditar que “o lugar onde eu vivi se tornasse tão feio, que o meu lugar onde eu tô agora é tão bonito”. E “o Rio Grande do Sul é de gente estúpida, coiceiam e falam essa bestera”, diz, triste, Maneco.

Em “**Conversa e fica sabendo como que tá lá no sul**”, as *vozes* denunciam o distanciamento dos migrantes adultos e, muito mais, das migrantes crianças. Como em Werner: “eu não tenho vontade, de jeito nenhum, só passeá, e pouco tempo ainda”. Os filhos “nem lembra de mais nada lá do sul”, disse Ana.

E, em “**Eu ia mais longe ainda**”, gaúchas e gaúchos aludem a perspectivas de novas migrações e expectativas frente ao lugar Rondonópolis. Como em Rodrigo: “e aquele negócio que eu falei, acho que eu vô dá uma peitada, e vô dá uma ida lá, se der certo”, uma “ida lá”: em Roraima. Para João “a tendência vai sê melhorá, se melhorá eu fico, se o frete tá ruim, se tive que [ir] embora eu aí tem que voltá pra lá”. O problema é a política, disse Werner: “essa política nossa aqui é um pouco meio enrolado, e os pessoal tirá a mão do bolso, dá, do povo”. Porque, para Ana, “esse negócio de melhorá mesmo nunca mais vai melhorá, pra ninguém, mas acho que vai dá pra viver”.

A segunda parte, **de familiares no sul**, também vem distribuída em quatro capítulos.

No capítulo 5, discorre-se sobre o *fazer-se próximo no falar*, o passado de proximidade com quem partiu, os relatos de *pedaços* de vida, a *tensão* presente sobre os ausentes, a participação na decisão de migrar, o *ficar* e o *partir*.

Em **Ficar**, *fazem-se* protagonistas também as e os familiares do sul, nas *tramas* e nos *dramas* de gaúchas e gaúchos que *partiram*.

Em “**Aí ele tava de biscate por aí, aí se ajeitô, a oportunidade veio**”, familiares do sul falam das condições vividas por aquelas e aqueles que *partiram*. Valéria falou que o sobrinho Ricardo, antes de migrar, “começava a saí com más companhias, tava muito ocioso sem tê o que fazê”, igual ao pai: “o João chegô na idade de adolescência e começô se juntá com uma turminha e começo a se metê em certas coisas que ele acabava indo pra polícia, e a minha mãe tinha que í lá buscá ele”. Rita, sobre a migração do irmão Licurgo, salientou que “ele, sozinho, não foi capaz de í pra longe, porque ele era muito acostumado com o pai”, ao mesmo tempo em que a esposa “é meio desparafusada”.

Em “**E terminô o emprego deles lá**”, Chico e a esposa Henriqueta falam das condições de Ana e família no sul; Paula, da situação de Rodrigo: “aqui não tinha muito futuro, não tinha muito o que fazê”. “A firma lá faliu”, no Paraná, e “ela [Ana] fez bastante a cabeça dos dois [de Ana e do marido] pra í pra lá”, *pro* Mato Grosso, salientou Henriqueta.

Em “**Mas ela não ia segurá eles ali**”, *ouve-se* sobre a participação na decisão de migrar dos familiares no sul. Como colocou a mãe de Rodrigo: “acho que nós achava que se ele gostava de í, cada um tem que escolhê, cuidá de sua vida”. “Não podia fazê nada, né, ele era livre”, disse a ex-esposa de João, Arminda. E Valéria: “então a gente já tava bastante acostumado com a distância, ele não tinha aquele apego familiar”. A migração “pra ela chorá”, disse Rosa. Ou “o que que eu ia dizê? Não iam muito com a minha cara naquela época”, salientou Rita. Agora, “se eu soubesse que era o paraíso também lá, né, acho que eu teria ido pra lá também”, colocou Chico.

E, em “**Trabalhá lá e fazê o futuro deles**”, Rosa observa que “a mãe e o pai foram pra lá no casamento de meu irmão, daí eles voltaram de lá, meu pai já com aquela cabeça virada”, *pra* ir para o Mato Grosso. Foram porque “ela é daquelas, queria vivê no meio dos homem e não queria mais ficá aqui”, disse a cunhada Rita.

No capítulo 6, discorre-se sobre o *fazer-se próximo pela experiência*, a família, fatos e ressentimentos, as *experiências migratórias*,

as *idas* e *voltas*, doenças, mortes e decepções, trabalho e dinheiro pouco, outras gaúchas e gaúchos no Mato Grosso, a aventura e a *racionalidade* no migrar.

Em “**Eu me criei no Paraná**”, são expostas questões tensas que *ligam/desligam* familiares do sul e gaúchas e gaúchos que *migraram*. Como a aludida por Chico: a “Ana falô pra mim, diz ‘óia’, em Margatu, no Paraguai, ela disse pra mim: ‘Chico...’, eu chorei, ela disse: ‘tu não é filho do Maneco, tu é só filho da mãe, né, o teu pai é outro’”.

Em “**Uma coisa puxô que eu queria í pro Rio Grande do Sul**”, fala-se de *experiências* de familiares do sul, que direta ou indiretamente, relacionam-se aos migrantes. Como em Chico: “e dali começô, como se diz assim, o nosso conhecimento, eu e a minha esposa, né, e acabei ficando aqui, já tava, como se diz, quase de saída pra í embora, mas tudo se encaixô de eu ficá e acabei até hoje”.

Em “**A gente queria mais é voltá**”, são *trazidas* experiências migratórias dos sujeitos dos lugares do sul. Como em Horácio: “mas naquela época também foi, a gente foi atrás de promessas, de que lá [na Bahia] era bom”, e “Aí a mãe ficô sozinha, desamparada aqui, né, e não tinha nenhum dos irmãos que podia vim pra cuidá dela e ela dependia de alguém que morasse com ela, ela tava sozinha, daí eu voltei pra cá de novo”.

Em “**Daí eu tive lá**”, apresenta *imagens* sobre Mato Grosso e suas *gentes*, construídas por familiares no sul. “Nunca mais”, “porque era feio”, disse Carla. Para Rosa, “as pessoas de lá elas tenham, elas são diferentes das do sul, né, o jeito delas é diferente”. Ou, ir para o Mato Grosso, “só com a vontade de trabalhá, sem recursos”, é difícil, apontou Horácio.

E, em “**Lá tem tanta coisa que tu enxerga lá**”, familiares do sul falam sobre *perspectivas* no Mato Grosso ou em outros lugares possíveis. Rita disse: “por isso eu digo, se fosse pra gente í, tem que í prevenido, porque se uma safra ou duas falhá, a gente vai vivê de que?” O filho Bento se referiu a um gaúcho que foi para o Mato Grosso: “essa é a intenção dele: juntá dinheiro pra levá a família de volta lá pra cima de novo”. Horácio aconselhou: “na aventura eu não aconselho ninguém a saí se ele tá bem no lugar”. E Chico sonha: “é um campo que eu descobri lá em cima: tudo que tu fizé lá dá dinheiro”, no Maranhão.

No capítulo 7, discorre-se sobre o *fazer-se nas diferenças*, as representações das *gentes* e dos lugares sulistas e mato-grossenses, as *tensas* relações conjugais e familiares de quem partiu, os breves e os definitivos

retornos, os *fracassos* e *succesos* nos *lugares chegados* e as comparações entre quem *ficou* e quem *partiu*.

Em “**É uma coisa de produção**”, *ouve-se* que o “Mato Grosso é mais campo do que cidade; tem muita plantação, bastante criação, e que o povo de lá também é bastante otimista em relação ao progresso, em relação à indústria, e que lá só vai pra frente quem mesmo trabalha”, discorreu Paula. Em contrário, disse Valéria: “hoje já não tenho essa idéia que é [lugar] pra se ganhá dinheiro; se a gente tá realmente bem aqui deve permanecê no lugar onde está”. Ou, como destacou Rita: “aí a gente tem que í com bastante dinheiro, né, senão não vai, se é pra nós vendê nossas coisinha aqui e morá no Mato Grosso, fazê o que lá?”

Em “**Acho que são é vagabundo mesmo**”, *sente-se jeitos e preconceitos* dos lugares e das *gentes* do Mato Grosso. Como disse Horácio: “cada região tem um sotaque” e, “quando você fica muito tempo num lugar, lá você pega também o costume deles”. De diferenças e assimetrias nas quais “o gaúcho é muito metido” e “ele é mais rapidinho, digamos, né, mais ágil... O gaúcho, né. O mato-grossense ele é mais lento”, salientou Rosa. E comparações: “tu passa aqui na praça de dia, no centro, né, cara, é difícil tu vê aquela vagabundagem que tem em Rondonópolis, né, cara, principalmnete mendingo, porque lá são mendingo sem vergonha”, como fez Arnaldo.

Em “**Acabô e lá deu uma coisa assim que chegô num ponto que, sabe, a mulher não agüentô**”, tem-se *olhares* sobre relações dos familiares migrados. Para Paula, a separação do irmão: “nós já esperava isso”. E “agora eles não brigam mais, antes eles brigavam sem pará”, observou Dulce. Para Chico a separação da irmã: “lá, sei que trabalharam, lá, tudo, na lavoura, lá, tranqüilo, pelo que eu sei, não tive lá, não sei, né, mas pelo que eu tô sabendo, e vai um entrevero daqui, um entrevero dali”, “foi negócio de bebedera, e aí as veiz o seu Amaral as vez batia”...

Em “**O caminho deles é esse aí**”, *vê-se* que os problemas de *lá* repercutem nas *gentes* de *cá*. “É a mesma coisa que eu me separá da minha [esposa] e pedi pra ele e ele não tê, né”, porque “eu não vô podê resolvê a tua vida conjugal com outra pessoa, eu não posso, eu não tenho esse poder, como se diz, de chegá e [resolver]... É uma coisa que eu não posso respondê, eu não posso respondê”, como disse Chico. Da depressão pós-retorno: “a mãe e o pai tem dia que eles já tão em deprê aqui, arrependido por tê descido e de repente passá por tudo outra vez de novo”, salientou Rosa.

E, em “**Eles foram pra mudá a vida e não deu certo**”, são apresentados *balanços* da migração. Paula disse que Rodrigo teve oportunidades, mas “muitas vezes ele não soube aproveitá, é isso o que eu quero dizê”. Já Chico, observou que “também não vô julgá isso aí, né, sei que saíram daqui, tinham uma casa, foi vendido a casa, o fulano aquele meio logrô, meio, meio ganhô a casa, a casa, como se diz, né, porque subiram pra lá e tal”, porque também, entre um e outro lugar, “eu acho que é uma balança igual, tanto aqui quanto lá, sabe, é uma crise total”. Da esperança no futuro do irmão, apontado por Valéria: “tomara que ele fique com essa mulher, que eu não conheço, que é minha cunhada, né, que tem agora um menino, um filho com ele, que ele fique com ela, né, que realmente constituam uma família, que um dia na velhice tenha alguém que cuide dele, que realmente se preocupe”. Mas, os familiares que migraram “eles não contavam tudo isso, toda a verdade lá do Mato Grosso, eles não contam, eles só contam as vantagem”, asseverou a irmã Rita, porque “o filho mais velho perdeu uma perna num acidente, e o outro, que era casado com uma coisa lá, se separô e deixô as crianças ali pra mãe e o pro pai cuidá; e o mais novo, é, também, lida com droga... Que mais? Que, que é isso numa família?” Porque migrar “é como você nascê e vivê de novo”, disse Juvenal. E “cada um segue, como se diz, o seu destino”, *profetizou* Horácio.

No capítulo 8, discorre-se sobre o *fazer-se na vida e na morte*, as condições de vida no sul, o presente e as perspectivas de futuro, os contatos e as visitas, as *tensões* passadas-presentes, o choro e a saudade, a morte distante e o corpo próximo.

Em “**Mas nós vivemo bem aqui**”, na exposição das condições de vida no sul, Juvenal faz *ver* que o sul “tá muito melhor que anos atrás”, enquanto a mulher Rita insiste que “enquanto eu ainda posso trabalhá eu não vô morá na cidade, só se um dia eu chegá num ponto que eu não consigo mais trabalhá”.

Em “**Se não vem de lá, a gente não vai daqui pra lá**”, *fala-se* das visitas, de *encontros* e *desencontros*, como em Rita: “quando o pai ficô doente eles tavam aqui, mas depois eles não vieram mais”, e, “então, nós também não dependemo deles, se querem passá mal, passam, que nós passemos aqui, cada um pra si e Deus pra tudo”. Mas “a gente não faz cara feia pra eles e pronto. Isso não dá em nada... Guardá o ódio pro resto da vida? O que passô, passô, e pronto”. E “deve fazê vinte anos” que “nós não enxerguemo eles mais”, *calculou* Chico sobre o tempo em que não vê a irmã Ana, que “esses dias ela me ligô, ela ligô pra mim... Daí até, foi

num domingo, foi no domingo que eu ia pra, é, né, pro Maranhão. E tão emocionado, eu tava no telefone, mas home do céu, sabe o que que é? Não, chorei, sabe o que que é, chora?... Chorei, Deus o livre, óia. Mas foi um choro tão, um choro tão gostoso”.

E, em “**Ela não queria que ele não estivesse aqui, próximo dela**”, familiares *lembram* de mortos longe e de mortos perto. Como disse Rita sobre o irmão do Mato Grosso em visita no sul: “ele só veio aqui e lá na Cláudia e foi atrás dos negócio dele e foi no cemitério”, *visitar* a mãe e o pai.

*

Falas faladas, feitas e refeitas em diálogos com o entrevistador, pesquisador e também *sujeito* dos *jeitos* de migrantes gaúchas e gaúchos em Rondonópolis e de familiares no sul.

A busca de um *experimento em igualdade*²⁰⁹, na *igualdade* e pela *igualdade*. Contra a hierarquia das *gentes* e das palavras. Porque entre súdito e rei não pode haver igualdade. Nem *amizade*. Porque “não falam a mesma linguagem pessoas que estão reciprocamente numa relação de subordinação ou de super-ordenação no interior da divisão social do trabalho ou do sistema de instituições e de usos que a codifica”. Porque o “súdito não pode mandar no rei: pode apenas lhe implorar”²¹⁰. Porque as e os *de baixo*, nas relações de poder e na hierarquia do mando e do desmando, não são e não estão autorizados a falar.

Aqui, ao contrário, cada palavra é o reflexo dos *olhos* de sujeitos que *migraram* e de familiares que *ficaram*. Para que a resposta “*nunca vi meus lhos*”, de João Caré, em excerto no início desta *introdução*, seja reposta, pelos *sujeitos* dos lugares *deixados* e *chegados*, da migração de trabalhadoras e trabalhadores gaúchos em Rondonópolis, e familiares no sul, de *cabeça erguida* e em *voz alta*.

Notas

-
- 1 Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975).
 - 2 Etienne de La Boétia (1982, p. 78).
 - 3 Marilena Chaui (1982, p. 202).
 - 4 Simone Weil (1979, p. 386).
 - 5 Pierre Bourdieu (2001, p. 10).
 - 6 Mikhail Bakhtin (2002, p. 144).

- 7 Como as palavras de Luce Fabbri, apresentadas e *compreendidas* por Margareth Rago (2001, p. 300).
- 8 Da nota “1”, em Ecléa Bosi (2003, p. 60).
- 9 Em alusão a Eric J. Hobsbawm (1999).
- 10 O *fazer-se* em Edward P. Thompson (1987, p. 9), que ao analisar a formação da classe operária inglesa, destacou que a “classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada”, mas “estava presente ao seu próprio fazer-se”. O *fazer* que também é o *refazer* e o *desfazer* (a partir de Sandra Jatahy Pesavento [1998]), na medida em que a classe operária deve ser compreendida no seu *fazer-se*... As e os migrantes e seus familiares, em nosso estudo, também participam de um *fazer-se* como também de seu *refazer* e, na condição de migrantes, de um *desfazer*. Esses três momentos devem ser pensados em sua unidade e diversidade, como *partes* de um movimento que não apresenta, necessariamente, um começo, meio e fim. O processo de mudança é o cerne da tentativa de entendimento das mulheres e homens migrantes, como parte da compreensão de sujeitos da classe-que-vive-da-venda-do-trabalho (de acordo com Ricardo Antunes, 1999). Essa mesma perspectiva é posta por Eric J. Hobsbawm (2000, p. 279), ao enfatizar que as classes – e dentre elas a trabalhadora – estão em permanente mudança. Um *fazer-se* e *refazer-se* e *desfazer-se*, portanto.
- 11 Conforme Mauro Maldonato (2004, p. 136).
- 12 A base é Walter Benjamin (1993, p. 198), quando apontou que “a arte de narrar” é “a faculdade de intercambiar experiências”. O autor fala de um tempo passado... Mas, aqui, penso ser possível reconstruir *experiências* pela fala – não na narração de grandes feitos épicos, heróicos, fábulas ou parábolas: “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. Ver, também, Jaenne Marie Gabnebin (1993, 1994).
- 13 Em metáfora de Ecléa Bosi (2003, p. 66).
- 14 *Preciosismo*: talvez, para algumas e alguns, essa seja a definição para o uso constante, aqui, de *elas* e *eles*, *gaúchas* e *gaúchos*... Contudo, entendo que, mesmo como um possível exagero, trazer à tona a participação da mulher, em cada situação através do *gênero*, é o compromisso e a dívida que cabe a cada pesquisadora e pesquisador na construção de relações melhores; e, aqui, ela começa pela palavra. E isso o faço com a bela *companhia* das próprias mulheres, destacando aqui Teresa Kleba Lisboa (2003), que ajudou-me apresentando o “empoderamento” das mulheres migrantes em Santa Catarina, *autodeterminando suas próprias vidas*; Terezinha Brumati Carvalho (2004), que levou-me à questão de gênero nos sindicados; e, Maria de Aires (2004), que em pequenino texto levou-me a mulheres como “Dona Lourdes”, em uma *geo-grafia de gênero*.
- 15 À *condição* periférica. “A noção de periferia, na sua generalidade, refere-se à pobreza geral expressa na falta de meios materiais que suportam a reprodução dos indivíduos com padrões mínimos de dignidade humana” (Odette Carvalho de Lima Seabra, 2004, p. 202).
- 16 Em levantamento realizado em 1999 (Goettert, 2000, p. 274), constatei que a maioria dos associados no CTG de Rondonópolis eram médios e grandes proprietários: em um total de 245 sócios, 216 eram “agricultores”, “pecuaristas”, “fazendeiros”, “agropesqueiros”, “profissionais liberais como médicos, advogados e dentistas”, “industriais”, “comerciantes” e “construtores”.
- 17 Em bela metáfora de Walter Benjamin (1993, p. 225).
- 18 Em Jeanne Marie Gabnebin (1993, p. 58).
- 19 Com base em Norbert Elias (1994, p. 31 e 28).
- 20 Conforme Karl Marx e Friedrich Engels (1984), Karl Marx (1983) e Ricardo Antunes (1999), respectivamente.
- 21 De posseiros em luta do Bico do Papagaio (apontado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 1991, p. 144).
- 22 De acordo com Antonio Thomaz Júnior (1997, p. 2).
- 23 Frase citada por Bernard Kayser (1985, p. 25).
- 24 Alessandro Portelli (1997, p. 12).
- 25 Conforme Ecléa Bosi (2003, p. 64-65).
- 26 Segundo Duranti (apud Pedro Garcez, 2002, p. 84-85), “a transcrição é um processo *seletivo*, que busca salientar certos aspectos da interação, de acordo com metas investigativas específicas”, em que “Os textos de transcrição são “produtos analíticos” que precisam ser continuamente atualizados e comparados com o material a partir do qual foram produzidos”; chama a atenção, para os pesquisadores, que “devemos estar criticamente *conscientes* das implicações teóricas, políticas e éticas do nosso processo de transcrição e dos produtos finais que dele resultam”.
- 27 Esta foi a sugestiva e bonita definição metodológica que Heinz Dieter Haidemann apontou sobre as primeiras considerações do trabalho, durante exame de qualificação, em 17 de novembro de 2003.
- 28 Paul Feyerabend (1977, p. 17) salientou que “A ciência é um empreendimento essencialmente

anárquico”, sendo “o anarquismo teórico é mais humanitário e mais suscetível de estimular o progresso do que suas alternativas representadas por ordem e lei.” Ressaltou, adiante, que “a idéia de um método estático ou de uma teoria estática de racionalidade funda-se em uma concepção demasiada ingênua do homem e de sua circunstância social. Os que tomam do rico material da história, sem a preocupação de empobrecê-lo para agradar a seus baixos instintos, a seu anseio de segurança intelectual (que se manifesta como desejo de clareza, precisão, ‘objetividade’, ‘verdade’), esses vêem claro que só há um princípio que pode ser defendido em *todas* as circunstâncias e em *todos* os estágios do desenvolvimento humano: É o princípio: *tudo vale*” - “Todas as metodologias têm limitações e só a ‘regra’ do ‘tudo vale’ é capaz de manter-se” (p. 34 e 450).

29 De acordo com Jorge Ramon Montenegro Gómez (2004, p. 9), em bonita discussão sobre Paul Feyerabend, de *contra o método*.

30 Conforme Cássio Eduardo Viana Hissa (2002, p. 161). E, ao *lado* da liberdade, os riscos que ela encerra (cf. Norbert Elias [1994, p. 109]).

31 Em alusão a Daniel Francisco dos Santos (2003), que em importante trabalho discorreu sobre as “experiências de migração de trabalhadores nordestinos” para Rondônia, entre 1970 e 1995.

32 Destaque a partir de “Migrantes do tempo”, de Silvana Krause (2002), que abordou a vida econômica, política e religiosa de imigrantes alemães na República Velha, na comunidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul.

33 Edward P. Thompson (1981, p. 182).

34 Conforme Alistair Thomson (1997, p. 57).

35 Déa Ribeiro Fenelon (1992, p. 13), enfatizando a importância, a partir de Edward P. Thompson, da incorporação, na historiografia social brasileira, da “experiência social”.

36 Conforme José Moura Gonçalves Filho (1995, p. 98), com base em Hans Kung.

37 Max Sorre, apontado por Amélia Damiani (1991, p. 63).

38 Pierre George (1978, p. 79).

39 Edward P. Thompson (1981, p. 189).

40 Conforme Raymond Williams (2000, p. 13).

41 De acordo com Roque de Barros Laraia (2000).

42 Ecléia Bosi (1996, p. 15-17).

43 Conforme Eric J. Hobsbawm (2000, p. 11-12).

44 Jean-Paul de Gaudemar (1979, p. 132-133).

45 Como apontou Karel Kosik (1995, p. 70), “A “preocupação” é o enredamento do indivíduo no conjunto das relações que se lhe apresentam como mundo prático-utilitário”.

46 De acordo com Paul Singer (1980, p. 38).

47 *Idem*, p. 59-60.

48 Segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 50), “Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia apresentam, entre 1950 e 1980, altas taxas de emigração líquida. Áreas que haviam sido atrativas em outros momentos transformaram-se, nos anos 70, em expulsoras de uma população cujo destino eram as metrópoles ou que incursionava em novas frentes pioneiras, como a Amazônia”.

49 Como em E. G. Ravenstein, E. S. Lee e M. P. Tadaró (a partir de Olga Maria Schild Becker, 1997).

50 Carlos B. Vainer (1996).

51 *Idem*, p. 9.

52 Para Oksana Boruszenko (2000, p. 2), todos os americanos são imigrantes: “A diferença está somente no tempo de chegada de cada um, uma vez que uns chegaram há quarenta mil anos, outros há quatrocentos anos, e alguns estão chegando até hoje. Uma vez que a América não possui população autóctone, então realmente este é um continente de imigração”.

53 Segundo Milton Santos (1999, p. 262), hoje “a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes”.

54 Com base em Simone Weil (1979): o *enraizamento* e o *desenraizamento operário*: este último, como “a mais perigosa doença das sociedades humanas”, *desenraizando* as gentes do trabalho de seu *chão*, de seus saberes e de seu passado: “O passado destruído não volta nunca mais”. “É preciso (...) em toda inovação política, jurídica ou técnica suscetível de repercussões sociais, uma conciliação que permita aos seres humanos reencontrarem suas raízes”.

55 Maria Jesús Criado (1997, p. 80). Do original: “Cada destino individual es único, pero a la vez encarna los acontecimientos generales de esos momentos, y “es necesario que lo cotidiano se convierta en historia para que la historia sea historia de todos””.

56 É também nesse sentido que corroboramos com Maria Jesús Criado (1997, p. 107), quando

destaca que “Es innegable que el fenómeno de la emigración requiere de un análisis global en el que se articulen las tres vertientes que intervienen en él, tanto factores objetivos (estructuras socioeconómicas, demográficas y políticas), como circunstancias e interpretaciones subjetivas (presentes en la biografía), vinculando ambas a las condiciones de orden histórico y considerando al abordarlo la variable temporal (historia y proceso)”.

57 Em bela epígrafe em Ademir Pacelli Ferreira (1999).

58 Como “formas de representação, das linguagens e dos modos pelos quais os trabalhadores e trabalhadoras percebem a si mesmos”, as *condições subjetivas*, que, contudo, não “pode esconder ou obscurecer os processos objetivos que se instalam a partir do imperativo, revestido de graus crescentes de legitimidade, do mercado e da competição, tal como é possível perceber nas estratégias mercadológicas que são transportadas para a gestão da produção, expandindo-se a partir da competição externa entre as empresas, para o interior de cada empresa”, as *condições objetivas* ou a *objetividade* (Cibele Saliba Rizek, 1999, p. 332).

59 Conforme Stuart Hall (2003, p. 415).

60 *Idem*, p. 27.

61 De acordo com Sylvia Dantas DeBiaggi (2004, p. 23).

62 Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 75).

63 Kathryn Woodward (2000, p. 8 e 17).

64 *Idem*, p. 17.

65 Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 91).

66 Pierre Bourdieu (1989) e Lylia S. Guedes Galetti (1999).

67 Segundo Pierre Bourdieu (1983, p. 173).

68 Mikhail Bakhtin (2002, p. 43).

69 *Idem*, p. 31-33.

70 *Idem*, p. 46.

71 Conforme Álvaro José de Souza (2001, p. 22).

72 Uma importante contribuição para a compreensão da *questão da ideologia* é oferecida por Leandro Konder (2002), discutindo a ideologia desde Karl Marx até hoje, passando por vários autores do século XX. Nele destacamos a importante discussão sobre *ideologia e linguagem* em Benjamin, Bakhtin e Habermas, com atenção reforçada, em nosso trabalho, sobre o segundo.

73 Edward P. Thompson (1981, p. 185).

74 João Carlos Souza (1995, p. 14).

75 Abdelmalek Sayad (1998, p. 15).

76 Abdelmalek Sayad (1997, p. 35).

77 Abdelmalek Sayad (1997b, p. 658-659, 661-662 e 664).

78 Conforme Ecléa Bosi (1994, p. 417).

79 De acordo com Ecléa Bosi (1992, p. 148).

80 Para Yi-Fu Tuan (1983, p. 6), o espaço diferencia-se do lugar pela maior abstração do primeiro: “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Já para Solange Terezinha de Lima (1999, p. 153), o lugar (refere-se ao “lugar-sertão”) é o espaço conhecido topofilicamente, valorizado em suas paisagens vividas, território demarcado, personalizado, possuidor de uma aura que atrai ou repele, mas envolve e protege, resguardando as vivências e as experiências da vida, criando ambiências, sendo pausa de movimentos maiores”.

81 Conforme Pierre Bourdieu (1998, p. 11).

82 Abdelmalek Sayad (1998, p. 14).

83 *Idem*, p. 109.

84 Segundo Milton Santos (1996, p. 61), paisagem é “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.

85 Ana Fani Alessandri Carlos (1996, p. 13).

86 *Idem*, 1996.

87 Para Pierre Bourdieu (1983, p. 76), “É tão verdadeiro quanto falso dizer que as ações coletivas produzem o acontecimento ou que elas são seu produto. Na verdade, elas são o produto de uma *conjuntura*, isto é, conjunção *necessária* das disposições e de um *acontecimento objetivo*”.

88 Julie Cruikshank (1998, p. 157).

89 Segundo Zamboni (em José Henrique Rollo Gonçalves, 1998, p. 16), “o **lugar** é a segurança, a nossa casa, o nosso bairro, a nossa cidade, a ele estamos ligados fisicamente e emocionalmente. O lugar nos dá o sentimento de pertencer e concretiza a nossa identidade”.

90 Conforme Eduardo Yáizgi (2001, p. 38-45).

- 91 Armando Corrêa da Silva (1991, p. 136).
- 92 Como posto por Rogério Haesbaert (2002, p. 137).
- 93 Solonildo Almeida da Silva (2003, p. 42-43), com base em Armand Fremont.
- 94 Julie Cruikshank (1998, p. 162).
- 95 De acordo com Milton Santos (1999, p. 252), “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo” e, imerso numa “comunhão com o mundo”, “torna-se exponencialmente diferente dos demais”.
- 96 Buscando dialogar com Walter Benjamin, pensamos *experiência* como a participação dos sujeitos em situações específicas e pontuais, como a *experiência migratória* e, *vivência*, mais como o *ordinário*, o *constante*. Isso, evidentemente, não quer dizer que o *extraordinário* não contenha a *vivência* e nem que a *vivência* não contenha a *experiência*.
- 97 Conforme Maria Geralda de Almeida (2003, p. 73).
- 98 Mikhail Bakhtin (2002, p. 36 e 38).
- 99 De acordo com Alessandro Portelli (1996).
- 100 *Idem*, p. 41.
- 101 Ana Fani Alessandri Carlos (1996, p. 21 e 23).
- 102 Conforme Ana Fani Alessandri Carlos (1996, p. 15 e 26).
- 103 José de Souza Martins (1988, pp. 45 e 50).
- 104 *Idem*, p. 59.
- 105 Ecléa Bosi (1994, p. 425).
- 106 Conforme Ana Fani Alessandri Carlos (1996, p. 103).
- 107 De acordo com Milton Santos (1996, p. 88).
- 108 Para Eric J. Hobsbawm (1998, p. 36), “É inevitável que nos situemos no *continuum* de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente: é essa a finalidade dos álbuns de fotos de família domésticos. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a *experiência* significa”.
- 109 Olgária Mattos (1992, p. 152).
- 110 Abdelmalek Sayad (1998, p. 18).
- 111 *Idem*, p. 62-63.
- 112 Madeleine Rébérioux (1992, p. 53).
- 113 Para Marilda Aparecida de Menezes (1992, p. 10), “O golpe sofrido pela migração costuma ser duro e profundo. O impacto é tão forte que a cicatrização é lenta. Os migrantes são quase sempre pessoas fragmentadas, quebradas pela caminhada”.
- 114 Conforme Maria Jesús Criado (1997, p. 105).
- 115 Para Karl Marx e Friedrich Engels (1984, p. 15), a condição de existência dos homens é o trabalho: “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se quiser. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (...) O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos meios de vida encontrados e a reproduzir”.
- 116 Em Hannah Arendt (2000).
- 117 De acordo com Lucrécia D’Alessio Ferrara (1996, p. 45), “Imaginário corresponde à prática social de atribuir significados a significados, ou seja, prática social pela qual os significados passam a acumular imagens e a significar mais. Através dessa prática, pessoas, datas, espaços, fatos ou objetos podem incorporar significados extras e passam a constituir representações autônomas que desconhecem a prática social que lhes deu origem; circulam e a elas não cabe acerto ou erro, verdade ou mentira, são amorais”. (...) “o imaginário social corresponde àquelas representações que, entremeadas e articuladas, correspondem, sistematicamente e em linha ascendente, a desejos, expectativa, projetos, valores, crenças e hábitos.” (...) “Crenças e hábitos correspondem ao estágio máximo e ideal do imaginário social e, não raro, se articulam, simbolicamente, em emblemas que celebram aqueles valores e atuam como mediação entre eles e a sociedade que lhes deu origem”. Portanto, o imaginário é uma elaboração coletiva.
- 118 Madeleine Rébérioux (1992, p.50-51).
- 119 Milton Santos (1996, p. 87).
- 120 Conforme Ana Fani Alessandri Carlos (1979, p. 20).
- 121 Conforme Milton Santos (1996, p. 88).
- 122 Abdelmalek Sayad (1998, p. 14).
- 123 José de Souza Martins (1988, p. 45-46).
- 124 Ecléa Bosi (1994, p. 471).
- 125 *Idem*, p. 481.

- 126 Segundo Marilda Aparecida de Menezes (1992, p. 10), “Tomar nas mãos um passado quase sempre escondido e embrutecido por um vaivém penoso e torná-lo *memória viva* é uma forma de fazer dele uma ferramenta a mais nessa organização”.
- 127 Edward P. Thompson (1981).
- 128 Sobre os “modos de vida” do Sul, Darcy Ribeiro (1995, p. 408) enfatiza que “na região sulina surgiram modos de vida tão diferenciados e divergentes que não se pode incluí-los naquela configuração [áreas conformadas pelos paulistas] e nem mesmo tratá-los como uma área cultural homogênea”.
- 129 Abdelmalek Sayad (1998, p. 55).
- 130 João Carlos Souza (1995, p. 34).
- 131 Cássia Magaldi (1992, p. 27).
- 132 Conforme Nestor Goulard Reis Filho (1992, p. 167).
- 133 A partir de Neil Smith (2000).
- 134 Para José Moura Gonçalves Filho (1995, p. 97-98), a memória é olhar e trabalho: “A memória tece lembranças assentadas na efetividade de acontecimentos, miúdos ou grandiosos, e no impacto e eloquência que impuseram a observadores participantes, que nestes acontecimentos se engajaram integralmente”.
- 135 Ana Fani Alesandri Carlos (1996, p. 15).
- 136 Conforme M. Stella Bresciani (1992, p. 164).
- 137 Nestor Goulard Reis Filho (1992, p. 167).
- 138 Do bonito texto de Maurice Halbwachs (1990).
- 139 Ecléa Bosi (1994, p. 408-411).
- 140 *Idem*, p. 411.
- 141 *Idem*, p. 413.
- 142 Conforme Ecléa Bosi (1994, p. 414).
- 143 De acordo com Ana Fani Alessandro Carlos (1996, p. 64).
- 144 Edward P. Thompson (1981, p. 182).
- 145 Conforme Milton Santos (1999, p. 263, 265 e 264).
- 146 Conforme Maurice Halbwachs (1990, p. 51).
- 147 *Idem*, p. 143.
- 148 *Idem*, p. 60.
- 149 A partir de Marc Augé (2001), que salientou: “Se um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar”, e, ainda, que “a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelaireana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico” (p. 73).
- 150 Ainda que Milton Santos (1999, p. 264), tenha acentuado que “como nos dias atuais, os eventos são mais numerosos e inéditos em cada lugar, a reinserção ativa, isto é, consciente, no quadro da vida, local ou global, depende cada vez menos da experiência e cada vez mais da descoberta”, devemos colocar a questão da relação entre “experiência” e “descoberta” e principalmente as condicionantes apresentadas pela primeira para a realização da segunda.
- 151 Maria Jesús Criado (1997, p. 105).
- 152 João Carlos Souza (1995, p. 20).
- 153 *Idem*, p. 154.
- 154 Marilda Aparecida de Menezes (1992, p. 9-10).
- 155 Conforme Maria Clementina Pereira Cunha (1992, p. 11).
- 156 De acordo com Nilson Moulin Louzada (1992, p. 14).
- 157 Também adverte José Carlos S. Meihy (1996, p. 65), que, “Sendo que a memória é sempre dinâmica, muda e evolui de época para época, é prudente que seu uso seja relativizado”.
- 158 Michael M. Hall (1992, p. 157).
- 159 Marilena Chauí (1992, p. 39-40).
- 160 Edward P. Thompson (1981, p. 190).
- 161 Há, contudo, relação entre os valores e os lugares; para Vernaide Wanderley e Eugênia Menezes (1999, p. 174), os lugares são “núcleos de valor”, atraindo e repelindo em graus variados os indivíduos e os grupos.
- 162 Edward P. Thompson (1981, p. 194).
- 163 Abdelmalek Sayad (1998, p. 182).
- 164 *Idem*, p. 188.
- 165 Para José Henrique Rollo Gonçalves (1998, p. 16), deve-se “manter no horizonte a hipótese de

que as *atitudes misotópicas* (de rejeição ao lugar) tenham tanto significado social quanto as *atitudes topofílicas*” (essas últimas são desenvolvidas por Yi-Fu Tuan [1980]). Oswaldo Bueno Amorin Filho (1999, pp. 139-152) também discute os conceitos de *topocídio* (degradação e aniquilamento de paisagens, lugares, construções e monumentos valorizados) e de *topo-reabilitação* (recuperação desses bens).

166 Abdelmalek Sayad (1998, p. 227 e 230).

167 Pierre Bourdieu (2001, p. 695).

168 Conforme Pierre Nora (1993, p. 9).

169 Para Yara Aun Khoury (2001, p. 102), “no processo das entrevistas (...) boa parte das pessoas não assume automaticamente, ou não reconhece imediatamente, seu direito público de falar”; e complementa: “o caminho de diálogo e de reflexão, que conseguimos construir juntos, modifica e fortalece a ambos, encorajando-nos a pensar e a propor que vale a pena continuar”.

170 Segundo Antonio Torres Montenegro (1994, p. 36), “As populações pobres, que vivem na periferia das cidades, numa luta diária contra a falta de tudo, constroem suas representações, instituem seu imaginário, perpassando também por essas experiências cotidianas. Nesse embate, marcado pela ameaça, pela incerteza de ter alimento, essa população constrói um saber que lhe possibilita viver o avesso da vida, a qual, insistentemente, se quer diferente”.

171 Como asseverou Simone Weil (1979, p. 389).

172 Com base em Álvaro José de Souza (2001).

173 Segundo Antonio Torres Montenegro (1994, p. 38), a *fala como ação* “é um instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade cotidiana do ‘não ter’”.

174 De acordo com Alessandro Portelli (1997, p. 36).

175 Conforme Marilena Chauí (2000, p. 3).

176 De Ecléa Bosi (2003, p. 19).

177 Ver, a respeito, Iselda Corrêa Ribeiro (1987) e José Vicente Tavares dos Santos (1993).

178 Conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991, p. 14).

179 Como referência para o *encontro* com gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, tinha informações de endereços levantadas em trabalho de campo durante o mestrado, a partir de sindicatos e associações.

180 Em Ecléa Bosi (2003, p. 205).

181 Em empréstimo de Armando Correia da Silva (1988).

182 Wanderley Codo, José Jackson Coelho Sampaio e Alberto Haruyoshi Hitomi (1993, p. 101), com base em Karl Marx, salientam que “O trabalho dentro do sistema capitalista é considerado produtivo na medida em que produz capital, entra no circuito de produção de mercadorias, realiza mais-valia, entra em circulação, produz mais valor (...). Aqui estamos falando no trabalho tornado abstrato, desaparecendo, a este nível de análise, as funções sociais ou as necessidades humanas, e com elas a especificidade do trabalhador – no lugar delas se faz presente a força de trabalho aplicada ao produto, e o tempo de produção alugado ao capital, salário e jornada de trabalho negociados no mercado”.

183 De Luce Fabbri, em Margareth Rago (2001, p. 303 e 303).

184 *Idem*, p. 299.

185 A partir de Henri Lefebvre (1983).

186 Em menção a Eduardo Yázig (2001, p. 24), que destaca: “alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – mas não existe sem um corpo. Alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõe ao que chamaríamos “desalmado”. Não creio que possa ser entendido por processos lógicos. Há alma quando há paixão das gentes pelo lugar”.

187 Emilio Bonvini (2001, p. 40), abordando a tradição oral afro-brasileira, salientou que “Através destas “palavras”, é bem uma “alma” africana que sobreviveu e que vive ainda hoje no Brasil.

188 Conforme Gaston Bachelard (2000).

189 De acordo com Antoine Meillet (1987, p. 193), que, baseado em Bréal, destacou que “Á medida que uma civilização ganha em variedade e em riqueza, as ocupações, os atos, os interesses de que se compõe a vida da sociedade se dividem entre diferentes grupos de homens: nem o estado de espírito, nem a direção da atividade são os mesmos para o padre, o soldado, o homem político, o agricultor. Se bem que tenham herdado a mesma língua, as palavras tomam entre eles matiz distinto, o qual se fixa e acaba por aderir-lhes”.

190 Conforme Paulo Freire (1983). Ver, também, Venício Artur de Lima (1981).

191 Em Margarida Maria Moura (1988, p. 212).

192 Em José Guilherme Cantor Magnani (1998, p. 42).

193 Em Rosani Cristina Rigamonte (2000, p. 236).

- 194 Em Teresa Kleba Lisboa (2003, p. 130).
195 Em Maria Aparecida de Moraes Silva (1999, p. 149).
196 Em Regina Beatriz Guimarães Neto (2002, p. 77).
197 Em Teresa Sales (1999, p. 29).
198 Em Adriana Capuano de Oliveira (1999, p. 293).
199 Em Ely Souza Estrela (2003, p. 229).
200 Em Sidney Antônio da Silva (1997, p. 121).
201 Em Margherita Bonassi (2000, p. 110).
202 Em Sarah Escorel (2000, p. 145).
203 Em Rosa Helena Blanco Machado (2003, p. 108).
204 Em Hélió R. S. Silva e Cláudia Milito (1995, p. 76).
205 Ver Sidney Chalhoub (2001) e Margareth Rago (1997).
206 Em empréstimo de Eder Sader (1995).
207 Em alusão a Michelle Perrot (2001) e Edgar de Decca (1992).
208 Conforme Agnes Heller (1985).
209 A partir de Alessandro Portelli (1997b).
210 Conforme Agnes Heller (1983, p. 114-115).

*De gatúchas e gatúchos em
Rondonópolis*

CAPÍTULO 1

Fazer-se migrante

1. “Lá eu não tinha quem me ajudasse”

Os anos correm como o vento do outono gaúcho quando relembrados em relance por Maneco, pai de Ana. O vento traz o frio do inverno. Zero grau. Fogão à lenha, chimarrão. Geada. Os ventos gélidos perdem a intensidade em setembro, trazendo a primavera. O calor... *Ventos da memória. Rajadas.* Pequenos e fugidios são os interstícios dos tempos e lugares lembrados. E falados. Lembranças, falas, silêncios e esquecimentos. O *dizível* e o *indizível*¹.

“Olha, se eu fosse falá desde um menino”...

O início da fala de Maneco revelava o alcance da memória que ia se desenrolando em fragmentos. Não falava como menino e nem necessariamente “desde um menino” – ou desde um guri –, mas a reportagem ao passado, constantemente, associava-se a lugares que vinham desde a infância. A referência a “menino”, no entanto, foi antes uma ponte para o acompanhamento junto ao pai *do* morar e *do* mudar e não à infância, às brincadeiras, às estripulias e mesmo ao trabalho. Foi, por isso, a designação de um tempo que se promiscuía a outros tempos, que por sua vez participavam de lugares. Tempos e lugares se traduzindo em anos datados e em lugares nomeados, relação que acompanhou a fala de uma a outra ponta da narração, permeando inclusive os possíveis lugares de futuro – como o “nortão” do Mato Grosso. Maneco narra a si próprio: ele é os lugares lembrados. Vai, a cada palavra, inserindo-se² em um tempo e em lugares da lembrança em meio a outros tantos esquecidos. E silenciados.

Os tempos e lugares surgidos na narrativa, ao sofrerem cortes longos e profundos – mas em alguns casos também rápidos e superficiais –, exprimem a construção de saltos que se constróem, para um migrante, entre os tempos de partida e de chegada e, para deslocamentos que se sucedem, também de chegada e de partida. As datas e lugares assim dispostos podem,

em um instante primevo, mostrarem-se desconexos e pouco reveladores³, no entanto, têm papel importante no *pensar* e no *falar* reproduzidos no cotidiano participando nos e dos lugares do dia-a-dia, como dados imprescindíveis nas e para as conversações. A disposição alinhavada – ou não – de anos, cidades e estados de origem, de passagem e de destino, constituem elementos de interação entre moradores de lugares, em especial daqueles que têm em suas formações a migração como característica demográfica principal, como é o caso de muitos municípios e cidades mato-grossenses, situando-se Rondonópolis como um dos exemplos⁴. Datas e nomes de lugares – dados temporais e toponímicos – são, portanto, indispensáveis no *fazer-se, desfazer-se e refazer-se* migrante – a *transitoriedade migratória* –, colocando-se como necessários na construção-reconstrução das (in) formações identitárias⁵.

As datas e os nomes dos municípios e cidades constróem os tempos e os lugares de permanência e de mobilidade. Maneco relata:

então o meu finado pai trouxe nós do sul do Rio Grande do Sul pra serra, em quarenta e dois. Daí nós se criemo ali e ali eu me casei também, em Três Passos, já era município aquela vez, e fiquei por lá, mais de quatro anos, aí vim pro Paraná. Lá [no Rio Grande do Sul] eu não tinha quem me ajudasse, tá certo [que] eu nunca pedi... Mas de lá eu não achei quem me ajudasse, nem o próprio sogro que tinha o dinheiro, né, ele achô que não podia, talvez, eu nem pagá o juro pra ele.

Entre os anos e os lugares surgem associações e situações, condições e problemáticas vivenciadas e experienciadas por Maneco. Não são datas e nomes soltos no tempo e no espaço. Os anos e a toponímia – inicialmente meros “ingredientes” – são “amassados” e paulatinamente vão incorporando conteúdos de interconexão entre dados aparentemente em extravio. Os “o meu finado pai trouxe nós”, “nós se criemo ali”, “ali eu me casei também” e “lá eu não tinha quem me ajudasse, nem o próprio sogro que tinha o dinheiro, né, ele achô que não podia, talvez, eu nem pagá o juro pra ele”, são componentes qualitativamente importantes e se colocam como “pontas do iceberg” para as tentativas de compreensão dos tempos e dos lugares.

A primeira migração de Maneco foi intra-estadual: do “sul do Rio Grande do Sul pra serra, em quarenta e dois”. O ano era mil novecentos e quarenta e dois e o lugar de destino foi Três Passos, que “já era município aquela vez”. Do “sul” para o noroeste gaúcho⁶. Uma migração que envolveu a família mas que teve o pai como sujeito de decisão na medida em que

“o meu finado pai truxé nós”. O “menino” participava de sua primeira migração e a referência para a iniciativa e a decisão de partir, no *lembrar*, é a figura paterna. Nem mãe e nem as irmãs e irmãos – com mais ou menos idade – parece terem participado da decisão de partir do “sul” para Três Passos.

O “pai [que] truxé nós” pode ser percebido como uma construção da fala que possibilita pensar uma posição e prática hierárquicas paterna⁷. Também permite dizer que o poder – aqui do pai, mas também da mãe e das irmãs e irmãos de mais idade – tende a ter importância decisiva para qualquer migração que envolva toda ou parte expressiva da família.

Esse aspecto deve ser pensado na relação com as condicionantes conjunturais e estruturais que participavam das relações naquele momento, em especial no desenvolvimento da economia capitalista mundial que naquele ano se via em meio à segunda guerra mundial, enquanto que o Brasil – sob a ditadura do gaúcho Getúlio Vargas – alavancava um processo de industrialização via substituição das importações⁸. Enquanto isso, parte do território gaúcho começava a *sentir* os efeitos do processo de industrialização da agricultura, que no pós-segunda guerra mundial apresentou contornos bem mais nítidos com a “revolução verde”, que teve “como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo”, inclusive no Brasil, com melhoramento genético, novas técnicas e tratamentos agrícolas⁹. Maneco, o menino que sai do “sul” do Rio Grande do Sul para Três Passos, mesmo sem o saber, participa, como pequeno migrante, da “modernização conservadora”¹⁰ da agricultura no estado. Nele e para ele, era o pai que *comandava* a vida.

Insistir, por mais uma vez, no “o meu finado pai truxé nós”, possibilita a inferência de que o “menino” – e a menina (ou os meninos e as meninas) – teve – mas ainda hodiernamente tem – importância menor ou mesmo nenhuma na decisão de migrar. Isto quer dizer que a decisão foi e é, em última instância, dos adultos, o que por sua vez conduz ao entendimento de construções de violência em um patamar que por vezes se esconde em uma pretensa unidade familiar¹¹, principalmente em análises que se centram na unidade da família e não nos sujeitos singulares que a compõe. Mas, a migração da família é sempre uma migração de sujeitos e subjetividades, o que não oblitera, para Maneco, o entendimento subjacente de que o pai – e certamente também a mãe – reunia as melhores informações sobre as situações e as condições do lugar onde viviam e do lugar ou dos lugares que se colocavam como destinos possíveis.

A participação ou não da mãe ou das irmãs e irmãos de mais idade, na migração primeira de Maneco, é uma questão posta, não obstante, para além do *lembrar* e do *falar*, uma vez que na construção da narrativa há uma referência única: “o meu finado pai”. Na construção de quem lembra e de quem fala está colocado também o poder de direção e de condução, expressa aqui no quem *leva* e no quem *traz*. Assim, para Maneco é o “finado pai” o condutor e o direcionador daquela que foi, quando ainda menino, sua primeira migração em território gaúcho.

Foi no município de Três Passos que “nóis se criemo ali”. Da referência à migração conduzida pelo “meu finado pai”, Maneco se reporta à “criação” – tanto sua quanto das irmãs e irmãos –, pois “nóis se criemo ali”. Se no “o meu finado pai truxeu nóis” há uma clara indicação ao poder do pai, no “nóis se criemo ali” tal indicação desaparece, prevalecendo certa liberdade de quem *se cria*. Parece certo que no “nóis se criemo ali” também houve a presença – autoritária ou não – da mãe e do pai, mas, pelo menos implicitamente, também aparece uma característica do crescimento e educação das crianças no meio rural: o desenvolvimento de certa independência que vai se gestando desde a mais tenra idade, em especial porque se dá uma estreita relação entre infância e trabalho. Ou seja, no “nóis se criemo ali” pode-se identificar o modo como se constróem as relações no interior da família camponesa¹², primando para o desenvolvimento de uma autonomia de cada membro familiar concomitante à construção da autonomia da própria unidade da família do campo. Nesta autonomia o trabalho assume uma centralidade fundamental, daí a impossibilidade de uma separação categórica entre o *brincar* e o *trabalhar* para a criança camponesa. A criança é ensinada a trabalhar desde cedo, mesclando trabalho e brincadeira¹³.

O casamento. Em Três Passos, “ali eu me casei também”. A construção da independência de cada irmã e irmão na unidade familiar camponesa também tem por base a própria dinâmica das relações desenvolvidas. Na “desestruturação” da família do campo – família que tem o trabalho familiar como centralidade – o casamento se coloca como o principal ponto de inflexão na medida em que direciona os seus membros. As mulheres e homens – antes meninas e meninos – passam a constituir novas famílias, que podem permanecer em terra do pai ou do sogro ou enfrentar a primeira partida – à curta ou à longa distância – sem o *querer* ou o *poder* do pai ou do sogro. Esta primeira migração pode ser tanto após a “noite de núpcias” ou após um período mais prolongado. O segundo caso parece ter sido

bastante comum, uma vez que o casamento se colocava como uma ruptura de laços entre mãe, pai, irmãs e irmãos da casada ou casado, ao mesmo tempo se constituía como a construção de laços de natureza diversa da anterior, baseando-se, agora, na solidariedade entre duas famílias distintas onde a troca de trabalho e de ferramentas, enfim, de ajuda mútua, assume importância basilar pelo menos nos primeiros tempos de casamento. Isto, no entanto, não necessariamente foi condição para a permanência da nova família de Maneco junto ou próxima aos ascendentes, em especial porque as condicionantes para a permanência ou a mobilidade extrapolam o domínio das relações familiares. O campesinato produz alimentos, mas também produz migrantes¹⁴.

Entre a primeira migração, o casamento e os “mais de quatro anos” iniciais do casamento, a vida de Maneco transcorreu no município de Três Passos. No “ali eu me casei também”, ainda evidencia a construção de relações que extrapolam a esfera familiar e atingem as relações comunitárias. Contudo, as relações comunitárias e as relações familiares não garantiram para a recente família de Maneco a permanência no noroeste gaúcho. E se as condicionantes estruturais e conjunturais – antes rapidamente aludidas – tiveram papel crucial para a segunda migração de pai de Ana – agora excedendo o Rio Grande do Sul, para o Paraná –, relações de demanda familiar também corroboraram como parece manifesto no “lá eu não tinha quem me ajudasse, nem o próprio sogro que tinha o dinheiro, né, ele achô que não podia, talvez, eu nem pagá o juro pra ele”. Há uma referência anterior fortemente associada a esta: “lá eu não tinha quem me ajudasse, tá certo que eu nunca pedi”!

Nas relações com as famílias dos pais e dos sogros, em especial a alusão a esta última, na figura do “sogro”, verifica-se duas situações: uma de constrangimento; e outra de possível desconfiança. A de constrangimento – em “tá certo que eu nunca pedi” – parece associar-se, por um lado, a um pretense orgulho do necessitado de ajuda na medida em que não exprime sua demanda a outrem, neste caso ao “sogro”; e, por outro, a uma certa “retenção” de uma situação de fragilidade econômica, não incorrendo na possibilidade de sofrer um “julgamento” que o associasse ao fracasso e à incompetência. Por sua vez, a presumível situação de desconfiança do “sogro” para com Maneco – em “ele achô que não podia, talvez, eu nem pagá o juro pra ele” – parece indicar que as afinidades familiares podem apresentar “rusgas” quando transpostas a questões de ordem econômico-monetária.

As dificuldades em Três Passos fizeram com que o pai de Ana decidisse pela mudança para o Paraná: “daí eu digo: ‘pro meu dinheiro que eu tenho, como é que eu vô achá terra aqui?’, eu disse pra ele [para o sogro]. Então tô fora, eu tinha a menininha, era guriazinha, e a mulher, aí nós viemo aqui pro sudoeste [do Paraná]. Aí eu tive o resto da família”. A dificuldade em adquirir uma propriedade de terra no noroeste do Rio Grande do Sul, aliada aos componentes familiar e subjetivo, tiveram papel decisivo na migração interestadual. Evidencia também, neste caso, a maior facilidade de mudança para as famílias recém constituídas e com filhos de pouca idade¹⁵. Portanto, se a exigüidade de dinheiro – em “pro meu dinheiro que eu tenho” – surge como central para a decisão de migrar, a consideração a fatores outros é indispensável para a maior clareza deste segundo deslocamento de pai de Ana, como os “fatores de expulsão” do Rio Grande do Sul e os “fatores de atração” exercidos pelas possíveis melhores expectativas no Paraná¹⁶.

A migração para o sudoeste do Paraná não significou uma ruptura nas relações com os familiares do Rio Grande do Sul, tanto que Maneco e família – mais ampliada – retornou para Três Passos: “e aí voltamo pro Rio Grande do Sul, pra cuidá dos velhos, vê que benefício ia fazê, daí não deu certo com eles, garei e vim pro Paraná, aqui em cima, pro norte...”. Este fragmento sucinto descreve o rápido retorno para o noroeste gaúcho e uma nova migração para o Paraná, agora não mais para o “sudoeste”, mas para o “norte”.

Parece estar evidente que os anos transcorridos no Paraná – no “sudoeste” – não dizimaram as possíveis relações de desagravo entre Maneco e o “sogro”. A construção da narrativa evidencia também uma tentativa em demonstrar que as relações do genro para com o pai da esposa – transposto para “velhos” – estava na “contramão” da não ajuda financeira anos atrás, essencialmente no “vê que benefício ia fazê”. Novamente, esta consideração participa da narrativa no presente do *lembrar* e do *falar e*, por isto, tem sua construção pautada em uma direção que abrange toda a relação com os familiares que permaneceram no Rio Grande do Sul – e mesmo no Paraná, com a migração posterior para o Mato Grosso. Portanto, a narrativa pauta-se sobre a construção de uma totalidade do passado e da representação¹⁷ das relações vivenciadas, definindo e redefinindo, por sua vez, a própria relação que se estabelece com o tempo pretérito¹⁸.

Mais adiante, quando instigado a detalhar com maior acuidade sobre os motivos da mudança do Rio Grande do Sul para o Paraná, Maneco

apontou: “é que lá é tudo, nas regiões ali onde eu tive morando, eu não sei se eu não tinha, eu não tinha jeito de arrumá dinheiro pra eu começá a vida, né, minha vida era sê agricultor, né, então eu não tinha jeito de arrumá um dinheiro para eu comprá um pedacinho de terra, aí eu me larguei pro Paraná”. Agora fica mais evidente as dificuldades encontradas pelos filhos de colonos – recém casados, mas também solteiros – do Rio Grande do Sul – aqui em especial do noroeste do estado – em comprarem um “pedacinho de terra” – porque a “vida era sê agricultor”. Evidencia – diretamente – como condicionante primeira para a migração, o preço da terra e não necessariamente a escassez dela.

Sobre a situação passada no Rio Grande do Sul, às palavras do pai juntam-se as da filha Ana: “é que nem se fala, a exploração, né, é muito explorado, quem tem, tem, quem não tem, não tem...” O *ter* e o *não ter* aparecem como condições importantes para a permanência ou para a mudança do sul, revelando uma certa impossibilidade para aquelas e aqueles que “não tem” em romper com suas condições de limitada sobrevivência e até de permanência no lugar. A reportagem à “exploração” e “explorado”, longe de se poder considerar como uma revelação das relações de trabalho ou de produção, indica as dificuldades em reproduzir-se no Rio Grande do Sul como trabalhador rural – “agricultor”, para o pai de Ana. Muito mais, “exploração” e “explorado” indicam o alto grau de intensificação e “saturação” da posse e uso da terra – limites para se “comprá um pedacinho de terra” – e das atividades urbanas – limites para o aumento de postos de trabalho nas cidades¹⁹.

O pai de Ana completa e arremata: “quem tem, tem, quem não tem, se lasque. Então, fui obrigado, né? E é bom. O Brasil todo ele é bom. Olha, no Brasil tem água por tudo, tem água pra cada um. E onde que tem água podemo vivê. Eu que não tenho religião, que não tenho lugar, que não tenho distância, e também, antigamente era difícil, mas hoje em dia não tem distância. Tô por aí, né?” Com exceção da parte primeira – “quem tem, tem, quem não tem, se lasque [...] Então, fui obrigado, né” – a maioria do fragmento é prenhe de afirmações que trazem elementos importantes para compreender a produção de uma representação do Brasil, por um lado, e de elementos que parecem participar de uma *vida errante*, por outro, sem falar em uma tenaz contradição: o “Brasil todo é bom”, mas “fui obrigado” à migração porque “quem não tem [que] se lasque”.

O Brasil sob uma ótica positiva – “todo ele é bom” – é produzido a partir da oposição maniqueísta de bem e de mal. A positividade também

é sustentada por uma metáfora: “no Brasil tem água por tudo, tem água pra cada um. E onde tem água podemos vivê”²⁰. A água é o componente natural que assume a centralidade do “podemos vivê” ou do não viver. A “natureza” do Brasil surge privilegiada frente às relações humanas, dentre às quais aquelas que definem quem pode e quem não pode beber água. O natural aparece preexistindo ao humano. A água, não raras vezes, também, aparece como *dom* de Deus.

Igualmente impressionante, é considerar os elementos “religião” e “distância” como partes reveladoras da dinâmica migratória de Maneco. E aqui é possível dizer que a “religião” extrapola o sentido religioso-transcendental que comumente lhe é atribuído. “Eu que não tenho religião” parece se colocar não na relação entre o homem pai de Ana e um ser transcendente, mas entre Maneco e o lugar ou os lugares vividos. Não ter religião é não ter um lugar de referência – pelo menos um único lugar –, de fixação. Um sujeito sem ligação com um *topos*. Sem uma re(li)gião²¹.

O “quem não tem que se lasque” apresenta seu *tom* reposto em fala seguinte de Ana, ao discorrer sobre as condições que ela e o marido enfrentavam na cidade de Panambi, no Rio Grande do Sul, ao decidirem a *mudança* para o Mato Grosso. A fala revela, ainda, importantes aspectos que ajudam a compreender como se deu a *mudança* e qual era a representação de Ana sobre o Mato Grosso antes da chegada:

[em Panambi] era um salário, um salário baixo, a gente não tinha condições, assim, como é que se fala, assim de podê tê uma terra maior. Então só tinha um terreninho, uma casinha e o salarinho da gente, que a gente ia lá e cá, nunca ia pra frente, né? Sempre ficava naquela, daquele jeito. Aí apareceu um primo dele, de meu ex-marido, que morava no Mato Grosso, ele foi pra lá e precisava de gente aqui numa fazenda e aí falô assim pro meu marido: ‘nós vamo embora pra lá, vai junto embora pra lá’, daí ele foi, fez o acerto na firma. Aí vieram tudo com caminhão só, veio tudo num caminhão só. Aí viemo embora pra cá, sabê... Eu, pra mim, o Mato Grosso era um mato, aqui na minha cabeça, né, e quando a gente veio pra cá a gente viu que não era assim, que tinha um futuro aqui e que a gente via que ia pra frente.

Fica explícito que na efetivação da *mudança* houve uma correlação profunda entre situação no Rio Grande do Sul e *expectativas* no Mato Grosso. Em “então só tinha um terreninho, uma casinha e o salarinho da gente”, refletindo no “nunca ia pra frente, né”, teve na informação e convite do primo do marido a possibilidade de construção de “um futuro” diferente, mesmo que distante. Depreende-se que a *mudança* não foi condicionada

pela impossibilidade de sobrevivência em Panambi, mas por certa projeção de continuidade – para o futuro, ali permanecendo – das condições que enfrentavam; e, por outro lado, nem pela condição concreta de melhoria de condições de existência no Mato Grosso, mas pela produção de uma *expectativa* favorável, positiva.

Neste sentido, a *mudança* se efetivou na conjugação de duas expectativas: uma negativa, a permanência nas/das mesmas condições no sul – “sempre ficava naquela, daquele jeito” –; e uma positiva, a mudança das condições no Mato Grosso – “que a gente via que ia pra frente”. O expectável sobre um e outro lugar acabando definindo, efetivamente, a permanência ou a mudança.

Sem o querer, talvez, Ana introduz um aspecto que aqui assume uma centralidade importante: o *jeito* do lugar – ou “daquele jeito”. “Daquele jeito” era o lugar: o lugar de condições sócio-econômicas desfavoráveis e de *expectativas negativas* sobre o futuro. O *jeito* do lugar *sul* mostrou-se *sem mais jeito, desajeitado*. Ana e o marido viam o lugar “daquele jeito” que ninguém quer ver. *Sem jeito* de viver. *Sem jeito* de melhorar de vida. *Sem jeito* de lugar. Um lugar “daquele jeito” em que, para umas e uns *sujeitos*, não tinha mais *jeito*. O *desajeito* do lugar foi suplantado por um *jeito* radical: *mudar*. Migrar. A gênese da produção de uma “topo-cisão”. Cisão com o lugar.

A construção da possibilidade de *mudança* também foi, neste caso, derivada do contato e da informação de alguém – do primo do marido – e não algo que já se colocava para o casal. As condicionantes econômicas, sociais e culturais participaram da migração... Contudo, pensar o *acaso* como parte constituinte da *mudança* é importante na medida em que possibilita entender porque a migração se coloca como realidade para uns e não para outros, que vivem sob condições sócio-econômicas e culturais semelhantes. Em “aí apareceu um primo dele, de meu ex-marido, que morava no Mato Grosso, ele foi pra lá e precisava de gente aqui numa fazenda”, indica que, se já havia uma pré-disposição para a migração, ela foi ativada pelo “aparecimento” e convite do primo. Pode-se dizer, então, que se as condições para a *mudança* se colocavam para Ana e o marido, a sua efetivação foi externa – e ao acaso – a elas. O papel de redes sociais²² para a migração foi decisivo para a decisão e a partida.

Certamente o “aparecer” do primo seguiu paralelamente ao convencimento do marido e de Ana. Um convencimento, no entanto, que parece ter sido relativo na medida em que havia tanto a necessidade de

melhor conhecer o lugar novo – “viemo embora pra cá, sabê” – como na representação do Mato Grosso construída por Ana – “pra mim o Mato Grosso era um mato”. Daí somar-se, às expectativas negativa e positiva anteriormente mencionadas, uma *expectativa cautelosa*.

Um conjunto de *expectativas* tendeu a definir, assim, a migração de Ana e família para o Mato Grosso. *Expectativa negativa* frente à permanência no sul. *Expectativa positiva* frente à *mudança* para o Mato Grosso. E *expectativa cautelosa* frente às representações das possíveis condições que seriam encontradas no lugar de destino. Este conjunto de *expectativas*, contudo, deve ser compreendido na sua *inter e intra-relação*, produzidas simultaneamente e parte de um processo que conjuga condições materiais e representações dos lugares.

Este mesmo conjunto, por outro lado, é parte substancial da origem do processo de constituição, para cada sujeito prestes à migração, da *transitoriedade migratória*. A produção de *expectativas* sobre lugares *daqui* e de *lá*, a partir de informações e contatos, mesclados à *análise* das condições de vida no lugar de origem e condições melhores no lugar de destino, constituem-se como o ponto central da formação de um sujeito em *trânsito*, espacial e temporalmente²³. Neste início de *transitoriedade*, também, as *expectativas* tendem a uma produção aleatória, ou no mínimo, concomitantes. Positividade, negatividade e cautela *vêm e vão* ao mesmo ritmo das falas que se desenrolam. Avançando e recuando, recuando e avançando. *Cautelosamente*.

Assim, a *cautela* também é parte da relação entre entrevistador e entrevistado. O desenrolar da conversa entre pesquisador e migrante acaba por se constituir na tentativa de reconstrução de uma trajetória e história que vai aparecendo aos “pedaços”. Pequenos *adendos* de interrogação, de quem ali está para ouvir, são como “pontos de costura em um tapete de retalhos”. Assim é que “pontos” da conversa vão preenchendo lacunas daquilo que já foi lembrado e falado, da mesma forma que tais “pontos” vão se colocando como novas possibilidades de “retalhos”. É assim, também, que, se de “ponto a ponto se chega no conto”, de *adendo a adendo* se se aproxima do lembrar e do falar possíveis.

Os *pontos* são a-cronológicos. Por entre os *meios* da narrativa, já depois de quase “cozer” o pano, Ana *pontuou* sobre o lugar de morada antes da migração para o Mato Grosso: “nós morava lá em Panambi; eu nasci em Três Passos e me casei com meu marido, que era de Panambi; quando nós viemo de lá a gente morava em Panambi, de lá a gente veio

direto pra cá”. Um “pontuamento” que pareceria banal se não apresentasse uma grande similaridade com o casamento e a *mudança* do pai e da mãe – para estes do Rio Grande do Sul para o Paraná. Assim como a mãe e o pai, os primeiros *tempos* de casamento mostraram-se passíveis para a tomada de decisão e partida para um novo lugar. Decisão e partida que foi grandemente condicionada pelo convite do primo que já conhecia o Mato Grosso e já estabelecera contatos para trabalho em fazenda, no lugar que “pra mim [...] era um mato”.

Com a possibilidade apresentada pelo primo do marido de Ana,

a gente conversô: ‘vamo embora? Vamo conhecê terra melhor...’ O clima, porque o clima lá no Rio Grande do Sul, pra mim mesmo, é muito ruim, o frio, na época do frio, a gente sofria muito [com] o problema de garganta; dava época de frio, pronto, era eu na base da injeção, então a gente pensô em troca o clima, porque o clima aqui era mais quente, né, então vamo tentá, e foi que nós viemo pra cá, e graças a Deus até hoje eu não tive mais, uma vez eu senti problema de garganta.

No “vamo conhecê terra melhor”, novamente, está indicado que as condições econômicas em Panambi – no Rio Grande do Sul – apresentavam-se difíceis. O fato do marido de Ana estar trabalhando – no mercado formal de trabalho, com carteira profissional de trabalho assinada – colocou-se como condição menor que as possibilidades e *expectativas* em relação à ida para o Mato Grosso.

Não deixa de ser interessante, por outro lado, que mesmo residindo na cidade de Panambi e com trabalho urbano, Ana reponha como centro das expectativas a terra – “conhecê terra melhor”. Porque “terra”, também, sobrepõe-se a um *chão* enquanto propriedade fundiária e alcança *status* de lugar, reunindo as condições boas em uma “terra melhor” ou as condições precárias em uma *terra pior*, onde “quem tem, tem, quem não tem, não tem”... Nem cidade e nem emprego novos e melhores. Mas, terra. E “terra melhor”. Opondo-se à *terra pior*, o fragmento da fala de Ana é também a construção de uma metáfora. “Terra melhor” como um melhor lugar. “Terra melhor” como um trabalho melhor remunerado. “Terra melhor” como a possibilidade de viver em um “lugar de futuro”. A busca por um lugar que possibilitaria a melhoria das condições de vida para a família.

Às condições melhores de existência como *expectativa positiva*, Ana deferiu um argumento interessante: o “clima”. O “clima” aparece conjugado ao “problema de garganta” que, por sua vez, está diretamente

relacionado ao “frio”. A condicionante ligada ao “clima” é interessante porque traduz, indiretamente, uma construção argumentativa que deixa perpassar uma construção posterior à partida; muito mais: uma construção do presente para o passado. A possibilidade de que a informação, sobre as temperaturas médias no Mato Grosso serem maiores que as do Rio Grande do Sul, fosse de conhecimento de Ana, repassadas pelo primo do marido, é aceitável; mas, de que “troca o clima” – enquanto expectativa sobre o Mato Grosso – já fizesse parte como um elemento de positividade é duvidoso, principalmente porque esta não é condição suficiente para não ter “problema de garganta”, e porque, fundamentalmente, a construção de tal explicação seria apenas possível pelo empírico, ou seja, a experiência de viver no lugar poderia dar mostras de que o “problema de garganta” resultava do “frio”.

É claro que a construção de possibilidades e expectativas frente a uma “terra melhor” se deu concomitantemente à produção de representações sobre o Mato Grosso, inclusive que o “clima aqui era mais quente”... Paradoxalmente, no “conhecê terra melhor”, produzia-se, para Ana, uma pretensa tensão resultante de um “pensá” que brotava e se fazia real frente ao novo lugar: “eu pensava assim que a gente procurava melhora, né, mas pra mim eu digo: ‘minha nossa, eu vou pro Mato Grosso, lá só deve tê índio’. No meu pensá era isso, que só tinha índio aqui, que o Mato [Grosso] era puro mato”.

O “procurava melhora” – em outro lugar – chocava-se com a produção de uma representação de lugar inóspito e nele se inscrevia uma relação profundamente presente no imaginário social brasileiro: a associação entre índio e floresta ou mata – aqui, mato²⁴. Se “lá só deve tê índio”, então as possibilidades de “melhora” pareciam se reduzir, porque o índio também passava a ser representado – pelo menos implicitamente – como selvagem. Melhorar de vida em um lugar selvagem – de índio e mato – se mostrava, portanto, como um componente de tensão e dúvida para uma efetiva *mudança*.

Um outro possível desdobramento interpretativo, que também se coloca na produção da representação do Mato Grosso como “puro mato” e que “lá só deve tê índio”, instaurada por Ana, teria como fundamento ideológico e cultural a crença de que a coragem, o trabalho, a aventura e o desbravamento constituem elementos importantes para aquelas e aqueles que tentam reconstruir suas vidas no mato e entre índios. Parece estar presente – pelo menos veladamente – a sustentação – consciente ou não – da capacidade maior de gaúchas e gaúchos, em relação ao índio, como

sujeito capaz de transformar o “puro mato” em lugar de não-índio²⁵. Um lugar de não mato.

Locos do progresso. Da superação do “atraso” por uma nova relação com o lugar pautada no “moderno”²⁶. O trabalho – ou uma concepção e prática de trabalho – tomando a centralidade. O “progresso” e o “moderno” como resultado do trabalho. Neste caso, do trabalho não-indígena. Assim, se a princípio o sujeito “índio” e o meio “mato” poderiam aparecer como dados negativos sobre a possibilidade de *mudança*, também poderiam ser compreendidos como elementos constituintes de uma construção ideológica que justificaria a presença de mulheres e homens com mentalidade e prática diferentes do índio e do mato – sujeito e *meio* –, no desenvolvimento de um novo lugar.

Em oposição a “índio” e “mato” sucede-se, no entanto, a informação do primo de Ana que buscava desconstruir a imagem negativa sobre o Mato Grosso:

aí o meu primo, que é primo do meu marido, falava: ‘não, mas lá tem cidade, lá é bão, lá tudo o que cês compra aqui, cês compra lá também, né?’. Então aí já vinha botado na idéia, aí quando eu cheguei aqui eu virei pro Mato Grosso, bom, a cidade que eu conheço aqui eu vi completamente diferente, eu vi que não era isso aí que eu tava pensando, que eu já fui em Cuiabá, né, a gente foi aqui mais próximo em Pedra Preta, Mineiros [Goiás], então a gente vê que não tem nada de diferente, que o Mato Grosso todo ele é por igual, né, só que as cidades são diferente, né? É claro! Mas cê vê gente do sul, de tudo que é lugar, né, que nem meu pai falo, né, então eu acho que eles deve pensá a mesma coisa que a gente, quem nunca conheceu que nem a gente deve vim pra cá atrás de melhora, né, de vida, né, uma coisa assim, que pra cá tem mais futuro, que lá pro sul tá muito explorado, quem tem serviço em firma, tem serviço em firma... Agora, quem não tem, que tem que sobreviver de alguma coisa, tá muito explorado, muito difícil, é difícil conseguir alguma coisa pra sobreviver, né, então aqui eu acho que é bem melhor, aqui cê tem terra, tem os sem terra, o povo doa o terreno, bairros, bairros novos que vão saí com essa doação de terreno, lá no sul é difícil de escutá isso aí, é difícil, então eu quero dizer que pra cá é bem melhor pra gente vivê, lá pro sul tá muito explorado, Paraná também.

As palavras de convencimento do primo do marido de Ana colocaram-se como um contraponto às representações produzidas sobre o Mato Grosso e suas gentes. Em vez de “mato”, “cidade”, que possibilitou, por sua vez – as cidades, agora já no Mato Grosso –, também “vê gente do sul”. Do “mato” à “cidade”, observa-se a passagem de representações das

gentes “não-civilizadas” – o índio como sinônimo de selvagem – e de um *meio* original-natural – o mato, a ser desmatado – para representações de *gentes* “civilizadas” – não-índios, portanto “não-selvagens” – e um *meio* construído e modificado – não-natural, a cidade. À idéia de pavor – “só mato” –, a idéia de consolo e conforto – “lá tem cidade”. A cidade – como não-mato – aparece associada a não-índio. Surge, assim e também, como *cidade sem passado*²⁷.

À cidade é associada ainda a possibilidade de aquisição de mercadorias: “lá tudo o que cês compra aqui, cês compra lá também”. A “civilização” – o não-índio e o não-mato – é compreendida como lugar que apresenta as condições para se comprar coisas. Se lá há tudo para se comprar o que se compra aqui, então se dissipam as diferenças e se instaura o igual. E o igual – o não-estranho –, conforta. É, portanto, o mercado que homogeneiza. A cidade se colocando como *locos* das relações de troca: ali se compra e ali se vende. E não o mato.

Tais aspectos, é claro, colocam-se aqui como possibilidades de *leituras* e interpretações sobre *mudanças*, trajetórias e histórias migratórias. *Leituras* e interpretações sobre uma fala também construída do *hoje* para o *ontem*. É nesta perspectiva que Ana – que lembra e que fala – produz outra associação, sem nenhum problema de ordem temporal ou espacial, entre as informações que recebera do primo do marido – “lá tem cidade” – com a efetiva e própria experiência de conhecer cidades após a *mudança* no Mato Grosso. Em “eu já fui em Cuiabá, né, a gente foi aqui mais próximo em Pedra Preta, Mineiros, então a gente vê que não tem nada de diferente, que o Mato Grosso todo ele é por igual, né, só que as cidades são diferente, né”, constata-se que a informação dada pelo primo no Rio Grande do Sul, antes da *mudança*, é imediatamente integrada à experiência no conhecer algumas cidades no Mato Grosso (e uma em Goiás: Mineiros).

A desconstrução da representação do lugar como “só mato” foi tanto dada pela informação *a priori* como pela constatação *a posteriori*. Entretanto, não deixa de ser curioso que no pequeno excerto acima ainda se coloquem – também sem “problemas” para quem lembra e quem fala – construções completamente opostas na comparação entre o Rio Grande do Sul e Mato Grosso: “não tem nada de diferente”, “todo ele é por igual” e “só as cidades são diferente”. “Igual” e “diferente” são “manuseados” com uma desenvoltura que pouco importa a coerência dos fatos e entre os fatos. O Mato Grosso “não tem nada de diferente” em relação ao sul. O Mato Grosso “é por igual”. Apenas “as cidades são diferente”! “Igual” e

“diferente” participam da construção de representações entre lugares e do interior de um mesmo lugar. Participam, também, da fala que se produz e se move por ambigüidades, paradoxos e contradições, como parte mesmo de movimento sócio-espacial no qual os sujeitos da fala se inserem²⁸.

A representação de Mato Grosso, em sua negatividade, foi substancialmente desconstruída. Não apenas pelas cidades, mas principalmente pelas *gentes*. “Mas cê vê gente do sul” foi o componente de afirmação de uma representação positiva sobre o novo lugar. E parece que não eram poucas as *gentes* do sul, pois vinham “de tudo que é lugar”. Se subjetivamente este aspecto mostrou-se confortante para a migrante que recém chegava ao Mato Grosso, por outro lado evidenciava que a migração de gaúchas e gaúchos – e sulistas, abrangendo também catarinenses e paranaenses – não era esporádica ou isolada. A migração de cada uma ou de cada um participava de um movimento intenso de trabalhadoras e trabalhadores que entravam em mobilidade, “acompanhando” o capital que se territorializava em Mato Grosso em forma de grandes propriedades rurais e urbanas – em “fazendas”, no dizer de Ana. Se condicionantes particulares foram importantes para a *mudança* de Ana, do pai, do marido e dos filhos, condicionantes conjunturais e estruturais também se mostraram componentes poderosos para a mobilidade²⁹.

A “gente do sul”, no Mato Grosso, “então eu acho que eles deve pensá a mesma coisa que a gente, quem nunca conheceu, que nem a gente, deve vim pra cá atrás de melhora, né, de vida, né, uma coisa assim, que pra cá tem mais futuro, que lá pro sul tá muito explorado, quem tem serviço em firma, tem serviço em firma... Agora, quem não tem, que tem que sobreviver de alguma coisa, tá muito explorado, muito difícil, é difícil conseguir alguma coisa pra sobreviver, né”...

A “gente do sul” – que Ana e a família passavam a conhecer no Mato Grosso – demonstrava – pois “deve pensá a mesma coisa” –, também, que a *mudança* de cada uma ou de cada um havia se dado condicionada por dificuldades encontradas no sul – “que lá pro sul tá muito explorado” – e pelas possibilidades e expectativas criadas sobre o Mato Grosso – “pra cá tem mais futuro”. Também aqui se repete um aspecto anteriormente apontado: o de que “lá pro sul tá muito explorado”. Este aspecto é reposto incorporando na proposição mais um lugar frente ao genérico “sul”: “lá pro sul tá muito explorado, Paraná também”³⁰.

Entre os dois momentos – na fala – em que aparecem as afirmações de que o “sul tá muito explorado”, Ana aponta alguns aspectos do lugar Mato

Grosso que se contraporiam às condições negativas dos lugares de origem: “então aqui eu acho que é bem melhor, aqui cê tem terra, tem os sem terra, o povo doa o terreno, bairros, bairros novos que vão saí com essa doação de terreno, lá no sul é difícil de escutá isso aí, é difícil, então eu quero dizer que pra cá é bem melhor pra gente vivê”... Para a produção de representações do Mato Grosso participam as relações vividas e as representações no e sobre o sul. Para a representação do sul, agora, também participam as relações vividas e as representações no e sobre o Mato Grosso.

No sul não “cê tem terra”. No Mato Grosso tem. Mas é justamente no lugar que “cê tem terra”, que também “tem os sem terra”. O lugar onde “tem os sem terra” é o mesmo em que “o povo doa o terreno”. Onde “o povo doa o terreno”, “bairros novos” vão se formando. Para Ana, “lá no sul é difícil de escutá isso aí”. No sul não “cê tem terra”, não tem “sem terra”, nenhum “povo doa o terreno”, e por isso não tem “novos bairros”.

Ana reconstrói, sobre uma interessante perspectiva, dois lugares que se contrapõe: a perspectiva do *movimento* para um e do *estático* para o outro. O Mato Grosso se insere no lugar *movimento*. O sul pertence ao lugar *estático*. O Mato Grosso coloca-se como um lugar *aberto*. O sul é representado como um lugar *fechado*. O Mato Grosso é o “lugar de futuro”; um futuro a ser construído. No sul “quem tem, tem”; tudo já está feito – “daquele jeito” que não tem mais *jeito*. No Mato Grosso tem “bairros novos que vão saí”; o sul “é difícil de se escutá isso aí”. Não se escuta o que não existe. Só o *movimento* faz barulho...

O fato de um dos principais movimentos de luta pela terra no Brasil – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – ter se originado no Rio Grande do Sul – ainda no início da década de oitenta do século passado –, e de sua expansão e formação no Mato Grosso em meados da década de noventa³¹, decorrente, sobretudo, da concentração da terra no campo e das desigualdades sociais nas cidades – por exemplo com a formação de bairros periféricos – como em Rondonópolis³², não destitui a fala de Ana de legitimidade. Sua fala se desenrola ao largo de tais questões e mesmo que talvez tivesse conhecimento delas, isto não se constituiria necessariamente como condição para a mudança de discurso em torno das comparações e representações sobre o sul e o Mato Grosso. Não que tais elementos fossem menos importantes, mas, em especial, porque as relações desenvolvidas por Ana e que participam de suas lembranças e falas, apenas “raspam” questões que envolvem possíveis contradições produzidas e reproduzidas no campo ou nas cidades brasileiras. Por isto que os “sem

terra” de Ana, como acima dispostos, podem se constituir, em sua fala, como um aspecto da positividade de um lugar, neste caso de Mato Grosso, como também a formação de “novos bairros”, mesmo que periféricos. Aliás, o fato de os “novos bairros” se formarem em grande medida na periferia de Rondonópolis – em um dos quais Ana mora – também pouca importância demonstra para a construção discursiva de um lugar “melhor pra gente vivê”. Ana, assim, também fala como moradora de uma cidade que tem as desigualdades sociais e econômicas como uma de suas características fundamentais, territorializando-se no contraste entre riqueza e miséria, formando o centro e as vilas³³.

A referência de Ana ao Paraná, no final do excerto acima apontado – “lá pro sul tá muito explorado, Paraná também” – pareceria sem sentido, deslocado e insignificante se não fosse por uma razão que apenas posteriormente seria colocada, decorrente da referência acima: “eu casei no Paraná, bem no Paraná mesmo, e vim pra Panambi, morá lá, né, aí a gente morô poco tempo lá, né, e aí veio embora pra cá, né, apareceu o serviço pra cá e a gente veio embora pra cá”. Panambi se colocou como lugar de passagem e intermediário entre o Paraná e o Mato Grosso. O nascimento no Rio Grande do Sul, a ida com os pais para o Paraná – ficando ali até o casamento – e a volta para Panambi com o marido, colocam a *mudança* de Ana para o Mato Grosso como um dos momentos de uma trajetória migratória que se desenvolveu em vários lugares de origem e em vários lugares de destino. *Chegadas e saídas* em que o trabalho assume uma dimensão importante: Rio Grande do Sul, Paraná ou Mato Grosso, *pontos* da mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores, para Ana e família. Em sentido mais geral, as relações capitalistas tem a “disponibilidade do homens”, e, em especial, a “docilidade” (a partir de Michel Foucault) de seus “corpos”, de um para outro lugar, provocando a mobilidade da força de trabalho e a acumulação de capital³⁴.

As contínuas *mudanças* – mesmo que separadas por espaços temporais maiores e outros menores – parecem participar de um *fazer-se* migrante em Ana: “o lugar lá [Panambi] já era conhecido, né, então como eu sou muito curiosa, eu gosto de conhecer lugares novos, eu já então eu vim embora mais por causa disso”. Foram evidentes os elementos apontados por Ana ressaltando as condicionantes econômicas e sociais que provocaram a migração do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. Isto não torna ilegítimo o componente subjetivo da curiosidade, que acaba participando conjuntamente com as demais condicionantes: “sei lá, uma do

clima, né, do trabalho, né, e outra por curiosidade”. Contudo, não deixa de afirmar, a seguir, que “se fosse mais pra cima, melhor ainda”... Um *ethos* migrante parece ainda envolver Ana. Mas, também, por um lado, uma certa repulsa do sul e, por outro, um certo *tanto faz*.

A mobilidade da força de trabalho, com o apregoado “fechamento” das fronteiras³⁵ no Brasil – em especial no Centro Oeste e Amazônia –, parece, agora, aleatória. Para Ana, “se fosse mais pra cima, melhor ainda”! *Aqui, lá* ou *acolá*. Tanto faz. Não pelas relações pessoais, mas porque as *expectativas* frente ao trabalho tendem a se homogeneizar. Uma certa homogeneização dada pela universalização do *trabalho abstrato*³⁶: do valor de uso para o valor de troca e do *trabalho útil* para o *trabalho abstrato*³⁷. Trabalho produtor de mercadorias, na forma dinheiro³⁸. A universalização da produção de valores de troca, do *trabalho abstrato* que cria o valor e não do trabalho criador de valor de uso, o trabalho concreto³⁹.

Ana, gaúcha em Rondonópolis, dona-de-casa e cozinheira, é parte do “conjunto de trabalhadores [que] é transformado em uma soma indeterminada de exército industrial da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente”: se “os postos de trabalho não podem ser fixos”, também “os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho”⁴⁰. A universalização destas relações torna os lugares da economia – e, portanto, do trabalho – *iguais*, pelo menos para as trabalhadoras e para os trabalhadores. Estar *aqui, lá* ou *acolá, tanto faz*. Daí, que ser/estar em um ou em outro lugar, pode não mais ter como condicionante principal o econômico, mas um conjunto de condições – familiares, afetivas, de estranhamento... – em que aquele seria, apenas, um dos componentes, para Ana como também para outras e outros migrantes.

Rodrigo, em meados dos anos setenta do século vinte, trabalhava na agricultura no Rio Grande do Sul, em Santa Rosa. A pouca terra fez com que desenvolvesse a passagem de rural para urbano, para logo em seguida, em nova migração, seguir o caminho inverso: “inicialmente trabalhava na agricultura, mas, pouca terra, terra ruim, aí tentei trabalhá de empregado, mas sem experiência, trabalhei acho que dois meses de empregado na cidade, daí seguimo, fui pro Paraná, pra trabalhá na agricultura, no Paraná”. O inverso – da cidade para o campo – deu-se em outro lugar, em outro município, em outro estado. As possibilidades de retorno à terra, no Rio Grande do Sul, eram poucas. A migração para o Paraná fez-se necessária.

A “pouca terra, terra ruim” fez com que Rodrigo – junto com a família – tentasse trabalhar de empregado. Em Santa Rosa trabalhou por

dois meses, mas, “sem experiência”, seguiu de volta para a agricultura. A *experiência* de dois meses como trabalhador urbano – “sem experiência” – demonstrou a incompatibilidade, naquele momento, entre o trabalho autônomo rural e o trabalho subordinado urbano. A não experiência de trabalho na cidade, por isto, também refletiu o peso de uma história de trabalho voltada para a produção de subsistência e, principalmente, para a relativa autonomia familiar e camponesa⁴¹.

Contudo, mesmo que subordinada e precariamente, Rodrigo entendia que haviam possibilidades de continuar vivendo no Rio Grande do Sul. No entanto, o trabalho e a própria existência, para Rodrigo e família, deviam proporcionar outras e melhores condições de vida, ou seja, a reprodução social e econômica, simplesmente, era contraposta à perspectiva de alcançar condições melhores para o sustento familiar: a idéia de progresso. “Progredir”: “não era problema viver no Rio Grande do Sul, mas as perspectivas de progredir eram muito poucas, não tinha, a maioria do pessoal que saiu de lá sonhava em algo mais, foi isso aí que trouxe a vontade de saí de lá”.

Entre “viver” e as “perspectivas de progredir”, Rodrigo *optou* pela segunda. Viver “não era problema”; “progredir”, sim. Participa, aqui, um importante aspecto ligado à mentalidade sulista, em especial à gaúcha e, nela, a herdada de elementos culturais europeus. Rodrigo é descendente de alemães e para ele o trabalho – e o resultado positivo do trabalho em bens –, tem um valor significativo nas relações que estabelece. Portanto, entre a estagnação econômica e a possibilidade de “progredir”, mesmo que em outro lugar, a prioridade recai sobre a segunda alternativa. Assim, o Rio Grande do Sul aparecia como o lugar de um “viver” sem progresso, enquanto o Paraná representava o trabalho para “progredir”⁴². O lugar do *simples* “viver” sendo preterido ao lugar de possibilidades progressistas.

A preferência pelo lugar de “progredir”, contudo, foi também lugar *escolhido* pela “maioria” daquelas e daqueles que migravam para o Paraná, segundo Rodrigo. A maioria “sonhava com algo mais”. As condições econômicas e sociais estáveis ou estagnadas não foram suficientes para a definição da permanência, porque além delas se colocavam perspectivas de “progredir” que pareciam não mais presentes no Rio Grande do Sul. Estas perspectivas participavam do sonho “em algo mais”, o “que trouxe a vontade de saí de lá”. Portanto, na migração para o Paraná, as condições materiais em Santa Rosa acabaram se “colando” à construção de um sonho que objetivava o trabalho no campo e a melhoria das condições de

existência. Assim, caminharam juntas às dificuldades de sobrevivência, as *positivas expectativas* sobre o lugar Paraná. À “vontade de saí de lá” ligava-se a *vontade de chegá lá*.

Além da certa dificuldade na *adaptação* de Rodrigo como “empregado na cidade”, também o “estudo” foi apontado como agravante na *mudança* para o Paraná: “estudo não tinha, trabalhá de empregado, era difícil”. As exigências para um bom emprego urbano no Rio Grande do Sul, em meados dos anos setenta, já colocavam a necessidade de escolaridade. Indiretamente, melhorar as condições de existência em outro lugar pressupunha, também, possibilitar o estudo aos filhos uma vez que a própria experiência – como “empregado na cidade” – indicara que o diploma escolar se colocava como pressuposto indispensável para “progredir”. “Trabalhá de empregado”, sem estudo, “era difícil”.

As condições materiais postas no Rio Grande do Sul produziram, para Rodrigo e família, o desmoronamento das possibilidades de melhoria de vida no lugar e a construção de um sonho em outro lugar. Tais condições produziram *expectativas negativas* sobre o lugar de origem e expectativas positivas sobre o lugar de destino. Capanema, no Paraná, foi esse lugar.

As condições de existência no Rio Grande do Sul e principalmente a falta ou as reduzidas possibilidades de melhoria destas condições, mediatizaram a migração de gaúchas e gaúchos para além dele. Umas e uns para o Paraná, como Rodrigo e família. Outras e outros para o Mato Grosso, como João, que chegou em Rondonópolis em mil novecentos e noventa. Migrou de Santo Ângelo. Na terra das Missões Jesuíticas, João trabalhava como pedreiro e depois como mecânico: “primeiro trabalhava de pedreiro, depois que eu comecei a trabalha com, mexê com mecânica”. A saída do sul – condicionada também pelas condições materiais – teve como fator imediato a presença de um cunhado no Mato Grosso: “eu já tinha um cunhado meu aqui, já faziam dez anos que tava aí; aí foi, através dele, que eu vim, só que eu vim a primeira vez, eu vim em oitenta e sete, aí fui trabalhá numa fazenda, fiquei, fiquei um ano aí; aí resolvi imhora, resolvi imhora e fiquei até noventa; aí, quando foi noventa, vim pra cá de novo, então fiquei agora onze anos aí”.

O cunhado e a irmã já moravam no Mato Grosso – “numa fazenda” – e, a partir deles, João deixou o sul ainda em “oitenta e sete”. Um ano de permanência na fazenda fizeram com que retornasse para o Rio Grande do Sul. Dois anos depois uma nova migração, resultado imediato da constatação – agora definitiva – da impossibilidade de melhoria das

condições de vida no sul em comparação com as possibilidades no Mato Grosso, sendo que o retorno para o Rio Grande do Sul deu-se, em especial, para o aperfeiçoamento profissional: “foi o campo de trabalho, né, é melhor salário, tem mais serviço, lá no sul tava ruim demais, então vim aqui, conheci, gostei, voltei pra lá, me aperfeiçoei mais na profissão que eu tô hoje e vim pra cá”.

A fala de João indica uma forma de migração que se dá aos “pedaços”. Primeiro o contato com o lugar, mediado pelo cunhado. Depois o retorno ao sul para o aperfeiçoamento na mecânica, mas já com a intenção da migração definitiva. Por fim, a efetivação da *mudança*. João, despojado de propriedades, teve e tem a possibilidade de migração sem grandes perdas materiais nos lugares deixados. Leva e trás o trabalho. As ferramentas estendem-se de suas mãos e as carrega na *caixa de ferramentas*, para lá e para cá. É um sujeito *livre* para ir e vir. Mas não para ficar. O aperfeiçoamento profissional no sul resultou do trabalho ali desenvolvido e, sem dúvidas, teve papel preponderante na efetivação da migração para o Mato Grosso. Contudo, foram as reduzidas possibilidades de trabalho – com seus salários também reduzidos em comparação ao Mato Grosso – que impulsionaram a migração e o estabelecimento efetivo em Rondonópolis, porque “lá no sul tava ruim demais”.

Uma migração em “pedaços”. Três anos para a sua efetivação. Ida-retorno-ida-permanência. A primeira ida para o Mato Grosso parece não ter dissolvido, totalmente, expectativas ainda positivas sobre o Rio Grande do Sul, em especial sobre Santo Ângelo. O retorno para o sul com outra profissão – mecânico – acentuou tais expectativas, que só foram definitivamente quebradas no novo contato de dois anos com o lugar deixado. Por outro lado, o primeiro momento da migração – do Rio Grande do Sul para a fazenda no Mato Grosso – parece ter se dado sob *expectativas de cautela*, resultando, um ano depois, no retorno em busca de reinserção no sul. Os dois anos no sul acabaram sendo essenciais para a construção de *expectativas positivas* no Mato Grosso. Só no Mato Grosso. E não mais como empregado de fazenda, mas como autônomo. Um mecânico e uma migração solitária. Só.

Diferente de João, a gaúcha Bibiana migrou para Rondonópolis acompanhando a mãe e o pai. Tinha catorze anos e as lembranças do Rio Grande do Sul misturam saudosismo e constatação das dificuldades, que lá se colocavam para uma adolescente que ansiava a continuação dos estudos. A vida no sul, para Bibiana:

era maravilhosa, eu morava no interior do Rio Grande do Sul, tinha uma vida muito boa lá, pelo que eu lembro de minha infância foi uma infância bem gostosa, de brincadeiras, de trabalho na lavoura; mas eu já estava sentindo dificuldades na época em que nós mudamos, eu tinha catorze anos: é que o limite de estudos onde eu morava já havia acabado; eu havia acabado a oitava série e eu tinha a intenção de estudar mais; então para mim ter mudado para uma cidade maior, em termos de estudo, pra mim foi ótimo.

As brincadeiras davam-se no mesmo ritmo do trabalho e do estudo. A condição de moradora rural impossibilitava a continuação de ida à escola... A angústia decorrente da dificuldade em continuar os estudos no sul fez com que Bibiana desenvolvesse *expectativas positivas na mudança* para Rondonópolis. A permanência no sul significava não-estudo. A *mudança*, a continuação deles. Bibiana desejava esta continuação em especial por ter claro a dificuldade de melhoria das condições materiais da família como colonos pequenos proprietários, uma vez que a terra “era muito pouco, não lembro assim exatamente, mas era pouco, pouco, pouco...”

Contudo, a condição de adolescente e sujeito que migrou a partir da decisão dos pais, fez com que Bibiana, ao final das contas, projetasse uma imagem altamente positiva sobre o lugar *deixado*:

pra mim, o Rio Grande do Sul ainda fica na minha mente como um lugar abençoado em que eu tive toda uma infância maravilhosa, e se hoje eu pudesse dar a meus filhos a mesma infância que eu tive, eu daria; em termos de local, porque você sabe que a cidade tem pouca liberdade, até pelos perigos que a cidade oferece, e lá eu fui criada livremente, livre-livre, igual um passarinho; isso é o que ficou na minha memória, muito bom mesmo, um lugar maravilhoso.

O “lugar abençoado” é o mesmo que definiu, pelas relações ali estabelecidas, a migração decorrente de expectativas negativas sobre as possibilidades de melhoria de vida de Bibiana e família. Este paradoxo, no entanto, não deslegitima a representação do sul como produção de um sujeito *parte* de um movimento de *mudança*, em que o real tem sua apreensão definida tanto por condicionantes econômicos e sociais como também por construções que envolvem o cotidiano, a infância, o lazer, as brincadeiras, o jogo e o estudo, em especial porque as relações no “lugar abençoado” permitiram uma “infância maravilhosa”, “criada livremente, livre-livre, igual um passarinho”.

A infância no sul parece ter exercido grande influência sobre Bibiana,

projetando um lugar similar para “os filhos”: “se hoje eu pudesse dar a meus filhos a mesma infância que eu tive, eu daria”. O lugar desta infância não é qualquer lugar; é, sim, a não-cidade: “a cidade tem pouca liberdade, até pelos perigos que a cidade oferece”. O campo, romantizado, aparece, então, como *locus* da liberdade. Na cidade, o perigo. A cidade de Rondonópolis – suas relações –, simultaneamente à possibilidade da continuação dos estudos para Bibiana, também contribuiu para a produção de uma representação do perigo que se contrapõe a um lugar distante e *deixado*, o sul – “um lugar maravilhoso”. Quando *migrou* tinha catorze anos...

Antônio, também criança, *deixou* o Rio Grande do Sul com doze anos, em companhia dos pais. Não optou. Foi. A saída desembocou na migração para o Paraná, junto com a família. O Rio Grande do Sul permaneceu nas lembranças do menino que, às vezes, fazia da angústia um *meio* retorno: “no início foi [angustiante]; mas depois fui chegando à conclusão que, é, meu pai tinha onze filho, né, e a única saída dele, nós táva morando na cidade, era í pra roça porque não tinha como ele sustentá nós; então resolveram í pro Paraná, trabalhá na lavoura, na roça, e foi difícil, foi muito difícil”.

Tende-se a esquecer mais facilmente dos lugares *deixados* quando as condições encontradas nos lugares *chegados* são melhores: condições econômicas, mas também todas as outras que envolvem os sujeitos em seu cotidiano, como o trabalho, a família e a vizinhança. O pai de Antônio “tinha onze filho” quando deixou o Rio Grande do Sul e “a única saída dele”, que morava na cidade, “era í pra roça porque não tinha como ele sustentá nós”. A angústia do menino parecia resignar-se diante da já constatação e consciência das dificuldades passadas pela família. A compreensão sobre a decisão do pai – e da mãe, que “então resolveram í pro Paraná” – tinha no filho de doze anos um *elo* de solidariedade e compromisso familiar diante na nova realidade. Porque “foi difícil, foi muito difícil”. Difícil como a infância dilacerada entre o *ficar* e o *mudar*, entre a angústia da criança que sentia as dificuldades na cidade – no Rio Grande do Sul – e na roça, ambos lugares de dificuldades.

No Rio Grande do Sul, a migração de Cerro Largo para Campinas das Missões: “Cerro Largo, depois meu pai mudô para Campinas das Missões e abriu um bar, um hotel, um restaurante; de lá ele vendeu e de lá nós fomos morá pro Paraná, Porto Mendes [na época, distrito de Marechal Cândido Rondon, emancipado-se em 1992], mil novecentos e sessenta e quatro, mil novecentos e sessenta e quatro...” Um trabalhador urbano e a família. Um

bar, um hotel e um restaurante. Não deu certo e o *jeito* foi migrar para mais longe. Em Porto Mendes, no Paraná, “lá nós ficamo até, cinco anos, até mil novecentos e sessenta e nove, nós mudamo pro distrito de Quatro Pontes, que hoje é município”. Aproximadamente vinte quilômetros separam Porto Mendes de Quatro Pontes (este também antigo distrito de Marechal Cândido Rondon, emancipado em 1992). Uma migração intra-municipal, rural-rural.

A migração do Rio Grande do Sul para o Paraná, em Antônio, era também percebida como um movimento de mulheres e homens de um para outro lugar que extrapolava os *seus* sujeitos – o pai, a mãe e os onze filhos:

é que naquela época todos os pessoal lá do sul táva migrando pro Paraná. Eu acho, inclusive, que você também, teus parentes do sul, naquela época era aquela febre, que nem num tempo atrás o pessoal ia tudo pro Mato Grosso, pra Bahia. Então era aquela febre, então todo mundo tinha aquela febre pra í pra aquela região, né, que tinha novas perspectivas de vida e a terra era barata, era boa, então a gente se atracô pra lá.

“Se atracar” é migrar...

Antônio pensa o movimento de gaúchas e gaúchos para o Paraná – em especial para o oeste do estado⁴³ – no seu conjunto, como uma “febre” que se abate sobre aquelas e aqueles que percebiam no lugar novo as “novas perspectivas de vida”. Perspectivas que se faziam em expectativas positivas em conseguir “terra [que] era barata” e que “era boa”. E era uma “febre” assim como há “tempo atrás” para o “Mato Grosso, pra Bahia”. Sem o querer, Antônio enumera alguns dos pontos de mobilidade de gaúchas e gaúchos nas décadas de quarenta, cinquenta, sessenta, setenta e oitenta: do Rio Grande do Sul para o Paraná, dali para o Mato Grosso e para a Bahia – o oeste baiano, em especial⁴⁴.

Uma migração familiar para o Paraná: “tudo junto”... As irmãs e os irmãos: “eu era o quarto mais velho; sou o quarto da família; tem uma irmã mais velha, têm dois irmãos gêmeos e daí sou eu...” Nenhuma filha ou filho influenciou ou opinou sobre a migração: “todo mundo era pequeno naquela época; eu tinha doze anos, outra irmã mais velha, outro tinha um ano mais, aí tava, tinha uma irmã mais velha e um irmão mais velho, uma faixa de diferença de três anos, dois mais velhos pra mim; a gente tava lá com todas as dificuldades, a gente trabalhá com dificuldades de recursos, foi difícil...” O *jeito* foi trabalhar, porque mesmo com todas as dificuldades, as perspectivas no Paraná mostravam-se melhores que as colocadas no Rio Grande do Sul.

A migração da família de Antônio, contudo, extrapolou a nuclearidade básica da família e acabou envolvendo outros parentes: “nós fumo sozinho, depois veio os parente, veio os irmão do meu pai, veio a irmã da minha mãe, veio tudo; então nós fomo, todo mundo foi chegando, né, no fim foi quase meio a meio assim, metade ficô no sul e metade veio pra cá”. “Metade ficô” no Rio Grande do Sul e “metade veio pra cá”, no Paraná. As condições difíceis atingiam também parentes de Antônio. A migração de uma irmã ou um irmão – do pai ou da mãe de Antônio –, constituiu-se como a “porta de entrada” – ou seria de saída? – para a migração dos “irmão do meu pai” e da “irmã da minha mãe”. O poder de atração de familiares e parentes, por este caso, retrata a importância de redes de informação e comunicação entre quem fica e quem vai⁴⁵.

Diferente de Antônio, Licurgo e Alice migraram do Rio Grande do Sul direto para Mato Grosso, assim como Bibiana, João e Rodrigo. Licurgo e Alice, marido e mulher, eram “agricultores”: “pequeno”, ressaltou Licurgo. Chegaram em Rondonópolis em mil novecentos e oitenta: “a situação a cada dia ficava mais difícil, então a gente procurô achá uma saída melhor, então a saída que nós achamo foi Mato Grosso”. Uma “saída” com dois significados: a *saída* de um lugar, a migração; e a “saída” para um lugar melhor: “achamo [que] foi Mato Grosso”. A *saída* como uma resposta à “situação [que] a cada dia ficava mais difícil”.

“A cada dia” as perspectivas se reduziam.

Qualquer outro lugar teria de ser melhor.

2. “De Santa Rosa eu vim pro Paraná”

Sopra o vento do Rio Grande do Sul para o oeste paranaense...

O período de 1930/40 a 1960/70 foi representativo da migração de gaúchas e gaúchos para o sudoeste e oeste paranaenses. A industrialização da agricultura no Rio Grande do Sul e a falta de terras que possibilitassem a continuidade da migração no interior do estado gaúcho – possibilitando a reprodução do modo de vida camponês, em especial – foram elementos importantes para a migração em direção a outras paragens. Por outro lado, o extremo sudoeste e oeste do Paraná também se colocava como território importante na consolidação de uma nova fronteira agrícola, sobretudo, pela atuação de grandes companhias colonizadoras e do Estado, como a política varguista da “Marcha para o Oeste”⁴⁶.

O processo de re-ocupação⁴⁷ e colonização avançou com tal velocidade e intensidade que a fronteira agrícola também se desdobrou em “fronteira agroindustrial” e “fronteira urbana”, uma vez que a absorção da “população excedente” do Rio Grande do Sul, e também de Santa Catarina, por atividades essencialmente agrícolas no Paraná, apresentava um obstáculo físico – a quantidade de terras – e principalmente o processo de industrialização da agricultura restringia o acesso à terra, em função da re-ocupação se dar por grandes colonizadoras, como a Maripá⁴⁸. Assim, se a violência do movimento de expulsão no extremo sul mostrava-se problemático também nas cidades, as aglomerações urbanas do sudoeste e oeste paranaenses tiveram papel importante tanto na absorção de população como na articulação das atividades agrícolas e agroindustriais que tinham, nas cidades, pontos de suporte imprescindíveis. Em grande medida, a formação das cidades deu-se *pari passu* à colonização, resultado, também, da migração de população do campo para as cidades que se formavam e da migração urbana-urbana – mesmo que interestadual.

O movimento migratório de gaúchas e gaúchos para além do Rio Grande do Sul também se processou em etapas. Dos lugares mais próximos para os mais distantes... Esta *obviedade* obedeceu, de certo modo, a um “requisito” básico: a existência de terras, “disponíveis”, para a re-ocupação e o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, geralmente em médias ou pequenas propriedades. Uma lógica que fez com que a migração de sul-rio-grandenses perfizesse o itinerário envolvendo o oeste catarinense, o oeste e o centro paranaenses, o sul, o centro e o norte do Mato Grosso, Rondônia, o leste acreano, o sul paraense, maranhense e piauiense⁴⁹ e o oeste baiano, e ainda terras no Uruguai, na Argentina, Paraguai⁵⁰ e Bolívia. Estes lugares acabaram também por se constituir como destinos para catarinenses e principalmente de paranaenses: os sulistas, já a partir do limiar do século vinte, foram espalhando-se por praticamente todo o território nacional e rompendo os limites internacionais.

A migração foi, também e por isto, tanto individual e familiar quanto “coletiva”. Muitas e muitos tiveram como destino definitivo o oeste catarinense ou paranaense, outras e outros por ali apenas passaram ou viveram por algum tempo, para pôr, de novo, o “pé na estrada”, para outras paragens. É possível afirmar que uma tendência acompanhou a migração: aqueles e aquelas que primeiro chegavam nos novos lugares tiveram maior propensão de ali permanecer definitivamente, enquanto outras e outros, que foram chegando em momentos mais distantes do inicial, estiveram

mais propensos a uma nova migração. Porque também outra tendência se deu simultaneamente: as oportunidades e expectativas positivas foram diminuindo na medida em que a terra foi sendo re-ocupada – “comprada” – e as cidades estabilizando-se em atividades econômicas que se desenvolviam em torno da agricultura e da pecuária. Com esta estabilidade, a própria migração tendeu e tende a ser mais *difusa* e *aleatória*, obedecendo mais a imperativos individuais-familiares – econômicas ou não – que “coletivos”.

Rodrigo, colono, com rápida passagem pela cidade de Santa Rosa – dois meses –, seguiu os “rastros” da re-ocupação do oeste paranaense, já no início da década de setenta: “de Santa Rosa eu vim pro Paraná, aí a gente morô acho que quatro anos no Paraná”. Mesmo com um tempo maior de permanência, o Paraná – em Capanema – também se colocou como um lugar de passagem.

A *mudança* “definitiva” para o Paraná foi precedida por uma “passeada” anterior: “eu já tinha ido em sessenta e oito pro Paraná, com vontade de aumentá terra, aumentá área, que a gente tinha pouquinho terra, era pouco hectare de terra; aí em sessenta e oito fui pro Paraná, dei uma passeada lá, e conheci a terra muito boa, né? Aí, mais não deu pra, não dava naquela época, comprá, as minhas condições financeiras pra comprá”. No final da década de sessenta, mesmo tendo conhecido “terra muito boa”, as condições econômicas impossibilitaram-no de comprar terra no oeste paranaense, o que também significava um “fechamento” ao mercado de terras para pequenos agricultores – colonos – do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Mesmo que a *mudança* efetiva para o oeste paranaense tenha se dado apenas anos mais tarde, pode-se inferir que, já naquele momento, foram se produzindo possibilidades de migração. Ou seja, a migração começava a ser “gerada” na confluência de duas condicionantes: a situação vivida no Rio Grande do Sul – gradualmente percebida como negativa, principalmente durante e após os dois meses como trabalhador urbano em Santa Rosa –; e, as *expectativas positivas* de uma *mudança* para o Paraná, também porque ali a terra era “muito boa”.

Quatro anos depois da “passeada”, Rodrigo e família migram: “aí em setenta e dois viemo embora, Paraná, e trabalhava aqui mesmo de empregado”. “Na agricultura”. A condição de trabalhador empregado continuou; a mudança, contudo, foi a saída da cidade para a agricultura. Para o Paraná, Rodrigo se *mudou* com a esposa e dois filhos: “foi como um acordo”. Um acordo com a esposa. Os dois filhos eram “pequenos, um com

dois anos, mas ela [a filha] devia ter uns quatro anos na época”.

A condição de trabalhador urbano em passagem por dois meses na cidade de Santa Rosa, não retirou de Rodrigo e família a característica de trabalhadores rurais. Com isto, a migração do Rio Grande do Sul para o Paraná pode ser entendida como uma *mudança* do rural para o rural, uma vez que, também, os dois meses na cidade gaúcha acabaram reforçando a perspectiva de reprodução enquanto colonos, mesmo que na condição de trabalhador rural empregado, como foi o caso no oeste paranaense. A *experiência* de dois meses na cidade reforçou as *expectativas positivas* sobre o Paraná, que certamente já vinham sendo construídas desde a “passeada” em “sessenta e oito”.

Foram quase quatro anos no Paraná, na agricultura: “não chegô a quatro anos”. Daí terminou o contrato firmado com o proprietário da terra:

é, cortô o contrato, ele inclusive, nós em janeiro de setenta e seis, ele queria comprá uma fazenda no Mato Grosso, aí ele falô assim: ‘eu vô comprá uma fazenda no Mato Grosso, aí você vai junto pra conhecê, daí tu vai, lá tocá essa fazenda pra mim’. Aí que eu vim com ele, né, aí que eu conheci o Mato Grosso, comecei a andá, era época da chuva, trabalhava em Capanema, uma região cheia de pedra, terra quebrada, aqui chapadão, aí, aí cresceu o sonho, né?

O término do contrato em Capanema, como empregado na agricultura em terra de outrém, coincidiu com a intenção do proprietário em comprar uma fazenda no Mato Grosso. Rodrigo veio junto e conheceu o Mato Grosso na “época da chuva”. “Aqui chapadão”. A comparação foi inevitável: enquanto trabalhava em “terra quebrada”, em “uma região cheia de pedra”, no Paraná, o Mato Grosso se mostrava radicalmente oposto com seus chapadões imensos, *planos como um tapete*⁵¹. Inevitavelmente, “cresceu o sonho”.

Outra comparação se faz possível. Em momento anterior, Rodrigo falou sobre o sonho que movia gaúchas e gaúchos a migrarem para o Paraná – “a maioria do pessoal que saiu de lá sonhava em algo mais”. Ali, agora em terras paranaenses, ainda na condição de empregado, também outro sonho foi sendo construído. “Cresceu o sonho” após o conhecimento de parte do Mato Grosso. Talvez não necessariamente outro sonho tenha se produzido, mas a *reprodução* das expectativas já postas no Rio Grande do Sul em relação a um novo lugar, a uma nova terra.

No entanto, a ida com o patrão para o Mato Grosso não redundou na compra de “uma fazenda” por parte deste. O patrão não comprou terra no Mato Grosso, “e daí desistiram, e acabô comprando no Paraná mesmo”. Mas, a reafirmação do sonho já tinha se dado: “vim só eu”.

Werner, diferente de Rodrigo e igual a Antônio, migrou para o Paraná ainda criança: “pequeno, tinha sete anos, em Sobradinho lá, é Salto do Jacuí”. Migrou com os pais e os irmãos, tendo à frente a posição e a decisão paterna:

é, nós nem sabia quando é que nós vinha, meu pai colocô a mudança e veio, veio conhecê, daí vendeu a terra que ele tinha lá, daí comprô ali na, em Santo Antônio do Sudoeste, daí a gente ficô acho que uns quatro, cinco anos, daí vendeu e veio pra Esquina Gaúcha, aonde que nós criamos ali, já veio, tinha o que, acho quinze anos, ali nós trabalhamos, aí comprô três alqueire de terra, pedreira, nós trabalhava, fazia nota aí pra fora, aí quando comprô aquelas triadera, ali nós sofremos, eu, eu, né, era eu que ficava com a triadera, que eles só operava, mas onde é que nós morava era plano em cima, aí quando era só ladeira, pedra, era que nem jogá semente de espingarda e colhe no laço.

O relato das idades – “tinha sete anos” e “acho quinze anos” – parece não se encaixar aos tempos de permanência nos lugares – “daí a gente ficô acho que uns quatro, cinco anos”... A memória trai o narrador... Sobre as idades e os lugares se coloca a terra e o trabalho. Era um menino. Um menino trabalhador da roça. O tempo da *criação* – “nós criamos ali” – é o próprio tempo do labor – “ali nós trabalhamos”. O tempo e os lugares de “criação” e de trabalho foram também o tempo de sofrimento: “ali nós sofremos”. Também porque, se onde “nós morava era plano em cima”, nas “ladeira” era só “pedra”: “era que nem jogá semente de espingarda e colhe no laço”. A metáfora refazendo o trabalho; a “ladeira” e a “pedra” *produzindo* e representando o sofrimento.

O pai “colocô a mudança e veio”. O pai decidiu a *partida*. O pai decidiu a compra. Decidiu a venda. Os lugares do *mudar* e do *ficar*. Decidiu “pra aumentá terra, e por fim foi pior pra ele; e lá no sul ele tinha dez, acho que era vinte alqueire, chegô no Paraná ele comprô sete”. Maria, a esposa de Werner, fala da ilusão: “eu acho que é mais foi ilusão, naquele tempo ele falava ‘nossa, no Paraná compra muita terra’, né?”⁵²

Diminuiu a terra. Mas comprou um caminhão:

mas veja bem, com caminhão, saiu de lá daí comprô o caminhão, mas o pai não soube administra, né, ele teve com bastante dinheiro, ele podia ter comprado umas dez colônia de terra, de que lá eles falava é colônia, né, dez alqueire, ele veio ali ficô envolvendo, comprô cinco, ele comprô sete, e ficô devendo ainda, daí foi trabalhando e não deram conta de pagá os outro mais véio, aí teve que vendê essas terra. Daí eu e esse meu irmão aí, que nós, daí com três alqueire nós fizemo, nós criamo e vivemo lá aquele tempo, viemo os dois mais novo, tem, tão lá ainda, e mais foi difícil, aí nós falava, pra nós í pra fora.

A venda da terra no Rio Grande do Sul possibilitou a compra de “cinco, ele comprô sete” alqueires de terra e um caminhão, enquanto “podia ter comprado umas dez colônia de terra”. O pai decidiu... Mas “não soube administrá”: “ficô devendo ainda, daí foi trabalhando e não deram conta de pagá”. O componente *administração* – de “administrá” – assume uma magnitude considerável na produção do *olhar* de Werner sobre a situação vivida no Paraná, na medida em que envolveu um certo foco de tensão entre experiências diferenciadas de *lidas* com a terra e com os negócios urbanos.

A falta ou a pouca experiência no trato de negócios com o caminhão, diferente daquela desenvolvida no trabalho familiar camponês, é exemplo da constante dificuldade e impedimento das melhorias de vida de quem sai da terra e se *atreve* em atividades essencialmente urbanas, principalmente na condição de administrador. Porque, principalmente, a dinâmica das atividades envolve aspectos por demais diferenciados: o trabalho camponês familiar tem como princípio fundador a manutenção e a reprodução da condição camponesa; o negócio urbano – mas também rural a partir da passagem de camponês para médio ou grande proprietário rural ou em empresário rural⁵³ – tem como princípio fundador, no capitalismo, o desenvolvimento de atividades que visam o lucro ou a reprodução ampliada de capital. São, portanto, duas dinâmicas muito diferentes e, não raras vezes, é apenas com a experiência adquirida em atividades urbanas – como a comercial – que ex-camponeses conseguem bons êxitos nas *lidas* com o comércio e bancos em novos lugares⁵⁴.

O “não soube administrá”, o “teve que vendê essas terra” e o “foi difícil”, foram aspectos que condicionaram a construção de um anseio – para “os dois mais novo” – de uma migração para mais longe: “pra nós í pra fora”... Werner migrou para o Mato Grosso atrás de um sonho: ser motorista de caminhão!

A migração pode ser decorrente – e, por isso, definida – por um sonho. O sonho da melhoria das condições de vida. O sonho do estudo. O sonho da

profissão. O sonho da terra. O sonho sonhado acordado. Acordado, também no novo lugar, o sonho encontra seu território de realização. Ou não.

Werner, no Paraná, trabalhava “lá na roça”. E, lá mesmo, despertara-lhe o desejo de ser motorista de caminhão, porque, além da roça, “ele trabalhou assim numa serraria, com caminhão, foi aonde ele pegou a prática”, disse Maria, a esposa. Foi um aprendizado solitário: “nunca ninguém me ensinou a fazê nada, como é que ligava a chave, eu aprendi, daí trabalhava, trabalhei na serraria lá um mês, o cara me mandô embora”. Foi em “Pérola” – do oeste paranaense. Também porque, quando Werner e Maria casaram, continuaram vivendo por lá, em “Esquina Gaúcha, que é uma cidadinha”, que “é uma vila, né, na roça”, observou Maria. E “é, o asfalto passô bem no meio, é duas carrera de casa na vila, tá lá até hoje”.

Da roça para a serraria. Para o caminhão onde “pegou a prática” e onde o “cara me mandô embora”. O casamento e a “cidadinha” de “duas carrera de casa na vila”. O sonho de caminhoneiro⁵⁵. Um sonho, contudo, que não deixava de ser parte, em especial, da constituição da *força de trabalho migrante*⁵⁶. A migração para o Mato Grosso. Primeiro só. Depois a esposa...

O gaúcho Antônio migrou do sul junto com o pai, a mãe e as irmãs e irmãos. Para o Paraná:

na cidade de, fica no distrito de Porto Mendes, que naquela época pertencia a Marechal Cândido Rondon; até hoje pertence a Marechal Cândido Rondon; e, depois, em sessenta e quatro, até sessenta e nove, nós ficamos em Porto Mendes e depois nós fumo pra Quatro Pontes, ainda meus pais tão pra lá, hoje inclusive é município.

Uma migração interestadual e outra intra-municipal.

No distrito de Porto Mendes “vendemo aquela terra e comprô lá em Quatro Pontes”. Mas, antes, no Rio Grande do Sul, o pai *lidava* com um restaurante: “vendêmo lá e compramo em Porto Mendes”. A terra “era dez alqueires; você sabe, hoje em dia aquela região é tudo na faixa de dez, quinze alqueires, vinte alqueires, entendeu? É tudo de propriedade, pequena propriedade”. No distrito de Quatro Pontes, “lá foi doze alqueires”. Comprar e vender. *Cá, lá e acolá*. Um restaurante. Dez alqueires. Doze alqueires.

A migração intra-municipal se deu porque “tinha mais conhecido da nossa região, eu tinha parente também já, então foi isso que levô pra mudâ pra lá”. Dois alqueires a mais de terra – dez para doze. Parentes a mais. A proximidade com os “conhecido”, na tentativa do passado refeito presente:

naquela época a gente queria morá junto com conhecido e lá tinha muito conhecido da gente do sul, tinha os parentes também; a gente preferia, minha mãe preferia í pra lá. É que lá em Porto Mendes não tinha assim parente nenhum; então era difícil também; tinha muita pouca gente que falava alemão, e lá [Quatro Pontes] já tinha, minha mãe falava alemão e ela não sabia falá português, então ela se sentia melhor lá.

A terra – os dois alqueires a mais – tem sua centralidade relativizada na *mudança* entre os dois distritos de Marechal Cândido Rondon. Os parentes e a “gente que falava o alemão” definiram a migração entre os lugares próximos, em especial para a mãe de Antônio. Uma busca em reforçar os laços de amizade, geralmente melhor amarrados entre familiares e parentes.

Assim, no Paraná, Antônio e a família foram reconstruindo as relações de amizade e de vizinhança:

a gente, você sabe, numa cidade você vai construindo novas amizades, vai cultivando aquela amizade, vai indo, vai indo e sempre tá, assim, a gente chegou lá em Porto Mendes e pra morá em Quatro Pontes foi a mesma coisa. E quando eu vim de lá pra cá [para Rondonópolis] eu, hoje aqui, tranquilo. Todo mundo gosta da gente, tem muita amizade, todo mundo me conhece, tem uma trajetória aqui que vai fazê vinte e cinco anos, vinte e cinco anos que tô aqui. O pessoal vem aqui em casa, me chama pro serviço de garçom, que eu mexo com isso, pra trabalhá; então nessa parte não tenho dificuldade.

O Rio Grande do Sul já não participa do *rol* de lugares apontados por Antônio. Em Porto Mendes e “em Quatro Pontes foi a mesma coisa”: “você vai construindo novas amizades...” O arremate sobre a construção de novas amizades, no entanto, extrapola os lugares paranaenses e se espraia no lugar Mato Grosso, também porque “vai fazê vinte e cinco anos”. Visitas em casa e chamamentos para um trabalho parecem dar mostras da “muita amizade”. Assim, Antônio explica as relações de afeto e proximidade no Paraná pelas suas relações de estima e simpatia no presente. Ao falar do aqui e agora, Antônio projeta para o passado relações similares àquelas entre a mãe, o pai, os irmãos e os parentes em Quatro Pontes.

Antônio, no Paraná, trabalhou na roça. A juventude. Os pais e a família. “Todo tempo eu vivi com eles”... Reportando-se ao Paraná – Quatro Pontes – vai, na *desconstrução* do *lugar deixado*, construindo o *lugar chegado*: “quando eu saí de lá eu táva com os meus pais, trabalhando na roça, eu tinha vinte e cinco anos, e lá eu fiz o segundo grau, em setenta

e sete, em dezembro de setenta e sete, foi no dia dezessete, foi num dia de sábado que eu me formei, e em seguida eu já piquei rumo, fui embora para o Mato Grosso, sem rumo”.

Havia, com certeza, um *rumo* genérico: o Mato Grosso. Esperou a formatura que “foi num dia de sábado”. Antônio parecia ter claro uma possível diferença entre *picar rumo* com a conclusão do estudo secundário do que sem ele. Assim, Antônio não deixa de representar o *tipo ideal* para a migração: jovem, solteiro e escolarizado. E “sem rumo”.

Também, Antônio buscava certa independência e liberdade em relação aos pais e à família:

eu já vinha mais ou menos sem rumo, sem conhecê uma pessoa, eu queria enfrentá uma vida, que eu dependia sempre muito dos pais; eu falei: ‘eu vô enfrentá a minha vida sozinho’... Cheguei a dormi na praça, cheguei a dormi na igreja, passei fome, lavei louça pra um prato de comida, e assim fui construindo a minha vida, conquistando através do meu trabalho, do meu interesse, conquistando a confiança de todo o mundo.

A “independência” parecia ser precedida por provações: dormir ao relento, passar fome, trabalhar por um prato de comida... Provações dirimidas pelo trabalho e pelo interesse em recomeçar em novo lugar, “conquistando a confiança de todo o mundo”.

Provocações. Ventos e trovões. O espaço *fazendo-se* de lugares *deixados e chegados*.

Para Antônio. Para Maneco.

Maneco, pai de Ana, foi outro migrante dos sul-rio-grandenses que migrou do campo gaúcho para o Paraná, depois de quatro anos de casamento no Rio Grande do Sul. A primeira mudança para o “sudoeste” e a segunda – depois do retorno “pra cuidá dos velhos [...] daí não deu certo com eles” – “pro norte”: “em Marechal Cândido Rondon. Então lá eu fiquei muitos anos, hoje em dia é Pato Bragado, que é município, eu tive morando lá, e eu tenho a casa lá também, onde a véia [mulher do casamento com quem se separou] mora, né, e lá não deu certo aí eu fui pra casa dela [filha, em Panambi] e viemo pra cá”. O relato, assim rapidamente disposto, dificulta a apreensão das possíveis condicionantes que definiram as sucessivas *mudanças* e, não obstante, os próprios destinos como no “eu fui pra casa dela” – da filha.

Há, também, a impossibilidade de apreensão do tempo de permanência no Paraná. Contudo, alguns dias ou muitos anos parecem fazer pouca

diferença na narrativa de pai de Ana. Apenas mais adiante surgiria uma indicação de componente tempo na *estada* no sudoeste-“norte” paranaense: “iiiiichi, ali eu fiquei velho, rapaz, mais eu tive morando no Paraná que no Rio Grande do Sul”. Assim, verifica-se a “longevidade” no Paraná, mesmo que não especificado quantitativamente em anos – que, aliás parece desprezível na medida que ambas as construções narrativas possuem uma força que dados numéricos dificilmente expressariam. No entanto, o fato de Maneco ter morado mais no Paraná que em seu estado natal acabou, sem dúvida, por afrouxar as relações com os familiares do Rio Grande do Sul, condicionado também pelo nascimento dos filhos, fazendo com que se distanciassem física e simbolicamente do estado gaúcho.

Para Maneco, o tempo, o dinheiro limitado e situações familiares mostraram-lhe a impossibilidade da permanência no Paraná: “olha, eu tinha um sítio lá no sudoeste do Paraná, não digo que eu fui mal lá, mas me faleceram dois filhos menor, e daí eu vendi lá o sítio e ali não tinha jeito de comprá terra, fiquei de arrendatário lá seis anos, e comprei um terreno dentro da cidade onde a véia [esposa, hoje separados] mora, e fiz uma casa de madeira lá, uma casa grande e boa, e lá tá ainda hoje a véia”.

Mesmo que as condicionantes econômicas assumam a centralidade no excerto acima, elas não devem ser lidas isoladamente frente às demais condicionantes apontadas. Contudo, o “não digo que eu fui mal lá” revela, no mínimo, três aspectos importantes: o lugar no Paraná apresentava possibilidades de trabalho e de crescimento ou estabilidade econômica; parece haver uma tentativa – extremamente legítima – em destituir, para quem fala, certa irresponsabilidade ou mesmo um certo fracasso na passagem pelo lugar; e, impede ou desconstrói a tendência a uma leitura que direcionasse a produção de um possível constrangimento na explicação do “fracasso”.

Por outro lado, Maneco e família, no Paraná, passam de homens e mulheres rurais para urbanos. Faleceram dois filhos pequenos e Maneco vendeu o sítio, passando para a condição de arrendatário, por seis anos. Comprou um terreno na cidade e construiu uma casa “grande e boa”. Questões familiares – morte ou separação – podem definir, tanto ou mais que as questões econômicas, a permanência ou a migração, do campo para cidade, de um para outro lugar.

A saída de um lugar e a chegada em outro acaba provocando um sentimento de esperança para quem muda. Esta esperança pode se reforçar ou se perder na medida em que o tempo passa. A passagem do

tempo é marcada por situações positivas e negativas que (re)definem a cada momento a permanência ou uma nova migração. A permanência ou uma nova migração são condicionadas pelas relações no novo lugar. Estas condicionantes também podem ser construídas ultrapassando as relações no novo lugar abarcando as relações passadas – e (re)informadas – no lugar velho – ou o lugar ou lugares de origem. Ou seja, a permanência ou a mudança do migrante no novo lugar tende a ser constantemente posta à prova quando comparações são construídas entre os lugares do passado e do presente. Mas das relações com os lugares pretérito e hodierno, ainda acabam participando lugares de futuro, uma vez que das possíveis permanência ou nova mudança corroboram informações e contatos com outras plagas, principalmente quando as condições no lugar atual já estiverem provocando situações de debandada de população.

Por isso, um lugar de destino no passado pode vir a se tornar um lugar de origem no presente ou no futuro – próximo ou distante – para uns e para outros. Os mais sujeitos à uma nova migração são os mais jovens, na medida que encontram dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, os de menor escolaridade e de menor qualificação na medida que passam a ocorrer seleções mais criteriosas para a ocupação de postos de emprego. Com a exigência de conhecimentos técnicos mais apurados, os trabalhadores que desenvolvem atividades manuais sofrem mais rapidamente com possíveis “inchaços” de profissionais que nelas labutam.

3. “Prefiro aqueles lugares novos”

A migração tende a ser uma estrada com placas de sinalização indicando sempre à frente. Atrás delas apenas os rabiscos das lembranças e raras setas de retorno. O lugar ou os lugares do passado parecem saturados para a construção ou reconstrução de *expectativas positivas*. Fazem parte da vida de quem migrou, mas com o passar do tempo tendem a ser preteridos como possibilidade de se transformarem, de lugar de origem, em lugar de *destino*. Foram lugares vividos que esgotaram ou reduziram as chances de melhorar de vida.

Se a decisão de partir do lugar onde se encontravam as principais referências da vida foi difícil, uma decisão para o retorno tende a ser ainda mais dolorosa. Não pelas relações que terão de ser rompidas no lugar onde se está, mas porque a reconstrução das relações no lugar novo/velho se

fazem com a carga do passado – das relações do passado – e com o peso da migração que se mostrou incapaz para a permanência no lugar escolhido. Toda mudança é construída sobre expectativas que colocam o lugar de destino como melhor em relação ao lugar de origem. No momento anterior à partida, são produzidas explicações sobre as condições no lugar atual e sobre as possibilidades no novo lugar. Ocorre a tentativa de promoção do convencimento tanto para quem está prestes a migrar como para quem ficará. O convencimento é a tentativa de conforto e de dirimir as dúvidas. É *fazer-se* pronto e deixar pronto. Este conforto tende a provocar expectativas também naquelas e naqueles que ficam. As expectativas, no entanto, são cobradas. Explicar o “sucesso” é sempre mais *aprazível* do que explicar o “fracasso”. O “pedido” de explicação é sempre uma tentativa de cobrança das expectativas anteriormente construídas. A cobrança também é um mecanismo de comparação das condições entre quem foi e entre quem ficou. Diante da tendência a constrangimentos, é preferível deixar que o tempo passe e talvez uma possível nova migração possa se dar adiante e não a “volta ao passado” – agora com todo o seu peso.

As formas de explicações, cobranças e comparações, são geralmente sutis. Quem migrou logo as entende. Logo busca explicar. Logo – se “fracassado” – se constrange. O constrangimento inibe o contato. O constrangimento dificulta a construção da possibilidade de retorno. Tudo isto não sugere que a migração de retorno seja impossível. Apenas que o retorno participa do imponderável. A imponderabilidade tende a se acentuar proporcionalmente ao tempo fora do lugar *deixado*. Outro aspecto disto participa: quanto mais se estende o tempo, mais frágeis os laços com o lugar de origem e mais fortes as relações no novo lugar. Por isso, um possível retorno passará a ter, no mínimo, duas referências: do lugar primeiro e do lugar segundo. E entre este e aquele podem ser visualizados outros. As informações aí são decisivas.

Licurgo e Alice, algumas vezes, já visitaram a terra natal. Ela por três e ele por quatro vezes. As visitas parecem ter reafirmado que o lugar de ambos é outro e que o lugar *deixado* não mais lhes pertence. Alice disse que o Rio Grande do Sul, “pra morá, não” volta mais, “posso até í um dia pra trazê o resto dos meus parente, mas não tô com muita vontade não”. A pouca vontade *transita* entre o “trazê o resto dos meus parente” e “até í um dia pra” lá. Um sentimento de distância. Mas não de saudade. O rompimento quase completo com o lugar de origem. Já nem lugar é. Foi. O lugar passado é representado em uma acepção negativa e como lugar

distante. Como experiência da distância e da separação. A experiência do vivido em *pedaços*, em lugares, agora, que parecem se opor. A experiência da *mudança* e do viver dois lugares/tempos diferentes, “determinando” o pensar, a “consciência social”⁵⁷, aqui expressa em um sujeito migrante.

Alice também se apóia em um “dizer”: “eu tenho um dizer: que a pessoa que volta pra trás, acho que não vai ter sorte não, eu não sei, é o meu dizer. Agora, cada um tem a sua opinião”... Um “dizer” da *recusa* na volta. A volta é o azar. “Cada um tem a sua opinião”. Um “dizer” migrante, feito da *partida* e da *chegada*. Feito da experiência da migração.

O marido Licurgo tem a *recusa* da volta no seu oposto, em uma possível migração adiante: “eu ainda tô pensando em ir ainda mais pra frente, mas pra trás, não”. “Pra trás” anda caranguejo, diz a verdade das mulheres e homens do mar. “Í ainda mais pra frente”, porque “pra trás” – no Rio Grande do Sul – “lá tá meio lento, parece que lá não tem mais cultura”. A lentidão é o contraponto da rapidez, da velocidade e da aceleração. O lugar “lento” *deixado* é também o lugar da inércia, do pretensão não-movimento. *Desenraizamento*⁵⁸. O lugar *chegado*, por sua vez, tende a ser o lugar aonde *tudo* vai “pra frente”⁵⁹ e onde “tem mais cultura”. Aqui, cultura, é também negócio. É trabalho.

O movimento do *pensar* de Licurgo também já parece indicar que o negócio e o trabalho em Rondonópolis têm seus dias contados, na medida em que projeta para outro lugar – “ainda mais pra frente” – a possibilidade de futuro: “se eu achá alguma coisa mais pra frente, que eu acho que seja melhor pra nós do que tá aqui, eu vô; agora, também não vou dá o giro muito curto”. No “achá alguma coisa”, Licurgo é enfático que a condicionante primeira seria o trabalho: “por exemplo, um emprego bom, qualquer outro negócio aí que achá que seria melhor pra nós, aí com certeza”. Um “outro negócio” que também é um outro lugar. Um lugar de futuro, como complementado por Alice: “a gente vê assim que tem futuro, né?”

No momento da mudança de Ana, marido, filhos e pai, as expectativas positivas sobre o novo lugar – Mato Grosso – eram imensas. Paralelamente, também as expectativas negativas sobre o lugar no Rio Grande do Sul se manifestavam. Por entre umas e outras expectativas, no entanto, era possível que Ana também já tivesse presente um sentimento de repulsa ao lugar onde se encontrava desde o casamento. Melindres participam desta constatação rápida. São as entrelinhas. Ao falar sobre o momento mesmo da migração do sul para o centro-oeste e se ali também se construía – enquanto idéia – a possibilidade da mudança ser temporária, para adiante

ser suplantada por uma migração de retorno – sob melhores condições de vida –, Ana foi taxativa: “não”. Uma negação abrupta que veio seguida de uma “explicação” que também reforça uma leitura de certa repulsa pelo lugar no Rio Grande do Sul: “eu sô uma pessoa assim de opinião: se eu vô pra um lugar, eu aqui, aqui que eu tô agora, se me dissessem ‘vâmo lá pro norte embora’, só daqui pra cima, não de volta”.

Explicitamente, Ana rechaça a migração de retorno, mas de forma implícita parece refletir um conflito com os lugares onde viveu. Este segundo aspecto se depreende tanto da negação da mudança de retorno – “não de volta” – como de uma necessidade de assinalar e orientar a trajetória possível a seguir – “lá pro norte”. Se diretamente Ana – no momento da migração – colocava a impossibilidade de retorno, seus argumentos não versam – e isto aparece como estranho – sobre as questões que se colocavam em Panambi e no Paraná para a não volta. Ao invés disto, Ana inverte a “explicação” do problema ao apontar sempre um novo caminho a seguir. Este recurso de inversão parece interessante para Ana uma vez que não quer, não deve ou não pode “ressuscitar” aspectos inerentes à sua relação com as gentes e os lugares do sul. E seus argumentos, seguindo a fala, espraíram-se para ainda mais longe dos rincões de origem:

porque eu prefiro aqueles lugares novos, tê conhecimento de pessoas assim novas, eu sempre falei assim, meu desejo sempre foi, se falá ‘a gente vai lá pro nortão’, eu sempre falo pro meu marido, que eu tenho agora, né, o Francisco, eu tenho uma vontade tão enorme não de descê pro sul, ele não conhece o Rio Grande, ele não conhece o Paraná. Então nós sempre fala, né, que ele qué í pro sul pra conhece lá, e eu falo que não, que eu quero í pra Alagoas, de onde ele é, né, pra Bahia, pra’queles lugares lá. Porque eu já conheço, então eu já sei como é lá, eu já gostaria de í pra lá. Ele fala pro Alvarez, onde ele entrô agora, que no ano que vem quando ele pegá fêrias, então nós vamo lá pro norte conhecê, pra lá, porque eu quero conhecê lugares novos, né? Então, se um dia, porque nós não sômo tão velhos, porque pode tê um terreno, pode melhora, né, e í pra lá, a gente sempre fica pensando assim, não sei.

A preferência por lugares novos, o conhecimento de novas pessoas e a visita ao nordeste – Alagoas e Bahia – participam do que “a gente sempre fica pensando assim”. Um pensamento que se desdobra no “meu desejo [que] sempre foi” ir “lá pro norte conhecê”. O “norte” é também a metáfora que engloba todos os prováveis lugares anti-sul – “eu tenho uma vontade tão enorme não de descê pro sul” e sim que “nós vamo lá pro

norte conhecê”. A pretensa rejeição ao sul se coloca na não explicitação dos conflitos que “povoam” a relação entre Ana e os lugares do Rio Grande do Sul e do Paraná. A transferência destes conflitos “escondidos”, para um futuro que ainda se coloca como perspectiva – “pro norte conhecê” –, não desautoriza a fala. Apenas a complexidade se acentua e a compreensão do processo torna-se mais difícil.

Deixar de falar sobre ou “esconder” possíveis conflitos, participam da produção da lembrança e da fala. Desviar a atenção para o futuro em detrimento do passado – e até do presente – fazem parte da realidade como a própria “verdade”. O mais importante sobre a produção do “desvio” é perceber que ele apresenta questões que se clareadas poderiam ser fundamentais para melhor compreender a aversão de Ana ao sul, mas que, por outro lado, este mesmo “desvio” legitima-se porque sua autora-produtora “carrega” heranças de experiências e vivências que nem sempre permitem a exposição acentuada de seus pormenores. A omissão é, portanto, tão parte da fala quanto suas revelações⁶⁰. A tentativa em compreender as omissões e as revelações deve fazer parte da própria tentativa em “desatar os nós” que amarram a trama. Omissões e revelações têm peso igual na produção da fala. Mesmo que a fala seja, em alguns momentos, a inversão entre perspectivas negativas, positivas e cautelosas.

O pai de Ana, ao discorrer sobre a mudança do sul para o Mato Grosso e sobre possíveis perspectivas de retorno no momento da migração, enfatizou:

o Brasil é um só, sempre digo eu, tanto faz morá no sul ou morá mais ao norte... Não adianta, porque não deu pra eu ficá pra lá, vim procurá pra me mantê em outro lugar, pra sobrevivê, né, a minha sobrevivência. Então, então eu procuro sempre subi mais pra cima, sempre, ou pra baixo, porque ali nós voltô um pedaço pra cima depois nós desce.

Os antônimos “subir” e “descer” – em “pra cima” e “pra baixo” – tomam na fala de Maneco o movimento como significação. “Subir” e “descer” se referem e descrevem as idas e vindas de quem migra. “Pra cima” ou “pra baxo” – “tanto faz” – em um “Brasil [que] é um só”, como “sempre digo eu”. “Um só” país que apresenta lugares em que “morá no sul ou morá mais ao norte” parece fazer pouca diferença. Mas, é um Brasil com lugares que “não deu pra eu ficá” e com lugares que “vim procurá pra me mantê”. O Brasil que “é um só” também tem lugares onde “pra sobrevivê” é preciso “sempre subi mais pra cima, sempre, ou pra baixo”. As condições e possibilidades de sobrevivência diferem de um para outro lugar.

O Brasil “é um só” com lugares diferentes! Este pretendo paradoxo parece fazer da fala de Maneco um emaranhado de incoerências. No entanto, as incoerências, os paradoxos e as contradições tanto fazem parte do Brasil como de suas gentes e de seus lugares. E o Brasil de Maneco também são os “seus” lugares: o lugar onde vive e os lugares onde viveu. Mas também os possíveis lugares do futuro, porque “eu procuro sempre subi mais pra cima sempre”. As experiências dos “subir” e “descer” encerram o excerto: “porque ali nós voltô um pedaço pra cima depois nós desce”. O “descer”, no entanto, não implicou e nem implica o retorno para o Rio Grande do Sul, uma vez que “não deu pra eu ficá pra lá”. Por um lado, o “tanto faz morá no sul ou morá mais ao norte” é sugerido como retórica e não como resultado da experiência. Mas também porque o “tanto faz” – neste caso – extrapola a experiência individual e parece englobar todas as gentes e todos os lugares: se em todos os lugares – do “sul” e do “norte” – as gentes “sobrevivem”, “tanto faz morá no sul ou morá mais ao norte”.

Os “subir” e “descer” de Maneco ganham textura na descrição das experiências nos lugares que percorreu:

... e olha, eu não conheço... Eu conheço aqui essa região aqui até Itaúba, lá é terra boa em Itaúba, né? Então, eu tenho um filho que mora no Rio Grande do Sul, em Panambi, e diz: ‘ô pai, terra boa tem lá em cima em Paranaíta, e Alta Floresta’, então o chão do Paraná, diz ele, roxo, terra roxa. Não, tem que tê terra boa no Mato Grosso, não é só essas terra ruim, a terra já é diferente, logo aqui pra frente, lá é pura areia, aqui fica menos, né, então quanto mais pra cá menos areia, né? Eu tive ali embaixo, só terra preta. Então, o que mais um terreno, um sitiozinho ali, uma chacinha ali embaixo, que era da prefeitura, doado de lá, né, ‘ô terra boa’, mas era pôco, eu não conseguia aumentá mais, então larguei... Essas coisas aí... Se uma pessoa vai pra um lugar otrô, lugar novo, eu tô com ele, mas não voltá numa vivaca.

“Itaúba”, “Rio Grande do Sul”, “Panambi”, “Paranaíta”, “Alta Floresta”, “Paraná” e “Mato Grosso”, amalgamam-se a “essa região”, “terra boa”, “lá em cima”, “chão”, “terra roxa”, “terra ruim”, “aqui pra frente”, “pura areia”, “mais pra cá”, “ali embaixo”, “terra preta”, “um terreno”, “um sitiozinho”, “uma chacinha” e “doado de lá”⁶¹... Tinha “terra boa”, mas “era pôco, eu não conseguia aumentá mais, então larguei”. Migrou. A questão da terra, posta anteriormente para a saída do Rio Grande do Sul, também se colocava em outro lugar. Devido a “essas coisas aí”, Maneco entende que “se uma pessoa vai pra um lugar otrô, lugar novo, eu tô com ele, mas não voltá numa vivaca”. “Vivaca” adquiri o sentido de negação

ao lugar de origem no Rio Grande do Sul e no Paraná. Entre o “aqui pra frente” e o “mais pra cá”, reaparece a oposição entre os novos lugares e os lugares *deixados*, repostos em “lugar novo” e “numa vivaca”. Assim, se “não deu pra eu ficá pra lá” e por isso “vim procurá pra me mantê em outro lugar, pra sobrevivê”, então também as pessoas outras deveriam – para o pai de Ana – sempre procurar um “lugar novo” – daí “eu tô com ele” – e não retornar para o lugar “velho” – “numa vivaca”.

Em “numa vivaca” também parece ser reposta a tendência de construção de um sentimento e representação negativos sobre o sul, uma vez que a preferência por um “lugar novo” demonstra – implicitamente – tensões e conflitos com os lugares *deixados*. O tempo que separa o presente – no lugar atual – e o passado – nos lugares de origem – parece ainda não ter sido suficiente para neutralizar tensões e conflitos. Mas, também não parece ser uma questão de tempo, e sim a presença ainda sensível das condições, das vivências e das experiências nos e dos lugares do sul que forcem e reforcem tais sentimentos e ressentimentos.

O espaço – ou os espaços – metamorfoseado em lugares toma a centralidade. O tempo é secundarizado e são as relações nos lugares – e, portanto, os próprios lugares – que participam como “protagonistas”. Como no último excerto da fala de Maneco, os lugares aparecem aqui e ali – “lá em cima”/“lá embaixo” – e os tempos que separam as relações entre quem narra e os lugares da narração seguem incógnitos. A dimensão temporal é suplantada pelas nuances que possibilitam a descrição e também a definição das diferenças entre os lugares. O “quando” e o “onde” têm dimensões diferentes na produção da lembrança e da fala⁶². O efêmero e o duradouro aparecem com pouca necessidade em apresentar diferenciação. As diferenças entre os lugares, ao contrário, são definidoras no apontamento de direções: “aqui pra frente” e “não voltá”.

As relações nos lugares definindo o presente, o passado e o futuro.

O tempo *refém* do espaço...

João rechaçou veementemente a possibilidade de ir “pra frente”, “pro nortão”. Ao contrário, uma possível nova migração só se daria se fosse em retorno para o Rio Grande do Sul, onde estão os parentes: “o dia que eu saí daqui mesmo, porque se eu saí daqui, pra frente eu não vô í, eu não vô lá pra, pro nortão, como eu tava planejando; então eu prefiro voltá pra onde tá meus parente, ao menos eu tô junto com eles”.

O “nortão”, para João, apareceu como projeto abortado: “eu não vô lá pra, pro nortão, como eu tava planejado”. É possível afirmar que a

experiência da migração tenha tanto projetado a alusão ao “nortão” como também deflagrado a intenção como despropósito. Entre Rondonópolis e o “nortão”, o retorno para o Rio Grande do Sul. No lugar de origem, pelo menos, a proximidade com “meus parente, ao menos eu tô junto com eles”. As possibilidades de melhoria das condições de vida para o “nortão”, para João, tenderam à diluição pelas relações vividas em Rondonópolis. Entre este e aquele lugar, tudo parece ficar na mesma. Por isto, para *mudar*, só para a garantia da proximidade com quem ficou no sul. *Economicamente*, entre o mesmo e o igual, a opção pelo afeto, pela família e pelos parentes.

4. “Vocês vão morrê de fome, não conhecem nada lá”

Toda migração tende a influir nas relações dos lugares de origem e dos lugares de destino. As relações que mais sofrem influências são aquelas em que as pessoas próximas aos migrantes estão envolvidas. Os migrantes mudam. Ao saírem modificam – pouco ou muito – a vida de quem fica. Ao chegarem participam de mudanças – menores ou maiores – nas relações no lugar *chegado*. O rompimento com as relações nos lugares *deixados* dificilmente é radical. As mulheres e homens dos lugares de origem – familiares, parentes e amigos – participam até o último momento da estada no lugar. Nestes momentos últimos também opinam sobre a decisão de mudar. A motivação e a desmotivação são oposições que participam das opiniões sobre a mudança. Pode ser o conselho derradeiro para ficar ou o desejo imenso para que tudo dê certo no novo lugar. O que aquelas e aqueles que ficam falam – ou expressam de diferentes formas – permanece de uma ou de outra forma na lembrança de quem parte.

A decisão em migrar e a própria mudança são sempre pressupostos de quem deixa um lugar. Nenhuma posição é mais importante para a efetiva migração senão a daquela ou daquele que migra. A migração, por isso, é também um *ato* solitário. Um ato de uma mulher e de um homem, se casal. Um ato familiar. Um ato solitário mesmo que prenhe de manifestações solidárias, por vezes. Migram os corpos de umas e uns e não de todas e todos. Dos familiares e parentes, migram as lembranças. Boas e más lembranças. A distância tende a reforçar as lembranças boas e a dissolver as mais “espinhentas”. A distância é saudade. A distância absolve e perdoa. Nem sempre. Às lembranças boas e más do lugar de origem se depositam lembranças boas e más no lugar de destino. O lembrar e o falar misturam

os fatos e os pensamentos. Misturam as gentes. A amálgama dos lugares. Amalgamam-se os dizeres aos corpos, fatos e falas das lembranças. Isto é lembrar. É falar.

Ana lembra e fala ao lado do pai. Um consolo e um constrangimento! Porque consolos e constrangimentos também participam das relações com as gentes que ficaram pelos lugares do “caminho” – ou trajetória – percorrido. O pai, aqui, é parte da mudança, é parte do ontem e também parte do presente. Hodierna, juntos vivem como em muitos “pedaços” do passado. O pai também lembra e também fala. Mas parece que sobre as gentes dos lugares de origem, Ana fala com mais desenvoltura. O pai por vezes é taciturno. Para ambos – filha e pai –, deslindar as lembranças e as falas sobre os familiares e parentes que ficaram, implica a volta a um passado que se fragmenta, no mínimo, em um duplo lugar de origem. Duplo lugar, porque plagas passadas. O Rio Grande do Sul e o Paraná. Assim, tão genericamente, vão fazendo parte na busca do “desvendamento” das vivências, experiências e trajetórias:

Em Panambi tinha o pai, a mãe, os irmãos, tudo morava lá em Panambi, só que da minha família só tinha o meu pai que veio do Paraná morá comigo lá em Panambi, e tinha um irmão meu, e até hoje ele mora em Panambi, que casô com uma irmã do Amaral, sim. Então ficamos co-cunhados e ele tá morando até hoje em Panambi, ainda.

Ana transita por entre o “pai”, a “mãe” e os “irmãos” do ex-marido e por seu “pai” e seu “irmão”. A descrição – mesmo que panorâmica – possibilita a percepção de que o ex-marido encontrava-se com relações mais profundas do que Ana em Panambi, no Rio Grande do Sul. O lugar, para Ana, permanecia como *locos* de vivências e relações mais agudas entre o marido e os seus. Pai, mãe e irmãos do marido: “tudo morava lá”.

A companhia do pai na nova migração do Paraná para o Rio Grande do Sul, revela que as relações entre este e Ana apresentavam fortes laços. Diferente das migrações anteriores em que a filha acompanhara o pai, nesta mudança foi o pai que passou a acompanhar a filha. Esta inversão entre quem define a migração e quem dela participa como “coadjuvante” – pois a filha “segue” os pais porque a migração do Rio Grande do Sul para o Paraná foi da família, e agora o pai “segue” a filha que passa a formar uma família outra – tem como condicionante uma relação de dependência: nos primeiros deslocamentos da filha para com o pai; e, nos segundos, do pai para com a filha.

A relação de dependência na migração da filha – ou das filhas e filhos – para com os pais ou a relação do pai – ou do pai e da mãe – para com as filhas e os filhos, tem como fundamento o trabalho e as possibilidades de sobrevivência nos lugares de destino. Quando filhas e filhos “seguem” a mãe e o pai é porque são estes últimos que apresentam as maiores chances de participarem de atividades econômicas e portanto suprirem as necessidades materiais dos dependentes. Quando o pai ou a mãe – mas que também poderia ser a avó, o avô, tia ou tio... – “seguem” a filha ou o filho – ou uma sobrinha, sobrinho... – é porque aqueles já não apresentam as melhores “vantagens comparativas” para a inserção no mercado de trabalho formal, ou mesmo para o trabalho “autônomo” no mercado de trabalho informal ou na reprodução enquanto camponês. A idade passa a se constituir como critério importante na definição daqueles que “tomam a dianteira” e daqueles que “seguem” os primeiros. Por isso que a idade entre vinte e quarenta anos – que tende a ser compreendida como aquela em que há maior “disposição” para o trabalho – se constitui como o período que suscita as maiores possibilidades para a migração. Na migração, as mulheres e homens desta idade, em decorrência, tendem a se colocar como os definidores da mudança, enquanto os “menores” e os “maiores” tendem a depender delas e deles.

Também o irmão – além do pai – morava em Panambi no momento da migração de Ana e família para o Mato Grosso – “e tinha um irmão meu, e até hoje ele mora em Panambi, que casô com uma irmã do Amaral”. “Ficamos co-cunhados”. Duas questões podem ser depreendidas daqui: a primeira ligada à similaridade nas condições entre os dois casais; e a segunda ligada à possível maior relação de aproximação entre a esposa do irmão de Ana com sua família. Ambos os casais eram recém formados e com relações de parentesco e afetividade – em princípio – bastante expressivas, além de apresentarem, certamente, condições sócio-econômicas bastante parecidas. O fato de serem “co-cunhados” acabava favorecendo a intensidade das relações. No entanto, este aspecto colocou-se como não definidor de uma possível participação efetiva da mudança para o Mato Grosso que envolvesse os dois casais. As relações de proximidade e afetividade – que em relação ao irmão de Ana envolviam tanto a relação com a irmã como a relação com o pai – não redundaram em uma migração que tivesse como companhia os dois casais “co-cunhados”. Também as possíveis semelhanças sócio-econômicas entre os dois casais não foram definidoras para a migração conjunta. Por isso, além das condicionantes

materiais, outras condicionantes – subjetivas ou não – acabam se colocando para a decisão e a efetiva mudança de um para outro lugar. Sob as mesmas condições sócio-econômicas, algumas e alguns “aceitam” a migração...

E migram.

Outros ali permanecem⁶³.

A segunda questão – a possível maior relação de aproximação entre a esposa do irmão de Ana com sua família – deve ser pensada ligada à primeira. As mulheres – histórica e culturalmente – construíram – ao lado dos homens, autônoma ou subjugadamente – uma grande relação com as “coisas” da família. Uma ligação importante que parece não deixar dúvidas sobre uma maior dependência da mulher com a família de origem, em especial na comparação ao homem. Este componente – aqui bastante generalizador – pode ser um dos indicativos para compreender a permanência do casal – irmão de Ana e irmã de Amaral, “co-cunhados” – em Panambi. Se Ana já tinha a migração como experiência constitutiva de sua vida, a cunhada não apresentava tal característica. Assim como o marido Amaral que tinha “o pai, a mãe, os irmãos, tudo morava lá em Panambi”, a cunhada de Ana, por inferência, também no lugar tinha “o pai, a mãe, os irmãos”.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar que para a efetivação da migração – de um casal ou de uma família – as posições da esposa e do marido são consideradas, mesmo que as do homem possam tender a se colocar como preponderantes. Na comparação entre os dois casais – Ana e o marido e irmão e irmã dos dois primeiros – Ana – como esposa – certamente apresentava, em relação à esposa do irmão, maior tendência à mobilidade ou, minimamente, maior pré-disposição para aceitar uma possível (nova) mudança, em função da participação em migrações anteriores. Mulher ou homem, filha ou filho, família e migração ou nova migração, aparentemente componentes indiferentes para a mudança, colocam-se como condições que podem impulsionar, retardar ou “brecar” uma mobilidade.

Em outro momento da fala de Ana, uma informação sobre o irmão se mostrou importante, a de que ele era “bem mais novo” – “ele é bem mais novo que eu” – e estava recém casado – “quando eu saí de lá ele tinha acabado de casá”. Estas duas condições – “bem mais novo” e “tinha acabado de casá” – para Ana, teriam se colocado como elementos imprescindíveis para o não acompanhamento – junto com a esposa – para o Mato Grosso. O irmão e sua esposa nem pensavam em participar da mudança – “não, não, não...” – e Ana arremata ressaltando alguns elementos que no parágrafo

anterior participam como possíveis condicionantes: “já por uma que os parente da mulher dele, ela não sai de perto dos parente, é mais ou menos assim que nem minha mãe, não quer sair de perto dos parente, né, então a gente fica um pouco perdido prá cá”. A permanência da esposa do irmão de Ana junto aos familiares e parentes – “não sai de perto dos parente” – teria se colocado – aqui, a partir de Ana – como a condicionante principal para a não migração do casal “co-cunhado” para terras mato-grossenses.

Deve-se considerar também que a permanência do casal – irmão de Ana e irmã de Amaral – certamente fora “orientada” e respaldada por posições de outros parentes e familiares sobre uma possível mudança de Ana, Amaral e família para o Mato Grosso. Ana ressaltou:

os parentes achavam que nós ia morrê de fome aqui no Mato Grosso, que ia morrê de fome aqui no Mato Grosso. ‘Meu Deus’, a sogra, coitada, que já faleceu, né, então ela falava assim: ‘meu Deus do céu, vocês vão morrê de fome, não conhecem nada lá, como vocês vão vivê lá’. Ela falava pros neto pra eu cuidá meus neto, que meus neto ia passá necessidade, que é um lugar novo, ninguém sabia de nada, né, daí eu dizia: ‘não vão morrê de fome de jeito nenhum, a gente podendo trabalhá, como que as criança vão morrê de fome? De jeito nenhum, a gente vai batalhá’. E graças a Deus, então, né, não tem nada como dia após o outro, nós tem uma casinha, tem um terreno, não paga aluguel nem nada, graças a Deus. A gente sobreviveu.

A preocupação da sogra, de que a migração levaria à morte por causa da fome – “vocês vão morrê de fome” – em decorrência do desconhecimento sobre as condições do Mato Grosso – “não conhecem nada lá” –, revela-se como uma tendência na relação entre mãe e filhos – neste caso para com o filho – e, por extensão, para com os netos. No argumento usado por Ana para a construção do contraponto sobre o entendimento dos parentes “que ia morrê de fome aqui no Mato Grosso”, um termo bastante poderoso – que se resvala para um segundo – vem à tona: o trabalho, que também se revela como batalha. A não-morte está ligada tanto à possibilidade de conseguir trabalho como às condições pessoais de cada um para desempenhá-lo, depreendidas de “a gente podendo trabalhá”. Uma e outra apresentariam maiores chances de concretização na medida em que tais condições se aliassem ao esforço e à persistência de quem mudaria, elucidativos no “a gente vai batalhá”. Sobreviver – para não “morrê de fome” – e melhorar as condições de vida dependeriam, portanto, tanto das condições de trabalho no novo lugar como também da “batalha” de cada um. Sobrevivência e melhoria de vida não estão dadas *a priori*, mas se colocam como possibilidades que

podem se fazer concretas quando o próprio fazer de quem migra esteja dirigido em esforços e detenha as condições – em especial de saúde – para a sua realização e efetivação.

À desinformação de Ana, Amaral e família sobre o Mato Grosso – “não conhecem nada lá” – é contraposto a vontade do trabalho. O trabalho também se colocando como uma “batalha”. O “final da batalha” – no lembrar e no falar sobre as posições dos familiares e parentes em relação à decisão em migrar para o Mato Grosso, que “cruzam” passado, presente e futuro – também se revela, agora, como contraponto/justificativa para a mudança: “e graças a Deus, então, né, não tem nada como dia após o outro, nós tem uma casinha, tem um terreno, não paga aluguel nem nada, graças a Deus. A gente sobreviveu”: o que poderia ser expresso em *a gente venceu!* A batalha como uma metáfora que participa das lembranças sobre a tendência de morte no novo lugar – “você vão morrer de fome” –, sobre a própria morte – “a sogra, coitada, que já faleceu, né” – e sobre a vitória – “a gente sobreviveu”. Uma metáfora sobre as gentes e os lugares de cá e de lá – sobre a experiência do trabalho e da reprodução enquanto trabalhadoras e trabalhadores.

Certo é que a decisão de migrar envolve, especialmente, aquelas e aqueles que deixarão um lugar. Por mais que as relações se estendam da família atingida para outros familiares, parentes e amigos, decidir cabe aos que podem ou não migrar. Por isto, a posição que outras e outros assumem é, em grande medida, absolutamente secundária. Por um aspecto muito importante: a intenção da migração parece já conter a própria decisão, positiva, em mudar para outro lugar. Ou seja, a decisão em partir é extremamente subjetiva e individual e tem na intenção a base da migração. A intenção, por isso, já é a tomada de decisão. O que muda, para umas e uns e outras e outros, é o tempo entre a intenção-decisão e a partida efetiva.

Para Rodrigo, que primeiro migrou da agricultura para a cidade de Santa Rosa, depois dali para o Paraná, para o Mato Grosso, com retorno para o Rio Grande do Sul e nova migração para o Mato Grosso, a decisão em migrar para o Paraná foi parte da primeira migração, do campo para a cidade. O trabalho de “empregado na cidade”, por dois meses apenas, revelou a profunda diferença entre as atividades rurais – relativamente autônomas – e as atividades urbanas – mais subordinadas –, corroborando para isto a pouca “experiência” e a falta de estudos.

A passagem como morador e trabalhador urbano em Santa Rosa não apenas foi temporária como também uma mera *transição* da agricultura

para a agricultura, do Rio Grande do Sul para o Paraná. Isto é, os dois meses colocaram-se como uma certa *estada* na cidade e não a consolidação de uma migração. O curto tempo e as dificuldades rapidamente percebidas, participam do *continuum* migratório de Rodrigo e família, uma vez que o “ciclo” não se fechara ali. Mesmo estando em outro lugar, na cidade e não na agricultura, o estar/ser permaneceu em transição.

Daí que a percepção do fato por Rodrigo e os familiares do sul foi de normalidade. Segundo ele, os familiares “achavam normal” a ida para o Paraná, porque não era simplesmente uma mudança para o Paraná, mas a busca de realização pessoal e familiar que tem, no trabalho, a sua melhor manifestação. Por isso, achar *normal* a migração dava-se por um pressuposto que fazia parte de uma *norma* culturalmente instituída nas relações do lugar deixado, pois se inscrevia em uma lógica participante das relações sociais desenvolvidas: “lutá pela vida”. Era “normal” mudar de um para outro lugar se as condições no lugar de origem impossibilitavam “lutá pela vida”. Portanto, a percepção da migração de familiares não teve como base a condição mesma de familiar, mas o entendimento “normal” da importância de se “lutá”.

Portanto, a saída da agricultura, a rápida passagem pela cidade de Santa Rosa e a migração posterior para o Paraná, participam do início de um processo migratório que, para alguns familiares que acompanharam Rodrigo, encerrou-se em Rondonópolis (parece possível afirmar que para Rodrigo o processo ainda não terminou, uma vez que almeja novas mudanças, como adiante ficará claro quando da fala do ensejo de ida para Roraima). Já para os familiares que permaneceram no sul, de acordo com Rodrigo, a migração do filho e do irmão (para quem ficou) participava de um movimento que pressupunha a luta pela vida. Um movimento “normal” que se firma no esforço contínuo, individual e familiar.

Já os familiares e parentes de João nenhuma ou pouca participação tiveram na decisão do filho, irmão ou primo na *mudança* para o Mato Grosso: “eles nunca opinaram”! Esta afirmação extrema – na fala de João – veio associada a uma breve exposição de momentos da vida deste gaúcho, fazendo perceber que as relações com a família ou com os parentes há muito eram tênues e frágeis:

assim que eu, com nove anos saí de casa, então, parente meu, é, chegava em casa, ficava até cinco anos sem vê os parentes, ficava trabalhando na roça, então nunca eles opinaram, minha mãe que, minha mãe que sempre falava pra, pra mim economizá, pra quando eu tivé alguma coisa, negócio assim

de mãe, irmão, esses troço aí, ninguém, nem eu nunca me importava. Eu uma vez fiquei com cinco, seis meses sem ligá pra eles, eu num, eu num fui criado na, né, naquela criação, assim no seio da família, eu fui criado memo pela mão dos outros, então, não sinto falta, eles também não sente, é desse jeito aí...

Com nove anos saiu de casa! O afastamento da família foi prematuro. Dos parentes também. “Ficava até cinco anos sem vê os parente”. A mãe dizia “pra mim economizá”: “negócio” de mãe! Agora, “irmão, esses troço aí”, “ninguém”. Porque, fundamentalmente, “fui criado memo pela mão dos outros”. Nem *cá* nem *lá* sente falta. “É desse jeito aí”! João praticamente rompeu os vínculos afetivos que poderiam ligá-lo à família e aos parentes. Uma vida “errante” *cravada* desde cedo no Rio Grande do Sul, fez-lo distante dos seus. Quando diz que não fora *criado* “naquela criação”, também diz que as relações entre filho, mãe e pai, entre irmãs e irmãos e entre parentes, nem sempre acompanha o *modelo* comumente apregoado para as “boas famílias”.

Por outro lado, o excerto acima também parece indicar certa tensão, que João reproduz em partes como “esses troço aí” e “não sinto falta, eles também não sente”. Ou seja, parece implícito que a distância física entre João e os *seus* tenha gerado também uma distância afetiva, que, no mínimo, reflete-se na construção da indiferença. E aqui nem a negatividade e nem a positividade da relação estão sendo apontados; a questão não é esta. Apenas, a consideração de que nas relações familiares e parentais, assim como a afetividade, também relações mais tensas e conflituosas delas podem participar.

Contudo, foi um cunhado de João o principal responsável pela migração do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso: “ninguém me [influenciou], esse cunhado meu que, cunhado porque eu vivi com a irmã dele quatro ano, ela veio comigo na época, aí falou: ‘vai pra lá, que lá você tem fazenda pra você trabalhá lá’, então vim trabalhá, trabalhava de pedreiro, aí saí da fazenda, comecei a mexê na graxa, foi indo, daí só mexo com isso”. O cunhado era irmão da mulher que “veio comigo na época”. Viveu “com a irmã dele quatro ano”. Familiares ou parentes não opinaram. Foi, sim, a informação do cunhado – de “que lá você tem fazenda pra você trabalhá” – que fez com que João *trocasse* o sul pelo Mato Grosso, para daí trocar a pá de pedreiro pela peça engraxada.

Ainda na infância, na precoce saída de casa – aos nove anos –, João parece ter se desprendido da família:

minha mãe separô muito cedo, né, meu pai dexô cinco de nós, tudo pequeninho, minha mãe teve que sustentá, nós trabalhando dia e noite, um vendendo pastel, um engraxando sapato, aí até meu pai veio me buscá e me largô lá no meio de uma gringaiada lá na roça, e fiquei oito ano trabalhando na roça, aí independente, saí de lá, voltei pra Santo Ângelo de novo, trabalhei numa firma lá, e foi até que eu conheci Mato Grosso, aqui daí.

A separação dos pais. Os filhos “trabalhando dia e noite”. “Um vendendo pastel, um engraxando sapato”. A ida com o pai: “oito ano trabalhando na roça”. “Voltei”. “Conheci Mato Grosso”. Do trabalho na roça para o trabalho na construção civil na cidade – “numa firma lá”. A família, dividida, parece parte da divisão de “pedaços” de anos de João: até os nove com a mãe; depois com o pai na roça; em seguida o trabalho em uma firma; depois no Mato Grosso; um breve retorno; e a migração “definitiva”.

João tinha “pouco a perder” no Rio Grande do Sul. Trabalho braçal. Família distante: “saí, eu queria era conhecê o lugar aqui, só ficou eu, único da minha família, minha irmã teve esses dias, ficô um mês comigo, aí falou que ia vim pra cá, trabalhá aí, mais, mas não sai de lá, não”.

Desde criança, um *espírito meio aventureiro* participaria das *andanças* de João? Sem titubear, rechaça o argumento embutido na pergunta do interlocutor: “meio aventureiro não, porque eu já tô onze anos aqui nesse mesmo lugar, a gente faz procurá o melhor, vim aqui porque eu achei que tava bom pra mim, então falei: ‘vô ficá por aqui’; agora, o dia que eu saí daqui, aí eu vô voltá atrás, se eu tivesse espírito aventureiro eu ia caçá outro rumo pra frente, eu sô muito até acomodado, viu?”

Não há “espírito aventureiro”. Houveram dificuldades que fizeram com que João fosse “procurá o melhor”. Se agruras novas virão, parece estar decidido: “vô voltá atrás” e não “caçá outro rumo pra frente”. Um possível retorno é visto como acomodação. Um movimento de volta como um *movimento acomodador*. Migrar para o *mesmo* lugar, como se nunca tivesse partido. “Viu?”

Ao contrário de João, Maria e Werner estabeleciam sólidas relações com os familiares e parentes no Paraná antes de migrarem para Mato Grosso. Isso se refletiu na maior participação destes – mesmo que geralmente indireta – na decisão de uma possível *mudança* para o Mato Grosso:

cada um tinha a sua idéia, né? Uns achavam que era bom, outros criticavam, né, principalmente porque ele veio e eu fiquei. Aí então eles achavam, nem só parentes, os seus vizinhos, né, ‘não, você é louco, sai e larga a mulher,

í prum mundão desse, nunca mais volta'; e outros falavam 'não', falavam 'não, é bom mesmo'. Já tinha pessoas que queriam vim pra cá, que já conheciam, só umas pessoas falavam, 'não, ele tá certo, tem que í, porque aqui tá difícil mesmo, então tem que procurar [lugar] melhor'; porque a minha mãe, meu pai eles não sei se eles aceitavam, mas eles apoiavam, não sei se é porque eles queriam, mas eles nunca criticavam, eles deram força: 'não, se for pro bem de vocês, podem í'.

Quem fala é Maria. A negatividade de uns e a positividade de outros. A preocupação diante da ida de Werner, o marido, antes da esposa: “não, você é louco, sai e larga a mulher, í prum mundão desse, nunca mais volta”. As difíceis condições sócio-econômicas no Paraná também assumiam uma importância basilar na posição das pessoas próximas, “porque aqui tá difícil mesmo, então tem que procurar [lugar] melhor”. A mãe e o pai de Maria, por sua vez, pela narrativa da filha, pareciam refletir a ambigüidade entre o desejo de permanecer próximo e a distância com a *mudança* como possibilidade para a melhoria das condições de vida. “Não sei se é porque eles queriam”, mas, “se for pro bem de vocês, podem í”. Foram.

Werner arremata: “vão embora, se manda Ceará”! *Se manda* gaúcho, porque “tava difícil demais ué; ó: não tinha emprego, não tinha profissão, só tinha uma carta de motorista”. Tinha a esposa e os filhos. Não tinha emprego. Tinha esperança. Não tinha profissão. Tinha um sonho e uma “carta de motorista”. Foi dirigir caminhão, trator, ônibus e táxi. Longe do “Ceará”...

Já no Rio Grande do Sul, no interior de Chapada, os familiares de Alice e Licurgo “acharam bom” a *mudança* para o Mato Grosso. Licurgo, no entanto, fez uma objeção em relação aos pais: “só que, por exemplo, pelo menos meu pai e minha mãe, não acharam muito bom, porque uns anos atrás Mato Grosso era o fim do mundo; mas depois eles entenderam que seria melhor”. O filho rumo ao “fim do mundo”. Por isto “não acharam muito bom”. O Mato Grosso percebido como distante. O “fim”. Depois, contudo, “entenderam que seria melhor”. Depois de que? Certamente, após o convencimento dos pais que o Mato Grosso poderia ser o início, talvez não do mundo, mas de uma vida “que seria melhor”.

Fim do mundo. Ou o começo. Onde o *vento* também vai...

“As pessoas lá [no Rio Grande do Sul] não falam certinho o que é o Mato Grosso, as riquezas que tem”! Bibiana fala do presente para o passado, de um Mato Grosso da “fome” – a imagem do Mato Grosso pensada pelos “meus parentes” – e de um Mato Grosso do “progresso” – a representação

do lugar vivido por Bibiana: “as pessoas que lá moravam, meus parentes, diziam que gente ia passá fome, que aqui não ia dá certo: ‘onde já se viu mudá pra um lugar desses?’” A fome... “Então, às vezes, criticam muito. Hoje eles têm outra visão porque nós também passamos outra visão pra eles, que a gente progrediu muito aqui do que a gente era lá”. O progresso.

Nos parentes de *ontem*, a representação do Mato Grosso como um lugar difícil. “Não falavam certinho o que é o Mato Grosso”. “Diziam que a gente ia passá fome”.

Nos parentes de *hoje*, a representação do Mato Grosso como um lugar do progresso. “Porque nós também passamos uma outra visão pra eles”. “A gente progrediu muito aqui”.

O movimento das idéias teve como pressuposto a mudança das condições de vida de Bibiana e família – o *mundo das representações* também é o *mundo* das condições materiais de existência⁶⁴. O lugar da “fome” tendo como contraponto o lugar da “riqueza”, feito no “a gente progrediu”. Um progresso que se compara não apenas pelas representações, mas “do que a gente era lá”. Por sua vez, o “que a gente era lá” e *o que a gente é cá* produz imagens destoantes entre o *antes* e o *agora*, buscando, assim, dar *sentido* à *mudança* de lugar, mas também à mudança – pequena ou grande – nas condições de existência, calcadas sobre a ação – esforço, dedicação e trabalho – daquelas e daqueles que mudaram.

De uma representação negativa para outra positiva. O Mato Grosso foi *mudando* para os parentes de Bibiana, que ficaram no sul, pelo movimento engendrado pelo trabalho, pela estabilização econômica de Bibiana e familiares. A positividade suplanta a negatividade pela demonstração *empírica* de que as condições para quem migrou melhoraram no novo lugar.

Um *trunfo*.

“Hoje eles têm outra visão”.

Notas

1 Segundo Michael Pollak (1989, p. 8), haveria uma fronteira entre o *dizível* e o *indizível*, “o confessável e o inconfessável”, separando “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”. A fala de Maneco, no entanto, pode tanto ser parte da memória *subterrânea* como da memória *organizada*; aliás, uma está, certamente, contida na outra. O trabalho, aqui, é desvendar o *subterrâneo* e o *organizado* não como pedaços separados, mas como

ladrilhos de uma mesma calçada. Memórias de uma mesma vida.

2 Como acentuou Alessandro Portelli (1997, p. 38): “o narrador é agora empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história”.

3 Também por isso a fonte oral – como todas as demais fontes – devem ser pensadas e analisadas criticamente em seu contexto de produção e transmissão. A advertência de Michael Hall (1992, p. 157), sobre *os riscos* da [nossa] *inocência*, sempre deve ser considerada, também porque, acentua, a memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas resulta de determinações sociais complexas: “Pensamos, lembramos e exprimimo-nos em formas social e culturalmente determinadas”.

4 Flávio Antonio da Silva Nascimento (1997, p. 2) destacou a migração como a característica demográfica principal de Rondonópolis. O autor analisou, em seu doutoramento, a *aceleração temporal na fronteira*, apresentando, na discussão, também importantes elementos sobre os sucessivos movimentos migratórios para Rondonópolis. Especificamente, sobre migrações para Rondonópolis, o trabalho de Advair Mendes Silva (1988) é importante em seus aspectos mais gerais.

5 Discutindo memória e identidade dos imigrantes italianos em Jequié, Bahia, Maria Luzia Braga Landim (2000, p. 164) observou que “A memória funciona como espaço de legitimação, espaço este que atualiza e reorganiza o imaginário, tendo a linguagem como constitutiva de sentidos e de identidades e não como instrumento de expressão”, apenas. O migrante, ao *rememorar*, também busca a legitimação de sua identidade, principalmente na medida em que faz de si os tempos e lugares vividos e percorridos.

6 O noroeste gaúcho é formado pelas microrregiões da Grande Santa Rosa, Missões, Celeiro do Rio Grande, Planalto Médio e Zona da Produção. A intensa migração verificada no interior do Rio Grande do Sul, principalmente a partir do início do século XX, acentuando-se geometricamente, teve como principal condicionante a “modernização da agricultura”, em especial a produção de soja e trigo, mas também de arroz. Argemiro Jacob Brum (1988, p. 124), discutindo a “modernização” no planalto gaúcho, enfatizou o aumento da “fuga do campo para as cidades, o chamado êxodo rural”; uma “fuga” não apenas de indivíduos isolados, mas especialmente de famílias: “A família toda é envolvida neste processo cada vez mais dinâmico e vai sendo inserida num contexto sócio-cultural mais amplo e complexo” – o *mundo* da cidade. Dora Martins e Sônia Vanalli (1994, p. 77) citam o depoimento de um sem-terra de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, que expressa a angústia da perda da terra e conseqüente migração: “Eu acho que eles estão querendo jogar nós aqui do sul pra o norte; para eles podê, disse que tem terra lá pra nós. Mas o que a gente insiste é que também há falta de terra lá no norte, há companheiros que também estão lutando por terra”. Ver, também, Aldomar A. Rückert (2003), sobre a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense (1930-1990), provocando *metamorfoses do território*.

7 Klaas Woortmann (1990, p. 50-51), em estudo sobre a mobilidade em sítiantes de Sergipe, revela a importância do imbricamento entre migração e família e, em especial, da posição do pai: “As distintas formas de migração relacionam-se estreitamente à família. De um lado, relacionam-se ao grupo doméstico enquanto organização econômica, inscrevendo-se a migração na divisão do trabalho doméstico e na divisão do tempo. De outro lado, elas se relacionam intimamente à hierarquia, isto é, à família enquanto valor e à posição do **pai de família**, que encarna a hierarquia, relacionando-se, portanto, à honra que tem como campo a família”.

8 Ver Argemiro Jacob Brum (1991) e Celso Furtado (1976).

9 Argemiro Jacob Brum (1988, p. 44). A “Revolução Verde”, segundo o autor, teve duas fases: de 1943 a 1965, de caráter experimental; e a partir de 1965, ocorrendo uma “rearticulação da estratégia da produção de alimentos no mundo, sob a influência das corporações transnacionais” (p. 47). Para esse autor – mas também para Geraldo Müller (1988) – o segundo momento, em especial possibilitou a constituição com Complexo Agroindustrial – CAI – no Brasil: “um conjunto de atividades econômicas – agrícolas, industriais, comerciais e financeiras – que apresentam elevado grau de integração entre si”, encontrando-se a agricultura, neste conjunto, “em situação desvantajosa, dependente” (Brum, 1988, p. 104).

10 Renovação técnica, tecnológica e produtiva, sem alteração da estrutura agrária, ao contrário, a concentração e expulsão de *gentes* do campo. Este entendimento é corroborado por Argemiro Jacob Brum (1988), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991 e 1995), Flávio Antonio da Silva Nascimento (1997), dentre outros. Um dos reflexos dessa “modernização” – ou industrialização da agricultura – sobre a Região Sul, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991, p. 37), foi, no período entre 1970 e 1985, o declínio de todos os tipos de produtores, significando que “o processo de expropriação foi praticamente absoluto, não só eliminando a possibilidade do trabalho camponês, como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais as terras”.

11 Michel Foucault (1996, p. 161-162), salienta que o indivíduo, “com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos,

multiplicidades, movimentos, desejos e forças”; a partir disso, podemos dizer que também a família é o produto de relações de poder, que se estende nas relações entre marido e esposa, entre pai, mãe, filhas e filhos, entre os mais velhos e os mais novos. Nesta direção, é mister o entendimento de José Angelo Gaiarsa (2004, p. 44), ao apontar que a “família é difícil” e que a idéia de *sagrada família* como *célula mater* da sociedade é um mito.

12 Pensamos a família camponesa como aquela ligada às atividades rurais e tendo como centro a unidade de produção, socialização e sociabilidade centradas na família e comunidade rurais. Ver, sobre a definição de camponês, Teodor Shanin (1980).

13 Ver Antonio Candido (1971), Alexander V. Chayanov (1974) e José Vicente Tavares dos Santos (1984).

14 Klaas Woortmann (1990, p. 35), que também aponta que “A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa”.

15 Glenn Trewartha (1974, p. 167-169) salientou a formação de uma “seleção migratória”, sendo a idade o diferencial de maior expressão, migrando os mais jovens, sobretudo solteiros. “Mas”, também observou, “nas regiões economicamente mais adiantadas, os casados aparentam ter a mesma mobilidade que os solteiros e, freqüentemente, a motivação para o deslocamento está relacionada com a vida familiar...”. Diríamos, aqui, que esta seria a motivação imediata, mediada pelas relações estruturais e conjunturais. Também, sobre a idade e o estado civil nas migrações, ver Jacqueline Beaujeu-Garnier (1980).

16 Glenn Trewartha (1974, p. 172), aludiu a fatores que “empurram” e que “puxam”: “as condições da região de origem que repelem e as da região de destino que atraem”. Também para Jacqueline Beaujeu-Garnier (1980, p. 249), seriam as “forças que repelem e atraem”.

17 Gerson Rodrigues de Albuquerque (2001, p. 11-12), com base em David Harvey, apontava que as mulheres e homens, a partir de suas práticas sociais, imprimem distintas espacialidades e temporalidades em suas representações.

18 Na produção dos “enredos” da fala, passado, presente e futuro se mesclam, pois, como observou Yara Aun Khoury (2001, p. 86), “cada pessoa que narra atribui significados à vida presente, mediados por perspectivas passadas e futuras”.

19 A migração de saída de população do Rio Grande do Sul, em especial do noroeste do Estado, foi constante na segunda metade do século XX. Estudo de Osmar Terra e Jorge Lemainski (2002), apontou os dados de migração do período mais recente, entre 1991 e 2000, passando de 1.256.680 para 1.253.590 habitantes, apresentando um crescimento negativo de 0,25% ao ano.

20 Marilena Chauí (2000, p. 8), apontou importantes elementos para a compreensão das representações em torno do Brasil, em que as representações, em geral, tendem a escamotear as contradições. Haveria, assim a “crença generalizada” de que o Brasil (1) é “um Dom de Deus e da Natureza”, (2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, (3) um país sem preconceitos, (4) um país acolhedor e (5) um “país dos contrastes” regionais, destinado à pluralidade econômica e cultural.

21 Em empréstimo de Francisco de Oliveira (1993), “Elegia para uma re(li)gião” – importante trabalha que trata do Nordeste brasileiro e, em especial, do contexto da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

22 Segundo Helion Póvoa Neto (2002), o estudo de toda e qualquer migração deve considerar a “proliferação de redes sociais”, relativizando os modelos de explicação mais tradicionais do tipo “fatores de expulsão – fatores de atração”: “não se pode mais entender a migração simplesmente como o empreendimento aventureiro de um indivíduo, expulso de sua terra e atraído para outra pela esperança de ascensão social: todo o deslocamento migratório, mesmo o de sujeitos aparentemente isolados, compõe uma imensa teia pela qual circulam, através de redes formais ou informais, pessoas, informações e dinheiro”.

23 Esta perspectiva foi apontada por José de Souza Martins (1988, p. 45) na análise sociológica da migração temporária, mas que também parece pertinente para uma migração “definitiva”. Segundo o autor, “Mais do que *trânsito* de um lugar a outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais”.

24 Lylia S. Guedes Galetti (1995 e 1996), discutindo as representações sobre o Mato Grosso nas primeiras décadas da República, apontou como a negatividade imperou na produção de *imagens* que iam desde um lugar de barbárie e “vazio” – o sertão – a *gentes* “selvagens”, como os índios; portanto, um lugar a ser ocupado e civilizado pelo progresso. Estas representações, segundo a autora, “ainda hoje fornecem parâmetros definidores das percepções e práticas sociais de diferentes agentes

sociais sobre a região” (1996, p. 23). Fronteira a conquistar na construção do “Brasil desejado”, como salientou Candice Vidal e Souza (1997), na “penetração civilizadora sobre o Brasil inculto – sertão e selva”; daí, que “O bom lugar é aquele que se qualifica como sertão vazio, os desertos do Brasil Central, o sertão não utilizado” (p. 133). Ou, ainda, o *sertão* aparecia como o “oeste inocupado”, segundo Denise Maldini (1992, p. 58).

25 A “raça forte de aventureiros gaúchos, que no futuro deverá dominar todo o Estado de Mato Grosso”, foi expresso no jornal “O Debate”, de Cuiabá, em nove de agosto de mil novecentos e doze! (Galetti, 1996, p. 23).

26 Ana não está sozinha na produção de um imaginário sobre partes do território brasileiro; partes do *sertão*. Segundo Antonio Carlos Robert Moraes (2002), a conquista do sertão foi parte da própria construção da nacionalidade, que, durante o Império, pautou-se sobre o mote da *civilização*, e na era republicana sobre o mote da *modernização*: “modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação” (p. 121), com a atuação fundamental do Estado. Ainda para o autor, hodiernamente, o mote sobre o qual se sustentaria as políticas do Estado brasileiro seria a *globalização*. Ver, também, **Ideologias geográficas** (1988), do mesmo autor.

27 As cidades, fundadas ou re-ocupadas pela lógica da racionalização engendrada pela expansão agropecuária e “modernização da agricultura”, em especial por *gentes* do sul, parecem dissolver o passado, em grande medida, porque esse estaria associado, justamente, a índio e mato. Sérgio Martins (s/d), discutindo este processo em cidade do Mato Grosso do Sul, apontou que “Chapadão do Sul emerge como uma cidade “sem infância”, uma cidade que nasceu adulta porque privada de espontaneidade, pois provida, em essência, de uma racionalidade sem nenhum compromisso que não seja o da valorização das *Coisas* pela desumanização do homem” (p. 44). Em perspectiva semelhante, fizemos (Goetttert, 2003) uma análise de um histórico da cidade de Primavera do Leste, no Mato Grosso, e constatamos que esta “cidade sem passado” aponta para uma “história” que justifica e legitima uma “ordem” de “progresso”, “desenvolvimento econômico”, “empreendimento” e “trabalho”, em especial do que foi e ainda é definido por *fronteira*” (p. 21).

28 Para Paul Thompson (1998, p. 306), “algumas incoerências são inteiramente normais”. E ainda: “É muito comum que se encontre um conflito entre os valores gerais que se acredita serem verdadeiros no passado e o registro mais preciso sobre a vida do dia-a-dia; essa contradição, porém, será por si só extremamente reveladora, pois pode representar uma das dinâmicas da mudança social – e uma percepção que, de fato, raramente é possível mediante qualquer outra fonte que não a evidência oral”.

29 Ver, sobre a migração sulista para projetos de colonização no Mato Grosso, Iselda Corrêa Ribeiro (1987) e José Vicente Tavares dos Santos (1993); sobre a mobilidade e territorialização do capital e trabalho no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, ver Márcio Antonio Teixeira (1989) e Jones Dari Goetttert (1999, 2000 e 2001), dentre outros.

30 Sobre a migração do Paraná para o “extremo oeste brasileiro”, em especial na década de 1970-1980, Celso Amorim Salim (1988) apontou que “O migrante da Região Oeste, que teve como última etapa migratória o Paraná, basicamente se origina da Região Sul, em termos de naturalidade (67,3%). Já os migrantes que tiveram tanto a última etapa quanto a naturalidade no Estado do Paraná, representam um percentual um pouco abaixo, ou seja, 59,9%” (p. 23). Ver também, sobre a colonização do Paraná e, a partir da década de 1960, de “êxodo”, Tânia Navarro Swain (1988).

31 Ver, sobre a origem e expansão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, no Brasil e no Mato Grosso, Bernardo Mançano Fernandes (1996 e 2000), Leida Maria de Souza Lima (2000 e 2002), Plínio José Feix (2001 e 2002) e Maria Elza Markus (2002a e 2002b).

32 Ver, sobre a urbanização em Rondonópolis, Tereza Coni Aguiar (1980), Júlio César Suzuki (1996) e Antonia Marília Medeiros Nardes (1997a e 1997b).

33 Conforme Tereza Coni Aguiar (1980, p. 122).

34 Em Jean-Paul de Gaudemar (1979, p. 15): “la “movilidad” pone realmente en juego: el uso capitalista de la disponibilidad de los hombres, de la docilidad (Foucault) de sus cuerpos”.

35 A discutir rapidamente o “fechamento” das fronteiras (Goetttert, 2000, p. 56), salientávamos as dificuldades do estabelecimento de momentos de ruptura na *abertura e fechamento* de áreas de expansão e ocupação de *frentes de expansão e frentes pioneiras* (a partir de José de Souza Martins, 1997) e, por outro lado, movimentos sociais tem rompido com o “fechamento” na medida em que *abrem* possibilidades de luta e territorialização alternativos à exclusão do campo e da cidade dadas pela expansão capitalista agropecuária e urbana. Contudo, segundo Luiz Antonio Pinto de Oliveira (1995, p. 65-66), “Do ponto de vista demográfico o crescimento da fronteira amazônica parece ter sido limitada, em parte, pelo “fechamento” da fronteira agrícola – um crescimento urbano que, na essência, é um crescimento da pobreza. Por seu turno, George Martine (1985, p. 81) ressaltou

que os ciclos atração-estagnação-repulsão estão se encurtando em áreas de fronteira: “o período de expansão eufórico do Paraná durou mais que o do Centro-Oeste e Maranhão; por sua vez, o ciclo amazônico já demonstra claros sinais de fechamento, apenas 10-15 anos após sua instauração”.

36 Milton Santos (1996, p. 19-21) aludiu à “natureza abstrata”: a mais-valia, tornando-se igualmente mundial, oculta “os parâmetros do meu próprio valor que, assim se reduz”, um “valor-trabalho aplicado à produção mundializada, medida em termos de dinheiro”; assim, “A natureza tecnicizada acaba por ser uma natureza abstrata”. E, com base em Wellmer, Milton Santos ressaltou que as condições de vida, profundamente enraizadas, estão sendo destruídas, aumentando “exponencialmente a tensão entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva”. Por seu turno, Francisco de Oliveira (2003, p. 135-136) foi categórico: “Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato”; “trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago”.

37 Segundo Harry Cleaver (1981, p. 147-148), “Para ter, e controlar, um número crescente de tipos de produção, o capital deve ser capaz de distribuir o trabalho mais ou menos como lhe parece conveniente – deve conseguir exatamente aquela maleabilidade de trabalho que vimos subjacente ao trabalho abstrato. Uma divisão social do trabalho que se modifica implica que os trabalhadores devem ser transferidos constantemente de um tipo de trabalho útil para outro” – “o trabalho abstrato é a substância do valor e da mais-valia para o capital”.

38 De acordo com Robert Kurz (1993, p. 240), “O dinheiro, a encarnação do trabalho abstrato, não deixa transparecer nenhum conteúdo concreto; apresenta sempre a mesma qualidade, sendo um fenômeno insensível com forma sensível, um paradoxo. Ali onde o dinheiro, como imperativo social de fazer mais dinheiro (lucro absoluto), passa a trazer em si sua própria finalidade, a abstração real estende-se também ao próprio processo de trabalho material. *Os homens, antes de qualquer determinação concreta e substancial, transformam-se em mônadas do dispêndio de força de trabalho abstrata*” (grifos meus).

39 Conforme Marta Harnecker (1978, p. 102).

40 Francisco de Oliveira (2003, p. 136-137).

41 José de Souza Martins (1993, p. 62), abordando a participação de gaúchas e de gaúchos na colonização de terras no Mato Grosso, a partir do *olhar* da infância, salientou que para o “colono gaúcho” o “primado do trabalho é, na verdade, o primado da família. O trabalho reproduz a família, na medida em que assegura ampliação de propriedade na extensão das necessidades de sobrevivência de todos os seus membros”.

42 Valdir Gregory (2002, p. 175), ao discutir a colonização do oeste paranaense, marcada, sobretudo, por um projeto de colonização dirigido pela Colonizadora Maripá, assinalou que a colonizadora buscou dirigir e preservar o processo migratório: “Dirigir de forma a trazer somente indivíduos considerados capazes, elementos adequados ao modelo idealizado”, com “hegemonia branca de origem européia” e representados como “verdadeiras máquinas de produzir progresso”, calcada na ideologia do trabalho. Ver, também, sobre a representação do gaúcho trabalhador e a produção de uma *distinção cultural*, Ruben George Oliven (1985 e 1992), Wilson Barp (1992), Rogério Haesbaert (1995) e Carlos Wagner (1995), dentre outros.

43 Sobre migração e memória para o oeste paranaense, ver Neiva Salete Kern Maccari (1999) e Róbi J. Schmidt (2001), dentre outros. Neiva, ao discorrer sobre os “motivos da vinda” de famílias do Rio Grande do Sul para o oeste do Paraná, ressaltou que para muitos de seus entrevistados houve um impacto no momento da chegada: um “abalo conseqüente de um sentimento profundo de ainda pertencer ao seu local de origem pois, aparentemente, antes de migrar para este novo espaço físico, ocorre, por parte dos migrantes, um *processo de idealização do lugar de destino*” (p. 41, grifos meus).

44 Ver, sobre a migração para o oeste do Paraná, Valdir Gregory (2002) e, sobre a migração para o oeste baiano – e também sul do Piauí –, Rogério Haesbaert (1995).

45 Para Franco Ramella (1995, p. 19), “la información no es un bien “libre” en el mercado, disponible para todos en la misma medida: los individuos tienen una información limitada, dependiente de sus redes de relaciones” [tradução nossa: “a informação não é um bem “livre” no mercado, disponível para todos da mesma forma: os indivíduos detêm uma informação limitada, dependendo de suas redes de relações”]. Assim, relações de maior proximidade no lugar de origem, antes da migração, podem influenciar na troca de informações e definir, após a *mudança*, a migração de pessoas próximas, familiares ou parentes.

46 Ver Valdir Gregory (2000), dentre outros.

47 Re-ocupação e não ocupação, uma vez que expulsou grupos indígenas de suas terras imemoriais. Como bem assinalou Sarah Lurkiv Gomes Tibes Ribeiro (2000, p. 112): “Além de funcionar como

escoamento para excedentes populacionais de regiões que já não oferecem possibilidade de permanência no campo, a colonização age também para “nacionalizar” o oeste [paranaense, em especial], inserindo-o na lógica do capital, fazendo com que o mesmo contribua para o progresso do Brasil, o que significa expropriar os habitantes locais, os Guarani, de suas terras”.

48 Ver Keith Derald Muller (1986), Cecília Maria Westphalen e outros (1988), Tânia Navarro Swain (1988), Róbi Jair Schmidt (2001) e Valdir Gregory (2002), dentre outros.

49 Para o sul do Piauí, segundo Vicente Eudes Lemos Alves (2001, p. 12), os *novos grupos sócio-econômicos nos cerrados*, a partir dos anos 1970, eram “agricultores individuais, em sua maioria capitalizados, e de algumas empresas de porte médio e grande associadas aos setores de produção agropecuário, de extração de calcário e de comércio de maquinários. No caso dos primeiros, são **agricultores descendentes de europeus** que nasceram na região sul do Brasil, sobretudo nas áreas produtoras de grãos do Rio Grande do Sul e Paraná. **Muitos deles**, no entanto, **não migram diretamente** daqueles Estados para o Piauí, mas **saem de fronteiras agrícolas brasileiras, com destaque para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ou seja, realizam uma segunda migração**” (grifos meus).

50 Ver, sobre a migração de brasileiras e brasileiros, em especial sulistas, para o Paraguai e a Argentina, Marcia Anita Sprandel (2002). Para a autora, depois da re-ocupação das terras de Santa Catarina e Paraná, no Centro Oeste e na Amazônia, para “milhares de famílias camponesas, então, cruzar a fronteira e ingressar em terras estrangeiras foi a opção que restou” (p. 188).

51 Ver, sobre Rondonópolis, Luci Léa Lopes Martins Tesoro (1993), em especial o capítulo VI: “Nas malhas do imenso tapete negro”.

52 Francinete Perdigão e Luiz Bassegio (1992) discorreram sobre a ocupação de Rondônia e a “trajetória da ilusão”, denunciando que, assim como em outros lugares de destino, ali também milhares de migrantes vieram seus sonhos se desmoronar.

53 Ver Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991), em especial “A transformação dos camponeses em capitalistas” (p. 21-22).

54 Em Rondonópolis, por exemplo, grandes proprietários e empresários rurais já desenvolviam, em seus lugares de origem, atividades urbanas, mescladas ou não à atividade agropecuária. Ver Dimas Moraes Peixinho (1998) e Jones Dari Goetert (2000), dentre outros.

55 Os lugares onde a expansão da fronteira agrícola se processa, pela sua relação direta com a industrialização da agricultura, monocultura e latifúndio, são, em grande medida, dinamizadores de atividades profissionais como de mecânico e motorista (caminhoneiros, tratoristas, maquinistas...). Estes lugares passam a se constituir, então, como pontos de referência importantes para a migração de trabalhadores com tais perfis profissionais, constituindo-se também, em relação aos lugares de origem, lugares de *sonho*, lugares de *utopia*. Maria Antonieta da Costa Vieira (1989) aludiu aos lugares de sonho e utopia de lavradores devotos de Padre Cicero, sempre rumo ao *pôr-do-sol*, rumo à fronteira, ao “lugar de utopia”: “Elas [as fronteiras] marcam o limite entre o conhecido e o desconhecido, e podem ser o lugar do novo, do sonho”, um “sonho de liberdade”. Motoristas e mecânicos do sul não eram ou não são lavradores! Contudo, muitos deles – com ou sem a família – fizeram do Centro Oeste e Amazônia lugares de sonho, como Werner. Perspectivas semelhantes se colocaram também para outros movimentos migratórios no Brasil, como do interior para a capital paulista; o depoimento de um destes migrantes foi enfático: “A vida no interior era difícil. Eu era mecânico de automóvel e não tinha muito futuro. Aqui em São Paulo é melhor” (em Leôncio Martins Rodrigues, 1970, p. 8).

56 “FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE: aqueles que acompanham os movimentos do capital, na condição de assalariados e potencialmente assalariados” – a sujeição do trabalho ao capital (Olga Maria Schild Becker, 1986, p. 63).

57 A “determinação” como parte da experiência de classe, materializada no viver de cada sujeito. Como apontou Edward P. Thompson (1981, p. 189), ao discutir “O termo ausente: experiência”, a “experiência foi, em última instância, gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social”. Na migração gaúcha para Rondonópolis, as e os migrantes *fazem-se* migrantes e gaúchas e gaúchos em lugares distantes do Rio Grande do Sul, definidos e definindo-se como *sujeitos* de condições estruturais e conjunturais – sujeitos-sujeitados –, mas também como portadores de uma autonomia relativa – sujeitos-sujeitos.

58 Ecléia Bosi (“Cultura brasileira – temas e situações”, s/d, p. 17) salientou que “Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão”.

59 Rondonópolis – mas também o Mato Grosso como um todo – cresceu vertiginosamente nas últimas décadas, passando de 82.293 habitantes em 1980 para 150.227 em 2000, com população estimada, para 2003, de 158.391 (cf. dados do IBGE [www.ibge.gov.br, “cidades”, em 24/09/2004]).

Este crescimento populacional, paralelo ao desenvolvimento econômico, possibilitou, segundo Flávio Antonio da Silva Nascimento (1997), a *aceleração temporal na fronteira*, “que em 40 anos realizou a trajetória da ocupação à integração econômica” (p. 24).

60 Pierre Bourdieu (2001, p. 1-2), em nota “Ao leitor”, introduzindo uma série de textos que, metodologicamente, tiveram como centro a análise de fontes orais, reportou-se a Spinoza para *alertar* “o sociólogo” – que também poderia ser o geógrafo, o historiador... – a “Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender”; para Pierre Bourdieu: “tomar as pessoas como elas são”.

61 Para José Moura Gonçalves Filho (1995, p. 112), com base em Ecléa Bosi, os lugares da cidade são apreendidos, lembrados e falados diferentemente entre *gentes* que deles lembram e falam: “as experiências, os afetos imanizaram os lugares, demarcando núcleos em torno dos quais vão gravitar as lembranças”. Pode-se acrescentar que também os *desafetos* imanizam os lugares, aparecendo na fala carregados de imagens negativas – ao *lado* dos lugares pensados em sua positividade –, como nos lugares de Maneco.

62 Alessandro Portelli (1997, p. 33) ressalta que a memória também forja mudanças no passado, revelando “o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico”. Maneco fala do presente para o passado; os lugares e seus respectivos adjetivos surgem para dar significação à trajetória migratória e às tendências e possibilidades a partir do momento da fala. Dai assumirem, os lugares, uma centralidade decisiva.

63 De acordo com Eliseu Savério Sposito (1983, p. 82), ao estudar a *migração e permanência das pessoas nas pequenas cidades*, é possível, a princípio, elencar quatro *variáveis* sobre a migração e permanência: (1) a situação do indivíduo dentro do grupo social; (2) a distância do centro menor aos centros maiores; (3) a oferta de serviços e a satisfação territorial; e, (4) o circuito da economia ao qual o indivíduo pertence, seja no momento da migração ou ao longo de certo tempo de sua vida.

64 Roger Chartier (1991, p. 177), ao discorrer sobre a crise das Ciências Sociais e o papel da História, destacou que toda prática e estrutura são também produzidas por representações, “contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”.

CAPÍTULO 2

Fazer-se sujeito do jeito do lugar chegado

1. “Isso aqui já era um lugar de futuro”

As migrações tendem a seguir um *caminho*: de lugares que apresentam perspectivas de instabilidade, estagnação ou empobrecimento, para lugares que apresentam perspectivas de estabilidade, crescimento e enriquecimento. Cada um destes componentes assume a devida importância dependendo de cada sujeito, principalmente do lugar social que ocupa nas relações tanto do lugar de origem como do lugar de destino. A ênfase nas condicionantes econômicas, no entanto, deve atentar para as possíveis e até imprescindíveis relações com condicionantes de ordem familiar e subjetiva, incluindo, aí, as *redes* de informação que se desenvolvem entre “pontos” que podem desencadear a *mudança* ou a permanência.

As representações dos lugares assumem, na troca de informações entre *gentes* de *cá* e de *lá* – dos possíveis lugares de destino e de origem –, papel importante e, muitas vezes, até determinante na construção de expectativas sobre os *lugares de futuro*. Essa construção se dá, no mais, em duplicidade, uma vez que na elaboração de expectativas positivas ou cautelosas sobre os lugares de *lá* também acabam se projetando expectativas negativas sobre os lugares de *cá*. Isso não significa afirmar que a construção das expectativas sobre ambos os lugares ocorre simultaneamente, mas que as expectativas sobre possíveis lugares de destino fazem com que haja uma aceleração das expectativas negativas sobre o lugar a ser *deixado*. Assim, as informações e os contatos podem definir uma *mudança* imediatamente, mas que, explícita ou implicitamente, já vinha se *gestando* para sujeitos com potencialidade migratória, que pode diferir muito entre irmãos, familiares e parentes.

João, entre mil novecentos e oitenta e sete e mil novecentos e noventa, em Santo Ângelo, encontrava-se em situação passível de migração: recém

separado, com dificuldades de emprego, trabalho braçal... O contato com o cunhado que já morava no Mato Grosso e as informações sobre o lugar, articuladas às condições postas no sul, desencadearam a primeira ida em mil novecentos e oitenta e sete. Desencadear, aqui, assume o significado de *determinação em primeira instância*. No contato e nas informações levadas pelo cunhado – “como ele falava aqui” – o lugar Mato Grosso se re-apresenta em João como “muito bom pra ganhá dinheiro, na época, agora já tá ficando explorado, ainda tem muito campo ainda...” Mato Grosso era vislumbrado, “na época”, como um lugar “muito bom pra ganhá dinheiro”... O contraponto ao lugar do sul. Daí, a migração.

A primeira representação sobre o Mato Grosso ultrapassa a informação do cunhado e abrange o próprio tempo de permanência no lugar, na medida em que introduz uma leitura *atualizada* sobre as possibilidades em “ganhá dinheiro”: “agora já tá ficando explorado” – em dois mil e um. Mesmo assim, “ainda tem muito campo ainda”, ressalta. Assim, insiste em reafirmar que, comparativamente ao sul, ali está melhor. Sobretudo, no “já tá ficando explorado”, João aponta, indiretamente, a velocidade – onze anos – do crescimento das atividades ligadas à economia rondonopolitana, o que, implicitamente, corrobora para o entendimento de que a migração de outras trabalhadoras e de outros trabalhadores, qualificados ou não, foi um *continuum* também na década de noventa.

Já Bibiana, com catorze anos, “em hipótese alguma” participou da decisão na *mudança* do Rio Grande do Sul para Rondonópolis. Contudo, a posição dos pais – influenciados por um filho que já morava no Mato Grosso – acabou sendo apreendida com entusiasmo por Bibiana:

naquela época, foi uma perspectiva muito grande, porque meus pais sempre foram muito sofrendores na lavoura, aqueles agricultores que viviam do leitinho, todo dia acordando três horas da manhã pra tirá o leite, pra fazê o queijo, pra sobrevivê e pra mantê os filhos. Como já tinha um irmão que morava aqui no Mato Grosso e que falou muito bem de Mato Grosso, inclusive essa que foi a influência, ele que comunicou que era pro meu pai vendê as terrinhas lá e que ele ajeitaria tudo pra gente morá pra cá. Então eu, na época, adorei a idéia.

Nesse pequeno excerto da fala de Bibiana aparece com extrema nitidez *fatores de expulsão* e *fatores de atração*. Nos primeiros, a centralidade é dada pelo sofrimento; nos segundos, por expectativas positivas decorrentes da influência do “irmão que morava aqui no Mato Grosso”. O árduo trabalho no sul – “acordando três horas da manhã” – é contraposto à possibilidade

levada pelo irmão, “que falou muito bem de Mato Grosso”. O lugar distante aparece, então, como não-sofrimento.

É importante destacar que milhares de agricultores ou colonos no Rio Grande do Sul, principalmente espalhados pelas zonas de colonização antigas e mais recentes, continuam se dedicando ao trabalho agrícola – “sofredores na lavoura” –, sobrevivendo do “leitinho”, madrugando nos dias de verão ou no frio do inverno, tirando o leite das vacas “pra sobrevivê e pra mantê os filhos”... Por isso, ao retratar parcialmente a vida dos pais em pequena propriedade no Rio Grande do Sul, Bibiana possibilita a produção de uma imagem sobre a vida e o cotidiano de muitas trabalhadoras e de muitos trabalhadores gaúchos¹.

No entanto, nem todas gaúchas e todos gaúchos migraram! A anterior migração do irmão para o Mato Grosso, posteriormente influenciando os pais de Bibiana, assume o componente principal para a efetivação da *mudança*. *Ajeitando* “tudo pra gente morá pra cá”, o irmão acabou definindo o *lugar de futuro* dos pais e de Bibiana. Mais do que as informações e a percepção das agruras de uma existência que se desenrolava na pequena propriedade dos pais e irmãos no sul, é o irmão que *assume* a migração de parte da família ainda no Rio Grande. O *ajeitar* – “ele ajeitaria tudo” –, em certo sentido, também pode ser percebido como fundamental para o próprio *ajeitar-se* migratório, daquelas e daqueles que deixam um *jeito* para se acostumar com um *jeito* novo, de um novo lugar.

O arremate de Bibiana sobre o sofrimento e a migração é profundo e comovente: “então nós sempre fomos muito sofredores e eu adorei a idéia por causa dos meus pais, na época, porque eu pensei: eles vão se libertá dessa vida sofrida”. A migração como *libertação*. Os salvadores: o irmão e o novo lugar. A fala soa, também, como evocação profética...

Afinal, não é *a voz do povo, a voz de Deus? Do vento...*

A voz do vento também pode ser *a voz da tia*... Werner se reporta à tia do Mato Grosso ao falar do novo lugar representado antes da migração:

eu tinha a tia, né, que essa tia que nós viemo oiá, tinha ido, elas, eles [os pais] sempre ia lá, a cada quatro anos; era menino, quando era pequeno, ela queria me trazê embora, mora aqui, que aqui era bom, mas o pai não dexô, né, eu era rapaz, ela foi umas três vez lá, mas eu era solteiro, né, daí sempre eu falava: ‘eu vô pra lá, tia’... Mas como é que largava o véio, né, era eu e o Paulinho, que era os, nós que trabalhava, aí depois quando os outros cresceram, os dois mais novo, né, aí não teve mais jeito, daí casemo e ficamo morando junto, comendo na mesma panela, tchê, como se fala, né?

Falava para a tia que “eu vô pra lá”. Porque, por ela, sabia-se que “aqui era bom”. A tia “queria me trazê embora”, mas “o pai não dexô”. Werner cresceu. Trabalhava com o irmão e não podia *largar* “o véio”. Sem “jeito”, casou. Com a esposa ficou morando junto e “comendo na mesma panela”. “Tchê” gaúcho. No Paraná. Se as visitas da tia, quando pequeno, influenciaram na tomada de decisão na *ida* para o Mato Grosso, é pouco provável. Surge, contudo, através da fala de Werner, como componente de recriação de um momento em que o Mato Grosso se colocava como lugar distante, mas também como um lugar “bom”. Assim, projeta para a narrativa um elemento da infância que, agora no Mato Grosso, inscreve-se como motivador para a *migração*.

Mas, no momento da migração, “quando eu cheguei aqui, quase desmaiei”. A surpresa ruim, a surpresa boa e o tio:

quando eu desembarquei na br [rodovia], lá na br, quando entra na, não sei, você sabe aqui, lá na São Vicente, pra cá da fazenda, no posto Serrano, quando desci da, que vinha só eu, era tudo aquele serradim, aquela areinha pequena, disse ‘tô morto’. Aí desci ali, só o cascalho véio brabo, e aqui que dá aqueles capim, né, daí meu primo falô: ‘não, isso aqui é assim memo? Aqui, aqui é ruim, só tem lugar, que cobra, pedaço de pau aí tal, mais você vai vê mais pra frente’. Aí ficamo ali com as mala e ele com as malalinha que ele levô [risos], aí nós viemo de caminhão, ele era conhecido da região, fomo pra, e ele, nós conversando, ele conversando, e só aquele areião assim, aquele areião que os caminhão ia, meu Deus do céu, de cascaio, aquele cascaio num dá nada, daí um poquinho começô a vermelha, a terra, daí já, daí só pegô terra boa, aí uns dez quilômetros da fazenda que era só aquela terra vermelha, terra vermelha, ‘opa!’. E é onde é a fazenda que eu fui trabalhá, daí, ave Maria, soja era a coisa mais linda, milho, daí pronto, daí fui lá no tio da, onde o tio morava era terra ruim, era um meio brejo, muitos anos de Mato Grosso, teve uma terra ruim, e hoje ainda...

“Tô morto”!

O princípio desolador contrapondo-se ao “aqui era bom” da tia, na infância. “Serradim”, “areinha”, “cascalho véio brabo”, “aqueles capim”, “cobra”, “pedaço de pau”... E “você vai vê mais pra frente”! Uma cena da vida real migratória: “aí ficamo ali com as mala e ele com as malalinha”.

“Meu Deus do céu”...

Aqui, na *Terra*, o caminhão e “aquele cascaio [que] não dá nada”. Daí a pouco a “terra vermelha”. “Opa”! “Ave Maria”, soja e milho: “era a coisa mais linda”... Mas, “no tio”... “Era terra ruim”. E “muitos anos no Mato Grosso”, e “hoje ainda”...

Maria, a esposa, gostou do Mato Grosso:

eu gostei, eu cheguei foi em Jaciara [cidade há setenta quilômetros de Rondonópolis, na rodovia em direção a Cuiabá] né, fiquei em Jaciara, [o Werner] trabalhava na fazenda, aí quando descemo em Jaciara, na casa de uma prima dele, aí eu não sei se a vontade era de vim ficá junto, que a gente tava longe, era tanta que, eu nunca senti assim, falá ‘aí porque que eu saí de lá’, nunca, nunca, nunca, toda vida se eu tivesse vindo antes, acho que teria sido melhor... Eu não tive assim aquela impressão que ‘aí meu Deus, onde eu vim pará?’ De jeito nenhum, eu pra mim, foi, sabe, eu tive a impressão quando eu cheguei aqui, que ia sê bom; foi muito difícil, nos primeiros tempo, nos quatro, cinco anos a gente batalhou muito, muito mesmo, muito difícil, mas depois as coisas foram melhorando, né?

A distância espacial e temporal que separavam Maria do marido – que viera na frente para trabalhar de motorista em fazenda –, certamente aumentaram as expectativas positivas frente à migração: “não sei se a vontade era de vim ficá junto, que a gente tava longe”. Na chegada “na casa de uma prima dele”, Maria tem a impressão que “se eu tivesse vindo antes, acho que teria sido melhor”. Diferente do marido, não rogou a Deus por ajuda, porque estava convicta de “que ia sê bom”. Se o início fora difícil, a “batalha” em quatro ou cinco anos possibilitou a constatação de que “as coisas foram melhorando”.

Werner, o marido, veio primeiro para o trabalho de motorista. Maria, a mulher, *seguiu* o marido. O primeiro sentimento do marido e pai Werner parece ter sido de angústia e preocupação. Da esposa e mãe, de alegria e ansiedade. A condicionante para a migração dele e dela foi a mesma: melhorar as condições de existência. Mas, a confrontação de cada um com o novo também depende do lugar que ocupam nas relações familiares. Aqui, no casamento. A decisão maior sobre a migração parece ter sido de Werner, o que aumentava sua responsabilidade diante das dificuldades ou das melhorias encontradas no Mato Grosso. Maria acompanha e, por isso, também acaba desenvolvendo o papel de motivadora e estimuladora para que tudo ocorra bem. Porque sua intuição – talvez feminina – *dizia* “que ia sê bom”.

De maneira semelhante a Werner, também Antônio resgata *parte* da infância ao referir-se sobre o Mato Grosso, como uma “paixão”:

quando nós morava no Rio Grande do Sul, meu finado avô, naquela época, ele há muitos anos atrás, ele comprô terra lá no Porto dos Gaúchos

[município do centro-norte mato-grossense], e desde aquela época eu sentia paixão por Mato Grosso, tinha aquela vontade e fui falando em Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso, e me deu aquela paixão, e pensei: o dia que eu for embora daqui eu vô pro Mato Grosso.

O avô e a compra de terras em Mato Grosso: uma “paixão” que foi se projetando na própria intensidade da fala: “e fui falando em Mato Grosso, Mato Grosso, Mato Grosso...”

“O dia que eu for embora daqui” chegou, para Antônio, em “julho de setenta e sete”: “aí, quando foi no último ano que eu tava lá em Quatro Pontes, foi em julho de setenta e sete, eu vô fazê uma viagem, daí eu fui conhecê o Mato Grosso, fui até lá em Sinop [município do centro-norte do estado], e quando eu cheguei aqui em Rondonópolis me deu aquela, aquela vontade, aquela paixão, aquela alegria, aquela alegria: ‘é aqui que eu vô ficá’”.

Uma viagem de “reconhecimento”: Sinop, Rondonópolis... Nesta última, a “paixão” por Mato Grosso – o geral – se singulariza sobre um lugar específico: em Rondonópolis “me deu aquela, aquela vontade, aquela paixão, aquela alegria, aquela alegria”. E “é aqui que eu vô ficá”.

Depois da viagem – em julho de setenta e sete – Antônio se convenceu de que Rondonópolis poderia ser o *seu* lugar. Seu *lugar de futuro*:

naquela época, quando eu cheguei aqui em Rondonópolis, fui lá até Sinop, quando eu voltei, gostei daqui. Aí cheguei lá em casa e ‘mãe, eu vô pro Mato Grosso’. Só que eu não falei nada para ninguém, não falei nada para ninguém: ‘eu não sei ainda, mas tem um lugar que eu gostei’... Aquilo ali me atraiu. Quando eu cheguei ali no trevão [trevo de acesso a Rondonópolis, para quem vem do sul ou do leste, e onde está localizado o posto de combustíveis “Trevão”], ali naquele quartel [quartel do Exército], aquilo me encantô, a cidade me encantô, gostei daquela cidade.

A passagem primeira por Rondonópolis, como por encanto – “aquilo me encantô, a cidade me encantô” – fez crescer a vontade – e a “paixão” – em viver no lugar.

Era mês de julho, o mês das férias escolares de inverno no oeste do Paraná. A passagem pelo Mato Grosso redobrou a “paixão” pelo lugar – agora direcionada para Rondonópolis – e, em decorrência, a possibilidade de efetivação de uma *mudança*: “aí eu voltei [para Quatro Pontes, depois da viagem], terminei o segundo grau, contabilidade lá em Rondon [Marechal Cândido Rondon], naquele ano, já com a mentalidade de vir para Rondonópolis”.

Paraná. Paixões². *Ventos* e amor. E *tempestades* de traição...

A partida.

A “paixão” pelo lugar distante fez-se concomitantemente à decepção de uma paixão próxima, que “não, não podia continuá de jeito nenhum, não tinha, vamos dizer assim, vontade de ficá, foi uma decepção”...

Uma “decepção”? Sim:

eu vô te explicá: foi uma paixão, foi o fim de uma paixão, uma menina que eu gostava muito, namorei, depois não deu certo, ela me traiu com outro, aí eu me decepcionei. Então eu resolvi enfrentá uma nova aventura, uma aventura, né, uma nova vida, né, pra desfazê daquilo lá, esquecê, então tinha que í num lugar bem longe, onde ninguém me conhecia, foi ali que aliviei minha dor, meu sofrimento, enfrentei e graças a Deus...

Antônio e “uma menina”.

Uma paixão e a traição.

A decepção.

Uma aventura para esquecer, “desfazê daquilo”, “onde ninguém me conhecia”. Aliviar a dor e o sofrimento, “num lugar bem longe”. A “paixão” por Mato Grosso e por Rondonópolis, agora, parece tomar certo sentido para além de um *instinto toponímico* por lugares mato-grossenses. O próprio termo “paixão” é desviado de seu lugar relacional comum – entre pessoas – e invade a relação entre *gentes* e lugares. De uma decepção conjugal, Antônio parece projetar uma “paixão” por um lugar.

A migração de Antônio transcende condicionantes econômicas e se inscreve no *rol* da subjetividade, do relacionamento interpessoal, conjugal. Isto não retira de *cena* imperativos ligados ao trabalho e ao econômico; mas, no mínimo, os relativiza. Às perspectivas de trabalho em Quatro Pontes e à permanência no Paraná, Antônio sobrepõe a decepção: “tê tinha, né [perspectivas de trabalho], mas eu não tinha mais vontade de ficá lá, me decepcionei duma vez...” A condicionante principal, reafirma, “foi a paixão”. Ou a decepção dela: a traição. O fim.

Mato Grosso, e em especial Rondonópolis, passou se a constituir como lugar de um reinício. Lugar longe da decepção, do passado e da traição:

eu vô embora daqui, embora para bem longe, naquela época a gente achava longe, hoje não é mais longe, hoje não é nada, tem asfalto e em um dia você vai, né, é um pulo, né, você sai cedo de lá de carro e a noite você tá lá, se você for andá cem quilômetro por hora, em dez horas você tá lá. Hoje se tornô tudo mais fácil, naquela época não tinha asfalto, não tinha nada, foi um salto muito

grande, uma dificuldade muito grande, naquela época a cidade era bem menor, naquela época tinha uns trinta e sete, tinha uns quarenta mil habitantes...

Eram dois dias de viagem – “naquela época, dois dias” – entre o lugar *deixado*, da decepção, e o lugar *desejado*, da nova “paixão”. A “paixão” pelo lugar. Lugar da não-decepção. O lugar do refúgio, “bem longe”...

Mas a migração contínua de outras gaúchas e de outros gaúchos – e também de catarinenses e paranaenses para o Mato Grosso, motivada ou não por decepções nos lugares de origem – desfez a possibilidade de Antônio viver “onde ninguém me conhecia”:

e pensando que eu não ia encontrá ninguém, nenhum parente meu, nenhum conhecido. Quando eu vi, tinha conhecido na minha frente [risos], tinha um tal de Gringo aí, que trabalhô junto com nós no finzinho lá em Quatro Pontes, quando eu vi tava na minha frente. E eu digo: ‘tá lôco’. Outro era o Paulo, ele era vizinho do bar do meu pai lá no Rio Grande do Sul, quando eu vi ele táva aí: ‘ué, você tá por aqui também?’ É, você vê que esse mundo é pequeno, era tudo conhecido lá do sul, lá do sul, e chegando aqui, no fim nós fizemo amizade e a nossa amizade continua até hoje. O Paulão, o Gringo morreu, morreu matado, e o Paulão até hoje quando nós se encontra na rua é aquela amizade, aquele papo gostoso, um conversa com o outro.

Três gaúchos e um chimarrão. Antônio, Gringo e Paulão. O primeiro traído em Quatro Pontes; o segundo “trabalhô junto com nós” no Paraná; e o terceiro “era vizinho do bar do meu pai lá no Rio Grande do Sul”. E a conclusão: “esse mundo é pequeno”. A amizade fez-se logo. O amigo Gringo “morreu matado”. E o Paulão “até hoje”, quando se encontra com Antônio – “na rua” –, é “aquele papo gostoso”. Um papo gostoso que vinha da “época” de Rio Grande do Sul, mesmo que lá não se conheciam: “naquela época ele [Paulão] era moleque também, só que não conhecia ele; foi depois que nós veio de lá, aqui que nós nos conheceu, [porque] eu conhecia o pai dele, o pai dele sempre gostava de jogá muito baralho com o meu pai, eles moravam lá numa vila deles, eu não sei qual era; até hoje nós somos amigos”...

O reencontro com dois “conhecido”, naquele momento de busca de um lugar “onde ninguém me conhecia”, ao contrário do provável, não redundou em mais uma decepção, e sim foi parte de um início de construção de novas relações, muitas delas se dando na confluência de relações passadas, mais próximas – como com Gringo – ou mais distantes – como com Paulão.

A *idéia* de Antônio sobre o Mato Grosso – uma “paixão” – nem de

longe “roçava” a concepção sobre o mesmo lugar em Licurgo, que “não tinha nem idéia” do que poderia encontrar em terras mato-grossenses: “eu tinha mais ou menos algumas informações, mas do Mato Grosso do Sul, mas agora do Mato Grosso do norte não sabia completamente nada”. Salienta, contudo, que “tinha um pôco de curiosidade”...

Licurgo, esposa e filhos – diferente de Antônio e Werner – migraram *acompanhando* o irmão, cunhado e tio. Para eles, a motivação principal era o trabalho e não um “sonho” – como para Werner – ou uma “paixão” – igual a Antônio. Por isso, ao lado da perspectiva do trabalho, apenas um “pôco de curiosidade” parecia seguir viagem junto com eles.

Alice – a esposa – fez a *mudança* para o Mato Grosso com grande expectativa:

muito animadora... Só que o que me preocupava muito, que eles falavam muito que tinha cobra, que tinha coisa assim, aí, até o dia que, inclusive, nós viemo de mudança tinha uma cobra muito grande no meio da rua, e os menino ficô bem assustado. Mas, pra mim, só depois que nós viemo morá aqui que eu sofri um pôco, que o clima eu não aceitei bem... Eu toda a vida, se for pra mudá, eu mudava.

O problema: “falavam que tinha muita cobra”. E “tinha uma cobra muito grande no meio da rua”. No meio da rua tinha uma cobra, tinha uma cobra no meio da rua... Mas só “os menino ficô bem assustado”. Para Alice, o problema maior foi o “clima”, que “eu não aceitei bem”. As cobras e o “clima” foram os dois principais contratempos. Já a migração parecia fazer parte de Alice, pois “toda a vida, se for pra mudá, eu mudava”.

E a decisão, também segundo a esposa de Licurgo, envolveu a ambos, ela e o marido: “assim, acho que foi dos dois, foi dos dois... Nós, no nosso casamento, nós sempre conversava e disse que ia junto, eu sempre falava: ‘se é bom pra nós, então a gente vai’”. O “se é bom pra nós” também apresenta, pelo menos implicitamente, as expectativas que se colocavam sobre o Mato Grosso. O expectável positivo. “Então a gente vai”.

A migração assim expressa – “se for pra mudá, eu mudava” – também demonstra que a sucessão de lugares migratórios pode ser constante, fazendo das *saídas* e *chegadas* relatos abreviados de quem fala...

De cá *pra* lá, de lá *pra* cá e de lá *pra* acolá, as *mudanças* parecem ínfimos “pontos” na memória de Maneco: da “serra” para Três Passos, de cá para o “sudoeste” do Paraná, de lá de volta para o Rio Grande do Sul, de acolá para Marechal Cândido Rondon (“hoje em dia é Pato Bragado”),

de dali “pra casa dela” (da filha) e, ainda, “pra cá”, o “cá” de Mato Grosso: “mas, foi em oitenta e quatro que viemo pra cá, foi, isso, e assim tô até hoje aqui ainda. Eu conheci isso aqui já era um lugar de futuro, como pra lá que pra pobre não vale nada, aqui quem não tem nada aqui véve bem, querendo trabalhá véve bem”.

O Mato Grosso surgia como um “lugar de futuro”, em mil novecentos e oitenta e quatro. Era o contraponto ao lugar onde “pobre não vale nada”. Como elemento diferenciador de “cá” “pra lá” também se colocava o trabalho, porque “querendo trabalhá véve bem”. As possibilidades postas para a sobrevivência – ou o “véve bem” – tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná pareciam menos favoráveis que no Mato Grosso – aqueles não eram *lugares de futuro*.

Esta oposição entre lugares – “de futuro”/”pra lá que pra pobre não vale nada” – corrobora na produção de representações que caminham na direção da construção de justificativas para as *mudanças*. Ou seja, a migração é tanto um ato que coloca em movimento o corpo – o *fazer* – como molda-movimenta a consciência sobre o próprio ato – o *pensar*. O *fazer* e o *pensar* migratórios acabam sinalizando, assim, o movimento que tanto participa na mudança dos lugares como na mudança dos migrantes. Uma mudança em especial na forma de *ver* os lugares *deixado* e *chegado*.

Mato Grosso, para o pai de Ana, revelava-se como um “lugar de futuro”. Este “lugar de futuro”, no entanto, colocava-se acompanhado de uma condicionante imprescindível: o trabalho. Lugar mais trabalho: igual a futuro! O lugar Mato Grosso, para o pai de Ana, colocava-se, naquele momento, como uma possibilidade de vir a ser um lugar *bom*. O componente trabalho colocando-se como o diferenciador entre quem chegaria no “lugar de futuro” e entre quem não chegaria. O trabalho assume – e não o capital – a centralidade para quem “querendo trabalhá véve bem”.

Se o trabalho participava como possibilidade de “lugar de futuro” para o Mato grosso, o mesmo parecia não se dar em relação aos lugares de origem: o Rio Grande do Sul e o Paraná. Ao contrário, outra oposição é detectada, mesmo que sub-repticiamente: a oposição pobre/rico. Esta *discreta* oposição – em “pra lá que pra pobre não vale nada” – dismantela para os lugares de origem o trabalho como condição de construção de “lugar de futuro”, diferente da colocada para o Mato Grosso. Ou seja, mesmo a condição de trabalhadora ou trabalhador no sul parecia não se colocar como componente unicamente necessário para o alcance de um “lugar de futuro” e, ainda, para a *simples* permanência no lugar.

A produção de representações em oposições permeia os diferentes lugares e também o interior deles. Uma produção, ressalta-se, por vezes implícita e até mesmo involuntária. Por vezes, também, com a acepção de apenas um elemento do par em oposição. O “lugar de futuro” para o Mato Grosso. O não-lugar “pra pobre” no sul. Pode viver bem no Mato Grosso aquele que trabalhar.

A produção de representações sobre os lugares é resultado da acumulação de vivências e experiências, perto ou longe deles, participando da *tessitura do nosso universo social*³. A representação sobre lugares do passado e do presente se dá, em especial, sobre a vida neles transcorrida, sobre as informações deles e sobre informações de lugares outros, inclusive não conhecidos pelas vivências e experiências de quem representa. Toda *mudança* de um para outro lugar é movida, também, pelas informações que se têm do lugar para onde se vai. Ao lado das informações, são os possíveis contatos anteriores que influenciam grandemente na decisão de partir e na própria partida.

Maneco, o pai de Ana, não migrou só. Aliás, migrou acompanhando filha, genro e netos. Sobre o Mato Grosso, tinha:

informações nenhuma. Não. A única informação que o genro [marido de Ana], que o, fez, ele ia trabalhá na Gravataí, na Fazenda Gravataí. Então ele veio numa direta pra í lá, né? Eu vim junto com eles, e quando o gerente de lá viu as minhas ferramentas, ficô sabendo que eu trabalhava de carpinteiro, eu disse: ‘eu vô fica aí, se eu ganhá um pouco de dinheiro eu vô me mandá, eu vô pro norte’. ‘Não, você fica por aí, não vai pra lá’, aí eu fiquei ali. Ali eu fiquei dez meses na fazenda, depois pedi demissão, saí fora. Aí eu fui um ano lá pra cima, não deu certo, voltei aqui e fui pro pantanal, onde fiquei três anos.

No transcurso da fala de Maneco permanecem lacunas. Simples lacunas. Incógnitas. Incógnito como o lugar para onde foi depois da segunda *estada* no Paraná, em Marechal Cândido Rondon–Pato Bragado, anteriormente apontado. A síntese provocada pelo relato breve *diz*, mas pouco revela. A voz é ouvida, gravada e transcrita, mas os meandros permanecem ainda pontos inatingíveis em lugares pouco enunciados. A “timidez” na revelação persiste na última parte da fala: do sul para o Mato Grosso, “lá pra cima”, a volta para Rondonópolis e depois “pro pantanal”. Apontamentos em velocidade proporcional às “brechas” de um e de outro lugar.

O excerto permite, entretanto, a constatação de que a *mudança* de Maneco foi condicionada pela mudança da filha, do genro e dos netos.

O genro tinha emprego firmado: “ele ia trabalhá” em uma fazenda em Rondonópolis. O possível trabalho do pai de Ana – na mesma fazenda – parece ter se dado ao acaso, uma vez que o “gerente” da fazenda “ficô sabendo que eu trabalhava de carpinteiro”. Mesmo antes da consolidação do emprego, Maneco parecia ter claro que sua intenção não era a permanência na fazenda, apresentando uma propensão – “eu vô me mandá” – em *avançar*: “eu vô pro norte”. Na fazenda em Rondonópolis trabalhou dez meses. Após o pedido de demissão – “saí fora” – ficou um ano “lá pra cima”, retornou a Rondonópolis e depois ficou três anos no “pantanal”.

Se no sul “pobre não vale nada”, o emprego rápido na fazenda em Rondonópolis colocou-se como referência importante para a definição de um diferencial entre os lugares. No Mato Grosso havia trabalho – era um “lugar de futuro” – e “querendo trabalhá véve bem”. No entanto, a condição de trabalhador empregado não foi suficiente para a sua permanência no lugar. Neste caso parece que já havia uma anterior disposição e motivação para ir “pro norte”. Contudo, foram efêmeras tanto a permanência acolá quanto o retorno para Rondonópolis, suscitando uma nova migração, agora para o “pantanal”. O “lugar de futuro” é, por duas vezes, apenas ponto de passagem para Maneco: primeiro por dez meses e depois “voltei aqui e fui pro pantanal”. O “lugar de futuro” – com o seu corolário, o trabalho – e o emprego de carpinteiro na fazenda, foram condições insuficientes para a permanência.

“Lugar de futuro”. Lugar de passagem. Como o *vento*...

Quatro anos em Capanema – Paraná – também não fizeram com que Rodrigo mitigasse uma possível nova migração. Foi só “escutar” e “passear” pelo Mato Grosso para que se repetisse, agora para outro lugar, *mais pra cima*, expectativas positivas sobre um novo destino:

aí moramos quatro anos [em Capanema], e depois escutemo ali, eu vim passeá no Mato Grosso com o patrão, eu gostei demais do Mato Grosso, isso já em setenta e seis, setenta e cinco, setenta e seis, e naquele ano de setenta e seis casualmente encerremo o contrato lá e eu me lembrei de chapadão daqui, digo: ‘vô subi pro Mato Grosso’. Aí viemo pra cá, pro Mato Grosso, em setenta e seis.

Entre a possibilidade de renovação do contrato ou a procura de um novo trabalho no oeste paranaense e uma nova migração, Rodrigo e família *optaram* por esta.

Mas, o fim do contrato entre Rodrigo e o patrão não se deu sem “desentendimento”, o que, aliás, serviu como pressuposto, inclusive, para

o convencimento da esposa em relação à nova *mudança*: “ah, mas aí, isso ainda tinha colheita lá pelo mês de maio [no Paraná], daí nós, houve um desentendimento no final do contrato, eu falei pra ela: ‘ó, qué í pro Mato Grosso? Lá é bom, tal’, ‘vamo embora’, concordô, não [fez] nada”.

Para Rodrigo, contudo, o “desentendimento no final do contrato” e o fim do contrato em si, não significavam todo o fechamento das possibilidades de trabalho e também melhoria nas condições de existência. Mas, sobre as “condições” no Paraná, já se colocava uma perspectiva que se ia consubstanciando em projeto, em “sonho”: “lá [no Paraná] teria ainda condições, teria, mas é que o Mato Grosso virou um sonho, desde aquela primeira viagem, virou alguma coisa, a terra barata e tal, ‘quem sabe um dia consegue um pedacim de terra pra gente também’, era isso...”

“Era isso”! Os quatro anos no Paraná como empregado não dissolveram a expectativa de Rodrigo “consegui um pedacim de terra”. “Pra gente” – *pra* família. Ao contrário, desde a “primeira viagem” ao Mato Grosso, reavivara-se nele a possibilidade posta para a primeira *mudança* – do Rio Grande do Sul para o oeste paranaense. A terra.

A *mudança* do Paraná para o Mato Grosso foi parte do *movimento de transitoriedade migratória* de Rodrigo e família. A migração permaneceu inconclusa nos quatro anos no Paraná. Senão inconclusa, pelo menos passível de retomada para a concretização de “consegui um pedacim de terra”. O final dos quatro anos acabou articulando, nas relações em que Rodrigo e família estavam envolvidos, o “desentendimento” com o patrão no Paraná e o “sonho” da terra no Mato Grosso.

Um “sonho” camponês. “Um pedacim de terra”.

“Era isso”...

2. “Não consegui terra porque era difícil na época, era só fazenda”

O contato inicial com um novo lugar renova ou esmorece expectativas. A renovação é dada pelas relações que direcionam ou que podem auxiliar no estabelecimento de condições mínimas de trabalho – e de remuneração – ou na aproximação delas. O esmorecimento, ao contrário, projeta-se na medida em que as primeiras experiências tendem a indicar o esfacelamento da positividade na qual se construía o “desejo” de *mudança*. No primeiro caso acentuam-se as tendências de permanência e, no segundo, de uma nova *partida*. Ao mesmo tempo, ambas as tendências – permanência e

partida – podem oscilar para quem migra quando as próprias relações no lugar *chegado* oscilem do melhor para o pior ou do pior para o melhor. O “julgamento” será, nestes casos, sempre da mulher ou homem migrante na consideração tanto das condições encontradas no lugar como também na comparação com o lugar de origem ou mesmo um possível lugar outro, o que dependerá das informações e dos contatos sobre tal lugar ou lugares.

Werner e Maria migraram de Pérola do Oeste – Paraná – em mil novecentos e oitenta e cinco. A fala de Werner, intercalada por apontamentos e *correções* da esposa, foi longa... Mas, reveladora de momentos retumbantes de *saídas* e *chegadas* que, a princípio parecendo demonstrar um conjunto de deslocamentos sucessivos, acabam por *revelar* um *movimento migratório* único que participa, também, da *transitoriedade migratória* de Werner, Maria e filhos.

Werner inicia pela *causa da saída* do Paraná e segue a narrativa na balada das inúmeras outras *saídas* e *chegadas*, como se o percurso fosse um labirinto onde o caminho certo – apenas um – é cheio de falsas direções e falsos lugares, batendo em paredes e muros que dão para lugar nenhum, *daí* “voltando”, tentando outros e outros até o encontro da saída... E porque, neste caso, não há nenhum “fio de Ariadi” para guiar o caminho certo. O caminho, à primeira vista aleatório, persegue um *fio* claro: um trabalho e um “barraquinho”. Um lugar.

E assim Werner parece acompanhar o *vento*:

[saí do Paraná] por causa da dificuldade que tava lá, né, o Paraná tava ruim de serviço. Um dia encontrei um primo meu daqui passeá [que morava em Campo Verde – Mato Grosso], daí, contô que aqui era bom de serviço, e eu agarrei, e fiz as mala e vim de uma vez pra cá, cheguei aqui, tinha muito serviço mesmo, daí fiquei quatro meses, né, parado aqui, trabalhando, daí voltei pra buscá ela, sozinho, aí viemo morá no Campo Verde [município mato-grossense – duzentos e cinqüenta quilômetros a noroeste de Rondonópolis], perto de Campo Verde, dá o que, um quilômetro tava na fazenda, aí trabalhei numa fazenda, sempre, aí saí da fazenda e fui trabalhá num [fazenda entre] Cuiabá [capital do Mato Grosso] e Barra do Garças [município do sudeste mato-grossense, divisa com Goiás – trezentos quilômetros de Rondonópolis, aproximadamente], aí só fiquei um mês, daí fui pra uma fazenda de novo, trabalhava na Cacique, na Cacique fiquei seis meses, da safra, aí saí, meu irmão fingiu que tinha que vim junto, veio busca mulhé dele, aí ele arrumou na Camargo Corrêa, na firma de asfalto, pra Guiratinga [município ao norte de Rondonópolis – a cento e dez quilômetros], aí peguei, vazei pra tal de Guiratinga, nem conhecia, aí a mulhé foi passeá, lá pra vê a mãe dela no Paraná, aí a gente fico um mês, né,

aí depois ela veio, eu já tava em Alto Araguaia [cidade no extremo sudeste de Mato Grosso – duzentos quilômetros de Rondonópolis], trabalhando só, aí ela foi pra Alto Araguaia, né, fiquei mais o que, mais um mês lá, né?

Maria refaz parte da fala: “não, aí nós levamo a mudança, aí nós ficamos acho que seis meses... aí foi na época da troca de governo”...

Werner confirma: “é que era o Bezerra, ganhô do Frederico”...

Maria: “aí se acabô, ele acabô com o asfalto”...

Werner: “não, daí que que fizeram, me transferiram pra Nortelândia, na fazenda da Camagi, só mato, e ela ficô em Alto Araguaia, com os dois meninos”...

Maria: “eram dois meses”...

E Werner retoma, em sua fala um pouco atropelada – mas clara –, a *saga narrativa*:

daí fiquei lá dois meses, lá no, aí levei a um, daí eles mandaram a mudança, lá pra Nortelândia, daí nós ficamo um ano lá, aí acabô as obra que tinha na fazenda, lá na fazenda do Zezé de Camargo, daí eu ia trabalhá com a prancha de carreta, aí cabô as obra, mandaram tudo embora. Aí vim pra Jaciara, aí em Jaciara fiquei mais e fui trabalhá na usina, de cana, puxá cana, mas eu fiquei ‘o que?’, dois meses, né, é três, quatro meses, daí cabô o negócio da cana, daí eu arrumei no laticínio, no laticínio eu ia puxá leite de Cuiabá, fui vendê, começamo com duzentos, trezentos litros de saquinho, pra vendê aqui em Rondonópolis, aí foi quando, quinze dia já não cabia mais no caminhão, aí dobramo, eu e o meu irmão, aí eu fazia uma viagem, ele outra, daí fiquei aqui uns mês e meio aqui, mais o serviço era muito cansativo, pegá de madrugada, quatro hora da manhã saí de Jaciara, daí fazia Dom Aquino, Juscimeira, São Pedro da Cipa e aqui em Rondonópolis, tudim, daí volta, í em Cuiabá carregá e dexá, chegava meia noite de volta e dexá carregado pro outro fazê as tarefa no outro dia, aí saí. Aí eu tinha vontade de vim trabalhá com ônibus, aí saí de lá e vim pra, pra Rondonópolis e arrumei serviço na Rubi, expresso Rubi, daí eu fiquei quatro meses na Rubi, saí ‘meu irmão’, ficou acho que um ano e pouco, daí eu passei já pra uma empresa melhor, né, pra São Luís, que é do mesmo dono, mais lá era só interestadual.

Maria complementa: “aí nós já morava aqui, nós mudô pra cá em oitenta e oito”...

Retoma Werner: “daí mudemo, só seis quadra pra cima, aluguel, daí fui indo, fui indo, trabalhei na São Luís dois anos, daí saí da São Luís pra pegá o acerto e vim pra minha casa, né, aí compramo essa aqui, né, é um barraquim”...

Maria: “já tinha comprado o terreno pra um barraquinho, aí foi, construimo”...

E vai Werner:

daí arrumei, daí um lado era pra Tita, o outro lado era, existia só as duas, três peças, né, daí saí da São Luís, dois ano e pouco, aí já entrei na Andorinha, direto, pedi conta da São Luís pra entrá na Andorinha, aí deu baixa na antiga Eucatur, e aí assino na, aí fiquei três anos, aí desses três anos fiz acerto, saí, daí eu já tava mais ou menos, eu tinha uma motinha, não, eu já tinha um carro já, né?

Maria: “acho que era moto”...

Werner “acelera”:

é, tinha uma moto; aí depois, daí fiquei, entrei já na Expresso, na Viação daí, São Luís, daí fiquei dois anos, lá eu já saí mais mió ainda, já tinha arrumado muita coisa na casa, já tinha comprado outro terrenozinho, e assim foi indo, aí depois dali, daí saí fiquei dois anos, daí saí, comprei o ponto de táxi dele, daquele de carro, daí já tinha o [carro] del rei, né, peguei o del rei, troquei num gol, mais novo, noventa e quatro na época, daí fiquei, dois ano, né, também, três, dois na São Luís, aí saí da São Luís, fui pra Motta, daí já tinha o ponto de táxi, carrim emplacado, a casa já tá mais ou menos, daí na Motta que eu, e tô até hoje lá, empurrando com a barriga [risos]...

“O Paraná tava ruim de serviço”. O primo “contô que aqui era bom de serviço”. O Mato Grosso. “Viemo morá no Campo Verde”. “Numa fazenda”. “Aí saí da fazenda e fui trabalhá numa [fazenda entre] Cuiabá a Barra do Garça”. “Daí fui pra uma fazenda de novo, trabalhava na Cacique”. “Aí ele arrumou na Camargo Corrêa, na firma de asfalto, pra Guiratinga”. “Eu já tava em Alto Araguaia”. “Me transferiram pra Nortelândia, na fazenda da Camagi”. “Aí vim pra Jaciara”. “Aí saí de lá e vim pra, pra Rondonópolis”...

Nove pontos de *partida*. Dez pontos de *chegada*. Pontos *transitórios* entre lugares do viver e do ficar. Pontos que se sucederam na trajetória marcada pelo trabalho⁴. Muito trabalho:

ficá aqui, já penso? No meio dum, fazenda aí, só no meio dos peão, era duro, ter dezoito hora, eu fiz, comecei no começo da gradiação, nessa fazenda que eu, quando eu fui buscá ela, dezoito hora, assim, ó, era da seis à meia-noite, todo dia, eu e um negão, que só guentô um baiano, os outros arriava, trocava, quando era, chegava umas hora eles ia dormi, ia dormi.

Dezoito horas diárias de trabalho. Na “gradição”. “Era duro”. E “eu e um negão, que só guentô um baiano”. Um gaúcho e um baiano.

“Todo dia”...

A mobilidade do trabalho *acompanhando* o vento do capital, que comanda o *ar*. Capital livre para mulheres e homens também “livres”⁵. Que comanda os pontos do *chegar* e do *ficar*. Que parece comandar também as *almas* irrequietas por um lugar do morar, do habitar e do viver. O tempo da passagem é também o tempo da *transitoriedade migratória*, que é ainda o tempo de espera. Da esperança.

Lugares e tempos. E o vento...

“Cheguei aqui, tinha muito serviço mesmo”. “Daí fiquei quatro meses, né, parado aqui, trabalhando”. “Aí só fiquei um mês”. “Fiquei seis meses, da safra, aí saí”. “Fiquei mais o que, mais um mês lá”. “Aí nós ficamos acho que seis meses”. “Eram dois meses”. “Daí nós ficamos um ano lá”. “Mas eu fiquei ‘o que?’, dois meses, né, é três, quatro meses”. “Daí fiquei aqui uns mês e meio aqui”. “Daí eu fiquei quatro meses”. “Fiquei acho que um ano e pouco”. “Aí fiquei três anos”. “Três, dois na São Luís”. “Daí na Mota que eu, e tô até hoje lá”.

“Empurrando com a barriga”!

Três anos entre o Paraná e Rondonópolis. Três anos “espedaçados” em pontos que são mensurados em meses. Alguns poucos em anos. Nem um em quantidade monetária. Não pela inexistência de dinheiro. Mas porque não sobrava.

Os *pontos e tempos* – fugidios como o salário curto e breves como uma safra – de Werner, Maria e os filhos, foram marcados pelos trabalhos assalariado e doméstico. Para o marido, a mudança de *pontos* de trabalho – e por vezes do próprio trabalho. Para a esposa, a mudança de *pontos* de casa. Da casa sempre cedida. Alugada. Até a compra do “terreno pra um barraquinho, aí foi, construimo”.

Da roça no Paraná para uma fazenda. Outra fazenda. Mais uma fazenda. Na empreiteira de asfalto. Novamente uma fazenda. Depois em usina de cana. No laticínio. Em empresa de ônibus. Outra empresa de ônibus. E mais outra. E ainda uma quarta. E taxista. E motorista de ônibus. E taxista e motorista de ônibus.

Curiosamente, o taxista Werner transporta mulheres e homens da rodoviária até o centro ou bairros e do centro e dos bairros até a rodoviária de Rondonópolis, muitas e muitos chegando ou partindo, como fizeram ele, a esposa e os filhos naqueles três anos de *chegadas e partidas*. No

táxi, contudo, poucas e poucos são pobres. Mas, nos ônibus que cortam o cerrado, Werner – o motorista – transporta gaúchas e gaúchos, paranaenses, paulistas, mato-grossenses, nordestinas e nordestinos... Muitas e muitos com suas mudanças por inteiro, fazendo dos porta-malas a transportadora “barata” das coisas poucas e pequenas...

Como Werner, Maria e os filhos, migram tendo ao volante um ex-migrante, que em casa tem a esposa que o espera e que o acompanhou sem titubear. Esposa, mãe e ex-migrante. “Daí voltei pra buscá ela”. “Aí a mulhé foi passeá, lá pra vê a mãe dela no Paraná”. “Aí depois ela veio”... E como na vida migrante, a fala da esposa durante a narrativa do marido parecia complementar seus pequenos “atropelos”, seus rápidos “desvios”: “não, aí nós levamo a mudança”; “aí se acabô, ele acabô com o asfalto”; “eram dois meses”; “aí nós já morava aqui, nós mudô pra cá em oitenta e oito”; “já tinha comprado o terreno pra um barraquinho”; “acho que era moto”...

A migração familiar constrói uma memória também familiar, socialmente constituída⁶. A mulher, com o homem, tende a ser preterida na fala quando o “dono da casa” está perto, mas projeta-se nos momentos mais agudos. Fala pouco. Diz muito. Principalmente quando, sem medo de *voltar no tempo*, faz-se o *centro* da fala enquanto o marido espreita com um olhar pretensamente perdido na noite que bate na rua:

eu? Eu concordei, claro que eu achei ruim, né, dele vim, mas a situação nossa tava tão precária que qualquer coisa era lucro, né. Aí a gente sabia que, que aqui foi o que ele falo, né, aí ele veio, depois logo ele, ele ligo, né, falando que já tava trabalhando né, eu fiquei um tempo lá, fiquei lá com meus pais ajudando eles, fiquei com meus pais, ajudava a trabalhá na roça.

A distância, a partida de um e a permanência – mesmo que temporária – do outro: “aí eu fiquei, né, apesar de que foi difícil, né, foi muito difícil, diga-se pra mim e pra ele também”.

Maria, ainda depois da narrativa do marido sobre os pontos de *chegada e partida*, também resgata a “intenção” e a “vontade” – o “sonho” – do marido: “quando nós viemo pra cá, a gente veio na intenção de trabalhá em fazenda, e o que foi o que aconteceu, quando a gente chegamo aqui, foi o que ele trabalhou, né, em fazenda, aí ele já tinha carteira de motorista, mas toda vida tinha aquela vontade de trabalhá de motorista, até que numa fazenda ele trabalhou com um caminhão”. A “vontade de trabalhá de motorista” acompanhou Werner – e a esposa – pelos sucessivos locais da *transitoriedade migratório*, como se o *ponto final* fosse dado,

também, pela consolidação da profissão sonhada desde os tempos últimos de Paraná.

Werner, então, em uma fazenda, “de motorista, podia trabalhá de caminhão”. “Eu aprendi tudo, trabalhei com carreta...” Mas Maria, como para não atropelar *etapas*, salientou que “aí ele começou trabalhando com trator, depois pegô o caminhão, aí dali foi assim, até que saiu dessa firma de asfalto com caminhão”. Já não mais na fazenda, mas na “firma de asfalto”.

O semblante se ilumina quando Werner fala da profissão: “até hoje, não tem tamanho de trem que eu num [dirijo], agora se mexê com estudo eu não sei, mas na prática eu dô show de qualquer motorista que tivé... Quanto advogado que tem por aí que não sabe dirigir”.

E as qualidades de motorista também se deslocam para as empresas de ônibus em que já trabalhou:

aí, pra mim, a melhor empresa dessas que eu já peguei foi a São Luís, bom, todas elas foi boa, mas, que nem a Motta, nego fala que, pra mim a mió é a Motta, Motta e o Expresso São Luís. Mas que eu ganhei dinheiro, né, a mió é a Motta, né, que eu tô até hoje, vai entrá sete anos, também depois dali já comprei outro ponto de táxi, um outro carro, então nós tamo estabilizado, os menino já tão, tudo trabalha, só tô dando a comida pra eles mais.

As empresas onde “ganhei dinheiro” possibilitaram a compra de “outro ponto de táxi”. Estabilidade. Os filhos com trabalho. “Outro carro”. Rondonópolis foi mais que um ponto de *chegada*: tornou-se a morada e o viver. Em um dos bairros da periferia rondonopolitana, Werner, Maria e os filhos fizeram de um terreno o “barraquim”, e dali um lugar.

A *transitoriedade migratória* de Antônio durou bem menos tempo que a de Werner, Maria e os filhos. De Quatro Pontes veio direto para Rondonópolis, onde ficou e onde ainda está, desde mil novecentos e setenta e sete. Foi em dezembro. Mês natalino. De nascimento. De uma nova vida. De um novo lugar.

A “paixão”:

eu gostava daqui, gostei daqui, na hora que eu cheguei eu já gostei. Eu me senti em casa, inclusive uma pessoa que me recebeu foi o garçon Carlinhos, ele me recebeu sem me conhecê, sem nada, falei que não tinha dinheiro e ele falô: ‘você pode morá aqui’... Até ele que me conseguiu os primeiros empregos, ‘você trabalha em lanchonete?’, ‘trabalho’, não trabalhava [risos], eu menti, a gente inclusive um dia a

gente foi lá, ‘então uma tarde você vai comigo’, foi no dia trinta e um de dezembro de setenta e sete, fui lá, conversei com o homem lá, ‘você qué trabalhá? Você sabe trabalhá?’ ‘Eu sei’, só que eu nunca, eu tinha uma noção porque eu era tesoureiro do clube, né, de bebida, assim eu tinha assim um... Mas naquela época, aí tinha um rapaz que trabalhava na cozinha, ‘ó, eu sô novato, você me dá uma força aí?’... E eu nunca tinha trabalhado assim, assim em lanchonete, não sabia o que era uma americana, não sabia o que era um xis salada, não sabia de nada, sabia servi bebida, isso eu sabia. Aí quando os caras falavam ‘o que vem nesse prato?’, daí eu pedia pro chaperô lá ‘o que vai nesse prato, me explica rapidinho’, só me falô uma vez, eu gravava, uma vez que ele me falô não precisô mais falá mais nada. Aí no final da noite, aí o cara foi chamando um por um, ‘fulano vem cá, você não precisa vim mais’, inclusive tinha um outro garçon, gaúcho também, aí chegô outro lá, ‘vem cá’, pagô, chegô o outro, ‘vem cá’, aí quando era a minha vez: ‘vem cá, você qué trabaia?’, ‘quero’, ‘o negócio tá aí pra você, você pode ficá’... Moço, naquela época o [garçon] entrô com três salário, três salário mínimo, mais comida, almoço e janta. Pra pegá um emprego desses, pra quem nunca não trabalhô, naquela época o salário até era bom, e naquela época era bom porque você ganhava caixinha nos bares; eu dei um pulo e gritei lá em cima. Quando foi um mês comprei cama, comprei guarda-roupa, comprei tudo as minhas coisas pro meu quarto, comprei rádio, fui só levando. Naquela época ganhava dinheiro, garçon ganhava dinheiro, tinha nego que falava ‘teus dez por cento tá incluído?’, ‘Não’, a casa pagava dez por cento, mais dez por cento de caixinha e sobre os dez por cento você ganhava mais um caixinha por cima, chegava com o bolso cheio em casa de dinheiro. E fui enfrentando minha vida...

O *gosto* pelo lugar. A solidariedade do “garçon Carlinhos”. Uma pequena mentira e o trabalho de garçon. A ajuda do “chaperô”. A confirmação do emprego no “final da noite”. Os “três salário mínimo, mais comida, almoço e janta”. Um pulo e um grito. O “caixinha nos bares”. A cama, o guarda roupa e o rádio. “O bolso cheio em casa de dinheiro”...

“E fui enfrentando minha vida”.

Antônio *atira-se* ao trabalho no novo lugar. Aprende as lides de garçon. Adquire alguns bens necessários para um recomeço. Solteiro, servem “a cama, o guarda roupa e o rádio”. E algum dinheiro para ir “enfrentando minha vida”.

Diferente de Antônio, mas semelhantemente a Maria e Werner, Licurgo e Alice eram casados e *mudaram-se*, inicialmente, para uma fazenda. Nela, os desentendimentos contratuais – assim como Rodrigo e família no Paraná – fizeram com que planejassem uma nova *mudança*.

Resolveram por uma nova *saída* e uma nova *chegada*, agora para a cidade de Rondonópolis que “conhecia de vista, assim, tinha vindo, tinha vindo algumas vezes”, observou Alice. Era preciso *mudar* rápido, procurar trabalho e sobreviver, percorreu Licurgo:

só que não tivemos tempo, que nós tinha informação de que o emprego era fácil. Chegemo aqui bem na época da chuva, no mês de janeiro, naquele ano chovia todo o dia, aí nós passemos o que, trinta dia, trinta dia sem emprego, até que eu achei o primeiro emprego. Mas também, depois que eu encontrei o primeiro emprego eu nunca mais parei... Pedreiro. Eu comecei foi no Jardim Atlântico. Naquela época era, mas ali nós fizemo a cobertura de casa, aí de lá depois que eu entrei na [empresa], que hoje é a [empresa], lá na Colina Verde, aí eu fique dois anos, não, três anos e pôco, e aí eu entrei na [empresa], que o mesmo patrão que eu tenho até hoje. Mas isso vai fazê quinze ano agora, não, desesseis anos, agora em dezembro. Só que aí já era uma construtora que eu entrei, com este patrão. Aí, em noventa a construtora fechô, mas aí ele já tinha uma fábrica em pré-moldados, aí foi dispensado todo mundo [e] só eu e a secretária que não, aí nós entremo nessa outra firma do mesmo patrão. Tô lá até hoje.

Conheciam Rondonópolis de “vista”, mas as informações primeiras davam conta de que “o emprego era fácil”. A chuva caia no mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco. Licurgo ficou “trinta dia sem emprego”, depois “nunca mais parei”. Pedreiro, primeiro, na cobertura de casas do conjunto habitacional Jardim Atlântico. O bom desempenho lhe garantiu o emprego por mais “dois anos, não, três anos e pôco”. Depois, em outra empresa, Licurgo trabalha “até hoje”.

A construção civil é um dos ramos da atividade econômica mais procuradas por trabalhadores egressos do campo ou migrantes de outros lugares, principalmente com pouca escolaridade e baixa qualificação profissional em outras áreas⁷. Licurgo já desenvolvia a atividade de pedreiro no Rio Grande do Sul. Normal fosse, então, que buscasse a sua inserção no mercado de trabalho rondonopolitano nesta área, principalmente porque, na década de oitenta, a construção de conjuntos habitacionais em Rondonópolis – regularizados ou clandestinos – foi expressiva⁸.

A *mudança* de Licurgo, Alice e os filhos, da fazenda para a periferia de Rondonópolis, também foi motivada pelo interesse de escolaridade dos últimos, que já se encontravam em idade escolar. Segundo Alice, a *mudança* para a cidade “foi ainda mais [importante] para os dois mais velhos, né, que o outro já nasceu aqui, né?” Porque, de acordo com Licurgo:

o Silvio começô a estudá quando estávamos na fazenda, mais só que, aí, tinha um trajeto, tinha que transportá no trator, aí depois de lá ele ia numa Kombi, aí muitas vezes levava lá onde pegava a Kombi, aí a Kombi não ia, aí assim aquela anarquia, então, se não fosse isso, também quem sabe a gente tinha tentado mais um ano, dois, na fazenda, mas o colégio era muito péssimo.

Pode-se afirmar, para este caso, que o fator para a *saída* da fazenda – a questão contratual – esteve em relação estreita com os fatores para a *chegada*: “o emprego [que] era fácil” e o estudo dos filhos – porque “o Silvio começô a estudá”.

A *mudança* para a cidade de Rondonópolis demoveu outras possibilidades de busca de trabalho em fazendas, em especial porque, para Licurgo, o mercado de trabalho era imensamente favorável: “é que tinha outras profissão, pedreiro, pintor, eletricista, motorista, então qualquer serviço desse eu faço, que nem agora eu já, desde noventa pra cá, sô encarregado, então pra mim pegá num serviço pesado de novo, seria meio difícil”.

“Serviço pesado”. Trabalho. Em fazenda e na cidade. *Ventos* do campo e *ventos* urbanos...

Maneco chegou a Rondonópolis acompanhando a filha, o genro e os netos que se dirigiam para a Fazenda Gravataí, com trabalho previamente definido. Permaneceu como carpinteiro na fazenda por dez meses seguindo, depois, “lá pra cima”, para o “nortão”. À possível tendência aventureira deve-se acrescentar a impossibilidade percebida por pai de Ana na compra de terra em Rondonópolis: “eu aqui não consegui terra, porque aqui era difícil na época, era só fazenda, né, e eu era pra ficá lá, lá tinha uns sítios mais pequenos, umas chacinha, né, e também porque Jangada é um lugar de futuro, né, então voltei e vim pra cá”.

O pai de Ana trás consigo – desde o Rio Grande do Sul e o Paraná – a perspectiva de “consegui terra”, mesmo acompanhando a filha e o genro e também trabalhando por dez meses como carpinteiro na fazenda. Mas “aqui era difícil na época, era só fazenda”. A condição de trabalhador – e não de gaúcho capitalizado – foi condicionante fundamental para o “aqui não consegui terra”. Os dez meses de trabalho na fazenda poderiam ter possibilitado a formação de uma pequena poupança para a compra de terra; no entanto, o próprio Maneco percebeu que a estrutura fundiária apresentava uma tônica que dificultava a compra a partir de um pequeno montante de dinheiro: “era só fazenda”.

O modelo de re-ocupação do cerrado mato-grossense – e do rondonopolitano em particular – centrado na grande propriedade –

“fazenda” – excluía as possibilidades de compra de terra em pequenos lotes, quebrando tanto com as expectativas das trabalhadoras e dos trabalhadores gaúchos – e obviamente de outras trabalhadoras e outros trabalhadores – de sua aquisição, como de reprodução de um modo de vida que haviam desenvolvido em seus lugares de origem⁹.

A construção de um modelo de re-ocupação do cerrado para a produção mecanizada – especialmente da soja – que privilegiava a formação de grandes propriedades – “era só fazenda” –, deve ser entendida tendo como pressuposto a conjuntura de expansão da fronteira agrícola – expansão do capital agrícola e pecuário, do capital para a agricultura, do capital agroindustrial¹⁰ e do capital financeiro – que teve o Estado¹¹ como componente imprescindível, aliado ao pressuposto que tem por consideração a conjugação de fatores de ordem individual-subjetiva das mulheres e homens capitalizados que para o cerrado se dirigiam – capacidade de investimentos, mentalidade capitalista de produção, experiência administrativa e financeira. Por isto, tal modelo dependeu, também, da construção de um *modelo* de mulher e de homem – principalmente de homem – que estivesse disposto a “arriscar” em um lugar distante, “inóspito”, onde a própria qualidade da terra apresentava dúvidas sobre sua fertilidade e produção. Esse *modelo* incluiu mulheres e homens capitalizados – e bem capitalizados.

A capitalização de gaúchas e gaúchos – em especial dos últimos – que se dirigiram para comprar as terras do cerrado no centro-oeste brasileiro derivou muito pouco da venda de pequenas propriedades no sul, mas, sobretudo, da acumulação de capital decorrente de atividades tanto agrícolas e pecuárias quanto comerciais, agroindustriais, de serviços e outras. Comerciantes, empresários e profissionais liberais do sul foram os que se destacaram na compra de terras do cerrado e na produção de grãos ou criação de gado bovino, em especial¹². O modelo da ocupação recente sobre o cerrado obedeceu como condicionante, portanto, também um modelo de “ocupante”-produtor-comprador. Sem capital, o acesso às terras do cerrado rondonopolitano apresentava dificuldades extremas, “porque aqui era difícil na época”, como salientou Maneco.

Não se enquadrar no modelo do “empreendedor” – capitalista – significava não participar do “desenvolvimento” de Rondonópolis como “lugar de futuro”. Este aspecto, para o pai de Ana, é “superado” pela mobilidade entre pretensos *lugares de futuro*: se Rondonópolis inicialmente se constituía como “lugar de futuro”, com a impossibilidade de também ali “consegui terra”, ocorre a transposição para Jangada, pois “lá tinha uns

sítios mais pequenos, umas chacinha, né, e também porque Jangada é um lugar de futuro”. Os *lugares de futuro* dependem, portanto, dos modelos de mulheres e homens e dos modelos de ocupação, formação e desenvolvimento dos lugares. O “lugar de futuro”, para Maneco, não correspondia ao *lugar de futuro* dos fazendeiros-empresários. Aliás, o *lugar-futuro* da fazenda Gravataí se refletiu como o *não-lugar de futuro* para o pai de Ana.

O *lugar de futuro* é também, para um ex-camponês, o lugar de autonomia...

Rodrigo migrou com a família do Paraná para o Mato Grosso. Continuou, em fazenda, “trabalhando de empregado”: “é, a gente, eu ganhava porcentagem da produção, então quanto mais eu faria, mais eu ganhava, né, então era aquele negócio, saía segunda-feira de casa e trabalhava dezoito horas por dia, até que não dava mais, né, aí dormia duas, três horas, lá na lavoura mesmo, debaixo de uma lona, e sábado ia embora pra descansar o final de semana”.

“Porcentagem da produção”. “Dezoito horas por dia”. “Três horas” de repouso. “Dabaixo de uma lona”...

A super exploração do trabalho nas fazendas do *agribusines* rondonopolitano tem em Rodrigo um exemplo. Praticamente só trabalhava. Quase não dormia!

As relações de trabalho para Rodrigo, contudo, eram percebidas mais como a projeção de sua sagacidade como trabalhador do que por certa pressão advinda do patrão:

nóis trabalhava dois que era os frente do serviço, era um mineiro, mineiro, e eu que era gaúcho, tinha empregado que trabalhava normal, mais no horário normal, setor mais pequeno, mas nós é que arrochava mais, a hora que nós dizia ‘vamo’, se fosse duas hora da madrugada, então ele trabalhava, trabalhava num acordo. Mas não é que também o patrão exigisse com nós, não, não tinha aquela exigência, não tinha nada, era nós que montava, ia lá pra lavoura, às vezes ele passava a semana inteirinha, ia lá de manhã um pouco, ‘como é que tá o serviço?’, ‘tá beleza’, e ele tava vendo o resultado e não se preocupava.

Não havia a “exigência” do patrão porque o trabalho – por vezes às “duas hora da madrugada” – se antecipava a ele: “ele [o patrão] tava vendo o resultado e não se preocupava”. A super exploração do trabalho é imperceptível para Rodrigo e o colega “mineiro”, porque “nóis é que arrochava mais”. Rodrigo e o “mineiro” pareciam trazer interiorizados os valores *positivos* do trabalho...

Isso parece verdadeiro...

Contudo, a modalidade do trabalho – “ganhava porcentagem da produção” – exigia de cada um o esforço máximo para que o resultado – em salário – fosse, no mínimo, razoável. Portanto, se diretamente não de dava a “exigência” de produção pelo patrão, o contrato de trabalho – aparentemente uma relação entre iguais e impessoal – impunha um ritmo de produção e de trabalho acelerados.

No “início” – acentuou Rodrigo – “foi beleza”. “Nos primeiros cinco anos, foi só pra frente”, “até oitenta e um”...

Dificuldades econômicas e o fim do sonho da terra fizeram-no, junto com a família, *pensar* na volta para Santa Rosa. Foi... Dias depois, *vistas* as ainda maiores dificuldades no sul, em especial para os filhos, a definição, sem *titubear*, da *nova* ida para o Mato Grosso. Na *mudança* definitiva para o Mato Grosso, depois do breve retorno para o Rio Grande do Sul, Rodrigo começou a trabalhar na fazenda Sementes Sales. Ele como mecânico e o filho como operador de máquina. Até julho de mil novecentos e noventa e um, quando saiu da empresa:

daí eu saí da empresa, eu peguei uma plantadeira pra revisã na Mônica, particular, daí fiquei quarenta e um dias no Mônica, aí saí da Mônica, fui aí na Serra. Aí comecei a trabalhar particular, aí da Rainha da Serra eu voltei pra Rondonópolis, três colhedadeiras pra revisá, de uma empresa que tinha pegado de um fazendeiro, eu peguei da empresa a mão de obra, aí eu revisei, aí esse fazendeiro chegô um dia no escritório, lá na oficina, olhô as colhedera, tava só o Lucas, daí ele falô: ‘rapaz, daqui a quinze dias eu tenho soja pra colhê e essas colhederas não vão tá prontas’; aí eu falei, digo ‘ó, hoje é segunda- feira, sábado você pode levá as duas, e na outra quarta-feira você leva o resto’. Ele duvidô, aí quando foi sábado, ele chegô lá cedo, [eu] disse: ‘tá pronta essas máquinas’, aí ele me fez proposta pra mim trabalhá com ele, aí fui lá e fiquei, foi em noventa e um, já noventa e dois, janeiro de noventa e dois, aí fiquei lá até noventa e cinco.

“Aí fiquei só”, salientou. “Só” para o trabalho: “fiquei na fazenda Marinho em Campo Verde, de um advogado”. A família ficou em Rondonópolis: “eles eram tudo empregado”.

Depois:

noventa e cinco fui pra Sementes Luciana, aí fiquei lá um ano, encafifado, Semente Luciana fui pra Rincão Gaúcho, Xavier, fiquei mais meio ano, dá Rincão Gaúcho fui pra Saqueti, Sapezal, lá fiquei mais sete meses, aí comecei a não pará mais, de Saqueti eu fui pra São Francisco, lá eu supor-tei

só catorze dias, não dava pra ficá, era brabo (...).

Da São Francisco, eu fui pra Leonardo, fazenda Leonardo, da Leonardo eu saí, fiquei dez meses, saí, fui pra fazenda Camila, o mesmo dono, mas lá em Paranatinga, mais dez meses, dali eu saí, fui pra Girasol, fiquei meses, aí dali eu só trabalhei na Carolina, uns dois meses, parado.

De fazenda em fazenda. Os empregos contados em meses...

No *fim*, “parado”!

João, assim como Rodrigo, entende que teve um bom início no Mato Grosso, uma vez que as *expectativas positivas* sobre o lugar aumentaram no primeiro ano, “oitenta e seis, oitenta e sete”. As expectativas:

aumentou muito, aumentou em muito, valeu a pena porque, em oitenta e seis, oitenta e sete, aqui só colhia, era soja, eles falaram, só soja, aí dava aqueles quatro mês de safra, aí o trem meio parava. Agora é safrinha de milho, é algodão, é, então não pára, tá direto, é o ano inteiro assim. Todo ano tem e a tendência é melhorá, que tem frota de carreta, tão montando garagem aí pra gente dá assistência, né, então a tendência é melhorá.

A fala do aumento das *expectativas* no primeiro ano de Rondonópolis resvalou para a comparação entre a produção de “oitenta e seis, oitenta e sete” e “agora”. Da soja para também o milho e o algodão: “é o ano inteiro assim”. Para a atividade de mecânica, as sucessivas safras – de soja, milho e algodão –, que levam ao aumento das máquinas agrícolas, implementos e caminhões, dentre outros, sinalizam, para João, uma tendência de “melhorá”. Mas esta consideração só pode ser feita *a posteriori*, ou seja, apenas quando da efetiva expansão das culturas de milho e algodão no cerrado mato-grossense – além da soja. Portanto, na *explicação* para a permanência no lugar, depois de “oitenta e sete”, João produz um argumento no qual transfere uma situação do presente para o passado, justificando, assim, o lugar melhor.

Por outro lado, João, na *mudança* definitiva para o Mato Grosso depois do retorno de dois anos ao Rio Grande do Sul, também trabalhou em fazenda no município de Primavera do Leste:

eu vim trabalhá com esse cunhado meu, trabalhei uns dois, três meses, praticamente de graça, pra me aperfeiçoá mais, porque ele mexe muito com isso aí, aí fui pra Primavera [Primavera do Leste, a cento e vinte cinco quilômetros ao norte de Rondonópolis], em Primavera fiquei três meses lá, aí o dono do posto [de combustíveis, em Rondonópolis] mandô me chamá, e comecei a trabalhá com ele.

Onde João está “até hoje aí”.

Bibiana e família, de forma semelhante a João, *migraram* em função do irmão que já morava em Rondonópolis:

ele tinha uma empresa de revenda de implementos agrícolas, e as terras que a gente tinha lá [no Rio Grande do Sul] praticamente era dele, porque ele mandô o dinheiro daqui pro meu pai comprá lá. Então, quando ele falô pro meu pai vendê as terras, vendeu praticamente o que era do meu irmão mesmo. Quando nós chegamos aqui ele comprou uma casa pros meus pais morarem, tanto é que aqui meu pai não comprô nada porque meu irmão trouxe... E eu penso, na época, que meu irmão teve a pretensão de trazê meus pais pra perto, mas porque ele precisava também de meus pais, ele precisava porque não tinha com quem deixar os filhos. A mãe veio, veio ajudá, né?

Irmão... Empresário, “dono” das terras “que a gente tinha lá”, o “pedido” “pro meu pai vendê as terras”, o comprador da “casa pros meus pais morarem” e o interesse em “trazê meus pais” porque “não tinha com quem deixar os filhos”...

Bibiana é esclarecedora sobre a participação do irmão na migração dela e dos pais. O dono das terras e do dinheiro – o irmão empresário –, para Bibiana, detinha um interesse principal: trazer os pais para que cuidassem dos filhos! O irmão, por outro lado, indubitavelmente, representava o espectro de gaúcho bem sucedido no Mato Grosso, pois “ele tinha uma empresa de revenda de implementos agrícolas”.

O possível entendimento de que a figura do irmão empresário tenha sido determinante na migração para o Mato Grosso, parece reiterada no excerto da fala de Bibiana em que salienta a praticamente ausência de perspectivas para o pai em Rondonópolis:

pro meu pai nenhuma [perspectiva], nenhuma, nem emprego, nada, nada, porque veio assim, pra dependê exclusivamente do meu irmão... Acontece, porém, que quando aqui chegamos, percebemos que tinha que sair à luta. Meu pai mesmo, pela idade dele, ele foi tentá um seletivo na prefeitura e ele conseguiu. No período todo que ele morô em Rondonópolis ele trabalhô na prefeitura, ele não conseguiu aposentá e continuou trabalhando na prefeitura. Aqui tinha um pouco mais de comodidade: a casa era melhor, nós chegamos já tinha energia [elétrica], tinha tudo, coisa que no sul nós não tinha.

A migração *definida* pelo irmão empresário. “A casa era melhor”.

Mas “percebemos que tinha que sair à luta”. O pai “trabalhô na prefeitura”, com idade para se “aposentá”...

3. “Em todo lugar a gente acostuma o jeito”

Os lugares se diferenciam pelas relações que neles se produzem e reproduzem. Essa produção e reprodução, para uma ou para um migrante, se estabelecem tendo como parâmetro as relações no ou nos lugares passados. A gênese dessa re-produção não deixa de provocar, de algum modo, sentimentos de estranhamento pelo e no novo lugar, que, paulatinamente, podem se desfazer ou recrudescer dependendo como as *expectativas* vão sendo conformadas – ou até mesmo inconformadas.

Na produção-reprodução de um *pensar* e de um *falar* sobre a *mudança* ou as *mudanças* de um para outro lugar, apresenta-se a situação presente daquela ou daquele que migrou. Isto é, a memória e as representações são construídas e reconstruídas dependendo do *ser* e *estar* no presente, condicionando o *olhar* sobre o passado. Os fatos têm, no presente e nas representações, a sua esfera de reconhecimento e organização¹³. Da mesma forma, possíveis estranhamentos e acomodações na *passagem* entre diferentes lugares, participam tanto das “explicações” para as tomadas de decisão no passado como para a afirmação da positividade ou negatividade no presente. Ou seja, no momento mesmo do *lembrar* e do *falar* a *mudança* – ou as *mudanças* –, os estranhamentos e as acomodações já se deram e é com base neles – mas sempre procurando uma nova acomodação das explicações, inclusive como segurança no presente – que a fala *cria* sua trama.

Antônio migrou menino para o Paraná. Migrou jovem para o Mato Grosso. A fala sobre a chegada em Rondonópolis – o lugar onde “quero morrê” – e a realização pessoal e profissional, fazendo dali o *seu* lugar, traz a mescla entre a migração com os pais e a migração só, anos mais tarde:

eles [os pais] optaram pelos filhos, né, pelos filhos, né? Então é um recurso que eles não tinham outra saída, eles acharam que isso era o caminho, mas tinha muita saudade, como um pessoal que sai de uma cidade que eles fica muito tempo, que gosta, e deixá aquilo ali pra í prum outro canto é muito difícil, então é muito difícil, você sente... A mesma coisa que quando eu saí lá do Paraná e vim pra cá. Hoje não, hoje eu me sinto em casa aqui, hoje aqui é a cidade pra mim, essa é a sede que eu prefiro, e eu quero ficá aqui, quero morrê aqui, aqui pra mim é tudo. Ali eu construí minha família,

comecei minha vida tudo do zero, hoje pra mim tá bom. Não posso me queixá, não ganho muito, mas dá pra mim vivê, dá pra mim comê, e é um lugar que eu gosto de trabalhá, tudo que eu faço eu gosto de fazê, do serviço, do trabalho eu gosto, então, tá bom. Me sinto realizado, né?

As dificuldades e a saudade são partes da migração; para umas e uns, menos; para outras e outros, mais. Os pais de Antônio certamente “tinha muita saudade”, “é muito difícil”; contudo, “não tinham outra saída, eles acharam que isso era o caminho”. “Optaram pelos filhos”... “A mesma coisa que quando eu saí lá do Paraná e vim pra cá”. As circunstâncias que levaram Antônio à migração para o Mato Grosso divergem daquelas que levaram à saída dos pais e a família do Rio Grande do Sul. Antônio, de alguma forma, buscava tanto *romper* com o lugar *deixado* como também *demonstrar*, no novo lugar, a superação do trauma da traição.

Todas as cartas foram usadas no jogo, com uma intensidade tão avassaladora que, vinte quatro anos depois, o lugar Rondonópolis ocupa uma centralidade significativa e aparentemente indestrutível: “essa é a sede que eu prefiro, e eu quero ficá aqui, quero morrê aqui, aqui pra mim é tudo”. A família e o trabalho assumem o centro da vida e do lugar de Antônio...

E se “então, tá bom”, não cabe espaço para o arrependimento:

não me arrependo, não me arrependo, graças a Deus eu fiz o que devia ter feito, não me arrependo porque assim consegui sê [alguém], eu consegui me liberá da dependência de meus pais, entendeu? E eu queria ser independente mesmo, né, vencê na vida, sozinho, sem ninguém me ajudá, eu mesmo, através da minha capacidade...

Silêncio...

... sofrendo, sofrê, eu sabê o que é senti, senti o que é vivê lá fora, que eu nunca vivi lá fora. Você sabe, que você vive com teus pais é uma coisa, você sai é bem diferente. Aí vem, vem os espinho, você vai lutando, vai lutando até você conseguiu, se tivê cabeça. E eu sempre trabalhei na honestidade, na humildade, e eu tenho, tenho nada hoje, mas o que eu tenho é do meu suor, do meu sofrimento, do meu suor.

“Eu fiz o que devia ter feito”! Se “liberá da dependência de meus pais”. “Senti o que é vivê lá fora”. Os “espinho”. A luta. Consegue “se tivê cabeça”. A honestidade e a humildade. O suor e o sofrimento.

“Tenho nada hoje”...

Antônio parece querer dizer, pelo menos implicitamente, que tentou provar a alguém – talvez para si mesmo – que pode “vencê na vida, sozinho,

sem ninguém me ajudá”. A obstinação imposta a si mesmo. A vitória como um desafio pessoal.

Dar uma resposta:

pra mim, pra mim. Não era pra ela, era pra mim... Pra vencê na vida, eu vô, né, construí minha vida de novo porque eu sô capaz de fazê isso, entendeu? Então encontrei naquela época serviço, então comecei a trabalhá em restaurante, foi mais fácil naquela época, pra mim, comecei a ganhá bem, eu não sabia fazê nada, trabalhava na roça, e através disso aí fui levando essa vida, fui levando até hoje, isso aí me sustentô até hoje, esse trabalho de garçom até hoje, quando me aperto, visto minha gravatinha e na hora arrumo serviço. Me especializei em negócio de churrasco, em fazê serviços, então o pessoal, empresários, o povo assim da sociedade, né, gosta do meu serviço, qualquer coisinha eles me chamam, tem serviço, paga bem. Então, gostei daqui e através desse serviço consegui esquecê daquela menina.

A busca de uma resposta “pra mim, pra mim”. Mas, ao final: “gostei daqui e através desse serviço consegui esquecê daquela menina”... O trabalho para o esquecimento. “Construí minha vida de novo”.

“Pra mim, pra mim”. “Gostei daqui”...

Acostumar-se com o novo lugar é condição imprescindível e necessária para dele fazer parte¹⁴. O *lugar-outro* como o *lugar-eu*. *Acostumar-se* com o lugar ocorre simultaneamente ao processo de construção de paralelos entre o lugar *deixado* – ou os lugares – e o lugar *chegado*, em que este tende a se (re) apresentar *melhor* que aquele.

Como disse Licurgo: “mesmo que a gente quisesse voltá, é, a gente acostumô o clima aqui, voltá pra lá de novo, não dá bom resultado não”. O “clima” é o calor “aqui” e o frio “pra lá”. Mas, parece ser mais que isto: *acostumar-se* com o “clima” é também *costumar* os costumes e os *jeitos* do lugar.

Licurgo, ao falar de relações com outros trabalhadores, vindo de lugares diversos, permite o aprofundamento da compreensão sobre um *aprendizado* mútuo, em que os daqui e os dali “aprende com o outro”, mesmo cada um *trazendo* “um sistema”:

conforme a região, por exemplo, o povo daqui tem um sistema, o do sul tem outro, o nordestino já muda de novo, mas assim com o dia-dia aí um aprende com o outro, ou acostuma com outro, então vai muda. Na firma onde eu trabalho, nós temo de toda região, tem cuiabano, tem pantaneiro, tem outros que eu nem sei da onde, então ali um pega o jeitim do outro e ali no fim tudo encaxa, vai tudo as mil maravilha, não tem problema nenhum.

Agora, logo no começo sim, quando a pessoa, por exemplo, você trás um nordestino, de lá, direto do Ceará pra cá, e pega um gaúcho de lá pra cá, e os dois não funciona, que cada um tem a maneira diferente, mesmo que saiba fazê a mesma coisa, mais o costume é diferente, mais no convívio do dia-dia, assim, tudo se ajeita.

Cada um “tem um sistema”: as diferenças entre os trabalhadores. “Com o dia-dia, aí um aprende com o outro, ou acostuma com outro, então vai mudá”. Um processo de mudança em que o aprendizado é recíproco, as trocas e os *jeitos* – “jeitim” – fazem dos diferentes, iguais, sem que nenhum deles deixe de ser gaúcho, nordestino, cearense, cuiabano ou pantaneiro... Porque “ali um pega o jeitim do outro e ali no fim tudo encaxa”. “Até o jeito de falá”, complementa Irani. “Até o jeito de falá”!

Para Ana, o Mato Grosso “era um mato, aqui na minha cabeça”. A chegada e os primeiros contatos, no entanto, parece terem se revelado como acomodações das expectativas ainda produzidas no Rio Grande do Sul: as expectativas *cautelosas*. Estranhar e acostumar foram para Ana dois importantes componentes na *sucessão e transição* entre dois lugares:

a gente estranhô um pouco, porque é diferente, cada lugar tem seu jeito, cada lugar tem um jeito diferente de vive. Aqui pra mim no começo foi diferente, né, as pessoas, o jeito de falá, estranha um pouco, né, a gente acostuma, tudo acostuma, né, que nem o pessoal daqui í pro sul, até eles acostumá o jeito do pessoal lá, aí é bem sofrido pra eles, então, mas em todo lugar a gente acostuma o jeito.

O “acostumá o jeito” do lugar promiscui-se ao “acostumá o jeito do pessoal”. Em Ana, “lugar”, “jeito” e “pessoal” são indissociáveis. O “jeito” do lugar é o “jeito do pessoal”. O “jeito do pessoal” é o “jeito” do lugar.

O lugar pode ser entendido como a simbiose de “jeitos” que se produzem e se reproduzem pelas mulheres e homens. Su-*jeitos* que se acostumam aos “jeitos”. Os sujeitos estão su-*jeitos* aos jeitos. Em outras palavras, o “jeito do pessoal” é tanto condição como produto para e entre aquelas e aqueles que simultaneamente são e estão sujeitos ao “jeito” de si e ao “jeito” dos outros. Ana, no Mato Grosso, estranhou e se acostumou ao “jeito do pessoal”, porque, do estranhar ao acostumar, a migrante ou o migrante transita do “de fora” para o “de dentro”. A percepção das diferenças – “cada lugar tem um jeito” – produz o estranhamento, enquanto a *dissolução* delas produz a acomodação – “em todo lugar a gente acostuma o jeito”.

Ana também desliza rapidamente entre o “jeito” de cá e o “jeito” do “sul”. O “jeito” de cá é contraposto ao “jeito” de lá. No “é bem sofrido pra eles” se “acostumá” se “í pro sul”, participa a reprodução não de um fato, mas a produção de uma possibilidade: de alguém “daqui í pro sul”. Nas produções tanto da fala como desta possibilidade, colocam-se a tentativa de explicação de que as dificuldades de adaptação – de se “acostuma, né” – são parte de quem migra e não apenas dela, de Ana. Para qualquer uma ou um seria assim... No fim, “a gente acostuma o jeito”.

O “acostumá o jeito”, para Ana e o marido, teve como condição importante o trabalho. Aliás, a definição – anterior à *mudança* – sobre o trabalho – ou o emprego – em fazenda no Mato Grosso, foi um componente que se colocou como condicionante para a maior possibilidade de acomodação frente ao estranhamento. Ter um trabalho coloca-se como uma condição para permanecer, para a acomodação. Primeiro, porque não há o desgaste – e as possíveis decepções – com a procura de trabalho. Segundo, porque as relações produzidas junto a outras trabalhadoras ou outros trabalhadores vai se colocando como forte elemento para a socialização no novo lugar. E, terceiro, porque a remuneração vai delineando a concretização daquilo que antes da *mudança* se colocava como expectativa: melhorar de vida.

Para Ana, marido e família, a *mudança* significou a recolocação do marido no mercado de trabalho como também a colocação da própria Ana: o marido como mecânico e “eu trabalhei na cozinha, na cantineira”. Tanto o trabalho de mecânico como o de cozinheira – mas em especial o primeiro – são atividades que possibilitam o constante contato entre os trabalhadores. A observação, as conversas para fins profissionais ou lúdicos e o trabalho em grupo – componentes das atividades na oficina mecânica e na cozinha – corroboraram para o entrosamento e principalmente para a consolidação das *expectativas positivas*, que foram paulatinamente se sobressaindo sobre as *expectativas cautelosas*. A socialização dada pelas relações nos locais do trabalho – fundamentalmente entre as trabalhadoras e os trabalhadores –, são componentes de destaque na e para a permanência em um lugar. É importante não perder de vista, também, que a *mudança* se deu juntamente com a família do primo do marido, o que deve ter participado como elemento para a afirmação de sociabilidades no novo lugar.

O tempo *alongado* de permanência no novo lugar tende a aproximar os “estranhos”. Esta aproximação é dada pelas relações no trabalho e também fora dele. Para Ana e os *seus*, o fato da *mudança* ter se dado para uma fazenda acabou por moldar ainda mais esta aproximação. As relações

na fazenda tendem a ser, pode-se dizer, mais fechadas em comparação às relações de uma *mudança* para a cidade. Se limitam as possibilidades de contato, por um lado, também ampliam as possibilidades de aprofundamento das relações, por outro. Esse aprofundamento, integrado à constância dos contatos diários, faz perceber que mesmo entre as diferenças todos se encontram na condição de trabalhadores, acabando por se situar no campo das diferenças aspectos concernentes à fala e à comida, por exemplo.

Para Ana,

no começo foi diferente, as pessoas estranhas, às vezes eles não entendiam, cansavam de falar pra mim: ‘nossa, mas cês falam diferente, a gente não entende o que ocês falam’. A linguagem que nós falava pra eles era diferente, pra mim, né, o que eles falavam era diferente, mas a gente foi convivendo com eles dia-a-dia, né, e foi entendendo eles, eles foram entendendo a gente, então é que nem qualquer lugar eu acho que cê vai, que nem nós que somo do sul, né, já tâmo acostumado aqui, mas que nem o povo lá do sul que vem que num é acostumado aqui eles estranham, eles ficam aqui, nossa, no outro dia já querem í embora, pra eles aqui é o fim do mundo, né?

A diferença – “no começo” – teve como componente principal a fala ou a “linguagem”. Neste caso, o estranhamento em relação à “linguagem” obedeceu a uma reciprocidade: “a linguagem que nós falava pra eles era diferente, pra mim, né, o que eles falavam era diferente”. A reciprocidade neste estranhamento possibilita a consideração de que a *mudança* provoca situações de acomodação tanto para quem migra como para quem já está no lugar para onde a migração se processa. Mudam os que *mudaram* e mudam os que ali já estavam. O diferente, por sua vez, sempre é o outro. O “dia-a-dia” não desfez as diferenças, mas possibilitou uma convivência na qual os diferentes foram se entendendo: “a gente foi convivendo com eles dia-a-dia, né, e foi entendendo eles, eles foram entendendo a gente”.

O entendimento mútuo foi se dando na troca contínua de palavras e nas relações de sociabilidade que se colocavam também nas relações de trabalho. E, não há dúvidas, entre as relações com o patrão. Aliás, tais sociabilidades no “dia-a-dia” do trabalho acabam sendo centradas mais na relação entre as trabalhadoras e os trabalhadores do que entre estes e os donos da terra, dos meios e instrumentos de produção. As relações monetárias – do patrão que paga e do trabalhador que recebe – são subvertidas pelas relações de sociabilidades entre os iguais-diferentes. Iguais-diferentes, que na relação com o patrão participam de relações entre desiguais (mais adiante será possível a constatação de que mesmo a condição de gaúchas

ou gaúchos e/ou sulistas para trabalhadoras ou trabalhadores e patroas ou patrões, não foi suficiente para impedir atritos, desacordos e frustrações para migrantes trabalhadoras ou trabalhadores gaúchos no Mato Grosso).

No final do excerto acima, Ana, novamente, recorre à generalização para explicar o estranhamento inicial vivenciado quando da chegada e dos primeiros tempos no Mato Grosso – “que nem nós que somo do sul, né, já tâmo acostumado aqui, mas que nem o povo lá do sul que vem que num é acostumado aqui eles estranham, eles ficam aqui, nossa, no outro dia já querem í embora, pra eles aqui é o fim do mundo, né”. *Lançar mão* da generalização é um procedimento que vai participando da produção das lembranças e do discurso de Ana, simultaneamente justificando – neste caso – o estranhamento inicial e dizimando possíveis responsabilidades pessoais por tais relações. O Mato Grosso como o “fim do mundo” o é para todas e todos que vêm do sul, e por isso “no outro dia já querem í embora”.

Ao lado da “linguagem”, também a comida foi aspecto de diferenciação e certo estranhamento entre Ana, o marido e a família e as *gentes* do Mato Grosso. Sabores e temperos diferentes para comidas das *gentes* do sul e das *gentes* do *lugar chegado*. Sabores, temperos e comidas para trabalhadoras e trabalhadores. Entre os lugares do sul e o novo lugar “era muito diferente: prá começá a comida é diferente, né, tem muita comida aqui cê fazia, o povo aqui num come porque num conhece, ‘ah comida ruim’, né, porque eles têm o costume de fazer a comida de um jeito, nós tem costume de fazer diferente, então pra eles aquela comida que cê faz pra eles tá ruim”.

Os sabores, os temperos e as comidas participam do “costume de fazer a comida de um jeito”. Repondo o “em todo lugar a gente acostuma o jeito”, do “jeito do lugar”, também participa o “jeito” de “fazer a comida”.

Em um primeiro momento poderia se supor que o “jeito do lugar” do Mato Grosso suplantaria totalmente o “jeito do lugar” do sul. O contrário também se apresentaria como uma hipótese. No entanto, nem um nem outro se concretizam. Concomitantemente, ambos se inscrevem no novo lugar. Partes de um e partes de outro formam o “jeito do lugar”, em especial para quem é novo no lugar. A tendência do “jeito do lugar” novo neutralizar o “jeito do lugar” de origem é avassaladora.

Mas os *su-jeitos* que participam dos lugares são tanto *su-jeitados* pelos *jeitos* como sujeitos dos próprios *jeitos*. *Jeitos*, *su-sujeitos* e *su-jeitados* – dos lugares de cá e dos lugares de lá – participam no lugar novo

e dele/nele participam da produção-reprodução de seu *jeito*. Porque, como bem Ana ressaltou em sua fala, “a gente num perde o costume, entre a gente assim, entre nós da família de casa, a gente faz do jeito que a gente é acostumado fazer, mais se a gente for fazer pra fora a gente já sabe que não é assim, que o povo não gosta do costume, prefere podê mudar um pouquinho, né, que nem lá na cozinha”.

Parece não haver dúvidas que entre o feijão temperado com salsa ou temperado com coentro existe uma grande diferença... E aqui o *jeito* depende dos sujeitos que participarão da refeição: “entre nós da família de casa, a gente faz do jeito que a gente é acostumado fazer”, mas “se a gente for fazer pra fora a gente já sabe que não é assim”. Por isso o *jeito* é dado a partir de duas referências: “entre nós” ou “pra fora”. O *eu* ou o *outro*. “Acostumá o jeito” do novo lugar é também – como no trabalho de preparo da alimentação – se “despir” das vontades e *jeitos* próprios e incorporar – mesmo que momentaneamente – as vontades e *jeitos* dos outros.

Porque toda *mudança* pressupõe perdas. E porque também toda *mudança* pressupõe ganhos. Entre perdas e ganhos, reaprende-se a viver.

Ana exemplifica:

saí recente de uma fazenda lá perto de Itiquira. Gente do céu, e o povo que trabalha lá mexe com semente de braquiária, muita gente, né? Então se eu fazia comida do meu gosto que nós comentava, o povo lá achava ruim, e a comida gostosa, os tempero a mesma coisa só que as veis teve alguma diferença, pra eles tá ruim, tá ruim, e eu, olha, direto eu mudava, a mulher ligava pra mim: ‘Ana, mas o que que tá contecendo com a comida?’ Eu digo: ‘uai, eles num são gaúcho’... O patrão, a patroa, as menina que trabaiva no escritório tudo gaúcho, elas comeram lá mesmo a comida, num tava ruim, aí eles foram vê que não era a cumida, o pessoal que mora aqui, reside aqui, eles em casa come comida diferente, vai lá na fazenda a cumida é diferente, então eles estranha a cumida, tá ruim, assim, então acho que toda pessoa que se vem do sul e vem pra algum lugar aqui, num quero dizer nesses restaurante que tem muita gente já a cumida é diferente, mais que nem fazenda aí eles estranha, estranha memo, a cumida, vai até acostumá é diferente.

Do exemplo acima, além da recusa da “cumida” por parte do “pessoal que mora aqui”, pode-se depreender um elemento comum de ligação entre Ana e o “patrão, a patroa, as menina que trabaiva no escritório”: “tudo gaúcho”. Se anteriormente as narrativas já acentuavam que também outras e outros sulistas trabalhadores migraram para o Mato Grosso, além de Ana e o primo do marido com suas famílias – “mas cê vê gente do sul, de tudo

que é lugar” –, agora tem-se a evidência da mobilidade de “gaúcho” – e também gaúchas – proprietários para o Mato Grosso. Aliás, um elemento comum – que se coaduna com “comeram lá mesmo a [mesma] comida” – não dissipa a desigualdade pelo lugar que a cozinheira e o “patrão, a patroa, as menina que trabaiava no escritório” ocupam nas relações de trabalho e de produção. Permanecem inalteradas – mesmo que “comeram lá mesmo a [mesma] comida” – a situação de trabalhadora-cozinheira para Ana e de proprietários para o patrão/patroa.

Outra constatação pode ser depreendida da experiência de Ana na fazenda: da existência de gaúchas e gaúchos que ocupam diferentes postos de trabalho. As atividades que Ana e o marido passaram a desenvolver quando chegaram no Mato Grosso – cozinheira e mecânico – já apresentavam diferenciação. Agora, a diferenciação aparece entre Ana – que se reproduz enquanto trabalhadora gaúcha cozinheira – e as “menina que trabaiava no escritório” – participantes do “tudo gaúcho”.

O “povo [que] lá acha ruim” a comida é o “povo que trabalha lá [e] mexe com semente de braquiária, muita gente, né”, que é também “o pessoal que mora aqui, reside aqui, eles em casa come comida diferente, vai lá na fazenda a comida é diferente, então eles estranha a comida”. O trabalho manual com a produção de braquiária é feita por quem “mora aqui”; portanto, os daqui são os trabalhadores braçais. Já o trabalho *indireto* – “no escritório” – é feito pelas “menina”, “tudo gaúcho”.

A maior qualificação para o desempenho de atividades que dependessem de um conhecimento técnico – como mecânico, motorista e tratorista – e de atividades que dependessem de maior escolaridade – como das “menina que trabaiava no escritório” – foram condicionantes importantes para a migração de trabalhadoras e trabalhadores para o Mato Grosso, em especial de sulistas. Condicionantes que acabaram por produzir representações apreciativas para uns e representações depreciativas para outros, como mais adiante veremos quando da apresentação de diferenças entre trabalhadoras e trabalhadores do sul e trabalhadoras e trabalhadores do Mato Grosso.

O *vento* parece não soprar com a mesma intensidade para todas as gaúchas e para todos os gaúchos...

Para Maneco, pai de Ana, a *mudança* para o Mato Grosso, acompanhando a filha, o genro e os netos, mostrou-se um fato comum na medida em que esta não era a primeira migração. Anteriormente já falara da *mudança* que fizera com o pai – quando menino – no interior do Rio

Grande do Sul; depois do Rio Grande do Sul para o Paraná; do Paraná em retorno ao estado natal; uma nova migração para o Paraná; um novo retorno e passagem rápida por Panambi; e a *mudança* para o Mato Grosso. Daí que “acostumá o jeito do lugar” – Mato Grosso – revelou-se parte de um *su-jeito* que se sujeita aos *jeitos* dos lugares, que se multiplicam quando a narrativa assim requer.

Suas experiências e trajetória migratórias transitam nas lembranças como na fala transitam e se manifestam “o sistema desses azulão”, os “vários tipo de gente”, os “lá de cima”, as “gente de lá” e, fundamentalmente, o que para ele “num era novidade mais isso daí”, e por isso “é fácil da gente acostumá com o povo”.

Assim, sua fala “escorrega” por entre lugares e por entre *gentes*:

olha, eu antes de vim prá cá eu já conhecia o sistema deles porque uns quatro anos antes eu fiz um barracão ali pra cima, daí eu já conheci o sistema desses azulão aí. E lá no nordeste, lá eu conheci em setenta e nove que eu fui prá lá, fumo do Paraná pra Curupi e lá em Curupi nós pegamo o avião e fomo pro Mato Grosso, e lá fiquei dois meses trabalhando só em teto de casa, só em telhado, e ali tinha de vários tipo de gente: tinha pernambucano, tinha maranhense, tinha piauiense, tinha vários tipo de gente de lá, né, lá de cima, ali trabalhando, mais cum nós não, nós tinha nossa equipe e nós trabaíamos só esses quatro home, né, e outros de São Paulo, tinha de Goiânia, tinha gente de lá trabalhando, né, lá naquela firma, na colonizadora Vila Rica, e então a gente via eles falá, via o procedimento com quarqué um, um com outro, né, então a gente pega uma relação mais rápido com as nações, eu num sei, mais eu pra num era novidade mais isso daí, eu já tava meses por aí, trabalhando, né, e pode mudá lá pro nordeste ou aqui pro norte tem paranaense ou tem gaúcho, pode mudá que tem tem, né? Lá então tinha muito gaúcho lá praqueles lado, compraram terra lá, aqui pra cima tamém, tem por tudo aí, então é fácil da gente acostumá com o povo. Ainda o restante do povo que tá no meio dos gaúcho e já, já num é mais novidade isso aí.

“Acostumá com o povo”...

Para umas e uns, nos trabalhos e nos lugares dele...

Para outras e outros, à beira do rio...

Pescando!

João disse ser um exímio pescador. Aprendera o ofício no Rio Grande do Sul: “lá era direto, não parava o fim de semana em casa, só em beira de rio”... Mas, asseverou: “aqui é o lugar”!

O lugar do peixe.

O lugar do pescador.

O lugar de João:

é, aqui é bom demais pra isso aí, o pessoal compra, esse negócio de depredá o meio de vida, o meio ambiente, usa muita tarrafa, muita rede, minha pesca é só artesanal, pego muito peixe aí, distribui pra todo mundo aí, não vendo peixe, tenho filme, tenho foto, já peguei muito peixe já aí, mais nada de [pesca predatória], só no artesanal memo, se todos fizessem assim, o peixe não taria esse preço aí, dez, doze reais o quilo de peixe, é uma vergonha.

A exaltação do *lazer* da pesca é também a denúncia da pesca predatória e do preço aviltante. João já tem “filme” e “foto” das vezes que pegou “muito peixe”. Porque “aqui é bom demais pra isso aí”. De pedreiro e “pescador” no sul para mecânico e “pescador” no Mato Grosso. A descontinuidade e a continuidade. Migrantes *feitos de jeitos* passados que se mesclam a *jeitos* presentes...

Também do *jeito* rural para o *jeito* urbano.

Bibiana e os pais deixaram a condição de “pequeno agricultor” e, pela insistência do irmão, migraram para Rondonópolis. Ela com catorze anos; a mãe e o pai em uma vida de “hábitos” do campo, o que, para ambos, também dificultou o *acostumar-se* com o *jeito* do lugar, diferente de Bibiana:

porque os hábitos, eles mudam muito. Mas como eu já disse pra você, eles [os pais] eram tão sofrendores por morarem no interior, de lutá tanto e nunca sê reconhecido, porque o pequeno agricultor nunca é reconhecido, ou ele luta pelas próprias forças ou ele morre, então eles távam muito cansadinhos já, e chegaram, mesmo trabalhando, tem horário certinho pra trabalhá, das sete as onze, da uma as cinco, funcionário, assim com horário certinho, trabalhava e ia pra casa descansa. A mãe também foi trabalhá numa casa de família pra complementá a renda familiar. E quem era solteiro, já procurei emprego, no primeiro mês de morada em Rondonópolis eu já arrumei um emprego pra me virá pelo menos com a minha manutenção. Então, a gente foi se virando. Então ele [pai] dizia na época que gostô muito, ele sempre gostô muito. Tanto é que hoje ele voltô pro Rio Grande do Sul, mas não voltô pra zona rural, ele tá morando na cidade, mas ele não tá conseguindo se adaptá mais lá. Então ele se acostumô aqui, ele gosta daqui, muito.

O sofrimento e o não-reconhecimento do trabalho e esforço no Rio Grande do Sul fora, para Bibiana, justificativas para a migração dos pais. Em Rondonópolis, a busca de trabalho e o “horário certinho”: “das sete as

onze, da uma as cinco”. “Funcionário”. O trabalho rural, portanto, e em tese, sem “horário certinho”, contrapondo-se negativamente ao trabalho urbano – “trabalhava e ia pra casa descansá”. O pai na prefeitura. A mãe como empregada doméstica – “pra completá a renda familiar”. Ela, Bibiana, também procurou e arrumou um emprego no primeiro mês. Assim, pai, mãe e filha trabalhando, “a gente foi se virando”.

O pai e a mãe retornaram para o Rio Grande do Sul. *Pra* cidade. Contudo, “ele não tá conseguindo se adaptá mais lá”, porque “ele se acostumô aqui, ele gosta daqui”. “Muito”. *Acostumar-se* de um lugar é, concomitantemente, *desacostumar-se* de outro. Os pais de Bibiana parecem ter *sofrido* duplamente: a migração do sul para o Mato Grosso e o retorno. No entanto, o *olhar* de Bibiana sobre a migração dos pais buscou a intenção de rechaçar qualquer possibilidade neste *sofrer*: “não, choque nenhum; a gente achava que ia sê ótimo e achamos ótimo”...

Bibiana tinha catorze anos quando migrou com os pais. Em função da própria idade e por Rondonópolis se apresentar como a possibilidade de continuar os estudos, *acostumar* com o lugar parece ter ocorrido pelo “natural” ingresso na escola e também pelas relações de vizinhança:

quando nós chegamos era início de ano e eu logo fui me matricular à noite, na Escola Sagrado, eu fui fazê Magistério. Então, fui criando laços de amizade e imediatamente fui me acostumando. Chegamos num lugar que tinha vizinhos ótimos, nos receberam muito bem, fomos muito bem recebidos aqui. Então, não teve impacto nenhum.

A escola e a vizinhança desempenharam um papel de destaque nas novas relações que Bibiana foi estabelecendo em Rondonópolis. Nem uma nem outra estão relacionadas à situação sócio-econômica; no entanto, acabaram facilitando o *entrosamento* de Bibiana no novo lugar. Por isso, também, é possível afirmar que na constituição de um *lugar novo*, condicionantes ligados a relações pessoais – como com colegas de escola ou vizinhas e vizinhos em casa – assumem um papel tão decisivo, por vezes, como o trabalho.

A extensão dessas relações, por Bibiana, parece ter se consubstanciado no casamento, possibilitando uma ainda maior participação aos “hábitos”, “cultura” e “costume” do lugar:

meu marido é rondonopolitano, seus hábitos são completamente diferentes, e eu me adaptei muito melhor aos hábitos dele do que ele aos meus. Como eu estou fora de minhas raízes, como eu casei com uma pessoa que mora aqui

e que tem outros tipos de viver, que tem outro tipo de cultura e de costume, como a família dele que está mais próxima de mim também não é gaúcha, não é do Rio Grande do Sul, com certeza eu perdi todos os laços de lá.

A incorporação de outros “tipos de viver” e a perda de “todos os laços de lá”, fizeram com que, rapidamente, Bibiana se desprendesse do lugar *deixado*. Um desprendimento que parece ter se dado na mesma velocidade dos anos de adolescência e juventude que correm por entre a escola – e a faculdade – e o trabalho, o namoro, os pequenos e grandes projetos, os filhos e a família. Também por isto, Bibiana foi tão segura e direta na afirmação de que a saudade fora um sentimento praticamente inexistente:

por incrível que pareça, em nenhum momento eu senti saudades de lá, em nenhum momento. Hoje eu digo pra você que eu sinto um pouco mais de falta porque meus pais voltaram pra lá... Então raízes, pelo local... Eu na verdade me adaptei tão bem aqui no Mato Grosso, que hoje eu considero a minha terra natal, o Mato Grosso.

Sem saudades. Sem “raízes”. Sem sentimento de falta, de perda. Os pais voltaram e por isto “eu sinto um pouco mais de falta”. A “terra natal” de *lá* sucumbiu frente às novas relações *daqui*. No extremo, a consideração do Mato Grosso como “a minha terra natal”. Talvez o aspecto mais eloquente para a rápida *adaptação* – “me adaptei tão bem aqui” – tenha sido a idade e o ingresso rápido na escola e no trabalho. O desenvolvimento deste conjunto de atividades, ainda em estreito vínculo com as relações de vizinhança – “tinha vizinhos ótimos” – e com certa *obstinação* em romper com as difíceis condições vividas no Rio Grande do Sul – “a gente achava que ia sê ótimo e achamos ótimo” – participaram do rápido despojamento de Bibiana das *coisas* do sul.

Por outro lado, mas não menos importante, a condição da filha, em relação à mãe e ao pai, se diferenciava na medida em que também Bibiana parece ter incorporado uma *obstinação* pessoal na melhoria das condições de existência sua e da família, o que, também, possibilitou – “naturalmente” – a constituição de relações para fora de casa, culminando com um casamento no qual o marido e os *seus* apresentassem e representassem o afastamento dos “costumes” do sul – “eu casei com uma pessoa que mora aqui e que tem outros tipos de viver, que tem outro tipo de cultura e de costume, como a família dele”.

Acostumar e pegar o ritmo também foram componentes importantes da migração de Maria e Werner. Segundo Maria, “tem gente que fala que

não acostuma, eu não sei, praticamente não achei diferença, é claro que tem diferença, mas a gente sabendo conviver com as pessoas, a gente pega o ritmo das pessoas rapidinho”. As “diferenças” não são descartadas por Maria; a possibilidade de *lidar* com elas, no entanto, dar-se-ia na medida em que as relações com as *gentes* do lugar tivessem como centro um saber: a *boa* convivência. “Sabendo conviver com as pessoas” – o que significa também um aprendizado – “a gente pega o ritmo das pessoas”.

“Rapidinho”.

Quando “a gente pega o ritmo das pessoas” – de um lugar –, simultaneamente se perde o ritmo de um lugar outro – o lugar *deixado*. Pegar o ritmo “das pessoas” é introduzir-se no *ritmo* do lugar dessas *gentes*. É, em outras palavras, *pegar o jeito* delas. Do lugar delas. O que sempre tende a ser parcial e relativo.

No Mato Grosso, Maria também percebeu “que o pessoal daqui é um pessoal muito solidário, né, eu acho, nunca tivemos dificuldades, eu sempre nos lugares que nós moramos, sempre [tinha] nossos vizinhos, amizades”. As relações de solidariedade, vizinhança e amizade tendem ao estabelecimento de uma rede social fundamental para o rompimento com o *jeito* do lugar *deixado*, pois se constrói simultaneamente à incorporação do *jeito* do lugar *chegado*.

Para Werner, que desempenhou a atividade de motorista em várias empresas de transporte rodoviário e também como taxista, as relações com colegas de trabalho, em especial, parece terem permitido a construção de um *olhar* sobre o novo lugar, com tal eloquência, ao ponto de sugerir que se considera “um mato-grossense mesmo”:

tudo gente boa [do Mato Grosso], não tem esse negócio de ‘eu acho gente ruim’, gente de parceiro de estrada é, de ônibus, quantos amigos, as vez se nem lembra mais e, ‘ô’, um chama ‘gaúcho’, outro chama ‘Werner’, outros lá é ‘Fritz’, então é uma coisa que eu posso chegá em qualquer empresa que eu chegá, qualquer lugar, é de peito aberto, eu não tenho medo de ninguém me queimá, porque eu nunca fiz mal pra ninguém, se eu não pudé ajudá, estrová eu não vô, né, então eu acho que aqui no Mato Grosso é uma terra que eu não troco por nada, já me considero um mato-grossense mesmo.

“Gente boa”. “Quantos amigos”. “Uma terra que eu não troco por nada”.

“Um mato-grossense mesmo”.

Anos e anos de relações e convivências de Werner no Mato Grosso fizeram dele alguém de um novo lugar. Um *olhar*, no entanto, que veio

“colado” a um comentário breve, mas contundente: “depois que eu mudei pra cá, eu, graças a Deus, nunca fiquei sem dinheiro”. Boas amizades e dinheiro – mesmo que pouco – também são importantes na composição da “fórmula” para *acostumar-se* com o lugar.

Já sem amigos e sem dinheiro...

4. “Deus me livre, eu não entendo esse povo aqui, ó”

As representações dos lugares são parte dos próprios lugares. De *dentro* e de *fora*, as representações corroboram no modo como as *gentes* – do lugar *daqui* ou dos lugares outros – pensam e fazem o cotidiano – as relações entre as *gentes* do lugar e entre os lugares. Na migração de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis, as representações são construídas tanto pelos migrantes como por aquelas e aqueles que permaneceram no sul.

Na fala de migrantes gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, tem-se uma possibilidade para buscar compreender como os familiares e parentes do sul *pensam e falam* sobre o Mato Grosso. É a representação dos familiares ou parentes re-apresentada.

A representação da representação.

Familiares migrantes que falam de familiares que ficaram. Como as gaúchas e os gaúchos no Mato Grosso percebem o que pensam os familiares ou parentes do sul sobre o lugar para onde migraram filhas e filhos, irmãs e irmãos, mãe e pai... Uma percepção que é produzida pelos contatos ulteriores entre quem partiu e quem ficou. Uma produção que também repõe as posições dos familiares e parentes no momento imediato da migração. Sobretudo, as representações refletem e exprimem as posições sobre possíveis pretensões ou não de mudança para o centro-oeste.

Ana falou da mãe que mora no Paraná e da relação que esta estabeleceu com o Mato Grosso:

minha mãe veio aqui pro Mato Grosso, né, e já tá com dois anos que ela teve aqui a última vez. Ela veio aqui [e] eu disse: ‘mãe, fica morando aqui, vende lá e vem embora pra cá, compra um terreno, uma casinha’, porque um terreno, aquilo que eles vendê lá dá pra comprá até uma chácara aqui, porque é muito careiro os terreno e as casa lá, né, então eles vendendo lá eles compram uma chacinha aqui. ‘Não, eu não venho pra cá’, eles falam, ‘Deus me livre, eu não entendo esse povo aqui, ó’, bem assim.

A insistência da filha para que a mãe se *mudasse* para o Mato Grosso – ressaltando que a venda da propriedade no Paraná possibilitaria a compra de uma propriedade maior no lugar de *chegada* – esbarrou em experiências da mãe com as *gentes* do lugar. O entendimento inicial é que tais experiências foram negativas para a mãe de Ana ao ponto de utilizar – mesmo como força de expressão – um “Deus me livre” de uma possível *mudança* para o Mato Grosso. Tais experiências parecem ter demonstrado certas dificuldades de relacionamento diante dos mato-grossenses – “eu não entendo esse povo aqui”.

Deve-se considerar que as circunstâncias que condicionaram a migração de Ana, o marido, os filhos e o pai – de Panambi para o Mato Grosso – não estavam colocadas para a mãe que mora no Paraná. Quatro importantes aspectos certamente intensificam as diferenças de situação: (1) as condições sócio-econômicas da mãe no Paraná deveriam se apresentar diferentes daquelas colocadas no Rio Grande do Sul para Ana e família, há duas décadas passadas, ao ponto de, pelo menos, não provocar uma migração condicionada pelas dificuldades de sobrevivência; (2) a idade da mãe de Ana – em torno dos sessenta anos, considerando que teve a filha Ana com aproximadamente vinte anos e a filha também em torno de vinte casou e depois migrou para o Mato Grosso, onde já se encontra por duas décadas – se enquadra em uma faixa etária em que a migração apresenta muito mais dificuldades de realização, em especial porque tanto a mãe pouco interesse teria em ingressar no mercado de trabalho – pela idade – como também porque o mercado de trabalho pouco – e até nenhum – interesse apresenta por trabalhadoras e trabalhadores de idade avançada; (3) na casa ao lado da residência de Ana mora o pai, que é separado da mãe há mais de vinte anos e isto certamente provocaria constrangimentos a ambos; e, (4) é no Paraná que estão consolidadas as relações e o sentimento de pertencimento de mãe de Ana com o lugar, onde teve que enfrentar momentos difíceis com a separação no casamento. Portanto, não haveria contundentes motivos para a migração da mãe de Ana além de ali morarem a filha, neta, neto e o ex-marido, não se colocando como condição suficiente para a *mudança*.

Os aspectos mencionados acima não aparecem diretamente nas falas de Ana e do pai. Participam de uma leitura que busca compreender – e realçar – as possíveis diferenças que motivam – e “expulsam” – umas e uns e não outras e outros para a migração. O momento e a posição que ocupam em relações nos lugares de origem, como também as expectativas concernentes na ocupação de possíveis posições nos lugares de destino – trabalho, renda,

moradia, estudo... – tomam *corpo* nos atos da decisão e da partida para um lugar outro. Da decisão de partir e da própria partida, também participam motivações pessoais e que podem estar ligadas a tensões com familiares ou parentes, tanto no lugar de origem como no lugar de destino.

Condicionantes estruturais – a mobilidade da força de trabalho como necessidade e interesse da acumulação e reprodução de capital –, condicionantes conjunturais – a expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste, que simultaneamente representava a mobilidade de capitalistas e de trabalhadores especializados – ou não – para o trabalho nas fazendas ou proto-empresas rurais – e condicionantes subjetivos, como pequenas tensões e conflitos ou projetos pessoais que diante do horizonte à vista não apresentavam condições ou tendências de efetivação – como o desejo de aventura... Tais questões apresentam-se diferentemente para as *gentes* de um lugar e diferentemente irão condicionar ou a *mudança* ou a *permanência*. Daí que entender a migração como condicionada apenas por um destes elementos pode se mostrar inconsistente. Isto não significa dizer que as várias condicionantes atuam igualmente sobre a decisão de partir e a *partida*. Podem uns elementos se imporem mais que outros¹⁵. Mas em geral todos – de uma ou de outra forma – participam da migração.

Se Ana falou da mãe e de suas impressões sobre o Mato Grosso a partir de um viés negativo, as referências em relação às impressões do irmão caminham em direção contrária, sob uma perspectiva positiva. (Deve-se considerar que as referências de Ana à mãe se apresentam em dimensões dessimétricas em relação às referências sobre o irmão; esta consideração parece decorrer da maior relação que Ana estabelece com a mãe e menor em relação ao irmão: Ana – depois da saída de Panambi – ainda não visitou o irmão e por isso o contato é pequeno, enquanto que as relações com a mãe no Paraná são extremamente mais intensas – até porque, em função da mãe, um filho de Ana reside no Paraná, próximo à avó.)

Enquanto isto, o pai de Ana já visitou Panambi depois da *mudança* e por isso as relações com o filho foram mais frequentes, enquanto as relações com a mãe de Ana – a ex-mulher – passaram a largo nestes vinte anos. O aspecto primeiro colocado por Ana em relação ao irmão, foi sua possível motivação para também migrar para o Mato Grosso: “ele pensa muito sim até hoje, porque ele teve aqui um tempo, no Mato Grosso do Sul, em na gleba Sete Queda, ele trabalhô no tempo que ele era solteiro”.

Em seguida, também o pai acrescentou que ele “trabalhô aqui em Alta Floresta [Mato Grosso]...”, referendado por Ana:

Alta Floresta, lá ele trabalhô de montador de silo, aí então ele pensa de vim, mas a mulher dele não acompanha ele, né, então, então ele pra não largá a família, porque ele tem três filhos, então ele fica, ele fica lá. Vai pra fora fazê montage, vem pro Mato Grosso, vai pra tudo que é lugar, mas ela fica lá, é assim.

O tempo de trabalho do irmão no Mato Grosso do Sul – para Ana – se colocaria como experiência suscetível de reprodução no Mato Grosso: um primeiro contato com um lugar no Mato Grosso do Sul – “Sete Queda”, que em certa medida, para a irmã se apresentaria igual a Rondonópolis –, quando solteiro, teria permitido a produção de uma representação positiva sobre o Mato Grosso (abarcando tanto o Mato Grosso do Sul como o Mato Grosso), suscitando expectativas favoráveis para uma migração.

Outra experiência de trabalho teria se realizado em “Alta Floresta” – Mato Grosso – e também esta se apresentava como motivadora para uma possível *mudança*. A permanência no Rio Grande do Sul se daria não pela indisposição em partir, mas pela posição de sua esposa, pois “ele pensa de vim, mas a mulher dele não acompanha ele”. Este aspecto reitera uma questão anteriormente discutida: a resistência da esposa do irmão de Ana em não acompanhá-lo para o Mato Grosso – no momento da migração –, teve como principal condicionante as relações que ela – a esposa – estabelecia com sua família no sul.

Pode-se traçar um paralelo entre mãe e irmão (ou entre mãe e filho) – a primeira morando no Paraná e o segundo no Rio Grande do Sul – e as possíveis tendências ou possíveis restrições para efetivar uma *mudança* de seus lugares de origem para o Mato Grosso, seguindo aquelas e aqueles que ali já estão. As idades de ambos – da mãe e do irmão – têm peso inverso para ela e para ele para uma possível *mudança*. Para a mãe, a idade é inibidora. Para o irmão, é motivadora. A atividade profissional do irmão – “montador de silos” – também é condição positiva, em especial porque Rondonópolis e municípios próximos apresentam uma economia agrícola extremamente desenvolvida, o que requer a construção de silos para o armazenamento da produção.

Já para a mãe, o mercado de trabalho tem importância nula. A relação da mãe com o lugar no Paraná é bastante intensa. A relação do irmão com o lugar no Rio Grande do Sul, pelo menos no período imediato à migração do Paraná para Panambi – que teve “Sete Quedas” como lugar intermediário –, era extremamente mais frágil, o que levaria a uma maior tendência à mobilidade. *Grosso modo*, o irmão apresentaria incontestavelmente bem mais tendência à migração que a mãe. O maior impedimento para a

mobilidade do irmão – para Ana – era a esposa e as relações que estabelecia no Rio Grande do Sul. O maior impedimento para a *mudança* da mãe do Paraná para morar com a filha no Mato Grosso – também para Ana –, era que ela – a mãe – não entendia “esse povo aqui”. A condicionante maior para a não-migração do irmão colocava-se no lugar de origem: a posição da esposa. A condicionante maior para a não-migração da mãe colocava-se no lugar de destino: o não entendimento do povo dali.

Entretanto, mesmo que as principais condicionantes para a permanência de ambos participam dos lugares de origem ou de destino, e os sujeitos apresentando características muito diferentes – mesmo sendo filho e mãe –, o principal elemento a destacar é justamente a referência à mãe e ao irmão – ou à ex-esposa e ao filho, respectivamente para Ana e o pai – e, em especial, às *leituras* que ambos realizaram sobre as presumíveis posições de familiar do Paraná – a mãe ou a ex-esposa – e do familiar do Rio Grande do Sul – o irmão ou o filho. *Leituras* das representações a partir das representações daquelas e daqueles que partiram...

Sobre o que pensam os familiares do sul sobre o Mato Grosso, João foi elucidativo na reafirmação de duas representações paradoxais, uma sobre um Mato Grosso que “tem que sê um bicho de sete cabeça”, e outra que o mesmo lugar é onde se “fica rico”:

isso aí quase num... tanto que a minha mãe veio uma vez pra cá, ficou pouco tempo aqui, minha irmã também, então num, um irmão meu que eu chamei pra vim pra cá tem medo de vim pra cá, ‘Mato Grosso, Deus o livre, tem que sê um bicho de sete cabeça’, portanto não, só acha que o pessoal que vem pra cá enriquece, fica rico, e não é assim, tem uns que fica rico, outros não fica, outros vão tocando a vida do jeito que dá, né?

Um irmão *vê* o Mato Grosso como “bicho de sete cabeça”, ao mesmo tempo em que ali “o pessoal que vem pra cá” “fica rico”. A *barbárie* e a *civilização*. *Atraso* e *progresso*... João, *feito* das experiências nos lugares, relativizou: “tem uns que fica rico, outros não fica, outros vão tocando a vida do jeito que dá”.

“Tocando a vida do jeito que dá”.

Como o gaúcho João em Rondonópolis.

E familiares seus no Rio Grande do Sul.

1 Ver, também, sobre pequena propriedade no Rio Grande do Sul, Leo Waibel (1979), José Hildebrando Dacanal (1980), José Vicente Tavares dos Santos (1984), Ellen F. Woortmann (1995), Regina Weber (1998), Vania Beatriz Merlotti Heredia (1998), Danilo Lazzarotto (2001), Paulo Afonso Zarth (2002) e Marcos Aurélio Saquet (2003).

2 A paixão, segundo Gilberto Velho (2002, p. 95-98), “é a presença do extraordinário que penetra o cotidiano, transformando-o”, carrega de emoções que “têm, por definição [as emoções], sempre uma dimensão social. Mas o espaço para sua expressão está sujeito, por isso mesmo, a regras”.

3 Raul Borges Guimarães (2003, p. 12), baseando-se em Henri Lefebvre, destaca que a *presença* e a *ausência* participam simultaneamente na produção das representações, em que o “ausente presentificado no plano simbólico é uma representação social”; assim, as “representações têm o poder de satisfazer o desejo de apropriação do objeto real através de sua substituição no plano do discurso e resultam de transferências do universo do espaço vivido e percebido para o campo simbólico, que mobiliza imagens e arquétipos simbólicos na tessitura do nosso universo social”.

4 Segundo Guaraci Adeodato Alves de Souza (1986, p. 25), “As migrações manifestam-se de formas diversas e com uma natureza muito variada, podendo assumir rumos diferenciados ou até mesmo contraditórios e significar, para os indivíduos, famílias e grupos sociais envolvidos, mudança permanente ou transitória de residência ou, ainda, deslocamentos com periodicidade sistemática”.

5 Como salientou Jean-Paul de Gaudemar (1979, p. 131), dois aspectos norteiam a mobilidade de Trabalho, um positivo e outro negativo: “em seu aspecto positivo, a “liberdade” remete à possibilidade para o trabalhador de escolher seu trabalho e o lugar onde exercê-lo; em seu aspecto negativo, remete às exigências do capital e seu poder de despedir em qualquer momento um trabalhador ou o de transformar tanto o seu trabalho como as condições nas quais o exerce” [Do original: “En su aspecto positivo, la “liberidad” remite a la posibilidad para el trabajador de escoger su trabajo y el lugar donde lo ejerce; en su aspecto negativo, remite a las exigencias del capital y a su poder de despedir en cualquier momento a un trabajador, o de transformar tanto su trabajo como las condiciones en las cuales lo ejerce”].

6 Porque a memória, como salientou Elizabeth dos Santos Braga (2000, p. 185), não é uma capacidade estritamente biológica, herdada geneticamente e universal: “Sua constituição é social. Os grupos, as instituições, as correntes de pensamento coletivo, as práticas, a história, a cultura formam e transformam nossos modos de lembrar e esquecer”.

7 Segundo dados e informações de 1999, o número de trabalhadores na construção civil em Rondonópolis girava em torno de cinco mil (cf. Jones Dari Goetttert, 2000, p. 221). Já Leôncio Martins Rodrigues (1970, p. 4) salientava, sobre a formação do operariado do setor automobilístico de São Paulo, “a proporção de trabalhadores de origem agrícola é mais elevada nos níveis salariais inferiores e consideravelmente mais baixa entre os trabalhadores qualificados”.

8 Antonia Marília Medeiros Nardes (1997a, p. 68) apontou que, entre 1981 e 1990, foram registrados 68 loteamentos em Rondonópolis, contra 76 na década anterior e apenas 21 na década seguinte.

9 Paralelamente à grande propriedade, contudo, também foi se apresentando a pequena e a média propriedade em Rondonópolis, por formas de ocupação a partir do final do século XIX e início do seguinte, por projetos de colonização estadual em meados do século XX ou mesmo por movimentos de luta pela terra, como foi o caso da Gleba Cascata, ainda na década de oitenta do mesmo século. Ver Carmem Lúcia Senra Itaborahi de Moura (1992), José Carlos Brito Silva e outros (1996), dentre outros.

10 Ver Elias da Silva (1999).

11 Ver Octavio Ianni (1979; 1986), José Vicente Tavares dos Santos (1993) e Flávio Antonio da Silva Nascimento (1997), dentre outros.

12 Dois exemplos são o de Adão Sales (pai do ex-vice governador do Mato Grosso, Rogério Sales) e de André Maggi (pai do governador de Mato Grosso Blairo Maggi, eleito em 2002).

13 De acordo com Alessandro Portelli (1998, p. 111), “Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”.

14 Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia (1996, p. 101), em trabalho sobre a memória de migrantes mineiros em Franca, São Paulo, também *captou* como que o *acostumar* no novo lugar tende a ser uma condição importante para o afrouxamento das relações com o *lugar deixado*, mesmo que do *acostumar* participe a violência urbana, como na fala de uma migrante: “*Eu já acostumei aqui na*

Franca. Eu acostumei com a cidade grande, com os tiros, com as brigas, aqui na Franca tem muito disso” (grifos meus).

15 Eliseu Savério Spósito (1983), discutindo a *migração e a permanência das pessoas nas cidades pequenas*, apontou que “o apego ao lugar e a reação aos impulsos externos são mais coesos numa cidade pequena, pela maior unidade de relacionamento entre os indivíduos, desde o nível profissional, mais amplo, das informações mais gerais, até o nível do cotidiano que especula as reações pessoais dos habitantes” (p. 81). Também é categórico ao afirmar que, na análise da *migração* ou da *permanência*, deve-se se considerar as condicionantes *psicológicas* e as *geográficas*.

CAPÍTULO 3

Fazer-se trabalho no lugar chegado

1. “Essa raça de lá pega duro”

A migração de trabalhadoras e trabalhadores é a migração do Trabalho. A migração para o trabalho. A mobilidade pelo trabalho¹. Sair *daqui* para trabalhar *lá*. O trabalho tende a assumir a centralidade no movimento das *gentes* de um para outro lugar. Medeia a sobrevivência nos lugares. No novo lugar a expectativa é sempre renovada. Expectativas de trabalho – e de *bom* trabalho – se apresentam como condicionantes destacáveis para deixar um lugar. E também para chegar a outro.

No novo lugar o trabalho é sempre de alguém para alguém. Destituídos de capital e dos meios e instrumentos de produção, migrantes trabalham para outrem. Nas cidades ou nos campos que se constituem em lugares de destino, desenvolvem-se relações entre quem trabalha para alguém e este alguém. Se camponesas e camponeses e trabalhadoras e trabalhadores familiares, a “economia do excedente”² é apropriada por comerciantes ou agroindústria. A autonomia também aqui é relativa. Se destituídas ou destituídos da terra, e por isso trabalhadoras e trabalhadores assalariados, a relação com aquela ou aquele que apropria é direta.

A patroa ou o patrão – menos vezes a primeira, comumente o segundo. Trabalhar para outrem é “aceitar” as cláusulas contratuais – quando existem – firmadas entre empregadora ou empregador e empregada ou empregado. “Iguais” juridicamente, uma vez que a aceitação às regras tem por pressuposto a “liberdade” de quem emprega e de quem “quer” ser empregado. O contrato entre patrão e empregado. Ambos, pessoas. Ambos, *gentes* dos lugares de *cá* e de *lá*.

Assim, trabalhadoras e trabalhadores migram na expectativa de um trabalho melhor. Subjacente está – para trabalhadoras e trabalhadores assalariados – que *pari passu* à expectativa do trabalho coloca-se a expectativa diante dos patrões. Frequentes são as situações em que a

relação com o patrão é precedida por uma intensa “procura”: a “procura” por emprego. Para a efetivação da relação com um patrão, a trabalhadora ou o trabalhador emaranha-se pelo intrincado mercado de trabalho – o mercado de oferta e procura de trabalhadoras e trabalhadores. A inserção ou aproximação a este mercado – para a migrante ou o migrante – pode se iniciar já no lugar de origem. Isso dependerá das informações e dos contatos que ali se estabelecem com *gentes* do lugar de destino. Informações e contatos preliminares assumem uma centralidade nem um pouco desprezível.

O mercado de trabalho do lugar de destino provoca mudanças no mercado de trabalho do lugar de origem. O inverso também é verdadeiro. A relação de um com outro mercado leva à constatação de que – mais que um “jogo” entre o mercado de trabalho de *lá* e mercado de trabalho de *cá* – o que se apresenta é um mercado de trabalho único que abarca lugares para além dele mesmo. Os mercados de trabalho locais constituem o mercado de trabalho regional, nacional e até global. Neste *mercado único*, as trabalhadoras e os trabalhadores migram atendendo tanto às expectativas subjetivas quanto às expectativas – exigências e imposições – das mulheres e homens que necessitam de mão de obra – o Capital.

A regra parece ser simples: trabalhadoras e trabalhadores de lugares sem ou com poucos postos de trabalho migram para lugares sem ou com poucas trabalhadoras e trabalhadores. O *laisse pass/laisse faire* migratório. O Trabalho atende as necessidades do Capital. O Capital, por sua vez, atende aos anseios do Trabalho!

O economicismo é a outra face da simplificação.

A liberdade de ir e vir deveria pressupor a liberdade de ficar. As relações econômicas também expulsam. A liberdade sucumbe diante da necessidade de sobrevivência. Necessidade que também impõe a mobilidade de uns e de outros, de umas e de outras. Expulsão e imposição podem se travestir em pretensas escolhas. As escolhas existem, mas são definidas diante de tendências e possibilidades. Certamente poucas as tendências e poucas as possibilidades. Destas poucas, uma informação, um contato ou um convite podem vir a “detonar a bomba” que apenas esperava o aviso de que em algum lugar outro as expectativas de trabalho se apresentavam melhores. Estas expectativas reconduzem as mulheres e os homens ao *labor* cotidiano. Na condição de trabalhadores assalariados, a labuta pressupõe a existência da patroa e do patrão.

Essa parece ser a liberdade de muitas e muitos que migram: “escolher”, dentre vários, um patrão. Ou uma patroa.

João era pedreiro no Rio Grande do Sul – “eu já trabalhava no sul, já”. Migrou para o Mato Grosso para desenvolver a mesma atividade em fazenda, decorrente das informações de um cunhado. Veio. Contudo, em poucos meses, a desistência do emprego: não em função da remuneração ou das condições de trabalho, mas, em especial, porque “foram me enrolando”:

diz que era pra, que eles mandaram chamá eu e minha mulher, minha mulher trabalha na cozinha. Nós ia morá na fazenda, aí foram me enrolando, aí era trinta dias, aí foi sessenta, foi noventa, e eles nada de arrumá serviço pra mulher, eu falei: ‘eu não vim pra trabalhá aqui, pra ficá longe da família’... Ficava, vinha duas vez por mês embora, e a mulher ficava sozinha, então, aí, de tanto eu insisti, eles me liberaram.

“Foram me enrolando”... *Enrolando... Ventando.*

O descumprimento do acordo foi o primeiro conflito de João no Mato Grosso, pois não *mudara* para ficar longe da mulher. “Foram me enrolando”. A primeira “enrolação”.

A esposa, que também seguiu para o Mato Grosso, ficou morando na cidade de Rondonópolis “e eu trabalhava na serra São Vicente”: “era lá na fazenda Paraíso, aí não queria que eu saísse de jeito nenhum, falei, mais não tem, e mais a mulher que trabalha aqui na, na cantina, não tava querendo saí agora; falei: ‘então por que vocês prometeram uma coisa e não tão cumprindo?’ Aí até que ignoraram, né, eu trabalhando bem lá, mais eu não güentei não”.

Uma migração de mais de dois mil quilômetros. Mais que a distância cartesiana, a distância de um lugar de significados múltiplos. A família. A mãe. O passado e o presente. Mas, “sem” futuro. Um trabalhador braçal largando o *chão* e, com a mulher, embrenhando-se em fazenda na “serra São Vicente”. Em fazenda que trazia no nome a representação da felicidade, da harmonia e da eternidade divina cristã. “Paraíso”... A tristeza da solidão “longe da família”. A desarmonia na promessa não cumprida. A efemeridade, porque “eu não güentei não”.

A promessa de trabalho para a mulher foi um engodo – “a mulher que trabalha aqui na, na cantina, não tava querendo saí agora”. “Então por que vocês prometeram”? Promessa não é dívida? Nas relações entre trabalhador e empregado, a promessa pode ser tão efêmera quanto o próprio trabalho. O que vale não é o cumprimento de um acordo verbal; o que vale é o trabalho e o resultado dele. “Não queria que eu saísse de jeito nenhum”!

Mas, mesmo assim, a promessa continuou descumprida.

Jogo de retórica.

Todo trabalhador é substituível. Gaúcho ou não gaúcho. Migrante ou não migrante.

João não “güentou” e saiu. Partiu.

A promessa permaneceu descumprida.

A “Paraíso” se virou contra o trabalhador. Na “Paraíso”, o fio de bigode virou chifre do demônio.

“Não güentei não”!

Muitas outras e muitos outros gaúchos migraram atraídos pelas promessas de trabalho e melhoria de vida no Mato Grosso. Licurgo e Alice também. As coisas não andavam bem pelas *bordas* do rio das Lajes, em Chapada, no Rio Grande do Sul. Junto com o irmão Márcio, o casal fez da “primeira chance” de mudança, uma *mudança* de lugar, atravessando três estados – Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul – para chegar até a *terra da promessa*: “foi a primeira chance que apareceu pra saí de lá, através de um fazendeiro lá de Não-Me-Toque” – “um holandês”.

As difíceis condições econômicas têm exercido um papel importantíssimo na migração interna brasileira. Nestas condições desenvolvem-se potenciais migratórios, como foi o caso de Licurgo e família: “aí apareceu essa chance pro Mato Grosso, então é pra lá que nós vâmo”. “É pra lá”. Quase que por instinto seguem, em lugar estranho e praticamente desconhecido, o sonho de uma vida melhor.

Mas, *tinha uma pedra no meio do caminho, no meio do caminho tinha uma pedra*:

é que quando eu vim a primeira vez, veio só eu e o meu irmão, ela [esposa] não, a família não. Aí eu fiquei dois mês aqui. Só que aí nós viemo pra construí pro fazendeiro, e com esses dois mês acabemo decidindo de fazê obra pro fazendeiro e ficamo trabalhando por mês pro fazendero. Aí nós voltemo pra lá e fiquemo o que, dois mês, né, aí primeiro veio o meu irmão [Márcio], aí depois viemo nós com as duas mudança. Aí fiquemo lá o que, um ano e pouco, aí não deu certo porque ele tentô passá a perna em nós, aí famo pra uma outra fazenda, lá deu a mesma coisa e eu falei ‘agora chega’. Aí viemo pra cidade.

A “chance” foi a migração. Não a melhoria nas condições de vida pelo acordo com o “fazendeiro”. Pelo contrário, “não deu certo porque ele tentô passá a perna em nós”. Na segunda fazenda “deu a mesma coisa”.

“Agora chega”.

E a migração definitiva “pra cidade” de Rondonópolis.

Licurgo: pedreiro e marceneiro na construção de galpões em fazenda.
Trabalhador braçal do sul para o Mato Grosso:

mas e daí, quando que lá era uma coisa, quando viemo aqui foi bem na planta do arroz, no mês de setembro-outubro, uma coisa assim, aí começô de enchê o saco e nós fumo pra lavora pra plantá pra ele, prepará a terra e plantá [também tinha prática como tratorista no sul]. Aí nós tinha arrumado o meu irmão, naquela época não [era tratorista], foi aprendendo aos pouquinho, mas eu não sabia mexê com máquina, aí o material [para a construção dos galpões], o que, dá uns cento e cinquenta quilômetro daqui, o material é difícil, então na metade do tempo não tinha o que fazê, e nessa história nós fomo pará na lavora.

Da construção de galpões para a “lavora”. Porque o “fazendeiro” “começô de enchê o saco”. A decepção com o primeiro “fazendeiro”, que “tentô passá a perna em nós”, fez com que Licurgo e o irmão retornassem para o Rio Grande do Sul: “aí nós saímo no fim da planta e voltemo. E aí meu irmão ainda táva com a intenção de vim pra cá, aí eu falei: ‘não, acho que vamo dexá de lado’. Mas aí ele resolveu de vim, aí com essa brincadeira nós viemo atrás, quando nós viemo trouxemo as duas mudança num caminhão só”.

Nas duas fazendas – antes e depois do breve retorno de dois meses para o Rio Grande do Sul –, situações semelhantes de como os acordos entre os fazendeiros e os irmãos trabalhadores foram descumpridos:

é que na época nós era pra ganhá a comissão da lavora, e quando nós estava aqui, inclusive naquele ano, num ano só, o mesmo arroz que nos ajudamo a plantá depois eu mesmo colhi ele, eu colhi a lavora o tempo inteirinho, sozinho, aí era pra nós ganhá comissão da lavoura e daí não deu essa comissão, negô. Aí meu irmão ficô mais um ano e outra vez ele alegô: ‘ah não, mais esse ano é assim mas daqui pra frente vocês vão ganhá’. Eu não caí mais nessa, eu caí fora. E ele ficô, aí dançô de novo. Nós saímo e fomo pra outra fazenda, de um gaúcho lá de, de Tapera, aí dancemo outra vez, aí eu falei: ‘agora chega”.

Dois fazendeiros. Primeiro um holandês. Depois um gaúcho “de Tapera”. Gaúcho fazendo “dançar” outros gaúchos. “Aí dançô de novo”. “Aí dancemo outra vez”. Dois trabalhadores. Na primeira e na segunda fazenda, dois gaúchos tentando melhorar de vida. “Pra nós ganhá comissão de lavoura”. “Daí ele não deu”. Foram fazendeiros do sul – um “holandês” e outro “gaúcho

de Tapera” – que prometeram e não cumpriram seus acordos com gaúchos trabalhadores. Foram, mais que gaúchos patrões ou gaúchos do trabalho, patrões e empregados. Os primeiros prometendo. Os segundos trabalhando. Os primeiros negando a “comissão da lavoura”. Os segundos *caindo fora*.

Sem mais promessas. Sem mais dinheiro. Sem mais emprego.

“Caí fora”!

A sina em ter patrões gaúchos continuou para Licurgo também na cidade: “inclusive esse meu outro patrão que já vai fazê dezesseis anos, que eu trabalho com ele, é de Santo Ângelo”. “Também é gaúcho”. Agora na cidade. Com carteira assinada. Com salário. Há dezesseis anos! Mas ainda como empregado de gaúcho. Gaúcho patrão.

Licurgo insistiu em afirmar que, mesmo com as duas experiências negativas com os fazendeiros do sul, a imagem do gaúcho – de antes e depois da migração – não se alterou: “não, não; inclusive depois que nós távamos morando ali [na cidade], daí veio um bocado de fazendeiro queria levá nós de novo”. Licurgo, meio irônico, completou: “inclusive, eu acho que um era filho desse mesmo desse holandês que nos troxe pra cá”...

Não deu outra, Alice interrompe o marido e ressalta: “veio atrás, queria que nós fosse, falei: ‘não’”.

Gaúchas e gaúchos trabalhadores também falam “não”!

Para Ana, o marido, os filhos e o pai, foi o primo quem convenceu para a *mudança* do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. O trabalho já estava arranjado. O patrão, em decorrência, também. Não houve escolha. Entretanto, os patrões de *cá* tinham também a origem de *lá* e isto parece ter facilitado a relação entre trabalhadores e patrões. Segundo Ana, as relações com os patrões “foram ótima, porque eles também eram do sul”. Além de sulistas, eram gaúchos:

eles era gaúcho tamém, né, então não estranhô muito com os patrão não, né, que o gerente que trabalhava na fazenda ele era gaúcho, né, então num tinha muito, a gente já sabia como que era, o mesmo sistema de lá, aí os gerente também, tudo, então num tinha como a gente estranha, né, só as pessoa, né, que a gente vivia dia-a-dia que não era acostumada, era o jeito delas então a gente estranha, estranha um pouquinho, né, no mais, então.

A mesma origem regional – “eles era gaúcho tamém” – acabou, em alguma medida, por dissimular a relação entre a gaúcha cozinheira de fazenda Ana e os gaúchos patrões. A relação toma o sentido de *comunidade gaúcha*. Comunidade gaúcha que transcende o Rio Grande do Sul. A

comunidade gaúcha imaginária como modelo³. Entre “semelhantes”, o estranhamento é nulo – “então não estranhô muito com os patrão não, né”.

Patrão-gerente-cozinheira. A hierarquia do mando e da obediência é substituída pela origem comum. A origem gaúcha assume a centralidade nas relações de Ana com o gerente e o com o patrão. As relações “foram ótima”, porque todos partilhavam do “mesmo sistema”. Se a origem comum unificava, as origens não comuns provocam o estranhamento – “só as pessoa, né, que a gente vivia dia-a-dia que não era acostumada, era o jeito delas”. As “pessoa” com quem Ana “viviam dia-a-dia” eram os trabalhadores da fazenda: iguais e diferentes simultaneamente. Todos trabalhadores do “dia-a-dia”. Diferente do patrão e do gerente, não eram gaúchos. Eram do novo lugar. Do lugar de *lá*. Estranhava Ana porque “não era acostumada” com o “jeito delas”.

Estranhar e acostumar o jeito...

Su-*jeita* aos *jeitos* do sul, Ana tem em mulheres e homens hierarquicamente superiores – em outras gaúchas e outros gaúchos – a referência a um “mesmo sistema”. Antes dali, Ana já conhecia o “sistema”. O *jogo* entre os de *lá* e os de *cá* prevalece sobre as relações entre os que “devem” mandar e entre os que “devem” obedecer.

O pai de Ana, Maneco, também foi construindo, primeiro indireta e em seguida diretamente, a representação da pretensa *superioridade sulista* para o trabalho: “eu já tenho que fazê do meu braço o que dá, dá porque esse negócio de ‘ah isso aí tenho que fazer bonito muito’, não, negativo, então a gente tem que se virar e meter a cara”. “Meter a cara” se aproxima da representação do gaúcho que migra como desbravador e possui uma mentalidade arrojada⁴. Ou uma mentalidade “moderna”. Maneco assevera: “olha isso, isso, raça de lá é sempre faz de tudo, é difícil ter um outro que não mete a cara mesmo, mas se não todos eles estão trabalhando...”

“Raça” e trabalho – “todos eles estão trabalhando” – marcam o espírito e a prática de quem “mete a cara mesmo”, porque:

dessas outras raças dentro do Brasil, essas outra regiões tem gente junto que fala ‘ó, eu não posso, que não tem jeito, eu não gosto de trabalhá na roça’... Esses dia a gente tava falando pra Ana aqui, que antigamente quando eu era novo meu horário era quatro hora da madrugada, tanto no inverno como verão, era quatro hora eu tava trabalhando já, saía fora, tomava chimarrão e aí já ia tratá os boi e no clareá do dia já tava na lavoura, esse meu horário, e hoje em dia, hoje em dia eu num güento mais nada... E então a gente tem que se entregá mais. Olha, eu acho que essa raça de lá é uma raça que mais pega duro e duro mesmo, acho.

“Raça”, trabalho e “jeito” – “que (não) tem jeito” – sinalizam para as diferenças entre os de *lá* e os *daqui*. As “outras raças” e as “outra regiões” – o não gaúcho e, em especial, o não *sul* – são representados pelo não gosto ao trabalho – “eu não gosto de trabalhá na roça”. A ênfase recai sobre o trabalho na “roça”, que Maneco vivenciou no sul: na madrugada, no verão e no inverno. A experiência no trabalho é a referência para a produção de representações para quem gosta e quem não gosta do trabalho. E detém-se em um trabalho específico: “na roça”. O trabalho árduo na “roça” – quando “eu era novo” – coloca-se como balizador na analogia entre quem trabalha – ou trabalha mais – e quem não trabalha – ou trabalha menos. O passado de trabalho – para Maneco – se sobrepõe ao presente do não trabalho ou do pouco trabalho: “quando eu era novo meu horário era quatro hora da madrugada”/“hoje em dia eu num güento mais nada”.

A “crítica” às “outras raças”, das “outra regiões”, afunila-se sobre um trabalhador específico: o jovem que não “pega duro”. À “raça” que não “pega duro” tem por oposição a “gente” e “essa raça de lá”, que “mais pega duro e duro mesmo”.

Na comparação entre as “raças” e entre as “regiões”, Maneco resgata o ritmo do trabalho camponês nas pequenas propriedades do sul. O resgate de um *fazer-se* que tem o trabalho familiar como um de seus sustentáculos. Iniciar o dia de trabalho às “quatro hora da madrugada”, em qualquer dia do ano – “tanto no inverno como verão” –, coloca-se como componente relevante na concepção de trabalho – e ritmo de trabalho – para o colono sulista, que pode ser reposta no ditado popular “Deus ajuda a quem cedo madruga”. Madrugada, inverno e verão e boi e lavoura, de alguma forma, sintetizavam os dias – e as noites – de trabalho de Maneco, “quando eu era novo”.

Na descrição da labuta diária, no entanto, um elemento não passa despercebido: o chimarrão. Tomar chimarrão aparece como componente indissociável no cotidiano do camponês sulista – em especial da gaúcha e do gaúcho – promiscuindo-se ao trabalho. O “[eu] tomava chimarrão” estava de tal modo ligado à madrugada – coincidindo com a aurora do trabalho – que a sua apresentação na *fala* surge tão espontaneamente quanto qualquer uma das atividades que se ia realizando – “tratá os boi” e “na lavoura”.

Depreende-se, com isso, que uma rígida separação entre *ócio* e trabalho – na labuta camponesa – parece desmedida e inconsistente. Da mesma forma que o horário – “meu horário era quatro hora da madrugada”

– deve ser tomado com cautela, uma vez que levantar cedo é dado pela necessidade da quantidade e da qualidade do trabalho na própria propriedade – por isso relativamente autônomo – e não pela imposição do cumprimento de horas de trabalho como exigência do trabalho assalariado.

Chimarrão. Trabalho. E *raças*...

Também, na comparação entre as “raças”, Maneco se reporta a um tempo e lugar que nem para ele mais existem. Mas no passado se coloca uma experiência de trabalho que lhe possibilita definir gradações de mais trabalhador – “que mete a cara” e “pega duro” – e de menos trabalhador – “que não tem jeito” e que “não gosto de trabalhá na roça”.

A disposição do pai em traçar um paralelo entre as “raças” de *lá* e as de *cá*, fez com que a filha – Ana – também se embrenhasse por caminho similar:

eu acho que a raça sulista, acho tanto do Paraná, também eu acho assim que eles são um povo batalhador, eles tá bom tá ruim eles tão mexendo, que nem diz o outro: ‘metendo a força, né, indo pra frente’, eles pensa assim: ‘oh, eu vou trabalhar, vou conseguir, vou conseguir’, né? Então eles são batalhador... Tanto do sul como do Paraná.

A similitude com as posições do pai *voa* em um mesmo ritmo: dele, a importância do “mete a cara”; e, dela, o “metendo a força”. Para a “raça sulista” – e também “do Paraná” – o trabalho se apresenta como condição indispensável para ir “pra frente”. Metaforicamente – na “guerra” cotidiana –, o trabalho reaparece como batalha. Não há possibilidade de vitória a não ser pelo trabalho – “vou trabalhar [e] vou conseguir”.

A generalização se afirma como elemento neutralizador das diferenças *ou* desigualdades⁵ entre os próprios sulistas (também “do Paraná”, para Ana). “Eles são um povo batalhador”. Todos são “povo”. Todos são sulistas. Todos participam do “mesmo sistema de lá”. Todos são trabalhadores-“batalhadores”. As diferenças, desigualdades e contradições estão fora deste emaranhado de *gentes* do *sul*. Os diferentes e desiguais são os não-sulistas. Os patrões e o gerente, onde Ana, o marido e o pai trabalharam quando chegaram ao Mato Grosso, eram gaúchos. Eram sulistas. Compõem, junto com Ana e família, os membros de um “povo batalhador”.

O que e como perceberam, vivenciaram e experienciaram sobre as relações com os patrões, surge agora como os arcaibouços disponíveis – e resgatáveis pelas lembranças e pela memória – para *tecer* as representações

destes mesmos padrões e dos demais trabalhadores da fazenda. E, por extensão, a representação⁶ de si mesmo nas tramas e dramas de um novo lugar.

2. “Arrumei serviço logo lá porque eu era gaúcho”

Migrar para o trabalho!

Participar do mercado formal ou informal de trabalho – no lugar de origem ou de destino – é sempre uma possibilidade ou tendência de realização. O trabalho *aqui* ou *ali* assume a centralidade de todo migrante, porque é condição de existência e condição de realização pessoal, social e econômica. É o trabalho que, substancialmente, garante a permanência ou provoca a ausência nos lugares. A falta de trabalho tende a provocar a *mudança* de um para outro lugar. As expectativas de trabalho colocam-se como fatores de atração importantes para a constituição de lugares de destino. As perspectivas em relação ao trabalho, em cada migração, tendem sempre a se renovar, uma vez que mesclam às dificuldades de trabalho no lugar *deixado* – *expectativas negativas* – a disposição frente ao trabalho e as *expectativas positivas* que o novo lugar coloca – sejam elas materiais ou simbólicas.

Para a trabalhadora ou o trabalhador que migra “sem dinheiro no bolso” – e por isto a tendência é o assalariamento ou a informalidade nas cidades ou o assalariamento, arrendamento, parceria ou meação no campo –, a relação com uma patroa ou um patrão é quase inevitável – a relação entre desiguais. Mas a mobilidade do trabalho, fatalmente, também coloca em relação – e por vezes até em *atrito* – as próprias trabalhadoras e os próprios trabalhadores. As possibilidades e tendências de participação nos mercados formal e informal de trabalho são sempre limitadas – no mercado formal as limitações superam grandemente as da informalidade. As limitações provocam a disputa para a inclusão no mercado de trabalho. Nos lugares de destino de migrantes, esta disputa também ocorre e sempre tende a se agigantar.

As disputas – explícitas ou implícitas – se dão levando em conta atributos definidos pelas empregadoras ou pelos empregadores, que podem ir da força física, da capacidade intelectual, da formação técnica e profissional, do grau de escolaridade a “atributos” mais “espinhentos” como a cor da pele, o gênero, a idade, a etnia e até uma certa “identidade

regional”⁷. Esta “identidade regional” tende a se colocar como “atributo” em lugares, em especial, que se constituem como pontos de atração para migrantes de lugares diversos. O encontro de trabalhadoras e trabalhadores de lugares vários pode levar, por isto, a *desencontros* entre os próprios sujeitos do Trabalho. Desencontros que são fincados a partir de “atributos” – para a escolha de empregadas e empregados – construídos pelas donas e donos de empresas rurais e urbanas, que exercem o poder de “qualificar” não os desiguais, mas os diferentes.

Em Rondonópolis, que apresenta como característica demográfica principal a migração, isso não foi diferente⁸.

Para a preferência de sulistas na atividade de mecânico, em Rondonópolis, João entende que o componente principal é a confiança: “eu acho que eles confia mais, entrega o serviço aí na mão, do cara que ele já conhece lá, porque o pessoal de lá [do sul] é considerado trabalhador, né, então, o pessoal daqui não conhece, então já tem mais chance de entregá o serviço”. “Confiança” no “pessoal de lá”, que “é considerado trabalhador”.

“Trabalhador” que se conjuga com o “sotaque” e os “costumes”: “vê na mecânica o Russo aí pro’cê vê, ele é paranaense, pessoal vai tudo pro sul e trás serviço pra ele, pra ficá melhor, né, o contato da pessoa, já o próprio sotaque, os costumes”.

Contudo, nem o “sotaque” e nem os “costumes” colocaram-se como empecilhos no relacionamento de João com as *gentes* do Mato Grosso: “não, nunca tive nada, nada”. Tem a clareza, no entanto, das diferenças entre o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul:

aqui é outro estado, né, não é que a gente não vai agradá aqui, não é à toa que tem um, até hoje os costume é diferente, aqui é muita mistura de raça, muito, é que nem São Paulo, totalmente diferente, no Rio Grande já conserva mais as raízes, o pessoal lá é mais conservador, agora aqui é totalmente diferente, aqui é, o negócio é ganhá dinheiro, que o pessoal fala, não é aqueles costumes que nem lá no sul.

As diferenças entre *aqui* e *lá*: “os costume é diferente”; “aqui é muita mistura de raça”; *lá* “já conserva mais as raízes, o pessoal lá é mais conservador”; *aqui* “o negócio é ganhá dinheiro”, “não é aqueles costumes que nem lá no sul”.

“Costume”, “raça”, “raízes” e “dinheiro”.

A “miscigenação” *aqui* e a “pureza” das “raças” *lá*.

Aqui “o negócio é ganhá dinheiro”. Competição, velocidade, outro

ritmo, não perder tempo, provar, sucesso, ascensão, menos escrúpulos porque menos destituídos de “raízes”, de relações. Uma lógica do negócio em contraponto a uma lógica familiar e/ou comunitária⁹. No novo lugar o que importa é o “dinheiro”; é ele que mede o “sucesso” *aqui* e que tende, também, a ser exibido *lá*.

Como disse João: “depende da ganância aí, tem que conservar, tem gente que vem pra cá e só pensa em ganhá dinheiro, só ganhá dinheiro, então às vezes esquece muita coisa”... João não é ganancioso:

eu, pra mim num, que eu posso falá pro'cê, eu não sou ganancioso, dez anos que eu tô aqui, se eu fosse ganancioso eu tinha uma casa boa, eu tinha uma caminhoneta boa, não tenho nada, tenho minhas ferramenta, minhas peça pra trabalhá, vivê o dia-a-dia, das minha pescaria. Agora tem muito gaúcho que eu conheço aí, Primavera principalmente, é uma ganância que se você for com poco menos que eles, não, te levam à força, fiquei três meses [lá, apenas], por causa disso.

A falta de “ganância” de João fez dele um gaúcho sem propriedades – sem “uma casa boa”, sem “uma caminhoneta boa”. “Não tenho nada”. Apenas as “minhas ferramenta” para o trabalho e “das minha pescaria”. O oposto são “muito gaúcho que conheço aí”, como em Primavera do Leste. Lá, em “Primavera”, não agüentou e ficou apenas “três meses”, antes que “te levam à força”. A ganância aparece, novamente, em relação indissociável à competitividade, ao dinheiro e à propriedade.

Outra comparação: entre o “nosso pessoal do sul” e o “turco”:

é quem tá bem, não é que nem o turco, que vê o patrício dele lá em baixo, vai lá e ajuda pra ele não ficá mendigando na rua, e aqui não, nosso pessoal do sul que vem pra cá é muito cruel nesse, não qué sabê de ajudá o seu conterrâneo, não qué sabê não, o negócio deles é ganhá dinheiro.

A pretensa hospitalidade gaúcha do sul parece se esfacular *aqui*. “O negócio deles é ganhá dinheiro”. Desenvolve-se, assim, um paradoxo em relação à *comunidade gaúcha imaginária*, que parece se desenvolver no âmbito ideológico e simbólico em contradição com as relações materiais e econômicas, inclusive entre os próprios gaúchos. A *comunidade imaginária gaúcha* parece longe dali e obscurece as relações de classe e de poder. No *aqui* e *agora*, o “pessoal do sul que vem pra cá é muito cruel”, “não qué sabê de ajudá o seu conterrâneo”.

É preciso, *aqui*, “estalar o peito”: “aqui, se ocê não vim aqui, não

estala o peito aí, não, eu matei uns conterrâneo, eles vão me ajudá? Não ajuda nada”.

Gaúchas e gaúchos pobres. Gaúchas e gaúchos ricos. No *entrecruzar-se* de uns e de outros, João descreve os “merda de gaúcho”, os *gaúchos de merda* e os gaúchos “verdadeiro”:

tem aquele que eu, só porcaria, que é o merda de gaúcho: é aquele que só vem pra envergonhá nossa raça, dá tombo nos outros, dá nó nos outros. Tem aquele que qué sê gaúcho e é o outro porcaria também, o do da metade. O verdadeiro é aquele honesto que paga, passa necessidade mas paga as conta, defende a raça dele, não deixa que fala mau da raça dele... Então é assim, é um ditado.

A vergonha, o fazer-de-conta e a honestidade.

No primeiro a lógica do dinheiro a qualquer preço. No segundo o gaúcho pela “metade”. E no terceiro a “honestidade” e o “defensor da raça”. “É um ditado”.

Diferenças imperceptíveis no Rio Grande do Sul, de acordo com João, porque o “ditado” fora aprendido *aqui*: “foi aqui, porque lá a gente tinha outra visão dá vida lá, foi nascido lá, então eu nunca tinha saído pra outros, outros estados, né, então aqui você vê a diferença”.

Também percebe diferenças entre gaúchos e não-gaúchos, mas que para João “tudo é igual”: “não discrimino nem mato-grossense nem, pra mim tudo é igual, nas brincadeira a gente, nas piada a gente, né, tem piada de gaúcho, tem piada de cuiabano, então é, sério memo não tem nada haver não, é trabalhá e tentá sê honesto”.

O trabalho e a honestidade. E as piadas... “De gaúcho” e “de cuiabano”.

Muitos gaúchos vieram do Rio Grande do Sul “sem nada” e, com o “trabalho”, “hoje tão bem”:

tem muitos aí que vieram sem nada e hoje tão bem, trabalharam, né, trabalharam de sol a sol, enfrentando tudo aí, não tem medo de dívida, não têm preguiça de trabalha. Agora, tem uns que vem pra cá [e] não qué fazê nada e fala que Mato Grosso é ruim, diz que volta pra lá e fala que aqui não é bom; é as oportunidades, né, chega aqui você pega aí trinta mil alqueire aí, algum maquinário pra planta, sua tendência é crescê, crescê cada vez mais, que nem esse pessoal de Primavera [Primavera do Leste], a metade daquilo ali é pessoal que veio tudo, tipo corrido de lá que não tinha o que fazê lá, num tinha terra pra eles, chegam aqui, vão comprando meio fiado, meio, vão comprando, vão trabalhando, noventa por cento lá é gaúcho, tudo bem de situação.

Primavera do Leste aparece como modelo¹⁰ de mulheres e homens que “trabalharam de sol a sol”, “sem preguiça de trabalhá”. Com “maquinário” a “tendência é crescê”. Também em “Primavera”, “a metade daquilo ali é pessoal que veio tudo, tipo corrido de lá que não tinha o que fazê lá, num tinha terra pra eles”. “Corrido” é também uma forma de *expulsão*. Mas, “comprando meio fiado”, “vão comprando, vão trabalhando”, estão “tudo bem de situação”; chega e “pega aí trinta mil alqueire”...

Alguns pegam. A maioria não, como João e Bibiana.

Bibiana salientou que o pai “dizia sempre que não gostava de cuiabano, que não gostava de cuiabano... Nós nunca entramos, assim, em pormenores, realmente o porquê”. O pai morou por quatro anos em Rondonópolis e por onze anos em Cuiabá:

a única coisa que meu pai dizia era que achava estranho alguns hábitos de pessoas daqui, porque o gaúcho às vezes é mais receptivo em alguns momentos, e ele achava e entrava em algum atrito com pessoas pelos hábitos, principalmente com cuiabanos, porque aqui de Rondonópolis ele foi pra Cuiabá; lá sim deu pra detectá bem as diferenças culturais.

Eram, pela fala de Bibiana, as percepções do pai. O estranhamento nos “hábitos”, na “recepção” e na “cultura”. Entre gaúchos e cuiabanos, principalmente.

Bibiana, por seu lado, também acabou discorrendo sobre o “povo de lá” – os gaúchos – e as “pessoas aqui”, mas em uma perspectiva praticamente oposta ao pai:

já a meu ver, como eu estudo bastante e tal, eu não sinto saudades do Rio Grande do Sul, porque às vezes eu faço bastante críticas em relação ao povo de lá, que acham que só eles de lá são capazes de fazer as coisas. Mesmo sendo do Rio Grande do Sul, eu percebo que tem muitas pessoas que acham que só eles são capazes. Então, eu moro aqui nesse local que eu vejo um povo trabalhador, um povo humilde, um povo simples, muito gostoso de morá, você não se preocupa muito com a aparência, com o jeito de falá, com o jeito de sê; eu sei que as pessoas aqui são outras.

Primeiro: “não sinto saudades do Rio Grande do Sul”, “eu moro aqui”. Bibiana não está apenas no lugar: é o lugar. Contrapõe certa prepotência do “povo de lá” com “um povo trabalhador”, “humilde” e “simples” *aqui*. Uma prepotência ligada ao *achar* “que só eles de lá são capazes de fazer as coisas”, à “aparência”, ao “jeito de falá” e ao “jeito de sê”. Os *jeitos*

dos lugares feitos na oposição das *gentes*: “eu sei que as pessoas aqui são outras”.

Bibiana, gaúcha, já é *daqui*.

Um *jeito* percebido e construído. Um *jeito* vivido. O “meu jeito de sê”. O *jeito* do lugar...

Bibiana, antes de migrar, tinha “uma outra imagem, eu só convivia lá, eu só convivia com eles. Essa imagem foi construída no momento que eu me deparei com outro tipo de cultura, com outra maneira de se vivê, com mais humildade. Que eu achei, a meu ver, com pessoas mais humildes e me adaptei melhor com meu jeito de sê. Então, assim, não tenho a mínima vontade de voltá pra minha terra natal. Adoro Mato Grosso”. No extremo, “adora” o *jeito* daqui.

Werner, nos primeiros dois-três anos de Mato Grosso, *correu* de um *ponto pra outro* em busca de trabalho, na maioria fazendas: “eles gostava dessas fazenda grande, gostava dos gaúcho”. Porque, enfatizou Werner, “os gaúchos, os paranaenses, são um tipo de gente organizado”.

E, se não fossem os “sulista”:

se não tivesse entrado sulista aí, aqueles pessoal mais de lá de Minas, o Mato Grosso não seria o Mato Grosso que é, eles devem, tem muita gente que do Mato Grosso mesmo fala, uns fala mal dos gaúchos, que gaúchos não sei o que, que é metido tal, que vem aqui, não tem medo de dívida, é a realidade, mas se não fosse eles, isso aí, tem coragem, coragem de trabalhá, o que pensa de fazê vai e faz mesmo, e consegue, que nem tem uns que veio rico, não tem nada hoje, nego que veio com uma malinha tá bem, né, é sabê administrá ó, dizê que nem o meu sogro: ‘tem que administrá o dinheiro, não pode jogá fora’, fazê negócio também, né, negócio mal leva o peão.

“Organização”, “empreendedorismo”, “coragem”, “trabalho” e “administração”. Os *segredos* do negócio. Porque “uns que veio rico, não tem nada hoje”; e “nego que veio com uma malinha tá bem, né”. Uns souberam “administrá”. Outros, como o “peão”, o “negócio mal” levou.

Os referenciais de *distinção*¹¹, insiste Werner, estão, em especial, no “trabalho” e em certa “vontade de progredi”:

eu nunca [tive] dificuldade assim pra introzá, eu nunca tive, sempre onde é que eu chegava tava em casa, eu cheguei no meio dos cuiabanos aí ó, fui fazê na fazenda ali, só mato-grossense, pra começá mato-grossense é preguiçoso demais, então uma vez, mais é o povo que não tem inveja, tudo pra eles, se tivê um espetinho e a mandioca tá bom, e a gente sempre qué um pouquinho mio. Então o que leva, tem muito que fala: ‘o gaúcho,

paranaense e o catarinense é metido', mais não é, que eles são metido tem aquela vontade de progredi, não tem esse negócio de ficá aí só, se tivé mandioca e carne tá bão, sempre qué um poquinho a mais.

O “mato-grossense é preguiçoso demais”. E “não tem inveja”.

“O gaúcho, paranaense e o catarinense” “tem aquela vontade de progredi”, “sempre qué um poquinho a mais”. Duas concepções de trabalho que acabam também definindo duas perspectivas de vida.

Por outro lado, diferenças se colocaram nas relações próximas, principalmente entre vizinhos. Maria insistiu com a pouca relação, no Mato Grosso, com as “pessoas do sul”: “aqui mesmo, aqui em Rondonópolis, nós não tivemos convívio com pessoas do sul, então, só o irmão dele, o meu cunhado; aqui na rua, vizinho, aqui é, conhece várias pessoas, mas a convivência dessas pessoas que é só daqui, de outro lugar, da nossa terra mesmo não tem”.

Convívios que também pontuam diferenças entre as relações próximas no Paraná e as relações próximas em Rondonópolis, como enfatizou Werner: “nóis nunca tivemos, só que nóis, que nem nóis não passeia... É assim aquela amizade, cada qual na sua casa, pra começá eu também não tenho tempo, né, fica eu viajando, chega em casa agora, vou ficá passeando, e pouca visita nóis ganha”. Enquanto que “lá no sul, você fala: ‘vou na sua casa tal dia’, aí cê se arruma, espera; aqui não, você já chega lá e vai entrando, não tem esse negócio de ficá um na casa do outro”.

A distância temporal e espacial do Rio Grande do Sul pode demover o contato e as relações mais próximas; pode interromper, pela migração, um acúmulo de experiências e vivências de várias gerações; pode provocar, no extremo, a perda da identidade com o lugar e, na negação do lugar, a construção de um lugar outro. Uma nova identidade... Contudo, isto também parece relativo. Se no âmbito das relações familiares e parentais pode ocorrer o afrouxamento e mesmo o esvaziamento de contatos, a distância no tempo e no espaço e a construção de relações outras nos novos lugares, parece não destruírem totalmente um sentimento de diferença, em especial quando as comparações descambam para a relação das *gentes* com o trabalho e com as perspectivas de *progresso*.

Antônio, que há mais de trinta anos deixou o Rio Grande do Sul, ainda criança, deixa explícita a acentuação de diferenças entre gaúchos e não-gaúchos, que no “sangue” demonstrariam o “espírito de progresso”:

vê uma pessoa do sul que tem aquele sangue, mesmo que nasceu aqui, filho

de gaúcho, tem aquele mesmo sangue: lutador, não tem medo, a não ser que tenha intenção, às vez, porque sempre tem um e outro que não quer nada com nada mesmo, mas a maioria sempre tem aquele espírito de progresso. O paulista também é assim, o mineiro também é dessa maneira, e os outros tem espírito mais frágil.

Um *dna*-“lutador”!

Assim como o paulista e o mineiro... Não apenas o gaúcho nascido no Rio Grande do Sul, como também o “filho do gaúcho”. Mas não há homogeneidade: “porque sempre tem um e outro que não quer nada com nada mesmo”, inclusive gaúchos.

“Sangue”, “luta” e “progresso” do gaúcho contrapondo-se ao “medo” e à “fragilidade” dos “outros”. Os “outros” seriam os não-gaúchos, os não-paulistas e os não-mineiros. O “espírito mais frágil”.

Antônio, já nas primeiras mudanças de trabalho em Rondonópolis, também foi percebendo diferenças no *trabalho* do “pessoal do sul” e o pessoal *daqui*:

o pessoal do sul trabalha bem diferente, tem mais disposição pra trabalhar. Você vê a capacidade e eu me interessava por tudo, eu me interessava e pegava uma vez, olhava uma vez eu já sabia, e é um ramo que eu peguei muito fácil, fácil mesmo, dentro de uma semana que pratiquei, não tinha mais dificuldade, e pratos, decorei todos os pratos, as variedades, e decorava tudo. Hoje não, hoje já é tudo mais simples, você faz um restaurante, tem um cardápio que explica tudo que vai no prato. Naquela época não tinha, o garçom tinha que explicá tudo, nos pratos, o que vai no filé à cubana, à parmegeana, explicava tudo o que ia aí dentro pro freguês, o que tinha nesse prato, e sabia tudo de cór. Hoje não, hoje é bem mais simples, sê garçom hoje é bem mais simples, é bem mais fácil. Só que hoje não ganha dinheiro, naquela época ganhava dinheiro; garçom não ganha dinheiro mais não, não dá mais aquela caxinha. Naquela época era bom demais, dava muito mais, era uma maravilha. Montava nos trocos.

“Trabalho”, “disposição”, “capacidade” e “interesse” seriam os *atributos* do “pessoal do sul”, assim como de Antônio. Mas as diferenças entre os de *lá* e os *daqui* perdem rapidamente a centralidade na narrativa; prefere, antes, discorrer sobre a profissão de garçom “naquela época” e “hoje”. “Hoje é bem mais simples”, mas “garçom não ganha dinheiro mais não”. Antes, o garçom “montava nos trocos”.

Depois, retoma a *disposição*: “esse povo ali naquele dia não tinha não, dos quatro foi minha a vaga”. Alude ao seu primeiro trabalho quando,

de quatro novatos, foi o que conseguiu a vaga de garçom. Dali, seguiu a fala para a vinda do “pessoal do sul” na “época de setenta”:

o pessoal do sul na época de setenta, o pessoal do sul chegô aqui no cerrado, ninguém dava conta de fazê nada, só tinha campo, cerrado, chegam os sulistas aqui, pegô e é até hoje, produção mais produção, com soja, milho, algodão. Então foi o sulista que foi progredindo a cidade, a região de Mato Grosso, que cultivaram o Mato Grosso foram os sulistas.

“Produção mais produção”. O “progresso”. Sulistas...

Antônio, por outro lado, foi categórico na exposição sobre o lugar como “uma mistura de raças”:

porque aqui em Rondonópolis tem raça de tudo o que é lugar, tem, assim, pessoas de tudo que é lugar do Brasil, uma mistura de raças, então parece que criô uma nova geração. Que nem eu sô lá do sul, minha mulhé é lá do nordeste, ela é filha de pernambucano e ela nasceu em São Paulo, mas é descendente de nordestino. Então eu misturei minha raça, meu sangue tem, minhas filhas tem sangue nordestino e do sul: é uma outra geração.

“Uma mistura de raças” que tem na família de Antônio um exemplo eloqüente: um gaúcho casado com uma paulista filha de pernambucanos. As filhas mato-grossenses. O sul e o nordeste se *misturando* pelo “sangue” das trabalhadoras e dos trabalhadores – “tem sangue nordestino e do sul”.

“É uma outra geração”. Um outro lugar: “eu gosto do lugar, eu me integrei muito fácil, tive muita facilidade pra fazê amizade, eu sô uma pessoa simples, não tenho dificuldade pra fazê amizade”. O lugar da *mistura* das “raças” também é o lugar da integração e da amizade. Pelo menos para Antônio, “uma pessoa simples”.

A *mistura* das “raças” em Antônio tem seu contraponto na posição de um dos fazendeiros – patrões – onde trabalharam Alice e Licurgo. Não o “segundo”, mas o “holandês”: “o segundo que é o italiano, que ele nunca falô nada; agora, o outro, o holandês era assim, ele, por exemplo: o preto ele prefere ver lá pelas costas, mas não pela frente, ele diz que pra trabalhá, se não for de origem europeu, pode mandá matá, isso ele cansô de falá pra nós”.

O patrão racista. O “holandês”. “Esse já era racista”.

Já o fazendeiro “italiano” “trazia mais [trabalhadores] do sul”, também segundo Licurgo: “ele não morava aqui, ele morava lá, então praticamente tudo vinha de lá, os negócio principal era feito lá, então a maioria do pessoal também... Sabe, ele tinha bastante preto, ele não tinha

esse negócio de escolhê a cor”.

Fazendeiros “europeus”: o racismo e o não-racismo participando das relações de trabalho no centro-oeste brasileiro.

O fazendeiro “racista”, curiosamente, fora também o patrão do calote, não apenas sobre Licurgo e Alice, mas sobre todas e todos os trabalhadores da fazenda, como discorreu Alice: “na época morava quatro família, era tudo do sul, só que era ele [Licurgo], o irmão dele e mais outras duas, que as outras duas já tá lá, e tudo eles saíram de lá com problema. Tudo foi assim, fez o negócio [e] depois negô que não foi isso”. Porque o contrato, como bem ressaltou Licurgo, era feito “no fio de bigode”: “que ali não fazia contrato, não fazia nada que podia cobrá ele depois; então tudo, como se fazia antigamente no fio de bigode, o contrato tá fechado [risos]”.

Das “quatro” famílias “só uma que, um que levô um pôco... Ele saiu melhor um pouquinho. Agora eu, o meu irmão e outro, tudo a mesma coisa”, ressaltou Licurgo.

Calote “holandês”. Fazendeiro “racista” e “caloteiro”.

O calote ultrapassou possíveis concepções e práticas racistas e abrangeu os *seus*: mulheres e homens do sul. Não mandou “matá” nenhum “preto”; mas “matou” o trabalho de brancos, de descendentes de europeus.

Das fazendas para a cidade de Rondonópolis, Alice e Licurgo perceberam diferenças entre as relações próximas que desenvolviam no Rio Grande do Sul e as que passaram a desenvolver no novo lugar. “Tem diferença sim”, disse Licurgo.

Segundo Alice:

nós não somo muito de saí não; as vizinhança aqui são tudo de outra raça, como a gente diz, mas é tudo assim, falando no geral, tudo gente boa, só que não é assim igual lá no sul, a gente passeava na casa do vizinho, tomava chimarrão; aqui não, a gente cumprimenta, conversa, não é, o diálogo é diferente.

“Conversa”, mas o “diálogo é diferente”. Para Licurgo, é também o “costume”: “não é ‘hoje vô na casa de fulano, vô na casa do outro lá’, não tem; tem amizade assim, a gente conversa, cumprimenta, mas não de í de casa em casa, não é como no sul, [que] tem o costume”.

A possibilidade de reprodução das relações de vizinhança do sul, no Mato Grosso, também é dificultada, segundo Alice, porque “nunca teve vizinho pertinho de gaúcho não”. E Licurgo: “tem paranaense, mas gaúcho mesmo por aqui, bem perto, que eu saiba nunca tinha”.

Também Maneco, quando falava do trabalho em lugares diversos, de “ficá” ou ir “embora”, de fazenda, de *mudança* e coisas do norte, dentre outras, aludiu sobre certa preferência de empregadoras e empregadores por trabalhadoras e trabalhadores gaúchos:

então quando eu tinha morado lá junto com o povo que tinha lá, uns poucos meses, aí com eles lá, daí eu falei: ‘óia, eu vô ficá aqui até quando entrá a seca, porque agora tá muita chuva, então tem muito serviço pra lá, e eu vô esperá entrá a seca aqui daí depois eu vô pra lá, voceis querendo vamo embora, eu não vô deixa voceis pra trais, vamo embora, e se não, eu vô sozinho, eu vô embora, vô’. E deu um caso, eu fui trabalhá numa fazenda lá, ajudá levantá um secadô lá, então eles tãvão usando uma ajudinha aí, entedeu? Então eu troxe só uma parte da ferramenta junto comigo, e minha mala que eu tinha levado, e só, daí nós já de ônibus viemo atrais da mudança, né, da mudança que já tinha vindo da linha da fazenda Gravataí, tá, então nós tamo por aí, digo mais, olha, que a pessoa quando tem um interesse, um pouco de interesse na vida dele, ele tem que í atrais do que é bom, ele não pode esperá que o bom vem te encontrá, tem que í atrais, né? Então é isso que eu fiz, [o bom] tava por aqui memo, né, porque eu fui ali pro norte, voltei aqui, porque aqui é um ponto que as pessoas mais humildes, mais pobres, né, tem tudo que é fartura, então come bem, porque aqui tem de tudo, o que você achá, o que tu qué de comê tem no mercado, e aqui é fácil de achá serviço, quem qué trabalhá acha, só que tem uma, que no norte, arrumei serviço logo lá porque eu era gaúcho, se não, se você é cuiabano...

Uma certa *confusão* sobre os lugares e as *mudanças daqui* e de *lá* não impede a apreensão de que o trabalho assume uma centralidade decisiva sobre o *ficar* e o *mudar*. Em consonância, que as trabalhadoras e os trabalhadores tendem a *contagiar* outras e outros – geralmente próximos – a participar das migrações. Por outro lado, que a mobilidade de quem trabalha – e por isto busca trabalho – também é assegurada por questões subjetivas – articuladas às objetivas – como a ressaltada por Maneco: “digo mais, olha, que a pessoa quando tem um interesse, um pouco de interesse na vida dele, ele tem que í atrais do que é bom, ele não pode esperá que o bom vem te encontrá, tem que í atrais, né, então é isso que eu fiz”.

As palavras refletem que a migração é tanto condicionada pelas condições no lugar onde se está – se “ele tem que í atrais do que é bom” é porque o “bom” não faz parte do lugar que mora – como por pensamento e ato de vontades de superação destas condições, a partir da *mudança* para um lugar melhor – porque “ele não pode esperá que o bom vem te encontrá”. O “bom”, assim, participaria como expectativa no não-lugar de origem,

portanto uma *u-topia* que se materializaria em um lugar de destino.

Lugares de destino se colocaram, para Maneco, como *locos* de preferência de trabalhadores “gaúchos” sobre “cuiabanos”: “só que tem uma, que no norte, arrumei serviço logo lá porque eu era gaúcho, se não, se você é cuiabano”... Logo adiante acrescentou:

o cara lá, aquele que eu fui trabalhá lá com ele, lá em, na Cláudia, aquela vez lá em Sinópa, Sinop, diz: ‘de que região você é?’, ‘do Rio Grande do Sul’, ‘então você passa de noitezinha lá em casa, vamo combiná’... De noite, disse pros meus colegas, meus amigos, digo: ‘eu vô arrumá serviço’, ‘tu vai arrumá porque tu é gaúcho, se não tu não ia arrumá’, depois ele mesmo falô: ‘se você era cuiabano e você não ia arrumá comigo’, se tá entendendo? Porque vem gaúcho que chega pra trabalhá pra ele, e este negócio de cuiabano, botá no serviço, visse, ele não é de serviço.

A narração – mais que uma construção discursiva que procura apresentar e enfatizar as diferenças calcadas na origem regional para a preferência dos “cara lá”, de gaúchos, e não de cuiabanos – é a procura de reprodução de dois interessantes “diálogos” – um entre quem emprega e quem é empregado e outro entre os próprios trabalhadores. O “diálogo” primeiro tem início com uma pergunta aparentemente desprezensiosa: “de que região você é?”. Ser “do Rio Grande do Sul” como resposta – um estado e não uma “região” – produz uma perspectiva de encontro – “então você passa de noitezinha lá em casa, vamo combiná” – que foge às regras liberais e de mercado de oferta e de procura. Nem a qualificação e nem a escolaridade foram definidoras na empregabilidade, mas o lugar de origem – “do Rio Grande do Sul”.

A preferência por gaúchas e gaúchos, por outro lado, não pode ser explícita ou direta: o *contrato* deve ser feito “de noiteinha lá em casa”, onde “vamo combiná”. Aliás, a preferência só se explicita entre os desiguais-iguais: entre as gaúchas e os gaúchos empregadores e as gaúchas e os gaúchos empregados: “depois ele memo falô: ‘se você era cuiabano e você não ia arrumá comigo’”.

O segundo “diálogo” se dá entre “iguais” ou entre “colegas” e “amigos” – entre desempregados à procura de trabalho. Maneco é quem principia: “eu vô arrumá serviço”. Na mesma noite – “de noite, disse pros meus colegas, meus amigos” – do possível “contrato” – “de noitezinha lá em casa” –, o migrante Maneco *profetiza* sua condição do dia seguinte: de desempregado para empregado. Ao que um colega observa: “tu vai arrumá porque tu é gaúcho, se não tu não ia arrumá”.

Os dois “diálogos” apresentam o mesmo desfecho: desembocam em explícitas declarações de que a condição de origem do migrante foi preponderante para tornar-se empregado. Mas é no final, sobretudo, que a narrativa, na busca de síntese dos diálogos precedentes, faz do migrante Maneco – o próprio narrador – a encarnação das posições e representações de quem emprega e, por isto, de quem manda *entrar* e de quem manda *sair*: “porque vem gaúcho que chega pra trabalhá pra ele, e este negócio de cuiabano, botá no serviço, visse, ele não é de serviço”.

A afirmação de que cuiabano “não é de serviço” já está incorporada em Maneco. Não é mais o “cara lá” quem fala: agora o migrante gaúcho trabalhador reproduz – como se fosse produção dele – representações negativas sobre o outro – neste caso, do cuiabano. Ressalta-se, ainda, que “cuiabano” representa não apenas uma definição específica, mas uma generalização: o “cuiabano” não é apenas aquela ou aquele que nasceu em Cuiabá, mas uma metáfora que representa todos os não-gaúchos, estendido a todos os não-sulistas.

À exposição dos dois “diálogos”, Maneco segue sua narrativa sobre as diferenças entre gaúchos e não-gaúchos na relação com o trabalho, apresentando a forma como que uns e outros se embrenham sobre as atividades – no trabalho – que devem ser desempenhadas:

e daí eu logo, e pode í numa fazenda, você chega lá, e eles já ficam de olho em você, ‘esse daí é gaúcho, esse daí é gaúcho’, e já toram o serviço também, se falô que vai trabalha, né, e outros já ‘que serviço você faz’, isso se é que é serviço, e vai indo, né, vão pesquisando o, e o gaúcho não, o gaúcho tem isso, tem aquilo, até abraçá ele não qué nem sabê, leva no peito e vai embora, né?

A chegada de uns e de outros à fazenda é concomitante – “pode í numa fazenda, você chega lá” –, todos espreitados pelos olhares de quem ali já está – “e eles já ficam de olho em você”. Logo se manifestam as diferenças: os gaúchos “já toram o serviço”; os outros “vai indo”, “vão pesquisando”. A conclusão, para Maneco, parece óbvia: o gaúcho “leva [o trabalho] no peito e vai embora”.

Na execução do trabalho colocam-se, para o pai de Ana, componentes motivacionais e subjetivos das trabalhadoras e dos trabalhadores e em nenhum momento o ordenamento, o controle, a vigilância e a fiscalização dos superiores. Os que “toram o serviço” ou os que “vai indo”, assim o fazem por “vontade” própria.

O mais importante aqui, no entanto, não é o aprofundamento do que o sujeito da fala *não fala*, mas justamente como um migrante trabalhador gaúcho percebeu e percebe relações díspares de uns e de outros em relação ao trabalho. Portanto, como que o real vivido se reproduz no real representado e simbólico.

Maneco – o pai – iniciou sua alusão sobre as diferenças entre trabalhadores gaúchos e trabalhadores “cuiabanos” discretamente, e de forma progressiva a questão foi tomando vulto em sua narrativa. Também Ana – a filha – “atirou-se” pelo mesmo caminho a partir de uma pergunta – com uma breve resposta – que buscava verificar se a *mudança* para o Mato Grosso resultara mais positiva ou negativamente. E se a resposta à pergunta foi brevíssima, o mesmo não se deu sobre o apontamento de certo “racismo” na escolha de empregadas e empregados:

valeu [à pena vir para o Mato Grosso]... Agora, que nem meu pai tava falando, não acontece só lá fora, na região do norte, enquanto que, tipo racismo, negócio de trabalho, aqui mesmo já aconteceu comigo mesmo, né? Eu fui trabalhá, arrumá serviço numa fazenda, perto de Itiquira, e o povo é gaúcho, aí diz que de doze famílias que eles escolheram, a única fui eu que era da fazenda, aí você faz idéia, só porque eu era gaúcha, os outros que foram fazer ficha, eu mesma vi as pessoas que tavam fazendo ficha, no dia que eu fui, né, que nós tínhamo marcado uma entrevista, então a gente foi duas vezes lá, né, uma pra fazê as fichas e a outra pra fazê a entrevista, aí no dia que eu cheguei lá eu vi as pessoas que tavam fazendo ficha lá, depois fiquei sabendo que porque eu era gaúcha as coisas ficou tão fáceis, então você vê agora a diferença, né, da, que não existe só pro norte, o que seja só pro sul, isso aí existe em tudo que é lugar, né, onde sê chega, e eu acho, sei lá, eu pouco penso que um pouco é racismo memo dos gaúcho, que eles preferem mais o pessoal de lá, né?

Um “tipo de racismo” que, para Ana, “existe em todo que é lugar”. A fala é o resgate de uma experiência que foi apreendida como a exemplificação da preferência de proprietárias e proprietários do sul – “o povo é gaúcho” – por trabalhadoras e trabalhadores de semelhante origem regional. Dentre “doze famílias”, a única escolhida “fui eu” – “depois fiquei sabendo que porque eu era gaúcha as coisas ficou tão fáceis”.

Também Ana, para além do exemplo, construiu uma explicação para este “tipo racismo, negócio de trabalho”:

porque muito, o que foi que começô Mato Grosso aqui, foram os gaúchos, né, que isso sempre, desde que eu cheguei aqui, eu via falá isso, tipo os gaúcho

que entraram aqui e arrumaram as terra, prepararam, né, plantaram, então foram eles que abriram Mato Grosso, foram os gaúcho, então eu acho que por isso que a preferência, o gaúcho é o preferido deles aqui pra trabalha, né?

A explicação-conclusão fundamenta-se sobre os pretensos *desbravadores* do lugar – “o que foi que começô Mato Grosso aqui, foram os gaúchos”. Desde que chegou “via falá isso”: “foram eles que abriram Mato Grosso”. O *começar* ou o *abrir* justificaria, assim, a preferência por trabalhadoras e trabalhadores do sul: “por isso que a preferência, o gaúcho é o preferido deles aqui pra trabalhá”.

As falas pareciam ter se encerrado sobre as gaúchas e os gaúchos e o trabalho no “norte”, “aqui” ou no “Mato Grosso”, quando Maneco rompeu a tendência que apresentava proprietárias e proprietários gaúchos e preferência por trabalhadoras e trabalhadores de semelhante origem regional, para produzir uma suposição invertendo a relação entre propriedade, poder e mando: “eu não sei, se o fazendeiro é cuiabano e se o gaúcho tem muita vez lá também, isso eu não sei...”. Mesmo que a resposta logo em seguida tenha corroborado com as explicações-conclusões anteriores – “mais eu acho ainda, eu acho ainda [que] é gaúcho”, que seriam gaúchos os trabalhadores –, e, portanto, reafirmando um pretensa superioridade sulista frente ao trabalho, não deixa de surpreender que a pergunta surja de um trabalhador que aparentemente estaria “mergulhado” nas representações de gaúchos e não-gaúchos correntemente produzidas.

Mais importante que a resposta – que reproduz as posições anteriores – é a pergunta, que se não se coloca como um imperativo para o questionamento sobre o *preferir* ou o *preterir*, minimamente converge para o entendimento – mesmo que inicial – de que as relações poderiam ser outras e inclusive contrárias àquelas ali construídas. E isto não é menos importante na medida em que possibilita a compreensão de que mesmo sob a influência de um conjunto de experiências, vivências, relações e representações, o trabalhador migrante gaúcho no Mato Grosso se afasta – por um pequeno instante de tempo que seja – dos pressupostos que sustentam dadas práticas e concepções, para supor não a sua contraposição, mas a inversão de um de seus elementos que lhe sustentam: e “se o fazendeiro é cuiabano”?

Por outro lado, ainda, indica a possibilidade concreta de que nem todas as proprietárias e proprietários sejam gaúchos, o que desmontaria no próprio imaginário das trabalhadoras e dos trabalhadores gaúchos no Mato Grosso a primazia de gaúchas e gaúchos sobre as terras no estado, tendendo a considerar que a propriedade não possui donas e donos exclusivamente

do sul¹² –, portanto, a sua “aquisição” é diversa no tempo e nas condições – e, por extensão, que trabalhadoras e trabalhadores também não o são absolutamente sulistas. No limite, poderia gerar o entendimento de que tanto *ser* proprietária ou proprietário e *ser* trabalhadora ou trabalhador independem do lugar de onde *se veio* ou de onde *se está*, mas de que nos lugares diversos uns e outros se constituem. A preferência de donas e donos gaúchos por trabalhadoras e trabalhadores também gaúchos, por isto, constituir-se-ia como um elemento dentre outros e não necessariamente o mais importante.

Maneiras de supor, de ver e de compreender.

Assim como a de Rodrigo, na construção imaginária do gaúcho como povo “colonizador”; nem patroas ou patrões e nem trabalhadoras ou trabalhadores. Os gaúchos, o “desenvolvimento” e o Mato Grosso:

bom, essa é uma das questões que foi levantada um dia desses numa reunião, aí uma doutora começô a falá [que] os gaúchos foram fundamentais para o desenvolvimento de Mato Grosso: aí teve um senhor que se revoltô, foi, falô assim: ‘não, mais destruíram’; aí eu dei uma esquentada, falei, digo: ‘bom, então, se não fosse a participação dos gaúchos, se fosse como vocês queriam, será que tinha peixe pra comê pra todos os mato-grossense? A pecuária praticamente não existia, a agricultura não existia, não sei da subsistência manual, a indústria também não existia, então eu acho que a participação dos gaúchos foi fundamental, em todos os sentidos, e sem discutir, né, porque temos cidades hoje construídas por eles, né, e olha, cidade padrão de cidade, né, não é igual cidade garimpeira na beira do rio, nunca, aliás os gaúchos não vieram aqui pra garimpo, né, eu acho que quem assoriô os rios foi mais os garimpo do que os, as lavouras, então eu acho que foi o fator principal pra desenvolvê o Mato Grosso, aliás, a agricultura de quase todo o país, não é só no Mato Grosso, os gaúchos já começaram a colonizá o Paraná, Santa Catarina, origem europeu, né, europeu anda pelo mundo mesmo, pra, que mais mexe com agricultura’.

Rodrigo. A “reunião”. O *discurso*.

“Pescá”, “pecuária”, “agricultura”, “indústria” e “garimpo”: atividades econômicas que participam de uma fala em oposições: “gaúchos” e “mato-grossenses”, “desenvolvimento” e “destruição”, “cidade padrão” e “cidade garimpeira”, “lavouras” e “garimpo”, “colonização” e, implicitamente, a idéia de *sertão* a ser desbravado – no Mato Grosso “não existia” “pecuária”, “agricultura”, “indústria”... E nem “peixe pra comê”. Rodrigo, no entanto, é um gaúcho trabalhador no Mato Grosso. Não tem “pecuária”, nem “agricultura” e nem “indústria”. E nem “peixe”, a menos que pesque

alguns amareloes ou cascudos no Rio Vermelho – fora, é claro, do período de piracema! Insiste, contudo, em dizer que as oportunidades também estiveram com ele, mas que a “falta de experiência” fez dele um dos gaúchos que não participam da “grande maioria dos gaúchos [que] aqui progrediu”:

é natural, por exemplo, os que, eu que vim há muitos anos até cheguei a ter oportunidades, mas as oportunidades fugiram por questões de falta de experiência, ou, direta, mexê com sistema financeiro, isso aí já é, foi, faltô pra gente, estudo maior, né, aquela competição a gente já centralizô mais no trabalho, esqueceu que trabalho e capital são coisas que eram juntas, então muitos desses gaúchos que vieram do Rio Grande do Sul se envolveram nesse sentido, entraram de ponta cabeça no trabalho e se esqueceram que tinha algo mais que tinha que sê feito, né? Outros tiveram problemas de comprar áreas de terras, grilo, de grilos, não sei, perdê tudo também, que era seu, e os que tiveram mais sorte progrediram, né, até uma grande parcela, né, a grande maioria dos gaúchos aqui progrediu, né, mais no estado progrediu num todo, tanto pro capital como no trabalho, mas nem todos tem, nem todos ficaram com o capital, né?

Nas “oportunidades”, a “falta de experiência” com o “sistema financeiro”. A falta do “estudo”. Na “competição”, a centralização maior no “trabalho” e o “esquecimento” do “capital”, que “eram juntas”. E foram “muitos desses gaúchos que vieram do Rio Grande do Sul”.

Outros gaúchos, ainda, “tiveram problemas de comprar áreas de terra”. *Cricri, cricri!* “Grilos”. Esses foram os “muitos” *azarados*, porque “nem todos ficaram com o capital”. Porque, *na outra ponta*, Rodrigo ressaltou “os que tiveram mais sorte”: “a grande maioria dos gaúchos [que] aqui progrediu”. E não apenas “aqui”, como também “no estado progrediu num todo”. “Tanto pro capital como no trabalho”.

Rodrigo foi um gaúcho do trabalho. Não teve sorte com o capital. Sua experiência fora a de trabalhador e não de patrão. Trabalhador com patrões gaúchos na cidade de Santa Rosa. Com patrões sulistas no Paraná. E patrões gaúchos no Mato Grosso. Sem problemas, tensões ou conflitos entre ele – empregado – e outros gaúchos, patrões:

eu trabalhei quase só com gente do sul, por exemplo, os meus patrões [eram] todos gaúchos, não tinha outra alternativa, os fazendeiro eram tudo do sul, então não modifícô muito os costumes, o jeito de lidá, essas coisas ficô, veio com todo mundo pronto de lá, né, é o que hoje vêve no campo é os costume de lá, né, mas pra mim não modifíco, não.

“Pra mim não modificô não”. Rodrigo, trabalhador no sul, continuou trabalhando no Mato Grosso.

3. “O trabalho foi sempre melhor pra cá”

As relações nos lugares da migração definem a produção de representações dos migrantes sobre estes mesmos lugares. Relações em um lugar podem condicionar a produção de representações sobre outro lugar. Essas relações podem ser próximas ou distantes. Geralmente, no entanto, são as relações próximas as principais definidoras das representações tanto sobre os lugares próximos como sobre os lugares distantes. Isso porque *fazer-se* próximo das relações, como parte mesmo delas, constitui-se um elemento primoroso nas “leituras” das condições do lugar.

Os lugares são também comparados pelas condições sócio-econômicas que apresentaram e apresentam, interferindo em suas “valorações” positivas ou negativas. O trabalho e a remuneração, a partir destas condições, têm uma centralidade indiscutível. O fato das vivências e experiências nos lugares de origem e de destino se desenvolverem em tempos diferentes, não impede que aquela ou aquele que migra compare as condições de existência desses lugares. A condição sócio-econômica, contudo, é apenas uma das *variáveis* que participam do “julgamento” sobre os lugares.

A *presença* ou a *ausência*, o fortalecimento ou o enfraquecimento, a mudança ou a permanência das relações com o lugar – ou os lugares – de origem, também são fortes condicionantes na produção de representações sobre o lugar *deixado* e o novo lugar. Nesse ínterim as visitas, a comunicação e as informações reservam um grande valor. As relações de parentesco, familiares, conjugais, as amizades, o lazer, a escola e a universidade, dentre outras, propendem a influenciar na produção sobre as representações do lugar onde elas se estendem, ao mesmo tempo em que se revelam componentes importantes na influência sobre as representações dos lugares *deixados*.

A produção de comparações entre os lugares *daqui* e de *lá*, mudam quando o próprio movimento vai definindo *continuidades* e *descontinuidades* nas relações de quem compara. Sabe-se que a comparação entre lugares é produzida mesmo que não se conheça um ou mesmo ambos os lugares da comparação. As representações podem ser produzidas por

outras representações já disseminadas dos lugares. “Pingos” ou “respingos” destas representações podem vir a se constituir em “matéria-prima” para a produção de representações novas – ou aparentemente novas.

Para a migrante ou o migrante, no entanto, as comparações sobre os lugares se dão principalmente pelas próprias relações que desenvolveram e desenvolvem neles. Isso não significa dizer que, por sentir ou ter sentido “na própria pele” as agruras e felicidades nos lugares, suas representações sejam mais legítimas que outras. Por outro lado, é mister apontar que a produção de representações sobre os lugares se dá na amálgama de “leituras” individuais e de “leituras” coletivas.

O *eu sou/estou* depende também do *nós somos/estamos*, em especial na produção de representações sobre os lugares e suas *gentes*, que podem ser tomados de forma particularizada ou generalizada. O *gaúcho* em Rondonópolis apresenta implicações diferentes do que a *gaúcha Ana* no mesmo lugar. Enquanto a tendência da generalização é a homogeneização, a tendência da especificação é a verificação da multiplicidade de situações das *gentes* nos lugares. A migração e os lugares, pela especificidade de cada migrante, são por isto múltiplos e complexos. Qualquer tentativa de generalização resvalaria para o campo da simplificação e do reducionismo.

Alice e Licurgo já visitaram várias vezes o lugar *deixado* depois da migração para o Mato Grosso. Para Licurgo, “várias vezes”. Para Alice, “umas três vezes, fomo em, logo em seguida, depois que nós viemo pra cá, quando nós saímo da fazenda fomo, depois nós fomo em noventa de novo, levemo dois menino, o pequeno, esse e o Nelson, e agora a pouco tempo, há uns, o que, uns quatro anos atrás, cinco anos atrás, seis anos atrás, fomo só o casal”. Licurgo complementa: “aí, ano passado eu fui outra vez”. Quatro vezes: três em família e uma apenas o pai.

As comparações, a partir dos *olhares* sobre o lugar *deixado* – agora visitado – surgem com uma constatação quase que “natural”: “o Rio Grande do Sul mudô demais”, diz Licurgo. “Não só pra nós, eu acho que lá mudô tudo”, ressalta Alice.

Mas, o que “mudô”?

Lá, pra começá, pelo menos na região nossa lá, os agricultores mesmo, ninguém qué trabalhá mais, inclusive ninguém, que nem o cunhado dela mesmo que tem a lavoura, faz, fez quatro anos que nós, você acabô de falá que nós fomo pra lá [“cinco anos”, acerta a esposa]. Cinco anos, ele me falô que não tinha nem uma enxada, então isso qué dizê que os agricultô,

lá, não querem mais sabê de limpá nada, carpi nada, então... E outra, se na roça o povo, todo mundo assim, [como] fruta, essas coisas tudo, hoje em dia não tem mais nada disso, lá na nossa terra mesmo a minha irmã mora lá, que as terra é tudo emendada, então ela mora no mesmo lugar, onde toda vida nós morava, lá o arvoredado que o pai dexô lá, não tem mais nada, acabô tudo, não que a uva, pêra, pêssego, tudo que era tipo de fruta tinha lá, hoje em dia você chega lá, só tem mato.

“Mudô tudo”. Para pior. “Ninguém qué trabalhá mais”. O cunhado de Licurgo “me falô que não tinha nem uma enxada”. “Não querem mais sabê de limpá nada, carpi nada”. “Lá o arvoredado que o pai dexô lá, não tem mais nada, acabô tudo”. “Só tem mato”... E não é o *Mato Grosso*.

O lugar *deixado* virou *preguiça* e “mato”. E logo o lugar de gaúchas e de gaúchos!

Alice entende que a condicionante está na “plantação de mexê com tratô, fazê fazenda, fazê agricultura”. Licurgo explica:

e as vaca leitera, então eles faiz só um plantio direto, e a lavora é tudo daquele, não sei se aqui talvez tem, mais com outro nome talvez, azevêm, um pasto, então a lavora tudo infectada com aquilo ali, então eles termina de colhê a soja, o milho, outras planta, aí solta as vaca, sai aquela cerquinha elétrica, e solta as vaca ali, então o negócio deles é aquilo ali, se alguém tem uma lavora limpa, não acha mais... Eu achei, quando eu fui pra lá, o Rio Grande do Sul abandonado.

A terra natal abandonada. O plantio direto, o pasto azevêm e a cerca elétrica mudaram o “sistema”: “você vai conversá com uma pessoa lá no sul, parece que não tem mais aquele sistema como a gente era ensinado”, observa Alice. O “sistema” do trabalho. O “sistema” de produção.

O “sistema” de antigamente: “ah, eles mesmo falam que antigamente se podia chegá a qualquer lote, qualquer agricultor, se podia chegá que se achava arroz, feijão, batatinha, o que você quisesse você achava”. Como “minduim, essas coisas, hoje em dia, só comprá”, ressalta Alice. Um “sistema” que atinge todas as “regiões”, tanto de “alemão” como de “italiano”: “até na região lá onde morava os italiano bem antigo, hoje também é a mesma coisa, onde mora na região de alemão, a nossa região lá, onde tem outras regiões lá que é só italiano, é tudo a mesma coisa, não tem diferença nenhuma, ninguém qué sabê mais [de] dureza”.

O trabalho associado à “dureza”. O oposto de preguiça.

A construção de uma metáfora por Licurgo: “eu acho que na minha

opinião eles são igual caranguejo, se num anda de lado, então anda de ré, porque pra frente eles não vão”. Como o “caranguejo” cunhado, como parece querer dizer Alice: “vamos supor: o meu cunhado, em que eles falam que não qué a enxada, ele tinha muita terra, tinha caminhão, tinha trator, tinha tudo quanto é coisa, meu marido falô que hoje em dia eles...”. Licurgo interrompe e conclui a *descrição* do cunhado “caranguejo”: “é, no ano passado, quando eu fui lá, eles tavam andando a pé, até chegô a fazê empréstimo no banco pra financiá a lavora, e pegava dinheiro pra jogá baralho... Então o negócio deles lá é se divertir mais; em pensá num amanhã, num pensá”.

Como “caranguejo”: “é í pra trás” – completa Alice.

Já não pensam e agem “igual nós aqui, a gente pensa até hoje em comprá uma chácara, fazê uma coisa mais pra frente; agora eles lá, não, é, acho que tão pensando pra trás”. *Pensando e falando*: “e até ano passado, foi o que, mês de setembro, que eu fui lá, outubro, ninguém falava nada: ‘eu vô tê que plantá isso, plantá aquilo’, nada; é ‘nóis vamo tê que cuidá mato aqui, e o leite tá barato’, só essa história, não tem mais a linguagem como antigamente” – ressaltou Licurgo.

Mudou o “sistema”. “Tão pensando pra trás”. “Nem tem mais a linguagem como antigamente”.

*O pensar se reflete no falar*¹³.

“Pra trás”...

Na comparação entre o lugar *deixado* e o novo lugar, a conclusão sobre o acerto da *mudança* parece óbvia: “eu acredito que sim [que foi melhor a migração]; tá certo, nós não tem nada também, mais se nós tivesse lá, nós tava pior”. “Tava pior”, mesmo que “nóis não tem nada também”.

Contudo, as relações interpessoais parece que pouco mudaram. É claro que quem migrou não fala mais como gente de *lá*, mas como gente de *cá*; por isto, a relação é de quem chega e de quem recebe:

ah, recebê, eles recebe muito bem, as pessoas lá são muito assim, sabe, pra recebê são muito boa. Só que a gente que é da família, a gente vê que lá mudô tudo, só que as pessoas são muito boas, são, pra recebê, porque o gaúcho é, eu acho que é pessoas que sabe recebe, né, mas eu acho que mudô tudo.

A hospitalidade gaúcha em exaltação. “Pra recebê”. Mas, no mais, “mudô tudo”.

A percepção da mudança do lugar *deixado* – “mudô tudo” – é também o reflexo das mudanças na vida e nas relações de quem migrou. A mudança é intrínseca para quem foi e também para quem ficou, tanto como condição ontológica do humano como pela peculiaridade da migração, que em si se constitui como o próprio movimento. Por isso, para Licurgo e Alice, “mudô tudo”. Para ele e ela e para os familiares e parentes do sul. A mudança assume uma importância de destaque porque, dentre outras questões, a própria família, no lugar *chegado*, sofreu redefinição.

As relações familiares – quando a migração é familiar – desempenha enorme influência na produção de representações. Ana migrou com o primeiro marido, os filhos e o pai. O marido já é outro e o filho “mais velho” mora no Paraná. A filha casou e mora em bairro “aí pra baixo”. O pai reside em casa ao lado. Ana tem “toda a família aqui, só eu, meu pai, meus menino e só, toda a família”. As relações estão centradas na família, o que não exclui o estabelecimento de relações de convívio afetivo e solidário com outras pessoas através de amizades:

é bastante, né, amizade a gente tem muita amizade, né, através dos filho já, né, porque estudo, e através da comunidade, então tem muita amizade, né, aqui, graças a Deus, os vizinhos são ótimos vizinho, a gente se dá muito bem com todo mundo, né, então não tem problema nenhum.

O estudo, a comunidade e os vizinhos, enquanto possibilidades de promoção de contatos e relações de maior proximidade, colocam-se como lugares-sujeitos que vão sendo incorporados – em “mão-dupla” – nas vivências e no cotidiano de cada um. Nestas vivências e neste cotidiano, o lugar e a cidade vão *penetrando* nas relações dos migrantes *pari passu* à metamorfose do migrante em *su-jeito* dos *jeitos* do lugar. O *su-jeito* passa a ser o lugar e o lugar passa a ser o *su-jeito*.

Uma *antropofagia* entre lugar e sujeito: *comer-se* um a outro para se fazerem o mesmo.

O lugar e a cidade são incorporados e incorporadores no momento mesmo em que as relações são construídas e se desenvolvem. As imagens e representações surgem dessa dialética. Para Ana, Rondonópolis é “bom, pra mim é uma boa cidade, né, dá pra vivê, até não digo bem, né, mas dá pra í vivendo, né, eu acho bom aqui, né, tem um clima bom, né?” O viver – “í vivendo” – e o “clima” – “tem um clima bom” – são arrazoados como os eixos que norteiam o lugar “bom” e a “boa cidade”. Mas na própria fala da “cidade boa” se coloca explícita a ponderação sobre as condições reais de

existência: “dá pra vivê, até não digo bem, né, mas dá pra í vivendo”.

O importante – para Ana – é possuir as condições para “í vivendo”. Essas condições é que possibilitam a construção de uma representação positiva sobre o lugar – “acho bom aqui”. Uma possível comparação entre os lugares *daqui* e os lugares de *lá* recoloca o par dialético acostumado/desacostumado: “aqui é bem mais melhor, e outra que o clima já é bem mais melhor que [o “clima” do sul] e então a gente já tá acostumado aqui, já desacostumou do clima [de] lá, então eu acho que pra mim é bem mais melhor aqui”. Nessa dialética, o “clima” toma a centralidade e “acostumar-se” com ele – o clima – tornou “bem mais melhor aqui”.

Juntamente com o “clima”, também as possibilidades de *trabalho* assumem importância inconteste na representação sobre o lugar Rondonópolis. Para Ana, “também o campo de trabalho é bem melhor pra cá, né?” Esta posição tem como lastro os anos vividos no novo lugar como também nos lugares do sul:

pra começa, o trabalho foi sempre melhor pra cá, né, aqui tem mais saída de trabalho, né, tem fazenda, tanto na fazenda como na cidade tem mais jeito da gente vive, né, porque lá no sul se você tivê trabalhando numa firma, né, aí você vai saí daquela firma, aí, bah, pra você achá serviço na outra firma, né, viiiichi, é muita polêmica, né, então, aqui você sai de uma firma e acha serviço na outra, cê sai de uma fazenda cê acha serviço em outra fazenda, né, sendo uma pessoa boa, saindo sempre limpa do serviço, de uma casa, um comercial, de uma fazenda ou de algum lugar de uma fazenda pra outra, né, então tem vista [em outro serviço].

As possibilidades de trabalho no campo e na cidade – “tanto na fazenda como na cidade” – asseguram melhores oportunidades de sobrevivência no lugar atual – “tem mais jeito da gente vivê” –, em comparação com o lugar *deixado*. Em ambos os lugares as tendências e possibilidades de “saí daquela firma” ou “sai [sair] de uma fazenda” são evidentes na fala de Ana. Nos dois lugares a demissão é passível de ocorrer; portanto, *lá* e *aqui* o desemprego participa das relações que envolvem os sujeitos e os lugares.

Mas, *aqui*, os sujeitos “tem mais *jeito*” de, ao “saí daquela firma” ou “de uma fazenda”, em “acha [achar] serviço”. A condição *sine qua non* para isto, no entanto, é ser “uma pessoa boa, saindo sempre limpa do serviço, de uma casa, um comercial, de uma fazenda”. Por extensão, nos lugares do sul, mesmo “saindo sempre limpa do serviço”, as condições “pra você achá serviço na outra firma” são mais reduzidas.

Ana acaba tangenciando um fator importante nas relações entre trabalhadora ou trabalhador e patroa ou patrão: se no Mato Grosso os motivos ou as causas de uma demissão parecem pesar menos nas futuras possibilidades de encontrar outro serviço, no sul a mesma situação “é muito polêmica”. Ana *sabe* que as dificuldades para encontrar trabalho no sul são maiores que no Mato Grosso, mas alude a uma questão moral daquele que trabalha, “sai” “daquela empresa” e procura “achá serviço na outra firma”.

A alusão ao componente moral certamente tem base nas relações que Ana e os seus desenvolveram nos lugares do sul: municípios e cidades pequenas onde as referências sobre as trabalhadoras e os trabalhadores – mas também sobre as patroas e os patrões – se dão de *boca-em-boca*. A demissão é sempre percebida, à primeira vista, como resultado de problemas advindos da competência, responsabilidade, assiduidade, pontualidade e trabalho de quem é demitido, por isso, “pra você achá serviço na outra firma, né, viiichi, é muita polêmica”. Em contrapartida, em Rondonópolis, no entendimento de Ana, a possibilidade de “achá serviço na outra firma” se alarga – mesmo que também os aspectos acima sejam considerados, como a competência, responsabilidade... – porque as relações tendem a abarcar maior impessoalidade frente às postas no sul.

As questões concernentes ao trabalho e à empregabilidade, e outros aspectos relacionados à vida no Mato Grosso, não interferem na produção de representações de diferenças entre as gaúchas e osgaúchos de *lá* e as gaúchas e os gaúchos de *cá*. De acordo com Ana, as diferenças inexistem: “eu, pra mim, eu acho que não [há diferença], ele continua sendo, como é que se diz assim, gaúcho, né, prá ele a terra, o sul continua lá, né, por mais que ele tenha o campo de serviço aqui, né, mas ele continua sendo gaúcho, eu acho que não tem diferença, não”.

A posição de Ana é corroborada pelo pai: “pois olha, pra mim é a mesma coisa, mesma pessoa, ele não muda, veio do Rio Grande do Sul é gaúcho”. Maneco, no entanto, acrescenta: “agora, o que pode mudá, como as vez fica meio-meio, as vez não é gaúcho nem outras coisas, as vez [aquele que] fica lá na Mata Grande [presídio] não é gaúcho não, né” – “daí ele já pertence à Mata Grande”.

Mato e “Mata”. Grosso e “Grande”.

Mato Grosso e “Mata Grande”.

Aquele, *lugar de futuro*. Este, *prisão*.

“Mata Grande” é a penitenciária em Rondonópolis...

Maneco também coloca:

a pessoa, ela sendo de uma região, ela não muda a região, que a pessoa nasceu lá ele é de lá, não muda; isso a pessoa é uma só, ele pode mudá de sistema, como eu já vi muita gente do Rio Grande do Sul que muda, que você fala com ele, ele parece que é de outros estados, o sistema dele, né, tu olha ele parece que é de outro estado, e o Rio Grande do Sul não, é uma pessoa só, ele não muda; eu mesmo, até hoje, sou do Rio Grande do Sul e amo essa terrinha, é a minha bandera do Brasil”.

O gaúcho não muda. “Pode mudá de sistema”.

A *comunidade gaúcha imaginária* toma força e consistência embalada pelo *amor*: “sou do Rio Grande do Sul e amo essa terrinha”. As questões subjetivas e familiares sucumbem frente à produção metafórica do território gaúcho enquanto a “minha bandera”. Do *Brasil*. Um território virado *comunidade*, virado *nação*!

Rodrigo, após as primeiras *andanças* por fazendas do sudeste mato-grossense, foi para Rondonópolis, onde “só fiquei só um ano, aí que eu já ti falei, né, baxô o negócio da produção, aí saí da firma, e fui pra Primavera [do Leste]”. Também trabalho e mais trabalho: “Primavera do Leste é, oitenta e nove pra frente na Primavera, aí continuou a mesma batalha, trabalhava às vezes à noite inteira, era direto... Empregado também, participação na produção, salário e uma área de terra”.

Do “salário” para a busca de autonomia: “uma área de terra” que “eu tinha ganhado, ganhado no trabalho”:

daí eu toquei uma lavoura [em Paranatinga] pra mim, aí a lavoura não produziu, aí terminou aquele... Terminô o [entusiasmo], o negócio mal feito, faltô cabeça... Daí as coisas que a gente não, não tinha costume com financiamento de banco, e banco você sabe como é que é, ele qué cobrá, chega qué dá o nó, não é assim, assim, assado, ele só qué cobrá, e a gente achô, uma proposta, ‘não faz, meu’, fizemo o negócio, vendemo a nossa parte.

O *fim* do entusiasmo. O *fim* do sonho da terra. Da autonomia do trabalho. O banco só “qué cobrá”. “Chega que dá o nó”. (Ao desligar o gravador, Rodrigo enfatizou que os gaúchos foram guiados por sonhos. Para Rodrigo, muitos gaúchos se preocuparam só com o trabalho e não com o capital: “sem estudo, sem conhecimento”, e sem “sorte” – não adiantava só o trabalho para crescer economicamente, era preciso também capital.)

A experiência de proprietário mostrou-se desastrosa. “Vendemo a

nossa parte”. Um novo reinício como puxador de frete, agora na cidade de Paranatinga:

aí sim, zerô praticamente tudo, sobrô um caminhão véio todo estourado, aí [com] o caminhão comecei a puxá uns frete, no começo até que foi mais ou menos, daí estorô um monte de pneu, aí já compra um monte de pneu a prazo, quando tava terminando de pagá os pneu estorô o motor, aí sim, quando estorô o motor, o preço do motor aí, enfim, acabei vendendo o caminhão, aqui mesmo, não tinha mais frete.

“Aqui mesmo”, o último frete:

eu vim [em Rondonópolis] pra buscá uma carga de adubo, não tinha mais transporte de lá pra cá, quando era transporte ida e volta dava, mais daí acabou o barulho de lá pra cá, daí só pra vim buscá adubo não dava o óleo; aí, num belo dia, eu tinha que pagá o motor, apareceu uma draga pra mim trazê, e daí dava pra mim levá uma carga de adubo, e daí surgiu a oportunidade de vendê o caminhão, o caminhão tava bonito, pneu novo, motor novo, só que o motor não dava parte, aí vendi o caminhão.

Foi “num belo dia” que “vendi o caminhão”.

Agora: sem frete, sem caminhão, sem terra, sem banco e com pouco dinheiro. “É”. E na cidade. Do rural para o urbano, também a necessidade de estudo para os filhos: “mas aqui não tinha opção, como é que os guri ia estudá? Não tinha, no interior não tinha colégio naquela época”. Daí, uma mobilidade pendular semanal entre a casa na cidade e o trabalho em fazendas: “era preciso, até aparecia proposta pra í pro mato novamente, trabalhá, tocá fazenda, gerenciá, qualquer coisa, mas isso a gente, eu já era mecânico de máquinas agrícola, passei a trabalhá de mecânico na cidade, vivia nas fazenda”.

A vida foi sendo, assim, vivida. Rodrigo, aqui e ali. Mecânico da cidade nas fazendas.

O sul, neste tempo, foi perdendo também o *encanto*. Gaúchas e gaúchos mato-grossenses. O Rio Grande do Sul surge, nas comparações, como lugar distante: “porque lá no sul tu vai passeá lá, por exemplo, eu não voltaria mais”. Com todas as dificuldades no Mato Grosso, a terra natal não representa o *paraíso perdido*. Antes, para Rodrigo, aparece como o lugar de certa *acomodação*, de um viver *conformado*: “tive lá no ano passado, né, passeando; você observa, né, como é que é, o pessoal véve, se conforma com qualqué coisinha, emprego não existe”.

Para Rodrigo, as dificuldades são maiores em Santa Rosa. “Com certeza”. Possíveis diferenças de remuneração e qualidade de vida entre ele e familiares no sul, estariam ligadas à maior ou menor escolaridade de uns e de outros: “aí já vem o fator estudo, eu não tive oportunidade de estudá, os mais novo já estudaram, então o emprego deles era totalmente diferente, era transportadora, era escritório tal, os mais novo, e os outros tavam colocados, conformados com um salarim mais ou menos”. Para os mais novos a “oportunidade de estudá” foi o componente diferencial. “Os outros tavam colocados” e se “conformavam” com um salário nem bom nem ruim: “um salarim mais ou menos”. Conformismo e baixos salários no sul.

Os tempos difíceis se espriam para os lugares. Lugares difíceis. Rodrigo esteve em Santa Rosa “ano passado, até teve um monte de história lá”, uma delas podendo redundar na ida de um outro irmão para o Mato Grosso, “que mexe com transportadora”:

fala que o sonho dele é vim pro Mato Grosso, ele mora na avenida Uruguaiana, com a Argentina lá, e aqui o mercado pra ele era muito mais amplo, então ele falô: ‘um dia eu vô pro Mato Grosso’... Agora, com a crise da Argentina, com certeza ele deve tá mais entusiasmado, porque ele mexe com transportadora, né, tem então duas, três carretas, trabalha com muito, maior, né, e lá tinha conexão com o Chile, e Argentina, aí lá como é que tá também hoje, não sei.

Crise lá. Crise aqui. No vizinho Argentina!

“Não sei”...

Para João, com crise ou sem crise, “aqui tá” melhor que no Rio Grande do Sul. Não se detém, apenas, sobre a atividade que desenvolve; mas, fundamentalmente, compara as possibilidades econômicas também apontando outras profissões: “na minha profissão, se eu ia lá, voltá pro sul montá uma oficina dessa que é muito pouco explorada, né, negócio de hidráulico, se ganha dinheiro também; [mas] vai voltá pra lá e começá tudo de novo, então não adianta”. Não vale à pena “comecá tudo de novo”. E continua:

na minha área, na minha área ainda dá pra ganha dinheiro lá, porque posto de gasolina você sabe que nunca vai acabá, frota de carreta, esse troço também não, então, ainda dá; lá é ruim é pra quem trabalha de carpinteiro, mecânico de automóveis, chapeador, essas coisas, aí a concorrência é muita, agora nessa minha área, aqui no Mato Grosso tem, só tem quatro

que mexe com isso, então, então se voltá pro sul, lá [onde] morava, lá deve tê uns dois, três que mexe com isso; então enquanto tá bom aqui tô ficando, o dia que eu resolve saí daqui, voltá, minha vontade é ficá pra lá, ficá do lado da família, montá um negocinho pra mim.

Independente do lugar, João acabou apontando dois componentes importantes para a ascensão econômica:

ganância e oportunidade, né, não tê medo de dívida, que chega, que tem que ficá devendo, tá bom ou se não num tá, entrega pro banco, e vai levando desse jeito aí, quem tem a oportunidade boa aí vai enriquece mesmo, então, a não ser que tenha outros negócio por trás que a gente não pode falá nada, mas de trabalhá mesmo, suado, honestamente, aí você não enriquece do dia pra noite, então essa gente tem uns negócio errado aí.

O cunhado certamente teve “ganância e oportunidade”. Mora em Rondonópolis e “é um dos mais fortes que tem aí, faz quinze anos que tá aí”. Trabalhando no mesmo setor que trabalho João: “nesse setor, ele tá muito bem de situação, o home já tinha mais conhecimento, né, ele tinha três filhos que trabalhava com ele, ele pegô, ele era o mais antigo aqui, ele fez uma freguesia melhor, e eu como trabalhava pro posto aqui eu não podia, tinha que prestá serviço aqui, então aí ficava mais difícil”.

Contudo, mesmo morando em dois pequenos cômodos, juntamente com o filho pequeno e a esposa, o gaúcho João não se arrepende da migração para o Mato Grosso:

eu aprendi muito aqui, meu Deus do céu, quando montei a oficina lá no sul, sabia mexê com dois, três itens só, hoje eu mexo com mais de vinte; então, tudo que eu aprendi aqui, e tudo na prática, tudo nos macete dos trem, nada de teoria, de falá ‘acho que é aquilo’; tem que montá o trem memo e achá o problema.

A vida e o trabalho.

“Nada de teoria”. “Tudo na prática”...

Bibiana, um pouco diferente de João, não vislumbra nenhuma possibilidade de voltar para o Rio Grande do Sul: “pra mim, em hipótese alguma, porque hoje eu estou muito bem estabelecida aqui, e a gente tá lutando muito”. Porque, para ela, Rondonópolis é “maravilhoso”:

aqui é maravilhoso, que eu quero viver aqui o resto de minha vida, e foi aqui que eu conquistei tudo o que eu tenho hoje, que aqui é um lugar [de pessoas]

humildes, com pessoas bacanas e onde eu pude buscá tudo o que eu sonhava, terminá meus estudos, meu trabalho. Então, é aqui que eu gosto de ficá.

“Maravilhoso”, “luta”, “conquista”, “pessoas humildes” e “bacanas”, “trabalho” e “estudo”, participam como *partes* de um lugar. O lugar-Rondonópolis de Bibiana. Um lugar diferente do lugar *deixado*, do sul.

Werner e Maria também diferenciam os lugares de *cá* e de *lá*. Para Werner:

lá [no Paraná] só a diferença é o jeito, né, o jeito que eles trabalha e o jeito que nós trabalha aqui, o jeito que eles véve lá eu acho [que] é um, tem o meu irmão, e a irmã dela, e mais ele trabalha, trabalha, trabalha, chega no fim do ano, ganha zero, então é um, sei lá que, eu, pra mim, que nem gente daqui, se pode dizê que tá no céu, né, e eles tão, inclusive tem até aquela sua irmã, aquela que tá, foi pra Santa Catarina, né, também lá o trem tá difícil, já tem outra que foi no norte, perto de Londrina, ali, aquela tava nos sem terra, mais tão bem, aparência, né?

A diferença é “o jeito que eles trabalha e o jeito que nós trabalha aqui”. *Lá* “trabalha, trabalha, trabalha” e “ganha zero”. Já, aqui, “se pode dizê que tá no céu”. Um irmão de Maria em Santa Catarina. Outra irmã no norte do Paraná, “nos sem terra”, que, na “aparência”, “tão bem”. Maria confirma: “mas eles tão bem, eles tão no acampamento, mas eles tão bem porque eles chegaram ali... E ele chegô lá e trabalhô mesmo, chegaram e foram trabalhá, e hoje só não saiu a terra, mas foi dividida”.

“Nos sem terra”, complementa Werner:

comprô colhedera, trator, e tá, e não dá parte pra ninguém, terra boa, porque ali no Paraná, terra boa, é, da cada soja que é a coisa mais linda, só que aqui nós tamo ganhando deles já, o pessoal que veio de lá já tão produzindo mais que sarava, tem lavora aí que tá dando setenta, setenta e cinco, oitenta por hequitares, né, e lá eles não tão colhendo, então a diferença é muito, tudo aqui no Mato Grosso nós leva vantagem, desde morá é quente, mas eu lá naquele frio num, num quero, e a gente tá acostumado a saí de short, saí de camiseta, eu acho bem mió aqui, se fosse pra mim escolhê hoje, se me desse a mesma coisa que eu tenho aqui, e me desse lá, eu fico aqui.

O trabalho e a luta “nos sem terra” aparece como parte das relações de familiares no sul – no norte do Paraná. O trabalho e “terra boa” são apontados como fatores preponderantes na conquista da terra, que “não saiu a terra, mas foi dividida”. Da “terra boa”, a “colhedera”, o “trator” e a

“soja”... E a comparação: a produção da leguminosa *lá* – “cada soja que é a coisa mais linda” – e *aqui* – “tão produzindo mais que sarava”.

Mas, quem? “O pessoal que veio de lá”. “Nóis”!

Werner, aqui, homogeneiza as *gentes* do sul e todas e todos de lá parece plantarem e colherem soja. E “que aqui nós tamo ganhando deles já”. “Nóis”!

Da comparação da produção de soja à comparação do *morar*: “desde morá é quente” – aqui –, “mas eu lá naquele frio num, num quero” – *lá*.

Calor, “short” e “camiseta”: “se fosse pra mim escolhê”, “eu fico aqui”!

Aqui é o lugar da casa, do trabalho e da “experiência”. O lugar do *ficar*, como discorreu Maria:

cê não fala que, por um acaso não saía mais, dificilmente, principalmente Rondonópolis que foi onde a gente conseguiu, como uma casinha, né, foi melhor pra nós foi a casinha, até essa questão de trabalho, né, é que não fala assim, porque aqui foi melhor, é porque, aí ele já foi adquirindo experiência, quando nós chegamo aqui já tinha experiência né, então.

O *chegar* e o *ficar* são também a trajetória de agruras, de trabalho, do “[a]pegá com Deus”. A construção do lugar trazendo, para um trabalhador e uma trabalhadora, a marca do sofrimento, mas também da perseverança, como foi *desafiando* Werner:

mas onde é que eu cheguei já, cê vê, dormia, dormia num ônibus, tinha um ônibus, aqueles onibuzinho que tinha um motor, era um três-cinco-dois, eu ia lá, eles levava o colchão lá, pôr, nem tinha onde era a garagem, não tinha onde eles ficá, nós dormia lá dentro no calorão, com pernilongo, às vezes o cara ficava aceso a noite toda, pra no outro dia cedo vazá; daí arrumei uma casinha, uma casinha que tinha de uma senhora, daí ela tinha um porco que era criado lá, mas era gente boa ela, ela, daí um fazia a comida num dia, outro dia outro, daí acordava certa vez, chegava duas hora, chegava lá sem... Daí no começo foi duro, só o que se tinha ali, tinha que sê contado, daí fui encontrá a mulhé lá em Jaciara, lá já tinha uma casinha já comprada, né, daí já mudamo pra cá, e aluguei a casinha lá, não dava nem pra pagá os cara, roubaram tudim, madera... É, não foi fácil não, se você não tá com saúde e pegá com Deus, você não consegue...

Dormia *perto* dos bichos: “com pernilongo” e “tinha um porco”.

E o “calorão”.

“No começo foi duro”, “não foi fácil”. Mas, “com saúde” e “com Deus”, “consegue”!

Werner conseguiu tornar real o sonho de ser motorista...

Antônio, mesmo antes de *mudar* para Rondonópolis, já desenvolvera uma “paixão” pelo lugar, que, no Mato Grosso, acabou se espraiando para a profissão que começou a desenvolver no lugar e nela estabelecendo forte relação até hoje. Garçom:

nunca consegui me desprendê daquilo [da profissão de garçom] até hoje, não tem jeito... É, hoje eu trabalho de moto taxista, mas sempre tem aquela participação, parece uma febre, é um negocinho assim, é um imã que você gosta de fazê, e eu tando no meio da sociedade, e eu só participo da socialait mesmo, gente da alta mesmo, só pessoal da grana mesmo que me convida; assim, tô sempre bem da vida, no meio da sociedade, é a minha vida... Só respeitado por todo o mundo, todo mundo. Eu agora, ultimamente, arrumei uma dupla minha, uma pessoa, uma cozinheira, eu faço churrasco e tem uma menina que faz a comida e a nossa dupla é inseparável. Não tem para ninguém, se as vez a gente não pode í, a gente opina uma outra pessoa, ‘mas eu queria vocês dois, vocês dois eu sei que é sucesso garantido’. Toda a vida foi, não foi através de cartão, até hoje não distribuo cartão, não dô cartão até hoje para ninguém, minha propaganda é o meu serviço. Então, se eu chego numa festa e faço o serviço bem feito, os convidados chegam e gostam do meu serviço, e se um dia vão fazê uma festa ‘vamo pegá esse pessoal’, e não pega outro. E dô o telefone... Do Alemão.

O garçom. Também moto-taxista. Garçom da “gente da alta mesmo”. Organizador de *buffet*. Para ricos e ricos. “Minha propaganda é o meu serviço”. O garçom “Alemão”: “aqui o meu nome é só Alemão, ninguém me conhece como Antônio. Só Alemão. Você fala assim: ‘você conhece o Antônio?’ ‘Quem é esse Antônio?’ ‘O Alemão, o moto táxi, o garçom’. ‘Ah, não, aquele garçom, aquele gauchão’, engraçado [risos]”.

É o gauchão-alemão. Que veio *sem eira nem beira*. Virou garçom. Virou moto-taxista. Virou o “Alemão” do *buffet*, do churrasco...

Virou e mudou: de emprego e de moradia. Começou morando no centro: “era no centro, hoje era a antiga Moreira”. Depois nos bairros:

dali eu fiquei ali um ano e pôco, daí conheci a [esposa], que é, casei com ela, namorei nove mês, e nós tava morando naquele quartinho, nós dois, dali nós compramo uma casa lá no Novo Horizonte, no bairro Novo Horizonte, fiquemo um tempo lá e de lá vendi a casa lá e comprei aqui, até hoje. Então, na realidade, mudei três vezes: fiquei lá naquele quarto, no Novo Horizonte e aqui, no Conjunto [São José]. Três moradias que eu tenho aqui, e aqui provavelmente vô ficá por muito tempo ainda.

A mobilidade do trabalho é também a mobilidade do *habitar*. Morava no “centro”, “naquele quartinho”. Depois “uma casa lá no Novo Horizonte”. Por fim, “comprei aqui” e “provavelmente vô ficá por muito tempo ainda”. *Trabalhar e morar*, para Antônio e família, também é mudar e mudar: de profissão e de bairro; do bar *pra* moto; do bar e da moto *pro* “pessoal da grana”... E sempre com pouco dinheiro. No centro ou na periferia. Aliás, o centro que também era a periferia – “naquele quartinho” –, e a periferia que também é o centro: “eu só participo da socialait mesmo”!

4. “Eu sigo a nação, eu sô gaúcho”

Freqüentemente, a migração é familiar. O pai pode migrar primeiro, e se as condições se apresentarem favoráveis, migram os demais. Ou então podem migrar todos juntos e correrem os riscos das condições serem adversas à permanência. Como já ressaltado em outro momento, o poder da decisão e da efetiva partida é quase sempre restrito ao pai e à mãe. Quando as filhas e os filhos são pequenos, esta tendência se acentua. Quem provê a casa das necessidades da família acaba por possuir maior poder em uma decisão de ficar ou partir.

Filhas e filhos – por serem filhas e filhos – “acompanham” pai e mãe. Quanto mais tenra a idade, menor parecem ser as agruras frente à mobilidade. O presente ainda é pouco impactante. O passado muito menos. O futuro se coloca como um caminho a trilhar. Passado e futuro são uma construção. Aqui, ali ou acolá, parece um tanto indiferente para quem ainda é conduzido pelas mãos da mãe e do pai. Violentamente ou não, crianças “seguem” os pais e a elas parece menos difícil a relação no novo lugar. Os pré-conceitos estão ainda para serem construídos. As heranças culturais da mesma forma. O passado é menos pesado. É-se criança *aqui* e *lá*. O erro é aceito quando cometido na fase pueril da vida. A fantasia ainda é permitida¹⁴. O real é menos trágico, pois a ele se contrapõe um mundo imaginativo.

A migração transporta as crianças e suas imaginações. Nascidas aqui, crescem em lugar distante. Para as crianças o *aqui* e o *lá* participam mais das conversas entre pai e mãe – ou entre estes e os outros – que expressões de lugares por elas vivenciados; portanto, mais distanciadas de componentes profundos de uma ruptura drástica entre o lugar daqui e o lugar de lá. Mais passíveis e propensos a emaranharem-se e promiscuïrem-

se nas e com as relações no novo lugar, as crianças penetram e absorvem com maior facilidade os *jeitos* do lugar-destino. O lugar-origem é antes um lugar-memória pelas lembranças da mãe e do pai¹⁵, do que um lugar-memória derivado das próprias relações no lugar. Isto não torna o lugar *deixado* menos importante para as filhas e os filhos. Mas o esquecimento para quem migra se faz tão importante como as recordações.

A capacidade em esquecer o lugar *deixado* é, sem dúvida, maior para os de pouca idade. As lembranças são fugazes. As relações no novo lugar se sobrepõem às do lugar passado. O passado apresenta menos constrangimentos para as crianças. Os constrangimentos também são menores no novo lugar. Criança o é em todas as plagas. Em grande medida, no entanto, reproduzem as representações dos pais sobre as *gentes* e os *lugares*. O que não impede que, por outro lado, sejam vítimas de preconceitos e discriminações.

O mundo da criança, contudo, é o lugar onde ela está. O presente se sobrepõe ao passado com mais facilidade que sobre os adultos. Por isso, o rompimento com o lugar *deixado* se faz com menos traumas. Com menos explicações para quem ficou. Com menos declarações para quem perguntar os motivos da partida – e da chegada – no novo lugar. Assim, para os mais novos, o lugar – ou os lugares – do passado tem suas representações produzidas e reproduzidas por “pedaços” de lembranças dos mais velhos, e por informações que vão colhendo por outros meios e que possibilitam a reconstrução do lugar *deixado*. Sobretudo, esta reconstrução se faz porque a marca do lugar é inapagável: foi lá que se nasceu.

A participação de filhas e de filhos – em especial pequenos – na migração, é decorrência da própria condição como *parte* da família. *Partes* “comandadas”. Filhas e filhos migram porque a tutela pertence à mãe e ao pai, que definem a saída e a chegada em lugares. Aludir à violência como um ato que pertence à mobilidade – na relação entre pais e filhos – parece descabido, porque a migração é antes o reflexo de uma arbitrariedade maior dada pelas circunstâncias que cada mãe e cada pai enfrentam nos lugares. A decisão de partir é subjetiva, mas atinente às condições sócio-econômicas, às relações com as *gentes* e as expectativas sobre os lugares. Subjetividade e objetividade se emanam (aliás, só na análise que se tornam dissociáveis). A responsabilidade pela migração, no entanto, recai sobre a mãe e o pai e constantemente também movida e atribuída como condição necessária para a garantia de melhores condições de vida para os próprios descendentes. O futuro no novo lugar passa a ser, sobretudo, o futuro das filhas e dos filhos.

Ainda quando criança, Antônio migrou com o pai, a mãe e outras irmãs e outros irmãos do Rio Grande do Sul para o Paraná. Para o Mato Grosso, anos depois, migrou solteiro. Só. Ali tem duas filhas. Uma família: “constituí família, isso que tá me prendendo aqui, e por aqui eu quero ficá”. A família coloca-se como expressão de um lugar – “prende”-o, ali. “E por aqui eu quero ficá”, porque:

minha vida é aqui, eu me sinto realizado aqui, aqui eu ganho o meu dinheirinho, não tenho dificuldade pra ganhá meu dinheiro, não é muito mas dá pra mim sobrevivê; e é honestamente, tudo o que você faz honesto é sagrado. Então... Minha casa é modesta, simplesinha, pode vê aqui, mas é acolhedora, quando chega alguém, recebe todo mundo bem; é simplesinha, mas é minha. Graças a Deus não pago aluguel, então eu tô à vontade aqui. E eu também não gosto muito de luxo; meu luxo é a comida na barriga [risos]. E isso aí eu não tenho dó não; isso aí eu toda a vida eu, pra comê, eu não tenho dó, não, eu tiro o meu último centavo.

Filhas. Família. Trabalho. Realização. Dinheiro pouco. Sobrevivência. “Comida na barriga”. Honestidade. Casa: “simplesinha”, “mas acolhedora”. “Pode vê aqui”. “Graças a Deus”. “Sagrado”...

As palavras, assim, meio *soltas*, parecem *fiões* sem *nós*. Tudo é “sagrado”. Expressão do trabalho honesto: “tudo o que você faz honesto é sagrado”. A totalidade da vida em um lugar.

Duas famílias: a de antes e a de agora. Esta, parte daquela. Esta, separada daquela. O pai é o elo que liga. Liga dois lugares. O da mãe e dos irmãos e o das filhas e da família de agora. É esta que “prende”. E por esta “aqui eu quero ficá”.

Certamente *por estas e por outras* o pai e a mãe de Antônio saíram do Rio Grande do Sul. Filhas e filhos. Família. Trabalho. Realização. “Sagrado”. Amém!

Também pelos filhos, Alice e Licurgo saíram de fazenda e foram para a cidade de Rondonópolis. Do “município de Itiquira, e aí chegamo aqui em Rondonópolis em janeiro de oitenta e três”, precisou Alice. “Pra colocá os menino estudá” e “pra tentá um emprego na cidade”, revezando-se nas explicações, Alice e Licurgo. A esposa e mãe enfatiza a necessidade da escola para os “menino”: “nas fazenda quase não tem, não tem escola, não tem, agora já tem e na época o Silvio já táva, já precisava, o Nelson também e tinha que vê que se arranjasse um emprego aqui e pra colocá os menino na escola, daí nós compremo aqui e viemo morá aqui”. Escola e trabalho. E as promessas dos patrões não cumpridas!

Os filhos estudaram e cresceram. Dos três, dois já casaram e Alice e Licurgo já tem “dois netos e uma neta”. A família do casal gaúcho é a família com os filhos e os filhos e filha destes. A família no sul, onde moram irmãos e irmãs e parentes, permanece mais distante no espaço e nas relações.

Novas migrações são possibilidades. Não de Alice ou Licurgo, mas talvez dos filhos: “qualquer um deles, se ele achá um futuro melhor, qualqué outra região, ninguém tem nada contra, aqui cada um procura o que é melhor, então, tem muitas famílias que ó, se for pra í tem que í todo mundo ou não vai ninguém; nós não, se achô uma oportunidade que, um futuro melhor”. A *mudança* de lugar pode se colocar como perspectiva, discorre Licurgo. Em especial, porque o filho Nelson é policial militar e “porque já uma vez era pra sê transferido, e depois não foi”, diz a mãe.

O futuro aos filhos pertence! “Se achô uma oportunidade” em outro lugar”, “ninguém tem nada contra”. Também porque a mãe e o pai já fizeram da *mudança* uma possibilidade de melhoria das condições de vida. Primeiro em fazenda; depois na cidade de Rondonópolis.

Os filhos migraram pequenos do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. Acompanhando os pais. O lugar do sul é para eles uma terra estranha. O passado deles já é o novo lugar: “eles praticamente não conhecem nada de, das tradições gaúchas”, ressalta Licurgo. Um dos filhos “foi só uma vez pro sul, e o Nelson também, o Nelson foi duas”, observa a mãe, falando de planos dos filhos que falam em ir visitar o sul mas que, para ela, é uma possibilidade distante: “os outros falam de í pro sul pra vê os parentes, mas se é que vão mesmo eu não sei”, “porque mais é pra conhecê, diz que o Nelson diz que vai levá a mulher dele pra conhecê”. Para o pai e avô Licurgo, os netos e netas ainda menos relações terão com a terra natal dos avós paternos, e “eles já não vão sabê mais nada”...

“Não vão sabê mais nada”. Do Rio Grande do Sul...

O lugar, tanto dos filhos, de Alice e de Licurgo, mas principalmente dos netos e netas, não mais é o sul. O Rio Grande do Sul é apenas um pedaço do mapa do Brasil. As esposas dos filhos são mato-grossenses. A maior parte da vida dos filhos foi transcorrida longe do sul. O passado e o presente são o novo lugar. O futuro, em grande medida, também nele tende a se assentar. Duas gerações, aqui, definem o limite entre o lugar *deixado* e o lugar *chegado*. A geração dos filhos e a geração dos netos e netas. Para estes, nem a certidão de nascimento registra lugares do sul. Mato-grossenses. Filhas e filhos de pais gaúchos. Nada mais que isto. Vidas

vvidas e nascidas em Rondonópolis aparecem como a negação de *partes* de vidas nascidas e vividas no Rio Grande do Sul. O lugar do passado sucumbe frente à luta pela sobrevivência no lugar presente. Em última instância, o passado parece destituído de significado. O presente contínuo. Também sem futuro!

Ana e o marido – juntamente com o pai dela – migraram com os filhos pequenos: “já tinha três filhos”. Com os pais, as primeiras vivências no novo lugar foram desencadeadas na fazenda onde a mãe e o pai trabalhavam:

vieram pequenos, mas aí o mais velho estudou até na quarta série na fazenda, daí quando chegô a quarta série então não tinha mais, né, grau pra ele, só tinha até quarta série, aí era pra ele estudá na cidade, ficá na casa de um colega de serviço da gente, né, ele não quis ficá porque era estranho, né, sempre ficando em casa, então ele não quis ficá, daí minha mãe veio lá do Paraná pra cá, que naquele ano tinha ônibus pra cá, aí ele falô pra mãe: ‘eu vô junto com a vovô estudá lá no Paraná’, e ele foi junto, estudô lá, se formou, trabalha lá, casou, tem um filho lá, né?

Filho mais velho, fazenda, estudo, cidade, avó e Paraná... Em poucas palavras a narração de uma nova mobilidade motivada, agora, não pelo trabalho – pelo menos diretamente – mas pelo estudo – um *trabalho* diferenciado. Se na migração do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso o filho fora parte de um movimento no qual pouca margem de interferência lhe era permitida, a migração para o Paraná se deu a partir de suas próprias convicções, ainda que relativas.

Um retorno até a metade do caminho. O Paraná fora lugar de rápida passagem entre o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso. Agora se constituía como lugar de destino. A mãe e o pai migraram com os filhos. Um deles migrava agora sem os pais. A avó, parcialmente, preenchia as *funções* materna e paterna...

No *meio do caminho*, ainda na fazenda, a possibilidade em estudar na cidade permanecendo na casa de um “colega de serviço da gente”: o estranhamento na relação de alguém não familiar pareceu reproduzir o estranhamento daquelas e daqueles que deixam um lugar e buscam a reconstrução de suas vidas em outro: “aí era pra ele estudá na cidade, ficá na casa de um colega de serviço da gente, né, ele não quis ficá porque era estranho, né, sempre ficando em casa, então ele não quis ficá”.

A distância física – para o filho – lhe parecia menos traumática que a distância afetiva de alguém da família. Entre ficar na casa de um “colega de serviço da gente” – relação definida pelo trabalho e não necessariamente

pela afetividade – e da avó, a decisão apontou para o não rompimento drástico com o afeto familiar. A avó representava a mãe e o pai. Os mais de mil quilômetros entre Rondonópolis e Pato Bragado (então distrito de Marechal Cândido Rondon), no Paraná, se colocaram menos difíceis de serem percorridos que a separação da família – neste caso ampliada com a participação da avó – ao permanecer na casa de um “estranho” – “porque era estranho” – em cidade próxima da fazenda.

Na decisão da nova migração do filho, foi ele quem decidiu o lugar e com quem: “aí ele falô pra mãe: ‘eu vô junto com a vovó estudá lá no Paraná’, e ele foi junto”. A autonomia do filho – mesmo que relativa porque não migrava só, mas em companhia da avó – parece revelar que a migração primeira – do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso – teria, de uma ou de outra forma, se colocado como condição importante para a decisão do filho em definir a possibilidade e o lugar em migrar e dar continuidade aos estudos. Se a migração do sul também teve como condicionante a expectativa de criar condições favoráveis para o desenvolvimento dos filhos, a recusa do filho “mais velho” em morar com um “colega de serviço da gente” e o interesse em acompanhar a avó para continuar os estudos no Paraná – ‘eu vô junto com a vovó estudá lá no Paraná’ –, também se mostrava como opção legítima e coerente frente às perspectivas que se colocaram no momento da decisão e da partida do sul. Portanto, concordar com a ida do filho junto com a avó colocava-se como uma posição *lógica* àquelas propugnadas para a migração do sul.

No Paraná, o filho – junto da avó – “estudô lá, se formou, trabalha lá, casou, tem um filho lá, né?” A migração isolada do filho “mais velho” para o Paraná acabou por se constituir como uma construção autônoma frente às relações que Ana, o marido, o pai e os demais filhos estabeleceram no Mato Grosso. O estudo – “estudô lá” –, e sua conclusão – “se formou” –, o trabalho – “trabalha lá” –, o casamento – “casou” – e o filho – “tem um filho lá” – demonstram que a migração do filho e a efetiva construção de relações no novo lugar o fizeram parte de um lugar longe da mãe, do pai e dos demais irmãos.

O exemplo revela que uma migração posterior à outra – mesmo sob outras condições e envolvendo *parte* daqueles que primeiramente migraram juntos – se constrói mais “suavemente” uma vez que tem como parâmetro uma *mudança* já efetuada, e o rompimento de laços com o lugar *deixado* tende a ser menos tensa, porque tais laços – de afetividade e de pertencimento com o lugar – ainda colocam-se enquanto potencialidade

de construção. E, na condição de criança, as relações afetivas – mesmo com a avó – tendem a assumir maior centralidade que as relações entre as *gentes* e os lugares. O mundo da criança é em grande parte um mundo intra-familiar, colocando-se como condição importante para que possíveis relações com o lugar e com suas *gentes* – inter e extra familiares – sejam pouco percebidas – ou mesmo nem percebidas – como limites à mobilidade ou, neste caso, no acompanhamento do filho “mais velho” junto à avó para um lugar outro – o Paraná.

A ida do filho “mais velho” para o Paraná se fez bem mais forte que uma possível migração temporária – dando continuidade aos estudos interrompidos na quarta série – e posterior efetivação de um retorno – para o Mato Grosso e próximo dos pais – após a conclusão das atividades nos anos escolares. Mais que isto: no Paraná o filho “mais velho” deixou a casa da avó – em Pato Bragado – e efetuou nova migração – em distância extremamente menor que as duas anteriores –, agora para a cidade de Marechal Cândido Rondon: “mora até hoje lá, só que minha mãe mora em Pato Bragado e ele mora em Marechal Cândido Rondon”, segundo Ana. Uma nova mobilidade motivada não mais pelo estudo, mas pelo trabalho: “já tem muitos anos que ele trabalha lá”.

O filho e a mãe no Paraná são as referências para Ana no estabelecimento de maior relação com *gentes* do lugar *deixado*: “é por causa deles, né, pra mim eu me interessá pra eu í lá pra morá, não”. Mesmo sendo “por causa deles” que a relação com o Paraná ainda se dá, Ana novamente ressaltou que tal relação não implica em possibilidade de o lugar *deixado* – um deles – se colocar como um lugar desejado – “eu me interessá pra eu í lá pra morá, não”. A relação com o lugar é, portanto, decorrente dos sujeitos que ali moram e não do espaço em si.

A relação de afetividade com o filho “mais velho” e com a mãe não tem rebatimento semelhante na relação com o lugar. *Gentes* e lugar são apreendidos diferentemente por Ana: o filho e a mãe constituem *sujeitos* participantes das relações de afeto e de família; o lugar do filho e da mãe, no entanto, não participa desta afetividade. Ocorre uma dissociação entre sujeitos do lugar e o próprio lugar – dissociação *lida* e produzida por alguém fora do lugar e que insistentemente repõe a sua negatividade, recolocando o não-desejo de ali morar: “fui várias vezes já lá, né, mas pra mim morá lá, não”.

Em outro momento, Ana confirma que a decisão do filho em morar no Paraná – junto com a avó – fora opção dele próprio. Insere, nesta parte da narrativa, um forte elemento de afetividade que parece ter significativamente

contribuído para que a própria avó concordasse com a ida: o filho “mais velho” era o primeiro neto. A migração do filho “mais velho” se deu “é porque ele queria, aqui assim pra ele era estranho, né, pessoal estranho, então ele não queria ficá com gente estranha, daí ele voltô pra ficá morando com a minha mãe, era o primeiro neto dela, também sempre foi o xodó dela desde pequenininho, né, daí ele voltô pra casa, né, pra casa da vó; e lá ele estudô, trabalhô, se formô lá, né, então tá lá”.

A migração do filho “mais velho” foi – grandemente – a conciliação de duas vontades: o estudo do filho e a proximidade desejada entre avó e neto – “sempre foi o xodó dela desde pequenininho”. Na separação espacial do filho “mais velho”, de Ana, do pai e dos outros irmãos, um fator objetivo – o estudo – e um subjetivo – a afetividade com a avó – assumiram a centralidade, e difícil seria presumir qual se colocou como preponderante. Talvez se possa dizer que ambas as condicionantes se “retro-alimentaram”, sem valorar uma mais e outra menos.

Enquanto o filho “mais velho” tomou o rumo do sul para estudar e morar com a avó materna, uma filha e outro filho de Ana permaneceram no Mato Grosso: “tenho outro menino aqui e tenho a menina mulher que casou, casou; tá morando na casa dela no bairro aí pra baixo”. Um dos filhos ainda solteiro permanece na casa da mãe e do padrasto. A filha – “menina mulher” – casou e “tá morando na casa no bairro aí pra baixo”. Se o filho “mais velho” migrou e mora há aproximadamente mil quilômetros dali, a presença próxima do filho e da filha mais novos indica que o lugar novo metamorfoseou-se em lugar construído, conhecido e *usado*¹⁶. Do novo lugar de duas décadas atrás para o lugar *usado* do presente. Do lugar-fazenda para o lugar-cidade. Do lugar-cidade para o bairro onde mora com o marido e o filho – e ao lado a casa do pai – para o bairro onde mora a filha “aí pra baixo”. O bairro “aí pra baixo” indica que o lugar de estranhamento, em um passado próximo-distante, se faz hodiernamente *familiar*. O *familiar* envolve os seus. O lugar também lhe pertence. Ela e a família também são, agora, o próprio lugar.

O pertencimento ao lugar se espraia de Ana para os filhos. Para o pai.
E para Pedro, o filho e neto.

(Durante uma das entrevistas, o filho mais novo de Ana voltava do trabalho, cumprimentou a todos e sentou próximo.)

Observava.

Ouviu a mãe e o avô. As *falas* eram parte de sua história. Falam de seus lugares...

Em outro momento já apontamos que Ana – ao falar dos filhos – dizia que “[eles] nem lembra de mais nada do sul” e, referindo-se ao filho mais novo, ressaltava que “esse aqui ia fazê três ano quando nós saímo de lá”. Era o “mais pequeno, né”...

No entanto, as palavras do filho mais novo sobre o sul – e mais especificamente sobre o Rio Grande do Sul – mostraram-se reveladoras de um sentimento *topofilico* surpreendente: “ah, eu sigo a nação, eu sô gaúcho, eu sô gaúcho, se alguém fala mal eu brigo [risos]”. Uma fala e uma revelação inicial e aparentemente estranhas para quem saiu do Rio Grande do Sul – acompanhando a mãe e o pai – com menos de três anos de idade – “ia fazê três ano”. A revelação toma expressivo vulto quando aponta o motivo desta forte relação com a “nação”, que lhe possibilita dizer e repetir que “eu sô gaúcho”: “a tradição”¹⁷.

A “tradição”?

Ele mesmo responde:

a tradição, né? Você, praticamente, no Mato Grosso, mas você faz parte da nação gaúcha, não morei lá muito tempo, nasci lá, vim pra cá, me criei aqui, mas as raízes de lá, né, aqui praticamente foi a terra que me criou, mas é a minha nação.

A “tradição” do lugar do sul.

A “nação gaúcha”.

As “raízes de lá”.

“A minha nação”...

A ufanía do filho mais novo se constrói na pujança de suas palavras e demonstra que vinte anos se revelam pouco significativos para impedir que pense de um jeito – do seu *jeito* – e produza uma representação extremamente *orgulhosa* do Rio Grande do Sul – a “nação gaúcha”. E desde que saiu com os pais nunca mais voltou ao Rio Grande do Sul. “Não”.

O avô, rindo, provocou: “ele pode falá: eu sou gaúcho uai tchê!”.

Risos...

O neto não tem a mesma representação do Rio Grande do Sul que o avô. O lugar-passado deste foi um lugar vivido. O lugar-passado daquele é um lugar imaginado. Daí o avô parecer dizer que o neto fantasia o sul ao mesmo tempo em que já não pertence a ele – “eu sou gaúcho uai tchê”. O “uia” mineiro indicando que as “raízes de lá” se emaranharam com as raízes de cá. O “uia” como interjeição do não-sul.

Para o neto, entretanto, o Rio Grande do Sul – a “nação gaúcha” –

surge como um lugar sonhado. Idealizado. Todas e todos de lá e os que também estão fora participam de uma nação – “você faz parte da nação gaúcha”. Todas e todos: os de lá os que agora estão aqui. Pobres e ricos. Pertencer à “nação gaúcha” se revela tanto um sinal de *distinção* como um alerta na defesa perante o outro: “pra mim aqui eles gosta muito é de fazê piadinha, aí eles fala as coisa aí eu falo: ‘ôh, rapaz, pra começá eu sou gaúcho!’”. Estas e as palavras adiante parecem indicar, peremptoriamente, que a produção grandemente enaltecida do Rio Grande do Sul – inclusive alçando-o à condição de “nação” –, é também resultado e reflexo das relações que o filho de Ana estabelece no presente:

todos por aí assim me trata de gauchinho, galeguinho, ou então todo mundo que me vê na rua, assim, já me chama de gaúcho, mesmo as pessoa que nem [me conhecem]; eu trabalho com entrega, toda obra que eu chego eles me olha e me azoa, fala assim: ‘ôh gaúcho, vem cá?... Então, não porque eu nasci, mas como se eu tivesse vindo de lá ontem... o tratamento que todo o mundo faz, né?

A reação ao tratamento – “assim me trata” – expedido pelos outros – “gauchinho, galeguinho” – tem como uma das facetas a exaltação do Rio Grande do Sul. Mas se “gauchinho” indica a matriz regional originária, “galeguinho” indica uma característica fenotípica. Para pessoas que não o conhecem – “mesmo as pessoas que nem [me conhecem]” – não é o ser-“gauchinho” que indica o ser-“galeguinho”. O inverso é a explicação: o ser-“galeguinho” indica o ser-“gauchinho”. Características biológicas externas – a cor da pele e o tipo de cabelo – são definidoras de sua origem e indicam a forma como “as pessoa” relacionam-se – pelo menos inicialmente – com o filho de Ana. A esta relação inicial é construído um sistema de autodefesa que tem como base a produção de uma representação altamente ufanista do Rio Grande do Sul.

A produção de uma representação positiva do Rio Grande do Sul – sem mesmo conhecê-lo de maneira mais efetiva – resvala para a comparação entre as *gentes* de lá e as *gentes* de cá. Na fala do filho mais novo de Ana, este aspecto surge na comparação entre o seu “modo de criação” e o “modo de educação” das *gentes* daqui e das *gentes* de lá:

seria no modo de, praticamente, no modo da educação, no caso que aqui o pessoal é criado mais largado, mais solto, e que nem eu assim fui criado com a minha mãe sempre trabalhando, meu pai sempre trabalhando, o pessoal sempre quase nos reuníamos em casa, mais é pelo [modo] da

criação que eles trataram nós, é a educação que nos temos hoje, entendeu? É por isso que eu acho que o modo de tratá de hoje, hoje você passa na rua e você vê os guri tá tudo falando palavrão, nós quando era pequeno falava uma coisa dessa nós levava uns tapa, a gente num faiz mais isso acho que é pelo modo de criação.

A “educação” e a “criação” aparecem, agora, ao lado do trabalho. Em contraposição ao “aqui [onde] o pessoal é criado mais largado, mais solto”, sobressai-se uma “criação” “com a minha mãe sempre trabalhando, meu pai sempre trabalhando”. O trabalho e a educação assumem uma centralidade de destaque nas referências para a produção de representações das *gentes* daqui e das *gentes* de lá, porque – prossegue – “a maioria das pessoa de casa não são de tá falando essas coisa, a não ser as pessoas mais velhas que conversa, tal, mas as criança praticamente todas vão seguida num ritmo”. Ritmos divergentes construídos no interior das famílias. A família sulista em oposição à família mato-grossense. A “conversa” das “pessoas mais velhas” definindo o ritmo seguido pelos mais novos – a “educação”.

Mas, como anteriormente já observado, a produção de representações concorrentes, em que a educação familiar assume importância central, é conduzida pelas relações externas à família: no trabalho. É no trabalho – nas atividades exógenas ao cotidiano intra-familiar e da casa materna – que se constroem os elementos que possibilitam a produção das representações dualistas das famílias de *lá* e das famílias de *cá*. No trabalho, a educação familiar – para o filho mais novo de Ana – ostenta uma valoração significativa:

valorizam muito, porque pra começá uma pessoa hoje num campo de trabalho se num tivé educação, no modo de falá, você num é aceito, pelo seu perfil de você chegá na empresa é você falá, então influi, influi muito, até você chegá na pessoa e sabe lá, que nem na minha área de serviço você tem que conversá com muita pessoa mal educada, cê tem sempre mantê sua educação, aí já vem da família a gente ouvi os mais velho, a pessoa fala, fala, fala, fala um monte de...

A educação se interpõe entre a família e a empresa. A formação do trabalhador tem por base as relações familiares e estas definem o “seu perfil” e a sua “educação”. É essencial “mantê sua educação” – originária na família – para possuir no trabalho, também, a capacidade de “conversá com muita pessoa mal educada”. Educação e família do sul.

A construção de significados sobre o lugar de origem a partir das

relações no lugar Mato Grosso, norteiam as representações do filho mais novo de Ana. Uma construção, no entanto, que se faz parcial e por isto mesmo complexa. Nem todos os “valores” do sul – aqui em especial do Rio Grande do Sul – são restituídos com o fito de *marcar* posições em relação ao outro.

Um exemplo bastante pitoresco – que pode soar banal, inclusive – é o time de futebol que Pedro torce. Nem Internacional, nem Grêmio e nem Juventude: “olha rapaz, se eu te falá você vai até ri, sabe por quê? Porque eu torço pro Corinthians”! “É paulista”. Torcer pelo Corinthians, no entanto, não o impede de repor – no Mato Grosso – a maior rivalidade futebolística do Rio Grande do Sul: “mas se eu vô torcê no sul eu torço pro Inter, só por causa do meu vô, meu vô é gremista [risos]”...

Imediatamente, o avô replica: “também não apaga, desde 1906 [ano de fundação do Internacional de Porto Alegre] parece, é um nome forte”.

“Criação” do sul e times de futebol se dissociam: “teria que ser mais [gremista ou colorado], sei lá, é como se diz: a criação já foi embora, né, então eu me sinto de lá, mas o coração fala mais alto pelo outro time”. Toda a infância e adolescência Pedro viveu no Mato Grosso. As referências sobre o futebol e os times – no Mato Grosso – dão-se em especial de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Duas outras observações podem ser apontadas sobre a não adesão de Pedro a um time do sul mesmo sendo filho de gaúcha e gaúcho: a primeira refere-se à possível pouca influência dos *mais velhos* sobre ele – “meu vô é gremista” – em consonância a não constituição de um “clima” propício à adesão a um time gaúcho, principalmente porque a migração de gaúchas e gaúchos para Rondonópolis se fez extremamente “pulverizada” – e relativamente pequena –, e por isso acabou por não produzir um “movimento” expressivo de torcedores gremistas e torcedores colorados¹⁸.

A segunda observação – que decorre da anterior – refere-se às relações que Pedro estabeleceu longe do sul: na infância e na adolescência as referências ao futebol são extremas – e isto pode ser perceptível em qualquer rincão do Brasil – e vão definindo filia e adesão por um ou outro time, que para Pedro, longe da rivalidade e das paixões – e ódios – que cercam o *grenal*, acabou por criar uma paixão futebolística por um time “estranho” ao Rio Grande do Sul, mas bastante presente no Mato Grosso: o paulista Corinthians. Corintiano – e não gremista ou colorado –, vai vendo uns ganhando e outros perdendo – pois *cada jogo é um jogo*; os estádios são “arenas” dos lugares distantes: o Olímpico e o Beira Rio no Rio Grande

do Sul; o Pacaembu, o Palestra Itália ou o Morumbi em São Paulo. Neste último, a paixão pelo time paulista definiria a “arena” do desejo para ver seus craques. Longe dos lugares do sul.

Distante do Rio Grande do Sul, Pedro estabelece por telefone contato com o tio – irmão de Ana – e sua família. É por telefone que vão sendo criadas as intenções e expectativas de visitas ao sul, e mesmo longe se constroem papéis para os de *cá* e os de *lá*, realçando e intensificando as relações: “se Deus quiser ainda vô lá, porque meu tio agora me colocô como padrinho e eu quero í lá prá conhecê meu afilhado e conhecê a cidade de Panambi”. Laços de confiança e afetividade são produzidos mesmo sem os sujeitos se conhecerem mais profundamente: “meus padrinhos praticamente eu não conheço, eu já vi, mais isso não quer dizer que eu vô deixá o afilhado sem vê eu, né?” Padrinho e afilhado se fazem em lugares distantes e diferentes: “não me conhece [o afilhado], só pelo telefone e por foto”.

O filho mais novo de Ana também fala da irmã e ressalta que ela – diferentemente dele – parece não ter desenvolvido uma relação mais profunda com o sul e, por isso, não evidencia uma ligação nos mesmos termos que ele. Não há “nação”. Não há paixão. O contrário parece ser a tônica: “pelo lado da criação sim [“criação” do sul], mais eu acho que ela é mais ligada aqui; ela por um lado ela não gosta de ser chamada de galega”. Também ao contrário dele, “se chamá de galega é chamá pra briga”. A relação *topofílica* do irmão não apresenta a mesma *sintonia* na irmã: “então ela não cultivava muito essa, a tradição antiga; ela é mais daqui; eu já praticamente eu já não ligo das pessoa me chamá de gaúcho, de gaúcho, de polaco, de, ligo não, vô pra galera, chamô tô indo”.

Não cultivar a “tradição antiga” se materializa na condição de maior pertencimento ao lugar onde mora, ao Mato Grosso. “Ela é mais daqui” parece acentuar a diferença em relação ao irmão que, em contrapartida, seria mais *de lá*. A condição de gaúcha – da irmã, através do *olhar* do irmão – se mostra indiferente e até certo ponto desprezível em relação à condição assumida por Pedro. Se para este são as relações extra-familiares as definidoras das representações sobre as *gentes* do sul e as *gentes* do Mato Grosso, para a irmã – que não está inserida em atividade em que a “educação” e a “criação” poderiam colocar-se fundamentais –, a “tradição” e as “raízes” gaúchas se mostram indiferentes na relação com o lugar e com suas *gentes*. Pelo contrário, parece se dar, inclusive, o desenvolvimento de um sentimento de aversão à condição de gaúcha que lhe faz parte: “se chamá de galega é chamá pra briga”.

A exposição destas duas situações – de Pedro e da irmã – se faz importante como demonstração do desenvolvimento diferenciado – e até em oposição – das posições que dois gaúchos – um gaúcho e uma gaúcha – podem assumir em lugar distante do sul, nas relações – materiais e simbólicas – entre presente, passado e futuro. Tais posições certamente mudam na medida em que as próprias vivências e experiências são repletas de situações que podem maximizar ou minimizar as relações entre os lugares – as relações entre as *gentes* daqui e as *gentes* de lá.

Um filho e uma filha. Gaúcho e gaúcha. *Ontem*, crianças.

O vento.

Hoje, galeguinho e galeguinha no cerrado...

Rodrigo tem três filhos, “dois home e uma mulher”. Um filho e a filha migraram com a mãe e o pai, que, para este último, tanto *ganham* como *perderam*: “sê falá em relação ao mercado de trabalho, talvez foi interessante; mais no estudo eles perderam, eles perderam muito, mas, talvez, esse fator, quem sabe teria pra eles sido melhor lá, podia ser, mas, sei lá”. O trabalho e o estudo. Trabalham, mas com pouca escolaridade.

Os filhos e a filha moram em Rondonópolis. Rodrigo, inclusive, separado da esposa, mora com a filha, que mora em casa germinada à casa de outro filho, onde mora a ex-esposa. O terceiro filho “mora lá no centro”.

A relação que os filhos e a filha estabelecem com os parentes no sul é pequena, salienta Rodrigo: “é um pouco, eles, por exemplo, as coisas do Rio Grande, como a gente diz, eles não [*curtem*] música, tradição, dança”.

O filho mais novo já nasceu no Mato Grosso: “nasceu aqui, foi pra lá [Rio Grande do Sul] com dez anos a primeira vez”. Estranhou o *jeito* e a maneira diferente do “que ele aprendeu”:

aí chegô lá e ele estranhô, até a jeito do povo falá, ele estranhava, e a maneira diferente que ele aprendeu, não quis falá com o povo, então, o jeito dele falá, é muito difícil uma criança aprendê, aprende a falá ‘mamãe, papai’, agora o resto ela vai aprendendo, então ela ia na aula ali, né, ainda mais em Paranatinga, se fosse em Rondonópolis podia ter mais relação com o pessoal do sul, mais lá não tinha, acho que ele estranhô muito.

“Não quis falá com o povo” de lá. Estranhamento no *jeito*. Estranhamento na fala. A educação escolar *moldando-o* aos *jeitos* do novo lugar, a “maneira diferente”. Em Paranatinga. Em Rondonópolis, com “mais relação com o pessoal do sul”, poderia ter sido diferente.

O filho mato-grossense fala como as *gentes* do Mato Grosso. “O jeito dele falá”...

João migrou só. Anos depois veio o filho, que também ficou: “ele já é a quarta vez que, ele já tinha vinda três vezes, só que, muito moleque, né, aí voltô a ficá com a mãe dele, agora essa última vez, já veio, já pra, já faz quase quatro anos que ele tá aí”. Veio para trabalhador com o pai. Aprendeu muito, mas resolveu trabalhar em lanchonete: “é, serviço, nós não tinha, estudá ele não quis estudá, profissão não tinha, então truxe ele pra cá, aprendeu muito comigo aí, só que ele resolveu trabalhá, agora, no posto, agora ele tá trabalhando na lanchonete lá”. Sem estudo e sem profissão. O pai “truxe ele pra cá”. Seguiu os caminhos do pai. Seguiu para o lugar do pai. Longe da mãe. “É, serviço”.

A “maioridade”.

Uma profissão.

Voltar?

“Eu acho que não vai não”, disse João:

ele veio pra cá uma vez, com uns doze anos, depois veio com uns dezesseis, essa última vez agora que ele veio, é a terceira vez, aí completô a maioridade, agora tá com vinte e um; ele ia ficá só um ano trabalhando na churrascaria e depois ele ia voltá pra lá, mais eu acho que não vai, não, não tem estudo, a profissão que ele tava aprendendo comigo aqui não quis mais... Vai fazê o que lá? Ia voltá.

Mas “não tem estudo” e *nem* profissão.

Então, “vai fazê o que” no Rio Grande do Sul?

Permanecer no Mato Grosso, voltar para o sul ou “í pra frente”, depende exclusivamente do filho, disse João: “ele é de maior, né, ele faz o que ele qué, se ele quisé í pra frente, ou volta pra traz”. Assim como o pai, a *liberdade* é também um princípio: “é, uai, ele também tem”. Principalmente porque “procurei ensiná [a] ele tudo que é certo, o que é errado, ele não tem desavença com ninguém, não se mete em drogas; é lógico que ele bebe a cerveja dele, no barco dele, gosta de pesca também, ele foi criado meio longe de mim, então não tenho o que reclamar dele, não”.

Como o pai, “gosta de pesca também”. Sabe o que é certo e o que é errado. O pai ensinou.

O lugar do passado do filho é o Rio Grande do Sul. Do presente, o novo lugar do pai. Mato Grosso.

O futuro a ele pertence: “ele faz o que ele qué”!

Bibiana veio filha. De Rondonópolis, a mãe e o pai, juntamente com a irmã, mudaram-se para Cuiabá. Bibiana ficou. Como esposa e mãe.

Assim, a ida dos pais para Cuiabá não foi percebida como um problema ou uma quebra das *expectativas positivas* construídas sobre Rondonópolis:

porque eu tinha acabado de casá; a partir do momento que você casa, você tem que lutá para uma vida própria, você tem que se desvencilhar de seus pais, é lógico que os laços afetivos nunca devem acabá. Aquela questão de sobrevivência, de responsabilidade, acaba a responsabilidade de seus pais no momento que você constitui família. Eu táva com emprego, táva fazendo a faculdade já, mudei pra casa junto com o meu marido, portanto eu nunca me senti insegura, em hipótese alguma, mesmo que meu irmão tenha ido pra Cuiabá. Eu sempre fui muito independente, a minha personalidade é essa, sempre fui, sempre procurei emprego sozinha.

Casamento, emprego e família caminham lado a lado com “luta”, “responsabilidade” e “vida própria”, como parece indicar Bibiana. O *desvencilhar* dos pais, que então *podem* ficar ou *mudar*, tem na formação de outros “laços afetivos”, a “segurança”. A “independência” como parte da “personalidade”, mesmo antes do casamento, teve no *ficar* de Bibiana um ponto crucial para o distanciamento ainda maior do sul. Sem os pais por perto, o Rio Grande do Sul aparecia mais distante. Os pais, de certa forma, ligavam-na à terra natal. A ida do irmão e dos pais para Cuiabá significou, por isto, o “desplugar” mais acelerado de uma gaúcha dos lugares do sul. Primeiro, a filha migrando com os pais; agora, os pais migrando sem a filha. *Adeus, pais!*

Já Maria afirma – “com certeza” – que a migração do Paraná para o Mato Grosso foi importante para os dois filhos:

porque lá, principalmente, talvez, não quero falá lá no sul, eu acho que o lugar, que o lugar que nós morávamos, então é um lugar muito difícil, não tem, não tem asfalto, não tem nada, até pra estudá, pra emprego, e aqui é totalmente melhor, nossa, muito melhor, então foi pra nós, pra família toda, né, isso aqui.

De “um lugar muito difícil” – sem asfalto, dificuldades de estudo e emprego, onde “não tem nada” – para um lugar “totalmente melhor”, “muito melhor”. “Pra família toda”. Como disse o pai Werner: “eles tão seguindo o mesmo camim meu”. O caminho do trabalho: “e eles já

tão encaminhado, né, já moleque novo, agora é só como tem que, í até um conhecido”, ressaltou. Maria, a mãe, complementou: “conhecido, como ele [Werner, o marido] é conhecido no comércio, ele trabalha no comércio, né, então”. As relações do pai no comércio – “trabalha no comércio” – tende a facilitar a entrada dos filhos no mercado de trabalho, inibindo as possíveis dificuldades: “eu não tive essa dificuldade, desde pequenim eu nunca tive, nunca faltô nada, então foi os menino que foram, os meninos que foram criado, sem, não com estilo de rico, né, mas sempre comendo bem, dormindo bem, cama boa”, salientou Werner.

O trabalho e nenhum vício aparecem como as “heranças” do pai:

então eles tão, agora não tem vício, num tão, ficaram na rua que nem criança se exibindo aí pro cê vê, nunca os meus ficaram, começô a trabalhá já, ó, então um, nenhum teve vício, chamô, vai embora, então é uma grande coisa, porque eles seguiram o meu caminho, né, eu nunca tive, não teve hora, que nem hoje mesmo, agora, ligaram quantas veiz, meia-noite tá vivo dentro de casa, pé de bobo, eu não tava aí, mas eu não, sempre, eu não sô de matá serviço, não sô de tricotá, então.

Seguindo o mesmo caminho do pai. O *vício* do trabalho. *Sem* rua e sem exibicionismo. Para o trabalho “não [tem] hora”. “Eu nunca tive”. Eles, os filhos, “seguiram o meu caminho”.

“Vontade” e “coragem”, diz a mãe Maria: “eu acho que a pessoa tem que tê vontade e coragem, porque não adianta pensá: ‘ah, eu vô pra lá porque diz que lá é bom, é só chegá”. Migrar e trabalhar é ter e levar “vontade” e “coragem”, como também ressaltou Werner, o pai:

chegá aqui e não trabalhá e não procurá, [então] ele não come não, ele vai tê que saí pedindo; mas é fácil e ainda tem campo ainda, pra quem vem eu acho que tô entrosado aqui, ainda tem campo pro cê fazê alguma coisa ainda, é mais fácil aqui do que lá, porque lá não tem opção de serviço, quem tem aquelas terrinha de três alqueire, cinco alqueire, vai fazê o que? E aqui não, se o cara tivé vontade, num, eu falo pro cunhado meu: ‘vem embora, moço, pra cá, que você, se começá cê já vai vim com um boizim’. Se aquele home chegá numa fazenda, tem um menino que tem uns dezoito, né, ele faz peça, não, monta um diferencial, um motor, sabe fazê de tudo.

Rondonópolis “ainda tem campo ainda”. Campo de trabalho “pro cê fazê alguma coisa ainda”. Na comparação entre o lugar *deixado* e o novo lugar, “é mais fácil aqui do que lá, porque lá não tem opção de serviço”. Lá são “aquelas terrinha”. “Vai fazê o que?”. Mas “aqui não”. É só “o cara”

ter “vontade”. Werner até já convidou o cunhado para *mudar* para o Mato Grosso, porque junto com o filho que “faz peça”, e com “vontade”, pode *se dar bem*. Porque o sobrinho, ressaltou Maria, “é de uma inteligência que ele aprendeu na prática e nas máquinas velhas do pai, aprendeu, quero ver que você veja, não tem o que ele não faz”.

“Inteligência” e “prática”. Mas não no lugar onde está. Apenas “se ele chegá de vim pra cá, direto pra cá, [com] o apoio de um fazendeiro, sabe fazê de tudo, pratica lá”, acentuou o tio do Mato Grosso. O filho do cunhado:

faz de tudo, tem peça que ele faz lá, que você fala, não, o home é um, aquele que é típico de vim embora, e se ficá lá, vai ficá toda vida desse jeito, só trabalhando, cuidando pros’otro, terrinha, né, que pedacinho de dois alqueire, três alqueire lá, cinco quilômetro mais seis alqueire, então eu acharia que se ele viesse pra cá ele se daria muito bem, tem quantos lugar, Chapadão Gaúcho aqui, Campo Verde, se ele pegá uma fazenda grande, em pouco tempo ele tava bonito.

O sobrinho é quase filho. Filho do cunhado de Werner. Do irmão de Maria. Mas, no Paraná, parece que só tem um *jeito*: “vai ficá toda vida desse jeito” – “cuidando pros’otro, terrinha, né”...

Agora, “se ele chegá de vim pra cá”...

Precisaria do “apoio de um fazendeiro”, pois “sabe fazê de tudo”. O Mato Grosso é apenas um lugar; o “fazendeiro” seria a *salvação*. O “apoio” dele. Ou seja, não é o lugar em si que *é bom*. Depende “de um fazendeiro”. Talvez em “Chapadão Gaúcho” ou em “Campo Verde”.

Ou em Rondonópolis!

Seria preciso só “ele pegá uma fazenda grande”, que “em pouco tempo ele tava bonito”.

O Mato Grosso ainda aparece, para Werner, como o lugar do “sonho”. Para os filhos, porque tem “opção de serviço”. Para o sobrinho, porque “faz de tudo”. Idéias que podem se transformar em informações e “detonar” uma outra migração. Idéias de *atração* que participam dos *fatores de atração*.

Assim como Werner, contudo, não é um “sonho” de autonomia. Há ou haveria a necessidade de um patrão: o “fazendeiro” que daria “apoio”. Idéias de *atração* para trabalhadoras e trabalhadores.

O sobrinho, um mecânico. Em uma fazenda, “em pouco tempo ele tava bonito”. Werner, movido pelo “sonho” de ser motorista, passou por nove pontos de *partida* e por dez pontos de *chegada*. Sempre com patrão.

Sempre com pouco dinheiro.

E, nos primeiros anos, “em pouco tempo ele [não] tava bonito”!

Notas

1 A referência principal sobre a *mobilidade do trabalho* – e acumulação de capital – é Jean-Paul de Gaudemar (1979). Contudo, a mobilidade também é condicionada por mudanças “individuais”, como acentuou Peliano (*apud* Paulo de Martino Jannuzzi [2000, p. 37]): “A mobilidade social é condição e efeito do processo de desenvolvimento. Ela depende, assim, de mudanças estruturais (transformações estruturais, tipos de emprego e espectro ocupacional) e individuais (educação, experiência, informação e relacionamento). O peso de cada uma dessas espécies de fatores depende do estágio e ritmo de desenvolvimento da sociedade”.

2 “Economia do excedente”: “o excesso relativamente ao consumo não é mero resto do que foi consumido, mas excedente previsível já no plantio comercializado em geral logo após a colheita, antes de completado o ciclo de subsistência da família trabalhadora. Tal excedente expressa, na verdade, a alta produtividade do trabalhador agrícola, mesmo em situações que especialistas preferiam caracterizar teoricamente, como tradicionais ou pouco avançadas”. (Martins, *apud* Flávio Antonio da Silva Nascimento, 1997, p. 57).

3 Paul Claval (2001, p. 113-114) apontou, ao discutir cultura, coesão social e comunidade, que esta “serve de modelo” – para alguns “paradigma” – “a toda uma série de unidades sociais e culturais”.

4 Ver, dentre outros, Luci Léa Lopes Martins Tesoso (1995, p. 134), que destacou a importância do *gaúcho* no processo de ocupação do cerrado para a produção da soja, principalmente: “o gaúcho (sulista em geral) que passa a ser, segundo muitos, o homem “ideal” para plantar a soja no cerrado”.

5 É fundamental apontar, com base em Antônio Flávio Pierucci (1999, p. 57), os necessários cuidados com a defesa das *diferenças* como, geralmente, é colocada, uma vez que foi a direita, historicamente, que fez sua defesa: “Quem é que assume sem má consciência que a afirmação de uma diferença de valor e, portanto, de hierarquia entre os diferentes? A direita. Quem, portanto, consegue nadar melhor do que ninguém nas águas da diferença? A direita. Quem tem medo da diferença? Não a direita, ela não”. Por outro lado, também é importante reconhecer, como o fizeram Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000, p. 19), a partir de D’Souza e Bloom, que “para reconhecer a alteridade e o direito à diferença como certos grupos vêm insistentemente reivindicando, não há necessidade de abandonar os valores humanistas ocidentais, pois esses são de tal forma universais que pressupõem os povos não-universais, mesmo que esses últimos se sintam, deles, excluídos”.

6 As representações produzidas pelas *gentes* – trabalhadoras ou não – também participam das relações de poder, mesmo que os sujeitos de sua (re) produção não o saibam. Segundo Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia (1996, p. 133), as representações também *transvestem-se* “em imagem verdadeira na ideologia daqueles que controlam o poder”.

7 Em bonito trabalho sobre as “redes e enredos nas trilhas dos migrantes”, Marilda Aparecida de Menezes (2002) destacou as práticas – e *concepções* – que norteiam o “recrutamento e mobilidade de trabalhadores migrantes na *plantation* canavieira”, e, em destaque sobre os paraibanos, apontou: “Somando-se ao processo de racionalização do trabalho, a seleção dos paraibanos visa a reprimir certas práticas de resistência dos trabalhadores, como o abandono do contrato de safra e algumas das ações promovidas pelos sindicatos” (p. 136).

8 Para Flávio Antônio da Silva Nascimento (1997, p. 2), “A rapidez com ele [Rondonópolis] alcançou a posição de ser um dos principais esteios econômicos do estado é outro traço destacado. Contudo, chamou-nos atenção, a hostilidade que a população apresenta, uma hierarquia de prestígio social: paulistas, **gaúchos**, mineiros e **sulistas**, no **topo**, nordestinos,

cuiabanos, rondonopolitanos e mato-grossenses em grau intermediário e, os bororo, no ponto mais baixo” (grifos nossos). Ver, também, Flávio Antônio da Silva Nascimento (2002) e Jones Dari Goetttert (2002).

9 De maneira semelhante, ao abordarem a migração de portuguesas e portugueses para os Estados Unidos, Bela Feldman-Bianco e Donna Huse (s/d, p. 36), ressaltaram que “as memórias de mulheres e homens refletem suas experiências e percepções de **diferentes ritmos e significados de tempo, trabalho e vida** nos Açores e na América”.

10 Ver Jones Dari Goetttert (2003), dentre outros.

11 Segundo Pierre Bourdieu (1999, p. 14), “É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas da distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos linguistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural”.

12 No mestrado (Jones Dari Goetttert, 2000), em dados sobre a naturalidade dos filiados no Sindicato Rural de Rondonópolis – sindicato patronal – constatou-se que 28% eram do Sul, 43% do Sudeste, 24% do Centro Oeste, 4% do Nordeste e 1% “outros”. Especificamente, sobre o total de filiados sulistas (oitenta e dois), **62% eram gaúchos**, 32% paranaenses e 6% catarinenses.

13 Em breve texto sobre a festa em uma comunidade rural gaúcha (Jones Dari Goetttert, 1999b), destacou-se que as *conversas*, hodiernamente, diferem daquelas de *antigamente*: “Se antigamente as conversas eram intermináveis, recordando-se fatos e *causos*, mas também misturando comentários sobre os filhos, os parentes, a lavoura, os animais, a chuva ou a estiagem, o preço dos produtos agrícolas, e tudo com muita risada, hoje, a conversa é mais rápida e refere-se, sobretudo, aos negócios, ao preço disso ou daquilo, a lamentações profundas das perdas e do dinheiro que não veio”.

14 Em pequeno texto (Jones Dari Goetttert, 1995), onde se analisava o “fim da utopia” relacionada à perda da “aura” infantil, na medida em que as crianças passam, cada vez mais, a ser *vestidas* como adultos em miniatura, apontava que “O adulto perdeu sua parte de infância. “O racionalismo do capital” usurpa a fantasia, a imaginação. A negação do espaço e do tempo destinados aos “vôos” encantadores da imaginação é a mesma que nega o “ócio”: o “neg-ócio” (p. 58).

15 Segundo Bela Feldman-Bianco e Donna Huse (s/d, p. 29, nota 4), “Enquanto as reminiscências de imigrantes são informadas pela memória (re)inventada da terra natal, os descendentes, quando muito, relembram as tradições que lhes foram transmitidas pelos seus ancestrais”.

16 No sentido *dado* por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001).

17 Também de acordo com Bela Feldman-Bianco e Donna Huse (s/d, p. 30), “a identidade é algo que se reinventa e reinterpreta-se em cada geração”, existindo diferenças entre ser um ou uma imigrante e um ou uma descendente de imigrante.

18 Em Primavera do Leste, por exemplo, a rivalidade entre os dois principais times gaúchos adquiriu uma expressão bastante semelhante às cidades gaúchas.

CAPÍTULO 4

Fazer-se gente distante

1. “Aí ele pegô e foi embora pro sul e eu nunca mais vi a cara dele”

Os lugares, suas diferenças e semelhanças, a partida e a chegada, o trabalho, o estranhamento e o pertencimento, a saudade e a amizade, os familiares que ficaram e os familiares que permanecem próximos, as comparações entre *aqui* e *lá*, entre o antes e o depois, as lembranças e a memória, as representações dos lugares e das *gentes*, as tendências e possibilidades de uma nova migração, o retorno ou o *avançar* adiante... São alguns componentes de quem migra e dos lugares da migração, que convergem para o entendimento e a complexidade da mobilidade.

Sem dinheiro – ou com pouco dinheiro –, a migração é a própria mobilidade do trabalho em trabalhadoras e trabalhadores em movimento. Vendem em lugar distante – ou nem tanto – sua força de trabalho. Ganham dinheiro. Geralmente, pouco dinheiro. Visitam os parentes que deixaram no lugar original. São também visitados por eles. Outras e outros não visitam, nem são visitados. E não há espera porque não há dinheiro. O lugar *deixado* é lugar-passado. O presente é o que importa. O futuro nele se assenta...

A migração, no entanto, não encerra as vidas e relações daquelas e daqueles que migram. A migração vai, aos poucos, cedendo sua centralidade às questões cotidianas. Ou, pelo menos, as questões pertinentes à *mudança* tendem a se mesclar àquelas do dia-a-dia: as relações entre pais e filhos; as relações entre esposa e marido; as relações entre empregada ou empregado e patrão ou patroa; o preço do aluguel, da energia elétrica e da água; o salário; emprego e subemprego; preocupações diárias; tensões e conflitos; alegrias e festas...

Migrar significa um recomeço de vida em um novo lugar, onde questões *velhas* se somam a questões *novas*. A vida – ou as vidas – é tanto de alguém que saiu de um lugar e tenta reconstruir suas relações no lugar *chegado*, como de alguém que vai se enredando pelas vicissitudes das horas

que se passam no trabalho e em casa ou em outro lugar qualquer, onde a vida se faz na reprodução de gestos e *jeitos*, de concepções e práticas, de tensões e amizades, de amores e brigas.

O *tempo* mesmo se encarrega – para quem deixou um lugar – em reintroduzir nas relações cotidianas a “aura” da normalidade e da constância. E isso não quer dizer subordinação ao cotidiano. Antes, significa dizer que deixar de pertencer a um lugar para pertencer a outro também implica fazer-se *su-jeito* dos *jeitos* do lugar novo, como também em tornar “secundária” a migração e enveredar-se pelo cotidiano – normal – das relações que desenvolve. Em outras palavras: as relações no novo lugar se sobrepõem aos imperativos e “resultados” da mobilidade e vão se constituindo na vida dos migrantes que se reproduzem enquanto filhas e filhos, mães e pais, irmãs e irmãos, netos e avós... Em trabalhadoras e trabalhadores. É a busca de uma sustentação no lugar novo.

Quando a sustentação já se mostra parte do *novo* cotidiano, a migrante ou o migrante parece que deixam de sê-lo – migrantes – e se tornam mulheres e homens *comuns* do lugar. A centralidade do ato migratório *esmorece* frente às relações que se fazem próximas e cotidianas, e o lugar *deixado* cada vez mais se coloca como um lugar – e um fato – dentre outros.

As relações no novo lugar são, também, a reposição das relações do lugar de origem. Migra a família e conjuntamente os relações que fazem – e *desfazem* – esta instituição. Migram os sujeitos com suas expectativas, mas também com suas angústias e conflitos. A migração de cada um é tanto física quanto psicológica. Migram esperanças e medos. Os corpos levam consigo a materialidade vivida e construída na relação com quem ficou e na relação com quem migra junto. No novo lugar, relações com quem ficou vão se “desintegrando”. O vivido vai recolocando relações para quem permanece próximo. A migração é o rompimento parcial com o lugar *deixado*. A migração também é a transposição de situações de *lá* para *cá*. O novo é parcialmente o velho e é nesta dialética que as vidas vão se fazendo. O *fazer-se* é, também, um sempre *refazer-se*.

João migrou *pedreiro* para fazenda no Mato Grosso. O prometido para a mulher não se cumpriu. Ficou alguns meses. Foi para Rondonópolis. Depois de um ano de Mato Grosso retornou para o Rio Grande do Sul. Antes, “eu separei, né”, “em oitenta e oito”:

é, eu vim pra cá com família, com uma outra mulher, e sem filho. Eu tinha o Ricardo, o Ricardo foi da primeira mulher. Aí não deu certo com nós aqui, aí eu fui embora, separô, nós vendemo o que nós tinha aí, aí eu

comecei a trabalhá numa mecânica, mecânica Ritter, em Santo Ângelo, aí começou a dá problema de pagamento e a atrasá, o negócio aí não tem jeito, vou voltá pra lá [para Mato Grosso].

O retorno breve. De pedreiro para mecânico. O patrão não pagou. Atrasou. O *jeito* foi “voltá pra lá”. Sem dinheiro e sem esposa. O Rio Grande do Sul mostrou-se novamente difícil. A experiência de um ano de Mato Grosso fez, ali e naquele momento, a diferença: “é, me motivô pra vim pra cá”.

Ida, retorno e nova ida...

A mobilidade de um trabalhador migrante é feita de andanças; mas, pode, também, ser feita de rompimentos conjugais. Na nova ida para o Mato Grosso – o que significou a migração definitiva – João casou-se pela terceira vez, “aqui a segunda vez”. Teve, também ali, o segundo filho.

Um filho também pode definir o *ficar*, o *voltar* ou o *seguir adiante*; pelo menos “um pouco é também, né”, como acentuou João: “porque, larga tudo aqui, cê desloca e volta pra lá, fica meio difícil, então vai tocando até vê o jeito que vai, esperá ele crescê”. Também porque a atual esposa é mato-grossense.

O breve retorno para o Rio Grande do Sul significou, assim, três movimentos de rompimento: o conjugal, o profissional e certa *topos-cisão*. Antes do retorno, separou-se da segunda esposa. No Rio Grande do Sul partiu, definitivamente, para a mecânica. No Rio Grande do Sul decidiu, peremptoriamente, a *cisão* com o *topos* natal...

Os três *movimentos*, contudo, devem ser pensados na relação com a experiência de um ano no Mato Grosso, o que certamente provocou, no retorno breve para o sul, uma situação *oscilatória* entre ficar e *mudar* definitivamente, uma vez que já havia um contraponto de referências construído.

A pendência para o *ficar* ou para o *sair* dependeram das relações que João estabeleceria no sul, em especial a profissional:

aí eu, quando eu saí da fazenda, eu fiquei com meu cunhado uns quatro meses, ajudando ele na oficina lá, fui pegando os macete, fui mexê com hidráulico, bomba e compressor de ar, aí fui embora e montei uma officininha pra mim lá, em, na vila onde a minha mãe morava, só que a minha mãe já tava em Gravataí, né, aí ela falou: ‘gente, eu, compra material pra casa, você prometeu que ia fazê a casa pra mim’. Aí fechamo a oficina quarenta dias, e fui pra lá, aí quando eu voltei já tava meio ruim, né, o pessoal ia pra levá serviço [e] tava tudo fechado, aí acabei trabalhando

numa fábrica de carreta lá na Ritter, trabalhei quase três meses, no fim do ano em novembro, cheguei no fim de novembro, de oitenta e nove, aí já comecei [a] trabalhá aqui no posto, em novembro, aí já comecei mexe só com isso aí.

Os quase dois anos no Rio Grande do Sul, *imprensados* entre o primeiro ano no Mato Grosso e a migração definitiva, definiram, para João, uma nova profissão: “pra mim até foi bom, se não eu tava até hoje trabalhando de pedreiro, aí eu aprendi uma outra profissão que não dá nem pra compará”.

Migração e mobilidade, no espaço e no trabalho.

Bibiana migrou com os pais e depois eles *mudaram* sem ela: “eu permaneci em Rondonópolis, eu casei e constituí família aqui em Rondonópolis; assim que eu casei eles se mudaram pra Cuiabá”. A irmã e o irmão que saíram juntos do sul, também já não mais estão na *cidade de Rondon*:

sou a única pessoa da família que mora aqui. O meu irmão continua em Cuiabá, o outro irmão mais novo que foi com meu pai pra Cuiabá na época, ficô em Cuiabá também. A minha irmã, que veio solteirona, nós viemos em quatro, não, em três solteiros, a outra também casou-se e voltou pro Rio Grande do Sul.

A mãe, o pai e a irmã seguiram o irmão empresário, que deixou Rondonópolis e foi-se para Cuiabá. A irmã casou e voltou para o Rio Grande do Sul – “ela foi no Rio Grande do Sul fazê um passeio e conheceu um rapaz lá, se interessô por ele e voltô pra lá; casou com um gaúcho”. Bibiana, casada com um mato-grossense, ficou.

Os pais ficaram quatro anos em Rondonópolis e onze anos em Cuiabá. Ali o pai “continuou com o meu irmão”: “lá era funcionário de meu irmão, tinha loja, empresa, e ele trabalhava pro meu irmão; minha irmã também”.

Contudo, a permanência da mãe e do pai em Cuiabá foi breve. Voltaram para o Rio Grande do Sul “com minha irmã”:

o último a ser convencido foi o meu pai; quem influenciou os dois a voltarem para o Rio Grande do Sul foram minhas duas irmãs de lá, que são muito bem sucedidas financeiramente e que acham que hoje podem oferecer uma vida melhor a meus pais. E elas, percebendo que meus pais já não estavam mais tão felizes como eram, se pudessem a voltar pra lá, mesmo deixando outros filhos aqui, porque minha mãe sempre teve um filho longe outro

perto, longe outro perto, e o que aconteceu: ela voltou para perto das duas que moravam longe dela e deixou mais filhos aqui longe. Então, pra ela, sempre foi uma situação complicada, sempre foi. Mas, outra perspectiva boa que meu pai viu na volta pro sul foi o de se aposentá lá, porque como eles foram trabalhador rural, lá era mais fácil consegui, tanto é que já conseguiram se aposentar, já conseguiu, e aqui tava muito difícil.

Assim como as condições econômicas dos pais de Bibiana foram importantes para a *mudança* do Rio Grande do Sul para Rondonópolis, também tais condições desempenharam importante papel no retorno para o sul. A influência de irmãs no sul, “que são muito bem sucedidas financeiramente” – e por isto “acham que hoje podem oferecer uma vida melhor a meus pais” –, aliada à perspectiva dos pais conseguirem se aposentar com mais facilidade – “tanto é que já conseguiram se aposentar” –, também se ligam, para Bibiana, a uma condicionante familiar: o distanciamento da mãe em relação aos filhos no lugar *deixado* – “porque minha mãe sempre teve um filho longe outro perto”.

Sobretudo, Bibiana entende que o retorno foi positivo porque “meus pais já não estavam mais tão felizes como eram”. Tristeza. Longe de seu lugar. Longe do sul. Voltaram. Voltaram os pais. Voltaram para se aposentar. Muito velhos. Um pouco tristes. Vivos...

De Antônio vieram, depois dele, quatro irmãos. Um *mudou-se* para Cuiabá. Outro ainda mora em Rondonópolis. Outro retornou, vivo! Porque o quatro também retornou, porém, morto. “Veio os meus irmãos. Veio dois, três irmãos meus, quatro aliás, um voltô pra lá, o Horácio. Um voltô pra casa e outro morreu aqui, voltô pra lá morto, foi assassinado aqui, aí eu levei ele pra lá. O Luís, aqui em Rondonópolis, tem dois; e um fô pra Cuiabá”.

Horácio retornou para Quatro Pontes. Outro irmão *morreu aqui e foi enterrado lá*. Outro foi para Cuiabá: “ele casô aqui, a mulher dele é daqui, o sogro mora aqui, então a relação dele também é com aqui; ele prestô concurso da Eletronorte e tá lá, fez um primeiro e depois fez mais um curso pra subi de cargo e foi pra Cuiabá; tá bem lá”. O outro, assim como Antônio, continua morando em Rondonópolis.

Umas e uns vem e outras e outros ficam. Ficam e vão. Como se vive e como se morre...

Para Antônio,

isso é uma coisa normal, um vai prum canto, outro vai pro outro, vai onde ele acha melhor. Tem um irmão meu que mora lá no Mato Grosso do Sul, a vida dele é lá, puxa madeira, tá indo bem. No caso do meu irmão lá

[no Paraná] não tinha mais serviço, e veio pra cá, trabalhô comigo, fez o concurso e passô, e o outro tá comigo na horta.

Umás e uns gostam do lugar. Outras e outros, não. O irmão de Antônio, Horácio, por exemplo:

não gostô daqui; ele hoje é marceneiro lá, e também cuida da mãe, acho que foi através do destino que levô ele pra lá, que hoje ele é que tá cuidando da mãe, eu acho que foi pelo destino mesmo; ele sentiu assim uma vontade de ir pra lá, casô lá também, tem a família dele lá. [Quando foi para Rondonópolis] era solteiro, e voltô embora pra lá. E casô lá...

Um irmão morreu em Rondonópolis. “Foi assassinado aqui”. O corpo foi levado para o Paraná: “é que minha mãe, a minha mãe ela queria que levava o corpo pra lá, que ela não tinha como vim, ela tava doente, ‘vem pra cá, traz ele pra cá’, ela não queria aceitá que enterrava ele aqui, nós fizemo a vontade de minha mãe”.

No cemitério da cidade da mãe. No lugar dela, o lugar definitivo dele. Do filho morto.

O filho *sempre* à casa do pai – ou da mãe – retorna. O *bom* ou o *mal* filho. É e será, para a mãe e o pai, sempre filho. Segundo Antônio, o assassinato do irmão em Rondonópolis não significou a produção de uma representação negativa da mãe e dos outros irmãos sobre o lugar, “porque toda a vida ele foi problemático, foi problemático; ele já saiu de lá problemático, era um coitado, era uma espécie de ovelha negra da família”. “Ovelha negra” é quem *se sobressai pelas más qualidades*:

era usuário de droga; pessoa que entra nesse caminho é um caminho sem volta. Depois largô e entrô no mundo do jogo, e foi indo. Foi um rapaz muito... Ele trabalhô num banco, era funcionário do banco, e perdeu pra esse lado... Era pra sê o rapaz melhor da família, era o mais inteligente, ele era inteligente, só que... Se perdeu nesse ramo, aí.

Era trabalhador e inteligente. “E foi indo”. “Entrô no mundo do jogo”. Foi morto em Rondonópolis. A migração do irmão para o Mato Grosso, para Antônio, coloca-se como questão absolutamente secundária frente aos *problemas* que o irmão *trazia* do Paraná. “Era usuário de droga”. “É um caminho sem volta”.

Mas, voltou para o Paraná. Sem vida. Para junto do lugar da mãe.

Licurgo e Alice não perderam ninguém em Rondonópolis. Perderam

os pais no sul. Licurgo ganhou a herança, um “pedacinho de terra”: “têmo até hoje um pedacinho de terra lá”. Retornar para o sul é uma possibilidade remota. Já estive em sua terra natal tentando vender a parte da propriedade dos pais que lhe coube:

até pra falá bem a verdade, no ano passado eu tinha vendido, fui pra lá e perdi a viagem, atrás de um negócio. E ali foi feito inventário e tudo, mas não foi aberto as divisa, então pra podê fazê isso todos os irmão tem que assiná, como eu podia vendê ele [o comprador] não, ele não aceitô. Então, e sem ele assiná, fiscalizá a divisa, então ele, o Banco de Terra, do Banco do Brasil, então o banco não aceitô. Se não fosse isso, no ano passado eu tinha vendido.

Quem retornou foi o irmão, que tem um filho morando no Rio Grande do Sul:

ele foi embora agora, ele tem casa ainda aqui mas ele voltô pro sul, deixô a bagulhera dele aí e só foi com a roupa do corpo, que ele tem um filho dele que é professor, se eu não me engano em Taquara, numa escola, numa escola alemã, na mesma escola onde ele se formô, ele tá lá até hoje. Então, tem o neto do meu irmão que tava estudando aqui... Quantos anos o Ângelo tem? [Alice: são oito se eu não me engano]. Então resolveram de morá pra lá pro guri podê estudá lá, com outro lá, que é padrinho dele; aí só tá minha sobrinha aí, ela mora numa fazenda, que é a mãe daquele guri, então foi a vó e o vô e levaram o neto, eles foram morá lá com o filho deles, pro guri podê estudá lá. Eu não sei, mas quando apertá muito lá, quando o frio apertá, eu acho que ele vem embora.

Permanência de uns e retorno de outros. Licurgo tem apenas um “pedacinho de terra” no lugar *deixado*. O irmão, que retornou, tinha um filho. Ambos têm uma irmã e outros parentes. O retorno do irmão de Licurgo foi motivada, principalmente, pelo filho que foi “morá pra lá pro guri podê estudá lá”. Com o “padrinho dele”. No lugar onde mora o filho, contudo, também tem o frio e, “quando o frio apertá, eu acho que ele vem embora”.

Ana migrou para o Mato Grosso com o marido, os filhos e o pai. O filho “mais velho”, ainda criança, migrou para o Paraná. O pai – após várias idas e vindas – hoje mora em casa ao lado. O filho mais novo mora com ela. A filha casou e mora em um bairro “aí pra baxo”. O marido que veio do sul, no entanto, não o é mais. É agora ex-marido. Voltou para o sul: “nós passamo muitos problema na família, né, e eu e ele não deu mais certo”.

Os “muitos problema na família” não provocaram, contudo, a migração imediata do marido, mas de Ana e dos filhos: “descombinemo,

descombinemo mesmo, então achemo melhor, né, separá, eu mesma saí de casa, né, peguei meus filho e saí”. A saída de casa da esposa e mãe e dos filhos revelou-se uma migração por motivos extremamente diversos dos postos no lugar do sul: “descombinemo mesmo”. “Peguei meus filho e saí” e “eu não vim pra cidade [de Rondonópolis], eu fui pra Campo Grande, Mato Grosso do Sul”. A passagem pela capital sul-matogressense foi efêmera:

é, Mato Grosso do Sul, aí, passado um ano eu vim embora pra Rondonópolis, meu pai já morava aqui, né, nós viemo pra cá e aí eu fiquei morando aqui nove anos, eu fiquei nove anos e meio morando com ele [o segundo marido], aí, essa pessoa que eu pensava que fosse um marido exemplar, né, por causa de dinheiro acabô fazendo uma besteira, quase tirô a vida do meu filho, então acabei separando de novo dele, tá com três ano já, né, e agora já arrumei outro marido de novo, já é o terceiro e graças a Deus até agora a gente véve bem, né?

Os desentendimentos com o primeiro marido resultaram na migração de Ana, a filha e o filho para Campo Grande. O retorno para Rondonópolis – agora para a cidade –, próximo do pai – “eu vim embora pra Rondonópolis, meu pai já morava aqui” –, constituiu-se em uma migração completamente diferente da efetuada anos antes do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. Diferente, porque agora condicionada mais por tensões que por expectativas positivas; ao contrário, o rompimento das relações com o primeiro marido se colocou como o desfecho dessas expectativas em relação ao novo lugar. O casal da migração primeira se *desintegrava* e a volta para Rondonópolis apresentava como condicionante a presença do pai.

Mas, novamente no Mato Grosso, agora na cidade de Rondonópolis, um novo casamento de “nove anos e meio” desfez-se quase culminando com uma tragédia – “essa pessoa que eu pensava que fosse um marido exemplar, né, por causa de dinheiro acabô fazendo uma besteira, quase tirô a vida do meu filho, então acabei separando de novo dele”. Uma nova relação e uma nova separação. Duas relações vividas e *terminadas* sob o prisma da tensão... “E agora já arrumei outro marido de novo”.

O primeiro marido, com a separação, retornou para o Rio Grande do Sul:

voltô, voltô, ele vendeu os móveis tudo de dentro da casa, né, aí nós tinha um terreno em conjunto, eu e ele aqui, viemo aqui, ele foi me procurá em Campo Grande, viemo aqui, disfazemo do terreno, né, aí ele pegô e foi embora pro sul e eu nunca mais vi a cara dele.

A separação “tá com uns treze ano já”, complementou Ana...

Se a migração do sul para o Mato Grosso se fez sob expectativas positivas, estas mesmas expectativas também estavam assentadas sobre uma base familiar e não individual. A quebra dessa base familiar provocou a migração de Ana e os filhos para o Mato Grosso do Sul e, em um segundo momento, o próprio retorno do ex-marido para a sua cidade de origem. Ambas as mobilidades – a de Ana e dos filhos e a do ex-marido – não tiveram como centro o trabalho e nem mesmo expectativas positivas a ele vinculadas. Relações afetivas e subjetivas – a tensão delas –, mais que questões inerentes às condições econômicas, foram as condicionantes destas mobilidades. Isto não reduz nem avoluma a importância de compreensão de tais movimentos. Pelo contrário, torna-os mais complexos.

A migração continua sendo parte da mobilidade de corpos de trabalhadoras e trabalhadores. No entanto, o trabalho deve ser entendido como parte das relações que os sujeitos – *sujeitos-sujeitados* e *sujeitos-sujeitos* – desenvolvem e não como “atividade” única. O trabalho se realiza e se *faz* em concomitância a um conjunto de relações que dão *forma* e *conteúdo* à vida de cada um. As relações fora do trabalho são tão importantes e interagem igualmente entre o *mundo no trabalho* e o *mundo do trabalho*. É evidente que são “dois mundos” que se realizam apenas em sua unidade. Ser trabalhadora ou trabalhador transcende ao local e ao tempo destinados a alguma atividade de produção e inscreve-se na relação entre pais e filhos, no lazer, na escola e até mesmo nas relações entre esposa e marido. Trabalhadoras e trabalhadores constroem *modos de vida* que englobam o trabalho e todas as demais experiências e vivências. Práticas e concepções que não se isolam nem se sobrepõem arbitrariamente; apenas, em dados lugares e momentos, umas e outras assumem maior ou menor importância.

As tensões e conflitos de Ana com o primeiro marido – “descombinemo” – e com o segundo – “por causa de dinheiro acabou fazendo uma besteira” –, em lugares e momentos distintos, tomaram o centro das questões que os envolviam. O tempo não parou para que Ana *resolvesse* estas tensões e conflitos: as relações foram se desenrolando – ou se *enrolando* – no processo mesmo que dá sentido à existência de cada uma ou de cada um. A narrativa de Ana se prende a estes fatos não por se constituírem mais ou menos importantes que outros, mas porque suas marcas são mais profundas que qualquer outro aspecto de suas relações nestes lugares e neste intervalo de tempo.

E isso não pode ser desprezado, principalmente quando se atenta para uma presumível mágoa – e porque não rancor –, implícita na narrativa em relação aos ex-maridos, como em excerto – acima citado – em que Ana fala do retorno do primeiro marido para o Rio Grande do Sul e o não mais contato com ele: “aí ele pegô e foi embora pro sul e eu nunca mais vi a cara dele”. O alcance das palavras finais – “e eu nunca mais vi a cara dele” – é difícil de ser apreendido; no entanto, não deixam de se revelarem – treze anos depois da separação – carregadas de um sentimento de dor e de *sinais* fortes de uma violência não menos importante – mesmo que sob diferentes perspectivas – que as relações de exploração e expropriação do trabalho.

A relação e a separação de Ana com o primeiro marido – ela e ele com os filhos vieram juntos do Rio Grande do Sul – são fatos importantes e de destaque dentre as várias relações desenvolvidas no Mato Grosso. Esses fatos não participam da migração em si e nem se deram em sua decorrência: não parece haver relação entre *mudança* do sul e posteriores tensões e conflitos conjugais entre Ana e o marido. No entanto, seria temeroso afirmar que tais questões não participam das relações que Ana ainda desenvolve com os lugares de origem, principalmente porque familiares e parentes dela e do ex-marido moram neles e porque o ex-marido retornou para o Rio Grande do Sul.

Assim, mesmo que Ana tenha ressaltado que “não, não, não tem nada a ver; é que eu num, como é que fala, acho que não acostumo mais í pra lá, pra mim í pra lá já tá esquecido, só se fosse pra mim ir pra lugares novos, né”, a relação conflituosa e agressiva com o ex-marido – narrada adiante – indica a permanência de questões ainda delicadas e por isso não superadas. Questões que não tiveram a migração do sul como condicionante:

não, porque esses problema que nos tivemo aqui, né, se ocasionô mais por causa da bebida, bebida dele, então foi agravando, agravando, agravando e ficô cada vez pior, né, e não deu mais pra vivê, ele começô a ficá agressivo, então num deu mais pra vivê, então partiu pra separação.

A “bebida” e em decorrência a agressividade, que teriam provocado a separação – “não deu mais pra vivê” –, participam da migração de Ana e os filhos para o Mato Grosso do Sul e de seu retorno para Rondonópolis, como também do retorno do ex-marido para o lugar de origem dele.

Casamentos e separações participam da vida de Ana, e deles e delas, direta ou indiretamente, resultam migrações de *lá* para *cá* e de *cá* para

acolá. As últimas duas décadas dessa migrante gaúcha no Mato Grosso podem ser “periodizadas” tendo por base esses dois aspectos: “eu tava com quinze anos de casada quando nós separamo, então já tá com treze, catorze, quase quinze ano que eu tô largada, né, não, doze ano e pôco só, treze ano, é, que eu tava casada; treze ano com a outra pessoa, né, agora já tô três anos no outro casamento”.

O tempo é *marcado* pelas relações conjugais que se desenvolvem nos lugares. O primeiro casamento inicia no sul e termina no Mato Grosso. Os outros se desenrolam longe dos lugares de origem de Ana. Cada um deles expresso em anos mais ou anos menos. Tensões, conflitos e agressividades nos primeiros e esperança e perspectivas positivas no terceiro – “graças a Deus até agora a gente véve bem”.

Casamento-separação-casamento-separação-casamento, participam e ao mesmo tempo independem de outra “balada”: migração do sul para Mato Grosso-migração do Mato Grosso para Mato Grosso do Sul-nova migração para Mato Grosso. Uma possível interseção entre estes dois conjuntos de situações assim se mostraria: casamento-migração do sul para Mato Grosso-separação-migração para Mato Grosso do Sul-migração para Mato Grosso-casamento-separação-casamento! Mais que um jogo de palavras, o importante é demonstrar que as migrações de um para outro lugar dão-se na relação com diversas outras situações, nas quais estão *mergulhadas* as vidas dos que *partem* e dos que *ficam*.

Também a “balada” do trabalho! Rodrigo, falando sobre a atividade de mecânico que desenvolve há mais de quinze anos no Mato Grosso, acabou sinalizando para um movimento *pendular* de momentos bons e ruins: “dá uma melhorada, dá uma quebrada, tem revisão numa máquina, tem serviço, vai se [levando]”. Tais momentos são importantíssimos para o *ficar, retornar* ou *ir para frente*. Rodrigo, em “oitenta e sete”, entrou, com a família, novamente em mobilidade: “aí você nem imagina, Rio Grande do Sul, Santa Rosa”. Porque: “é, aqueles pensamento, todos os parente era de lá”. “Nada”: nenhuma proposta antecipada em Santa Rosa: “sem avisá pra os parente de lá, cheguei lá de surpresa”. A surpresa para os familiares e os parentes.

O retorno não anunciado para os de *lá*. Mas, anunciado pelas difíceis condições postas no Mato Grosso pela conjuntura econômica de meados dos anos oitenta:

aquele negócio de o plano cruzado de oitenta e seis, o plano cruzado, do qual Mato Grosso deu aquela freada, aquela parada, assim, a agricultura na

região de Paranatinga acabou, totalmente, encerrô, e lá era só arroz naquela época, e aqui na região de Rondonópolis, que eu pensava, que o único lugar que eu tinha ido, além de Paranatinga, de Rondonópolis, foi Tangará da Serra, pro lado de Campo Novo, então um lugar que tava começando a abri, aí eu pensei de comprá lá, em vez de voltá pra Santa Rosa, pra lá, né, mas daí a agricultura tá parada naquele lugar, paradinha, aí vamo pra lá, vamo pra Santa Rosa.

Dentre outros pontos do Mato Grosso, Santa Rosa mostrava-se a *opção* melhor; não por possíveis questões econômicas ou perspectivas de trabalho, mas porque “todos os parente era de lá”.

Santa Rosa, quinze anos depois da *partida* do Rio Grande do Sul: cinco anos de Paraná; onze anos de Mato Grosso. O retorno: “aí ficô, aí foi difícil, não achava [trabalho]”. A dificuldade para encontrar trabalho foi imediata:

mas trabalho nem pensá, você num trabalho, até consegui um lugar ideal, mas quando eu fui vê o salário, eu desisti, eu pagava oito cruzado, na época já era cruzado, e no ‘pl’ eu ia ganhá catorze, daí eu esperei, e aí eu tinha o meu filho mais velho, nessa época ele tava com dezesseis pra dezessete, e ele não achava serviço, só pra carpi soja, uma mixaria por dia.

Poucas possibilidades de trabalho. Salário baixo. “Uma mixaria”. Santa Rosa, depois de uma década e meia, apresentava-se em condições de existência “piores” que o Mato Grosso: “tava pior, aí tava de ir pro quartel [o filho], ele não arrumava serviço, aí ele ficava desesperado, queria vim pro Mato Grosso, porque aqui era bom, e ele, uns tempo pra cá, aí eu liguei pra cá, pra Sales”.

O quartel.

Sem trabalho. O desespero.

Da chegada em Santa Rosa até a percepção das imensas dificuldades para conseguir trabalho, o tempo foi *acelerado* e *curto*: “ah, foi imediato, as perspectivas [acabaram]”.

Poucos meses em Santa Rosa: “agosto [de oitenta e sete], eu fui em agosto, e em janeiro já veio eu e o filho”. A família permaneceu mais alguns meses no sul: “ah, deu o que, uns quatro meses, no início de janeiro [de oitenta e oito] já, e depois a família veio, setembro”.

Os familiares e parentes de Santa Rosa pouco puderam ajudar: nem para conseguir trabalho e nem para impedir a migração definitiva para o Mato Grosso. Mesmo com o pouco tempo de permanência, no entanto, Rodrigo

percebeu algumas diferenças entre ele e sua família e os familiares e parentes de Santa Rosa, o que não redundou em problemas de ordem familiar:

acho que não teve problema, não, tudo beleza, tudo normal, o problema é que eles, a gente acostumô mais ou menos, sei lá, ganhá mais ou menos bem, e lá não tinha mercado pra ganhá, não tinha opção, se quisé trabalhá igual eu aqui trabalhava particular, lá não tinha, tava tudo cheio, de empreguim, tal.

Com os parentes “tudo beleza, tudo normal”. A diferença estaria no rendimento do trabalho, porque “a gente acostumô mais ou menos, sei lá, ganhá mais ou menos bem”. Em outras palavras: os parentes estavam acostumados a ganhar, do “mais ou menos”, menos: acostumados “de empreguim”. Rodrigo, não. Para “trabalhá igual”, não valia à pena permanecer ali.

A migração definitiva para o Mato Grosso foi na mesma velocidade do retorno breve para Santa Rosa. Foi em um dia entre agosto de “oitenta e sete” e janeiro de “oitenta e oito”: “saí da Ideal [empresa] e nesse dia eu fui na telefônica, e liguei pro Rogério, nosso vice-governador [Rogério Sales, vice-governador do Mato Grosso entre 1999 e 2002]” – que Rodrigo conhecia pois já trabalhara para ele em anos anteriores:

aí eu falei se tava precisando de mecânico de máquina, ‘temos precisando de mecânico’, aí ele falou assim: ‘se você me arrumá uns três quatro operadores, você traz de lá pra mim, porque nós presizamos de operadores também’. Aí, causa a média desse menino meu, o mais véio, era operador, já tinha corrido aí, e levá gente estranho? Eu não vô, eu falei pra ele: ‘ó, pensa nisso bem, pra ganhá, pra ganhá quase o dobro de operadores que eu ia ganhá de mecânico, lá dentro’. E eu fiz tipo um contrato com base em ‘otn’ naquele tempo, aí vim pra cá, não tinha casa pra trazê a família, e fiquei uns tempo ali, e depois, fiquei quatro meses.

A vinda para o Mato Grosso com trabalho garantido, junto com o filho. O Rio Grande do Sul ficou. A família veio meses depois porque “não tinha casa pra trazê a família”. Mecânico e operador. Pai e filho.

Um irmão veio depois:

um, ele trabalhô aqui, dois meses e meio, tal, ou mais de dois meses, pra vim me ajudá, aí trabalhô comigo tal, trabalhava de empregado, o tempo inteiro, ele veio duas vezes, aí depois eu saí da empresa, veio me caçá, e

eu não vim, a gente era meio relaxado, tá ligando tal, dava telefone, não vinha, e me achô, foi a maior das casualidade, isso é uma coisa até que, até hoje não acha que fica pronta, perguntava pra um, perguntava pra outro, e ninguém sabia de nada, onde eu morava, onde eu morava, foi pra Chapada, mas não tinha nada haver com Chapada, aí de repente apareceu um senhor, falô se chamava 'Rodrigo', porque era o Jurandir, aí na rodoviária, 'aí nós tamo indo pra lá'; ele [o irmão] era um pôco parecido comigo.

Uma “causalidade”. “Veio duas vezes”. “Trabalhava de empregado”. “Veio”: não migrou; retornou e mora no Rio Grande do Sul.

O irmão e o trabalho no Mato Grosso... Mas a mãe e o pai no Rio Grande do Sul: “ah, ele, sei lá, ele não queria dexá o pai e a mãe lá, depois, não sei até hoje”. Uma explicação possível: a relação com os pais. Depois o pai faleceu. “A mãe é viva”. O irmão, antes no Mato Grosso, “não esquentava a cabeça”: “daí ficô só ele de home em casa, solteiro até hoje, vai pro sítio lá, não esquentava a cabeça, mexe com peixe”.

O retorno do irmão para Santa Rosa se deu completamente diferente do rápido retorno de Rodrigo e família. Aquele “não esquentava a cabeça”. O filho de Rodrigo “ficava desesperado”. Tranquilidade e desespero. Irmão e filho. Um “mexe com peixe”. O outro, o “menino meu, o mais véio, era operador”. Tio e sobrinho. *Peixe e máquina*. Algo em comum: *no final das contas*, pouco dinheiro.

Na periferia de Santa Rosa.

Na periferia de Rondonópolis.

2. “Não me interessa nem um pouquinho de voltá pro sul”

A relação “umbilical” entre migrante e lugar de origem aos poucos pode dar guarida a uma relação de distanciamento. No extremo, um sentimento de repulsa habita os protagonistas da *mudança*. As distâncias espacial e temporal exercem um poder de monta apreciável na relação que é (re)construída entre os sujeitos que partiram e os que ficaram – entre os lugares, portanto. Tais distâncias “desmontam” as relações construídas no lugar de origem e o estranhamento tende a suplantar a afetividade. Mudam tanto os que partiram como também os que ficaram. Se na memória de umas e uns e de outras e outros ainda participam as relações com quem está longe, no cotidiano as relações se reproduzem pela ausência. A normalidade da presença é substituída pela distância. A ausência é o novo ritmo. A

presença é o esporádico. Com o tempo – que passa – a ausência torna-se a normalidade. Quem partiu e quem ficou logo percebe que as “coisas” não são mais as mesmas. As preocupações, os problemas, as ansiedades e as alegrias antes partilhadas são substituídas por momentos não mais comuns. O antes e o depois – em tempos e lugares diferentes – mostram-se parcial ou totalmente dilacerados. A presença constante do familiar ou parente é substituída pela ausência, que constante se torna.

O *conhecer-se* entre quem fica e quem parte passa por um reconhecimento a cada possibilidade de encontro. Antes o conhecimento sobre as conversas era comum. Com a distância, para que o conhecimento atinja o ausente, é necessária a comunicação de relações que agora são comuns apenas entre os que migraram ou apenas entre os que ficaram. O comum para umas e uns torna-se o incomum para outras e outros. Com isso, ambos percebem que as “coisas” mudaram. Mas se quem migrou tem dificuldades para reconhecer quem ficou e também quem ficou de reconhecer quem migrou, não menos importante é a dificuldade de reconhecimento de quem partiu sobre as relações do *lugar deixado*. O estranhamento ultrapassa a relação entre quem *mudou* e quem ficou e se aloja no interior do sujeito que não mais se reconhece no lugar.

O migrante – no lugar de origem – se vê fora do lugar. O lugar não mais lhe pertence como dantes. Essa percepção que se produz por *simples* visita, tende a aprofundar as *expectativas negativas* produzidas sobre o lugar de origem durante as “preparações” para a migração. Se as condições para a permanência apresentavam-se difíceis no momento da partida, o não mais reconhecimento do migrante nas relações do lugar colocam-se como componentes de destaque no distanciamento e estranhamento progressivos, em relação às *gentes* e às relações do lugar de origem. Um lugar que cada vez mais se distancia no passado, porque o presente no novo lugar se mostra mais “aconchegante” e seguro. Com o tempo – geralmente depois da primeira visita – quem migra tende a incorporar seu novo papel nas relações do lugar *deixado*: alguém que mora longe e que, de vez em quando, *aparece* ou manda notícias¹.

João, desde a migração definitiva para o Mato Grosso, visitou uma vez o Rio Grande do Sul: “voltei uma vez só pra visitá minha mãe, que tava meio doente, né, já faz dez anos já”. A doença da mãe e a visita do filho. As condições econômicas no lugar de destino também tendem a facilitar ou a dificultar os contatos entre quem migrou e quem ficou. Também, as atividades que gaúchas e gaúchos desenvolvem em Rondonópolis tomam a

centralidade, e o tempo parece se encarregar de promover distâncias mais agudas entre os sujeitos dos lugares distantes. João “já faz dez anos” que não pisa em sua terra natal. Com o tempo, parece *tanto fazer* ir ou ficar nas férias. Quando férias tem. E dinheiro. E vontade, em explicar para os *do sul* como que as *coisas andam*, se *bem* ou *mal*, com muito ou com pouco dinheiro. A resposta para as duas perguntas pode levar a constrangimentos. Talvez seja melhor não correr o risco. Ficar.

Antônio viveu até os doze anos no Rio Grande do Sul, até os vinte e cinco no Paraná e depois migrou para o Mato Grosso. Os lugares primeiros permanecem na memória e em *partes* da vida, mas também como *pontos* distantes espacial e temporalmente, pois o seu lugar – Mato Grosso –, em mais de vinte e cinco anos vividos, destituiu dos anteriores a *cumplicidade* das relações, pairando apenas como *pontos* no passado. Na narrativa, o *conhecer*, o *gostar* e o *querer* os lugares passados são destacados, mas já não são “membros” do ser que fora, em anos pretéritos, migrante do sul:

é, realmente, eu gosto, eu gostaria muito de voltá lá pro Rio Grande do Sul conhecê, eu gostava muito de lá. Paraná também, é uma cidade pra mim muito querida, só pra mim passeá, mas pra mim voltá para lá acho que eu não me sentiria bem. Pra começá eu não gosto de frio, sô lá do sul mas não gosto mais de frio... É o clima, não me atrai mais, eu gosto mais é do calor... Eu gosto muito de natureza, porque lá foi tudo desmatado, então isso aí me revoltô muito, o Paraná hoje em dia é um deserto, hoje muita gente tá se conscientizando, tá cuidando mais, naquela época só se pensava em destruí. E a cidade aqui eu me sinto bem, tem muita floresta ainda, tem a reserva dos índios Bororo que nunca vai se destruí, não tem, tem o pantanal que também é uma reserva ecológica, e eu gosto muito da natureza, é isso que mais me prende aqui. Vamos supor: eu quero curtir uma natureza, eu vô ali no pantanal, pertinho, no pantanal ali, quero pescá, querê vê a natureza, querê vê bicho, ali tem de tudo ali, então isso é o que mais me prende aqui.

“Frio” e “calor”: o “clima”. “Deserto” e “floresta”: a “natureza”.

A construção de antagonismos entre os lugares *deixados* e o lugar *chegado*, por Antônio, revela a negatividade dos primeiros e a positividade do terceiro. É claro que ainda os lugares de *lá* tem nele suas influências, pois vinte foram os anos passados ali. Mas, no sul, “só pra mim passeá”.

O Rio Grande do Sul é representado como o lugar mais distante, quase perdido em um passado dilacerado pelo tempo de mais de trinta anos e por dois outros lugares, o Paraná – intermediário – e o Mato Grosso. A terra natal ainda não foi visitada por Antônio. Mas, quando trazido à

conversa, Antônio se reporta ao Rio Grande do Sul com a vontade de conhecê-lo melhor: “mas eu pretendo um dia ainda conhecê lá de novo, nunca não fui lá, nunca tive oportunidade, sempre queria í, entendeu, e meus pais dizia: ‘não, deixa os mais velho í’, e acabô ficando, mas um dia eu quero conhecê lá de novo”.

No “conhecê lá de novo” está o lugar desconhecido, longe e estranho. O lugar da infância parece perdido na própria puerilidade. Antônio não se refere a parentes de *lá*, a amizades, a gentes. Nem a cidades. Quase um lugar metafísico. Uma fagulha no lento queimar da vida nos lugares migrantes: “só pra lembrá, só uma lembrança, eu já morei lá, eu queria revê aquele lugar, pra revê, mas ficá por lá não tem jeito: minha terra é Mato Grosso”.

“Minha terra” é o não-lugar Rio Grande do Sul. O não-lugar Paraná. Na negação dos dois, o Mato Grosso se faz *colo*, de *eu moro*, *eu ocupo a terra*².

Nem Antônio, nem a mãe e nem o pai, pelas palavras do filho, estabeleciam relações profundas com o Rio Grande do Sul, como tão bem faz transparecer na resposta de Antônio sobre se houve alguma perspectiva de terem, em mil novecentos e noventa, na morte do pai, transladado e enterrado o corpo em sua terra natal: “não, não, porque minha mãe morava lá [no Paraná], o seu lugar era lá, não tinha mais nada no sul, não tinha mais nada lá”...

“Não tinha mais nada lá”, nem o presente, nem o passado e nem o futuro. O “seu lugar” – do pai ou da mãe – já era outro. “Era lá”.

Ana, assim como Antônio, ainda não visitou os parentes no Rio Grande do Sul desde a sua saída de Panambi. Visitou algumas vezes a mãe no Paraná: “eu fui uma vez passeá lá pro Paraná, onde mora minha mãe, lá no sul [Rio Grande do Sul] eu nunca fui, não me interessa nem um pouquinho de voltá pro sul. Não. Eu fui pro Paraná três vezes”. As relações com o Rio Grande do Sul se dão, ainda, através de contatos telefônicos com o irmão que mora em Panambi. Afora isto, “não me interessa nem um pouquinho de voltá pro sul”.

Ana reforça componentes de uma relação que se mostra tensa e “áspera”. O fato do irmão morar em Panambi pouco parece redimir questões postas no passado no lugar e sobre o lugar. Já para o Paraná, as relações se mostram mais sólidas. As visitas à casa da mãe, por três vezes, indicam que as relações com o Paraná apresentam um significado diferente: ali ocorreu a proximidade com a mãe e esta geralmente é mais acentuada que a relação

com os irmãos que também moram longe. É evidente que o fator distância, que separa Ana do irmão no Rio Grande do Sul – muito além do Paraná para quem mora em Rondonópolis –, influenciou e influenciou em possíveis idas até Panambi. No entanto, parece evidente que questões de ordem pessoal – para além da distância física – também se colocam na relação com o Rio Grande do Sul, porque as palavras – “não me interessa nem um pouquinho de voltá pro sul” – são extremamente fortes. Tais questões irão surgindo – mesmo que implicitamente – durante a fala de Ana.

Ana ainda não visitou o Rio Grande do Sul depois da *mudança*, e por isso o estranhamento e o não mais reconhecimento enquanto parte das relações no lugar, não parecem se manifestar através da experiência da visita, mesmo que se possa verificar claramente uma posição de tensão em relação ao lugar no sul. Não é o caso do pai, que em visitas ao Rio Grande do Sul detectou as mudanças nas relações, o estranhamento e o não reconhecimento de si como parte do lugar, pelo menos no instante presente do contato. Segundo ele:

assim, quando a gente faz tempo que a gente não vai pra lá, assim, o povo ele fica tudo desconhecido. Os que te conheceram, eles ficam assim... né? E os outro novato, os novos, eles nem te conhecem, você tá como largado. Olha, ou tive, onze anos ou doze que eu não fui lá mais, é, daí eu resolvi, fui, fui, parei na firma lá... Gente que eu conheci, que tomava cachaça junto, bebia, né, olhei por cima dos pé e eu reconheci ele ainda: ‘você, bebe ainda, larga isso aí seu relaxado’. Ele foi tomá uma cachacinha sentado assim, eu olhava ele, e ele néca, não me conheceu mais. Ainda mais se eu fosse voltá pro Rio Grande do Sul... Aí piorô, é só um sobrinho, dois sobrinho que eu tenho pra lá, e o meu filho que me conhece, o resto...

As palavras são elucidativas. As palavras se auto-explicam. A interpretação como parte da fala³.

O não mais reconhecimento nas relações do lugar é a outra face do não mais reconhecimento de quem *mudou* diante de quem ficou – “o povo ele fica tudo desconhecido”⁴. Se o sentimento é de tal grandeza perante os (des) conhecidos, é ainda mais dilacerado quando do contado com “os novos”: diante deles “você tá como largado”. Não reconhecimento, estranhamento e distanciamento se mesclam e têm no sujeito que migrou a produção de uma experiência que refaz relações e define, a partir disto, o seu novo papel diante daquelas e daqueles que ali permaneceram. No extremo, é “como largado” que se percebe.

A experiência, depois de “onze anos ou doze que eu não fui lá mais”,

mostrou-se, para o pai de Ana, definidora de seu novo papel no lugar como também, diante da “gente que eu conheci, que tomava cachaça junto” e que “não me conheceu mais”, uma mostra das dificuldades da reconstrução das relações vivenciadas antes da migração. Em se “fosse voltá pro Rio Grande do Sul... Aí piorô”, consolida certa impossibilidade de retorno. Até porque “só um sobrinho, dois sobrinho que eu tenho lá, e o meu filho que me conhece” apresentam-se como sujeitos que quantitativamente não justificariam a volta para o Rio Grande do Sul. A experiência de não ser reconhecido diante de alguém com quem “tomava cachaça junto”, em uma tentativa de reaproximação através de uma frase comum quando se está com um amigo – “você, bebe ainda, larga isso aí seu relaxado” – permanece na memória como o instante nevrálgico – divisor – entre o sujeito que foi e o sujeito que não é mais. E “ele néca, não me conheceu mais”.

A “separação” com o lugar de origem – ou com os lugares de origem – coloca-se como um *continuum* – que pode apresentar o instante da partida como o ápice – e não como o ponto de uma ruptura drástica e radical. A experiência de Maneco diante daquele que “não me conheceu mais”, parece ter se colocado com um significado tão expressivo quanto a própria partida. E o não reconhecimento pelo outro repercutiu imediatamente na possível generalização desta nova relação perante aqueles com quem anteriormente também se relacionava: e “o resto”? Seria bastante difícil e angustiante ter em cada nova tentativa de conversa e contato, com os moradores do *lugar deixado*, uma reprise da experiência no bar. Depois de “onze anos ou doze”, consolidara-se uma ruptura radical entre pai de Ana e o Rio Grande do Sul. Uma ruptura que tem na definição de não mais voltar – em possível migração de retorno – a certeza de que o lugar de origem não mais lhe pertence.

Adiante – em sua fala – Maneco relaciona estranhamento e a forma como – agora, como estranho – é recebido no sul: “ali é a mesma coisa como um estranho. Recebem a gente, mas assim, né”. É recebido como estranho no lugar que um dia também lhe pertenceu. Perece o sentimento de pertencimento. A tentativa em continuar o mesmo desmorona diante da mudança de relação dada pelas e pelos que permaneceram. A percepção de que não se é mais o mesmo é dada pelas novas relações no lugar de origem – novas porque bastante mudadas em comparação com as desenvolvidas antes da partida –, e não necessariamente pelas novas relações no lugar de destino.

Assim, perceber-se como sujeito de um lugar novo parece requerer a apreensão de que não se pertence mais ao lugar *deixado*. Portanto, mais que uma *mudança* física de corpos e entre lugares, a migração pressupõe

uma mudança de sentimento diante dos lugares. Uma mudança de sentimentos entre os sujeitos que se processa inseparavelmente à mudança dos sentimentos de pertencer aos lugares. O migrante pertence a outro lugar quando o sentimento ao *topos* de origem é substituído pela relação mais intensa com o lugar de destino. Isso é mais passível de efetivação na medida em que o migrante percebe que as *gentes* do lugar *deixado* já não falam, ouvem ou se relacionam como antes, em especial quando “recebem a gente, mas assim”...

Ana procurou elucidar as dificuldades de reconhecimento com uma comparação: “é quase a mesma coisa vir umas pessoas de lá pra cá que não conhece quase ninguém aqui, né? É quase a mesma coisa. Até eles acostuma com aquela pessoa, né?” Ana foi explícita: “é quase a mesma coisa”. O “quase” se coloca como um artifício importante na medida em que se colocam dificuldades para explicar como se desenrolam as relações entre quem partiu e quem ficou. E Ana parece não ser exatamente a mesma, porque, definitivamente, não o é: o estabelecimento de relações no lugar de destino é sempre entre quem já está e quem chegou – relações entre estranhos –; e o estabelecimento de novas relações no lugar de origem é dada, inicialmente, entre sujeitos que se conhecem e o estranhamento é detectado posteriormente.

Para quem migra, as relações no lugar de destino tendem à aproximação, enquanto as relações no lugar de origem tendem ao distanciamento. O estranhamento inicial no lugar de destino progressivamente é superado pelo sentimento de também pertencer ao novo lugar. O inverso se processa sobre o lugar de origem: o sentimento de pertencimento é suplantado pelo estranhamento. A migração parece se completar quando esse processo se consolida.

Ao ser indagado sobre qual a idéia que “hoje” fazia do Rio Grande do Sul, o pai de Ana novamente reafirmou o estranhamento diante da terra natal. Um estranhamento que também se repôs pelo grande tempo que o separava da última visita ao sul e também pelo entendimento de que o Rio Grande do Sul não mais lhe interessava:

não faço nem idéia. Aquilo pra mim tá estranho... Nem idéia como que pode, como que tá, como que vai. Pra mim não serviu, pronto, larguei pra lá. Acabô. Eu sô mais interessado sabê do norte do nosso estado que do Rio Grande do Sul. Não tem lógica mais lá, pra mim não. Volta quem quisé, vai aonde quisé, mas eu...

O estranhamento com o lugar de origem surge na fala de Maneco na mesma proporção do rompimento e de sua rejeição ao lugar. Uma rejeição que é contraposta ao interesse que poderia se definir como o contraponto ao lugar que “pra mim não serviu”, e que por isto “larguei pra lá”: o “norte” do Mato Grosso – “sô mais interessado sabê do norte”. O estranhamento ao lugar do sul tem como contraponto o interesse sobre o “norte do nosso estado”. Daí, é novamente possível inferir que o estranhamento é construído proporcionalmente ao sentimento de pertencimento. Ambos, no entanto, em sentido inverso. Isso parece evidente na fala do pai de Ana: o Rio Grande do Sul “acabô”/“sô mais interessado sabê do norte”.

Para que o lugar de origem *acabe*, outro lugar deve substituí-lo. Nada mais adequado – aqui – contrapor ao sul, o “norte”. E não qualquer “norte”, mas sim o “norte do nosso estado”. O lugar de destino também lhe pertence, porque o estado já não mais é apenas de outrem: é “nosso”.

Para a mesma pergunta – qual a idéia que fazia hoje do Rio Grande do Sul –, Ana também se mostrou incisiva:

não faço nem idéia de como que é. Eu já sô mais o lugar onde a gente mora, o estado que a gente vive, né? O Paraná mesmo, pra morá, não. Já as três últimas vez que eu fui pro Paraná, dois anos que eu fui pra lá, três anos, três anos que eu táva lá, o Paraná mesmo pra mim era um lugar completamente estranho: eu achei tão feio, mas tão feio aquele lugar onde minha mãe tá morando, que pra mim era o paraíso. Eu achei tão feio, parece, assim, sei lá, eu nem sei como explicá, pra que era feio, o ar, as casa, a... Não sei, eu nem sei explicá como era aquilo ali. O que é, né? O lugar onde eu vivi se tornasse tão feio, que o meu lugar onde eu tô agora é tão bonito...

Reconhecer-se no lugar é fazer-se lugar. É ser e estar.

Mais que uma construção frasal gramaticalmente equivocada ou construída por “insuficiência” de elementos de vocabulário, no “eu sô mais o lugar onde a gente mora” está o fundamento do rompimento com o lugar ou os lugares de origem. Ser “mais o lugar onde a gente mora” é o não-ser o lugar passado. Não estar mais no lugar, é não ser mais o lugar. Não ser o/ no lugar é não pertencer mais a ele. É o rompimento.

O movimento da produção do não-ser o lugar passado é o mesmo da produção do ser o lugar presente. Um movimento que se desenrola lenta ou rapidamente dependendo de como as relações com os lugares de origem e destino vão se rompendo e se consolidando, respectivamente. Simultânea e dialeticamente.

O lugar do passado – para Ana – também é o Paraná; depois das

“três últimas vez” que o visitou, o estranhamento diante do lugar se fez na construção da oposição feio/bonito ou “feio”/“paraíso”: o Paraná como “um lugar completamente estranho” e “tão feio”. “Tão feio” que apresenta dificuldades de explicação – “nem sei explicá como era aquilo ali”. A mudança das referências do lugar do passado metamorfoseou-o em “feio” e se coloca como o contraponto ao “meu lugar onde eu tô agora”, que “é tão bonito”. O distanciamento e o estranhamento transformam o “paraíso” em “feio”. Em uma perspectiva contrária, o lugar representado como “só mato” transmuda-se em lugar “bonito”. O Mato Grosso.

Não há dúvidas que, hodiernamente, o lugar no Paraná – mesmo que “feio” – certamente apresenta muitas semelhanças com “o lugar onde eu vivi” do tempo de Ana. O “feio” – pronunciado cinco vezes por Ana – coloca-se como um adjetivo que antes participa de uma metáfora refletindo a nova relação de Ana com o Paraná – ou parte dele –, do que necessariamente mudanças profundas que teriam alterado significativamente o “bonito” de antes no “feio” de agora. No movimento de se tornar “feio” – “o lugar onde eu vivi se tornasse tão feio” – dado pelas mudanças nas relações com o lugar no Paraná, vai também se constituindo a representação sobre o lugar de destino – que “é tão bonito”. O “bonito” também participando como metáfora do novo lugar. O novo lugar – diferente do *lugar deixado* – paulatinamente passa a se constituir como o lugar da segurança, do aconchego, das relações de proximidade e do sentimento de pertencimento. Não se pertence ao “feio”. O “bonito” é para Ana a representação de seu lugar. “O lugar onde eu tô agora”.

Ana – adiante – esmiúça e busca explicar o “feio” e o “estranho” do lugar *deixado* no Paraná:

eu acho que um pouco é isso: você perde aquela convivência que tem com os parente, com os amigo, morando lá, então eu acho que tudo vai estranhando, né, porque os amigo que viram você crescê, que cresceram junto com você, não são mais aquelas mesmas pessoas quando você volta um dia lá, né?

Agora parece ficar claro o que antes aparecia como “feio”: aquelas e aqueles que viram “você crescê” já “não são mais aquelas mesmas pessoas quando você volta lá um dia”. Nada mais é como era antes. As amigas e os amigos mudaram e “você perde aquela convivência”. A não mais proximidade inibe as relações que antes se desenvolviam pelo cotidiano comum.

O pai de Ana produziu uma contundente fala sobre as novas relações

com o lugar de origem. O Rio Grande do Sul se apresentando com um “ôtro sistema”, com *gente* de lá “grossero” e “estúpida”:

criam um otro sistema. Você fica mais diferente do otro sistema, o sistema da gente é conhecido aqui, né? Então aquilo lá a gente fica estranhando aquilo ali, porque eles têm um sistema mais grossero, mais estúpido, assim pra mim, né, que a pessoa olha, porque o Rio Grande do Sul é de gente estúpida, coiceiam e falam essa bestera, não é? E em certos lugar você não pode nem mexê nisso aí porque te levam a mal, né?

O estranhamento é resultado de um choque entre o “ôtro sistema” e o “sistema da gente”. O “ôtro sistema” é um outro lugar. O lugar passado. Um “sistema mais grossero, mais estúpido”, que se faz de “gente estúpida”. O “ôtro sistema” são suas *gentes*. Nele, as *gentes* são diferentes do “sistema da gente”. São grosseiros e estúpidas as *gentes* de lá – do Rio Grande do Sul – em correspondência com o próprio “sistema”. E o estranhamento diante do “ôtro sistema” também resulta das dificuldades de estabelecer relações com as suas *gentes*: porque “coiceiam e falam essa bestera”.

É possível perceber que os contatos posteriores com os lugares de origem são tão prenhes de tensão quanto as relações que diretamente condicionaram a migração. Disso, resultando que as representações sobre os lugares de origem e sobre os lugares de destino vão se modelando pelo movimento de tais contatos e visitas e podem vir a sofrer modificações a cada nova relação com as *gentes* dos lugares de origem, mas também com as *gentes* dos lugares de destino. As representações, portanto, estão em movimento igual ao movimento mesmo das *gentes* e dos lugares daqui e de lá, *tecidas* no percurso⁵. “Feio” e “bonito”, “grossero” e “estúpido” e “amigo” e “estranho” são construções que vão se fazendo sólidas e ao mesmo tempo frágeis pelos vaivens do tempo e pelas relações nos lugares.

O recrudescimento da representação do Rio Grande do Sul como um “sistema mais grossero, mais estúpido”, tem na negatividade de um possível retorno o cume dos conflitos e tensões que ainda fazem parte da relação de Maneco com a terra natal: “só que morá não volto mais, né, morá não, num deu, larguei”. Essa produção da representação, a partir da verticalização de certa negatividade sobre os lugares do sul, foi gestada tanto no momento imediato da partida do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, como também mediada por relações desenvolvidas posteriormente. Os contatos pelas visitas, deflagrando o estranhamento e o não mais reconhecimento do migrante como parte do *lugar deixado*, assumem importância inegável

na produção da representação atual sobre o sul.

Contudo, a partir de outra fala de pai de Ana, é detectável que a representação negativa produzida em relação ao lugar do sul é relativa. A representação não é absoluta. Segundo ele: “é a mesma coisa o senhor í morá noutro país, o senhor tem amor pela pátria, não pode largar desse amor da pátria, aqui eu tenho do Rio Grande do Sul, não sou orgulhoso, mas eu sinto alguma coisinha pelo Rio Grande do Sul”. A negatividade anterior parece dar vez a certo “amor pela pátria” – “alguma coisinha” – em direção à uma produção positiva sobre o lugar. Uma relação que produziu um sentimento no qual “não [se] pode largar desse amor da pátria, [que] aqui eu tenho do Rio Grande do Sul”. Assim, negatividade e positividade participam da representação sobre o “mesmo” lugar.

Uma representação duplamente qualificada – e em oposição – mas que deve ser compreendida em seus devidos pressupostos, os quais só aparentemente formam uma paradoxal imagem do sul. A produção de um *olhar* negativo sobre o sul é produzida na relação entre o migrante Maneco as *gentes* do lugar – ou dos lugares – do sul: foram e são as relações entre aquele e estas e estes que construíram os pressupostos da representação negativa. Portanto, uma representação produzida sobre relações eminentemente pessoais, como do contato de estranhamento experienciado pelo próprio sujeito – não mais *su-jeito* aos jeitos do sul, porque os seus não mais o receberam como antes: “coiceiam e falam essa bestera”. Contribuiu também para a produção desta representação negativa, a situação na qual o pai de Ana se encontrava em sua terra natal – em especial em Panambi, no Rio Grande do Sul – que explícita – e outras tantas vezes implicitamente – demonstrou as dificuldades sócio-econômicas vivenciadas no sul – por exemplo, em “num deu, larguei”.

Já a produção da representação positiva tem outros pressupostos: o lugar Rio Grande do Sul aparece como construção imaginário e simbólica que é definida “pela pátria” e não mais pelas relações estabelecidas por Maneco com lugares e *gentes* específicas. O lugar específico – ou os lugares específicos – se perde na construção de um lugar genérico – a “pátria” Rio Grande do Sul. Se pátria é, todo gaúcho “tem amor pela [sua] pátria”.

Assim, na produção dessa última representação, o lugar genérico suplanta o lugar específico. O sentimento de “amor pela pátria” restabelece a *ordem* destruída pelas agruras da *desordem* pessoal. O Rio Grande do Sul surge, em última instância, como um território de *gentes* com *costumes em comum*⁶: uma unidade comum – uma *comum-unidade*. Na migração de

parte dessas *gentes* também migra parte desta *comunidade* formada pela “pátria”. Reproduz-se no novo lugar o sentimento de “amor pela pátria”, que também parece ter por base a constituição de uma *comunidade imaginária gaúcha*. Uma “pátria”⁷. Dela “sinto alguma coisinha”...

Um “amor pela pátria” – “alguma coisinha pelo Rio Grande do Sul” – que aparece tão rapidamente quanto seu próprio desaparecer. A re-introdução pela fala das relações, experiências e vivências pessoais de Maneco no sul, é suficiente para repor a representação negativa sobre os lugares *deixados*, principalmente com a reiteração da impossibilidade de retorno: “o que... pra permanecer lá? Não”... Para logo em seguida re-apresentar as condições postas no sul:

num deu prá mim lá, então é isso, saí, né? Fica lá quem pode ficá ali, né, só, cada vez pra trás eu já tô em zero, né, então não posso ficá, tem que vivê pra frente, eu tem que agarrá o mundo e o mundo é um só.... E foi bom eu vim pra cá. Olha, a gente, eu saí da casa dela, consegui nós colocá debaixo de um telhado, eu e ela, nenhum tá na rua, nenhum tá pagando aluguel, nada, e olha se não tivesse ao lado dela, tava feio, que eu sofri prá ajeitá pra nós dois. Isso aqui eu comprei, paguei em prestações, foi barato as prestações aquela vez, paguei cinquenta e dois mil, parece que foi que custou isso aqui, terreno, e aquela vez a gente comprava, pagava a primeira prestação que eu paguei cento e vinte cruzeiro, era milhão ainda, né, paguei cento e vinte mil da primeira prestação, veja só aonde foi pará isso. E hoje em dia aqui ainda esses terreno são barato, a gente compra terreno aqui a mil, a firma dá a mil, e o que qué mais que um terreno desses, né, e sendo de segunda mão, só que as vez tem terreno que tem muito imposto atrás, né, compra um por muito menos, então por isso, aqui foi bom que eu vim pra cá. Larguei tudo e vim pra cá. Mais ou menos a gente tá vivendo bem.

A permanência no Rio Grande do Sul é dada por um *poder* e não por uma vontade – “fica lá quem *pode* ficá”. O *poder* entendido menos como uma relação de disputa e mais pelas situações particulares – e familiares – de cada gente no lugar do sul. O *poder* ou o não *poder* ficar é, então, dado pelas condições sócio-econômicas. Mas as dificuldades ali postas parecem ter sido superadas pela construção de *expectativas positivas* sobre outros lugares, formuladas através da indicação de uma direção à frente e não para trás – “tem que vivê pra frente”. A direção “pra frente” pressupõe a tentativa de superar as condições postas até então e que devem ser deixadas para trás, porque “cada vez pra trás eu já tô em zero”. E “agarrá o mundo” – “pra frente” – é o outro lado do *desgarrar-se* do lugar do sul.

O Rio Grande do Sul também pertence ao mundo, mas “fica lá quem pode”.

Migrar é desgarrar.

O *desgarrar-se* do sul para “agarrá o mundo”, tem na mesma fala a apresentação do contraponto às condições passadas no lugar *deixado*: “e foi bom eu vim pra cá” porque “consegui nós colocá debaixo de um telhado”. A compra de terreno “em prestações” – com os números que aqui mais confundem que esclarecem, porque também são quantificações de outro tempo – permitindo certa facilidade no pagamento, constitui um dos elementos do contraponto às dificuldades no sul e que “hoje em dia aqui ainda esses terreno são barato”. A busca da produção de justificativas para a saída do sul encontra na explanação das condições atuais um elemento importante e central, extremamente acentuado em “então por isso, aqui foi bom que eu vim prá cá. Larguei tudo e vim prá cá. Mais ou menos a gente tá vivendo bem”.

Ana – em consonância à fala do pai – manifestou a impossibilidade de retorno – em especial para o Paraná – ao mesmo tempo em que reafirma o *gosto* pelo Mato Grosso e realça o estabelecimento de certa organicidade com o lugar, ao colocar que “a raiz é aqui”:

memo que, que se fosse ela [a mãe] tá aqui eu acho que não voltaria, né, pra morá no Paraná, ou pro sul, né, porque eu não sei, eu não, eu gostei mais do clima daqui, gostei de tudo mais, aqui pra min é melhor, né, então não, acho que não costumo mas pra lá, né, já desacostumei do sul, entendeu, então eu acho que num, memo que tem minha mãe, meu filho mora lá [no Paraná], né, a gente vai lá passeá e tudo, mais vai poucos dias e volta embora de novo, né, a raiz é aqui, parece, tem que tá é aqui, né, é assim.

Além da constatação do estabelecimento de uma relação orgânica entre Ana e o Mato Grosso, o excerto também evidencia que as relações com o sul são fundamentalmente com o Paraná e praticamente nulas com o Rio Grande do Sul. Dois aspectos participam desta relação: o fato da mãe e do filho morarem no Paraná e a permanência *temporária* de Ana em Panambi, logo após o casamento. O Rio Grande do Sul se colocou mais como um lugar de intermediação entre o Paraná e o Mato Grosso do que um *espaço* que poderia ter possibilitado um aprofundamento das relações com as *gentes* de lá.

Também é importante destacar que no “a raiz é aqui” – no Mato Grosso e não mais no sul – parece consumado o rompimento com os lugares do passado e a afirmação do novo lugar como componente imprescindível

para o *reconhecer-se* no mundo. O lugar Mato Grosso é a referência principal, suplantando os lugares do sul: “vai lá passeá e tudo”, mas “tem que tá é aqui”.

3. “Conversa e fica sabendo como tá lá no sul”

A migração é também uma separação. Separam-se *gentes* de lugares. Separam-se filhas de mães. Sobrinhos de tios. Netas e netos de avós e avôs. Primos de primas. Irmãos de irmãos. Um “desligamento”. Separação de *corpos*. Antes, produção de afetividade; depois, o próximo vai se fazendo distante. Separam-se sentimentos.

Mas a ligação, menor ou maior, com o lugar de origem, tende a ser sempiterna.

Ligação feita e refeita entre algumas e alguns e não entre todas e todos que ficam. E nem entre todas e todos que partem. Pelo menos não na mesma intensidade. Mais que a reprodução de relações é a produção de relações novas que vão se delineando no contato entre quem partiu e quem ficou. O passado no lugar tem, é claro, um peso considerável. Dele, a produção das relações *na distância* vão se fazendo mais fortes ou mais frágeis⁸. As relações com a migração vão se fazendo de informações que também migram. Informações que significam uma troca entre os lugares. As informações são carregadas de situações, motivações e insinuações. As informações podem confortar ou inquietar os sujeitos das distâncias.

A troca de notícias pode, também, não se dar. Ou se dar por um tempo e depois cessar. Um cessar que pode ser medido por anos entre o presente e o último contato. A carta no passado foi o meio de comunicação mais popular. O telefone se sobrepôs ao correio. Os contatos por telefone também funcionam como uma visita rápida. Daí serem realizados, geralmente, nos finais de semana ou nos feriados. Os domingos e os feriados eram os dias reservados para as visitas. O telefonema – para os sujeitos envolvidos na migração – passa a constituir um momento de *visitar* aquelas e aqueles que ficaram. Ou *visitar* aquelas e aqueles que partiram. Pergunta-se e responde-se sobre as condições do tempo, a chuva e o calor. Sobre os familiares e parentes. Sobre o trabalho e sobre o dinheiro. Sobre quem nasceu e sobre quem morreu. Parabeniza-se pelo aniversário de alguém. E por fim, ambos se perguntam quando voltarão a se ver. Os de *cá* esperam os de *lá* e os de *lá* esperam os de *cá*. *Esperas* que podem durar anos, décadas. Algumas

são eternas *esperas*. *Esperas* que ainda podem redundar em *visitas*. Outras nem *esperas* são. *Visitas* muito menos.

Falar das relações atuais com o sul é também lembrar “fracassos” e “derrotas”.

De si ou de outros.

Werner, ao lado de Maria, reescreve o certo “fracasso” do pai na migração do Rio Grande do Sul para o Paraná, que ali poderia ter sido “um baita dum fazendeiro”. Mas, não foi:

eu acho que se meu pai tivesse cuidado [com o] que o pai dele deu pra ele, né, que ele tinha, ia sê um baita dum fazendeiro lá no Paraná, porque ele veio com recursos, ele veio com dinheiro, veio com caminhão, não devia nada, poderia ter comprado um monte de terra ali, se comprava terra baratinho, só de madeira que era aquelas perobona, que a gente nem, eu nem, agora vai lá e não vê, podia abraçá com três pessoas que não abraçava ela, na terra que ele compro, né, só que infelizmente, não deu, ficô, só na... No Rio Grande não, saudade, eu fiquei de lá, não é se eu conseguisse, eu queria lá pra visitá, porque parente é meio, os irmão da mãe mesmo, morreram quase, tem só a tia, e primo, mais a gente nem tem, em Soledade tem os primo, né, tem, né, só o Jacuí, acho que dois morto, daquele da tia, só tem ela agora lá, tem uma tia, e essa tia aqui, né, e a, são em três só do pai, e do pai, lá do meu pai eu não sei quem, parente num, que eu sei não tem lá, né, tem mais a gente, não sabe nem...

Com dinheiro, com recursos, com um caminhão e sem dívidas. Terra e madeira. “Infelizmente, não deu”. Nem “sucesso” e nem dinheiro. Pouca saudade. O tempo fez desfalecer, em Werner, as relações com o Rio Grande do Sul. Migrou criança. Os parentes “morreram quase, só tem uma tia, e primo”. Em Soledade e em Jacuí. Não sabe e não lembra direito. Não porque não quer, mas porque os nomes, os lugares e a *gentes* do passado se embaralham em um turbilhão de pequenas tentativas de lembranças que parecem escapulir, traídas pela memória de um tempo e de *gentes* que pouco participam das relações do presente.

Também com o Paraná, Werner parece já ter as relações afrouxadas:

eu gosto só de í lá passeá, ficá pouco tempo, dez dias, quinze dias, que nem agora ficamo quinze dias. Mas moço, eu nunca que senti saudades, se já pensô, sai de lá, porque depois que truxe ela [e os meninos] pequenim de colo, né, tinha o que, um ano, né, nem falava direito, eu nunca senti saudade de voltá, pra mim voltá pra lá, não sei se é porque eu fui bem demais,

né, graças a Deus eu fui muito bem aqui, eu não tenho vontade, de jeito nenhum, só passeá, e pouco tempo ainda.

“Só passeá”, repete Werner. Saudades, “nunca senti”. A possível explicação estaria na comparação das condições vividas no Paraná e as vividas no Mato Grosso: “não sei se é porque eu fui bem demais, né, graças a Deus eu fui muito bem aqui”. Não há saudades dos tempos e lugares difíceis. “Eu nunca que senti saudades”.

Contudo, uma “vontade” assiste a relação entre os lugares do passado e do presente de Werner, projetando para o futuro a possibilidade de “í lá” na terra dos avós e pais, em que morte – “tão enterrado lá” – e nascimento – “onde que eu nasci” – são inseparáveis:

eu quero é í, a minha vontade é í lá aonde que tá meu avô, meus avô, tão enterrado lá em Sobradinho, né, pai do pai tão lá, né, e a mãe tão em, como é que é, em Ivoti, Ivoti, município, né, nem sei, mais eu na minha cabeça quando eu saí de lá eu lembro, então qué dizê que eu vô certim, na, na, eu tenho vontade de í lá, na onde que eu nasci, né?

Werner, desde a migração para o Paraná, ainda não reviu a terra natal, a *divisa* entre o antes e o depois, do lugar *deixado* e dos lugares *chegados*: “eu nunca passei a divisa, o lugar que eu fui até, de lá eu fui até, aquela, como é que é bem, divisa de Santa Catarina com Paraná, ali é, como é que é o nome, Barracão de não sei o que, só até ali, e Beltrão [Francisco Beltrão], aí fui até Pato Branco, só”.

A esposa Maria, igualmente, também acentuou o praticamente inexistente contato com o Rio Grande do Sul: “não, nós não tem!” Os irmãos de Werner ainda moram no sul: “três em Santa Catarina, dois aqui, dois no Paraná, e três em Santa Catarina”. “Nós temo tudo pra lá, e ela também”, ressaltou Werner. Maria apontou os lugares dos irmãos: “tem eu aqui, tem dois no Mato Grosso do Sul, que é Chapada do Sul, três no Paraná e uma no Rio Grande do Sul”.

Todos “esparramados”: “tudo, e o véio mora em, minha mãe mora em Pérola, e o pai dela mora em Capanema, dá vinte quilômetro, né?” Maria também tem “uma irmã que mora lá onde meu pai mora, e ele [Werner] tem uma irmã onde mora o pai dele mora, onde a mãe dele mora”. Werner complementa: “mas só que ele tá aqui agora, então tá a minha mãe e a fia que mora do lado, tá morando é, então ficô só eu, pra cá ela veio não... Mas agora não tem jeito”.

“Agora não tem jeito”...

Werner, Maria e filhos no Mato Grosso. Os pais dele e dela no Paraná. Os irmãos de ambos, “espalhados”. A migração é também o “estilhaçamento” da família. Umas e uns pra *cá*; umas e uns pra *lá*. A referência principal, contudo, ainda parece ser a casa dos “véio”. “Pérola” e “Capanema”. Com os pais moram “uma irmã que mora lá onde meu pai mora” – de Maria – e “uma irmã onde mora o pai dele” – de Werner. Umas e uns sempre ficam para cuidar dos “véio”. Outras e outros migram, não para não cuidar, “mas [porque] agora não tem jeito”.

Se uma pretensa naturalização da migração parece implícita, as *mudanças* de Werner, Maria e família e dos irmãos dele e dela – no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso – também denunciam, no entanto, que no *jeito* da mobilidade de trabalhadoras e de trabalhadores está o *jeito* de uma tristeza pela separação involuntária, pelo impedimento de contatos mais próximos e pelas distâncias que fazem dos *daqui* e dos de *lá* sujeitos em “pedaços”. Pedaços de trajetórias e de vidas que vão se *fiando* na trama de lugares e de *gentes*. Porque, no final das contas, “agora não tem jeito”.

Também Antônio *desfia* sobre os parentes e lugares *deixados* e *mudados*, no Rio Grande do Sul e também em lugares onde “não sei onde mora mais”: “continua tendo [tios e primos no Rio Grande do Sul], tens os que ficô, os outros que veio pro Paraná, tem uns que veio pro Mato Grosso também, tem um tio que até hoje [rindo] não sei onde mora, mora lá pro nortão, não sei onde mora mais”.

Nos primeiros *tempos* de Paraná, a comunicação entre a família de Antônio e os parentes do Rio Grande do Sul ocorria, especialmente, por cartas: “através de cartas, naquela época não tinha o negócio de telefone, então através de carta a gente se correspondia muito, sempre através de carta, tinha, tinha... A gente sempre se comunicava”. Atualmente o telefone se apresenta como um meio mais rápido. Mas a comunicação com o Rio Grande do Sul não se dá mais entre Antônio e os parentes “que ficô”. A ligação é apenas com o Paraná. Muito menos com os tios “que veio pro Paraná” ou que “mora lá pro nortão”. Especialmente, porque este último, “não sei onde mora mais”.

Esse aspecto, aparentemente superficial, carrega um importante agravante no desenvolvimento das relações de parentesco para as e os migrantes: a lenta mas gradual diminuição e até perda dos contatos *horizontais* da *grande família* que se desenvolvera no sul e também

em outras regiões brasileiras, e a intensificação, por outro lado, da *verticalização* dos contatos no *núcleo* familiar. Um dos resultados deste processo, curiosamente, é a diminuição e quase desaparecimento da *figura* do tio e da tia e das primas e primos.

As relações *práticas* entre Antônio e a terra natal – o Rio Grande do Sul – não mais existem – “hoje não tem mais nada, não tem”. São apenas relações que pela memória faz lembrar que é gaúcho e nasceu naquelas plagas. O lugar de referência do passado é apenas o Paraná, o lugar da mãe e dos irmãos que ficaram: “o lugar de minha mãe, irmãos, sempre tem aquele contatozinho, antes era por carta, mas agora é mais fácil por telefone; o dia que dá saudade de minha mãe eu tenho telefone aqui, já ligo na hora e converso com ela, só por telefone”.

Semelhante aos familiares de Werner e Maria, também os de Antônio “esparamô”: “olha, tem uns cinco irmão que casô, seis, seis que casaram. O resto se esparramô tudo, tem uma que mora na Bahia, tem um que mora em Cuiabá agora, tem dois irmão, nós somo em dois irmão aqui, tem um que mora em Mato Grosso do Sul, em Sete Quedas”.

“Se esparramô tudo”...

Menos, as visitas.

Nenhuma visita ou visitas esporádicos para o Rio Grande do Sul também são um agravante para o distanciamento, o esquecimento e a perda das referências familiares e parentais. Para Alice, os “parente lá que tá morando lá é pôco, já que os mais velho já morreu tudo”. A morte dos “mais velho” tende a enfraquecer as relações com os lugares *deixados*, principalmente porque o grau de afetividade e proximidade com os *mais novos*, em especial pela distância temporal e pelos contatos reduzidos, tende a ser menor.

Também para Licurgo:

meus pai já foram, a mãe dela, pai ela já não tem mais, o pai dela morreu quando tinha dez anos, mas a mãe dela morreu foi a dois anos, né, agora só tem, na verdade só tem uma minha, e um irmão agora, mas o irmão agora tá lá perto de Porto Alegre, e uma irmã dela que lá é da mesma região, na Chapada.

A morte da mãe ou do pai parece produzir o rompimento definitivo, mesmo que outros familiares e parentes no sul permaneçam, como os parentes de Alice em Santa Catarina – “eu tenho mais parente em Santa Catarina” – ou sobrinhos e irmã de Licurgo no Rio Grande do Sul: “eu

tenho sobrinhos, coisa assim, mas parente mais próximo só uma irmã minha e uma dela”.

“Coisa assim” pode ser *qualquer coisa*, que parece ser apenas a indefinição dada pela distância e pela ausência. Uma “coisa assim” que equivaleria a um *tanto faz*. Talvez as questões e relações no novo lugar⁹ já sejam por demais *densas* para se importar com o passado e com as *gentes* dele.

Assim, minimamente, as relações nos lugares de destino – novos lugares para aquelas e aqueles que migraram – são também permeadas pelas relações *com* os lugares de origem. Relações que se dão por visitas e por contatos rápidos à distância. Ambos, de uma ou de outra forma, *visitas*. A migração é a construção de distâncias físicas. Ao mesmo tempo é a construção de distâncias afetivas. Pode ser, em alguns casos, a efetivação de distâncias físicas e afetivas que já vinham se processando nos lugares de origem. A migração é a radicalização das distâncias.

Para Ana, o contato com o Rio Grande do Sul continua na relação com o irmão. O telefone é o meio: “eu, contato, tenho através só do meu irmão, meu irmão que tá lá em Panambi, então quando a gente [liga] ele conversa comigo, liga pra mim direto, então a gente conversa e fica sabendo como que tá lá no sul, se tá ruim, tá chovendo, tá num sei que, tá sem dinheiro e coisa...”. O lugar – Panambi – do Rio Grande do Sul se “mostra” pelas palavras do irmão. O lugar – Rondonópolis – do Mato Grosso se “mostra” para o irmão através das palavras de Ana e de seus.

Se é possível dizer que a produção das relações entre os *distantes* é uma nova produção, porque derivada de um momento novo, este mesmo movimento é diferente para os lugares de origem e de destino quanto às informações de um e de outro. Há tanto a produção quanto a reprodução. A produção para quem ficou: o lugar de destino de quem foi vai sendo produzido – pelas informações – para quem permaneceu. Se o lugar é produzido, a representação dele, no entanto, parece ser reproduzida, porque mesmo sem partir, aquelas e aqueles que permanecem no lugar vão produzindo – no *interstício* entre as informações sobre um novo lugar, a decisão e a partida – uma representação sobre o lugar que será destino de alguém próximo. Após a partida, as informações recebidas por quem ficou acabam re-apresentando o lugar outro – o lugar de destino para quem partiu. Uma reprodução das representações.

Para quem partiu é uma reprodução tanto do lugar de origem quanto de suas representações. Quem partiu passa a “ver” o lugar *deixado* pelos

olhos de quem ficou. O lugar é reproduzido pela re-apresentação de quem escreve ou fala do lugar. Quando “a gente conversa e fica sabendo como que tá no sul”, os sujeitos que partiram recebem uma carga de informações que lhes possibilita ir reproduzindo o lugar – e sua inserção nele – como também re-atualizar – excluindo e incluindo elementos – as representações sobre o lugar *deixado*. Através da conversa fica-se “sabendo como que tá no sul” e não o que é o sul. Aqueles que partiram *sabem* o que o sul é. Os contatos reafirmam este saber. O importante agora é saber “como que tá no sul”: “se tá ruim, tá chovendo, tá num sei que, tá sem dinheiro e coisa”. Bom ou ruim, chuva e sol, dinheiro ou não e “tá num sei que”, sintetizam a troca de uma gama de informações que vão se inscrevendo no imaginário e na memória de quem partiu e de quem ficou, sobre os lugares de *lá* e dos lugares de *cá*.

Para Ana, os contatos com o irmão também aludem à possibilidade de migração do familiar distante:

aí se eu falo pra ele ‘vem embora pra cá, vende lá e vem’, mas a mulher dele não quer sair de perto dos parente; aí é que tá o negócio, né, diz que vai pensá mas nem adianta pensá, ‘vô pro Mato Grosso eu tô perdido’, né? Mas eles são pessoa assim que nem ela, eles não pensam ‘não eu vô tentá, eu vô vê como é que é lá’, né, não são curiosos, né, pessoas curiosa, acho que eles nunca, eles nunca vem pro Mato Grosso.

A insistência na possibilidade de migração do irmão e de sua família é aqui reforçada. Novamente uma condicionante ligada ao lugar no sul se colocaria – para Ana – como limitação dessa possibilidade: “a mulher dele não quer sair de perto dos parente”. Ao lado do argumento referente à relação da esposa do irmão com os “parente”, também reaparece a questão da curiosidade: “não são pessoas curiosas, né, pessoas curiosa”. Ambos os aspectos se colocam, de maneira subjacente, como oposições a um dado “comportamento” de Ana, o marido, os filhos e o pai, quando da saída do Rio Grande do Sul: para estes as relações com os familiares e parentes nos lugares de origem (em Panambi, principalmente do marido, e no Paraná, com Ana e o pai) parece não terem sido suficientes para barrar a migração, ao mesmo tempo em que certo senso de curiosidade teria sido condicionante importante para a partida.

A fala de Ana se dá a partir de contatos por telefone com o irmão que mora em Panambi. A fala de Ana é construída a partir da fala do irmão, mas também pela memória das relações passadas que ainda permanecem.

O apego da esposa do irmão aos parentes no lugar do sul já havia sido rememorado por Ana quando das falas das lembranças sobre a partida de Panambi, e que – para outro tempo mas sobre um mesmo lugar – é reposta vinte anos depois da *mudança*. Por outro lado, é interessante perceber que as argumentações de Ana sobre a não migração do irmão para o Mato Grosso, versam sobre aspectos eminentemente pessoais e psicológicos: a família da esposa e a falta de curiosidade – “não são curiosos, né”. Aspectos de ordem econômica do irmão e família no sul nem são tangenciados. Da mesma forma que as condições sócio-econômicas de Ana e atual marido, filhos e pai também parecem não se colocar – para o irmão do sul – como questões de relutância para a efetivação de uma *mudança* de lugar.

Questões ligadas às situações sócio-econômicas de Ana, atual marido, filhos e pai em Rondonópolis e do irmão e família em Panambi, certamente são recorrentes nos contatos. No entanto, pelas falas tanto de Ana como do pai, pouco são evidenciadas. Já a alusão à insistência por Ana da migração do irmão e família para o Mato Grosso, foi apresentada e reforçada. Se aparentemente destituído de maior relevância, tal aspecto pode se mostrar prenhe de significados: a alusão ao “convite” direcionado ao irmão sobre a possibilidade de migrar para o Mato Grosso – “eu falo pra ele ‘vem embora pra cá, vende lá e vem’” – pode pretender produzir uma representação positiva sobre as condições de existência do lugar onde moram Ana e os seus, uma vez que o “convite” à mudança é sempre a tentativa de demonstração que as possibilidades de melhores condições de existência *aqui* são maiores que *lá*. Da mesma forma, o “convite” também pretende demonstrar que a *mudança* há anos fora positiva e a situação sócio-econômica atual é melhor que a *deixada* no sul.

Parece ainda possível arriscar outro entendimento a respeito do “convite”: ele é superficial, genérico e pouco contundente. Pedir ao irmão que deixe o sul – “vem embora pra cá, vende lá e vem” –, nos termos aludidos por Ana, é superficial na medida em que revela mais um “clichê” daquele que migrou do que algo mais profundo e radical enquanto proposta de trabalho e melhoria sócio-econômica em Mato Grosso. É genérico justamente por não apresentar concretamente as possibilidades de trabalho, mas, também, porque o imperativo discursivo não apresenta um efetivo lastro de realização concreta. Em outras palavras: o “convite” é amistoso e construído como parte de uma relação de atenção e de certa preocupação com o outro, mas que permeia antes as próprias relações à distância – *confortáveis* – que de fato uma efetiva migração. E pouco contundente

porque sobre o “convite” inicial – “vem embora pra cá, vende lá e vem” – não surgem argumentos consistentes, motivadores e mobilizadores para que o irmão e família de fato migrem para o Mato Grosso. Ao contrário, os contra-argumentos do irmão são reforçados por Ana e ela mesma revela a inconsistência de seu próprio “convite”, quando ressalta uma fala atribuída ao próprio irmão em sentido oposto à possibilidade de migração: “[se] vô pro Mato Grosso eu tô perdido”.

Assim, mesmo Ana falando *daqui* para *lá* – das *coisas* do Mato Grosso para o irmão do Rio Grande do Sul –, portanto portadora do poder da produção de um discurso e de uma representação positiva do lugar, para o irmão, este parece demonstrar – pelas próprias palavras de Ana – que o Mato Grosso lhe aparece como lugar onde não encontraria melhores condições para a sobrevivência que o lugar onde vive: ali, no Mato Grosso, “eu tô perdido”. Estar “perdido” é estar fora do (seu) lugar. Nem a presença da irmã, de sobrinhos e do pai no Mato Grosso se coloca suficiente para um possível *se achar* no lugar distante.

Ana ainda não voltou ao Rio Grande do Sul depois da migração. Esse fato também é importante por revelar, pelo menos, duas pertinentes questões: a impossibilidade em visitar o lugar de origem no Rio Grande do Sul em função de dificuldades econômicas no Mato Grosso; e, possíveis tensões com o lugar – ou as *gentes* do lugar – que inibiriam a visita. Visitas ou não ao lugar de origem podem evidenciar, de uma ou de outra maneira, as condições sócio-econômicas no lugar de destino. Para visitar são necessárias condições econômicas para a viagem. No contrário, a realização é bastante improvável. E Ana apenas foi visitar a mãe no Paraná.

Possíveis tensões com o lugar do sul – com suas *gentes* – também podem condicionar a não realização de visitas. No caso de Ana, há um componente importante que foi a separação com o primeiro marido, que, após a separação, retornou para Panambi. “Já faz dezenove anos que eu não vejo meu ex-marido”, disse Ana, sem esquecer que o ex-marido é irmão da esposa do irmão. A primeira separação e o retorno do ex-marido para o Rio Grande do Sul certamente condicionaram a não volta – para visitas – de Ana para o lugar – gaúcho – de origem.

A não visita de Ana também pode se colocar como um componente que reforça a “indisposição” do irmão para a migração rumo ao Mato Grosso. O não contato próximo e imediato com a irmã e os mais de vinte anos sem se verem, colocam-se como aspectos destacáveis para o desconhecimento das reais condições de existência da irmã no Mato Grosso, que não deixam

de condicionar a negatividade do irmão frente à possibilidade de morar próximo ou junto da irmã. “Perdido” pela falta destes contatos, também poderia se sentir “perdido” em um lugar longe com *gentes* – “próximas” – também distantes.

Ana, ao falar da relação dos filhos com o Rio Grande do Sul, acaba ressaltando a distância entre estes e o lugar onde nasceram, deixando implícito o alargamento da distância de si própria e do lugar do sul: “eu não sei, mas eu acho que [os filhos] nem lembra de mais nada lá do sul, porque esse aqui [referindo-se ao filho que acabara de chegar do trabalho e que estava próximo] ia fazê três ano quando nós saímos de lá, o mais pequeno, né?” De forma subjacente, a distância dos filhos é a distância da mãe. Para Ana, no entanto, as relações com o lugar no Rio Grande do Sul participam da memória e das lembranças com as gentes de lá, enquanto os filhos “nem lembra de mais nada lá do sul”.

A relação de *afastamento* ou *proximidade* com os lugares do sul sofre mudanças de geração para geração. O pai de Ana fala do estranhamento das *gentes* de lá. Ana fala do irmão que não vê desde que partiu, *desatando* laços familiares¹⁰.

Os filhos – dos lugares no sul – “nem lembra de mais nada”, segundo a mãe. As gerações incorporam diferentemente as tensões, os conflitos, os encontros e desencontros que se produzem na *transitoriedade* entre os lugares do sul e do Mato Grosso¹¹. O peso do passado recai sobre os mais velhos. As *marcas* e *manchas* do sul são mais fortes naquelas e naqueles que *lá* mais viveram e por isto são herdeiros de relações que se mostram na saudade e na angústia. Na presença e na ausência. A presença do passado no presente. A ausência de um lugar e o *fazer-se* melhor na *presença* de um novo lugar. Para os bem pequenos, a “duplicidade” de lugares inexistente¹². O presente e o passado *são* o lugar presente – o rompimento com o lugar é apenas uma possibilidade. Para as gerações mais antigas, o rompimento com os lugares do sul foi fato. Duplas referências.

Rompimentos são fatos. Casamentos também.

João casou três vezes. Com a primeira e a terceira esposas tem um filho com cada uma delas. Um filho gaúcho e outro mato-grossense. Uma esposa do Rio Grande do Sul e outra do Mato Grosso. Mesmo que a mãe do filho mais velho more no sul, os contatos entre ela e João praticamente não existem: “não, não [contato com a mãe do filho no sul], só quando ela liga pro Ricardo [o filho também acabou migrante para o Mato Grosso, anos depois do pai]. [Tive] tipo três, três casamento, casamento não, rolo, vivi

quatro anos com a mãe do Ricardo, aí separei; vivi mais dois anos com a outra, separei, não tive filho; e agora com essa aí, que eu tive esse menino aí, vai fazê quatro anos”.

Os casamentos passando como os lugares. “Rolos”. Casar e separar. Do sul, passou o casamento e acabou o contato. “Só quando ela liga pro” filho.

João migrou, em definitivo, sozinho. Dois casamentos no Mato Grosso também reforçaram os laços com o novo lugar, em especial com o filho, no segundo “rolo”:

eu vim sozinho, aí aqui eu achei, arrumei uma outra mulher, uma paraguaia, vivi uns três anos com ela, aí separei também, aí vim morá aqui no posto, aí depois foi que conheci essa aí, aí num morei mais em moradia, não mobiliei mais casa, só tenho as duas pecinha minha ali, não quis mais sabe disso... Só que eu ganhei esse filho aí, aí não teve jeito.

Primeiro um gaúcho e uma paraguaia. Depois outro casamento, sem casa mobiliada e com um filho. Mora em “duas pecinha minha ali”, “no posto”.

Assim como a mãe, todas as irmãs e irmão moram no Rio Grande do Sul: “Gravataí, meu irmão mora em Gravataí, lá ele trabalha numa metalúrgica, trabalha de tudo; a minha irmã trabalha... Minha mãe é aposentada e culinária também, e a outra trabalha no lar; e uma tem uma loja de roupa lá, essa tá em Santo Ângelo”. A maior parte da família migrou de Santo Ângelo para uma das cidades de forte atração populacional – boa parte da migração advinda de pequenos e médios municípios do centro-oeste gaúcho – em função de seu parque industrial: Gravataí. Uma irmã continua em Santo Ângela e “tem uma loja de roupa lá”.

João em Rondonópolis. A migração definiu a distância como característica entre os familiares. Umas e uns *lá*, uma irmã *acolá* e João, *aqui*.

Duas irmãs de Bibiana também continuaram no Rio Grande do Sul. Casadas. As relações e os contatos, por isso, “continuaram, com certeza, com telefonemas [e] às vezes alguma ida pra lá e minhas irmãs vinham pra cá todo ano”. O telefone ou a visita. Formas e jeitos de lembrar. De não esquecer.

Entretanto, Bibiana, desde que saiu do Rio Grande do Sul, ainda não visitou os familiares, parentes e a terra natal, por questões financeiras e por “questões de trabalho e de estudo”, ressaltou. E:

sempre acontecia o seguinte: quando estava na faculdade, ora a faculdade entrava em greve ou nas férias da faculdade eu trabalhava. Então eu nunca consegui tirar férias completas pra podê viajá. Aí o que acontecia: depois veio um filho, depois veio um segundo filho, depois veio o terceiro filho, aí vai aumentando as dificuldades, cada vez mais vai aumentando as dificuldades. Agora eu estou com três crianças pequenas, tenho vontade de ir pra lá pra ver meus pais, porque dois dias e uma noite dentro de um ônibus não é brincadeira, não. Então, são questões financeiras sim, porque se eu poderia ir de avião com certeza eu iria mais vezes.

A faculdade e o trabalho. Os filhos e a família. Também “questões financeiras sim”.

O cotidiano no novo lugar, feito de relações *verticais* na família e *horizontais* no trabalho ou na faculdade, por exemplo, tendem a distanciar quem migrou do *contexto* e das relações com familiares *deixados*. A *labuta* diária, por isso, aumenta as dificuldades e diminui as possibilidades de visitar quem ficou, em especial “ir pra lá pra ver meus pais”. Os dias e anos vão se passando e “cada vez mais vai aumentando as dificuldades”.

O jeito é ligar.

Alô?

4. “Eu ia mais longe ainda”

A migração é um movimento de “mão-única”?

O retorno é sempre uma possibilidade e nem sempre uma tendência. Mesmo ocorrendo o retorno, a migração – curta ou longa, temporal e espacialmente – já provocou mudanças, em especial no *su-jeito* da migração de *ida* e da migração de *volta*. Os lugares de partida – as *gentes* destes lugares – também participam da migração, mas os desdobramentos do movimento de um para outro lugar atingem principalmente a migrante ou o migrante.

Para quem ficou, as relações no lugar *deixado* e no novo lugar pouca influência exercerão no sentido de provocar mudanças mais significativas. Além da produção do sentimento de saudade – às vezes não – poucas outras mudanças se efetuarão. O peso da *mudança* recai sobre quem migrou e a partir da saída – mesmo com um eventual retorno – pouca coisa tende a permanecer como antes. Além da saudade – ou não – as relações se fazem novas e é preciso reconstruir uma base de pertencimento, fazendo-se sujeito

dos *jeitos* do novo lugar. Isso efetivamente ocorrendo, as possibilidades de retorno diminuem drasticamente.

Com o passar do tempo, a construção de possíveis tendências para uma nova migração pende para um “seguir em frente”. Dificilmente um “voltar para trás”. Essa tendência parece ser explicada porque a cada dia que passa a *distância afetiva* com o lugar – ou lugares – de origem aumenta, e com isso são reforçados os “laços” com o lugar presente. E um futuro migratório, em decorrência, acaba se projetando contrário do retorno à origem. O *jeito* daquela ou daquele que migrou parece apresentar atritos com o *jeito* do lugar passado.

Rodrigo migrou com a família. Casado. No Mato Grosso *descasou*. Separou. Trabalhou em vários *endereço*s. Conseguiu terra e faliu com o banco. O caminhão que sobrou fundiu o motor. E o frete acabou. Mora na periferia de Rondonópolis. Não tem casa; mora com a filha. É “isso aí, é difícil, né, porque, os altos e baixos, não vale deixá a peteca cá, né, junta de novo, mas é difícil fazê um, mas eu penso que ainda valeu a pena”.

“Ainda valeu a pena” vir para o Mato Grosso. Com “os altos e baixos”. A “peteca” pode até cair, mas Rodrigo “junta de novo” e segue a vida.

O Mato Grosso foi o *reinício do reinício*: primeiro em Santa Rosa – no campo e depois na cidade –; depois no Paraná; um breve retorno para Santa Rosa; e a migração definitiva para o Mato Grosso. Da *terra* para a cidade. De camponês para mecânico. A migração do trabalho é também a *mudança* de mulheres e homens que casam e descasam, que viram cozinheiras e mecânicos, que deixam o campo e se embrenham nas periferias das cidades distantes... Ali, fazem e são a própria periferia.

E a *mudança*, com seus “altos e baixos”, contudo, foi “positiva”, diz Rodrigo:

eu ainda achei positivo, adquiri muito conhecimento, fiz muitos cursinhos aí, técnica de máquina e tal, porque naquela época [que] eu saí do Rio Grande do Sul a minha possibilidade era só trabalhá na enxada, se eu tivesse ficado lá quem sabe eu taria até hoje na enxada, e isso aí me possibilitô né, o pessoal mesmo, era terra na máquina, então dava possibilidade pra gente, às vezes as pessoas tinham experiência também, né, a gente já tinha um pouquinho de visão, pequena mais tinha, né, eu ainda acho positivo a minha vinda pra cá, hoje sou um conhecido na região profissional, facilmente entro em qualquer empresa.

Quase três décadas de Mato Grosso. Da “enxada” *pra* “máquina”. Mecânico. Agora, quem sabe, a aposentadoria: “bom, agora, esse negócio da

aposentadoria pra mexê, mas eu quero vê se eu dô entrada [na aposentadoria]; e aquele negócio que eu falei, acho que eu vô dá uma peitada, e vô dá uma ida lá, se der certo...”

Uma “ida lá”: em Roraima.

“É uma perspectiva”, diz Rodrigo. Porque os gaúchos foram “guiados por sonhos”. Agora, para Rodrigo, o “sonho” de Roraima – a reprodução de um *sonhar*. A possibilidade em ir para Roraima também é ampliada porque agora “sou só eu”, não havendo nenhum empecilho que o impediria de partir.

Mas, também, *há um cisco no meio do olho!*

“Um cisquinho no olho” durante o trabalho de mecânico em uma fazenda: “eu tenho uma capacidade de, eu enxergo só de um olho, e esse olho deve tá com uns trinta por cento, e hoje pra ela tá, numa colheadeira, se eu tivé uma dor muito forte eu não consigo localizá, dor de cabeça”. O problema de visão (um olho sem visão e o outro com mais ou menos trinta por cento) está levando Rodrigo a solicitar o pedido de aposentadoria. Não pretende parar de trabalhar; também tem a perspectiva de processar uma empresa por ter sido demitido em período de atestado médico, em decorrência de ferimento que agravou as deficiências visuais. Com isto, talvez o “sonho” de Roraima não passe, apenas, de um sonho distante. Assim como Roraima...

João não sonha. Ou *fica* ou *volta*:

pra mim aqui a tendência agora é melhorá, que os posto [de combustíveis] tá com menos serviço, que nem eu falei: tão montando muita garagem aí, quem tem vinte carreta hoje não abastece mais num posto, então você montando uma garagem, você vai tê mecânico pra manutenção, tem lubrificação, pra dá manutenção, então é assim, tá crescendo muito aqui, a tendência vai sê melhorá, se melhorá eu fico, se o frete tá ruim, se tivé que [ir] embora eu aí tem que voltá pra lá.

Se “o frete tá ruim”, João volta “pra lá”. *Pro* Rio Grande do Sul. Apenas “se eu recebesse uma proposta muito boa, ou montasse algum [negócio], alguém que tivesse dinheiro pra investi, alguma coisa, se não eu sozinho”. Mas não há lugar no horizonte. Há apenas o “se”. Um “se”, remoto.

Também, porque, Rondonópolis “tá bom”: “tirando esses político sem vergonha que tem aí, dexô de muita empresa se instalá aí em Rondonópolis, era pra sê bem melhor que Cuiabá, bem maior, muita firma que era pra

instalá aqui foi pra Cuiabá, por causa dessas política... No outro sentido, pra mim, tanto pra diversão quanto pra trabalho, tá bom”. O problema são “esses político sem vergonha”. Para além deles e das “muita firma que era pra instalá aqui [e] foi pra Cuiabá”, a “diversão” e o “trabalho”, em Rondonópolis, “tá bom”. E, se “tá bom”, predomina a permanência. O *ficar*.

A crítica aos “político sem vergonha” de Rondonópolis também teve guarida nas falas de Werner e de Maria. Werner “acharia que tinha que ter uma administração, o estado, que nem Rondonópolis, tinha que í no mesmo rumo do governo, mas infelizmente quando o governo é de um partido, o prefeito é de outro” (em dois mil e dois, o prefeito de Rondonópolis era do Partido Popular Socialista – Percival Muniz –, enquanto o governador do estado era do Partido da Social Democracia Brasileira – Dante Martins de Oliveira). Haveria, assim, um descompasso entre a administração municipal e a administração estadual.

Maria, também sobre a política e a economia, enveredou pelo caminho já apontado por João: “eu acho que o potencial de Rondonópolis é muito grande e as chance que os político dão pra Rondonópolis, pras empresa que tá lá, tipo, eu acredito que deveria ter mais chance”. A pouca “chance” para que empresas se instalem no município estaria intimamente ligada à atuação limitada – ou equivocada – dos políticos. Maria, ainda, apresenta o descompasso entre setores da economia rondonopolitana: “o potencial de Rondonópolis, abre muito pouca empresa, pelo potencial que ela tem, né, por [que] a, agropecuária, né, a pecuária, a lavoura, né, tudo, o que ela tem, ela teria que ter mais, mais indústria, mais empresas aqui”. Ao “potencial” agropecuário haveria um *déficit* de indústrias e empresas.

Werner, longamente e sem titubear, discorreu sobre vários aspectos ligados à atuação da administração municipal, à economia e à população:

pra abranger esse, quanta, em volta da cidade, fazê um distrito industrial, pra trazê empresa, isso aqui era uma cidade que só era que nem, não tem explicação o que poderia aumentá, mas o prefeito só pensa em esses asfaltim aí ó, cê vê ó, três anos que eu paguei o asfalto, até hoje, então ele não dá assistência, enrola, enrola e não dá porcária nenhuma, em política nós perde; [a cidade] poderia sê hoje uma cidade de duzents, trezents mil habitantes.

Sem *meias palavras*, descamba para comparações entre o “pessoal do sul” e os “que são de Rondonópolis”:

cê vê os expositores [da Exposul, principal evento de exposição agropecuária do sul do Mato Grosso, realizada anualmente entre os meses de junho e julho] que tiveram aí nessa área do, é mais pessoal do sul, então eles já tinham um jeito de achá que eu era gaúcho, sabe, carreguei muito pessoal de lá, de Porto Alegre, de Passo Fundo, então eles falavam [que] Rondonópolis é uma cidade que tem que, ela tem que estorá, por a potencialidade, de o, a agricultura, na pecuária, se vende aí o algodão, tudo que é, o milho, né, tudo é, eles ficaram besta, bobo, né, eu vendo Rondonópolis, aqui a região que eu, mas é que eles falô, e o home ainda acha que, que tem função ainda, o pessoal é, o pessoal é muito trabalhado que tá aqui, mas só que a administração do estado, esse ano o Dante foi um bom governo, eu, mas o nosso prefeito aqui, tinha que pegá ele e levá lá pro sul, numa cidadezinha pequeninha dele, pra vê o prefeito de lá, que não tem visão, eles diz que são ex-deputados, o Welinton, o Barreto [políticos tradicionais de Rondonópolis], né, que fala que são de Rondonópolis, eles trazem, mas de que adianta, eles sempre [são] o contrário, então Rondonópolis não aumenta, a necessidade que nós tinha de vim pedi emprego, que tinha que tê, quanto mais a empresa vinha mió é pra nós, embora que vinha gente de fora, né, a cidade só ia crescê, mas o prefeito parece que é contra. Então eu entendo que é muito má administrado, eu bato na tecla: tem que tê um cidadão, um prefeito do sul, pra vê se miora; pra você vê de novo, trouxesse um Piana [referência a Érico Piana – então prefeito de Primavera do Leste] aqui, aqueles lá de Campo Verde né, que nem o Prates, eu conheci aquilo ali não tinha nada, hoje tá muito mais bonito que Rondonópolis, aquelas ruas bonitas, bem projetadas, embora que Rondonópolis já tava começado, né? Ah, mais tem gente ainda, se vem da exposição pra cá não tem uma via rápida, não é um absurdo? Fizeram a camada por fora, mas um quebra-molas por cima do outro, parece que aqui é uma cidade de bobo, tem muita coisa errada, tem asfalto, Ave Maria, chão brabo, poeira, então nós tem que torce pra [mudar]...

É preciso mudar. O prefeito “não tem visão”. Melhor seria um prefeito sulista. A comparação das *gentes* também engloba a analogia das cidades. Rondonópolis e Primavera do Leste. Rondonópolis e Campo Verde. Faltaria a “visão” do sul; dos prefeitos de lá. Porque aqui “tem muita coisa errada”.

Mas tem “chance”:

tem, porque tem chance, né, só que tem chance de crescê, tem uma coisa, tudo que vem aqui gosta, o cara que vem aqui volta contrariado: ah, ele enxerga quem é de fora, enxerga o que ele podia fazê pra aumentá, tem que tê uma política mais, essa política nossa aqui é um pouco meio enrolado, e os pessoal tirá a mão do bolso, dá, do povo, né, e política tirá do bolso nosso, do imposto que a gente paga, é, ia sê muita coisa.

Do “imposto que a gente paga”, Werner estendeu a *análise* para a sua profissão – taxista – e a disputa com outras formas de transporte na cidade, principiando pelas dificuldades da categoria:

mais é muito, nós é, é o clandestino [que] tá matando nós, hoje tem carretinha fazendo, é camionete, tudo concorremo com nós, é um absurdo; inda hoje memo dei um gancho naquele táxi e naquela camionete, foi lá na rodoviária, ponho onze setor em cima, saiu, daí já o dono, gerente da rodoviária ligô, daí subi lá, aí falô: ‘é, tá acontecendo isso, assim’, as empresas que vendem passagem foi lá, daí tirei o carro, só amanhã que não, depois da manhã que vai liberá, ‘pra vocês trabalhá de novo’, é o gancho, né, então é uma coisa que não existe, mais é que nós não tem fiscalização.

Daí, novamente a comparação com outros lugares, agora Paraná e São Paulo:

andamo no Paraná lá, São Paulo, não vê um, aqui, exemplo, lá cê não vê, as empresa é tudo organizado, sê vai num posto de táxi é tudo arrumadim, aqui nós não tem, tem, tem jeito, cê vai na rodoviária ali ó, é van pra tudo que é lado, que se vai fazê? Lá você não vê, cidade é van, é pra carregá aluno, num faz, que os ônibus é tudo bunitim, aqui ó, relaxô demais.

Contudo, Werner também admite que a categoria dos taxistas é muito desunida:

tá muito desunida, aqui tem três categoria, tem nós, que é a do sindicato que nós tamo em quarenta e um carros, né, que faz parte do sindicato, daí tem a rádio táxi que é nossa, a rádio táxi Brasil é nossa, mas já são o contrário também, porque o preço deles é diferente, daí já tem a outra que é lá do, da Rio Vermelho, que é lá do Paranaense, então tá, depois que eu entrei, o sindicato baixou a cadeira, depois que eu entrei daí que eu, que ele tava, compramo tudo os ponto, daí subiu os ponto, hoje se você quisé os ponto você não acha pra compra e assim mesmo compraram de mim, eu comprei esse aqui, comprei por dois e quinhentos, aquele outro ali, dei três naquele outro carro, hoje você, a quinze mil você não acha, mas foi depois do meu, eu fui abrindo o olho, o pessoal ficô em cima, né, e conseguiu abri, sócio, primeiro o Atacadão, né, conseguiu nós lá dentro, daí o shopping, agora a rodoviária nova, então, agora o regional lá também já conseguiu ponto, então os nossos ponto é o miô, os deles é só ficá na rua aí que nem doido, correndo de graça, então, se tivesse pegado já antes, o outro, tivesse pegado, [com] mais visão, tinha pra nós tava outra coisa, mas sim, agora nós tamo nadando contra a maré, pra vê se, mas já miorô um pouco, pouco, não muito, porque, tem gente pagando a prestação de

quatrocentos, quinhentos reais aí, tá pagando belezinha, né, primeiro não tinha, aí era um sacrifício que todo mundo ia vendendo os ponto, até mil e oitocentos foi vendendo os pontos aí.

O que falta, para Maria, é “fiscalização”: “falta fiscalização, porque eu acho que cada setor, o setor de trabalho ele tem que tá legalizado, certinho, não pode ser clandestino, o clandestino tira a oportunidade de quem paga imposto, ele tira tudo, aí quem paga imposto não tem direito”. A “fiscalização” ao lado da *legalização*. O “clandestino” ao lado do não pagador de impostos. O *certo* e o *errado*. Maria fala como esposa de um taxista *legalizado*, que “tem direito” porque é “pagador de impostos”...

Questões da *ordem* do trabalho participam do cotidiano de gaúchas e gaúchos no novo lugar. Em especial porque são, acima de migrantes, trabalhadoras e trabalhadores, não importando o lugar e não importando o setor. A centralidade do trabalho é também o centro da vida de quem, no dia-a-dia, faz do corpo e da mente “pedaços” de sofrimento, de sacrifícios e de pequenas vitórias... Como a realização do sonho de ser motorista.

Pequenas vitórias são *partes de conquistas* e de *lutas*, que podem fazer do lugar – antes estranho – um espaço de *pertencimento*, como bem acentuou Antônio:

[aqui] é a minha terra que eu conquistei, com minha luta, com meu suor, que eu conquistei, assim, um lugar que eu conquistei, e é aqui que eu quero ficar o resto de minha vida, aqui eu me sinto bem, não adiante sê um outro lugar, porque aqui eu sei que não vô passá fome.

O *ficar* é o resultado da “conquista”, da “luta” e do “suor”. Uma relação com o lugar que também se deslancha para um contexto maior, para “um estado”, como discorreu Antônio:

trouxe novos horizontes pra todo o mundo, pra toda a população do Brasil, de todos os estados; é um horizonte novo e atualmente é um dos estados mais progressistas do país, é o estado que mais, mais praticamente, é um dos primeiros estados de produção de soja, já passando, parece, do Rio Grande do Sul. Então a perspectiva dele é só [crescer], porque a área dele é muito extensa, né, tudo agricultável, a perspectiva agrícola é muito grande, então eu acho que é um estado que tem futuro, que tem futuro daqui pra frente.

Um “estado” de um passado próximo e do presente de Antônio. O lugar escolhido como destino. Uma “paixão”. Mas, também, continuando

como “um estado que tem futuro”, tanto para Antônio como “pra toda a população do Brasil, de todos os estados”. Um “estado de produção”. A soja. Um território estadual com uma área “muito extensa”. “Um estado que tem futuro”...

Mas, “daqui pra frente”...

E, “daqui pra frente”, a referência não é o *tempo*, mas o *espaço*. O futuro “daqui pra frente” não estaria no *devir* rondonopolitano, mas na expansão da “produção” no território “pra frente”:

Rondonópolis hoje já tá muito, quem tem, tem, é igual lá no sul, igual a Rondonópolis. Então eu aconselharia a í daqui pra frente, pra um lugar mais novo, onde as coisas é mais barato, a terra mais barata. Agora é daqui pra frente. Quem tá estabilizado aqui, tá... Vai procurá outro lugar, aqui em Rondonópolis tá, já era. Tem muita perspectiva ainda, mas quem é lá do sul que tem uma terrinha pouca e quer ter muita terra, como nós antigamente, na década de setenta quem tinha dez alqueire no Paraná aqui comprava quinhentos alqueires; então com isso eles se tornô rico hoje, uma pessoa com o dinheiro que ele tinha lá ele comprô aqui e foi progredindo. Então ele progrediu junto com a agricultura... As coisas foi valorizando. Agora, hoje, vamos supor, quinhentos alqueire de terra comparando com dez lá no sul, não tem nem comparação.

Rondonópolis “virou” o sul: “tá estabilizado”.

“Já era”.

“Agora é daqui pra frente”...

A reprodução da mobilidade de mulheres e homens, “daqui pra frente”. Às mulheres e homens “do sul que tem uma terrinha pouca e quer ter muita terra”, sugere Antônio, “vai procurá outro lugar”. O “progresso” é mais “pra frente”.

O “progresso” “mais pra frente” se contrapõe ao “já tá muito explorado” daqui:

já tá muito explorado, bem explorado já. Naquela época [quando Antônio chegou em Rondonópolis] era bom demais, quem vendia terra lá pro sul [e] enfrentava a cara aqui ele ganhava dinheiro. Hoje, as terras aqui já é caro, o que tem na fazenda, tudo isso é caro; se você fosse vendê a terra lá no sul hoje comprava qualquer terrinha, então o caso tem que í mais pra frente.

A terra se foi. Foi “muito explorado”. “Já é caro”. Terra, agora, só indo “mais pra frente”.

Mas, na cidade, em Rondonópolis, as oportunidades apresentam “muito futuro ainda”:

eu vim sem capital; tudo depende da pessoa, depende do interesse, o que ela qué fazê, tudo depende, tem muita perspectiva ainda, a mão de obra, os professor, muitas indústrias que vem pra cá, precisam tê qualificação profissional. Falta muito profissional qualificado aqui, quem tem profissão qualificada ele vai embora, conforme o ramo de serviço que ele tem, conforme a profissão que ele tem, e não tem só a agricultura não, tem mais coisas, outros ramos na cidade também, ainda tem muito futuro ainda. Agora, na parte da agricultura, quem tem no sul deve parti... Mas na cidade tem muito ramo que você pode explorá.

“Tudo depende da pessoa”: do “capital”, da “profissão”, da “qualificação” e do “interesse”. É só “explorá”. Porque “falta muito profissional qualificado aqui”. Em Rondonópolis, como aponta Antônio, “ainda tem muito futuro ainda”.

“Depende da pessoa”...

E todos os lugares têm “seus altos e baixos”, concluiu a gaúcha Alice. E “olha, eu acredito que foi bom” a *mudança* para o Mato Grosso, complementou o marido Licurgo, porque os “altos e baixos”, “isso toda vida tem, todo lugar tem”. O casal, também, assim como Antônio, migrou “sem capital”.

Maneco, ao falar sobre a migração do sul para o Mato Grosso e se a saída do lugar de *lá* se fizera importante frente às questões e problemas que se colocavam no Rio Grande do Sul – e também no Paraná –, apontou que: “olha, comé que eu queria dizê, eu ia mais longe ainda, faria de novo, eu se eu fosse novo, por Deus do céu, eu ia agará o nortão, no fim desse nortão eu queria ao menos explorá mais, vê como é que é aí nesse nortão aí, mais na divisa do Amazonas”.

Nenhuma alusão a um possível retorno. Mas o excerto vem carregado de possibilidades – “se eu fosse mais novo” – para uma nova migração para o “nortão”. As constantes migrações de Maneco certamente exercem grande influência nesta pretensa disposição para “agará o nortão”. O “nortão” se coloca como um lugar desejado – o “nortão” na “divisa com o Amazonas”.

O lugar “nortão” de Maneco, no entanto, parece ter sua representação construída com base na vida de alguns familiares que já estariam morando ali. De acordo com Ana, as questões postas pelo pai *repousam* em irmãos deste, que já vivem no “nortão”:

porque a gente tem parente lá em cima, tem dois irmão do meu pai que mora, um mora em Vilhena, e outro mora em Alto Alegre, em Rondônia, os dois mora em Rondônia, só que nós nunca até agora que chegamo a podê ir pra lá, então a gente não sabe, só sabe através de telefone, que como véve, véve bem, né, mas lá mesmo ninguém conhece, nem eu nem meu pai.

Rondônia se apresenta como parte do “nortão” – na “divisa com o Amazonas”. A migração de irmãos de pai de Ana acabou por participar de uma construção da possibilidade de nova migração, e da produção de uma representação positiva sobre o lugar “nortão”. Nem o pai e nem a filha o conhecem – “lá mesmo ninguém conhece, nem eu nem meu pai” –, o que não impediu a produção de possibilidades de futuro. A idade e os problemas de saúde de Maneco são praticamente obstáculos intransponíveis na efetivação de uma nova migração, principalmente para um novo lugar – como o “nortão” – com o fito de construção de melhorias de sobrevivência. O próprio Maneco anteriormente observava que gostaria, pelo menos e a princípio, ter a oportunidade de conhecer o “nortão” – “eu queria ao menos explorá mais, vê como é que é aí nesse nortão aí” – e que, a partir do “explorá mais”, decidir sobre uma eventual partida.

A questão fundamental aqui não é “decifrar” se a construção da possibilidade de uma migração – para Maneco – é factível, e sim entender melhor o significado desta construção. O que comparece em toda a fala – entre espaços menores e maiores –, e, portanto, não apenas no excerto acima, é a reiteração da construção de um “desejo” de mudança para o “norte”, ou “nortão”, que se coloca também como uma construção da refutação de um lugar: o sul. Em “eu ia mais longe ainda” não comparece apenas o “desejo” de “explorá mais”, mas também o “anti-desejo” pelos lugares do sul. Um “anti-desejo” que combina vivências e experiências nos lugares *deixados* com a produção de representações que, mescladas, expressam o entendimento clarividente das dificuldades de trabalho e sobrevivência nos lugares de origem, assim como também de questões agudas – subjetivas e pessoais – que implicitamente colaboram na produção de um sentimento *topofóbico*. E isso, porque também a filha Ana parece ter construído uma certa aversão ao sul e um certo “desejo” ao seu oposto, o “norte”: “eu pra mim eu acho que um dia, se Deus quiser, eu ainda vô pro norte, pra região norte, primeiro pra passeá, pra mim conhecê lugares novos, se Deus quiser, porque acho que pro sul, não, não [tenho] nem um pouco [de vontade], nem um pouco”.

Assim, a construção da possibilidade de uma nova migração acaba se constituindo em uma produção imaginária de mobilidade para um lugar desejado – e não conhecido, o “nortão” –, como contraposição aos lugares do sul – portanto mais ilusória que factível – e sempre construída – a possibilidade – nos intervalos das falas que se referem a comparações entre os lugares de *cá* e os lugares de *lá*. Essa constatação se assenta, em especial, nas posições assumidas sobre as condições e perspectivas do lugar presente, em que as comparações entre os lugares – do passado, do presente e até do futuro – parecem não assumir maior relevância, como nas palavras de Ana ao referir-se sobre as perspectivas em Rondonópolis dali para a frente:

eu acho essa espera melhor, né, porque as vezes tinha gente que já tá uma pessoa de idade, não fazê mais muita coisa, né, que nem eu por exemplo mesmo, agora eu vou por enquanto, vou dá uma parada, não vou trabalhá mais pra fora, né, então eu percebo melhora pros meus filhos, né, que eles tenha convivência de viver o estudo, o trabalho deles, né, eu acho que melhorá, qué dizê, melhorá mesmo nunca vai, né, então vai ficar naquela, dá pra viver, né, mas acho que esse negócio de melhorá mesmo nunca mais vai melhorá, pra ninguém, mas acho que vai dá pra viver.

As perspectivas, quando rompem com seu sentido comparativo entre os lugares e se fixam sobre as condições de existência no lugar, transferem-se da construção de possibilidades de uma nova migração para a situação de trabalho individual no lugar – “vou dá uma parada, não vou trabalhá mais pra fora” – e na projeção de um futuro melhor para os filhos – “então eu percebo melhora pros meus filhos, né, que eles tenha convivência de viver o estudo, o trabalho deles”. Ambas as situações – de Ana e dos filhos – são, no entanto, *recheadas* por uma forte dose de pessimismo: “esse negócio de melhorá mesmo nunca mais vai melhorá, pra ninguém, mas acho que vai dá pra viver”.

O otimismo frente às possibilidades de uma nova migração é contundentemente contraposto por um pessimismo frente ao presente e futuro no lugar vivido. Um pessimismo também carregado de resignação. As migrações sucessivas de Ana e os filhos e as condições de existência nos lugares – em especial as colocadas na periferia de Rondonópolis –, parece terem sido suficientes para a produção do pessimismo e da resignação. A idade avançada e as constantes quebras das expectativas positivas sobre os novos lugares, colocam-se como condicionantes razoáveis na produção de expectativas nem mais positivas e nem mais negativas sobre o lugar, mas *resignadas*.

A resignação leva, frequentemente, à transferência para os filhos de possibilidades de melhorar as condições de existência, como o faz Ana – “que eles tenha convivência de viver o estudo, o trabalho deles”. Esse aspecto possibilita afirmar que *expectativas resignadas* se fazem positivas sobre os filhos e, por outro lado, a ocorrência da substituição da possibilidade de uma nova migração pela possibilidade de que os filhos consigam uma vida melhor – “eu percebo melhoras pros meus filhos”. Um “percebo melhoras” projetado nas possibilidades de estudo que a mãe e o avô pouco tiveram.

O futuro, aqui, já não pertence à mãe ou ao avô, mas aos filhos e netos. A fala do avô também aponta a mesma direção ao indicar que o que poderia ter sido feito já o foi, restando uma coisa a fazer, descansar: “olha, eu vou tê que comê até morrê, [como] diz o outro [risos], sou aposentado [e] não vejo trabalhá, fazê o que? O que eu era pra fazê na minha vida isso eu já fiz, agora vô tê de descansa, né, única coisa, fazê o que? A idade avança”.

A resignação não impede, no entanto, que ambos – pai e filha – asseverem sobre as relações positivas – em especial afetivas – com o lugar onde moram, ao mesmo tempo reafirmando o não retorno para o sul. De acordo com Maneco, “a gente tantos e tantos anos morando num local, a gente cria amor no lugar, né, então a gente tem que voltá, tem que vim e voltá, então não precisa chegá lá, onde já tava ruim, querê aventurá de novo, não, aí não”. Ao que Ana acrescenta:

acho que amor da gente é que nem, imagine se tivesse morando lá, né, a gente tá lá, tá bom, se você num lugar nenhum, né, se você gosta dali, você fica ali, né, agora você muda pro outro lugar, você pega amor daquele lugar que você tá, você fica lá, você tem que tá lá, parece que teu lugar é ali, né, então, eu acho que é assim.

“É assim”...

As difíceis condições sócio-econômicas anteriormente postas – “esse negócio de melhorá mesmo nunca mais vai melhorá, pra ninguém, mas acho que vai dá pra viver” – deslindam-se concomitantemente à produção de uma relação *topofílica* com o lugar – “a gente cria amor no lugar” ou “você pega amor daquele lugar que você tá”. É, em alguma medida, a tentativa de produção de um sentimento de consolo e alívio frente a um presente que se faz sem que as projetadas expectativas positivas sobre os novos lugares efetivamente estejam concretizadas. Aliás, o contrário parece ser a tônica.

Dessa forma, não parece haver relação direta entre condições sócio-econômicas e representações sobre os lugares. Nem sempre condições difíceis projetam representações negativas, como parece demonstrar o caso de Ana e o pai e o sentimento sobre o lugar presente. O “é assim”, de Ana, tende a sintetizar o que aqui se pretende afirmar: no fim, tudo parece *bem*, mesmo que o passado foi o que foi, o presente é que é e o futuro aos filhos e netos pertence. E paralelamente à resignação da filha – em “é assim” –, o pai conclui com uma frase curta e simples, mas não menos emblemática: “sou um brasileiro [risos]”.

As tensões e conflitos e as alegrias e saudades entre os lugares vividos e representados, diluem-se na produção de um *ser* que se faz todos os lugares simultaneamente. O *Brasil*. Nem gaúcho nem paranaense, nem mato-grossense nem rondoniense, nem sulista nem nortista.

Apenas, brasileiro...

Síntese dos lugares e *jeitos brasís* imbricada em um gaúcho em Rondonópolis que pouco espera da vida, apenas que “eu vou tê que comê até morrê”. O Brasil dos lugares todos não deixa de ser, em certa medida, a amálgama de antropofagias culturais e simbólicas dos *jeitos* de suas *plagas* e *cafundós*, alguns deles vividos e “comidos” por Maneco.

Notas

1 José de Souza Martins (1988, p. 50) ressaltou os dois momentos do processo de migração: “a *dessocialização*, nas relações sociais de origem, e a *ressocialização*, nas relações sociais de “adoção””. Ele [o migrante] vive duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o que *vai voltar a ser* e o não o que é. A demora desse reencontro define a migração temporária”. Para o nosso estudo, estamos definindo por *transitoriedade migratória* o tempo entre a *dessocialização* e a *ressocialização*.

2 De Alfredo Bosi (1992, pp. 11 e 13), que do *ocupara a terra*, do *trabalho*, derivou *cultura* e *cultus*, que “é sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento já tem memória”.

3 De acordo com Alessandro Portelli (1996, p. 60): “recordar e contar já é *interpretar*”. A abertura do livro autobiográfico de Gabriel García Márques (2003), por sua vez, também é excepcional: “A vida não é o que gente viveu, e sim o que a gente recorda, e como recorda para contá-la”!

4 Stuart Hall (2003, p. 26-27), baseado em trabalho de Mary Chamberlain – “Narratives of Exile and Return” – sobre migrantes barbadianos retornados do Reino Unido, salientou que os “entrevistados de Mary Chamberlain também falam eloquentemente da dificuldade sentida por muitos dos que retornam em se religar a suas sociedades de origem. (...) Muitos sentem que a “terra” tornou-se irreconhecível”.

5 Rosa Helena Blanco Machado (2003), discutindo “vozes e silêncios de meninos de rua”, observou que as “representações vão sendo tecidas à mercê de uma série de condições, influências, interações que o sujeito vai “sofrendo” durante o seu percurso da vida”.

6 Em empréstimo de Edward P. Thompson (1998).

7 Esta *comunidade imaginária gaúcha* também tem sua construção fundada no desenvolvimento do regionalismo. Segundo Alvaro Luiz Heidrich (2000, p. 130), no imbricamento do moderno e do tradicional, fundindo um passado brasileiro, resgatando “valores e projetando um futuro capaz de ser realizado por uma **comunidade de interesses, de destino**, também foi produzido pelo regionalismo gaúcho” (grifos meus).

8 Para a Psicanálise, principalmente a partir de Freud, “O afastamento do lugar e da ligação das origens carrega a significação de exílio e define a categoria do *não-vínculo* (non-lien) e da separação”, conforme Maria Inês Assumpção Fernandes (2004, p. 79).

9 As relações com o novo lugar encontram na construção de *redes sociais* um componente importante para a socialização. De acordo com Teresa Kleba Lisboa (2003, p. 89), ao estudar trajetórias de vida de mulheres migrantes do interior para a capital de Santa Catarina, a constituição de redes sociais nos lugares de destino torna o processo de *mudança* menos difícil, ao estimular ações de ajuda recíproca.

10 José de Souza Martins (1988, p. 50), discutindo as migrações temporárias, e em especial a camponesa, ressaltou que “a migração temporária é, contraditoriamente, um modo de **desatar** os laços de família e, ao mesmo tempo, um modo de **atar** o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar” (grifos meus).

11 Sobre as diferentes e difíceis relações que migrantes e filhos estabelecem no lugar, Jean S. Phinney (2004), sobre imigrantes nos Estados Unidos, acentuou que “Os filhos de imigrantes, particularmente os adolescentes, são os que se deparam com os problemas mais críticos de identidade associados à migração” (p. 52).

12 É também evidente que esta afirmação deve ser relativizada, principalmente se se atentar para a migração internacional. Gustavo Hamilton Menezes (2003), ao analisar os “filhos da imigração” brasileira para os Estados Unidos, destacou que “sua socialização ocorre de forma dual, tendo como influências vetores que nem sempre apontam na mesma direção, pois seus pais e parentes são originários de nação e cultura distintas daquelas da sociedade envolvente. Assim, a socialização dessas crianças e a formação de seus valores e crenças, ocorrem em meio à grande dicotomia Brasil-EUA; dicotomia essa que se apresenta em suas vidas na relação cotidiana entre o doméstico e o público, entre a casa e a escola, entre a casa e a rua”.

De familiares no sul

CAPÍTULO 5

Fazer-se próximo no falar

1. Ficar...

Os familiares e parentes que ficam no lugar *deixado* são os sujeitos que participam do “outro lado” da migração. Como em uma peça teatral, são os atores coadjuvantes. Por vezes, ainda, nem no palco aparecem, trabalhando apenas nos bastidores como sonoplastas, figurinistas, iluminadores e contra-regras...

Comparações e metáforas à parte, familiares e parentes também têm um *jeito* de perceber, ver e compreender o movimento realizado por outras e outros de um para outro lugar. O movimento é de quem parte, mas, nele, o “vento” que se forma sopra para todos os lados e atinge uns mais e outros menos. O movimento de quem parte, inevitavelmente, com maior ou menor força, produz um movimento para quem fica. O movimento – a *mudança* – tem seu reflexo imediato na relação de antes e depois da migração: antes, os contatos eram próximos e constantes e agora se inscrevem no passado; depois, os contatos são distantes e com tendência ao espaçamento temporal maior entre eles. Antes, o cotidiano era preenchido por visitas rápidas e prolongadas, às vezes diariamente. Depois, as lembranças, a memória e a saudade. Antes, a expectativa praticamente não se colocava, porque a distância física não participava do cotidiano. Depois, expectativas se formam sobre as possibilidades de visitar e ser visitado.

Lembranças, memória, saudade, visitas e expectativas tendem a ser construídas sobre um passado que se fez de bons momentos – e as expectativas, por isto, fazem-se positivas¹. Mas nem sempre isso é tão simples. O passado das relações pode encerrar situações de encontro, mas também de desencontros. E todas participam das “novas” relações que tendem a se produzir com a migração. A *mudança* de pessoas próximas representa a construção de uma nova fase de relações entre quem vai e quem fica. As novas relações, contudo, não se sobrepõem às anteriores. As

novas relações refletirão as relações passadas. A busca de entendimento de como os que ficaram perceberam – e percebem –, viram – e vêem – e compreenderam – e compreendem – a migração de familiares ou parentes é, por isso, também, o “mergulho” na vida e nas relações que familiares e parentes desenvolviam – e desenvolvem – com aquelas e aqueles que partiram. O que pressupõe, por sua vez, ainda, a análise de aspectos que extrapolam a relação unívoca com as migrantes e os migrantes para se ater a situações particulares dos que ficaram.

Familiares e parentes, aqui, assumem uma centralidade semelhante às próprias e aos próprios migrantes. Seus *olhares* apresentam significados tão profundos e significativos quanto daquelas e daqueles que partiram. É claro que os “efeitos” diretos da migração sobre elas e eles – que continuam no lugar – têm especificidades que destoam daquelas referentes às e aos migrantes. Mas o *olhar* de quem ficou se formou e se forma – porque partes de um movimento incessante e de “mão-dupla” –, sobre aquelas e aqueles que migraram e sobre os lugares de destino a partir de uma mesma dialética que interpõe passado, presente e futuro, relações *daqui* e de *lá* e representações que vão se acentuando e se desfazendo em ritmos mais ou menos lentos e velozes. Por isso, se diretamente parecem não participar da migração, de forma indireta tem suas vidas marcadas e definidas, também, pela mobilidade de outras ou de outros.

Se anteriormente aludiu-se às e aos migrantes como *sujeitos-sujeitados* e *sujeitos-sujeitos*, esta mesma alusão cabe também àquelas e àqueles que ficam. A condição de *sujeitos-sujeitados* se assenta em um triplo sentido. O primeiro é construído a partir das condições sócio-econômicas nas quais estão *sujeitos*; estas condições devem, no entanto, ser compreendidas na relação com a migração de sujeito ou sujeitos próximos. Tais condições tendem a se colocar como “negativas” ou como “positivas” para quem intenta a mobilidade: “negativas”, na medida em que se apresentam como limitadoras das possibilidades de existência e passam a influenciar e estimular outras ou outros para a *mudança* do lugar, pois as referências próximas indicam dificuldades que ultrapassam as condições de sobrevivência de si e condicionam um repensar de outrem sobre as próprias condições no lugar; e “positivas”, na medida em que as condições sócio-econômicas do outro apresentam-se melhores e tendem ao constrangimento ou à percepção de que a aproximação àquelas condições não será possível no lugar vivido, podendo interferir na decisão de migrar de outras ou outros.

Esse primeiro sentido independe da atuação dos familiares e parentes – que *ficam* – para sua manifestação, uma vez que se produz nos *interstícios* das relações e condiciona implicitamente a migração. E por que se coloca como componente na construção de *sujeitos-sujeitados* para as e os que ficam? Uma vez que este componente participa veladamente do processo de decisão e partida daquelas e daqueles que *partem*, os familiares e parentes – que *ficam* – têm suas existências marcadas – pela migração – também em função de suas condições sócio-econômicas que, mais que escolhas, foram sendo construídas sobre um lugar que possibilitou a umas e a uns melhores condições de existência que outras e outros. Estas condições sócio-econômicas diferenciadas podem e tendem a se colocar como condicionantes para a migração de familiares e parentes.

O segundo sentido da condição de *sujeitos-sujeitados*, para aquelas e aqueles que permanecem no lugar, está ligado à possibilidade de escolha daquelas e daqueles que migram em permanecer próximos ou migrar para um lugar mais distante. Aquelas e aqueles que ficam podem influenciar na decisão, mas efetivamente não decidem. Em comparação com as e os migrantes, a situação de quem fica parece sofrer maior *violência* quando suas condições possibilitam apenas a opinião e não a ação efetiva de impedir ou promover a migração. As mudanças no lugar, ocasionadas por quem migrou, afetam os que ficaram em decorrência de um *pensar* e de um *fazer* de outras e de outros. A liberdade de opção entre permanecer próximo ou distante cabe aos que migram e não aos que ficam.

O terceiro sentido da condição de *sujeitos-sujeitados* inscreve-se na relação na qual os familiares e parentes que ficam constroem – ou são submetidos – após a migração de pessoas próximas. A relação entre quem ficou e quem migrou pode apresentar possibilidades menores ou maiores de informação e contato, dependendo, em especial, de como aquelas e aqueles que migraram buscam refazer a relação sobre um contexto diferente do anterior. A informação e o contato dependerão, sobretudo, das iniciativas das e dos parentes e familiares que migraram, uma vez que aquelas e aqueles que ficaram tendem a apresentar maiores dificuldades de apreensão dos meios de comunicação capazes do estabelecimento de canais de contato.

Por outro lado, as referências dos lugares e das pessoas é maior para quem partiu e menor – e até inexistente – para quem ficou: saber onde quem migrou está é acentuadamente mais difícil do que saber onde está quem permaneceu. Portanto, aquelas e aqueles que ficaram estão sujeitos à espera de informações e à espera mesma das visitas daquelas e daqueles que partiram.

Um aspecto que deve ser acrescentado ao último dos sentidos acima refere-se às possibilidades que aquelas e aqueles que ficaram têm de visitar os que migraram. Essa sujeição subordina-se às condições sócio-econômicas dos que ficaram. Trabalhadoras e trabalhadores migrantes tendem a “deixar” para trás parentes e familiares também trabalhadoras e trabalhadores. Por isto, os anseios e as *vontades* de rever familiares e parentes, e conhecer os lugares onde moram, podem ser constantemente adiados – ou até impossibilitados – pelas dificuldades econômicas nas quais se encontram. Adiamentos e até impossibilitados de visitas provenientes de pouco – ou nenhum – dinheiro, acentuam-se na mesma proporção das distâncias que separam os que ficaram e os que partiram: quanto maiores as distâncias, maiores as dificuldades para que as visitas ocorram.

Aquelas e aqueles que ficam também participam da migração como *sujeitos-sujeitos*. Seus corpos e mentes não migram. Suas saudades são construídas ali e ali permanecem. As mágoas, tensões e conflitos também permanecem próximos; parcialmente cedem lugar para outros sentimentos e relações. Muitas vezes, contudo, as raízes são tão profundas que participam, inclusive, do rompimento parcial ou total das relações com aquelas e aqueles que migraram. Destas permanências e rompimentos, são sujeitos. Das relações que constroem – ou destroem – com aquelas e aqueles que estão longe, são protagonistas, mesmo que as cenas da trama, concretamente, dêem-se de tempos em tempos. De forma semelhante, se colocam na condição de *intermediários* entre quem *partiu* e outras e outros que ficaram, mas que não dispõem de meios nem de relações mais profundas que lhes possibilitem manter contato com os de longe. São, portanto, a referência daquelas e daqueles que partiram: as suas relações, falas e representações são – *grosso modo*, depois da partida – as relações, as falas e as próprias representações dos que partiram.

Outro sentido da construção de *sujeitos-sujeitos*, para aquelas e aqueles que ficam, participa apenas indiretamente de suas existências durante e após a migração daquelas e daqueles que migram, porque o sentido é dado justamente por quem migrou: se os familiares e parentes que ficam não têm a possibilidade de optar entre a permanência e a saída e apresentam menores condições no estabelecimento de contatos a partir da migração, isto não significa afirmar que não participaram ou deixaram de participar da vida de quem partiu. Pelo contrário, a participação apenas toma outra direção. Uma participação nas lembranças, na memória e nas representações. Uma participação na saudade dos momentos juntos. Uma

participação também nas tensões e conflitos que não desaparecem mesmo com o afastamento e a separação. Uma participação nos projetos de visitas dos que partiram – factíveis ou não – aos que ficaram. Uma participação que se dá no convite para momentos importantes como casamentos, aniversários e batizados. As relações no lugar novo influenciando a vida dos que ficaram e, inversamente, as relações no lugar *deixado* influenciando a vida dos que partiram.

Essas relações tendem, inevitavelmente, a se enfraquecerem com o passar do tempo, principalmente porque uns e outros – os que *ficaram* e os *partiram* – participam de relações diferentes nos lugares de origem e destino e passam a ser percebidos, a cada novo contato ou encontro, como mais distantes – física e simbolicamente – de uns e de outros. Enquanto as relações se derem entre aquelas e aqueles da geração que conviveu e viveu junto no lugar *deixado*, a identidade tende a permanecer mais sólida. Mas, na medida em que as novas gerações têm suas relações longe do lugar, o estranhamento tende a se aprofundar até o momento que os lugares de origem dos pais e avós figurem apenas como lugares passados. O presente e o futuro não mais pertencem a eles.

Os lugares do passado se *enfraquecem* para os mais velhos...

Para os mais novos, os lugares *deixados* vão sumindo sufocados pelo cotidiano do presente imediato.

E o passado, assim, vai se *mostrando* apenas nas fotografias antigas que envelhecem junto aos álbuns de família.

2. “Aí ele tava de biscate por aí, aí se ajeitô, a oportunidade veio”

A migração – ou a mobilidade espacial – de Antônio, Ana, Bibiana, João, Rodrigo, Licurgo e Werner, com esposas, maridos, filhas e filhos, ou só, também foi a *mudança* de trabalhadoras e trabalhadores em busca de oportunidades para a melhoria das condições de vida. E é o trabalho, em *última instância*, que definiu quem foi e quem ficou. Uma mobilidade que é tanto forçada pelo desemprego quanto por *expectativas negativas* no lugar de origem e pela construção de *expectativas positivas* sobre o possível lugar de destino.

Familiares do sul, que permaneceram no lugar, sabem bem disso. E falam, relembram, afirmam e enveredam-se nas tentativas em explicar a *partida*, a distância e a ausência. Por vezes mais e por vezes menos, delineiam

as condições de existência das e dos que partiram, antes da *separação*. Condições que se centram no trabalho, mas que acabam, aqui e ali, sendo parte de relações passadas que englobam situações pessoais, em dramas e tramas que ainda de alojam na memória dos familiares distantes.

Arminda tem o ex-marido e um filho no Mato Grosso. Migraram em busca de novas e melhores oportunidades de trabalho. “É”. “Aqui ele trabalhô um tempo na prefeitura, era guarda, aí depois perdeu, né, o emprego, aí ele tava de biscate por aí, aí se ajeitô, a oportunidade veio”. Uma oportunidade para o ex-marido. Era guarda. A demissão. Depois “tava de biscate”. Biscateiro. E o Mato Grosso. E parece, para Arminda, que não adiantava teimar ali: “não, aqui ele não tinha mesmo emprego”.

Se as condições no sul, sob o olhar daquelas e daqueles que *ficaram*, tem como centro o trabalho, isto não significa que outras questões estejam ausentes, muitas delas de ordem mais pessoal, familiar e subjetiva. Enquanto a ex-esposa Arminda considerou o trabalho e o desemprego de João, a irmã Valéria *fiou* longas falas sobre a vida pregressa do irmão – e também do sobrinho –, apontando elementos não menos tensos. Sobre as relações que o sobrinho desenvolvia no lugar de origem e sobre a sua ida para o Mato Grosso, Valéria foi deslindando das “más companhias” e da “ociosidade” à perspectiva de trabalho:

é, eu via até com, eu, eu vi até como uma coisa boa [a ida para o Mato Grosso], porque o menino aqui, eles ficaram inclusive, a própria Arminda algumas vezes, eu não sei se ela comentô contigo, ele [Ricardo] começava a saí com más companhias, tava muito ocioso sem tê o que fazê, e lá, se ele ia ficá lá, o João ia ensiná a profissão pra ele trabalhá na oficina, estaria ao lado do pai e estaria aprendendo alguma coisa pro futuro dele, né?

Nos lugares, o contraponto entre duas perspectivas: o ócio no sul – com as “más companhias” – e o trabalho – e “futuro” – no Mato Grosso, ao lado do pai. Valéria constrói certo *olhar punitivo* frente às relações que o sobrinho desenvolvia no lugar, ao mesmo tempo em que a ida para o novo lugar se estabelece na projeção de um *olhar disciplinador*. No Mato Grosso, com o pai e com uma profissão, “estaria aprendendo alguma coisa pro futuro”.

Valéria, mais adiante, acabou revelando, quando da fala sobre a dificuldade de contato com o irmão mesmo durante uma enfermidade da mãe, e da improbabilidade de um retorno para o Rio Grande do Sul, que, semelhante ao filho Ricardo, João também tivera uma infância não menos tensa e não menos conflituosa:

eu acho que não [sobre um possível retorno do irmão]. Da doença [da mãe] e daí ele voltô pra lá, tanto é assim que depois ela ficô muito mais doente e ele não voltô, não retornô, poderia ter retornô, só voltô dois anos depois... Já fazem sete anos que a mãe teve câncer... O João também, até por minha mãe tá correndo risco de vida, né, que se deve tratá de certos assuntos, talvez até ele tenha comentado contigo... O João, ele também teve uma infância bastante difícil, e que um dos erros que a minha mãe cometeu, e que ela fala, por ter criado nós sozinhos e tudo, assim de, eu não sei nem como tê explicá assim, a gente sempre foi criado assim meio sozinho, com a mãe, desde pequeno; a minha mãe trabalhava, lavava roupa pra fora, é uma vida muito difícil [para] trazê a comida pra dentro de casa... O João chegô na idade de adolescência e começô se juntá com uma turminha e começo a se metê em certas coisas que ele acabava indo pra polícia, e a minha mãe tinha que í lá buscá ele. E aí a minha mãe, o que a minha mãe tinha pra fazê, claro que se hoje acontece uma coisa dessas o Conselho Tutelar tê tira o filho, né, ela amarrava ele, deixava ele amarrado... Ele, inclusive, ele diz que graças a Deus que a mãe tinha feito isso, senão ele tinha se tornado um ladrão, tinha virado não sei o quê e morrido na prisão... Então isso influenciô bastante, e a mãe fala isso, por ele, o João, sê dessa forma, como ele é hoje... Daí uma época a minha mãe não podia mais fazê nada, não tinha mais o que fazê, e meu pai ainda era vivo, daí mandô ele pra lá, e daí ele ficô alguns anos lá com meu pai, lá que ele daí se viu livre daquela turminha, né, lá que daí ele se ajeitô, se ajeitô [risos]... Então é isso assim que ele era...

As infâncias do pai e do filho se assemelham. As “más companhias” ou a “turminha”. A polícia. E a mãe, que “amarrava ele, deixava ele amarrado”, “senão ele tinha se tornado um ladrão”. Depois, junto do pai, “lá que ele daí se viu livre daquela turminha, né, lá que daí ele se ajeitô, se ajeitô”. Talvez, com o filho Ricardo no Mato Grosso, a “repetição” da relação entre filho e pai. *Ajeitando-se*. Porque, um como o outro, “é isso assim que ele era”!

Contudo, a irmã Valéria fala para além do irmão. Em especial, fala do pai e da mãe. O pai que morava longe. O pai que não morava com a família... A mãe que teve um câncer. A mãe que criou “nós sozinhos e tudo”. Que “lavava roupa pra fora”. A mãe que tinha que “í lá buscá ele” – na polícia. E que deixava o filho amarrado. Estas não são simples frases de efeito ou meros *pontos* de uma vida de mãe, mas de mãe trabalhadora, lavadeira e sem marido...

Mais do que falar da infância do irmão, Valéria resgata aspectos da vida de uma família do Trabalho em uma pequena cidade do Rio Grande do Sul. O sofrimento que vai das relações e “estripulias” de um filho até a necessidade de trabalho árduo para o sustento da família. Uma fala da

mulher-mãe que fazia de seu *jeito*; do *jeito* melhor para as filhas e osfilhos até o limite de suas forças e possibilidades. Que *gerou* um futuro migrante sem o saber; mas, que perto ou longe, será sempre um filho... “Graças a Deus que a mãe tinha feito isso”.

As irmãs e irmãos se falam. Se *flagram* em pequenas ou em grandes questões sobre o presente, o passado e às vezes sobre o futuro. Assim como Valéria discorreu sobre o irmão João, também Rita pensou e falou sobre o irmão Licurgo. O irmão que migrou com outro irmão – Mário –, ambos com suas famílias: “eles foram primeiro, acho que dois mês que eles tavam pra lá, eles foram conhecê primeiro, e daí vê se ia dá certo, mas só os homem; e daí eles voltaram e daí eles levaram as família; o Mário foi na frente, o Licurgo foi depois, umas semanas depois”. Primeiro o reconhecimento. A volta rápida para levar as famílias. Um na frente, outro atrás.

A influência de um sobre o outro. O irmão Mário definindo a própria migração e a do irmão Licurgo, segundo a irmã Rita:

levando o Licurgo, porque ele, sozinho, não foi capaz de í pra longe, porque ele era muito acostumado com o pai, porque ele ia e voltava, porque de solteiro ele saiu de casa e voltava de novo, e daquele jeito; o pai fez uma casinha aqui pra ele, primeiro ele morava aqui junto e daí ele foi morá sozinho, e não se acostumô, voltô aqui, e o pai fez uma casinha pra ele, que ficava perto desta aqui, porque esta era a casa de meus pais, e depois, por causa da mulher dele, e eu sei lá, é meio desparafusada.

A proximidade com a mãe e o pai teria dificultado um distanciamento – espacial e temporal – entre Licurgo e família materna/paterna. Uma casa próxima a dos pais porque “longe não se acostumô”. Solteiro e casado. O problema foi a esposa, que “é meio desparafusada”. Duas pessoas, para Rita, participaram diretamente sobre Licurgo na *mudança* para o Mato Grosso: o irmão Mário e a esposa Alice: aquele como “dirigente” e esta como “problema”!

Entre a irmã, os irmãos e as cunhadas, a mãe e o pai. Para Rita, o irmão Licurgo tinha e não tinha uma boa relação com os pais: “tinha e também não”. A relação maior com os pais era dela própria:

mas quem era sempre mais chegado com o pai e com a mãe era eu, e sempre dizem que ‘Deus escreve certo por linhas tortas’... E eu também não morava aqui, mas como o Mário e a Alva não queriam ficá aqui, queriam í embora, sei lá se queriam mudá de vida, melhorá ou se era simplesmente pra não

cuidá do pai e da mãe, e daí eu voltei pra cá e daí o pai e a mãe foram morá pra cidade, eles tinha ido, aí fizemo uma casa na cidade e eles foram morá na cidade. Faz vinte e seis anos. E o Mário saiu daqui e foi morá na cidade também, e o Licurgo que morava no interior de Palmeiras [das Missões], numa granja, também veio pra (cá), o pai também deu um terreno e uma casinha pra ele, e daí os dois irmão foram trabalhá, assim, de servente, de construção, e eu tô aqui, até hoje ainda.

“Deus escreve certo por linhas tortas”, asseverou Rita. Os irmãos – com as esposas – foram embora; talvez “pra não cuidá do pai e da mãe”! Na cidade, trabalhavam na construção civil, “de servente, de construção”.

“Faz vinte e seis anos”...

As palavras da irmã *raspam* por questões delicadas, como a possível saída de um dos irmãos de perto dos pais “pra não cuidá” deles. Depois da cidade próxima, os irmãos rumaram para o Mato Grosso. Mas ela, a irmã, permaneceu sempre próxima da mãe e do pai, e ali está “até hoje ainda”.

Distâncias e dificuldades entre o irmão Licurgo e os pais teriam se iniciado antes mesmo do casamento do filho, segundo Rita: “ele saiu de casa (...), o pai e a mãe tava contra o casamento dele, daí ele encrencô com o pai e dali ele saiu de casa e daí logo depois ele casô. Mas depois, então, esqueceram”.

Encrenca com o pai. Solteiro, deixou a família. Casou. Depois, esqueceram. Nem todas e todos. Rita repõe preocupada... A primeira migração de Licurgo se deu por um conflito entre ele e os pais, em especial com o pai. E casa. Longe de casa. No interior de Palmeiras... “Numa granja”.

Depois, na cidade, a construção civil junto com o irmão Mário. Licurgo “sabia lidá com o povo, já sabia como era a lida”, salientou o cunhado Juvenal. “Mas”, complementou Rita, “ele sempre foi muito nervoso, encrenqueiro”. *Encrenqueiro* como “certas pessoa, quando chega a um certo ponto, tem que soltá a corda, não pode segurá, que senão acaba arrebrandando; você acaba segurando daí você perde o pego, né, daí tem que dá corda, até no ponto que dá, né”, discorreu Juvenal.

O homem *virado* cavalo. *Virado* boi chucro. Boi brabo...

Mas, “sabia lidá com o povo”!

Ambos, Licurgo e o irmão Mário, para Juvenal, não mais se interessaram pela agricultura: “não, não queriam mas mexê nestas coisa, eles não; eles ainda eram chegado, mas as mulher não eram”. *Culpa* das mulheres deles!

Antes que Juvenal argumentasse sobre o desagrado das “mulher”

diante do trabalho na roça, a esposa Rita revelou, em um exemplo, o que o marido apontou de relance:

quando o Mário morava aqui, a Alva tinha uma vaca de leite e a mãe tinha uma vaca de leite. A mãe ia buscá um saco de pasto nas costa, a Alva pegava daquele pasto e tratava a vaca dela também. Mas um saco de pasto dava umas quatro boca ali e a mãe que já não era mais tão nova ia buscá o pasto. Mas uma coisa assim não pode dá certo. E aí fazia pão no forno, a mãe fazia o pão dela e daí a Alva fazia o dela. A mãe amassava o pão e chamava: ‘Alva, vô amassá o pão’. A Alva amassava também, daí crescia junto, sabe. Quando a mãe ia fazê fogo no forno, botava os pão na forna: ‘Alva, tô botando os pão nas forna’. A Alva colocava os pão nas forma e trazia aqui e a mãe assava. Depois a Alva vinha e pegava o pão pronto. Mas a Alva que era nova tinha que fazê isso e não a mãe. A mãe ia procurá rama, lenha seca por ali e fazia o pão. A Alva só amassava, trazia aqui e a mãe assava. Mas pelo certo a Alva tinha de fazê isso. E o pasto também. Em vez de ela buscá pasto pra tratá a vaca da mãe também, não, era a mãe que ia buscá o pasto. Não podia dá certo uma coisa assim.

A sogra e a nora. A mãe e a cunhada. O pasto e a lenha. O leite e o pão. Duas vacas de leite. Duas mulheres do trabalho. Uma que “era nova” e a outra que “não era mais tão nova”. O trabalho de uma e a *folga* de outra. “Vinha e pegava o pão pronto”. “Não podia dá certo uma coisa assim”...

Passados mais de vinte anos, Rita narra fragmentos do trabalho da mãe e da cunhada, quando moravam próximas. Fala da roça. Do corte do pasto, da ordenha das vacas, do forno quente que assa o pão. O forno de lenha. Do pão de trigo. Do pão de milho. Da mãe trabalhadeira. Da cunhada *esperta*. Relações de um lugar repostas para compreender a tensão ainda patente, entre *gentes* do sul e *gentes* de longe... Porque, também, a cunhada “não gostava mesmo de trabalhá, e só pensava em vagabundagem”, arrematou Rita.

Preguiça e “vagabundagem”, os *males* das cunhadas são...

Representações do sul sobre *gentes* no Mato Grosso.

Do sul Rita.

3. “E terminô o emprego deles lá”

A *fala* é a produção de uma comunicação que se desenrola em informações. Sobre a migração, falar de si ou do outro é, frequentemente, falar dos lugares em que se está ou em que o outro está. Ou esteve. Ou

estará. Falar sobre a migração – ou sobre as migrantes e os migrantes – é falar dos lugares onde ela se desenvolveu. Não dos lugares em seu sentido toponímico, mas dos lugares das experiências e vivências daquelas e daqueles que migraram.

O trabalho, dentre estas experiências e vivências, assume um papel decisivo. Para familiares e parentes que vivem no sul – em especial no Rio Grande do Sul e no Paraná –, de migrantes trabalhadores em Rondonópolis, discorrer sobre as condicionantes da mobilidade *daqui* para *lá* é, decisivamente, falar do trabalho. Por isto, as informações sobre o trabalho das migrantes e dos migrantes – antes e depois da migração – a partir da *fala do sul*, é uma tentativa de reconstrução de relações nas quais o centro da narrativa é ocupado pela ou pelo *de fora*, o que implica dizer que dois centros simultaneamente são produzidos e ocupados por dois sujeitos em uma única fala: o centro de quem fala e centro de quem é falado. A tentativa parece ser, sempre, a busca da produção de comunicação e de informações de tal forma dispostas, que reduza a distância entre quem fala e quem é falado, principalmente porque quem fala assume certa responsabilidade tanto pela verdade quanto pela outra ou outro *ausente*.

Trinta e dois anos separam Rodrigo da primeira *saída* do Rio Grande do Sul. Mil novecentos e sessenta e oito. Para o Paraná. Paula, uma das irmãs de Rodrigo, sentada próxima à mesa da cozinha da casa da mãe, em uma pequena propriedade a poucos quilômetros do centro de Santa Rosa, já na zona rural, fala do passado como um tempo que vem à memória como se fosse ontem. Da pergunta sobre a saída do irmão para o Paraná, Paula é direta e segura: “aqui não tinha muito futuro, não tinha muito o que fazê”.

A possibilidade de “futuro” estava nas perspectivas de trabalho – “o que fazê”. O trabalho como condição para o futuro. Esvaecidas as perspectivas no lugar – “aqui” – a migração parecia despontar como um caminho “natural”. O caminho do Paraná.

Cercada pelas irmãs e pela mãe, naquele fim de tarde de domingo, Paula parecia condensar em sua fala a opinião de todas, inclusive daquelas que, em mil novecentos e sessenta e oito, nem existiam, as netas ainda crianças e jovens da mãe de Rodrigo: “eu achava que aqui ele não tinha opção de vida, que tinha pouca terra, que não tinha onde trabalhá, também, pelo pouco estudo que ele tinha também, né, e no Paraná era mais opção de emprego, mais trabalho pra ele”.

A “opção de vida” é o trabalho. O trabalho é também a terra. As reduzidas ou inexistentes opções eram condicionadas, ainda, “pelo pouco

estudo”. O Paraná surgia como contraponto porque “era mais opção de emprego”. “Mais trabalho para ele”. Paula se refere a “ele”, ao irmão Rodrigo, pai e marido. A esposa e os filhos pequenos aparecem, assim, como apêndice dele (na segunda saída do Rio Grande do Sul, após o rápido retorno já do Mato Grosso, a referência principal passou a ser à família e, em especial, aos filhos que já buscavam a inserção no mercado de trabalho). Este aspecto apresenta, mesmo sem o querer de Paula, a centralidade que o homem assumia na condução da família e na condição de provedor dos recursos econômicos, devido, também, à baixa ou nenhuma escolaridade da esposa e pela reduzida idade dos filhos.

Paula, ao mesmo tempo em que a noite lá fora vinha rápido, olha sem rumo e se dá conta da distância temporal da fala e o tempo da *saída* do irmão Rodrigo: “é, faz mais de vinte e cinco anos, faz mais ou menos vinte e oito anos, por aí”. “Por aí” é um tempo longe que quase se perde no passado. “Vinte e oito anos”. Naquele momento, ali, onde Rodrigo vivera parte de sua vida, a irmã parecia se dar conta que o tempo voara. Ela parecia descobrir, quase como uma surpresa, que o ontem é mais longe do que, às vezes, se imagina. No breve silêncio que se seguiu, a saudade parecia assumir o centro do eco do “por aí”, “por aí”, “por aí”...

O silêncio² também parecia indicar a unanimidade das posições no momento da migração do filho e irmão Rodrigo. Primeiro para o Paraná; depois para o Mato Grosso. Porque tinham, no momento da partida do irmão para o oeste paranaense, informações de outras e outros que também deixavam o Rio Grande do Sul. O lugar Paraná se colocava como um lugar de futuro. As perspectivas negativas no noroeste gaúcho – “aqui ele não tinha opção de vida” – tinham como contraponto as perspectivas positivas no Paraná – “no Paraná era mais opção de emprego”.

A decisão de partir teve a participação conjunta de Rodrigo e da esposa – “os dois juntos” –, completou Paula. Sem resistência da família de Rodrigo.

“Sim, foi isso aí”...

A cunhada (Henriqueta) e o irmão (Chico) de Ana, no Rio Grande do Sul, falaram das condicionantes que teriam levado a migração da família de Ana do Paraná para Panambi e dali para o Mato Grosso. Henriqueta, para a migração do Paraná para o Rio Grande do Sul, foi enfática sobre o motivo da *mudança*: “por causa de serviço, por causa de serviço aqui, né”. A referência ao trabalho. Mas ao trabalho no lugar de destino – “por causa de serviço aqui”.

Nesse primeiro momento, possíveis problemáticas postas no lugar de origem – no Paraná – não aparecem. Henriqueta – de maneira bastante rápida – prima por uma condicionante de “atração” e não de “expulsão”. Dois aspectos poderiam ser elencados para explicar a “posição” da cunhada de Ana: o desconhecimento de possíveis motivos postos no lugar de origem – no Paraná – ou o esquecimento. Um terceiro, no entanto, parece ser importante: Henriqueta sempre viveu no Rio Grande do Sul, o que poderia ensinar a consideração sobre um componente positivo do lugar – “serviço aqui” – que, indiretamente, leva a inferência de não-serviço lá.

O irmão – marido de Henriqueta – que morou parte importante da vida no Paraná, próximo da irmã e do cunhado, acabou por acentuar uma condicionante no lugar de origem:

eu sei o motivo, o motivo lá foi o seguinte: o motivo lá que ele trabalhava numa serraria e aquela empresa abriu falência, abriu falência e terminô o emprego deles lá, né. Como se diz assim, ele como braço direito dos home e tal, foi tudo, ele foi um cara muito bem visto, até hoje é bem visto, mas eu não posso, como se diz assim, dizê isso, mas a firma lá faliu e deve tá hoje lá o patrimônio tudo abandonado lá, né, que já não deve tê, tá tudo enferrujado, como se diz, né, tá tudo... E ele acabô optando: ‘olha, eu vô descê lá pro Rio Grande’, né, e veio pra cá.

Diferente da esposa, Chico acentua uma condicionante posta no lugar de origem – e não no destino – para a migração de Ana, o marido e os filhos, do Paraná para o “Rio Grande”. Com a falência da serraria a opção foi a migração – “abriu falência e terminô o emprego deles lá”.

A situação posta no lugar de origem – sem emprego – se apresentou de tal forma problemática que se transformou em condicionante de estímulo à mobilidade. Três momentos definem o processo: a estabilidade antes da falência da serraria; a falência e o desemprego; e a migração da família. Um processo que redundou em uma opção: “ele acabô optando: ‘olha, eu vô descê lá pro Rio Grande’”.

A opção para trabalhadoras e trabalhadores, no entanto, é sempre relativa: a opção tende a ser colocada entre situações que possibilitem – entre optar por uma situação ou por outra, ou entre mais de duas – certo grau de *semelhança* entre o que é optado e o que é rejeitado. A opção, para Amaral (marido de Ana, migrante do Paraná para o Rio Grande do Sul e dali para o Mato Grosso, e, depois, retorna para o Rio Grande do Sul, já separado da esposa), Ana e a família, não mais estava colocada – com a falência da serraria – porque o “optar” em ficar no Paraná redundava

na reprodução de condições extremamente difíceis – “terminô o emprego deles lá”. Entre o desemprego no lugar de origem e a possibilidade de emprego em lugar de destino, parece não haver opção, mas uma imposição de circunstâncias que levam à migração.

O falência de empresas e o desemprego nem sempre redundam na migração dos principais atingidos – donas ou donos e empregadas ou empregados. Reforça, no entanto, a tendência à migração para aquelas e aqueles que têm – ou tiveram – informações e contatos com outros lugares. Este parece ser o caso de Ana e família para a migração do Paraná para o Rio Grande do Sul. O marido – antes do casamento – morava em Panambi e, com a falência da serraria e o desemprego, retorna para o lugar de onde saiu.

A migração acaba se processando, grandemente, para o lugar de onde se tem as maiores e melhores informações. A vivência de marido em Panambi – antes do casamento – certamente foi fator preponderante na decisão de retorno, agora envolvendo toda a família. Por outro lado, se a questão da opção torna-se problemática porque a igualdade das condições não existe entre lugar de origem e lugar de destino, a própria opção poderia se colocar entre possíveis lugares de destino; ou seja, a opção se colocaria na “escolha” do melhor lugar entre lugares outros que não o de origem. A opção, aí, seria possível. No entanto, as informações e contatos com os lugares participam das relações que os sujeitos estabelecem aqui e ali, o que implica que nem todos os lugares são “acessíveis” para a opção da migração potencializada. O retorno de Amaral e família para o Rio Grande do Sul, por isso, esteve longe de ser uma mera opção, mas foi definida por circunstâncias pessoais, familiares, profissionais, econômicas e simbólicas – voltar para a terra natal.

Se a migração do Paraná para o Rio Grande do Sul teve como centralidade a falência da serraria e o desemprego, a *mudança* do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso parece não ter sido motivada – apenas – pela condicionante econômica. Pelas falas da cunhada e do irmão, parece se colocarem – implicitamente – elementos subjetivos bastante fortes para a mobilidade. A cunhada asseverou que “ela [Ana] fez bastante a cabeça dos dois [de Ana e do marido] pra í pra lá”. O entendimento de Henriqueta é que a insistência de Ana – junto ao marido – teria se colocado como fator de destaque para a decisão e a efetivação da migração. Esta insistência, entretanto, teria sido um desdobramento da influência de uma prima – também casada – que, junto com o marido, planejavam a *mudança* para o Mato Grosso. Hoje a prima e seu marido – principais motivadores da

migração de Ana e família para o Centro Oeste –, inclusive, já teriam retornado para o Rio Grande do Sul: “é, hoje ela tá aí de volta, né”.

Foi, no entanto, o irmão que mais se ateve na explicação das condicionantes que teriam levado a irmã e família a migrarem para o Mato Grosso:

ai, agora tem, tem, tem, sei lá, duas causa no meio disso aí... Foi uma coisa assim, vamo dizê, assim, ele tava trabalhando na Kepler-Weber aqui, né, trabalhô anos ali, né; é, mudá de vida, cada um tem aquele dom de um dia querê mudá: ‘não, vamo melhorá um pouco, né’, daí resolveram de saí daqui. Foi uma carreta carregada de móveis, tudo ali, né, foram os dele e da outra família ali, né, que é prima dele, né, daí eu sei que foram pra lá.

O irmão demonstra que havia certa estabilidade econômica e profissional para o cunhado – marido de Ana – no lugar – “ele tava trabalhando na Kepler-Weber aqui, né, trabalhô anos ali”. A estabilidade, no entanto, não teria sido suficiente para a permanência no lugar, pois, se garantia a reprodução das condições sócio-econômicas, não apresentava perspectivas para uma mudança significativa destas condições. A situação no lugar – e sem dúvida a relação com o casal de primos que intencionava migrar para o Mato Grosso – conduziu à migração como uma possibilidade de “mudá de vida”, porque “cada um tem aquele dom de um dia querê mudá: ‘não, vamo melhorá um pouco, né’, daí resolveram de saí daqui”.

O irmão apresenta um interesse particular e específico de Ana e da família na *mudança* para o Mato Grosso – “mudá de vida” –, que também se coloca como um componente geral, para todos: “cada um tem aquele dom de um dia querê mudá”. Este aspecto estabelece – para o irmão – um componente ontológico para o ser humano: “querê mudá” – para melhor, é claro. O “querê mudá” não no sentido de *mudança* de um para outro lugar, mas de condições de existência não boas para condições melhores. Para a irmã e família, naquele momento, a migração para o Mato Grosso se colocava como uma possibilidade para “querê mudá” – uma *mudança* de lugar que poderia redundar em uma mudança das condições de existência.

A migração de Ana e da família para o Mato Grosso, segundo a cunhada, teria tido a resistência da mãe de Amaral: “a minha mãe [a cunhada é irmã do ex-marido de Ana] já não queria que eles fossem, né, mas achavam que lá era melhor, né?” O peso da posição da sogra certamente foi grande sobre a decisão de *mudar* para Mato Grosso, ainda considerando que o lugar colocava-se extremamente mais distante se comparado ao

Paraná – lugar da família de Ana antes de Panambi.

O sentimento materno – de mãe – tanto em relação ao filho quanto em relação aos netos, tende a condicionar posições semelhantes a esta da mãe de Amaral. No entanto, não foi suficiente para impedir a migração. Isto parece explicável fundamentalmente porque a decisão e a partida se desenvolvem muito particularmente entre os envolvidos diretos na mobilidade – entre aquelas e aqueles que efetivamente pretendem a *mudança*, e migram.

Vários fatores condicionam a migração...

Mas, *grosso modo*, ela é sempre resultado de uma decisão em que a participação de outras e outros é considerada – pelos sujeitos que migram –, mas não decisiva. Esta posição assumida pelas migrantes e pelos migrantes é, por outro lado, parte de um comportamento que pretende retirar de outras e outros não apenas o poder de decisão, mas também a responsabilidade sobre os “resultados” da *mudança*. “Bônus” ou “ônus” da decisão, *mudança* e novas relações no lugar de destino são arcados – positiva ou negativamente – pelas migrantes e pelos migrantes, que já se fazem presentes no lugar de origem no momento da definição em deixar o lugar e *partir* para outro.

4. “Mas ela não ia segurá eles ali”

A migração é resultado de uma decisão. A decisão de *partir*. No “trâmite” da decisão há o envolvimento daquelas e daqueles que apresentam a intenção de migrar e também daquelas e daqueles que ali ficarão. A posição destes é sempre ouvida; geralmente, no entanto, as palavras *caem no vazio*. Falar ou opinar sobre migrar ou não é parte das relações ali construídas. A decisão, contudo, é sempre de quem está para *partir*.

Mãe *vê, ouve e sente* as filhas e um filho falando sobre a migração de Rodrigo. Talvez, no íntimo, pense no marido, que morreu há quatro anos. Junto com as filhas, todas de meia idade, parecem formar um matriarcado. Um bonito matriarcado. Depois de uma pergunta, a mãe fixou o olhar sobre os presentes e falou da escolha de Rodrigo em migrar; uma escolha que também estaria relacionada a um cuidado: “bom, acho que nós achava que se ele gostava de í, cada um tem que escolhê, cuidá de sua vida, né”.

Escolher para cuidar. Escolher um caminho.

Para a irmã Paula, as diferenças entre as condições de sua família e a de Rodrigo explicariam, de alguma forma, porque estes migraram e aqueles

não: “é, nós já tinha aqui, casa própria, tava colocado já, né, aqui nós não tinha, assim, vontade de saí daqui”. A propriedade – mesmo que pequena, como uma casa própria – tende a ser um componente importante para a fixação. Conjugado ao trabalho – “tava colocado já” –, este aspecto pode definir o ficar ou o mudar. E, a partir destes dois elementos – propriedade e trabalho –, para a migração, deve se colocar também a vontade que, para Paula, no momento da mudança do irmão, não tinha “vontade de saí daqui”.

Propriedade, trabalho e vontade. Elementos lapidares para o ficar ou para o partir. Para Paula, na virada da década de sessenta para a de setenta do século vinte, “era melhor a gente ficá aqui”.

A vontade em migrar também pode ser parte da liberdade. A liberdade da escolha. Sempre relativa, é verdade. Arminda disse que a partida do ex-marido João para o Mato Grosso deu-se, também, como um ato de *liberdade*: “mas eu, né, não podia fazê nada, né, ele era livre, não podia, só por causa do guri [Ricardo, filho], né?” Arminda não poderia *segurar* ninguém no sul. Primeiro porque era o *ex-marido*; e segundo porque ele era “livre”. A decisão parece ser, segundo ela, também um ato de escolha.

João “tinha um cunhado que morava lá”, salientou Valéria, a irmã. A decisão de *mudar* coube ao irmão, mas teve, indiretamente, a *aprovação* da irmã:

eu pensei que na época seria bom pra ele, porque aqui, aqui no Rio Grande do Sul, ele não tinha assim oportunidade de emprego, ele sempre tava sem o que fazê, ele tentava bico aqui, bico ali, nada assim muito fixo, ele realmente passava mais tempo sem trabalhá do que com emprego, um trabalho, e quando surgiu essa oportunidade, eu achei que seria bom, e até vejo assim que foi bom, que foi bom pra ele, porque ele foi pra lá, conseguiu montá a officininha dele; eu acho que ele não conseguiu economizá mais, de mais alguma coisinha porque ele é bastante gastador, e se [soubesse] dirigir melhor a vida dele, ele estaria melhor.

A *mudança* “seria bom pra ele”. As dificuldades de trabalho no Rio Grande do Sul, segundo a irmã Valéria, influenciaram a *partida*. Fazendo “bico aqui, bico ali”, o surgimento da “oportunidade” de trabalho no Mato Grosso poderia possibilitar certa estabilidade profissional. Lá, João “conseguiu montá a officininha dele”. Economizar, nem tanto, “porque ele é bastante gastador”. E, para estar melhor, o irmão deveria “dirigir melhor a vida dele”. Talvez, ter mais tino para os negócios. Racionalizar capitalisticamente. Porque “dirigir melhor a vida” é, neste caso, ascender economicamente. É ter. Ter e mostrar³...

Mas, João gosta mais de pescaria!

Assim como Valéria, também a mãe e os outros irmãos pensavam que a ida de João para o Mato Grosso poderia ser “o melhor pra ele”: “todos pensaram da mesma forma, pensaram que era o melhor pra ele”. Porque, também, os lugares podem chegar a uma exaustão para algumas e para alguns. “Naturalmente”, estas e estes devem *partir*...

Sabe, quando você tem aquela idéia assim, que você tá muito tempo num lugar e você nunca consegue nada, nunca consegue um trabalho, nunca consegue, sempre tá naquela mesma coisa, e eu sô [da opinião] que tem que parti pra outra coisa, pra outro lugar, sei lá, uma coisa que te dê novas chances, novas expectativas, sei lá, eu penso assim, né?

Frisou Valéria. *Sempre na mesma*, “naquela mesma coisa”, a tendência do irmão, para Valéria, era *partir* para “novas chances, novas expectativas”.

O irmão João *partiu* em busca de “novas chances, novas expectativas”. Mesmo com isto, de acordo com a irmã, ele não acabou influenciando outras pessoas da família – “de jeito nenhum”:

porque ele era não, ela não era meio assim, como é que eu vô te dizê, ele não era muito apegado à família, entende? Ele passava bastante tempo longe, passô uma boa parte da vida dele assim, não era tão longe, mas longe da família, é o que eu quero dizê, em Tucunduva, em outros lugares assim, ele passô bastante tempo longe; então a gente já tava bastante acostumado com a distância, ele não tinha aquele apego familiar, aquela coisa assim.

Um irmão não “apegado à família”, que passava “bastante tempo longe”, parece ter produzido o próprio *acostumar-se* “com a distância”. Migrar para mais longe, como para o Mato Grosso, parecia fazer parte de um *modo* de ser de João. “Aquela coisa assim”.

Diferente dos familiares de João que *ficaram*, os familiares de Bibiana – principalmente as irmãs – “achavam um absurdo” a *mudança* do pai, da mãe e de duas irmãs para o Mato Grosso. Segundo Rosa:

elas [as irmãs que ficaram] não gostaram muito, né, de início, né, tanto é que a minha irmã Lúcia, eles casaram num dia e no outro nós fomos embora pro Mato Grosso... Pra ela chorá... ‘É, foi bom eu ter ficado’... Daí o pai e os solteiro vão embora comigo, né. Até hoje assim, elas achavam um absurdo tanto que elas, elas fizeram com que o pai e mãe voltassem pra cá, né, principalmente a [irmã] de Catuípe, né, e elas forcem ele í pra

lá resolvê os negócio e esquecê que existe aquele lugar, né; por elas, é que também elas tem a vida própria aqui, né, achá que lá é melhor, nunca iam acha, né?

Uma das irmãs – Lúcia – viu seus pais e irmãs migrarem um dia após o próprio casamento: “eles casaram num dia e no outro nós fomos embora pro Mato Grosso”. Chorou. “Um absurdo”. Convenceram a mãe e o pai para voltarem. Gostariam que o pai *esquecesse* “aquele lugar”. A vida das irmãs é o Rio Grande do Sul, por isto “nunca iam achá” positiva a *mudança*.

“O que eu vô dizê?” Foi o que disse Rita, irmã de Licurgo, depois da pergunta sobre o que ela e os demais familiares pensaram quando da decisão da *mudança* do irmão para o Mato Grosso, junto com o irmão Mário. “O que eu vô dizê... Não sei... Só sei dizê que o pai e mãe tavam contra, que queriam que eles ficassem por aqui; por eu, o que que eu ia dizê? Não iam muito com a minha cara naquela época, então, não vinha aqui, o que que eu ia dizê?”

Mas, disse... “Que o pai e mãe tavam contra”. Que os irmãos “não iam muito com a minha cara naquela época”. “Que não vinha aqui”...

Então, “o que que eu ia dizê?”

Fala pelo pai e pela mãe que já morreram. Em especial, fala por ela. De certa mágoa; não pela *partida*, mas porque eles “não iam muito com a minha cara” e porque “não vinha aqui”. A migração separou o já *separável*. Contudo, não fez desaparecer o passado. Um tempo de proximidade e ao mesmo tempo de distância. A migração parece apenas ter feito da distância-próxima, entre Rita e Licurgo, a distância-longe.

E também porque a opinião das e dos que ficaram, para Rita, pouco ou nada influenciaria na ida para o Mato Grosso. Nem do pai e nem da mãe:

que fossem pra melhorá de vida, então que fossem; mas se fosse meu filho ou minha filha, eu não ia gostá que fosse longe, como o pai e mãe também não queriam aquela vez que eles fossem... Agora, o dia que este aqui saí de casa [referindo-se ao filho mais novo, que estava ao lado], eu não sei o que vai sê de mim.

Licurgo era irmão. Sentiram mais a mãe e o pai a *partida*. Exprime o sentimento dos pais em relação aos irmãos que *partiram* a partir de uma possível migração do filho, sentado ali próximo da mãe. Porque, “o dia que este aqui saí de casa”, sentenciou Rita, “não sei o que vai sê de mim”.

Licurgo, a esposa e os filhos não ficaram nem mesmo pela insistência dos pais dele. “Eles foram igual”. Foram, no entanto, *embalados* por uma outra “conversa”: “foram na conversa do Mário e foram com ele”. O irmão “mais velho”.

Sobre a posição da família de Alice, esposa de Licurgo, que “morava em Santana”, “isso nem ligavam, pai ela já não tinha mais há muitos anos; isso é uma gente assim, eles nem ligavam”, salientou Rita. “A velha [mãe de Alice] acho que tinha uns doze quinze filhos, um aqui e outro ali, nem ela nem sabia onde moravam”. “Uma gente assim”, como complementou Juvenal, que “trabalhava de dia pra comê de noite, tanto fazia: vivê ou morrê”. Se “tanto fazia: vivê ou morrê”, parece também certo dizer que *tanto fazia* onde as filhas e os filhos vivessem, “um aqui e outro ali”.

Contudo, para Rita, o *descolamento* de Alice da família parece não ter sido fundamental como ponto de convencimento de Licurgo para a *partida*: “ela eu acho que não, ela acabô concordando, né, de í com o marido, mas o Licurgo foi por causa do Mário, porque ele [Mário] não foi capaz de í sozinho”.

Os dois irmãos – Licurgo e Mário – já tinham uma relação importante em lugares e no trabalho que desenvolviam, ao mesmo tempo em que a migração parece que já fazia parte das *perambulações* de um e de outro:

ele [Mário] ia , como eu já disse, era solteiro e saiu de casa e voltô, depois de casado ele foi morá na vila, lá pra cima, acabô voltando pra cá, numa casinha separado; e depois não deu mais certo, então, daí ele foi embora, foi morá na cidade, o Mário. Daí o Licurgo veio de lá do interior de Palmeiras também, e daí eles trabalharam por ali, e, não sei, um ano ou mais, e daí resolveram de í embora.

Do campo para a cidade. Do assalariamento rural para o urbano. Profissionais da construção civil. Até que “resolveram de í embora”. Rita conclui: “eu acho que ninguém tinha nada a vê com isso, né, e ele que vai vivê a vida dele, né, se é pra melhorá... Mas, eu acho que ele não tá muito bem lá em cima, tá com problemas na família lá, não tá muito certo”. Ao lado do “ninguém tinha nada a vê com isso”, a irmã Rita do sul é ainda mais contundente: “com problemas na família lá, não tá muito certo”. Mesmo distante, Licurgo continua sendo irmão.

A família de *cá* como parte da família de *lá*.

O pai e a mãe de Antônio, assim como de Licurgo, já faleceram. Não mais falam. Os filhos, em especial, apenas podem falar por eles. Horácio,

que acompanhou mais de perto a mãe em seus últimos momentos de vida, falou também pelo pai sobre o que pensavam, no final dos anos sessenta, sobre a *mudança* de Antônio para o Mato Grosso:

eles acharam que se fosse pro bem dele, né, ele tinha a mentalidade dele, formada já, né, eles achavam que ele devia sabê o que fazia, né, que aqui mesmo não tinha mais um futuro muito promissor na região, né, tudo pequena propriedade aqui, né, ali só pessoa bem estudada, né, ou que tivesse o próprio negócio, né, e nós também era pequeno produtor, né, era uma pequena propriedade, não era muito grande, e em função disso muitas pessoas saíram assim, né?

Ali, no lugar da mãe e do pai – “na região” –, o *futuro* parecia longínquo e inacessível. Um *futuro* pouco promissor: “não tinha mais um futuro muito promissor”. “Tudo pequena propriedade aqui”. O *jeito* era partir, também porque “muitas pessoas saíram assim”. Na perspectiva do pai e da mãe, Antônio apenas refazia o *caminho* da estrada como ambos o fizeram do Rio Grande do Sul para o Paraná. No fundo, parece que o filho seguia um velho e conhecido ritual. O *ritual migratório*.

A quase “naturalização” do processo pode esconder a angústia, a aflição e a preocupação pela *partida* de filhos. Horácio salientou que “os pais sempre sentem quando sai um filho, né, sê preocupa, né; a gente já tinha uma irmã que morava no Paraguai, e sempre, os pais, em pensamentos, sempre estão presente na vida, né, eles se preocupam bastante”. Os filhos são partes dos pais. A migração pode dissolver a proximidade e provocar a saudade. Estende o “cordão umbilical” para além do espaço visível. Filhos e pais “alimentam-se” reciprocamente. “Em pensamentos”. E Antônio apenas representava parte da distância; outra parte – uma irmã – já morava no Paraguai.

Na decisão de Ana e o marido em mudar do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, a participação dos familiares e parentes – principalmente do marido, que vivia em Panambi – foi uma constante. A sogra de Ana – mãe de Amaral –, segundo a esposa do irmão que vive no sul, apresentava grande resistência à *mudança* do filho, nora e netos: “ela falô, mas ela não ia dizê que não era pra í, né, pela opinião dela ela queria que eles não fossem, mas ela não ia segurá eles ali, né?”

Entre o *não querer* da mãe, da sogra e da avó e as expectativas produzidas sobre a *mudança*, preponderou a última. Mesmo como mãe de um dos sujeitos envolvidos na perspectiva de migrar, a sogra de Ana

parecia ter claro que a sua opinião – mesmo sendo ouvida – pouco refletiria na decisão última sobre *ir* ou *ficar*, porque não possuía o poder de “segurá eles ali”.

Henriqueta – a cunhada de Ana – disse que “eu naquele tempo era bem nova”. Já o marido – irmão de Ana – observou que “aquela época aqui a recém a gente era casado, né?” O fato de serem “bem nova” e “recém a gente era casado”, certamente reduzia neles a possibilidade e importância de interferirem na decisão de *mudança* de Ana e família. Deve-se considerar, no entanto, que o “recém” casamento de Chico e Henriqueta colocava, para eles, questões em que a constituição da família assumia a centralidade naquele momento.

As expectativas de Ana e o marido, que se construíam com a eminente migração, passavam a largo dos problemas que para o recente casal se colocavam. Isto parece ter sido tão forte que em nenhum momento Chico e Henriqueta cogitaram a participação na *mudança* ou mesmo a migração para o Mato Grosso em anos posteriores. A fala de Chico é elucidativa neste sentido:

não, eu nunca pensei a, vai subi pra lá, ou vai, vai, vai se dá bem, porque cada um qué se dá bem na vida, né, e uma coisa assim que, nessas alturas o que ia dize, né, se adivinhasse que iam se dá bem eu também iria junto, né [risos]. Hoje, hoje, hoje em dia, né, se eu soubesse que era o paraíso também lá, né, acho que eu teria ido pra lá também, né?

O trecho acima é categórico na afirmação de que “nunca pensei” em “subi pra lá”. Este aspecto – aparentemente sem importância – possibilita o entendimento de que pessoas próximas a outras e outros que migraram, pouco ou nada são “atingidas” pela decisão de *partir*, que poderia provocar também nelas expectativas nesta direção. Ao contrário, os *barcos partem e os moradores tocam normalmente as suas vidas como se ali nem barcos e rio existissem...*

Nem *vento...*

Isso não significa dizer que as lembranças, a saudade e a vontade de visitar e ser visitado sejam insignificantes para quem *fica* e para quem *parte*, mas apenas que para aquelas e aqueles que no lugar de origem continuam, a própria vida vai seguindo seu curso “normal”. A “regra” para quem *fica* – diferente de quem *vai* – é o “imóvel”, e não a mobilidade.

E tem aquela ou aquele que “vai, vai, vai...”. “Vai se dá bem”. Vai embora. Porque, para Chico, “cada um qué se dá bem na vida”. Migrar ou

não migrar fazem parte deste querer “se dá bem”. O *partir* ou o *ficar* que dependem de “cada um”. Por isto, a decisão é tão pessoal. Ou tão familiar. Claro estava para o recente casal – irmão e cunhada de Ana –, no momento imediato ao casamento, que o *ficar* representava condição para “se dá bem na vida”.

A última parte do excerto da fala acima pode ser entendida como a produção de dúvidas sobre as reais possibilidades de confirmação das expectativas – positivas – que se colocavam para a migração de Ana e família. Não era possível adivinhar se as condições que seriam encontradas no Mato Grosso seriam boas; portanto, o “se adivinhasse que iam se dá bem eu também iria junto”, é antes um recurso discursivo do que a intenção de apontar que no momento da migração da irmã e família haviam possibilidades reais para a participação do irmão e esposa na *empreitada* migratória.

Recurso semelhante é produzido na posição atual assumida por Chico sobre a possibilidade de migração para o Mato Grosso, quando asseverou que “hoje em dia, né, se eu soubesse que era o paraíso também lá, né, acho que eu teria ido pra lá também”. O irmão sabe – e isto implicitamente demonstra – que as relações desenvolvidas pela irmã e família no Mato Grosso não redundaram na melhoria de vida a curto ou a médio prazo, logo após a migração, e também que nos dias atuais as condições de existência no Mato Grosso não parecem mais atraentes que as postas no lugar onde vive. A condição de trabalhador no sul – de trabalhador formal com carteira assinada e autônomo – em nenhum momento parece ter suscitado um maior desejo de *mudança* para outro lugar, mesmo sabedor da migração e das expectativas positivas sobre o Mato Grosso construídas pela irmã e os seus.

5. “Trabalhá lá e fazê o futuro deles”

A migração tem nas *redes sociais* um sustentáculo importante. Sair de um lugar e ter alguém à *espera*, em outro, pode ser a condição para a mobilidade. Familiares e parentes longe, principalmente, podem vir a motivar a perspectiva de migração, atuando como fator decisivo no estímulo para a produção da ou do migrante. Tem, aí, a gênese da *transitoriedade migratória*. Esse estímulo tende a se dar pelos contatos entre as *gentes* dos lugares, mas são mais decisivos quando das visitas *para lá* ou *para cá*, em especial quando *gentes daqui* “conhecem” o lugar de *lá*. Quando a *origem*

penetra, amiúde, no *destino*.

É a “concepção”.

Um contato pode vir de um casamento. Foi assim que os pais de Rosa – irmã de Bibiana – viram-se prenhes à *mudança*, influenciados pelo irmão que já morava em Rondonópolis: “eu acho que sim, né, não sei, porque aquilo que eu vi ná época, assim, a mãe e o pai foram pra lá no casamento de meu irmão, daí eles voltaram de lá, meu pai já com aquela cabeça virada, até que ele vendeu aquela terrinha que ele tinha aqui no sul, né, e quis í pra lá de qualquer jeito, né”, discorreu Rosa.

O pai voltou, depois do casamento, “com aquela cabeça virada”. Vendeu a “terrinha”. “Quis í pra lá de qualquer jeito”. Uma migração *negociada* entre pai e filho. O filho empresário – em ascensão. O pai pequeno agricultor – em dificuldades.

Para Licurgo – e o irmão Mário – a *migração* teve como preâmbulo a *negociação* com um “granjeiro” – ou um fazendeiro. Segundo Rita:

de trabalhá de empregado pra um granjeiro lá, diz fazendeiro, né, aqui é granjeiro, nem que é a mesma coisa. Mas, se é para mim deixá de morá aqui na terrinha que é minha, pra trabalhá de empregado, não, a gente não vai. Então a gente fica aqui, o que nós colhemo é nosso, não é do patrão. Aqui nós mesmo somo patrão... E se não dá certo? Como aconteceu com eles, não deu certo, não se acertaram, e daí. O Mário, ele foi de uma fazenda pra outra.

“Trabalhá de empregado pra um granjeiro lá”. A irmã acabou repondo um aspecto da cultura, do trabalho e do modo de vida camponês: a autonomia, mesmo que relativa. “Aqui nós mesmo somo patrão”...

Para os irmãos, no Mato Grosso, “não deu certo”.

Do rural para o urbano, segundo Juvenal: “alugando uma casinha e poupando um dinheiro pra comprá uma casinha, cada um tem um terreno que é deles, né, mas ali é difícil, né, pra chegá e mantê uma casinha, né, vai pagá toda a vida aluguel, né; eles foram daqui pra lá...” E “não deu certo”. No sul, antes da *mudança*, “venderam as casinhas dele aqui”, salientou Rita. “Sim, eles venderam, mas não deu que chega pra comprá lá, né”, observou o marido Juvenal.

A primeira ida foi para conhecer o lugar. Fechar o contrato com o fazendeiro: “sim, o Mário, eles foram só com a roupa, o que conseguiram levá, e quando o Licurgo foi, ele levô as duas mudança no caminhão, eles foram morá na mesma fazenda”, disse Rita.

Foram...

Mas:

quem queria í embora era a mulher do Mário, queria... [Silêncio] Ela não queria mais ficá por ali, queria... Trabalhá numa granja também ali, as mulher geralmente não trabalham muito, só fazem comida pros emprego, e ela é daquelas... e não queria mais ficá aqui, o pai e a mãe tavam ficando velho, e era só eles que tavam ali perto, e daí queriam se livrá dos velho. Daí, foram pra cidade e depois foram pra cidade. Na cidade conheceram – acho que é de Não-Me-Toque essa gente –, que trabalhava num escritório, e se envolveram com eles e daí foram pro Mato Grosso... Mas a culpada disso tudo é a Alva, a mulher do Mário.

A responsabilidade da cunhada pela migração. Porque “não queria mais ficá aqui” e “se livrá dos velho”. Do sogro e da sogra.

Ricardo, filho de Arminda e de João, primeiro foi visitante. Depois migrante. A mãe, em Santo Ângelo, disse que:

ele foi bem depois [do pai], ele tinha treze anos quando o João mandô buscá ele pra passeá lá, aí ele foi e gostô muito de lá, ficô um tempo e veio; depois voltô de novo e ficô morando lá, trabalhô ali no posto junto com ele, voltô pra casa de volta, e assim ele tava, e a última vez que ele veio agora ele veio por causa do quartel, né, que era a época de ele comparecê, aí ele pegô a terceira e resolveu voltá pra lá de novo. Tã lá há quatro anos.

Entre as *idas* e *vindas*, a *mudança*. A mãe no sul, o filho longe: “melhor, achei muito melhor lá porque tava junto com o pai dele, trabalhando junto, aprendendo a profissão que o pai dele tem, e aqui tava muito difícil, sem serviço; sabe como é, né, rapaz, adolescente, e a gente solito não é fácil; então me acalmô”.

Com o filho perto do pai, a calma. E o improvável retorno: “o Ricardo, que tinha vontade de vim pra cá e abri aqui uma oficina pra ele, mas pra isso tinha que tê um pouco de capital, né?” Sem “capital”, a imobilidade. A permanência no Mato Grosso. Para a mãe, uma permanência que se resume no trabalho e na possibilidade de um futuro melhor: “é, trabalhá lá e fazê o futuro deles, né?”

Lá, um lugar de futuro.

Aqui, sem capital, é também o lugar da não-perspectiva.

De não-futuro.

1 Em passagem de Sylvania Dantas DeBiaggi (2004, p. 160), analisando o retorno de famílias brasileiras dos Estados Unidos, constata-se que a distância temporal entre quem migra e quem fica tende, pela saudade, à idealização das relações passadas: “Tendo passado muitos anos longe do contato freqüente com os parentes, os aspectos negativos e difíceis dessa relação ficaram amortecidos pela distância e idealizados pela saudade”.

2 De acordo com Bela Feldman-Bianco e Donna Huse (s/d, p. 30-31), sobre a imigração portuguesa para os Estados Unidos, as *falas* dos imigrados são “Permeadas por *silêncios, amnésias, sombras e moldadas por condicionamentos múltiplos*”, assim, “as reminiscências de imigrantes, certamente, constituem uma mediação simbólica através da qual o significado é construído”.

3 *Mostrar* o que se tem e o que se ganha quando se *volta* para o lugar *deixado*, em grande medida, participa da cobrança de familiares e parentes sobre quem migrou. A questão se agiganta quando não há o que *mostrar*, reflexo da não ascensão sócio-econômica no novo lugar. Daí, contra o constrangimento, a não mais *ida* ou o maior espaçamento entre as visitas acaba sendo um mecanismo de defesa. Sobre a questão, em relação a retornados brasileiros dos Estados Unidos, ver Sylvania Dantas DeBiaggi (2004, p. 159).

CAPÍTULO 6

Fazer-se próximo pela experiência

1. “Eu me criei no Paraná”

Os lugares, a memória e as representações das *gentes* da migração, para quem *ficou*, formam-se e produzem-se na *relação* mesma daquelas e daqueles que ficaram com aquelas e aqueles que partiram. Compõem, nesse sentido, *partes* da própria vida dos que falam – *narram* –, dos lugares *partes* da vida de quem partiu. Falar sobre os lugares e sobre as *gentes* – em especial daqueles que partiram – é, de uma ou de outra forma, falar de *partes* da própria vida. Essas *partes*, aqui, em conexão íntima com as vidas dos familiares e parentes que agora vivem em outro lugar.

São as relações que se desenvolveram durante a convivência mais próxima – no passado – que definem, grandemente, as relações que passaram a se desenvolver – ou ainda se desenvolvem – após a migração. Ou seja, as relações entre o *antes* e o *depois*, mesmo sofrendo brusca mudança em seu sentido “pragmático” – de relações efetivamente mais próximas para relações mais distantes –, tendem a dar continuidade à agruras, tensões e conflitos ou a relações de confiança e solidariedade – umas e outras não subtraindo dos sujeitos *daqui* e de *lá* a condição de familiares ou parentes.

As relações, assim, como parte do movimento das próprias vidas, que a partir da migração “correm” em lugares diferentes, vão se modificando e se *adaptando* às especificidades dos lugares e dos momentos. E para isso concorre um aspecto ontológico à migração: a *mudança*, que, de *gentes* de um para outro lugar, manifesta-se nos lugares como mudança destes próprios lugares nos quais suas *gentes* mais ou menos participam, tanto nos lugares de *cá* quanto nos lugares de *lá*.

Lugares *deixados* e lugares *chegados*. Em um destes lugares – no Rio Grande do Sul – mora e vive o irmão, a cunhada e os sobrinhos de Ana, ou o filho, a nora e os netos de Maneco, ou o tio, a tia e os primos dos filhos de Ana. O inverso também se mostra pautado sobre cada uma das relações possíveis: para o irmão, vivem no Mato Grosso a irmã, o pai e os

sobrinhos; para a esposa, a cunhada, o sogro e os sobrinhos; para os filhos, a tia, o avô e os primos...

As mesmas pessoas, mas que têm suas relações e representações definidas pelo *status* familiar que ocupam, para cada uma ou um dos que ficaram – para os que partiram – e dos que partiram – para os que ficaram. Portanto, o irmão tem a irmã, o pai e os sobrinhos no Mato Grosso, e é deste ponto de partida que a fala principal se “desenrolou” – porque também a esposa participou, com menor ênfase, da conversa.

Um dos primeiros aspectos da fala de Chico já mostrava que a vida do irmão de Ana se dera em mais de um lugar, sendo ele próprio um migrante em outros momentos: “eu me criei no Paraná”. No Paraná também teria participado, junto com a mãe, o pai e os irmãos, da *mudança* de um para outro lugar: “olha, eu tava com oito anos mais ou menos, quando eu, sabe eu não me recordo assim, mas minha mãe ainda fala ainda hoje que eu tinha oito anos quando fomo de mudança pra Marechal Cândido Rondon [até então moravam em Santo Antônio do Sudoeste, também no Paraná]”.

O excerto já indica que a migração também fora *companheira* do irmão durante seus primeiros anos de vida, assim como anteriormente posto por Ana referindo-se à migração da família, quando pequena. Há um aspecto da fala – aparentemente insignificante – que chama a atenção: “mas minha mãe ainda fala ainda hoje”. O aspecto toma grande expressão na medida em que possibilita a apreensão de que o irmão estabelece – “ainda hoje” – uma relação de intimidade com a mãe que ainda vive no Paraná (apontado por Ana). Portanto, a referência para a migração – para a sua lembrança – se dá pela mãe e não pelo pai – a mãe continuou morando no Paraná, em Pato Bragado, depois da separação com o pai.

A separação da mãe e do pai parece estar intimamente ligada às relações que o irmão – Chico – estabeleceu e estabelece com a irmã e o pai no Mato Grosso; entendimento este que vai sendo construído quando a fala toma rumos bastante “espinhosos” e angustiantes. Ao falar se a separação dos pais fora problemática para ele – o filho –, Chico lentamente vai discorrendo sobre o seu *lugar* nas tramas e nos dramas que envolveram mãe e pai, mas que ele também participara como sujeito central, uma vez que aqui, em especial, é tanto dono da narração como o seu *clímax* culmina em uma questão extremamente complexa para o autor da fala:

foi, foi, foi... Foi uma coisa assim que [a separação]... ai, ai, ai... Como que eu vô te dizê agora... Tu sabe duma coisa, eu vô começá assim, assim por uma coisa mais simples que tinha, que tem, tinha, tinha... Eu, eu era uma

cara que já digo assim, eu tinha meus, sei lá, meus treze anos, catorze anos... Eu... A mãe tirava leite das vaca e botava dentro de um tamborzinho, dentro de uma caixinha e eu amarrava na bicicleta e ó... E eu como era muito, muito sapeca, eu já digo, né, porque lá em Pato Bragado, sabe, eu era uma pessoa assim conhecida de todo o mundo; eu era conhecido, eu era conhecido de todo o mundo... Então eu, eu saía assim, que nem agora aqui, hoje seis hora já é quase noite, eu saía cinco e meia, cinco e meia da tarde e ia distribuí leite, aí tinha os lugar de distribuí leite e tal, etecétera... Mas eu tinha esse meu irmão, tá, que ele era mecânico, que era o Sérgio, né, hoje o Sérgio, e ele gostava de tomá um trago, e eu não, eu era contra isso, eu era contra isso, eu enxergava o meu irmão num bar, eu ficava do lado, eu ficava ali ó, com a bicicleta ali e cansei de levá e chegá na metade da estrada e as vez surá e chegá em casa e dizê ‘mãe, mãe...’, uma coisa assim, né? E levava esse meu irmão sempre, não digo sempre, não todos os dias, só quando eu enxergava ele na festança e tal, né, e eu até era contra, isso faz uns dez anos quando bebi, né, depois eu comecei, é, é, mas que eu comecei assim vamo dizê, dizê assim, a bebida é uma coisa que dá uma tonturinha no cara e tal, e aí eu comecei a aprendê o lado da bebida, né... E eu não gostava daquilo, eu não gostava daquilo: eu era contra. E eu... Tá. Aí eu arrumei um emprego que hoje eu tenho na minha carteira com o Rodolfo, tinha um moinho lá. E eu fui o braço, praticamente o braço direito dele. Eu abria o mercado, abria o moinho, eu fazia tudo, tudo, tudo, tudo lá dentro, olha, era farinha, etecétera, cuidava dali, vai aqui, vai ali, era o braço direito. Então eu tinha acesso a tê e abri de manhã. E eu lograva ele as vez, eu lograva porque ia tomá café lá, eu gostava de comê bolachinha, e salame, o que tinha na vitrinezinha dele lá. E ele um dia me cobrô aquilo, né, foi, virô e mexeu e daí tá... Quando eu saía do emprego, com dezesseis hora eu largava, né, eu em vez de í pra casa, não, eu ia num aconchego que tinha, numa república, tinha serraria de um lado, e de outro lado, e todos os amigos que tinha que eu conhecia ali, né, no meu trabalho, né. Eu ficava até dez, onze hora, né, me divertindo ali. Cantava, outro dava risada, outro fazia aquilo, e começemo a ingeri uma bebida: era batida de amendoim e conhaque. E ó, e vai, bebendo aqui, bebendo ali. E sempre foi que um dia eles começaram a me cobrá aquilo, né. Me cobraram: ‘mas ó Chico, só nós pagando, só nós pagando, tu não vai pagá?’, né, eu digo: ‘não, mas espera aí’. Eu pegava de lá, colocava numa sacola e saía, mas saía, eu fechava o mercado e tudo, né, eu pegava e fechava, mais dois litro de batida de amendoim e dois litro de conhaque eu levava numa sacolinha e inhau, ó, ia lá com meus amigo e sentava ali e ficava até duas, três horas da madrugada. Chegava em casa, tim’que, assim como uma pulga, chegá sem fazê barulho porque o pau pegava, né? Mas antes disso, antes disso, era na colônia. O Amaral [primeiro marido de Ana] casô lá, né, e acontecia sempre uma briga entre o pai e a mãe. E um dia a minha irmã me disse, a Ana falô pra mim, diz ‘óia’, em Margatu, no Paraguai, ela disse pra mim: ‘Chico...’, eu chorei, ela disse: ‘tu não é filho do Maneco, tu é só filho da

mãe, né, o teu pai é outro'... Eu disse: 'meu Deus do céu', deixei aquilo muito no ar, eu deixei aquilo, 'não vô me assustá, eu tô vivo, tô tranqüilo, eu tô, vô vivendo, vô, vô, vô continuá minha... né, meu caminho'... E daí eu descobri. Depois daquilo fui de caminhão daqui, de Panambi, pra Santo Antônio do Sudoeste, no Paraná. Cheguei lá, olhei assim, uns caminhão assim, no posto parado, né, Egidio, eu digo: 'pôxa, Egidio, mas, é esse cara aqui... De que cidade é esse aí?', 'de Santo Antônio do Sudoeste', mas cara, esse é o nome... Cerealista Mauro... E eu digo: 'bá, mais é do meu pai', né? Daí falando com o frentista do posto e tal, etecétera, né, ele disse: 'ó, acabaram de se acidentá, faz uns dois mês, os dois, nesse trevo'... Pôxa, e eu não fiquei sabendo né... A minha mãe sabe disso... Quando eu falo pra ela, ela não, não qué tocá nesse assunto. Nunca cheguei assim, sabe, pra ela me confirmá isso, né... Tudo bem, tá. Chegô nesse ponto assim que agora eu disse 'pôxa, até agora eu, sempre foi meu pai o Maneco, vai sê sempre', né? Inclusive ele teve aqui em Panambi, eu hospedei ele na minha casa, eu morava lá na outra casa, na outra avenida ali, né. E tá, tá beleza, até saímo um dia, meio se encrenquemo, então, foi uma coisa passageira e tal, né, considero ele como pai e eu, outro, como se diz, o meu pai legítimo mesmo, tenho uma bíblia até hoje aqui, queria que eu fosse, me botô pra estudá pra padre, pastor, o que fosse, né. Fui mas não adiantô, não foi o meu, o meu, o meu caminho, como se diz. Eu queria tê uma liberdade, que nem hoje tô, com filhos... Aí tá, vô dizê o que mais? Sei, simplesmente um primo meu me disse pra mim, diz 'olha Chico', e o meu pai sempre me batia, esse Maneco, o que eu apanhei, meu Deus do céu, nem queira sabê. Aí um dia achei uma coisa meio forte demais: que o pai e a mãe tavam sentados numa área, e melancia tinha assim de dizê 'olha, pode se servi à vontade'. E uns vizinho meu, nossos vizinho, nosso lá, tudo ali, e eu ali sentado ali, não sei o que meu pai me falô, falô uma coisa que eu não escutei, uma coisa assim que, o Maneco, e me pegô e me deu de cinta e eu cheguei me mijá, acho que cheguei a me cagá, eu não me lembro, por cima daquelas, melancia na área... Aí eu senti uma coisa: 'mas será que eu tô sendo condenado por qualqué, sei lá... Será que eu sô culpado disso aí tudo, né?' Eu sei que daí no outro dia o pai pulava de faca na mãe assim, e nós, eu, 'meu Deus do céu', isso era uma coisa de, de... E disse pra mãe: 'mãe, eu vô fugi de casa', e peguei e fugi. E um primo meu me disse pra mim, diz 'olha Chico, eu te dô cobertuda', e ele me deu cobertura, fui até Mundo Novo, no Mato Grosso, de tarde, no dia que eles foram, a mãe foi na igreja e o pai foi jogá canastra. E eu peguei e saí, peguei e fui-me embora, só peguei a certidão de nascimento, umas roupinha que eu tinha e ó, dentro de uma sacolinha... E ó, digo, 'mãe, vô embora e'... Meu pai foi lá, esse Maneco foi lá, digo 'meu pai...'. Foi lá me visitá, em Projeto Sete Quedas, Amambáí, na firma... E eu, quando eu vi ele, eu sumi no mato; ele chegô e ficô lá... Nunca esqueço: chegô de manhã, foi até o meio dia e nada, parô o serviço e não, 'eu quero vê o Chico'. Daí foi um outro cara me chamá: 'não, vem cá, não vai te acontecê nada, pode ficá tranqüilo'. E eu fui, fui lá e o véio me disse assim:

‘tá bem?’. ‘Tô bem, tô bem... Arrumaram um lugar lá, tô aqui, tô bem aqui...’. Olhô e, ‘o que faltá pra ti pode dizê que eu dô cobertura’. ‘Tá, tudo bem, agora não tô precisando, agora tô trabalhando pra mim mesmo’. E trabalhava muito, lá, por dia, e esse Maneco me pegava dinheiro e, como se diz, eu também era vadio, eu digo a verdade, eu era um, pra pegá num cabo de enxada eu olhava pra vê se não tava quebrado, se não tava eu quebrava o cabo pra não trabalhá [risos]... É, isso eu digo a verdade. Assim eu digo, óia, daí eu falei com a mãe: ‘óia, eu acho que vai melhorá a vida de vocês, que eu vô saí de casa porque a briga é tudo por causa de mim’. Peguei e saí de casa. E foi tudo ali que me aconteceu, e depois daquilo, sei que quando eu fiquei sabendo já tinham se separado e coisa e tal, que não deu mais certo e tal, e aí eu digo, e dali de cima eu só passei em casa e vim pra cá, fui duas ou três vez pra lá e o pai já faz, já faz nove anos, né [dirigindo-se à esposa], que eu não vejo meu pai, seu Maneco.

A narração é tensa. Angustiante. “Pedaços” de vida.

No início, Chico busca construir a forma: “como eu vô te dizê...”. A tensão é parte da narrativa como também parte da relação que se estabelece com quem ouve – um *estranho*. Mas a complexidade é aparentemente transposta através de uma começo simples: “eu vô começá assim, assim por uma coisa mais simples...”. A adolescência dos “meus treze, catorze anos”, para Chico, parece um bom ponto de partida. O “Eu...”, isoladamente falado, parece um risco desnecessário. É preciso o apego, o apoio. O “Eu...” se perde e o movimento da fala busca a proximidade materna. Os “treze, catorze anos” irrompem através de uma atividade diariamente desenvolvida pela mãe: “a mãe tirava leite das vaca e botava dentro de um tamborzinho, dentro de uma caixinha e eu amarrava na bicicleta e ó...”. Em “ó”, a ação passa da mãe ao filho – “muito sapeca” e que no lugar “conhecia todo mundo”.

A distribuição do leite e o irmão que “gostava de tomá um trago”. A “festaça” e a bebida que “é uma coisa que dá uma tonturinha no cara e tal”. O primeiro emprego: “abria o mercado, abria o moinho, eu fazia tudo, tudo, tudo, tudo lá dentro”. O trabalho de ajuda à mãe passando para a relação com um patrão. E, às vezes, “eu lograva ele”. Os dezesseis anos: as festas, a “república”, os amigos e a bebida: “e vai, bebendo aqui, bebendo ali”... A volta para casa: “três horas da madrugada”, “como uma pulga”, senão “o pau pegava”. O casamento da irmã. As brigas entre o pai e a mãe. O cotidiano em sua balada. Chico vivia entre a casa e o trabalho, entre a festa e a vigilância dos pais – em especial do pai.

Uma conversa com a irmã e a terra sob os pés desaparece: “tu não é

filho do Maneco, tu é só filho da mãe, né, o teu pai é outro”. “Deixei aquilo muito no ar”... Viver era preciso: “eu tô, vô vivendo, vô, vô, vô continuá minha... né, meu caminho”. A descoberta – “e daí eu descobri” – pressupôs uma reviravolta em sua vida. A base familiar, à qual até então se assentava, parcialmente lhe foge das mãos. Depois, como por acaso, fica sabendo que o pai legítimo – com a esposa – morrera em acidente automobilístico – “acabaram de se acidentá, faz uns dois mês, os dois, nesse trevo”.

A mãe, “quando eu falo pra ela, não qué tocá nesse assunto”. Mas, ponderando, parece definir: “pôxa, até agora eu, sempre foi meu pai o Maneco, vai sê sempre”, até “hospedei ele na minha casa” “quando teve aqui em Panambi”. Saíram “um dia, meio se encrenquemo”, mas “foi uma coisa passageira”. O “pai legítimo” queria que fosse “estudá pra padre, pastor”, mas “não foi o meu [...] caminho, como se diz”. Uma vida dividida entre um pai de antes e dois pais depois. Um morto e outro vivo.

O pai mora longe...

No entanto, Chico ainda parece remoer o passado – e é *remoído* por ele: “o meu pai sempre me batia, esse Maneco, o que eu apanhei, meu Deus do céu, nem queira sabê”. Por entre a narrativa, as imagens parecem se mostrar à frente de quem fala e também de quem ouve. Os pais sentados na área com “uns vizinho” – “e melancia tinha assim de [...] se servi à vontade” –, uma fala incompreendida – “meu pai me falô, falô uma coisa que eu não escutei” – e uma surra: “o Maneco, e me pegô e me deu de cinta e eu cheguei me mijá, acho que cheguei a me cagá, eu não me lembro, por cima daquelas, melancia na área...”.

“Eu não me lembro”...

A lembrança é suficientemente forte para perceber a *marca* do passado. O pecado, a culpa e a condenação povoam a memória de Chico: “mas será que eu tô sendo condenado por qualqué, sei lá... Será que eu sô culpado disso aí tudo, né?”

A fuga de casa. “Peguei e fugi” – “de tarde, no dia que eles foram, a mãe foi na igreja e o pai foi jogá canastra”. Uma nova migração. “Só peguei a certidão de nascimento, umas ropinha que eu tinha e ó, dentro de uma sacolinha...”. O trabalho no Mato Grosso do Sul – “agora tô trabalhando pra mim mesmo”. O que não impossibilitou a constatação de que “eu também era vadio”! A visita do pai. Depois a separação da mãe e do pai. E “dali de cima eu só passei em casa e vim pra cá, fui duas ou três vez pra lá e o pai já faz, já faz nove anos, né, que eu não vejo meu pai, seu Maneco”. Do Mato Grosso do Sul para o Rio Grande do Sul. A distância espacial entre *lá* e

acolá se cruza com a distância temporal – “já faz nove anos” – do último encontro entre filho e pai.

Casado e com os filhos no Rio Grande do Sul. O pai separado, com a irmã e os netos no Mato Grosso. A mãe no Paraná. O passado simultaneamente tão distante e tão próximo – como parte da família – e as lembranças de encontros e desencontros. Atualmente, a proximidade maior com a mãe:

ela já teve aí, foi esse ano, né [dirigindo-se à esposa], foi se a, teve aqui, ah não, não, não tem, bá, bá, até, até ela ficô aqui em casa, né, ficô cinco, três dias né? Daí mais uma tia minha, que eu quero muito bem também aquela minha tia, que é a Lurdes, né, e tiveram ali, como se diz, assim, tivemos numa confraternização ali da igreja e tal, e etecétera, e reuniu, não vô dizê assim, padre, foi cinqüenta e seis ali na congregacional e muitos ali que eram da nossa juventude, foi, até hoje um cara que tá exercendo, ali muito conhecido. E, tá beleza, assim, como se diz, não vô, sei lá, uma coisa assim, como se diz, eu, a gente vai tem que trabalhá pra sobrevivê, ninguém vai dá as coisa de mão beijada pro cara, né? E eu botei isso na cabeça e quero í pra lá visitá mas nunca da jeito, nunca dá, sabe, sempre tem uma coisa no meio, né, então.

As visitas da mãe ao Rio Grande do Sul e do filho ao Paraná apresentam maiores possibilidades de realização. A menor distância espacial e a maior proximidade afetiva parecem aspectos importantes que comparecem na relação entre filho e mãe. Ao contrário, o passado tende a se colocar como obstáculo gigantesco para a construção de relações mais efetivas e profundas entre o filho e o pai. A proximidade entre pai e filha – irmã para Chico – no Mato Grosso, também tende à redução das possibilidades de contato e encontro entre irmão, irmã e sobrinhos. O que não impediu que o irmão – no sul – convidasse o sobrinho – no Mato Grosso – para ser o padrinho de batismo do filho mais novo.

Tensões entre pai e filho – no passado e no presente – tomam forma e conteúdo opostos na relação entre tio e sobrinho. *Gentes* de um lugar que se relacionam diferentemente com *gentes* do outro lugar. Lugares de *cá* e de *lá* que se separam e se unem – ou se aproximam e se distanciam – pelas relações tensas e conflituosas ou de confiança e solidárias do passado e do presente. E do futuro: o filho mais novo de Chico crescerá e sempre terá como padrinho de batismo o primo distante, que talvez se fará mais próximo que a própria tia e o próprio avô. Ainda não se conhecem, nem tio nem sobrinho, nem padrinho nem afilhado.

O presente e o passado são campos abertos de possibilidades. Mas possibilidades sempre limitadas. Possibilidades que podem refazer as próprias relações do passado. Os lugares de *cá* e de *lá*, de ontem, de hoje e de amanhã, dependem das relações que as *gentes* destes lugares desenvolvem, porque os lugares, a memória e as representações das *gentes* e dos lugares da migração, para quem *ficou*, formam-se e produzem-se na relação mesma daquelas e daqueles que ficaram com aquelas e aqueles que partiram.

2. “Uma coisa puxô que eu queria í pro Rio Grande do Sul”

Falar sobre a migração de familiares ou parentes parece ser mais tranquilo quando também já se foi migrante. As condicionantes, a trajetória e as relações nos lugares de origem e de destino podem ter sido diferentes, mas a própria experiência se revela participante da narrativa sobre quem *partiu* em momentos e lugares outros. Esta participação é de tal forma profunda que por vezes a fala da migração de outrem se “perde” para dar lugar à experiência migratória de quem fala. Uma “perda”, contudo, que se acha intimamente ligada ao movimento entre os lugares: é, de alguma forma, a utilização do recurso da comparação, na medida em que, ao falar da migrante ou do migrante, se está falando da relação entre quem fala e quem migrou, da mesma medida que falar da própria experiência migratória é falar de outras e outros que também *mudaram*.

A construção de metáforas e parábolas – tão comuns nas grandes narrativas – aqui são introduzidas pelas histórias e trajetórias migratórias dos próprios sujeitos que falam – é por elas que é possível a aproximação com maior compreensão sobre as histórias e trajetórias daquelas e daqueles que partiram.

Ao falar da migração de Ana – com o marido, o pai e os sobrinhos para o Mato Grosso – o irmão Chico – que vive no Rio Grande do Sul –, também fala de suas migrações. Migrou para o Rio Grande do Sul ainda solteiro: “eu era solteiro, eu vim casá aqui no Rio Grande do Sul”. A família – e nela a condição de solteira ou solteiro ou casada ou casado – está amalgamada à mobilidade, refletindo que a migração e o estado civil têm importância semelhante na vida e daí nas falas produzidas.

Sem *pestanejar*, relata os motivos que o teriam levado a migrar para o Rio Grande do Sul:

eu digo assim, é, a volta minha pra cá, é que eu trabalhei lá em cima, no Projeto Sete Quedas, na firma... Como eu disse antes, trabalhei em Pato Bragado que era um empresa também. né, e de lá [Mato Grosso do Sul] eu resolvi descê pra conhecê mais o Rio Grande do Sul, né, e cheguei pra cá e já casei, casamos e tudo, e constituí a minha família e tô até hoje aqui, né, e como se diz, uma coisa, uma coisa puxô que eu queria í pro Rio Grande do Sul, né, era isso aí.

Aqui é perceptível com mais ênfase a relação que se estabeleceu entre migração – “resolvi descê para conhecê mais o Rio Grande do Sul” – e casamento – “e cheguei pra cá e já casei” –, porque “uma coisa puxô que eu queria í”. A “coisa [que] puxô” foi o amor e a saudade, a namorada. Que resultou em casamento.

A migração de Chico, do Mato Grosso do Sul para o Rio Grande do Sul, teve como condicionante principal a expectativa frente à relação com, hoje, a atual esposa. A perspectiva era o aprofundamento da relação sem necessariamente permanecer no lugar onde morava a namorada. Esta ida, no entanto, resultou em sua permanência tanto pela relação conjugal que se desenvolvia como pela inserção no mercado de trabalho:

eu vim, eu vim assim, como se diz, eu vim a passeio, a passeio e acabei trabalhando na Kepler-Weber e dali começô, como se diz assim, o nosso conhecimento, eu e a minha esposa, né, e acabei ficando aqui, já tava, como se diz, quase de saída pra í embora, mas tudo se encaixô de eu ficá e acabei até hoje, tô com a família formada, né?

Trabalho e família se mesclaram para a permanência de Chico em Panambi. No entanto, em outro momento, o irmão de Ana observa que a *partida* do Mato Grosso do Sul esteve relacionada – no tocante a trabalho – a uma proposta de emprego pré-estabelecida em empresa catarinense:

eu tive, aquela época ali ó, eu tive um emprego, era pra tê um emprego na Transportadora Pérola em, agora não me lembro se era Joinville ou Chapecó, um dos dois, eu não me lembro de onde é a empresa, eu tinha já, tava quase combinado de eu fazê isso aí, esse trabalho, pra trabalhá numa transportadora, daí acabei ficando, arrumei outro emprego, e como se diz assim, tô até hoje, batalhando.

Este aspecto demonstra que a ida a “passeio” para o Rio Grande do Sul também esteve assentada sobre uma proposta de trabalho – “tava quase combinado de eu fazê isso aí, esse trabalho”. Isso revela que, se houve a

combinação entre casamento e trabalho para a definição da permanência em Panambi, também ocorreu a combinação entre expectativa positiva sobre a relação conjugal e perspectiva de trabalho na decisão sobre a *saída* do Mato Grosso do Sul.

O importante a reforçar aqui é a “simbiose” de fatores – o amoroso e o econômico – para esta migração de Chico. Essa “simbiose” deve ser entendida, contudo, como uma amálgama em que o fator amoroso se sobrepõe sobre o fator econômico, o emprego. Em especial, porque a combinação entre os fatores só ocorre – no Mato Grosso do Sul enquanto expectativa e perspectiva e no Rio Grande do Sul como relação conjugal e trabalho consolidados – a partir do enlace do romance e sua posterior efetivação em casamento. A permanência de Chico no Rio Grande do Sul se deu fundamentalmente porque a expectativa sobre a relação amorosa foi alcançada. Do contrário, sua permanência seria bastante incerta uma vez que a perspectiva de emprego – ao sair do Mato Grosso do Sul – apresentava Santa Catarina como destino.

A expectativa frente à relação amorosa entre um paranaense que vivia no Mato Grosso do Sul e uma gaúcha que vivia em sua terra natal – entre Chico e Henriqueta –, assumiu tal intensidade na vida e na decisão e permanência do irmão de Ana em Panambi, que parte expressiva de sua fala destinou-se a narrar como a relação tivera início: nem no Mato Grosso do Sul nem no Rio Grande do Sul, mas no Paraná:

olha, eu te digo assim uma coisa, que era coisa de, eu já digo uma coisa assim de, de, de piação, uma coisa de piação, que o meu cunhado que é o Amaral, foi casá lá no Paraná, ele trabalhava lá, ele tinha oficina, tinha caminhão, tinha carro, tudo... Mas ele casô lá, daí veio o pessoal daqui do sul e subiram pra lá, foram lá; no dia, no casamento, sei lá, eu não me lembro assim, pra mim te dizê, declará, mas seria dez dias que ficaram lá, foram com antecedência, né, e tiveram lá, nós tava morando numa colônia, e aí, causo pra cá, conserva pra cá, conversa pra lá, causo-conversa, e tudo bagacero, sabe, e foi um dia que aconteceu de eu convidá ela pra nós i num baile uma noite, ou num cinema, que na época ali o cinema era o lugar, né? Não, eu digo: ‘coisa de criança’, mas idéia já de adulto, de adulto, né? Daí, tá, convidei, assim, né, e ela toda xucra, como se diz, né, e todo mundo fazendo essa pressão, o pessoal, sabe, era cunhado, era pai, era sogro, que hoje é finado, né, e tudo numa boa, né, e ele não, né, ‘olha que um dia vai acontecê’, né, e acabou, como se diz assim, eu tando lá em Projeto Sete Quedas, em Amambai, acabei botando na cabeça: ‘não’, porque eu sofri bastante lá, né: trabalhei, como se diz, quase me arrebentei trabalhando lá, né, eu digo: ‘eu vô descê lá pra baixo vê aquela gauchinha’, né, e acabei

acertando tudo lá, né, e tal, e descendo, passei em casa, no Paraná [Pato Bragado, a casa da mãe], e eu digo: ‘eu vô descê pra lá’. E chego em Panambi e encontro o meu cunhado e tal e coisa, né, e minha irmã também, e meu cunhado [Amaral] que hoje tá em Panambi também, né, e acabemo assim, né, eu parando na casa de meu cunhado, né... E hoje tá a propriedade ali, tá tudo abandonado, como é que se diz, né, e hoje eu fiz uma casinha lá, dêmo pro [Amaral], era casa dele primeiro, né, fiz uma parte material, tá tudo ali e nós tamo morando desse lado. E acabô acontecendo que nós acabemo começando a namorá, e foi indo, foi indo e deu um casamento, e tô até feliz... De tanta pressão, de um cunhado, de um outro que ‘não, mais, não sei o que e tal, mas olha’, dali foi, foi que, como se diz, nós cheguelmo assim de, de se bicá os dois... Acabô em casamento e tamo feliz até hoje.

No trecho acima, três lugares – para Chico – comparecem com intensidade: Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Lugares de trabalho – sofrimento –, de festa – encontro – e de casamento e família, respectivamente. O lugar do Mato Grosso do Sul aparece como trabalho e sofrimento, que, em relação direta à expectativa do romance com a irmã do cunhado que morava no Rio Grande do Sul, torna-se também lugar de distância e, daí, resulta em novo lugar *deixado* – “quase me arrebentei trabalhando lá”, “vô descê lá pra baixo vê aquela gauchinha”.

O lugar Paraná *se* antecede, enquanto “palco” de relações que provocam a expectativa positiva sobre o Rio Grande do Sul, como lugar de festa e de encontro. No casamento da irmã conhece a irmã do noivo: “e foi um dia que aconteceu de eu convidá ela pra nós í num baile uma noite, ou num cinema”. Na festa – “dez dias que ficaram lá, foram com antecedência” – “tiveram lá todo mundo fazendo essa pressão”, resultando na aproximação, no convite ao cinema e no início de uma relação que viria a influenciar Chico, posteriormente, na decisão de deixar o Mato Grosso do Sul.

O lugar Rio Grande do Sul, por sua vez, aparece como lugar de reencontro com o cunhado, a irmã e principalmente com a *namorada* – “acabô acontecendo que nós acabemo começando a namorá”. E do namoro ao casamento. “Acabô em casamento e tamo feliz até hoje”.

A fala de Chico, discorrendo sobre os momentos e os lugares de sua relação com a esposa – do Paraná passando pelo Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul –, mesmo que apresente tal relação como centro da narrativa, acabou por apontar alguns elementos importantes sobre a irmã e principalmente sobre o cunhado que retornou para o Rio Grande do Sul – após a separação no Mato Grosso. Em um primeiro momento, fala sobre o

cunhado no Paraná: “o meu cunhado que é o Amaral, foi casá lá no Paraná, ele trabalhava lá, ele tinha oficina, tinha caminhão, tinha carro, tudo”. Aqui, Chico aponta uma questão que ainda não aparecera: a condição de proprietário do cunhado, mesmo que pequeno ou médio. Oficina, caminhão e carro – “tudo” – conotam uma condição sócio-econômica, no mínimo, razoável.

Na saída do cunhado e irmã do Paraná para o Rio Grande do Sul, no entanto, e segundo Chico, as condições já eram outras, uma vez que o cunhado trabalhava em uma serraria que entrara em falência. Isso indica que houve uma mobilidade vertical – por mínima que tenha sido – no próprio Paraná e que veio a se agravar com a falência da serraria.

Outro elemento rapidamente apontado sobre o cunhado é, também, um *salto* gigantesco no tempo: da chegada de Chico em Panambi aos dias atuais. Na ida para Panambi, Chico permanece na casa da irmã e do cunhado – “e acabemo assim, né, eu parando na casa de meu cunhado”. O apontamento imediatamente seguinte é sobre a “propriedade” onde ficara naqueles dias: “e hoje tá a propriedade ali, tá tudo abandonado”. A narrativa sobre a relação com a namorada e o futuro casamento é abruptamente rompida para dar lugar à situação atual do cunhado. Em seu retorno do Mato Grosso “eu fiz uma casinha lá, demo pro [Amaral], era casa dele primeiro, né, fiz uma parte material, tá tudo ali e nós tamo morando desse lado”.

Implicitamente, é perceptível que a condição econômica do cunhado, ao retornar do Mato Grosso, era precária. Também, indiretamente, pode-se inferir que o irmão de Ana faz uma “avaliação” da migração e retorno do cunhado do Mato Grosso; as expressões “abandonado” e “eu fiz uma casinha lá, demo pro [Amaral]” também indicam certo “fracasso” e decepção de uma migração que tanto não resultou em melhorias materiais como também provocou a separação entre marido e esposa, afetiva e espacialmente. A experiência da migração da irmã, do cunhado e dos sobrinhos sugere, a partir de Chico, o desenvolvimento de relações negativas e *desestruturadoras*.

3. “A gente queria mais é voltá”

A experiência migratória se coloca, para familiares do sul, como uma condição importante no *falar* sobre a *partida* de entes – antes próximos, agora distantes.

O irmão de Antônio, Horácio, morou em Rondonópolis por mais de um ano. Foi para trabalhar com os irmãos na plantação de hortaliças. Acabou no artesanato. De Rondonópolis seguiu para Goiânia. De Goiânia para a Bahia, junto com um ex-colega em colégio de formação em técnico agrícola: “mas naquela época também foi, a gente foi atrás de promessas, de que lá [na Bahia] era bom, isso e aquilo, né, no fim quando a gente começô a trabalhá não era bem aquilo, né, que se dizia, as promessas, né [risos]”.

Jovem, solteiro, “atrás de promessas”. “Não era bem aquilo”.

Mas, “naquela época eu tinha, quando eu saí de Rondonópolis, eu tinha vinte e dois anos, na época eu era solteiro, eu era muito aventureiro, assim, gostava de vê coisas novas”. A migração *guiada* pela aventura, por “coisas novas”. Na juventude.

Da Bahia para a Bahia. Da Bahia para a casa dos pais:

na Bahia eu trabalhei meio ano num projeto de reflorestamento, depois de lá, quando eu saí de lá, eu voltei pra casa visitá meus pais, né, e acabei não retornando mais lá naquele, naquele serviço. Acabei indo mais adiante, porque lá era muito no interior, no sertão, sem recursos, recurso humano nenhum lá, em Cocos, na Bahia, na divisa de Minas Gerais, mas era bem sertão, a cidade mais próxima dava mais de duzents quilômetro, no meio da mata: derrubava o cerrado e reflorestava. E se acontecesse uma coisa lá, o que aconteceu comigo, na época eu me acidentei, até consegui um recurso médico passô de vinte e quatro horas, aí no fim eu desisti daquilo ali também. Daí voltei pra casa visitá meus pais, né, que moravam aqui, e depois segui viagem de novo lá pra Bahia, acabei indo pra Barreras, pra lá eu continuei com artesanato, naquela época que tava começando o desbravamento do sertão baiano, ali, né, no oeste baiano, o pessoal da soja... Lá não fiquei muito tempo também, aproximadamente uns cinco meses, aí eu voltei pra cá de novo. Daí, naquela época, a minha mãe foi operada, tava muito doente e eu voltei pra cá de novo. A mãe ficô em Porto Alegre, um mês mais ou menos se tratando, com os problemas dela, e eu fiquei em casa fazendo os afazeres de casa. O pai ficô sozinho aí, e a gente tinha que dá uma mão pra ele ali, né, eu não tinha serviço com maiores compromissos, era independente na minha atividade, né, não dependia de horário e coisa, né, não trabalhava em firma. Daí, fiquei um tempo aqui... Depois que a mãe se recuperô eu fui pra Porto Alegre, lá também trabalhei dois anos com artesanato, nesse mesmo artesanato: madeira arrendado. E lá, um dia, eu tava vendendo, eu tinha uma, eu vendia numa exposição lá, numa feira, aos domingos, tinha minha banca lá, e lá encontrei um senhor que trabalhava com móveis; ele se interessô muito no meu serviço, peças bem detalhado e falou: ‘bem, você vai trabalhá comigo, amanhã você passa

lá e vamo vê, vamo vê teu serviço’. Outro dia passei lá e já me encaixei lá, e ali eu trabalhei sete anos também, dois anos trabalhei em artesanato e cinco anos em marcenaria. Mudei de ramo de novo: deixei o artesanato e fui pra fabricação de móveis, e nisso eu permaneço até hoje.

E o retorno para Quatro Pontes, no Paraná:

eu morava em Porto Alegre e morava em Gravataí, era; lá na grande Porto Alegre. Todo dia a gente ia pra lá... E nesse tempo ali eu perdi meu pai, foi em mil novecentos e noventa. Aí a mãe ficou sozinha, desamparada aqui, né, e não tinha nenhum dos irmãos que podia vim pra cuidá dela e ela dependia de alguém que morasse com ela, ela tava sozinha, daí eu voltei pra cá de novo. Inclusive morei com ela junto aqui, né, voltei pra cá e comecei a trabalhá numa fábrica de móveis, aqui perto. E ali nesta fábrica eu tô até hoje.

Do “sertão” da Bahia para Barreiras, do “pessoal da soja”, pelo “desbravamento” do *pessoal do sul*¹. A doença da mãe e os cuidados em Porto Alegre. A autonomia do trabalho em Quatro Pontes. Novamente em Porto Alegre, no artesanato, a feira e a marcenaria. A morte do pai no Paraná. A mãe sozinha. O retorno. O trabalho na fábrica de móveis, onde “tô até hoje”...

Uma *transitoriedade migratória* feita de *pedaços* de lugares. Um homem em *trânsito*. A aventura, o trabalho e a família definindo a mobilidade. A mãe e o pai. Mora, hoje, na casa onde o pai viveu. E morreu. E também a mãe.

O *estacionamento* no ponto de *partida*.

O mesmo ponto de chegada.

A volta *pra casa*...

Carla, irmã de Rodrigo, percorreu partes do Mato Grosso do Sul – Campo Grande –, Santa Catarina – Balneário Camburiú – e retornou para a cidade natal, Santa Rosa. Ela e a família estavam de volta “faz pouco tempo, faz um mês, um mês e pouco”. Voltaram “pra buscá coisa melhor”, porque “lá no Balneário [Camburiú] as crianças não paravam em casa, é muito agitado, muito agitado”.

Mesmo com Rodrigo e família um pouco mais ao norte de Campo Grande, em Rondonópolis, Carla fez meio caminho de volta até Camburiú: “a gente queria mais é voltá, í mais adiante não”. O Mato Grosso do Sul como uma decepção: “é, pra nós foi”. E, em Santa Rosa, concluiu Carla, “meu marido ainda é motorista”.

A *transitoriedade migratória* se fechou, também, no lugar de saída.

Cinco anos. Agora no lugar *deixado*, que é, também, o lugar *chegado*.

A experiência migratória se coloca como uma mudança das *gentes* que migram e dos lugares migrados. “Muda”, disse a ex-migrante Rosa, irmã de Bibiana, hoje também retornada no Rio Grande do Sul. Mudou ela, as *gentes* e os lugares:

se a gente fica deprimida por algum motivo a gente já diz: ‘ah, se eu tivesse lá seria diferente’, porque a pessoa que sempre viveu aqui, que não sai daqui, é aquilo ali que conhece, né, então faz diferença... Eu mesmo vivo falando, né Arnaldo, eu vivo querendo voltá pra lá. Você conhece o lado bom, né, então.

“Conhece o lado bom”. *Conhece, também, o lado ruim*. Sair ou não sair. “Faz diferença”. E “vê a diferença”:

depois de ter morado lá, né, voltando aqui tu vê a diferença, né... Só que antes também tinha um pouco, né? Eu lembro no colégio as coleguinhas iam assim, né, e nós da colônia era bem pobre, tudo, né, ali nós via a diferença. Eu mesmo morei lá na tia Marta, lá em Catuípe, e a mãe morava na colônia, e daí tinha sempre as coleguinha... Isso aí eu acho que é já da natureza da pessoa.

O passado tem outro significado, assim como o presente. Os lugares *deixados* mudando com os lugares *chegados*. Conforme Rosa:

lá em Catuípe, de quando nós fomos embora de lá e o que é hoje, sabe, é muito diferente; a gente era da colônia, mudô pra lá e a cidade cresceu, sabe. Lá em Catuípe é difícil você vê alguém, assim, com uma renda muito baixa, lá todo mundo tem, sabe, eu tenho uma imagem lá de Catuípe assim que, uma maravilha, cem por cento... Sim, eu queria morá lá em Catuípe, mas lá já não tem emprego pra ele, só pra mim, né, lá não tem indústria, né. Mas mudô muito.

“Muito diferente”. Diferentes as *gentes*. Daí, diferentes os lugares. Da colônia para a cidade. Do rural para o urbano. “Uma maravilha” é a imagem do lugar deixado. “Cem por cento”. O paraíso. Mas, “lá já não tem emprego pra ele, só pra mim”! Paraíso para poucos, não pra todos. O paraíso passado. O não emprego para o marido no presente.

“Mudô muito”.

4. “Daí eu tive lá”

O Mato Grosso aparece para os familiares e parentes no Rio Grande do Sul – ou do Paraná – como um lugar conhecido/desconhecido. O mesmo referencial para o conhecer também projeta o desconhecer, na medida em que tanto um como o outro se dão sobre aspectos pontuais e que, não raras vezes, “resvalam” para a superficialidade e fugacidade. Um referencial que tem se formado principalmente pelas informações e contatos sobre e com o Mato Grosso, ou mesmo por experiências mais demoradas que tenham se dado, em especial, em função do trabalho...

Carla, uma das sobrinhas de Rodrigo, chega com a filha junto à roda na cozinha da casa da avó. Quando entra, a avó logo observa: “ela também já morava no Mato Grosso!” Em “Campo Grande”, a neta Carla esclarece.

“Nunca mais”! Foi a resposta de Carla à pergunta sobre se pensava em voltar para lá, para o Mato Grosso do Sul ou para o Mato Grosso. “Porque era feio!”

Lá “era feio”. Moraram em Campo Grande por “dois, três anos”. O “feio” fora resultante de decepções na capital sul-mato-grossense: “é que a gente se decepçionô; é que antigamente, para um caminhoneiro, lá ganhava muito dinheiro, aí a gente pegô o caminhão e foi embora, mas agora tá diferente, né?”

Motivados por informações sobre as boas possibilidades de rendimentos com a atividade de caminhoneiro, Carla, o marido e os filhos *mudaram-se* para Campo Grande. A decepção se deu quando a experiência mostrou-se infrutífera do ponto de vista econômica, porque “agora tá diferente”. As *perspectivas positivas* sucumbiram no contato com o lugar: não ganharam dinheiro.

Com as grandes dificuldades econômicas em Campo Grande, Carla e família voltaram para o sul, primeiro para Balneário Camburiú (Santa Catarina) e depois o retorno para Santa Rosa.

Além da sobrinha de Rodrigo, também um dos irmãos passou um tempo no Mato Grosso, próximo do irmão: “foi, foi um outro irmão meu, o Lauro”, disse Nicolau. “Voltô. Quanto tempo ele ficô lá? Uns dois meses, né, chegô a trabalhá lá”. Retornou para o Rio Grande do Sul: “acho que ele não tinha vontade de ficá mesmo lá, é solteiro ele, né, não quis saí de baixo da saia da mãe”, salientou Nicolau.

Os “dois meses” de permanência de Lauro no Mato Grosso parecem ter sido suficientes para a praticamente completa desistência da

efetiva migração. Lauro não migrou definitivamente. Sua *transitoriedade migratório* se fechou no lugar de origem e não em algum lugar de destino; mas, contudo, este fechamento teve por influência os “dois meses” no Mato Grosso. Solteiro e com maior mobilidade, “não quis saí de baixo da saia da mãe”, como brincou o irmão.

Assim como Lauro, também a irmã de Bibiana – Rosa – e o cunhado Arnaldo – marido de Rosa – moraram no Mato Grosso. Rosa *mudou-se* nas mesmas condições que a irmã, junto com os pais e todos influenciados pelo irmão que já morava em Rondonópolis. Depois, Rosa acompanhou os pais para Cuiabá e, de lá, retornou com Arnaldo para o Rio Grande do Sul.

Rosa teve pouca participação na decisão de migrar para o Mato Grosso: “eu, no caso, eu fui com o pai e a mãe, né, quantos anos faz já, né? Eu sempre gostei de lá”. Tinha quase a mesma idade de Bibiana: “eu tinha uns quinze anos”. Com esta idade, Rosa já havia desenvolvido um círculo importante de relações no Rio Grande do Sul, o que a levou, no momento da *partida*, a mostrar-se contrária à *mudança*:

eu queria ficá com minha avó, eles [pai e mãe] que não deixaram [risos]... Mas, fomos, né? No início eu sofri bastante, eu estranhei muito o calor lá, depois nós fomo habituando; e daí que nós morava ainda em Rondonópolis, daí depois que eu fui pra Cuiabá, fiquei lá no meu irmão, depois comecei a trabalhá lá, né? Fiquei mais tempo lá, né, mas lá em Cuiabá tem bastante gente daqui morando por lá.

A migração também é um ato de violência, tanto pelas condições conjunturais e estruturais que impedem a opção, como também pela desigualdade entre aquelas e aqueles que decidem e que participam da mobilidade. Umas e uns decidem mais que outras e outros. A família é, assim, também um *locos* de uma violência um tanto silenciosa, principalmente para aquelas e aqueles que ainda não alcançaram a *maioridade*. Rosa não optou. Migrou por conta dos pais, porque “eles não me deixaram” ficar.

Contudo, foi se “habituando”, principalmente em relação ao “calor”. O trabalho, como também as relações que ia construindo em Cuiabá, principalmente, foi redefinindo o novo lugar para Rosa, em especial porque “lá em Cuiabá tem bastante gente daqui morando por lá”. Mais que isso, Rosa parece ter invertido os sentimentos iniciais sobre os lugares a ponto de salientar que “eu gosto de lá, eu gosto, se eu pudesse eu ficaria pra lá ainda”. O novo lugar que surgia a partir de certa “resistência” – porque “eu queria ficá com minha avó” – transmuda-se em lugar *bom*, e, agora, no Rio

Grande do Sul, em lugar de *saudade*.

Uma mudança, assim, que se assentou nas relações no novo lugar, no *jeito* de se fazer em um lugar distante: “por causa das amizades, né, mais perto dos tios; nós chegando lá nós ia sê meus pais e os meus irmãos só, só a família, né, começá num lugar novo, né; você sabe que as pessoas de lá elas tenham, elas são diferentes das do sul, né, o jeito delas é diferente”. As amizades e os tios, os pais e os irmãos...

A família. As relações para além da família nuclear, de parentesco, no sul, tendem a dar lugar a relações intra-familiar, no novo lugar, na medida em que o círculo de solidariedade diminui. “Só a família, né, começá num lugar novo”, para Rosa, também tem o sentido de redefinição do papel de cada uma e de cada um no novo lugar. As tias e os tios, as primas e os primos, as imãs e os irmãos do sul, assim como vizinhas e vizinhos, enfim, as relações que ali desenvolviam, sofrem redução drástica, comparativamente, no novo lugar. A família é o centro, agora, ainda mais exacerbado que no lugar *deixado*.

Dá-se, de forma maior ou menor, a luta acirrada pela sobrevivência e por melhores condições de vida. *Deus por todos e cada um por si*, traduz um pouco este novo momento de quem migra. A palavra chave é trabalho. Rosa ingressou rapidamente no mercado de trabalho em Rondonópolis: “bá, foi rápido até, em três meses eu já tava trabalhando lá também”.

Rosa, ainda, acabou comparando a situação dela e da irmã Bibiana, no sentido de melhor entender possíveis diferenças quando da chegada no Mato Grosso. Rosa percebeu com maior estranhamento as relações no novo lugar: “eu um pouquinho mais, por sê mais velha, né, eu de início eu estranhei um pouco, né, até tinha namoradinho aqui e tudo, essas coisas assim, né? A Bibiana eu acho que não, né, pra ela eu acho que foi mais fácil”. Mesmo sendo irmãs, parece claro que Rosa sentiu mais a saída do Rio Grande do Sul pelas relações mais amplas que ali já desenvolvia, porque, por exemplo, “até tinha namoradinho aqui e tudo”.

Portanto, as *perspectivas* em um e em outro lugar mostraram-se, inicialmente, diferentes para as duas irmãs: Rosa com as relações mais fortes no Rio Grande do Sul; e Bibiana com as *perspectivas positivas* mais aguçadas no Mato Grosso, em especial à relacionada com o prosseguimento dos estudos. Esse aspecto também pode ter influenciado, com menor ou maior intensidade, os desdobramentos das relações para as duas irmãs. Rosa *mudou* para Cuiabá e depois retornou para o Rio Grande do Sul. Bibiana permaneceu em Rondonópolis e casou-se ali: “a Bibiana adora

lá, por aquilo que ela fala, né”, ressaltou o cunhado Arnaldo. A irmã, na mesma direção, ainda observou: “é, ela já tem sua família, tem seu filhos, né?” O sentido que cada migrante dá para a *mudança* tende a influenciar nas relações no novo lugar, podendo condicionar a permanência – como no caso de Bibiana – ou uma nova *mudança* e até o retorno para o lugar de origem – como nos casos de Rosa e o marido.

Arnaldo, o marido de Rosa, ficou poucos meses no Mato Grosso: “oito meses nós ficamos lá”. O retorno foi rápido e condicionado, principalmente, pelo estado de saúde da mãe que permanecera no Rio Grande do Sul – “ele veio mais por causa da mãe dele, né?” Caso contrário, Arnaldo salientou que poderia ter se “acostumado” no Mato Grosso: “mas olha, se eu tivesse lá ainda até agora, eu já tinha acostumado, né, vai do cara se acostuma”. O não-acostumar, coligado à condição da mãe no sul, definiu o retorno de Arnaldo: “eu achei legal também o lugar, assim, mas achei também muito calor, muito; cara, gaúcho é difícil o cara acostuma, né, e a família aqui pendente, minha mãe, mora ela sozinha aqui e minha irmã, né?”

O retorno e o casamento com Rosa, contudo, não dissolveram completamente as possibilidades de uma migração definitiva para o Mato Grosso: “quem sabe mais tarde o cara resolve subi pra lá de novo, né, de novo, né?” “Lá”, é um lugar em aberto. Uma *perspectiva*, talvez, para o futuro.

Rosa, de forma semelhante, ao discorrer sobre a *mudança* de Rondonópolis para Cuiabá, também não refutou por completo uma nova mobilidade para o Mato Grosso, mas para a capital: “achei até bom [a *mudança* de Rondonópolis para Cuiabá], eu pelo menos eu gostei mais lá de Cuiabá, tanto que eu não voltei mais pra Rondonópolis e acabei desistindo de Rondonópolis; a Bibiana que nunca morô em Cuiabá, sempre morô em Rondonópolis. Sei lá, mas Cuiabá é ótimo, se fosse pra morá, eu ia pra lá agora”...

Chico, o irmão de Ana – que atualmente vive no Rio Grande do Sul – foi um dos familiares de migrantes trabalhadores gaúchos no Mato Grosso que teve uma experiência de trabalho em lugar mato-grossense – mais especificamente no Mato Grosso do Sul: “Projeto Sete Quedas, Amambáí, no Mato Grosso, na empresa Naves Manufatura de Madeira, isso no tempo de solteiro, isso faz muitos anos, muitos anos”. Em outro momento conheceu uma cidade do Mato Grosso, “mais ao norte”: “daí eu tive lá, depois de Cuiabá, em Alta Floresta, divisa, né, mais ao norte, né, ao norte, né?” Essas experiências foram *modelando* as representações sobre o

lugar Mato Grosso, ao mesmo tempo em que lhe permitem aludir sobre o lugar com uma propriedade que ultrapassa a de outros familiares e parentes, que têm apenas nas informações sobre o lugar distante as referências para a produção de representações.

A irmã de Licurgo, Rita, nunca foi para o Mato Grosso. Nem o marido e nem o filho:

nós não, nós nunca fomos [diz Rita], vontade tem, mas... [a situação financeira?] não, a situação financeira também, mas, e assim a gente, não podem, não tem, como vocês podem vê, não tem vizinho perto, esse aqui [referindo-se ao filho] toma conta de todo o serviço, vai tirá leite, tem ordenhadeira, tem porco, tem de tudo aqui, ele ia tomá conta, mas eu, eu não consigo saí, tem alguma coisa que me segura. Se ele precisá de alguma coisa, de alguma ajuda, ele vai chamá quem? Como as vez, acontece alguma coisa, você precisa de alguém, ‘me ajuda’, tem que me socorrê, ou precisa de uma mão pra ajudá qualqué coisa, daí dá pra chamá alguém, de um vizinho, vai de a pé lá chama ele... Mas, se não dá mais pra chamá? E daí? Dá um grito que ninguém não houve, não tem vizinho aqui perto; ou se tivesse alguém junto com ele, deixá uma pessoa de confiança com ele, nós dois ia, mas assim eu tô sempre em casa.

O trabalho. A família camponesa já não é a mesma de tempos passados. Encolheu. Rita e Juvenal só têm um filho e uma filha. Ele solteiro, que “toma conta de todo o serviço”. E “não tem vizinho aqui perto”. Ela, a filha, casou-se e mora na cidade; casada com um caminhoneiro, a filha Cláudia conhece Rondonópolis: “eles tem terreno lá, é perto de... Mas, vai crescê bastante ali, vai ficá um ponto muito caro ali”, diz a mãe.

Mesmo com dois irmãos no Mato Grosso e a filha com “terreno lá”, Rita tem seu lugar no sul. “Saí daqui” só “pra í passeá”: “olha, saí daqui pra Rondonópolis, eu não sei se eu vô morá, agora, pra í passeá, eu ia, se dá no jeito, né, de saí tranqüilo, né, não com a cabeça pesada, cheio de preocupação, daí eu não vô. Mas, se um dia as coisas se ajustam, que dá pra í tranqüilo, eu vô”.

Diferente de Rita, mas semelhante à Rosa, Horácio, irmão de Antônio, também já morou em Rondonópolis: “já morei, mil novecentos e oitenta, fiquei um ano e meio em Rondonópolis”. Igual a Antônio – “seguindo-o” – Horácio deixou a família em Quatro Pontes, no Paraná, e também se embrenhou para o Mato Grosso: “à procura de um futuro melhor também, né, naquela época eu tinha me formado em técnico agrícola e o meu irmão tava trabalhando com o ramo de horticultura, e eu ia lá pra auxiliá ele, no

ramo dele, né?”

Diferente de Antônio, que teve em uma traição conjugal o fator imediato para a *partida*, Horácio foi para Mato Grosso porque recém havia se formado em técnico agrícola e, coincidentemente, a atividade que Antônio lá desenvolvia – paralelamente à profissão de garçom – estava relacionada às práticas agrícolas. Foi “à procura de um futuro melhor”.

Quando foi, em mil novecentos e oitenta, “ainda não conhecia Rondonópolis, eu fui depois que ele foi lá, [Antônio] que influenciô a gente, fui eu e mais outro irmão, né, os dois irmão junto, o Luís, um pouco mais novo que eu. Nós fomo junto”. A influência do irmão, coadunada à falta ou às poucas *perspectivas de futuro* do oeste paranaense, definiram a migração de Horácio e também do irmão Luís.

Antônio já estava no Mato Grosso há três quatro anos: “três anos antes ele foi, três ou quatro anos antes, eu não tenho bem certeza”, observou Horácio. O irmão Antônio foi “naquela época [e] não tinha ninguém lá, nenhum familiar lá, ele foi, assim, uma espécie de aventura pra lá, foi procurá um horizonte melhor”. Horácio não fala da decepção conjugal do irmão no Paraná. Mas fala de “uma espécie de aventura” e da procura de “horizonte melhor”.

Horácio, “voltando” à época da *partida* de Antônio para o Mato Grosso, disse que “era válida a idéia dele, ele tinha os pensamentos dele, né, de procurá ampliá os horizontes”. O Paraná apresentava *horizontes*² cada vez menos amplos: “naquela época tinha muita gente se evadindo da região, aqui, indo lá pra cima, praqueles lados; no fim, quem influenciô ele, foi isso também, né, gente ia pra lá, se dá bem lá, e foi com esta intenção”.

No entanto, a motivação imediata de Horácio para a ida para o Mato Grosso parece não ter coincidido com aquela posta para o irmão: “eu fui mais porque ele tava trabalhando naquele ramo, né, tava recém formado, e achei que podia aproveitá este meu estudo lá no negócio que eles tavam exercendo lá naquela época”. Para Horácio, portanto, não era uma questão de *diminuição dos horizontes* no Paraná – a condicionante no lugar de origem –, mas, especialmente, uma condicionante posta no lugar de destino: “aproveitá este meu estudo lá no negócio que eles tavam exercendo lá”. Sobre um ou mais *fatores de expulsão*, para Horácio se colocou um *fator de atração* como o componente central na *partida* para o Mato Grosso.

Mas, o *fator de atração* em pouco tempo mostrou-se débil no lugar *chegado*:

achei que poderia ajudá ele e a gente poderia ampliá a horticultura... E lá no fim não deu muito certo, sabe... Idéias diferentes... A gente tinha um tipo de sociedade, com o Luís, nós éramos em três irmãos... Naquela época eu saí e parti pra outro ramo, totalmente diferente daquilo que eu estudei: eu comecei a trabalhá com artesanato e eu já gostava muito de trabalhá com artesanato naquela época... Lá, lá em Rondonópolis... Era em madeira, em madeira. Lustres, abajures, este ramo de madeira arrendada, que era uma coisa nova lá. No começo até me dei bem lá, assim, no começo. Aí, com o tempo, foi saturando lá, no fim acabei saindo de lá. Daí, encontrei um colega meu lá, que tinha ido pra, qué dizê, de Rondonópolis eu fui pra Goiânia, tinha me falado que lá era bom pra esse ramo, né, artesanato, né? Cheguei lá e encontrei um colega de aula meu, nos formamos juntos, e ele trabalhava na Bahia naquela época, aí ele me convenceu í junto pra Bahia, trabalhá de técnico agrícola lá, num projeto de reflorestamento, de uma firma que era lá de Brasília. Daí, fiquei meio ano lá na Bahia, também, trabalhando como técnico agrícola... Nesse tempo, eu deixei o artesanato de lado, trabalhei como técnico agrícola”.

“Idéias diferentes”...

A mobilidade vertical do trabalho: da horticultura para o artesanato. De Rondonópolis para Goiânia. Mobilidade horizontal do trabalho. De Goiânia para a Bahia. Do artesanato para a agricultura: “trabalhando como técnico agrícola”.

Mas as “idéias diferentes” não resultaram de desentendimentos entre os três irmãos em Rondonópolis: “não, não foi desentendimento; foi assim, eu achei que devia segui outro rumo... Não, não, não teve desentendimento”.

Segundo Horácio, a horticultura, em Rondonópolis de mil novecentos e noventa, e noventa e um:

já tinha mercado, mas naquela época o mais difícil era a gente no começo produzi lá, era época das águas, né, e aí dificultô bastante até que a gente tava encaminhado; aí, às vez, quando tava pronto pro corte vinha uma chuva de pedra e acaba tudo. Daí, assim, no fim, foi batendo na mesma tecla até que a gente meio se cansô lá, eu meio desisti por causa disso também, né? A gente vai às vez com uma intenção e não sai do jeito que a gente programô, né? Existem vários fatores que influem, para o fracasso ou o [sucesso], é.

Dificuldades na produção. Cansaço. Desistência. Fracasso... Horácio partiu para o artesanato. Os dois irmãos, mesmo assim, continuaram insistindo com a horticultura:

até pra eles até ficô melhor, eu acho, até ficô melhor pra eles que não era bem o que a gente esperava, e em dois já era melhor do que em três. No fim, acabô melhorando pra eles a minha saída... [O Luís] continua até hoje, mas hoje ele, dessa época que eu fui, desenvolve outra atividade também, servem bifê, essas coisas... Até hoje acho que não produzem mais tanto, em termos de áreas, assim.

Assim, permaneceram em Rondonópolis os dois irmãos: Antônio e Luís. Este “permaneceu trabalhando com o meu irmão, com o Antônio”. Horácio, seguiu para Goiás e depois para as plagas baianas. Voltou a Rondonópolis apenas uma vez depois da saída, em férias: “eu já voltei uma vez lá depois, em oitenta e seis, se não me falha a memória, em oitenta e seis eu fui visitá os irmãos lá, eu tava de férias, eu tava em Porto Alegre”.

Rondonópolis e Mato Grosso, agora, são apenas *pontos* na memória. Um lugar que era “promissor”. “Com um futuro promissor”. Contudo, o principal, “naquela época”, faltou: “bom, Rondonópolis, naquela época, acabô sendo, pra quem ficô lá, era uma cidade que produzia bastante, com um futuro promissor lá; só que a gente, pra í pra lá sem recurso nenhum, né, esse é problema. Em tudo, se você começa uma coisa, começa sem recurso, e daí você vai, vamo dizê, trabalhando hoje pra você comê amanhã”...

Faltou o “recurso”. Horácio foi “só com a vontade de trabalhá”. “Só” a “vontade de trabalhá” foi insuficiente para garantir a permanência na horticultura. E a permanência no lugar. Rondonópolis – “uma cidade que produzia bastante” – também já produzia novas mobilidades, de trabalho e de lugar.

5. “Lá tem tanta coisa que tu enxerga lá”

As conversas e falas sobre migrações, muitas vezes, tendem a discorrer também sobre possibilidades de mobilidade. As falas sobre migrantes – de outros tempos – podem suscitar tendências de migrações futuras. Daí, que falas de familiares ou parentes de migrantes podem se desenrolar sobre informações e contatos com lugares outros que despertaram *projetos de mudança*, alguns factíveis, outros apenas sonhados. Mas parecem ser sempre as condições sócio-econômicas, que os sujeitos enfrentam nos lugares onde vivem, que aguçam estes devaneios por lugares distantes. Devaneios meio sérios. Devaneios meio tergiversados. Uns e outros lugares, no entanto, *emprestam* aos seus sujeitos possibilidades de *viagens* por lugares que se

apresentam melhores daqueles vividos.

Devaneios sobre possibilidades de futuro. Ou sobre decepções do passado.

A irmã mais nova de João já esteve em Rondonópolis. Passeando. “A mais nova, ela teve por lá”, disse outra irmã, Valéria. Uma rápida estada que gerou perspectivas positivas sobre o lugar visitado: “o que ela comenta é que ela gostô muito, ela tá pensando em í embora pra lá; e a vida [do irmão] é aquele jeitão dele, e nem cabe ficá comentando aqui certas coisas, né, mas é aquela vida que ele leva sempre assim, ganhá hoje um monte de dinheiro, gasta tudo hoje, amanhã é outro dia”. A fala sobre a irmã no Mato Grosso se entrelaça ao “jeitão” do irmão, a uma concepção e prática de vida: “ganhá” e “gasta tudo hoje”, que “amanhã é outro dia”. A *ordem* capitalista – que poderia ser ganhar-poupar-propriedade-futuro – é negligenciada pelo irmão.

Contudo, a irmã mais nova – “ela trabalha, ela mora em Gravataí, ela trabalha, tá separada e pensando em vendê” – “qué í pra lá, qué í pra lá”. Para Valéria, a intenção da irmã foi surpreendente:

até eu me surpreendi, porque foi agora, a minha mãe que contô, que ela tava pensando em vendê a casinha dela e í pra lá. O que eu ouço, assim, é que eu posso dizê que a última vez que ela teve pra lá ela, sempre ouço dizê que ela gosta muito de lá, gosta muito do lugar, com o João, ela é muito apegada com o João, e assim, outra coisa assim ela nunca comentô comigo, fiquei até assim surpresa quando a mãe disse, e ela pensa seriamente em í embora pro Mato Grosso, e não é por falta de trabalho.

Diferente de João, o trabalho parece não tomar a centralidade para a intenção da mobilidade. Tem a “casinha dela” e “não é por falta de trabalho”. Mas, “gosta muito de lá, gosta muito do lugar”. O lugar que também é o irmão, pois “é muito apegada com o João”.

Mas, ainda não parece ser uma tendência à mobilidade. É, antes ainda, apenas uma possibilidade de futuro. “Separada”, a migração da irmã para o Mato Grosso pode se colocar com um ato possível, mas não presumível.

As passeadas e as suas voltas depois tendem a construir comparações entre os lugares vividos e os visitados. Essas comparações podem suscitar *perspectivas migratórias* com a produção de *expectativas positivas* sobre o possível ou os possíveis lugares de destino. Também porque as visitas são, geralmente, bons momentos de encontro e neles a positividade sobre as experiências e vivências tendem a assumir o

centro das conversas. “Mostrar” um pouco do lugar onde se está – por quem é visitado para quem visita – é também mostrar os “feitos” – e não os “defeitos” – de uma vida distante, aparentemente destituída de problemas maiores e, quase sempre, ainda prenhe de futuro. A irmã de João “pensa seriamente em ir embora pro Mato Grosso”! As passeadas também são momentos de quebra da rotina e de um cotidiano carregado de preocupações; são, assim, instantes de *relaxamento* e de *festa*, que ocorrem em lugares distantes e que podem levar à produção de representações positivas deles.

Representações, contatos e relações que ainda parecem apresentar uma grande positividade sobre o Mato Grosso.

Arnaldo, marido de Rosa e cunhado de Bibiana, referiu-se a um “colega lá do serviço” que “veio faz pouco tempo de Rondonópolis, ele tava morando lá”. Um retornado. No entanto, ao passo que vem, “o tio dele tá subindo agora, semana que vem, embora pra Rondonópolis, aqui de Panambi, o cara tá indo embora pra lá com a família”.

“Ele vai com a família pra lá”: “não sei se é pra uma fazenda, né, mas eu acho que não, ele disse que é dentro de Rondonópolis, até um outro cara falô, ‘mas se ajeitasse uma fazenda eu ia correndo embora pra lá’, mexê com boi”, finalizou Arnaldo.

Em “fazenda” ou “dentro de Rondonópolis”, o Mato Grosso, para muitas e muitos, ainda apresenta-se como um importante e possível lugar de futuro.

O lugar da riqueza, da terra-latifúndio e do boi-pasto, como “um outro cara falô”.

“Mexê com boi”.

Uma sobrinha de Licurgo, filha de Rita e de Juvenal, conhece o Mato Grosso. O marido é caminhoneiro e até compraram um terreno em Rondonópolis. Mas, para a mãe, “eles já queriam vendê aqueles terreno”, demonstrando que a tendência é a permanência no Rio Grande do Sul. Também porque, segundo o pai, “ela tem os pais dela aqui, ele tem os pais dele aqui também, a gente dele tudo aqui, né, então fica difícil, né, acostumado aqui com nós, né?” *Acostumados* com o lugar deles e dos familiares, as chances de uma *mudança* parecem mínimas.

Por outro lado, Rita e família também souberam de casos de gaúchas e gaúchos em Mato Grosso, em especial no município de Água Boa, e que, em geral, são situações vistas como experiências negativas:

estes que eram os parente dele, uma prima do Juvenal, era uma família grande, eles quebraram lá em cima porque não sabia cuidá; eles tinham uma terrinha aqui, daí juntavam dinheiro, daí foram pra frente, foram comprando em Água Boa, foram lá trabalhando, compraram terra em Água Boa e uns ainda ficaram aqui trabalhando, no fim venderam tudo e foram todos, uns casados, mas quebraram lá em cima porque não sabiam cuidá, daí uns voltaram de novo.

“Quebraram” porque “não sabia cuidá”. Alguns retornados.

Juvenal complementou os motivos do fracasso: “mas tinham um filho da família que gastava cinco quando tinha só três, e assim todo dia, ele ia numa segunda e voltava na outra segunda”. Faltou-lhes *zelo*, experiência na lida com a produção em escala superior a que eram acostumados, além de parcimônia de um “filho da família”.

Já “outras famílias”, segundo Rita:

que não colheram bem, uma ou duas safra, e já foram com pouco dinheiro e, enfim, acabam voltando, tão trabalhando de empregado; por isso eu digo, se fosse pra gente í, tem que í prevenido, porque se uma safra ou duas falhá, a gente vai vivê de que? Aqui a gente se vira se uma safra não dá cheia, porque é conhecido no banco e tudo, nas firma, mas num lugar estranho, vai negociá com quem?

Os fracassos de “outras famílias” tendem a servir de alerta para as *gentes* do sul, porque, “com pouco dinheiro”, “acabaram voltando”. “Tem que í prevenido”. O “lugar estranho” passa a ser representado como lugar *difícil*.

Uma das famílias retornou. Bento, o filho de Rita e Juvenal, discorreu sobre o esforço de “um dos piá deles” em “fazê um curso de aviação”, com a intenção, assim, em “levá a família de volta lá pra cima”:

uns daquela família é nosso vizinho aqui, e um dos piá deles foi pra escola agrícola ali em Palmeira e sê formô e tá trabalhando numa fazenda lá em cima, primeiro quando ele saiu daqui foi trabalhá na fazenda Mônica, em Rondonópolis, nos Marqueti lá, de lá ele saiu e queria muito fazê um curso de aviação, e tá fazendo o curso de aviação, e daí uma temporada ele saiu da fazenda, ele foi fazê o curso em São Paulo, ele parava no tio dele, que é irmão da mãe dele, e daí veio pra casa, tinha tirado umas fêrias, e daí ele ficô um tempo lá em cima e daí ele saiu, tá em outra fazenda, e ele tá juntando dinheiro pra fazê o curso de aviação e sê piloto, né? Diz que ganha muito dinheiro lá em cima quem sabe fazê este serviço. Essa é a intenção dele: juntá dinheiro pra levá a família de volta lá pra cima de novo.

A qualificação profissional tende a acentuar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a possibilitar uma ascensão econômica, por mínima que seja.

Porque, como disse Rita, “tem gente que deu tudo bem”. Para o marido, isto “depende a região que for, do tempo, a chuvarada, né, que dá uma safra cheia, tem região que não chove, um ano ou dois, né?” O *fracasso* dependeria, assim, das condições climáticas, mas também das concepções e práticas daquelas e daqueles que migram: “tinha gente que queria fazê o passo maior que a perna”, salientou Rita.

Bento, o filho, aproveitou o *embalo* da conversa e também descreveu a experiência de “dois granjeiro” que saíram do Rio Grande do Sul para investirem em terras e produção em Balsas, no sul do estado do Maranhão:

saiu dois granjeiro aqui de Chapada, um Schu e um Richter, um foi prevenido, até o cunhado fez a mudança dele, foram em quatro viagem de carreta, daqui de Chapada lá pra Balsas, no Maranhão; aquele parece que tá indo bem, apanhô um pouco, mas, eu não sei, esse tá conseguindo subi, levá a vida. Mas, o Richter, esse, o cunhado tava contanto, se fizé mais uma safra ruim, pode voltá com uma mão na frente e outra atrás. Venderam tudo aqui e foram lá pra cima.

Um dos granjeiros parece ter ido com condições econômicas melhores. “Tá indo bem”. O outro, “se fizé mais uma safra ruim, pode voltá com uma mão na frente e outra atrás”. E porque, também, como complementou Rita, “é que este Richter já tava meio quebrado e achô que lá em cima ele ia comprá mais terra e queria sê todo, começá grande lá em cima e...” Pode voltar a qualquer momento, pobre e sem dinheiro.

Horácio, irmão de Antônio, que também já morou em Rondonópolis, insistiu que uma possível *partida* para o Mato Grosso, atualmente, deve se dar tendo em vista uma boa “estrutura” financeira e uma *observação inicial* no lugar de destino:

na aventura eu não aconselho ninguém a saí; se ele tá bem no lugar... O que eu aconselho é ele í lá olhá, e ficá um tempo lá, pra ele mesmo averigua, né, pra ele mesmo vê como é que é, porque não adianta alguém falá: ‘vai, lá é bom, é bom’; chega lá e, as vez é bom pra ele e pra mim não é, né, depende da situação dele, se ele tem alguma estrutura pra começá lá, instalá algum comércio, alguma coisa, né, ou na lavoura. Você tem que tê alguma estrutura, né, na aventura eu não aconselho ninguém a í, nem daqui pra outra cidade, por fim ele acaba indo lá e não tem onde se instalá. E acaba na sarjeta.

O irmão de Antônio decreta o fim da aventura, principalmente “se ele tá bem no lugar”. Instaura certa “racionalidade migratória”: a observação – “í lá olhá” –, o empírico – “ficá um tempo lá” – e a comparação – “depende da situação dele” no lugar de origem. Migrar apenas com “alguma estrutura”. Senão, “acaba na sarjeta”.

Horácio, até pelas andanças e aventuras que fez, parece saber que os lugares hoje estão, em termos econômicos e de possibilidades de trabalho, renda, educação e saúde, dentre outros, muito parecidos. A semelhança entre eles – e entre lugares de origem e possíveis lugares de destino –, em especial sobre as dificuldades de acesso ao trabalho para trabalhadoras e trabalhadores, vem demonstrando que a migração tende a assumir uma precaução desmesurada e sem precedentes.

Paradoxalmente, no momento em que o sistema de engenharia rodoviário brasileiro interliga o sul ao norte e o leste ao oeste – mesmo com muitos buracos – os lugares também parecem se fecharem à mobilidade; também, por outro lado, quando o sistema de engenharia de comunicações se alastra por praticamente todo o Brasil, aumentando as possibilidades de contatos, o mesmo sistema permite a construção da cautela diante de informações – de familiares, parentes, meios de comunicação... – dos lugares distantes; informações que nem sempre – e parece ser cada vez menos – são capazes de produzir *expectativas positivas* sobre os lugares informados.

Chico – irmão de Ana – conheceu o sul do Maranhão. Há pouco tempo atrás. E “se fosse por mim agora, eu ia lá pra Balsas, no Maranhão, eu ia pra [lá]...”. De imediato irrompe – nas próprias palavras de Chico – possíveis empecilhos colocados pela família:

afê Maria, sei lá... Acho que não há jeito, sei lá. Podem [a esposa e filhos] até aceitá numa condição, de repente, de eu í lá e fazê o campo, ficá bem instalado pra depois, né, levá a família. Isso é, né, uma, querem tá bem instalado, senão não saiam daqui do Rio Grande do Sul... De Panambi, qué dize...

Para Chico, sem condições concretas definidas no nordeste, não haveria a aceitação da família em acompanhá-lo. Antes, seria necessário “fazê o campo”. Depois, “levá a família”. Principalmente porque a esposa – em *rebatida* – foi categórica: “é uma coisa assim: não querê já se aventurá logo”. A “aventura” é descartada por Henriqueta. Não é interessante repetir a “aventura” do irmão, da cunhada e dos sobrinhos.

A *desistência* do marido não se confirmou com a observação

da esposa. Ao contrário, parece tê-lo motivado a discorrer sobre sua experiência no sul do Maranhão e a apresentar as possibilidades de trabalho e de *mudança*:

um campo [de trabalho] que o cara... É um campo que eu descobri lá em cima: tudo que tu fizé lá dá dinheiro. Tudo que tu fizé lá dá dinheiro. Pra começá teve um cara aqui de Panambi, ó, ele fez toda a parte elétrica pra nós lá, quadro de comando, etecêtera. Ele faz um ano que ele tá lá, ele subiu com cinco mil real, daqui de Panambi pra lá. Chegô lá, a primeira coisa que fez comprô um terreno, tá, comprô o terreno, chegô numa imobiliária lá e ó, né, ‘vamo construí a casa’, ‘vamo’, mas com intenção já do segundo piso. Eu tive lá, eu vi com meus próprios olhos, senão não ia contá isso aí... Ele chegô de noite lá; no outro dia de manhã, na casa onde ele tava, né, chegaram de noite, tá... No outro dia, levantaram, ele conta, ele conta, como se diz, de boca-cheia, né... Se alevantô de manhã, a mulher abriu a porta e nos fundo assim, ‘meu Deus do céu’, na frente abriu, ‘meu Deus do céu’, também a janela, abriu, também a mesma coisa, diz ‘não, eu quero í embora, eu vô embora, eu quero í embora, eu vô embora, vô comprá passagem e eu tô indo embora de volta, tá, qué ficá fique que eu tô indo embora’... E ele conseguiu conquistá ela, foi. Era um lixo só, sabe o que é, e é até hoje, a cidade lá é uma ver-go-nha [palavra pronunciada pausadamente], uma vergonha. Tu chega em cidades, olha, bom, tu chega em cidades que é um carpete, limpinho, limpinho, tu não vê papel, tu não vê um toco de cigarro na, na [rua]... Lá, se você bota o lixo, vamo dizê, se amanhã ou depois vai passá o lixeiro, eles largam hoje lá, toda aquela montoeira de lixo na frente lá, na porta, do lado lá, né, e o pessoal que... Eu andei lá dentro da cidade lá, de camioneta lá, que de volta em meio você tinha que botá uma primeira, vira, dá a volta assim e saí fora do lixo e segui de novo. Tudo bolas de lixo e coisarada, e aquele cheiro em tudo... Sabe o que eu queria fazê lá? Abri uma recicladora de lixo [risos da mulher], eu tô dizendo, mas verdade [mais risos da esposa], mais, verdade... Eu ia baixá minha profissão umas dez vez, mas eu tinha certeza que ia me dá bem. E tá o que lá, isso que dá bem, imagina as outras coisas. O que tu fizé lá, uma serralheria, que é o meu ramo, né, por sê metalúrgico. O cara compra tudo daqui de Panambi, vai com a Lopestur [empresa de ônibus] tudo lá pra cima, ele compra daqui. Ele comprô lá, pra nós lá, deu onze mil real, onze mil real. Eu até não conhecia o cara, trabalhando lá debaixo de uma máquina, vai ajeitando e tal... ‘E daí, como é que tá panambiense?’ Mas o que é que... Eu já tinha avistado ele, assim, por umas frestas, né... Logo adiante... Digo mais, ‘quem é que é você?’ ‘Eu sô fulano e fulano...’. Ah, caramba, mais, né... Ele disse, ‘Chico, eu faz um ano que eu tô aqui’... E chegô lá com essas amazonas, efe-mil [F-1000, caminhoneta Ford] amazonas,

todo cheio, encrementado lá... Chegô de manhã aí foi embora, e daí chegô de meio-dia com um motão pra lá, mas home, aquilo é um fuca [fusca] aquele troço lá. E de tarde veio com uma pampinha e disse: ‘olha, esse é meu capital e fora o que tenho na cidade, e tenho loja e tal’... Dentro de um ano ele conseguiu isso. Aí tudo bem, ele conquistô a mulher pra ficá lá, a mulher ficô, mas em primeiro lugar, diz que ele trabalhô dois dias só no terreno assim, rastelô tudo e começô a empurrá tudo pros canto, pros terreno dos vizinho, porque lá o vizinho empurra pro outro vizinho e se o vizinho não quisé tirá ele empurra pro outro lá e vai indo, né? Lá é assim. Aí o cara conquistô a mulher pra ficá. Foi na imobiliária mandá fazê o primeiro piso do terreno que ele comprô, mas ali já mais um tempinho mais, né? Ele saía da manhã, ele saía de manhã as cinco horas da manhã, ele tinha comprado uma moto, uma motinha pra ele podê í pro serviço, com uma chave de fenda, joguinho, etecétera, tomada, etecétera e tal, e ó, de lancheria em lancheria, de bar em bar, de armazém em armazém, foi indo... E conquistô a praça. Diz ele [que] ele chegava de noite era dez, onze hora da noite, ‘Deus me livre, até a polícia já tava sabendo que o homem não vinha mais, home’, e ele conta isso. Diz que a mulher tava apavorado, né? Ele saía de manhã e voltava só de noite. Mas ele vinha com seus mil e quinhentos, dois mil de real... E dizia: ‘olha, eu ganhei isso aqui hoje’, porque lá pra colocá uma tomadinha, uma tomadinha, depende de quantos metros dá isso, ‘é cem real pra ti botá um bico de luz’, ele diz, e é até hoje ainda lá. E ele tomô conta da praça. Aí o que que ele fez, isso de moto: montô a casa dele, né, morô lá dois três mês e ó, pá, já mandô fazê a parte de cima e montô uma loja. Começô a comprá do fôquim [referência a um dos fornecedores]... E pau lá... E uma loja, eu quero que tu veja, a coisa mais linda e tudo o que tu precisá, desde um, um, sei lá, vamo dizê, um rebite, tem tudo pra lá pra isso, ele tem tudo lá. E isso custô caro pra ele pra trazê até ali, mas que nem ele compra, comprô do fôquim as coisa que custô onze mil real, lá pro dono da granja ele cobrô vinte e dois. Agora tu imagina o que que ele ganho, né? Ele podia tê despesa de uns pila aí, né, ele ganhô onze mil real...

A esposa imediatamente replicou: “não é tão fácil assim não...”

A descoberta de “um campo de trabalho” e de que “tudo que tu fizé dá dinheiro”, foi o início de parte da fala sobre um lugar que descambou para a descrição do caso de “um cara aqui de Panambi”. Eletricista, saiu do Rio Grande do Sul “com cinco mil real”. Comprou um terreno para a construção de uma casa com “segundo piso”. Chegou em Balsas, no sul do Maranhão, à noite. No amanhecer, a decepção da mulher: “meu Deus do céu”, “eu quero í embora, eu vô embora, eu quero í embora, eu vô embora”. “Era um lixo só”. “Até hoje”. “É uma vergonha”. Com tanto lixo assim, a

possibilidade de empreendimento parece óbvia: “abri uma recicladora de lixo”. Mesmo que para lidar com lixo, para Chico, representaria “baixá minha profissão umas dez vez”: “mas eu tinha certeza que ia me dá bem”. Ou “uma serralheria”...

A descrição do caso continuou: fazia um ano que estava ali e já andava com “éfe-mil amazonas”, “motão” e “pampinha” – “dentro de um ano ele conseguiu isso”. Assim “ele conquistô a mulher pra ficá lá”. Varreu o lixo de seu terreno para os terrenos dos vizinhos – “porque lá o vizinho empurra pro outro vizinho e se o vizinho não quisé tirá ele empurra pro outro lá e vai indo”.

“Lá é assim”...

A ascensão sócio-econômica teve como “motor” o trabalho. Ou seja, o ritmo do trabalho parece ter impulsionado o acúmulo de dinheiro e de bens para o “cara aqui de Panambi”. “E conquistô a praça”. “Diz ele [que] ele chegava de noite era dez, onze hora da noite”. O trabalho, ao final do dia, podia ser quantificado pelo montante de dinheiro: “ele vinha com seus mil e quinhentos, dois mil de real”. Era “uma tomadinha, depende de quantos metros dá isso, ‘é cem real pra ti botá um bico de luz’, ele diz, e é até hoje ainda lá. E ele tomô conta da praça”. Tudo “de moto”. “Montô a casa” e “montô uma loja”. “Eu quero que tu veja”...

Foi no ritmo do trabalho, do dinheiro e dos bens do “cara aqui de Panambi”, que se deslanchou a narrativa sobre a lugar Balsas, no Maranhão. E não foi porque alguém contou ou porque Chico ouviu falar. Nem pela televisão, jornal, rádio ou revista. O irmão de Ana contou porque “eu tive lá, eu vi com meus próprios olhos, senão não ia contá isso aí”. A experiência da ida de Chico – para montar um silo – ao nordeste brasileiro, possibilitou a construção de uma representação altamente positiva sobre o lugar. Um lugar que aparece como novo e nele há tudo por se fazer. Por isto “tudo que tu fizé lá dá dinheiro”.

A produção da representação positiva sobre a cidade de Balsas, no sul do Maranhão, parece repetir a produção de representações também positivas sobre outros lugares, que se tornaram destino para muitas gaúchas e muitos gaúchos. Mesmo que as possibilidades de efetiva migração de Chico para o lugar sejam reduzidas – pela resistência da esposa em “não querê já se aventurá logo” –, a produção da representação é uma mostra de como o contato com lugares pode ser determinante para a decisão de *migrar*. Essa representação, quando disseminada, também busca pretender – pelo seu produtor e disseminador – contagiar as e os ouvintes.

E na narrativa do irmão de Ana, as tentativas de convencimento foram produzidas e reproduzidas incessantemente, inclusive depois que o entrevistador – percebendo que a esposa já apresentava sinais de certa irritação com a empolgação do marido em descrever o caso do “cara aqui de Panambi” – propôs a mudança de rumo na conversa:

eu [Chico] de repente até posso í, eu até posso í pra lá, fazê meu campo e dexá instalado e ‘agora, podemo vim’ [a família]... Porque lá tem tanta coisa que tu enxerga lá ó, o dia, vamo dizê, o dia que você í pra lá, chegá em Balsas, tu vai te apavorá daquela cidade, tu vai te apavorá, porque eu me apavorei. E eu sô viajado, i, já fui, eu já tive em quantos lugar.

O oeste paranaense, o sul do Mato Grosso do Sul, o norte do Mato Grosso e o noroeste do Rio Grande do Sul, foram alguns destes lugares...

Dulce, irmã de Rodrigo, já foi convidada pelo irmão a visitar e conhecer Mato Grosso: “até convidô eu e meus filho pra í conhecê lá, pra vistá lá, pra conhecê”. E também o irmão Nicolau: “até no meu ramo ele falô que eu era pra subi pra lá, pra ganhá dinheiro; mas não, não penso”, “não, por enquanto não”. As situações de ambos – irmã e irmão – no sul tendem a segurá-los no lugar onde estão. A estabilidade à certa aventura. Um “espírito de aventura” – para Rodrigo –, colocado por Nicolau, deve também ter influenciado o irmão para a saída do Rio Grande do Sul.

Nicolau, Dulce e Paula também falaram de outros gaúchos que recentemente migraram para Mato Grosso. “Há poucos dias”, observou Dulce. “Faz uns três mês que eles foram pro Mato Grosso”, complementou Nicolau. Foram e “compraram terra, compraram [também] uma casa na cidade, os filhos tão estudando, tão trabalhando, lá no Mato Grosso”.

A migração para o Mato Grosso ainda parece uma perspectiva para muitas gaúchas e muitos gaúchos. A compra de terra e de “uma casa na cidade”, com os filhos estudando e trabalhando, neste caso, pode indicar uma *mudança* sem os riscos de uma “aventura”.

Notas

1 Ver Rogério Haesbaert (1995).

2 Com base em Kurt Lewin, Eliseu Savério Spósito (1982, p. 20-21) salientou a importância do *horizonte geográfico* como questão central para a migração ou a permanência, sendo que a distância assume fator decisivo nas relações humanas; daí, que “- a disposição das pessoas em classes sociais

supõe uma diferenciação nas distâncias percorridas e na frequência dos deslocamentos” e, “- a percepção do espaço fundamenta uma noção de horizonte geográfico diferenciado por classes sociais e por faixas etárias”.

CAPÍTULO 7

Fazer-se nas diferenças

1. “É uma coisa de produção”

As relações entre quem ficou e quem migrou têm, nas representações sobre os lugares, a produção de significados que podem se dar pelas informações e contatos entre as gentes de cá e de lá ou por informações e contatos delas isoladas. As representações – e em decorrência os seus significados – podem estabelecer relações diretas com aquelas e aqueles que ficaram – ou que partiram –, ou mesmo serem produzidas autonomamente pelos sujeitos de um ou de outro lado da migração. No entanto, em qualquer uma das situações, e na medida em que as representações dos lugares passem a incorporar as gentes destes lugares, as considerações sobre quem migrou ou sobre quem ficou tendem a estabelecer relações entre as representações dos lugares e as representações sobre as suas gentes.

“Não, não...” Foi, praticamente em coro, que as irmãs e um dos irmãos de Rodrigo responderam, na casa da mãe no interior de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, à pergunta se alguém ali conhecia o Mato Grosso. “Não”. Paula, uma das irmãs, estendeu a resposta com o “mas, eu ouvi falar”. No “ouvi falar”, Paula apresenta um Mato Grosso de “campo”, “plantação”, “criação”, “progresso” e, inevitavelmente, o “trabalho”: “Mato Grosso é mais campo do que cidade; tem muita plantação, bastante criação, e que o povo de lá também é bastante otimista em relação ao progresso, em relação à indústria, e que lá só vai pra frente quem mesmo trabalha, né?”

De “ouvi falar”, Paula representa *um* Mato Grosso mais *campeiro* que *citadino* – de “plantação” e “criação” – e rumo ao “progresso”. Esse “progresso”, contudo, daria-se na dependência do trabalho, indo “pra frente quem mesmo trabalha”. Há, aqui, implicitamente, elementos de uma interpretação das *gentes*, daquelas que trabalhariam e daquelas que pouco ou nada trabalhariam. A condicionante para ir “pra frente” dependeria, então, do trabalho de cada sujeito, gaúcha ou gaúcho, ou não. Uma representação

construída a partir de um dos trabalhadores gaúchos em Rondonópolis, que até o momento não havia ascendido econômica e socialmente: “meu irmão”, frisou Paula.

Nicolau, irmão mais novo de Paula e de Rodrigo, até então mais observando que falando na roda que se formou na cozinha da casa da mãe – também porque era domingo –, e ainda guri quando o irmão migrou para o Paraná e depois para o Mato Grosso, apontou, além do trabalho, também a necessidade de “tê um certo capital” em uma possível *mudança* para o Mato Grosso:

olha tchê, não sei, pra mim até seria um estado bom, mas eu acho que tu, que hoje tu tem que, tem que tê um certo capital pra í lá pra cima, pra tu investi em alguma coisa, porque tu sai daqui também de carro-de-mão abanando, fica muito mais difícil, né? Antigamente talvez era mais fácil, as terra era mais barata, tu trabalhava, trabalhava um certo tempo, né, em algum ano você já conseguia teu pedaço de terra; hoje não tá daquele jeito, hoje eu acho que você tem que tê um...

“Um bom capital”, completou a irmã Paula.

“Um bom capital pra tu começá”, ainda ressaltou Nicolau. Mato Grosso “até seria um estado bom”, mas com “um certo capital pra í lá pra cima”. Hodierna, diferente de “antigamente [que] talvez era mais fácil”, seria imprescindível “um bom capital pra tu começá”. “Antigamente”, trabalhando, “em algum ano você já conseguia teu pedaço de terra”. Trabalho e propriedade da terra andavam juntos.

Hoje, em comparação, a propriedade da terra teria como pressuposto “um bom capital”. Apenas o trabalho de antes já não seria o suficiente, o que, por conseguinte, repõe, em relação à irmã Paula, a possibilidade de “progresso” também pelo trabalho, mas fundamentalmente pelo capital. O que, em grande medida, também restringe outras e novas tendências ou possibilidades de migração, pelo menos para o Mato Grosso, na medida em que “sai daqui também de carro-de-mão abanando, fica muito mais difícil”.

A fala do irmão mais novo, contudo, não dissolve a representação mais positiva de Paula sobre o Mato Grosso, que responde afirmativamente sobre a importância do estado mato-grossense para quem lá migrou: “eu acho que é, que é um estado importante, que todos que vão pra lá se dão bem, gosta de lá, né, ninguém até hoje ouve falá que Mato Grosso não é bom”.

Paula, em grande medida, como por ela já colocado, produz uma representação do Mato Grosso a partir das conversas com o irmão Rodrigo, um gaúcho trabalhador em Rondonópolis. O irmão, no entanto, não pode ser representado como uma das gentes “que vão pra lá [e] se dão bem”! Foi e ainda é trabalhador e morador da periferia rondonopolitana. O irmão, paradoxalmente, ainda pinta o Mato Grosso por suas possíveis positivities. Isso parece ocorrer, em primeiro lugar, porque Rodrigo reproduz uma representação idealizada e romântica do lugar, mas que também é uma representação das “elites” sulistas no Mato Grosso, que pelo “trabalho” teriam ascendido social e economicamente¹.

Se “as idéias de uma época sempre foram as idéias da classe dominante”², é possível dizer que também as idéias de um lugar ou sobre um lugar são as idéias da classe dominante daquele lugar.

Por outro lado, pode-se considerar que há uma intenção de Rodrigo, consciente ou inconscientemente, em fazer ver e fazer crer que o Mato Grosso é um lugar melhor que o Rio Grande do Sul. Que o lugar chegado é melhor que o lugar deixado. Esta intenção pode ser percebida, também, como uma autodefesa: representar positivamente o lugar onde se vive é dizer, em outras palavras, que se está bem no lugar.

Se no Mato Grosso o “progresso” é para quem ali trabalha – a representação de Paula a partir das informações de Rodrigo –, seria temeroso, senão equivocado e absurdo, pressupor que Rodrigo se enquadraria fora dos trabalhadores e que, ao contrário, pertencesse à condição de “vadio”³! Assim, a produção de uma representação positiva sobre o Mato Grosso acaba, em grande medida, re-autorizando a migração de Rodrigo para longe de sua terra natal, pois o lugar de chegada continuaria a ser melhor que o de saída.

Representar positivamente o Mato Grosso, para quem nele migrou e retorna – em visitas rápidas ou por contatos via carta ou telefone – para seu lugar de origem, é também acentuar que o lugar ainda se constitui como lugar de futuro, o que legitimaria – do presente para o passado, mas também do presente para o futuro – a acertada mobilidade no passado e a permanência no lugar do presente, a partir da reprodução das perspectivas positivas. Parece pouco importar se tais perspectivas sejam realmente reais para quem fala, a ou o migrante. O que importa é que elas – as perspectivas positivas –, de alguma forma, convençam – para quem ouve – que o lugar de quem fala é bom.

No extremo da tentativa em produzir e transmitir uma representação

positiva sobre o lugar chegado, assenta-se a possibilidade de que os seus, no lugar deixado, poderiam entender, de uma ou de outra forma, que a mudança fora um enorme fracasso. Migrar e fracassar no lugar de destino poderia significar que o “sucesso” ou o “fracasso” não são condicionados pelas relações econômicas nos lugares, mas pelo desempenho desastroso de seus postulantes; pelo seu fracasso. E nas relações interpessoais de partes do sul do Brasil – em especial de formação imigrante e descendência –, onde o trabalho assume uma centralidade importantíssima – na relação direta entre trabalho e sucesso ou fracasso –, o fracasso tende a ser concebido como o resultado do pouco empenho, esforço e dedicação. Em última instância, do pouco trabalho.

Assim como a mãe, irmãs e irmã de Rodrigo, também Arminda, primeira esposa de João e moradora de bairro periférico em Santo Ângelo, não conhece o Mato Grosso. Naquele dia vinte e dois de julho de dois mil e dois, uma segunda-feira, o início de tarde era agraciado pelo sol no inverno gaúcho. Arminda cuidava da neta, que dormia no berço, ao seu lado.

Não conhecia o Mato Grosso, mas falou com confiança e otimismo sobre o lugar onde O ex-marido e filho moram, destacando que fora “pelo trabalho” que os dois “tão lá”: “porque eles gostam e é muito bom, é, pelo trabalho lá, né, é muito bom, por isso que eles tão lá”. E de lá “eles gostam e é muito bom” porque as oportunidades de trabalho pareciam maiores e melhores. “É muito bom”...

Arminda, sem se levantar da cadeira, espia o berço. A neta dorme.

O sol do fim da tarde ainda espantava o frio daquela segunda-feira de julho. Valéria, ex-cunhada de Arminda e irmã de João, falou do Mato Grosso enquanto enchia e cevava o chimarrão:

a princípio eu pensava, hoje eu não penso mais, mas a princípio eu pensava que Mato Grosso era um lugar pra se ganhá dinheiro, tanto é que, como eu já falei contigo, né, uma vez eu até conversava com meu esposo e queria que ele fosse montá a oficina dele lá, a gente mudá, porque na época a gente se encontrava com dificuldade, e a oficina, assim, quando a safra dava bem ele tinha bastante serviço, quando não dava era aquele corre-corre atrás de dinheiro. E eu tinha essa idéia que era lugar de se ganhá dinheiro. Hoje eu já não tenho mais essa idéia, e também porque se ouve falá de lá, eu não conheço Mato Grosso, eu nunca fui pra lá, nem pra visitá, mas hoje já não tenho essa idéia que é [lugar] pra se ganhá dinheiro; se a gente tá realmente bem aqui, deve permanecê no lugar onde está.

No princípio era o paraíso... “Que Mato Grosso era um lugar pra se ganhá dinheiro”. As dificuldades no Rio Grande do Sul ajudavam a projetar

uma imagem positiva sobre o Mato Grosso, até ao ponto de cogitar uma possível *mudança* para lá – “até conversava com meu esposo e queria que ele fosse montá a oficina dele lá, a gente mudá”. Mas, hoje, “se ouve falá de lá” e “já não tenho essa idéia que é [lugar] pra se ganhá dinheiro”...

A permanência. Valéria fala de seu pequeno escritório no interior da loja de confecções e venda de roupas. Ali é a dona. É a patroa. E “se a gente tá realmente bem aqui, deve permanecê no lugar onde está”... Outro chimarrão.

O fim da tarde fazia o calor sumir junto com o sol. O chimarrão ajudava a suportar o frio que já se avizinhava. Valéria serve o chimarrão e explica a construção da imagem inicial positiva sobre o Mato Grosso e como esta mesma imagem foi perdendo força:

foi sendo construído assim: pessoas iam pra lá e a gente se comunicava e principalmente no ramo, na área de profissão de meu esposo; até na minha profissão que é a malharia, alguns falavam que já não era tanto de, porque eu trabalho [e] o giro bastante é por causa do inverno, e lá faz bastante calor, né?

Oficina mecânica e malharia: para o marido as informações do esgotamento ou, no mínimo, das maiores dificuldades em montar no Mato Grosso uma oficina. Para Valéria, o “ramo” de malharia tenderia ao fracasso, porque “o giro bastante é por causa do inverno, e lá faz bastante calor”.

A passagem de uma representação positiva para outra negativa, para Valéria, teve como parâmetro a possibilidade de desenvolvimento das atividades do marido e dela no Mato Grosso. Primeiramente como “um lugar pra se ganhá dinheiro”; depois, o Mato Grosso “que já não era tanto”.

E é “bastante calor”...

O irmão de Ana tem a produção de sua representação sobre o Mato Grosso assentada sobre uma experiência de trabalho de cinco anos no lugar: “olha, conheço [Mato Grosso], até trabalhei cinco anos lá”. Os “cinco anos lá” possibilitaram a Chico produzir uma imagem positiva sobre o lugar, mesmo que sua experiência tenha se dado, em especial, no Mato Grosso do Sul:

olha, o que eu vô dizê, é uma coisa assim, uma coisa que, hoje, vamo dizê assim, comparando Rio Grande, Mato Grosso e Santa Catarina, e o Paraná também, são praticamente quatro estado que é de produção, é uma coisa de produção, vamo dizê assim, né, lavora... Como é que se diz, é, parte de gado,

essas coisa tudo, né, que lá pra cima também dá muito isso aí. Então é isso aí, uma coisa que, pra cima já é uma coisa que muda, muda, onde eu já tive lá pra cima [referência à uma recente viagem que fizera ao sul do Maranhão], já muda dos quatro estado daqui, que é o Paraná, o Paraná também é produtivo e tal, o Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande, então é... Eu acho.

O Mato Grosso “é uma coisa de produção”. O desenvolvimento da atividade agrícola – “lavora” – e pecuária – “parte de gado” – são os suportes econômicos fundamentais para a produção de uma representação positiva sobre o lugar onde vivem a irmã, os sobrinhos e o pai. Mato Grosso participaria como um dos estados, dentre quatro no Brasil – “comparando Rio Grande, Mato Grosso e Santa Catarina, e o Paraná também” –, representado pelo seu potencial de produção ligado, especialmente, à produção agropecuária – “são praticamente quatro estado que é de produção”.

A produção de uma representação positiva sobre o Mato Grosso – destacando o desenvolvimento das atividades agrícola e pecuária –, a partir da fala do irmão de Ana, se por um lado se assenta sobre a sua particular experiência de trabalho no Mato Grosso do Sul, por outro é produto das informações e contatos correntes com *gentes* que vivem ou que visitaram Mato Grosso, ou mesmo informações através de noticiários midiáticos que constantemente ressaltam os recordes de produção agrícola – em especial de grãos – no Brasil, enfatizando a importante participação do estado mato-grossense.

Na mesma direção, é importante destacar que a representação positiva – com bases na agropecuária – parece ter também por eixo a migração de mulheres e homens do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, dirigindo-se para atividades econômicas ligadas à agricultura e à pecuária, em especial à primeira. Uma migração tanto de gaúchas e de gaúchos capitalizados como de gaúchas e gaúchos sem dinheiro ou com pouco dinheiro; parte dos primeiros tornando-se médios e grandes proprietários rurais ou urbanos e, dos segundos, trabalhadoras e trabalhadores urbanos ou rurais.

Também, as informações mais gerais sobre o Mato Grosso que chegam aos familiares e parentes de migrantes no Rio Grande do Sul, tendem a estar estritamente relacionadas a municípios específicos daquele estado. Esse aspecto – aparentemente inexpressivo – coloca-se importante na medida em que tais municípios foram recentemente criados e que têm em sua população de origem sulista a participação de destaque de gaúchas e gaúchos entre os médios e grandes proprietários. São exemplos Primavera do Leste, Campo Verde, Canarana, Campo Novo do Parecis e Sapezal. Rondonópolis foi emancipado em 1953, mas acaba também participando da

imagem de municípios economicamente desenvolvidos com a participação de gaúchas e gaúchos, porque se destaca como um dos principais produtores agropecuários do estado, além de deter o terceiro lugar no “ranking” econômico de Mato Grosso. Todos os municípios aqui elencados têm nos Centros de Tradições Gaúchas – CTGs – uma entidade de destaque e de representação da participação de gaúchas e gaúchos no desenvolvimento econômico dos lugares.

Ainda para Chico, passando da representação do lugar Mato Grosso para as suas *gentes*, esta apresenta como base a constatação anterior ligada à produção – “é uma coisa de produção”. E se esta produção é também componente de outros estados, as *gentes* destes estados devem apresentar a mesma capacidade e desempenho no trabalho:

olha, é, o que que eu vô dize, né? Não, isso, é os quatro estado que trabalham, né, é uma coisa, é o paulista também, né, tudo unido, todo mundo trabalha, né? Eu acho assim: o cara que tá, que tem um serviço na mão, ele vai trabalhá, ele vai querê progredi, né, progredi, ele vai querê subi... Agora, através do Mato Grosso e daqui do Rio Grande, óia, eu digo assim: ‘eu dô dez pra cada um, eu dô dez ponto pra cada um, é os dois igual’, né?

Para Chico, os quatro estados que produzem – “quatro estado que é de produção” – são, evidentemente, “os quatro estado que trabalham”. Produção e trabalho são indissociáveis nas representações do lugar e das *gentes* do Mato Grosso. Ressalta-se, no entanto, que o irmão de Ana amplia o número de estados “que trabalham” para cinco, ao incluir neste rol o estado de São Paulo através dos paulistas – “e o paulista também” trabalha. “Todo mundo trabalha”. Para as *gentes* desses cinco estados, o trabalho – “o cara que tá, que tem um serviço na mão, ele vai trabalhá” – está intimamente associado à perspectiva de progresso – “ele vai querê progredi, né, progredi” – que, por sua vez, está em *simbiose* com a ascensão sócio-econômica – “ele vai querê subi”. Assim, a produção seria resultado do trabalho; o trabalho resultado da perspectiva de progresso que sobre ele se coloca; e, o próprio progresso resultando na ascensão de quem trabalha.

Produção, trabalho, progresso e ascensão sócio-econômica no Mato Grosso – mas também no Rio Grande do Sul e em mais três estados: “estado que é de produção” e “estado que trabalham” –, na fala de Chico, “cambaleiam” entre indivíduos isolados e um pretense *sujeito coletivo*, entre o “cara” e o “estado”. Em “o cara que tá, que tem um serviço na mão, ele vai trabalhá, ele vai querê progredi, né, progredi, ele vai querê subi”, a

ênfase é sobre o indivíduo: o trabalho, o progresso e a ascensão parecem depender exclusivamente daquela ou daquele que trabalha. Já em “estado que é de produção” e “estado que trabalham”, a ênfase se concentra sobre um sujeito abstrato geral, sem *nome* e sem *rosto*.

Mas tanto em um quanto no outro caso – a perspectiva individual ou a perspectiva generalizadora – há a desconsideração, na representação do lugar e de suas *gentes*, de possíveis desigualdades sócio-econômicas no interior dos estados, porque na representação de “estado que trabalham” todos os indivíduos ali trabalham, assim como a desconsideração de como atuam as oportunidades diferenciadas para uns e para outros para “progredi” e “subi”. Esse aspecto tem sua melhor ênfase em “tudo unido, todo mundo trabalha”, ressaltando em “tudo unido” a existência de certo consenso entre “todo mundo” que “trabalha” para impulsionar o “estado que é de produção”, em direção ao progresso.

Chico, igualmente, acaba desconsiderando possíveis desigualdades e diferenças entre os próprios estados – “eu dô dez pra cada um, eu dô dez ponto pra cada um, é os dois igual”. O “dois igual” foi a referência aos estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul – “através do Mato Grosso e daqui do Rio Grande” –, destacando a igualdade de condições entre um e outro lugar para a produção, o trabalho, o progresso e a ascensão sócio-econômica.

Jeitos de ver os lugares. De ver suas gentes.

Rita viu dois de seus irmãos migrarem para o Mato Grosso. De longe, *ouviu os estrondos* das promessas não cumpridas pelos fazendeiros. Entre o marido e o filho, na tarde de verão de janeiro – terça-feira – por entre alguns latidos dos cachorros que rodeavam a casa e o galpão da pequena propriedade no interior de Chapada, no Rio Grande do Sul, Rita pensa o Mato Grosso pelo que “falavam” dele: “do Mato Grosso falavam tanta coisa boa, tanta coisa ruim, agora, hoje a gente tá mais por dentro, já é, as coisas também mudaram, né?”

Tantas coisas “boa” e tantas coisas “ruim”. É o que falavam e o que Rita ouvia.

Contudo, “hoje a gente tá mais por dentro”:

ai a gente tem que í com bastante dinheiro, né, senão não vai, se é pra nós vendê nossas coisinha aqui e morá no Mato Grosso, fazê o que lá? Comprá um pedaço de terra, uma morada que nem a gente tem aqui não compra, né. O que gastá em mudança, até que a gente tá instalado de novo, e daí precisa de dinheiro pra vivê algum tempo.

Rita foi rápida e certa: “tem que í com bastante dinheiro”.

Na casa da família de pouco dinheiro, a bolacha recheada é servida na pequena área que antecede a cozinha da casa simples de Rita, do marido Juvenal e do filho Bento... Mas, para *mudar* para o Mato Grosso, só “com bastante dinheiro”. Para ela, o Mato Grosso não seria melhor que o Rio Grande do Sul: “pra mim não”!

Juvenal, o marido, complementou explicando “porque pra í lá você tem que tê, assim, mais conhecimento com o pessoal, até tu entrá no ritmo deles, né, leva cinco ano, mais, né?” Além de dinheiro, “mais conhecimento”. Além de “mais conhecimento”, é importante “entrá no ritmo deles”.

O jeito deles.

Rita e Juvenal já passaram dos cinqüenta anos. Talvez “cinco ano” fossem demais *pra* “entrá no ritmo deles”. É melhor permanecer ali, onde o galo canta cedo e as galinhas dão os ovos, as vacas o leite, os bois e os porcos a carne e a terra, a vida.

Diferente de Rita e Juvenal, Horácio, irmão de Antônio, já depois do quinto chimarrão naquele início de noite de sábado de janeiro, disse que:

existe um leque muito grande, hoje o Mato Grosso é praticamente um celeiro hoje do Brasil, principalmente na agricultura. A agricultura, a pecuária... A agricultura já tá tomando o espaço da pecuária na medida que o tempo passa, a tecnologia e tudo, a agricultura vai avançando. E eu acho que é um futuro muito promissor ali, no Mato Grosso.

O Mato Grosso como um *lugar de futuro*. De produção: “um celeiro” feito de agricultura, pecuária e avanço da tecnologia. A representação positiva do Mato Grosso parece se afirmar na medida mesma em que os recordes de produção de grãos se sucedem. Grãos de soja.

Arrobas de algodão.

Dinheiro no bolso dos empresários rurais.

O *agribusines* empreendedor e exportador.

“É um futuro muito promissor ali”⁴.

2. “Acho que são é vagabundo mesmo”

O *olhar* dos familiares do sul ultrapassa o ente em Rondonópolis e também se detém sobre as outras *gentes*. E seus lugares. Representações,

que dependendo do autor da fala, voltam-se para o lugar primeiro *deixado*: o Rio Grande do Sul. Em ambos, contudo, na *origem* e no *destino*, as palavras se emprestam a apontamentos que constroem as suas *gentes*, os seus *jeitos* e sujeitos.

No Paraná, familiares podem falar do lugar Mato Grosso ou do lugar antes *deixado*, o Rio Grande do Sul. Horácio, gaúcho de nascimento, mas paranaense por vivência, falou de sua terra natal como um lugar de “fibra”, de “vontade” e de “desbravamento”:

o Rio Grande do Sul representa um, uma fibra, uma vontade, assim, um povo que, um povo que vai em busca das coisas, de desbravamento. O Paraná aqui também começô com o pessoal do sul que veio pra cá, é um povo, assim que, muito corajoso... Só que lá hoje, no Rio Grande do Sul, já é pequeno pros gaúcho, daí procuram saí, subi cada vez mais: assim fizeram com o Paraná aqui, que agora tá desbravado, daí os paranaense, que era a maioria gaúcho, foram subindo, e continua hoje ainda. Foi primeiro Mato Grosso, daí Mato Grosso do norte, Mato Grosso do Sul primeiro, Mato Grosso, hoje tão indo lá pro Pará, lá pra cima... O que a gente pode vê é a maioria do pessoal do sul, né, gaúcho, catarinense, paranaense.

O “desbravamento” irrompeu o próprio *chão* e deslindou para o Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará... “Foram subindo, e continua até hoje”. Porque o Rio Grande do Sul foi “pequeno pros gaúcho”. “É um povo” “muito corajoso”. A representação heróica do “povo” sul-rio-grandense se reproduz no oeste paranaense. Um ser ontologicamente desbravador, de coragem e de fibra. Feito de “vontade”.

Um desbravamento que, nos primeiros idos da década de oitenta do século vinte, já teria tomado conta de Rondonópolis, quando Horácio morou um ano no Mato Grosso:

lá no meio onde a gente vivia, pra dizê a verdade não tinha muito mato-grossense; a gente vivia ali na, naquela república lá, e ali já a maioria já era gaúcho. A gente, assim, com o mato-grossense, não tinha muito contato naquela época. Eu não saía muito. Mas, por aquilo que a gente via, é um povo educado também, um povo trabalhador também, né?

O mato-grossense: “um povo educado” e “trabalhador também”. Certamente, como o sulista. Os contatos foram poucos, porque na “república” “a maioria já era gaúcho”. Uma “república” de trabalhadores, no “desbravamento” do cerrado mato-grossense, à procura de melhores condições de vida.

Os gaúchos do trabalho amontoados, também, em *republiquetas*. E, longe ou próximas, as *gentes* do Mato Grosso, a maioria também migrantes de outras plagas. O trabalho como objetivo comum. Diferenças, só nos costumes e no sotaque:

as vez nos costumes, talvez, né, tinham outros costumes, assim, que a gente tinha; o próprio linguajar deles, né, a gente tem um sotaque mais sulino aqui, todo mundo vê logo e, às vez, até causá constrangimento na gente, né, falavam aquele português mais... Cada região tem um sotaque, né... Hoje, quando a gente sai por aí, todo mundo fala ‘não, você é gaúcho’, né, a gente vê logo no sotaque [risos].

Andanças, perambulações, migrações. Horácio está a quarenta e três anos longe do Rio Grande do Sul, do local onde nasceu. Gaúcho e de origem germânica, já *pegou* o “costume” do lugar Paraná:

quarenta e três anos... Mas aqui influencia a região, né, a região de origem alemã, né, isso que influiu bastante, origem germânica... Quando você fica muito tempo num lugar, lá você pega também o costume deles, né? Como o meu irmão, o Antônio, ele já se ambientô naquele lugar, né, praticamente já pegô os costumes deles lá agora, né?

Horácio *pegou* o costume do Paraná. O irmão Antônio, do Mato Grosso. É só ficar “muito tempo num lugar, lá você pega também o costume deles”. *Acostumar-se. Ambientar-se. Ajeitar-se.* A origem germânica, no oeste paranaense, “influiu bastante”. No Mato Grosso, o irmão Antônio, também de origem germânica, parece que já “virou” *gente* de lá, porque “praticamente já pegô os costumes deles”. Deles. Mato-grossenses.

A irmã de Bibiana, Rosa, morou em Rondonópolis e em Cuiabá. Teve mato-grossenses como vizinhos e uma paranaense como patroa:

quando nós chegamos lá, o que tinha de mato-grossense era só os vizinhos do lado, o resto era tudo de fora também; eu até trabalhei num supermercado, no Casa Blanca, ela era paranaense também, então já combinava, combinava, né? Mas lá em Cuiabá em convivi com bastante mato-grossense, no local onde eu trabalhava, né, lá do Mato Grosso, sabe?

Da convivência nas duas cidades mato-grossenses, uma constatação:

lá as pessoas são mais simples... E aqui as pessoas elas não tem nada e acham que tem tudo, entende? O gaúcho é muito metido nesse sentido; eu

falo pra qualquer um... Não, porque lá as pessoas são simples, eles não têm essa questão, assim, de serem... E os alemão aqui de Panambi, tá lôco... São arrogante.

O contraponto entre simplicidade e arrogância, entre humildade e prepotência... E, para Rosa, “o gaúcho é mais ativo no sentido de sê mais, de repente... Mas lá as pessoas também são assim simpáticas, né, solidárias também, né? A diferença é só isso que eu vejo, eu acho”.

“O gaúcho é mais ativo”, e “o povo de lá é um pouco pacato, né, eles são mais lentos, digamos, né, mas eles desenvolvem as tarefa a contento, do jeito deles, né?” Por outro lado, também acentuou Rosa, “é que lá também mato-grossense já é meio raro, né, muita gente de fora, né? Mas eu, pelos meus colegas, pelo que eu pude percebê, o gaúcho ele é mais rapidinho, digamos, né, mais ágil... O gaúcho, né? O mato-grossense ele é mais lento, ele desenvolve mais... Fica na dele, né?”

O “mais rapidinho” e o “mais lento”. O mais “ativo” e o mais “pacato”. Contudo, ambos *desenvolvem as tarefas a contento*. “Do jeito deles”.

Rosa *desfiava* em relatos as *gentes* daqui e de lá. O marido Arnaldo, com a neném no colo, ouvia atento entre carícias e beijos na filha pequena... Mas, por entre os *nós* da fala da esposa, Arnaldo foi *tecendo* o próprio repertório, que começou assim:

sabe, por uma colocação, você vê, né, devido, tá certo, Rondonópolis [tem] cento e cinquenta mil habitantes, Panambi tem a metade, menos da metade, quase sessenta mil hoje, né, pode percebê, mas, tu passa aqui na praça de dia, no centro, né, cara, é difícil tu vê aquela vagabundagem que tem em Rondonópolis, né, cara, principalmente mendingo, porque lá são mendingo sem vergonha...

Uma “colocação”. “Vagabundagem” e “mendingos”. “Mendingo sem vergonha”. “Na praça de dia”. “No centro” de Rondonópolis.

A memória de Arnaldo lembra o lugar. Lembra da “vagabundagem”, dos “sem vergonha”. Diferente da praça de Panambi. “Aqui não tem”, também afirmou a esposa.

As palavras de Arnaldo referem-se a um local específico de Rondonópolis⁵. Não é uma representação dos rondonopolitanos. É de parte de suas *gentes*. Do visível. Do que *bate* aos olhos. Dos “mendingos” da praça. *Pura* “vagabundagem”:

porque serviço tem lá, né, cara, é só tu procurá em fazenda e coisa, né, cara? Eu, sei lá, acho que são é vagabundo mesmo, não tem outra palavra certa pra expressá. Aqui em Panambi tem um ou dois, na praça ali, porque são borracho, não querem trabalhá também, porque serviço aqui tem de monte agora, o que tem de gente de fora vindo pra cá pra trabalhá, o que tem de gente vindo de fora, cara, você se apavora. Dentro da fábrica, lá mesmo, tu olha, sessenta por cento de mil e duzents funcionários são tudo de fora, não são aqui de Panambi, gente de, de Três de Maio, daquele lado lá, sabe?

Se serviço tem, então “é vagabundo mesmo”. Trabalho, “é só tu procurá em fazenda”. Em Panambi também “tem um ou dois” “vagabundo”. “Porque são borracho”. Bêbados. Como *lá*, “não querem trabalhá também, porque serviço aqui tem de monte”. Como em Rondonópolis. “É só tu procurá”.

Aqui “tem, lá na praça, só um vinho, né, um borrachão, mas isso aí é borrachão, né, não é vagabundo, vadio... Esse da praça também, a maioria do tempo dormem bêbado na praça, né? Dois, três cara. Mas não é aquela quantia que tem lá em Rondonópolis, né, aquela vez que a gente tava lá até mataram um na porta da igreja lá, né?”

Aqui, os bêbados. Um ou dois.

Lá, em Rondonópolis, “vagabundos” e “vadios”.

Lá, “até mataram um na porta da igreja”. Dormem na praça. “Vagabundeiam”. “Vadiam”. *Sujam*... “Suja até a vista da cidade sempre um pouco, né”, complementou Arnaldo. “Suja” a vista de quem chega e de quem vai. A cidade suja de gentes “mendingos”. Na praça. Mas também na rodoviária e proximidades.

A rodoviária foi transferida para um outro local, longe do centro e longe dos “mendingos”. E, então, Arnaldo perguntou: “o que é ali agora onde tinha a rodoviária?” O terminal de transporte coletivo. Ao lado, no antigo “tubarão”, um camelódromo.

“Mas continua esses cara lá ainda, esses mendingo lá?”

Foi a última pergunta de Arnaldo.

3. “Acabô e lá deu uma coisa assim que chegô num ponto que, sabe, a mulher não agüentô”

A distância entre os sujeitos de *lá* e *daqui* – provocada pela migração – também se reflete na distância das frustrações e sucessos que as *gentes* de ambos os lugares participam. Essa distância, no entanto, não impede

que os desdobramentos dos sucessos e frustrações extrapolem os lugares onde ocorrem e acabem atingindo as *gentes* dos lugares distantes.

Assim como um tremor de terra – e aqui é apenas a tentativa de construção de uma metáfora e não a naturalização das relações sociais, neste caso, das *relações migratórias* – atinge tanto o seu epicentro como terras longínquas – em frequências cada vez menores na medida em que se dá o afastamento do centro –, também as relações dos familiares e parentes distantes repercutem mais ou menos dependendo de como os contatos se processam.

Por outro lado, a repercussão das frustrações e sucessos participa mais como um aspecto proveniente das relações que comumente são construídas entre familiares e parentes, do que entre migrantes e pessoas que ficaram. Ou seja, o movimento migratório é secundário em relação ao fato que envolve alguém que está longe. Isso parece se dar porque a apreensão do fato – pelos sujeitos que estão distantes – ocorre em consonância com relações familiares, afetivas, de parentesco e comunitárias que independem da distância para se constituírem, pois se *fazem* sobre uma dinâmica histórica e cultural em que a circunstância de estar próximo ou distante não retira de ninguém a condição de irmã, irmão, pai, mãe, tia... Ou seja, antes de se estar próximo ou distante, se é familiar ou parente. A distância ou a proximidade, por isto, provocam apenas mudanças na “frequência” do “terremoto”, e não a dissolução dos desdobramentos.

O irmão Rodrigo ainda participa das relações com a mãe, as irmãs e os irmãos no Rio Grande do Sul. É ainda o irmão brincalhão e comunicativo. O irmão que vem de vez em quando. O irmão que migrou casado e agora nas visitas volta só. A separação no Mato Grosso. A ex-esposa mora ao lado, na casa junto do filho. Rodrigo, na casa da filha. Casas “germinadas” do bairro Jardim Europa.

Paula, uma das irmãs do sul, foi veemente sobre a separação do irmão: “nós já esperava isso”. Porque “já tava um casamento meio...”

Silêncio.

E nada mais.

“Um casamento meio...” *difícil*, certamente. Era o que queria dizer Paula. Mas não disse. As irmãs se entreolharam. A mãe tinha um olhar distante. Não era assunto para ser gravado. E enquanto o gravador permaneceu ligado, nenhuma referência mais foi feita no sentido de apontar as possíveis condicionantes da separação.

Contudo, comentários foram feitos no sentido de resguardar a

imagem da ex-cunhada: “é, ela [a ex-esposa de Rodrigo] é muito legal, trata a gente como cunhada, a gente não tem problema nenhum com ela, né”, observou Paula. Sobre os filhos de Rodrigo e a separação, também Paula salientou que “acho que eles também esperavam, é que tão separados mas eles se visitam, né, eles não tão longe”.

Moram próximos. Os filhos já esperavam. Rodrigo e a ex-esposa, segundo Paula, “se dão muito bem, e, assim, talvez não afetô muito os filhos”. Como disse Dulce: “é, vivem como amigos, é, agora eles não brigam mais, antes eles brigavam sem pará...” Risos. Muitos risos... Porque “antes eles brigavam sem pará”...

Depois da entrevista *formal*, com o gravador desligado, as irmãs colocaram que talvez um dos motivos para as dificuldades encontrados por Rodrigo no Mato Grosso, e principalmente em relação à separação, tenha sido a “bebida”. O consumo do álcool teria levado às constantes brigas – “eles brigavam sem pará” – entre o irmão Rodrigo e a esposa. A “bebida” acabou participando, assim, como a produção de uma condicionante que ajuda a explicar as condições econômicas e a condição conjugal do irmão no Mato Grosso.

Diferente de Rodrigo, João casou e descasou, casou e descasou novamente e, mais uma vez, casou. A primeira esposa, Arminda, mora no Rio Grande do Sul. Com ela teve um filho, Ricardo, que mora com o pai no Mato Grosso. Arminda *sabe* que foi a primeira esposa de João, depois... “olha, eu nem sei... [risos], não sei, comigo foi a primeira, né, não sei das aventura dele...” Depois da separação, não houve – e não há – nenhum compromisso econômico entre ambos: “o que ele ganha lá é dele, e o que eu ganho aqui é meu”, salientou Arminda. O vínculo é o filho. Só o filho.

João foi para o Mato Grosso e retornou. Dois anos depois foi novamente. Está lá. O filho Ricardo, após umas visitas, também resolveu ficar. Arminda vive sem o filho, mas as relações com os dois homens no Mato Grosso continua igual: “não mudô nada, o jeito que ele era, calmo, assim, tranqüilo, é até hoje, a mesma coisa”. O *jeito* não mudou. João continua “calmo” e “tranqüilo. “A mesma coisa”.

A irmã de João, Valéria, também falou sobre a separação do irmão com a primeira esposa e, daí, sobre o sobrinho Ricardo. A irmã e tia ressaltou, em especial, a preocupação com as condições econômicas do irmão e com as possibilidades de sustentação do filho:

eu penso, olha, eu penso a separação sempre ruim pras criança, eu, quando ele se separô da Arminda, foi uma decisão que eles tomaram, os dois, eu não via isso como uma coisa boa, assim, por causa do Ricardo. Mas ele aqui, bem mais perto do Ricardo, ele nem podia ajudá no sustento dele, então pelo menos lá, se ele... Claro, vai com aquela esperança, não se tem certeza se vai dá certo ou não, né, mas com a certeza de que pelo menos ele pudesse mandá uma pensão, ou de repente de ele viesse buscá o menino pra ajudá ensiná a profissão, né, então essa a esperança... Então a gente até viu assim como uma coisa boa, por esse lado, não pelo outro lado da separação, que eu nunca acho bom, principalmente pras crianças, né, porque as vez eu penso assim: ‘como não é a cabeça dele, né’, do menino Ricardo, pais separados, um aqui e outro lá, e um pouco ele fica lá com o João, um pouco com a Arminda, né, então isso deve ser uma confusão na, na... Apesar de que ele já tá moço, né, eu faz muito tempo que não vejo ele, que não converso mais com ele. Mas tem o lado bom de ele realmente ter arrumado um emprego, ganhá um salário e que ele pudesse mandá esse dinheiro pro menino.

A ex-esposa de João é dona de casa. A irmã é pequena empresária do ramo têxtil. Na fala da segunda aparece, em grande medida, certa insistência na necessidade do irmão prover economicamente as necessidades do filho. Tanto sobre a separação como sobre a migração, o componente mais ressaltado por Valéria acabou sendo o aspecto econômico, porque “ele aqui, bem mais perto do Ricardo, ele nem podia ajudá no sustento dele”. Porque no Mato Grosso – e esta era a “esperança” –, talvez, João “pudesse mandá uma pensão”, ou, “de repente”, que “ele viesse buscá o menino pra ajudá ensiná a profissão”. E, sobre a separação, que “deve ser uma confusão” para o filho. Mas o sobrinho “já tá moço” e o pai arrumou um emprego e ganha um salário.

Contudo, a tia também fala de um sobrinho já distante. “Faz muito tempo que não vejo ele, que não converso mais com ele”. Uma possível relação mais próxima entre sobrinho e tia parece ter dado lugar a constatações de ordem meramente econômica. Filho e mãe. Filho e pai. Mãe e pai separados. Porque, o que parece importar, é a possibilidade do irmão “ganhá um salário e que ele pudesse mandá esse dinheiro pro menino”.

“Essa a esperança”!

Um dos fatos de maior intensidade após a migração de Ana, o marido, os filhos e o pai, do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, foi sem dúvida a separação do casal – Ana e marido. Esse fato teve implicações sérias para Ana, para os filhos e para o cônjuge. Este, retornou para o Rio Grande do Sul e aqueles inicialmente migraram para a capital do Mato Grosso do Sul, e em seguida voltaram para Rondonópolis. Um fato que extrapolou o seu

“epicentro” e foi fortemente apreendido pelo irmão de Ana que vive no Rio Grande do Sul, em especial porque sua esposa também é irmã do ex-marido de Ana. Todos duplamente cunhados.

Fatos assim são tratados sempre com muita cautela e precaução por quem fala, principalmente por aquelas e aqueles que estiveram e estão longe. Sobre a separação da irmã no Mato Grosso, Chico rápido e inicialmente construiu uma passagem entre dois momentos, um de *paz* e outro de *guerra*: “lá, sei que trabalharam, lá tudo, na lavoura, lá tranqüilo, pelo que eu sei, não tive lá, não sei, né, mas pelo que eu tô sabendo, e vai um entrevero daqui, um entrevero dali...”.

De um momento de tranqüilidade o casal passa para outro de “terremoto” – “um entrevero daqui, um entrevero dali”. Esses dois momentos se alinham com *instantes* de trabalho e de “bebedera”:

ela [Ana] era cozinheira, cozinjava, e a outra cozinjava também, e assim por diante e tal, né, e vai pra lá e pra cá e daí começa as bebedera, as bebedera, por isso sempre, né, eu sei que lá, de repente os outros voltaram e o Amaral e a Ana ficaram lá, e o outro casal voltô, e o outro casal voltaram, voltaram.

A narrativa também alude ao casal de primos – que foi o principal incentivador –que migrou conjuntamente com Ana, o marido, os filhos e o pai para o Mato Grosso. As definições de trabalho no Mato Grosso, no momento da migração do Rio Grande do Sul, estavam colocadas para os dois casais. Nestes “entreveros” – “um entrevero daqui, um entrevero dali” –, o casal retorna para o sul. As tensões entre o casal – Ana e o marido – teriam se dado em função das “bebedera” de Amaral. As brigas passaram a ser constantes, ocorrendo inclusive a interferência do pai de Ana:

e, pelo que eu sei, foi negócio de bebedera, e aí as vez o seu Amaral as vez batia, e uma vez o seu Maneco, o véio, que é o seu [“o seu”, como “ele se acha o tal”] né, eu já digo que não é o meu pai legítimo, que é outro pai, né, depois eu posso concluí isso aí, né, brigaram muito, brigaram muito, daí acabô, acabô e lá deu uma coisa assim que chegô num ponto que, sabe, a mulher não agüentô.

A “bebedera”, as brigas – “as vez batia” – que também envolveram o pai – “brigaram muito” –, a situação ao extremo – “chegô num ponto” – e o desfecho – “a mulher não agüentô” –, são aspectos que participam de um fato não menos tenso como o *desenrolar* da própria narrativa, que também abre *parênteses* para observar que o pai da irmã “não é o meu pai legítimo”

e que “depois eu posso concluí isso aí”.

Em “a mulher não agüentô” parecia se dar o desfecho do drama – e da trama –, mas Chico ressaltou – no movimento mesmo da narração – um aspecto até então não sublinhado: a traição: “o homem bêbado, ele bebia porque ela traía ele, uma coisa assim, sabe, uma coisa que... [a esposa intervém: “um assunto que só os dois podem resolvê...”] É, eles devem resolvê. É mais ou menos isso...”. O excerto final se confunde com o *clímax* do fato narrado. A “bebedera” e as brigas – os “entreveros” – aparecem associados à traição cometida por Ana – “ela traía ele”. No entanto, a questão da traição é “uma coisa [mais ou menos] assim” e são “eles [que] devem resolvê”.

A narrativa se interrompe...

Mesmo à distância do fato – temporal e espacialmente – o irmão termina quando expõe uma questão – a mais delicada –, que não cabe nem a ele nem à esposa entrar em pormenores. E a finalização é tanto a explicitação de que tudo se deu assim, ou não, na expressão do que – ali e naquele momento – era possível de exposição: “é mais ou menos isso”.

4. “O caminho deles é esse aí”

A fala sobre a migração de alguém próximo geralmente tende a ultrapassar a questão meramente localizada da saída do lugar – em tempo e espaço definidos. A fala se constrói abarcando elementos vários que estão ligados tanto à vida de quem foi como de quem ficou. O entrelaçamento de múltiplos componentes vai também envolvendo o próprio sujeito da fala. Um envolvimento que por vezes se aproxima e por vezes se distancia de questões que se colocam mais simples e outras que se colocam mais complexas.

Falar sobre a migração de outrem é falar também das relações de antes e depois da *mudança*. Nessas relações os sujeitos que falam tiveram ou tem participações que podem inibir ou motivar a fala. A inibição ou a motivação dependem do teor das questões que são arroladas. Por vezes, o silêncio é uma resposta de sinalização para a inibição. Em outras, o riso solto se coloca como um provocador para o deslanchar da narrativa. Por isso, as distâncias entre o que se quer falar e o que se pode falar podem variar dependendo do assunto, ou seja, entre a discurso possível e o *saber* apropriado.

Sobretudo, a fala sobre a migração – para quem *ficou* – é grandemente a construção de narrativas sobre a outra ou sobre o outro, resultando daí uma revelação sempre parcial. Essa parcialidade, no entanto, não reduz a importância de quem fala e da própria fala. Ao contrário, indica que a construção do *olhar* sobre a migração é – além de uma possibilidade – sempre a expressão possível que se molda e que se faz a partir de um lugar e de um tempo. Um *olhar* formado – e por vezes forjado – sobre um fato que não se encerra em si mesmo, mas que abrange uma multiplicidade de outros fatos – “menores” ou “maiores” –, que no seu encadeamento vão dando *forma e conteúdo* à fala migratória, das *gentes daqui* e das *gentes de lá*. E isso implica na acuidade, na sutileza e na atenção aos melindres para a construção da fala sobre os lugares da migração. Em especial sobre as *gentes que partiram*. Outras que retornaram. E entre a *partida* e o retorno – mas também antes e depois – há um “manancial” de *pontos e linhas* que vão sendo costurados e neles estabelecendo concatenações para a construção do *olhar*. De quem *ficou* para quem *migrou*.

Uma questão bastante delicada na migração de Ana, marido, filhos e pai, do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, foi a separação – de Ana e o marido – no lugar distante. A separação provocou novas migrações: de Ana e os filhos para Campo Grande – temporariamente – e do marido em retorno para o Rio Grande do Sul. O retorno do marido foi, sem dúvida, a mobilidade que mais implicações teve – diretas ou indiretas – sobre a vida do irmão e esposa – irmã do marido retornado – que vivem no sul, porque deu-se para o lugar onde moram. O lugar possível para o ex-marido de Ana – após a separação – foi o lugar de origem, onde vivia antes da migração para o Mato Grosso.

Para o irmão de Ana – ex-cunhado do ex-marido – o retorno se mostrou “estranho”:

mas óia, eu até achei meio estranho, sabe, uma coisa assim, né? Não sei, não sei, eu não sei tê dizê assim se foi um, sei lá, uma coisa, como se diz, a presença, eu quero bem ele, por sê meu cunhado e tal, né, o que que eu vô dizê home do céu, eu pensei, pôxa, ‘foi um casal que se separaram’, né, eu acho, eu pensei assim, né, eu me metê na vida deles, eu não, né, como se diz, não... Até, inclusive, ele me pediu um dia também, né, diz, ‘olha Chico, eu gosto da tua irmã, gosto e tal’, né... ‘Mas home do céu, o que que eu vô fazê?’ É a mesma coisa que eu me separá da minha [esposa] e pedi pra ele e ele não tê, né, né...

O estranhamento inicial pelo retorno do cunhado foi acompanhado

por uma postura de não intromissão na questão tanto do retorno como da condicionante principal, a separação no Mato Grosso – “foi um casal que se separaram’, né, eu acho, eu pensei assim, né, eu me metê na vida deles, eu não”. Uma possível iniciativa para conversar sobre a questão e até pedir a intervenção na relação já rompida, partiu do cunhado retornado: “inclusive, ele me pediu um dia também, né, diz, ‘olha Chico, eu gosto da tua irmã, gosto e tal’”. O “pedido” constrói o entendimento que a separação – mesmo sob “bebedera” e brigas – não dissolveu a possibilidade – para o ex-marido – de uma aproximação e até reconstrução do casamento. Uma reconstrução que, no entanto, não encontrava no cunhado – Chico – as condições para a concretização desta possibilidade: “mas home do céu, o que que eu vô fazê?”. A resposta em forma de uma nova pergunta – “o que que eu vô fazê?” – deixa claro que a questão era vista pelo irmão de Ana como algo relativo ao casal e que não cabia a ele – nem a ninguém mais – a interferência no assunto. Este comportamento é reforçado pela última parte do excerto: “é a mesma coisa que eu me separá da minha [esposa] e pedi pra ele e ele não tê, né, né”.

A comparação é sempre um recurso importante na construção da fala; comparar a situação vivida pelo cunhado e pela irmã – a separação – com uma possível separação entre ele e a esposa, e daí um pedido de ajuda ao cunhado, é dizer, em outras palavras, que a questão não é passível de ser *resolvida* por outrem em virtude de sua pessoalidade e subjetividade.

A tendência ao afastamento da situação vivida – a separação – pelo ex-cunhado e pela irmã – aqui em especial pelo cunhado em função do retorno ao lugar onde Chico vive – é grandemente reafirmada em fala adiante, quando Chico discorreu sobre o que pensava da possibilidade da irmã também retornar para o sul. Aqui compareceram elementos de um fato que não ocorreu – “mas por mais que fosse hoje, né, viesse me perguntá...” – mas que mesmo assim participou das relações construídas a partir da separação e do retorno do ex-cunhado:

olha, eu não digo que eu não pensei nisso aí, né [a possibilidade de retorno da irmã], eu digo olha, quando o casal se dá bem, não adianta outro, outra pessoa se interferi no meio disso aí, né, é uma coisa que, vamo dizê, é a vida deles, que o caminho deles é esse aí e não adianta eu querê bancá um anjo e dizê assim, ó, um cara que resolve o problema deles, né? Era um problema deles, entre eles e eu não, eu fui um cara que não, que não dei opinião pra nada, sabe, se pedissem pra mim, vamo dizê, naquela época eu pouco conversava, não tinha telefone, né, naquela época pra conversá com a Ana e com o Amaral, né, mas por mais que fosse hoje, né, viesse me perguntá,

eu ia dizê ‘ó, tu me pediu uma coisa que eu não sei te respondê, a tua vida é essa, tu sabe o que tá [fazendo]... Eu não vô podê resolvê a tua vida conjugal com outra pessoa, eu não posso, eu não tenho esse poder, como se diz, de chegá e [resolver]... É uma coisa que eu não posso respondê, eu não posso respondê’...

A construção de uma fala – ou de parte dela – que projeta sobre um fato não ocorrido – se “viesse me perguntá” –, a tentativa de explicação sobre o comportamento que Chico apresentaria em função da separação e do retorno do cunhado – fatos aqui em foco na relação entre o irmão que vive no sul, o cunhado que retornou e a irmã que ainda vive no Mato Grosso –, dá mostras de como os fatos são construídos e reconstruídos a partir dos sujeitos da fala.

A construção de um fato que poderia ter se dado – e não se deu – aprofunda a análise anterior sobre a utilização do recurso da comparação: aqui, entre o que se deu o que poderia ter acontecido. O recurso *comparativo* em nenhum momento invalida a fala; pelo contrário, busca realçar um elemento que anteriormente fora apontado e que – para o sujeito da fala – requeria um maior desdobramento: a sua participação na questão da separação e retorno do cunhado. Uma comparação construída com o intuito de reforçar que o problema colocava-se fora de sua alçada, concluindo com uma fala extremamente incisiva: “é uma coisa que eu não posso respondê, eu não posso respondê”...

E reticências...

As *reticências*, no entanto, foram mais freqüentes e acentuadas quando a conversa resvalou para a situação atual de ex-cunhado no Rio Grande do Sul. A interjeição inicial, triplamente repetida, deu mostra da complexidade da questão: “ai, ai, ai...”, acentuada logo em seguida: “outra coisa pesada... Vamo falá o que é verdade...”.

A “verdade” se fez no silêncio.

Silêncio.

Mais silêncio.

E silêncio...

A fita do gravador rodava e “captou” apenas a pretensão da *verdade*, não o dito. A pausa se alongava e o silêncio penetrava os ossos naquela noite fria do Rio Grande do Sul.

O gravador foi desligado.

O silêncio foi desfeito e a situação do ex-cunhado no Rio Grande do Sul rapidamente foi se apresentando nas palavras de Chico. Problemas.

“Tá numa situação muito difícil”. As pernas. “Um tipo de paralisia – tem dificuldades para caminhar”. A ajuda. “Várias vezes já falei pra ele que queria ajudá, mas é difícil”. A casa. “Até já arrumei uma casinha pra ele”. Ana. “Às vezes pede pra mim pra falá com a Ana, porque ele diz que ainda gosta dela e coisas desse tipo”. O problema alheio. “Mas isso não é fácil porque isso é problema deles, né?” E a comparação. “Porque imagina só, eu me separa e pedi pra ele alguma coisa desse tipo, o que ele poderia fazê?”

As anotações – depois da entrevista e já em outro lugar – foram a lembrança possível da fala no *silêncio*...

E mais uma comparação: os pedaços de fala parecem retratar a situação do ex-cunhado retornado: em *pedaços*. *Pedaços* da vida no lugar de origem – no Rio Grande do Sul – que foram e são as relações com os familiares, parentes e outros. *Pedaços* da vida no lugar de destino – no Mato Grosso – que foram e são as relações com a ex-exposa, os filhos e o sogro. Problemas *aqui* e “pendências” ali: “tá numa situação muito difícil”; “diz que ainda gosta dela”.

Pedaços de uma mesma vida que se *perdem* e se *acham* pelos lugares vividos.

Pedaços daqui e de lá que podem, a qualquer momento, definir uma nova *mudança* ou até um possível retorno, breve ou definitivo. Rodrigo e a família, depois de anos no Mato Grosso, surpreenderam os familiares com o retorno para o Rio Grande do Sul. Santa Rosa, o lugar antes *deixado* passou a ser, então, o lugar *chegado*.

O retorno, contudo, foi breve.

A idade dos filhos, *aptos* para o ingresso no mercado de trabalho – “tinha um de vinte e dois, tinha um de vinte e o mais novo tava com doze treze anos”, observou Paula –, e as condições difíceis de trabalho em Santa Rosa, definiram a migração definitiva para o Mato Grosso. Aquela parece ter sido a *última cartada* a favor do lugar do sul.

O lugar *deixado* de Rodrigo, Santa Rosa, continuava com poucas e raras oportunidades de trabalho. E já não era o lugar dos filhos: “foram criados lá, né, tchê, e não aqui com a gente”, salientou Nicolau. A decepção com o lugar do pai – e da mãe – mostrou aos filhos, mas também a Rodrigo e esposa, que o lugar deles era outro. “Todos, todos queriam í”, disse Paula. Ir de volta para o Mato Grosso. Porque, de acordo com Nicolau, “lá ele já táva colocado, né, sabia que ia chegá lá e ia trabalhá”.

O lugar da saudade e dos familiares foi o lugar do não trabalho. Os filhos sentiram mais, pois “queriam voltá mais do que ele”, lembrou

Paula. E mesmo o contato com os familiares e parentes, e em especial com primas e primos, não demoveu a perspectiva de volta para o Mato Grosso. Segundo Nicolau, o pouco tempo em Santa Rosa e a distância – a ausência e os poucos contatos – não possibilitaram uma maior aproximação com os primos: “era pouco tempo, né, tchê, conheceram os primo com pouco tempo”.

Rodrigo não retornou! Antes disto, concluiu, na *volta* breve para o Rio Grande do Sul, a *transitoriedade migratória* iniciada quando da saída de Santa Rosa e a ida para o Paraná.

Rosa migrou com os pais e com a irmã Bibiana. De Rondonópolis *mudou-se* para Cuiabá. Da capital mato-grossense, retornou para o Rio Grande do Sul:

eu vim pra cá faz uns três anos, né, Arnaldo [marido]? Aqui eu conheci o Arnaldo, aí eu vim pra cá, é, eu vim passá um tempo aqui daí eu conheci o Arnaldo, daí nós fomos juntos pra lá, daí como ele não se acostumô lá nós voltamo pra cá; então, na realidade, eu tô aqui mais forçada [risos], do que por vontade própria. Só por isso, por mim eu estaria lá ainda.

Voltou com a mãe e o pai. Conheceu o futuro marido e tentaram viver no Mato Grosso, mas Arnaldo “não se acostumô lá”. Rosa definiu o retorno pelos pais e principalmente pelo marido, que não se *acostumô* com o *jeito* do lugar chegado.

No extremo, foi a família – pais e marido – o elemento central para o retorno: “o principal, eu acho, nessa questão”, salientou Rosa. Porque, como discorreu Arnaldo:

um mês, um mês mais ou menos antes de nós voltá lá de cima, né, os pais da Rosa voltaram embora pra cá, [eles] moram em Catuípe agora, com a irmã da Rosa... Eles moram em Catuípe. E a Rosa também já começô, bastante grudado com eles, né, ‘não, vamo, vamo’, já ajudô também a descê de volta, não só por causa da minha mãe, né?

Arnaldo, o marido, também parece que “não se acostumô lá” porque tinha a mãe no Rio Grande do Sul, que precisava de cuidados.

Tanto Rosa quanto Arnaldo estavam trabalhando no Mato Grosso, mas o que parece ter definido o retorno foi que “uns” “não gostava de lá”. Segundo Rosa:

a gente tava trabalhando e veio porque uns não conseguia, não gostava de lá, né, e era aquele questão sempre, né, daí eu resolvi, né? E aqui também era mais fácil porque a Lúcia [irmã] também tem loja, daí eu podia trabalhá aqui também, né? Aqui por um lado é bom, é bom também aqui, eu gosto daqui.

O não *acostumar* e o não *gosto* pelo lugar – “não gostava de lá –, para “uns” da família, articulados à possibilidade de trabalho no Rio Grande do Sul, desencadeou o retorno de Rosa e de Arnaldo. Um retorno, contudo, *sentido* para Arnaldo, por duas expressões bastante reveladoras: “só por isso [que voltou, pelo não se *acostumar* do marido], por mim eu estaria lá ainda”; e “aqui por um lado é bom, é bom também aqui, eu gosto daqui”. Já o retorno de Rosa parece ter envolvido mais questões externas do que componentes ligados diretamente a ela: a família e o marido.

Retornaram os pais. Para Rosa, o tempo de permanência no Mato Grosso mostrou-se comparativamente positivo em relação à atividade que desenvolvia no Rio Grande do Sul:

[a ida para o Mato Grosso] foi positiva, porque aqui no sul era roça, era serviço pesado, e lá o pai chegô lá e começô de trabalhá de guarda na prefeitura. É diferente, né? E depois ele foi morá em Cuiabá com meu irmão, trabalha com ele, cuidava do comércio dele e tudo, né? Então, pra ele, facilitô mesmo. Eles estranharam o clima também bastante, sabe, tanto que agora começa o frio aqui e eles vão pra lá, entende? Mas a mãe e o pai têm dia que eles já tão em deprê aqui, arrependido por tê descido e de repente passá por tudo outra vez de novo, né? Mas agora o pai tinha uma casa lá e vai vendê lá, e aí ele vai ficá por aqui, né, sem muita preocupação com alguma coisa mais, né?

A volta do pai também se dera pela possibilidade e até necessidade de aposentadoria: “ele conseguiu se aposentá aqui, né, depois de muito tempo ele conseguiu, né, por essa questão também, né, como ele tinha carteira assinada e como aqui ele foi agricultor, né?”

No extremo, uma questão econômica. A aposentadoria do pai.

5. “Eles foram pra mudá a vida e não deu certo”

Nas falas sobre a migração vão aparecendo, aqui e ali, *sinais* de “aprovação” ou “reprovação” da experiência e das vivências que foram sendo construídas pelas e pelos migrantes, tanto nas falas daquelas e

daqueles que migraram como nas falas daquelas e daqueles que *ficaram*. Não é a produção de um julgamento. É a produção de um *olhar* que também permeia a *leitura* das expectativas criadas – pelos sujeitos diretos da migração – antes, durante e depois da *mudança*, como também sobre a situação na qual os sujeitos se encontram. É, por isso, uma *leitura* do e no presente: é sobre as condições atuais – principalmente sócio-econômicas – dos familiares e parentes que migraram – ou sobre condições produzidas-apropriadas-internalizadas pelas informações e contatos possíveis para quem *ficou* –, que se formam os “balanços” sobre a migração – passada – de alguém próximo.

O novo lugar é visto, geralmente, como *ponto* de oportunidades para o crescimento econômico daquelas e daqueles que migram. Falando sobre a ida do irmão Rodrigo e família para o Mato Grosso, Paula salientou que o novo lugar ofereceu oportunidades para o irmão, mas lhe faltou aproveitá-las: “ofereceu, mas muitas vezes ele não soube aproveitá, é isso o que eu quero dizê; e, também, ele acha o clima lá muito melhor do que aqui”. Ao lado das oportunidades e do não aproveitamento, surge o “clima” como elemento diferenciador entre os lugares e definidor da *opção* entre o lugar *deixado* e o lugar *chegado*. Afinal, como asseverou Paula, “como aqui, se tu também não trabalha, tu...”

Silêncio!

O não aproveitamento das oportunidades, de acordo com a irmã Paula, também estaria fundado em um comum entendimento de que a cidade oferece melhores e maiores condições de crescimento profissional que o campo, e que, ali, na passagem do campo para a cidade, o irmão teria, de certa forma, negligenciado: “é que ele abandonô um pouco o trabalho dele no campo, na roça, e foi pra cidade, então talvez ali que ele, que ele não progrediu, porque ali ele devia tê progredido”. “Devia tê progredido” participa de uma concepção de desenvolvimento individual calcado, especialmente, sobre a esfera material. A idéia de *progresso* aparece, então, estreitamente associada ao aproveitamento das oportunidades que surgem nos lugares. O não aproveitamento, por sua vez, traz implícita a concepção de *desperdício* e, no extremo, de fracasso individual.

Por outro lado, quando a fala se detém sobre as condições de saída de Rodrigo e família do Rio Grande do Sul, foi unânime a posição de que a migração se dera com *a cara e a coragem*, com pouco dinheiro e sem nenhum “capital” de reserva: “acho que muito pôco”, salientou Paula. A irmã Dulce, por sua vez, observou “que ele foi trabalhá de empregado,

né, maquinários, né, e logo foi morá na fazenda [no Mato Grosso], os filhos eram pequeno, mas foram crescendo e precisavam estudá”. Na fala de Dulce, começaram a aparecer algumas das dificuldades que poderiam ter condicionado a reprodução das condições econômicas instáveis e até precárias do irmão e de sua família: o assalariamento rural e a distância da escola para os filhos.

O irmão mais novo, Nicolau, lembrou que Rodrigo chegou a possuir “bastante terra” no Mato Grosso, mas problemas ligados à “uma seca” e a falta de “capital” fizeram com que o irmão perdesse tudo: “inclusive ele chegô a tê bastante terra, chegô a tê bastante terra lá, mas deu problema lá, uma, uma seca que deu ele já perdeu tudo; pra tu vê, naquela época, né, não era pôca terra, naquela época, eu lembro, só que tem que tê capital”. Nicolau, aqui, escapa de uma explicação ligada ao não aproveitamento das oportunidades e deslinda para duas outras: uma estiagem e a falta de capital.

Nicolau repôs: “tem que tê os pés no chão, né, sabê o que você vai faze, né, podê chegá num investimento, né?” Visão de negócio, empreendedorismo, sistema bancário... A experiência de um trabalhador do campo e depois assalariado rural – como mecânico de máquinas – limitara as condições e a possibilidade de sucesso em um empreendimento com “bastante terra”. Como também salientou a irmã Dulce: “não tem experiência”.

O não aproveitamento das oportunidades, as dificuldades de ordem climática na lida com “bastante terra”, o pouco ou nenhum capital e a separação com a esposa, contudo, para as irmãs e o irmão Nicolau, não seriam condições suficientes para o retorno de Rodrigo para o Rio Grande do Sul. Porque, segundo Paula, “ele não gosta do clima daqui, do frio”, e porque, nos meses que permaneceram em Santa Rosa na tentativa de retorno, “por mais que se agasalhavam, sentiam frio”. A irmã Dulce entendeu que mais que a questão do frio, um retorno “é sem futuro”, porque “no ramo dele não tem perspectiva nenhuma aqui, no ramo que ele trabalha, não”.

“Clima” e trabalho. Passado, presente e “sem futuro”.

Sobre a migração de Ana, o marido, os filhos e o pai – do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso – e também sobre o retorno do cunhado, Chico e Henriqueta – irmão e cunhada de Ana que vivem no Rio Grande do Sul – compararam as condições vividas antes da migração e as condições atuais. O irmão iniciou ressaltando que: “olha, eu só tenho uma coisa pra dizê: quando eles saíram daqui eles tinham uma casa, né, tinham uma casa aqui,

depois foi vendida pro, pro Neto, né, foi vendida a casa... Não, o Amaral vendeu pro Neto... Eu sei que eles tinham uma casa aqui, claro que tinham uma casa”. O primeiro aspecto refere-se a uma propriedade: “tinham uma casa aqui”.

A casa – enquanto propriedade – parece ser um referencial importante na comparação entre o antes e o depois, principalmente porque se coloca como um dos bens que pode possibilitar certa estabilidade em um lugar. Não ter casa – em especial no Brasil – se coloca como uma condicionante importante para impulsionar a *mudança* de um para outro lugar, ou a provocação do pagamento de aluguel que, condicionado por uma série de fatores – em especial às difíceis condições econômicas enfrentadas por grande parcela da população brasileira – acaba representando um gasto mensal expressivo. Com a migração de Ana e os seus, a casa foi vendida – “foi vendida pro, pro Neto, né, foi vendida a casa”.

Em seguida, Chico discorreu sobre o trabalho do cunhado no sul antes da migração:

tinham uma casa ali, tavam vivendo bem pra, como se diz, sobrevivê, pra dizê o que, se sobrasse alguma coisa, se sobrasse, isso é, o gasto da família, né? Ele [o cunhado] tava trabalhando na Kepler, pertinho do serviço, isso dava o que, dava duzentos metro, vamo dize, né, do emprego dele e tudo, né? Também não vô julgá isso a,í né, sei que saíram daqui, tinham uma casa, foi vendido a casa, o fulano aquele meio logrô, meio, meio ganhô a casa, a casa, como se diz, né, porque subiram pra lá e tal.

A ênfase sobre o trabalho do cunhado aparece associada à distância entre a casa e o local do emprego: “pertinho do serviço, isso dava o que, dava duzentos metro”. Tanto o trabalho como a distância da casa ao local do trabalho corroboram – conjuntamente com a referência à casa – com uma visão positiva sobre as condições colocadas antes da migração. E sobre a casa, ainda, um aspecto acima mencionado veio aprofundar a positividade das condições antes da *partida*, ao ressaltar um possível logro sofrido pelo cunhado durante a sua venda: “foi vendido a casa, o fulano aquele meio logrô, meio, meio ganhô a casa”. “Meio ganhô”, fundamentalmente, “porque subiram pra lá e tal”. A segurança da casa e do emprego aparece associada à condição no lugar do sul. A positividade. O logro da casa aparece associado à *mudança*. A negatividade.

Os dois aspectos acima se colocaram como cruciais para a *leitura* – no presente – da migração. O irmão e cunhado – de Ana e do ex-marido

– prosseguiu falando da “modificação de vida deles” e, para isto, utilizou uma construção metafórica:

e uma coisa que, sei lá, a modificação de vida deles... Se eles foram pra mudá a vida e não deu certo, pôxa, né, é a mesma coisa que nem um, vamo dizê, vamo enche um balão, vamo soltá e vamo vê onde ele estóra, né... É, é assim, se ele vai longe ou não vai, né? É isso que eu posso dize, né...

Para Chico, o balão estourou. E estourou perto. Não alçou grande e alto vôo. A migração da irmã e da família resultou em um “estouro”. “Eles foram pra mudá a vida e não deu certo”. A separação e o retorno do cunhado certamente pesaram na formação desta posição. Uma posição que em seguida associou a migração à “aventura” e à “bobagem”:

que foi bobagem, sei lá, aventura e bobagem ao mesmo tempo... Eu penso, né, assim, né, cada um, tem gente que sai daqui e se da super bem, tchê, hoje tão... Saíram daqui de empregado [e] hoje são fazendeiro lá, né? Então, é uma coisa, como se diz assim, uma aventura, né, uma aventura, né...

“Aventura” e “bobagem” comparecem como parte da *leitura* sobre a migração de Ana e os seus, também porque outros “saíram daqui de empregado [e] hoje são fazendeiro lá”. A referência à possibilidade de passagem de “empregado” a “fazendeiro” – certamente construída sobre informações e contatos com migrantes que também se *mudaram* ou com pessoas que também têm familiares e parentes no Mato Grosso e que tiveram experiências e vivências mais positivas –, buscou destacar que a “aventura” pode ou não resultar em “bobagem”. A “aventura” estaria associada à sorte; portanto, também ao azar. O risco. Uns conseguem, outros não. “Aventura e bobagem ao mesmo tempo” para algumas e alguns e “tem gente que sai daqui e se dá super bem, tchê”, para outras e outros. O lugar de destino pode se bifurcar entre lugar de “fracasso” e lugar de “sucesso”.

A “aventura” também foi ressaltada pela esposa do irmão a partir de uma tipologia que separa a “gente que gosta de aventurá” e os que preferem não correr riscos: “tem gente que gosta de aventurá, eu já não gosto, eu prefiro uma coisa mais segura. É, eu não gosto de aventurá muito não, [na] aventura a gente não sabe onde vai pará [risos]... A gente já não sabe onde vai pará. Eu não sô muito de se aventura, não”.

A aventura – o risco, o azar e a sorte – é contraposta à segurança – “eu prefiro uma coisa mais segura”. A segurança alia-se à idéia de estabilidade e repouso. Aventura, à instabilidade. Na “aventura a gente não

sabe onde vai pará”. Na classificação entre aventureiros e não-aventureiros – entre quem “gosta de aventurá” e “eu [que] não gosto de aventurá” –, Henriqueta se coloca entre os segundos. Essa posição parece ser assumida em decorrência, também, de como a experiência do irmão – ex-marido de Ana – foi incorporada por Henriqueta. A *leitura* do marido em *tom* negativo sobre a migração de Ana e família – inclusive com o retorno do cunhado – certamente também é compartilhada pela esposa.

A tendência do irmão à “aventura” é colocada ainda com mais veemência e de maneira mais direta por Henriqueta: “é, eles tem esse [essa tendência] de se aventurá, o Amaral tem mania de aventurá, a Ana também gosta, né... O Chico também, se fosse por ele eu não sei onde nós tava parando já...”. *Tendência* toma expressão em “mania”. “Mania de aventurá”. O irmão e a ex-esposa – Ana – tinham a “mania” de aventura. Migraram. Extrapolando a questão para a sua própria família, indiretamente toma a si a responsabilidade pela condição de estabilidade na qual vivem, porque “se fosse por ele [Chico, o marido] eu não sei onde nós tava parando já”. A migração se mostra como instabilidade das relações e das condições nas quais se inserem no lugar. O “repouso” se faz mais importante que o “movimento”.

A *leitura* sobre a migração de Ana, o marido, os filhos e o pai, possibilitou também a comparação entre as condições de existência da irmã e família no Mato Grosso e das condições de vida do irmão e família no Rio Grande do Sul. Chico, neste sentido, insistiu por várias vezes sobre a “crise” que atinge ambos os lugares:

olha, deve sê uma crise que nem aqui, ó [risos da esposa]. Eu não tenho, esse é um ponto, é uma crise que nem aqui. Eu acho que se eles tivessem bem, mais do que eu, vamo dize, né, eles tinham vindo; se eu tivesse mais bem do que eles, eu teria ido, né. Isso é verdade... Eu acho que é uma balança igual, tanto aqui quanto lá, sabe, é uma crise total...

A crise – “tanto aqui quanto lá” – se espelharia na não visita deles – “se eles tivessem bem [...] eles tinham vindo” – e na não visita do irmão ao Mato Grosso – “se eu tivesse bem [...] eu teria ido”. Aqui, também, continua prevalecendo a comparação; neste “balanço”, a comparação entre ambas as situações e, nela, a conclusão de que “é uma balança igual”: “uma crise total”.

Ao lado da “crise” – ressaltada por Chico – e acrescentando um novo elemento na *leitura* sobre as condições sócio-econômicas daquelas

e daqueles que *partiram* – mas também dos que ficaram –, a cunhada de Ana rapidamente fez menção à crise apontando como a própria crise se *inscreve* diferentemente para ricos e para não-ricos: “quem não nasceu rico é assim... Só pra quem nasceu rico que [está bom]... Tá ruim em tudo que é lugar, né, não tem onde não tem crise...”. A crise é geral – “não tem onde não tem crise” –, mas atinge ricos e não-ricos diferentemente. Para os ricos está bom – “pra quem nasceu rico”. Para os não-ricos “é assim”: “tá ruim em tudo que é lugar”. Nem a família de Ana nem a família de Henriqueta participam daquelas e daqueles que “nasceu rico”. Para ambas as famílias, “tem crise”.

Chico também construiu um “balanço” em que agregou elementos da “época” da *partida* da irmã e família, seu desejo que ficassem “todos nós juntos”, o “destino” dos de *cá* e dos de *lá* e a impossibilidade de um julgamento sobre a migração:

olha, eu vô, a época que eles foram pra lá nós não era casado ainda, né? Era casado? [dirigindo-se à esposa] Eu sei que eu queria só, como se diz, criá a minha família, eu não tinha noção, vamo dizê assim, viu, olha, se eles vão sê dá bem lá, ou se eu vô me dá bem aqui ou, ou sei lá, uma coisa assim, não, uma coisa que eu vô dizê assim que, eu não sei julgá, não sei julgá, se foi bom a ida dela ou não foi... Eu gostaria que ela ficasse sempre junto, todos nós juntos, né, irmã, irmão, pai e tudo, né? Mas como tem o destino de um pra lá e outro pra cá, uns pra lá e outros ficá aqui... Sei lá, é uma coisa que não dá pra julgá.

A migração da irmã e família não assumia a centralidade para Chico; como casado – ou na eminência de – buscava simplesmente “criá a minha família”. Portanto, a migração de Ana, do marido, dos filhos e do pai passava *distante* de sua situação enquanto “chefe” de família – “eu não tinha noção, vamo dizê assim, viu, olha, se eles vão sê dá bem lá, ou se eu vô me dá bem aqui”. O “não tinha noção” certamente não implicava em indiferença para Chico, mas enquanto uma situação vivida pela irmã e os seus que fazia parte de certa *balada* e “destino” – “o destino de um pra lá e outro pra cá”. Por isto não há julgamento – “é uma coisa que não dá pra julgá”. É “uma coisa assim”. Assim.

Arminda, a mãe de Ricardo e ex-esposa de João, já pediu para que o filho retornasse: “eu já tentei pra vê se ele vinha de volta, né, daí vai pra cá e pra lá e fica lá mesmo; só me liga: ‘mãe, não deu ainda, só nas férias’, mas ele não tem vontade de vim de volta”. O lugar dele – e a mãe parece sentir isto – não é mais o Rio Grande do Sul: “a hora que tá lá, ele gosta

muito de rio, de pescaria, daí é o que ele faz, né, o tempo dele de folga ele tá no rio pescando”.

Pescando, igual ao pai. Junto do pai. Como o pai.

Semelhante ao pai! A relação de Ricardo com o pai foi reposta pela irmã Valéria, mas agora na comparação entre João e o próprio pai, quando discorreu sobre as preocupações da mãe com o filho, sobre a família e sobre o futuro:

o que a minha mãe acha? Isso eu posso falar porque ela sempre fala, é, sempre ela se preocupa, ela se preocupa muito porque ela diz que o João é muito parecido com meu finado pai: o meu pai tinha uma vida assim, não se preocupava muito com o dia de amanhã, não se preocupava com filhos, não... Hoje, não... O que ganha hoje gasta com bebida, mulher e coisa, e a mãe diz que ele é muito parecido com o meu finado pai que era assim, e ela fica preocupada se um dia ele virá a adoecer, ele não tem uma... Tomara que ele fique com essa mulher, que eu não conheço, que é minha cunhada, né, que tem agora um menino, um filho com ele, que ele fique com ela, né, que realmente constituam uma família, que um dia na velhice tenha alguém que cuide dele, que realmente se preocupe.

A comparação estabelecida pela mãe – apontada por Valéria, e “isso eu posso falar” – entre o filho e o pai, apresenta como centro a *preocupação* “com o dia de amanhã”. No “amanhã”, pode ocorrer a doença e inevitavelmente a velhice. A família é apontada como *lugar seguro* e a atual esposa como “alguém que cuide dele”.

No Mato Grosso, João tem uma nova família e tem uma nova esposa. A possibilidade de futuro, contudo, também se assenta em bases materiais, para a irmã Valéria. Daí, que a *mudança* para Rondonópolis ter proporcionado o que o lugar do sul ainda impossibilitara para o irmão: “eu vejo que, eu vejo assim que valeu à pena ele ter ido; o ponto positivo, aqui o tempo todo que ele viveu aqui ele nunca teve nada, lá eu não sei, ele tem uma oficina, ele tem algumas coisas até, né, esse foi o lado bom, o lado bom”.

Tem, para a irmã, também o *lado* negativo:

o negativo é essa distância, né, essa falta de comunicação, ele é muito fechado, não sei se é a palavra certa, ele não é laborioso com a família, esse é o lado porque quando ele tava aqui, tava junto com a gente, quando ele tava na cidade aqui... Mas, o ponto positivo que eu vejo é esse aí, porque se ele tivesse aqui certamente ele não teria nada.

A positividade tende a se sobrepor à negatividade. Entre o “nunca teve nada” do sul e o “tem algumas coisas” no Mato Grosso, prepondera a empatia pelo segundo. A pretensa melhora nas condições econômicas, contudo, para Valéria, não redundou na mudança da personalidade do irmão nem a relação que estabelece com o *futuro*:

eu acho que o João não mudô muito não, ele continua do mesmo jeito, a mesma personalidade, o mesmo jeito de agi, não se importando muito com o futuro, como o pai também ele continua a mesma coisa, apesar de que eu, depois que ele foi pra lá, eu vi ele, eu conversei só uma vez com ele, mas eu não vi muitas mudanças na vida dele, e se eu falo com ele, se eu ligo pra ele e tive que xingá por telefone, eu faço.

Longe como perto, continua o irmão João com “o mesmo jeito de agi”. “Como o pai”. E, se “tive que xingá por telefone, eu faço”. E, parece, o centro para possíveis *xingamentos* é também a atitude do irmão diante do *futuro* – “não se importando muito com o futuro” –, suas “escolhas” e “essa vida” um tanto *desregrada*:

porque é aquilo que eu te disse, o João não tá melhor lá justamente por essa vida que ele leva: hoje tem uma esposa, tem um filho, dali a pouco ele separa daí tem outra esposa, né, e a vida assim, bem... Sempre... É a escolha que ele fez, né, as escolhas que ele fez na vida são essas, né, não é constitui uma família, ficá com aquela família, sabe?

Como uma *conclusão*, a irmã parece sentenciar – pelo passado e pelo presente – o futuro do irmão: “por essa vida que ele leva”, que “é a escolha que ele fez” – “hoje tem uma esposa, tem um filho, dali a pouco ele separa daí tem outra esposa” – é que “o João não tá melhor lá”.

A irmã de Bibiana, Rosa, por sua vez, também fala positivamente dos familiares no Mato Grosso: “acho que mais positivo, né, porque tão se dando bem lá, eu mais vim pra cá por causa do Arnaldo mesmo, senão eu estaria lá”. Rosa só retornou por causa do marido. Já um possível retorno de Bibiana é descartado: “ela gosta de lá”.

Rita, Juvenal e Bento falam da migração de Licurgo e família – e também de Mário e família –, destacando pontos da trajetória, desde o Rio Grande do Sul até o Mato Grosso – o passado e o presente. Para Rita, a ida dos irmãos e suas famílias parece ter dado *errado* logo no início, com o contrato de trabalho não cumprido entre os irmãos e o fazendeiro: “naquela boa fé, que depois de um tanto de anos, iam recebê um pedaço de terra e o

que não aconteceu”.

A primeira frustração. O primeiro *erro*.

O desacordo inicial, em *olhar* retrospectivo, acaba sendo atribuído como o início de certo “fracasso”, que não chega aos familiares do sul na mesma velocidade que ocorrem no Mato Grosso:

mas isso a gente logo [sabia – sobre o descumprimento do acordo], uma hora nem sabia que, eles não contavam tudo isso, toda a verdade lá do Mato Grosso, eles não contam, eles só contam as vantagens, até hoje, eles não contam, como os problema da família, a gente sabe assim porque o Mário conta, mas eles mesmos não contam isso.

Os “problemas” do Mato Grosso parece chegarem aos *pedaços* no Rio Grande do Sul, porque nem “toda a verdade lá do Mato Grosso” é revelada. “Só contam as vantagens” e não os “problema”. Os problemas – e a sua revelação – são sinais de um pretenso “fracasso”, por isto contar apenas as “vantagens” é parte de uma omissão induzida para a não explicação dele, o que revela, portanto, a produção de um *círculo de segurança*. Por outro lado, porque se “o Mário conta, mas eles mesmos não contam”, aponta para as diferenças de aproximação e confiança entre familiares no Mato Grosso e familiares no sul. Contudo, parece também que os problemas mais agudos – “como os problema da família” – estão mais circunscritos à família do irmão Licurgo, daí que é com maior normalidade que o irmão Mário – que migrou junto – aluda sobre eles.

Ocorre, assim, uma distância entre os acontecimentos – principalmente negativos – e a comunicação deles entre os lugares. Entre as *gentes* deles. Sobre o contrato entre o fazendeiro holandês e os irmãos, por exemplo, Rita salientou que “foi anos depois” que souberam e, “como acabou acontecendo com eles, né, a promessa era falsa, né, prometeram um pedaço de terra e depois não ganharam, assim, tinham muitas coisa, né?”

Vinte e três anos separam a *partida* do Rio Grande do Sul. As *avaliações* sobre esse tempo e a situação atual do irmão Licurgo e família no Mato Grosso, transitam entre o positivo *ganhar bem* e os negativos problemas familiares, que também resvalam para aspectos de ordem extremamente pessoal, como a doença da cunhada e o casamento de um dos sobrinhos. Segundo Rita:

eu acho que ele ganha bem, mas, assim, os problemas de família que ele tem: a mulher anda doente e foi operada, não sei se foi Rondonópolis uma vez, uma vez em Cuiabá, e eu acho que de vez em quando ela ainda vai pra

Cuiabá, fazê o tratamento, porque ela tinha câncer... O filho mais velho perdeu uma perna num acidente, e o outro, que era casado, se separô e deixô as crianças ali pra mãe e o pro pai cuidá; e o mais novo, é, também, lida com droga... Que mais? Que, que é isso numa família? Não tem coisa boa naquela família. Ele, eu acho que ganha bem, mas pra sustentá aquela mulher, que não sabe nem varê a cozinha (...). E aquele filho meio drogado, aqueles dois, três neto pra cuidá. Sempre, sempre com preocupação, primeiro a esposa, os filhos, agora os neto também. Na época que ela tava tentando se recuperar, o mais velho perdeu a perna, num acidente, né?

A negatividade se agiganta em contraposição a um aspecto positivo – “eu acho que ele ganha bem”: a doença da cunhada; o acidente e a amputação da perna de um sobrinho; a separação no casamento e os dois filhos de outro; as drogas e o sobrinho mais novo... “Não tem coisa boa naquela família”. Além da “preguiça” e da *obesidade* da cunhada... “Sempre com preocupação”.

A comparação entre as situações *daqui* e de *lá* acabou sendo inevitável. Para Rita, os problemas familiares do irmão – mas também as condições econômicas dos outros irmãos – colocam ela e sua família em situação melhor: “acho que melhor de todos somos nós aqui”.

O marido Juvenal discorreu também sobre outro cunhado – irmão de Rita – que mora em Santa Catarina: “o mais velho já tava melhor do que tudo eles, mas ele começo, sabe, tem coisa, né, acredita e manda fazê pra outro, pra outro e tal, né, se desfazê, né, fazê o outro passá mal, né, aquelas coisa, né, como se diz, né, daí ele acabô terminando o capital dele, né”. As condições econômicas se mesclam a rituais de *feiticeira* e de *despacho*: “como diz o ditado: ‘o feitiço vira pro lado do feitiçeiro’, foi o que aconteceu, o mais velho”, complementou Rita.

O “mais velho” “tava melhor”, mas, envolvendo-se em práticas de *despachos*, “acabô terminando o capital dele”. O filho de Rita, Bento, alvejou ainda mais o tio: “e foi qual o finado vô mais ajudô, se não fosse por ele lá em cima, a nossa situação aqui também seria melhor, ele é muito invejoso lá”. A maior ajuda do “vô” e a inveja: ambas condições corroborando para uma não melhor situação da família de Rita no Rio Grande do Sul. “Mas hoje ele tá mal lá, tá mal, mal apenas consegue vivê”, salientou Juvenal. “Mal de saúde e financeiramente também”, arrematou Rita.

Juvenal também aludiu a uma das visitas do filho do cunhado – “no ano novo um filho dele ainda tava aqui” – e discorreu rapidamente sobre a relação com o pai: “que o pai dele é muito teimoso, que não aceita conselho do filho, né, por causa das terra que tem aqui, né, vendê por bem, né, fazê

um acerto, acabá com aquela folia, né, pra recebê o dinheirinho e investi em outras coisa, né? Mas ele não aceita”. E observou Rita: “mas eles também não se acertam muito bem”. Pai e filho. Irmão e sobrinho.

As comparações por familiares do sul entre as situações das *gentes* de *lá* e *daqui* tenderam a privilegiar o lugar de si como melhor que o lugar longe. Nesta direção, a situação de *tranquilidade* também acabou sendo contemplada, uma vez que *lá*, “pelo o que a gente vê na televisão, de Rondonópolis”, tudo parece mais violento e difícil; “Chapada também já aconteceram coisas que ninguém esperava, mas [aqui] é muito mais tranquilo”, salientou Rita.

A comparação dos lugares também é deslocada para a comparação entre cidade e campo, como fez Bento, o filho de Rita: “porque na cidade é sempre mais difícil de sê mantê que na colônia, né, pra saí também, saí daqui no meio de conhecido pra um lugar estranho, aqui em Chapada você se dá com todo o mundo, todo o mundo se conhece”. Como exemplificou Rita: “é banco, é prefeitura, nas loja, cooperativa, onde a gente vai, né, se não tem dinheiro tem crédito, nas farmácia, médico, todo o mundo, você conhece”. “Se você precisa levá uma coisa pra casa, se você tem dinheiro ou não, tu leva”.

O conhecer. A confiança. A credibilidade.

Relações de sociabilidade e de solidariedade que, para Rita e família, não se dariam em Rondonópolis, colocando-se, assim, como positividade para o *ficar*: “mas, saí daqui e vai num lugar como lá, é como você nascê e vivê de novo, né, se tu não tem dinheiro, você não tem crédito”, complementou Juvenal.

Migrar “é como você nascê e vivê de novo”. Um *nascer* e um *viver* que teria sua possibilidade de crescimento dada pelo dinheiro, porque “se tu não tem dinheiro, você não tem crédito”. Como exemplificou Rita: “muita gente vai morá até mais longe ainda, gente daqui que foi pra Água Boa [Mato Grosso] também, e lá a primeira safra já falhô, a segunda também falhô, e a seca, né, e não foram com o bolso cheio; acabaram sem nada, gente que voltô de novo”. As informações sobre experiências de outras e outros “que não foram com o bolso cheio”, se *achegam* como dispositivos para o *ficar*, que também acabam se colocando, de uma ou de outra forma, como complementos para as comparações entre as situações dos de *cá* e dos de *lá*.

Porque também, como salientou Juvenal, “pra quem tá lá é mais fácil começá uma coisa do que eles vim de lá e começá uma coisa aqui, ou nós

í daqui pra lá, começá lá. Então, cada lugar, onde o cara tá é mais fácil pra ele se encaixá, né?” *Recomeçar* parece sempre mais difícil, para Juvenal. O lugar onde *se está* é também um *porto seguro* e nele “é mais fácil pra ele se encaixá”.

Encaixe e desencaixe. O lugar é também uma “caixa”!

Horácio, em Quadro Pontes, no Paraná, foi bem mais *condescendente* na avaliação da migração do irmão Antônio para o Mato Grosso:

eu acho que pra ele foi bom lá, ele arrumô a família dele e tudo, casô lá, apesar de passá muitas vezes dificuldades... Talvez tivesse ficado aqui [e] estaria melhor, talvez não, né, uma coisa que a gente não sabe; mas, de certa forma, eu acho que foi válida a idéia dele. Cada um segue, como se diz, o seu destino.

Na comparação das situações sócio-econômicas – em *cada um seguindo o seu destino* – entre Antônio e Horácio, este salientou que “acho que se equiparam, mais ou menos, é, ele lá e eu aqui; a situação econômica, eu acho que é meio semelhante, a gente, ele começô do nada e eu comecei do nada; e acho que se igualam, mais ou menos”. “Se equiparam”. “É meio semelhante”. “Se igualam”. Porque “ele começô do nada e eu comecei do nada”.

Horácio conhece um colega que também “trabalha lá”, em Sinop; discorrendo sobre a atividade e as condições sócio-econômicas do colega, Horácio busca exemplificar uma migração bem sucedida:

eu tenho um colega de aula meu que trabalha lá também, em Sinop, ele tá bem estabelecido lá; hoje ele tem lavoura lá, tem um ramo hoteleiro lá, hotelaria... Ali influenciô os pais dele que já trabalhavam neste ramo e ele já entrô seguindo os pais dele, ele foi com os pais dele pra lá e se instalaram lá e só, ele tá se dando bem, ele tá ampliando... Ele se formô no colégio agrícola, também comigo; mas, também tá seguindo mais no ramo do comércio.

O exemplo de Horácio acaba se aproximando das posições colocadas pelos familiares de Rodrigo e de Licurgo, que, sem capital e sem *experiência* em atividades empresariais, as possibilidades de ascensão sócio-econômicas tornam-se difíceis. O “colega” de Horácio “tá bem estabelecido”, “tem lavoura” e “um ramo hoteleiro”, mas, salientou Horácio, “ali influenciô os pais dele que já trabalhavam neste ramo” e que, certamente, dispunham tanto de capital econômico como de práticas e concepções de negócio – “no ramo

do comércio”, mas certamente também no de serviços –, influenciando o filho. Já Antônio, Licurgo e Rodrigo, por exemplo, começaram “do nada”.

Por tudo, acha Horácio, o irmão Antônio não mais volta para o Paraná: “eu acho que não, ele criô raízes lá, acho que ele fixô naquela região”.

Antônio “criô raízes”.

O *fluxo* se tornou *fixo*.

“Naquela região”.

Notas

1 Segundo Sandra Jatahy Pesavento (1998, p. 15), com base em Ginzburg e Bakhtin, “deve-se ter em vista que, no plano das representações simbólicas pertinentes ao domínio da cultura, os subalternos/populares tanto incorporam valores, crenças, ritos e hábitos da classe hegemônica (por efeitos de coerção e/ ou aquiescência) quanto exportam elementos culturais “populares” para a cultura dominante, que os absorve e metaboliza”.

2 Conforme Karl Marx e Friedrich Engels (1998, p. 24).

3 Sobre aspectos do *trabalho* e da *vadiagem* no Brasil, ver Lúcio Kowarick (1987), Márcia Regina Capelari Naxara (1998) e Jones Dari Goetttert (2002).

4 A representação positiva do Mato Grosso só pode ser entendida no contexto mesmo de sua produção, da mesma forma que a representação negativa do passado, como o lugar-sertão. Pois, como salientaram Karl Marx e Friedrich Engels (1984, p. 22), “Os homens são os produtores das suas representações, idéias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas”.

5 Arnaldo se referia à antiga rodoviária e proximidades. Ali, também, o local sempre foi conhecido como *ponto* de prostituição, mendicância e “vagabundagem”. Ver Elizabete dos Santos (1999).

CAPÍTULO 8

Fazer-se na vida e na morte

1. “Mas nós vivemo bem aqui”

Familiares e parentes *ficaram*.

Trabalham. No campo ou na cidade.

Vivem. Sobrevivem.

Rita e Juvenal se casaram em “sessenta e quatro”. “Vai fazê vinte e quatro [anos] em novembro”, observou Rita. Antes de morarem junto aos pais, “era empregado de granja, também, sempre na lavoura, né?” Em mais de vinte anos, muita coisa mudou, disse o marido Juvenal: “o produto que tu colhe, vende, e outras coisa, o leite”. Colher e vender. Ordenhar e vender o leite: “o leite, naquela época, a gente não tinha o leite”, salientou Rita. Nesses dias, uma grande empresa – a Parmalat –, “contam, tão indo à falência”. Mas, “tem mais firma que compam leite”. O marido Juvenal complementou: “tem outras firmas que tão esperando abocanhá, tão jogando a isca pro peixe abocanhá, né?”

A vida melhorou...

“Quando nós viemo pra cá nós tinha uma vaca, depois foi melhorando, foi duas, três, agora hoje nós temo nove vaca”. No entanto, “poderia tá melhor”, disse o filho: “mas nós somo muito azarado: morre as vaca de leite, fica doente, tem muita veterinária, chega ao fim do mês não dá pra tapá as conta, né, e assim vai, né?” “Mas tá muito melhor que anos atrás”, observou o pai.

O leite. A soja: “depois que entrô a soja transgênica, daí que o pessoal começô a se levantá; o pobre, que chegô a vez dele daí, porque se não tivesse aquela soja transgênica, o pobre tinha ficado mais pobre ainda”, discorreu Juvenal. “Porque o custo de mantê a lavoura é muito alto, e com a soja transgênica abaixa o custo e a produtividade é maior”, complementou o filho. O pai Juvenal foi didático:

no custo de antes, tinha cinco variedade de veneno que tinha que aplicá, né, hoje aplica só uma; tudo aqueles cinco ficaram fora, [e esse veneno] é cem

vez melhor, porque cinco litro do outro era cinqüenta e oito real, o litro, e hoje o litro que nós tomo usando tá onze real... Então, de seis oito pra quase sessenta. Então, aquilo que melhorô, né? Aquele um de hoje matô todos aquele dos cinco, né?

Um cálculo simples. De cinco para um. O custo menor. Produção maior.

Monopólio da Monsanto...

“Mas tá muito melhor que anos atrás”.

A família de Rita planta sete hectares de soja. Mas, “entre mato, pátio e tudo, arvoredo, é quinze hectare, porque nós plantemo a parte do Mário também, e do Licurgo tem um outro [que planta]”.

“Daí tem soja, e leite, moradia”, diz Bento, o filho. “A gente planta de tudo pra comê”, regozija a mãe Rita. Sair? Para que? Sem titubear, Bento, ainda solteiro, diz que para sair “só em último caso, em último caso”: “o bom é permanecê na terra, porque aí tu tem de tudo, nem se às vezes dá uma safra ruim, alguma coisa, mas tu consegue se mantê melhor”. Porque na cidade, disse a mãe, “a gente tem que comprá tudo que come, né, paga luz e água, e tudo, né, aqui a gente também paga luz e água, mas sempre a gente colhe alguma coisa pra comê, tem o arvoredo que tem as fruta; na cidade a gente não tem isso, tem que comprá tudo”.

Onde moram “tem boi pra carneá; nestes vinte e três anos que a gente mora aqui, nunca a gente comprô um quilo de carne, os primeiro ano sim, mas só o primeiro e o segundo ano, mas depois que a gente conseguiu comprá um freezer ainda”, salientou Juvenal. E, de sobra, pequenos investimentos imobiliários na cidade: “a casa na cidade, onde a Cláudia mora, essa é nossa; é só dizê ‘nós queremos í morá pra cidade’, que eles saiam de lá; eles tão pagando ainda um apartamento... Mas, eu, enquanto eu ainda posso trabalhá eu não vô morá na cidade, só se um dia eu chegá num ponto que eu não consigo mais trabalhá”, disse Rita. E mais: “e temo um terreno também lá em Chapada. Hoje posso vendê assim, olha, pra atirá baixo, por menos se setenta mil real eu não ia vendê, pela colocação, assim, quase no centro, né, praticamente no centro, luz, água, asfalto, tudo na frente, né, perto do comércio”, complementou o marido Juvenal.

Assim, poucos motivos se colocam para uma possível migração, disse Rita:

acho melhor ficá, pra tê certeza... Nem que aqui a gente tem menos terra, mas ao menos... [Lá] tem que comprá tudo que precisa, né? Agora, não digo se um

dia, a gente, cai uma coisa do céu, ficá rico, com muito dinheiro, né, que dá pra comprá bastante terra pros filho... Mas tem que criá de tudo um pouco, criá e plantá também. Senão, só pra plantá soja, não. Aí eu não concordo.

Para sair dali, só se “caí uma coisa do céu”.

O leite *cai* de cima, do úbere bovino. “Média de setecents oitocents reais por mês”, disse o filho Bento. O porco. “Começô dá pra trás”. A soja. “Se o soja tá mais ou menos, o leite alinha”, insistiu o pai Juvenal. Mas a soja, “se dé como no último ano, se dé bem, dá pra tirá uns trezents, trezents e vinte saco”, salientou Bento. E “tem outros que plantam trigo no inverno, mas nós temo vaca de leite na lavora, tem o pasto plantado”, insistiu o filho.

Com quinze hectares se vive: “Dá... Carne, banha, leite, ovos... Estas coisa eu levo ainda pra Cláudia na cidade”, disse Rita. E “alguma outra coisinha sempre vende, né [banha, ovos...]. Talvez alguma cabeça de gado, que sobra... Não é que o cara vive folgado, mas é melhor que o cara vivê na cidade”, arrematou o filho. Porque “na cidade só tem que trabalhá só do ordenado, né, que só a aposentadoria não dá que chega mais, e daí tem que comprá o rancho, vesti, e calçado, e comida, né, e água e luz, né, e aluguel pra quem não consegue comprá um terreno, né, então, pra cidade, nem pensá”. “Nem pensá”, pensou e disse Juvenal.

“O preço da soja podia sê melhor”, “colhê bem”, e, com menos *azar*, “o cara podia tá melhor”, disse o filho Bento.

Um filho camponês. Um filho da terra. Um filho *peão*:

eu gosto de mexê com gado, eu vô pra lavoura porque sô obrigado a í, senão não ia... Fiz até a oitava série. Eu sempre digo: ‘pra eu trabalhá na cidade eu não me interesse, não sirvo pra isso, nem que eu arrumasse emprego, mas pra isso eu não sirvo’... Eu não gosto de trabalhá na cidade... E terminá o segundo grau pra tirá leite de vaca?

Como disse o pai Juvenal: “e outros vão fazê o segundo grau pra trabalhá de empregada, de doméstica, né, lavá calçada, lavá carro e ganhá um dinheirinho aqui e outro lá... Mas é que o estudo não ocupa lugar, né?” O filho em casa, perto do pai e da mãe. O filho do trabalho na roça, da *lida* com a terra, como correu a mãe Rita:

ele desde pequeno, ele ia pra fora, fuçava aqui, fuçava ali, e mal e mal conseguia pegá a enxada já ia carpi, construí casinha por ali, ele tinha que lidá na terra; e é difícil a criança que não gosta de ficá um dia com a vó,

meus netos gostam de ficá aqui, mas este não gostava de ficá com a vó na cidade, lá não tinha onde passá as hora, isso não era pra ele. Se era pra ficá uma noite na cidade, isso pra ele era um castigo.

O trabalho com a terra e o “bicharedo” são o *centro* da vida de Bento:

quando chega a hora de lidá com o bicharedo, parece que isto faz falta, não tá certo; até cheguei a viajá algumas vez com o cunhado, conheço alguns lugar, no Rio Grande do Sul, fui pra outros estados, conheço Santa Catarina, Paraná, São Paulo, alguma coisinha do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Lá em Rondonópolis eu nunca tava. Mato Grosso do Sul, mas passemos de madrugada, em Goiás eu já tava, mas se é pra trocá algum desses lugares por Chapada ou pelo Rio Grande do Sul, eu não troco.

O lugar da morada e do trabalho é o lugar desejado. “Eu não troco”.

Para Horácio, irmão de Antônio, o trabalho no Paraná apresenta perspectivas reduzidas:

aqui as perspectivas no ramo moveleiro não são muito boas, aqui pra região não; inclusive a gente tá fabricando aqui e levando tudo pra fora, pros grandes centros, São Paulo e Rio de Janeiro. Que na região aqui existe muita concorrência aqui, com fábrica de móveis. E no fim um acaba matando o outro aqui, a concorrência. Daí somos obrigados a vendê pra outros centros. Aqui na região é muito pouco.

Outra irmã de Antônio mora em Porto Alegre, como salientou Horácio:

ela voltô pra lá depois... Daqui de Quatro Pontes... A gente tinha parentescos lá, que trabalhavam lá, daí eles arrumaram um lugar pra trabalhá no hospital lá. Ela foi trabalhá no ramo de enfermagem, no hospital... Foi solteira... Casô lá em Porto Alegre. Só ela [no Rio Grande do Sul]... Não influíu nada de ela ter ido pra lá porque ela era de lá. Foi influência dos parente que tavam lá, né? Uma possibilidade de trabalho... Ela foi pra lá e trabalhô, no começo, ela fez um curso quando foi pra lá, um curso de enfermagem. Ela já tinha uma formação, uma base.

O trabalho definindo os lugares das *gentes* gaúchas. No Rio Grande do Sul, no Paraná ou no Mato Grosso. Ou em outro lugar qualquer.

Arminda, mãe de Ricardo, também salientou a importância do trabalho na migração do filho para Rondonópolis, ao mesmo tempo em que

observou as crescentes dificuldades no sul, apontadas principalmente pelos outros filhos: “eles mesmo dizem que pra cá não adianta, eles também tão agora, fechô a firma onde eles trabalhavam, então quando tão trabalhando lá eles tão bem, né, o irmão tá bem, né?” O irmão do Mato Grosso.

O trabalho – e seus *rendimentos* – tende a definir o lugar *bom* ou o lugar *ruim*. Rosa já morou no Mato Grosso. Migrou com os pais e com a irmã Bibiana. No Mato Grosso, acha ela, tem “mais dificuldades”: “porque aqui em Panambi, pelo menos, a minha filha vai na creche e eu pago vinte reais por mês, e ela fica lá e nisso ela pode ficá até os cinco anos e í direto pro colégio, né? Assim a questão da educação, a gente vê, né, Arnaldo, eu acho que aqui é melhor”.

A creche e a escola para a filha. A possibilidade de universidade: “e aqui agora tem a faculdade e a universidade estadual, né, a uergs, e é de graça, se passá no vestibular, assim sabe, é de graça os cinco anos de curso que você faz, né, é de graça, é uma boa, né?”, salientou o marido Arnaldo.

Escola e universidade como possibilidade de futuro: “e pro futuro da Roberta [filha] eu acho que aqui é melhor, tanto que eu falo de voltá pra lá [Mato Grosso], mas acho muito difícil... E também porque a mãe e o pai tão aqui, e chegando lá tem que comprá tudo de novo, né, então”, observou Rosa. E, fundamentalmente, como asseverou Arnaldo:

tamo os dois empregado, os dois empregado, né, emprego bom... Eu trabalho numa coisa que eu gosto, né, que eu faço usinagem, né, eu faço as pedaleira, os pedais da embreagem do freio do Celta, sabe, trabalhamos pra GM, e daí sô eu que faço isso aí. A usinagem, né... Então não tem o que reclamá.

A empresa “tem mil e duzentos funcionários, mil e duzentos funcionários, eles tem vinte e cinco carretas!” O emprego nas empresas como condição de permanência: “tem muitos empregos, é o terceiro no estado em termos de empresas, assim, o terceiro município”, observou Arnaldo.

Arnaldo estabeleceu uma rápida comparação com a cunhada Bibiana em Rondonópolis e o cunhado em Cuiabá:

eles podem tê um pouco mais de dinheiro que nós, assim, né, mas nós vivemos bem aqui, não tem queixa de nada, dificuldades ainda não passamos aqui, né, cara, graças a Deus. Tivemos dificuldades só de comprá os móveis, né, que a mãe saiu daí ela levô tudo, né, cara, daí a irmã da Rosa, da loja, ajudô nós, essa da loja.

E “porque, depois que eu vim de lá, daí eu fiquei muito tempo sem trabalha, né”, observou Rosa. Mas, “agora nós temo trabalhando nós dois, né, não tamo ganhando mal, não dá pra reclamá, nós tamo se reerguendo. Terreno, agora tamo começando a construí, né? Tamos indo”, complementou Arnaldo.

“Tamos indo”. *Ficando*.

Ficando e trabalhando. Arnaldo insistiu:

agora mesmo eu tô fazendo curso de desenho, cara; terminei ontem o curso de desenho na firma. Então a tendência é crescê cada vez mais, né, dá um futuro bom pra Roberta, né, cara?. Tanto que a empresa ajuda o cara com curso, né, tanto que o curso de desenho eu ganhei pago dela, né, é um passo a mais, né, porque curso de desenho hoje não é qualqué bocó que tem, né?

“E isso é bom, báh, bom pra nós e pra empresa também, né?”, complementou Arnaldo.

E “eu acho bom, e o Arnaldo acho que também, né?”

“Claro”.

2. “Se não vem de lá, a gente não vai daqui pra lá”

As condições sócio-econômicas de trabalhadoras e trabalhadores de lugares migratórios, de *lá* e de *cá*, tendem a dificultar as visitas de *cá* para *lá* e de *lá* para *cá*. Os dias, meses e anos se passam e o cálculo do tempo em que não se vêem torna-se menos simples. Às vezes, décadas separam os que *partiram* dos que *ficaram*. A distância temporal parece superar a distância espacial. Com isso, sobrinhas e sobrinhos crianças de ontem são mulheres e homens de hoje. O interregno entre os dois momentos foi perdido para os que *ficaram* se as sobrinhas e sobrinhos com os pais *partiram*; foi perdido para os que *partiram* se as sobrinhas e sobrinhos *ficaram*. Outras e outros *volta e meia* se vêem. Para estas e estes a distância e o tempo são menos traumáticos.

Licurgo e esposa, por algumas vezes, já visitaram a terra natal. Desde a *partida*, Licurgo perdeu o pai e a mãe. Rita, a irmã do sul, e o filho, ressaltaram que:

quando o pai ficô doente eles tavam aqui, mas depois eles não vieram mais... Eu não sei se eles vieram antes disso. [Filho: eu lembro que o Licurgo tava uma vez aqui, quando o vô tava doente...] Quando o vô tava doente. [Filho: e ainda duas vez depois que a vó ainda tava viva... A vó chegô a í uma vez lá

no Mato Grosso...] A mãe foram, a mãe foram... [Filho: mas depois que o vô era falecido já] O genro levô ela, ele foi lá pra cima fazê um frete e daí ele levô ela. Eles vieram uma vez: o Mário veio com a esposa dele e o Licurgo com a esposa, quando ainda a mãe tava aqui.

As enfermidades e as mortes parecem definir as visitas. A morte como momento de encontro. Primeiro do pai; depois da mãe. A mãe que “chegô a í uma vez lá”, com o genro-neto.

As visitas e os contatos, principalmente do irmão Licurgo, da esposa e dos filhos, tendeu a ocorrer em espaços de tempo cada vez maiores. Com o outro irmão que migrou junto com Licurgo, no entanto, os contatos e as visitas parecem mais freqüentes: “eles [o irmão Mário e família] ligam de vez em quando, pra vê como que tá, se tá tudo bem; mas, lá do Licurgo é muito difícil, é difícil, a mulher dele é, eu não sei... Conhece ela?” Depreende-se que, para Rita, o pouco ou nenhum contato com o irmão Licurgo se daria em decorrência da cunhada; um empecilho às relações mais próximas e constantes entre quem *foi* e quem *ficou*.

A distância afetiva – dada também pelos raros contatos e visitas – entre Rita e o irmão Licurgo, tem reflexo expressivo sobre as relações entre os filhos de ambos. Quatro homens; quatro primos. A mãe Rita diz que o filho “nem conhece [os primos]; eles não vem pra cá”. Como também salientou o filho Bento: “eles não vieram e eu nem fui pra lá ainda”. Porque “vontade ele já tinha, mas não deu ainda pra í”, salientou a mãe, que ainda emendou: “se eles se encontrá na rua, não ia se conhecê”.

Diferentemente é a relação com a filha do outro irmão, em que os contatos e visitas são mais freqüentes, como salientou a mãe: “agora, a filha do Mário, sim, ela tava aqui no natal do ano passado, e mora lá junto com o Mário”. Parece claro que quanto maiores as relações entre a irmã e os irmãos, maiores os contatos entre os filhos e sobrinhos. Entre o filho de Rita e os filhos de Licurgo, contudo, ocorre o contrário, pois entre Rita e Licurgo os contatos são esporádicos.

Mesmo os contatos por telefone tendem a ser, com Licurgo, esparsos: “íchi, demora... Quando fôí a última vez que eu liguei pra ele?” A pergunta se esvazia no silêncio... Até que Rita completa: “eu não lembro qual fôí a última vez que eu liguei pra ele”. O marido Juvenal, ajuda: “média de três vez por ano, se dá isso”. Porque:

se eles não ligam, se eles não querem sabê, por que nós queremos sabê da vida deles, né? Eles tem que sabê também que nós tamo aqui no sul, se nós

tamo passando mal, precisando, uma notícia, se eles... Então, nós também não dependemo deles, se querem passá mal, passam, que nós passemos aqui, cada um pra si e Deus pra tudo, né?

Os contatos são esporádicos e parece evidente a distância entre as duas famílias. “Cada um pra si e Deus pra tudo”, como disse Juvenal. A indiferença parece tomar a centralidade nas relações na medida em que a “vida deles” e “aqui no sul” apresentam preocupações distintas e distantes. A condição de familiar é neutralizada tanto pela distância como pela definição de que a condição de cada uma independe da outra: “nós também não dependemo deles, se querem passá mal, passam, que nós passemos aqui”. Há, subjacente, uma vaidade um tanto disfarçada, principalmente quando é atribuído a Licurgo a falta de uma reafirmação dos laços familiares, pois “se eles não querem sabê, porque nós queremos sabê da vida deles?”

A dificuldade de contato insistiu Rita, não se dava:

difícil, difícil não é falá com eles, que a gente tem o telefone, o celular aqui em casa, de noite é só ligá pra eles, quando o Licurgo tá em casa; o Mário tá sempre em casa, ele não trabalha mais, ele tem problema de saúde... Mas... Vô ligá pra quê?... Agora, eu posso ligá que apareceu um senhor aqui que você conhece, né, mas...

“Vô ligá pra quê?”

Licurgo, Mário e outro irmão em Santa Catarina ainda têm parte da herança dos pais. Poucos hectares cada um. A irmã Rita diz que se a terra for vendida o irmão Licurgo dificilmente voltaria a visitar os familiares no sul: “se eles consegui a terra deles, vendê a terra deles, o Licurgo não vem mais, ele não vem mais só pra me visitá”.

Uma relação com Licurgo e família que se diferencia da relação com o outro irmão em Rondonópolis, uma vez que:

ele vem visitá o filho dele e ele vem aqui também, e a Alva liga mais seguido também, se não liga pra mim ela liga pra Cláudia na cidade, pergunta como que tá o pai e a mãe, e dá lembrança, e isso e aquilo... Mas, o Licurgo é muito difícil, não sei se por vergonha, se não tem assunto, não tem o que contá. Da família dele não tem o que contá, coisa boa não tem na família.

Talvez “por vergonha”. Talvez por constrangimento. Talvez porque “não tem assunto”. Ou porque “não tem o que contá” da família. Porque,

para a irmã do sul, “coisa boa não tem na família”. Mesmo com os poucos contatos com Licurgo no Mato Grosso, a irmã parece ter informações suficientes para a produção de um julgamento da situação familiar do irmão. Nela, “coisa boa não tem”.

Contudo, possíveis questões postas no passado parecem diluídas quando das visitas dos familiares do Mato Grosso. Segundo Rita, quando os irmãos, cunhadas e sobrinhos vêm de Rondonópolis:

não tem cara feia, não tem nada. Isso até pra me agradá, cada vez eu ganho até um presentinho [da Alva]. Sempre me traz um agrado quando veio... Não tem mais cara virada... A primeira vez que eles vieram do Mato Grosso, passeá aqui no pai e na mãe, eles vieram aqui também. A gente não faz cara feia pra eles e pronto. Isso não dá em nada... Guardá o ódio pro resto da vida? O que passô, passô, e pronto. Eu recebo eles bem quando vem aqui, eles não falam do passado e nem eu toco no assunto. E pronto. Esse é um assunto que morreu. E o Licurgo também. Quando ele veio pra cá a última vez, quando ele queria vendê a terra, ele veio sozinho, ele posava aqui ou senão na casa da Cláudia, na cidade. Tinha uma cunhada na Santana, ali, ele não foi lá.

“Guardá o ódio pro resto da vida? O que passô, passô, e pronto”... Rita enche a cuia de chimarrão e repassa *pro* marido.

Silêncio...

“E pronto”.

Na relação e contato entre Horácio e Antônio, as tensões e conflitos são ausentes – diferente de Rita. A última visita de Antônio junto à família no Paraná ocorreu quando da enfermidade da mãe, diz Horácio: “o Antônio faz, eu acho que, uns dois anos, uma coisa assim. Ele veio pra cá visitá a mãe quando a mãe tava doente”. Os casos de doença, em especial da mãe e do pai, tendem a assumir um papel importante na visita de migrantes a seus lugares de origem.

O contato com o irmão no Mato Grosso é feito por telefone: “com telefone a gente conversa, as vez; não faz meio ano, faz uns quatro mês, eu acho, que eu não conversei com ele... [Com os irmãos] mais distante a gente não fala direto, assim, sempre, tudo por telefone, né, por fim se torna caro, tudo [risos]...” O contato também acaba se dando em função de datas “especiais”, como acentuou Horácio: “mais, assim, em datas mais especiais, que nem Natal, Páscoa, assim”.

Os momentos de encontro familiar e parental do passado são, de alguma forma, re-elaborados e lembrados no presente pelos contatos

telefônicos mais intensos no Natal e na Páscoa, por exemplo. Nesses dias pretéritos, a família e os parentes se reuniam, rezavam, comiam, festejavam, riam, conversavam. Juntos. Em “bando”.

Hoje, a saudade e a distância tendem a ser o presente.

E o telefone toca.

E as bocas falam. “Feliz Natal”. “Feliz Páscoa”.

“Pra você também!”

Diziam, próximos, ontem. Dizem, distantes, hoje.

Horácio falou, também, sobre os contatos e relações que ainda ele e os demais familiares de Quatro Pontes estabelecem com os parentes *ficados* do Rio Grande do Sul. Contatos esporádicos e quase ausentes:

é muito pouco, contato direto, é muito pouco, só em casos especiais, as vez, quando a mãe tava muito doente a gente entrava em contato, assim, mas assim contato é muito difícil; só parentes mais próximos, né, a minha irmã, ela mora lá em Porto Alegre, no fim de ano a gente passô lá, né, na época de Natal, visitá ela, ela mora lá em Porto Alegre.

Horácio, irmãs e irmãos, migraram pequenos do Rio Grande do Sul. Como uma “segunda geração” no Paraná, a relação com a terra natal é praticamente nula. Os contatos e as visitas na casa na irmã, em Porto Alegre, já são parte de uma migração posterior; não de retorno, porque a *mudança* não ocorreu para o lugar de saída da família, mas em virtude de contato para um trabalho na capital gaúcha, sem vínculo nenhum com os parentes, familiares e lugares *deixados*.

Contudo, relações mais intensas com parentes do Rio Grande do Sul davam-se quando a mãe e o pai de Horácio e Antônio ainda viviam:

meus pais iam... Eles iam seguidamente; os irmãos dos meus pais, os meus tios, moram quase todos lá ainda, na região onde o pai morava, em Cândido Godói. Hoje, inclusive, meus tios moram lá ainda... Eles iam em dois anos, a cada dois anos eles iam pra lá, às vezes mais freqüentes... [Os tios] Eles vinham também... [Depois da morte dos pais] Eles vieram ainda, ano passado tinha um tio nosso, eles vem aqui. Vem os primos de lá, às vezes. Ontem também tinha um primo, ele é do Rio Grande do Sul, só que agora mora no Mato Grosso... Ele mora em Juara. Ano passado eles também tiveram aqui. Ele foi visitá os parentes dele que moram ali perto, em São Miguel do Iguaçu, pra esses lados.

Os pais “iam seguidamente”. “A cada dois anos”. Horácio, ao contrário, “eu nunca mais retornei pra aqueles lados lá, desde aquela época

que a gente veio pro Paraná”. A condição de gaúcho parece ser, ali no Paraná, para Horácio, indiferente: “nossa vida não teve relação, nós fomos criados aqui, eu cheguei de lá tinha quatro anos, eu não lembro, lembranças muito vaga”.

A condição de gaúcho é uma *marca sutil* na certidão de nascimento. Nada mais parece ligar o gaúcho Horácio à terra dos pampas. Apenas à irmã, na capital gaúcha. E, mesmo assim, não porque é gaúcha ou ali é o Rio Grande do Sul. Mas, fundamentalmente, porque é irmã.

O quase total rompimento com o lugar de origem parece se dever, sobretudo, a como a família, em especial a mãe e o pai, decidiram a migração e como experienciaram a nova situação no oeste paranaense: em nenhum momento houve a intenção do retorno e, por outro lado, o novo lugar se colocava, em especial, como *lugar de futuro*, para os pais e os filhos:

de volta não, não se cogitava; eles [os pais] saíram de lá, já também procurando um futuro melhor aqui no Paraná, né, porque lá já tava tudo desbravado, né, e vieram subindo com a intenção também de podê dá um futuro melhor pros filhos, né, comprá terras e... Mas também vieram com poucos recursos de lá, a dificuldade era muito grande naquela época, aqui era um lugar novo, não tinha assistência médica, era muito longe, aí vieram mais com a boa vontade, né?

As filhas e os filhos eram pequenos. Para eles, o da infância não foi o lugar *deixado*. Nem as amigas e os amigos. A vida se deu, na sua maior extensão e profundidade, no Paraná. O Rio Grande do Sul foi o lugar da mãe e do pai. Por isto ainda, quando vivos, estabeleciam uma relação e contatos freqüentes. Com a morte dos pais, parece ter morrido e se esgarçado, também, as últimas relações que as filhas e os filhos estabeleciam com a terra natal.

A distância tende a tornar a comunicação mais esparsa no tempo. Às vezes meses sem contato. Às vezes anos. Outras vezes, décadas...

Paula, a irmã de Rodrigo, subitamente, ressaltou:

ficô dez anos sem se comunicá com a família! Na primeira vez que ele foi pro Mato Grosso... Até nós não tinha notícia dele, ficô assim, né? Eu tinha telefone, mas ele não sabia, né, não ligô, e a gente ficô assim naquela expectativa, o que tinha acontecido com ele, né? E depois de dez anos que a gente teve notícia dele, que ele apareceu, que ele veio e voltô pra cá, passeá.

As razões para a falta de contato são desconhecidas para a mãe, as

irmãs e os irmãos que ficaram: “até hoje eu não sei, ele não escreveu carta e nem se comunicô com a família. Durante dez anos. Até a gente quase puxô as orelha dele [risos]”, completou Paula. E se passaram dez anos.

Depois, com uma visita de Rodrigo ao Rio Grande do Sul, os contatos e a comunicação foram reestabelecidas: “ele volta em seguida agora, e a gente se comunica, né?” Os contatos, contudo, reservam-se às relações entre a mãe, irmãs e irmãos e Rodrigo; primas e primos do sul tem contato quase nulo com as primas e primos em Rondonópolis: “muito pôco; é, eles conhecem eles porque viram aquela vez que eles voltaram, mas assim, contato, é muito pôco, quase não se conversam, de vez em quando por telefone, com palavras, né, assim”.

De maneira semelhante à relação entre Horácio e parentes do Rio Grande do Sul, a relação entre as filhas e os filhos de Rodrigo e das irmãs e dos irmãos do sul, tem limitações acentuadas. Constituem, *lá e cá*, também uma “segunda geração” atingida pela migração de familiares ou parentes e que, por isso, tendem a se distanciar dos lugares de origem – para quem foi – e de destino – para quem ficou.

Mesmo com o telefone, as informações de Rondonópolis parecem limitadas e, por isto, impeditivas de um *saber* melhor sobre as condições do irmão Rodrigo: “faz tanto tempo que a gente não sabe como tá a situação dele”, observou Nicolau. “Quando ele têve aqui, ano passado? Ano passado ele teve aqui, no mês de junho, ele falava tanto dos netos dele, ligava pros netos dele”, complementou a irmã Paula.

A vida do irmão é o lugar *chegado*. Seus netos vivem ali. “Ele falava tanto dos netos dele”. O lugar *deixado* é, apenas, um lugar de visita, como no “mês de junho” do “ano passado”.

Paradoxalmente, mesmo tendo ficado “dez anos sem se comunicá”, as irmãs e os irmãos de Rodrigo acham-no “muito comunicativo”: “a gente era bastante íntimo assim, a gente sentia saudades dele, ele era muito comunicativo com as irmãs, com os amigos”, salientou Paula. Um “comunicativo” – antes da partida – que não se revelou durante os dez primeiros anos de Mato Grosso.

Mas, atualmente, a comunicação é boa. A irmã Paula expressou em uma curta frase o sentimento das irmãs, irmãos e mãe quando o irmão de longe chega: “fico feliz quando ele aparece, ele é uma alegria”. E a mãe, rompendo a ausência prolongada de sua voz, manifestou seu estado de espera: “parece que ele vai vim”!

Rodrigo, irmão e filho que ainda parece ser o mesmo: “ele é o mesmo

de antes, não mudô nada, nem velho ele não fica... Ele é sempre jovem”, disse Paula. E também a irmã Dulce complementou: “acho ele o mesmo, muito alegre”. A saudade, a juventude e a alegria. O irmão mora longe. Mas, nas irmãs, irmãos e mãe, parece permanecer e se restabelecer, em cada contato e em cada visita, certa vivacidade, espontaneidade e felicidade trazidas e reencontradas no irmão de longe. No irmão que “nem velho” fica.

João foi para o Mato Grosso, pai. Ricardo, filho.

A mãe, ex-esposa de João, mora no Rio Grande do Sul. Pai e filho gostam de pescaria. A mãe sabe disso. Sabe também que a relação dela com a família *deixada* pelo ex-marido é boa: “ele morava com a mãe dele, a irmã também morava no mesmo... Até hoje... Até a mãe dele tá passeando aqui, em Santo Ângelo... Ela sempre, se demo bem, me dô bem com a família, né? Ele [João] é que é meio relaxadão, não vem passeá seguida... É isso aí”. Os contatos e as visitas se espaçam pelo “relaxamento” do pai de Ricardo.

A mãe do filho de João tem mais dois filhos no Rio Grande do Sul. A relação entre eles e Ricardo é boa, diz a mãe. Quando Ricardo resolveu seguir os passos do pai, os irmãos “se apavoraram, né, dele í pra longe; daí fazê o quê, né? Eles também já tavam longe”. Estavam “trabalhando lá em Gravataí”, junto com “três irmão dele [de João] que mora lá”. Os outros filhos já moravam longe... Talvez isto tenha facilitado a aceitação da partida do filho Ricardo para o Mato Grosso.

A mãe que, além de esperar o filho, também almeja conhecer o lugar onde ele mora: “se o Ricardo não vim embora, agora em janeiro, ele vem de férias, né, passeá, depois eu quero í lá conhecê”. Conhecer Rondonópolis. Conhecer parte do Mato Grosso. Conhecer parte da vida do filho que foi para longe. Para longe da mãe e para perto do pai. Talvez porque os dois gostem de pescaria...

Já a irmã de João, Valéria, falou que o contato com o irmão “é bastante difícil, de vez em quando a gente se liga, mas eu tenho bastante dificuldade de encontrá o João quando se liga, de encontrá ele, de conversá com ele; mas de vez em quando a gente se liga, mas não é assim constante”. Contatos esporádicos. Inconstantes.

Os filhos de Valéria têm contatos nulos com o primo Ricardo: “não tem; depois que ele foi pra lá, não; aqui sim, na época a gente morava no bairro Aliança, também lá, né, daí até no colégio, depois não, nunca mais se comunicaram, nem por telefone”. Porque, também, “quanto mais tempo lá, mais ligado lá”. E, portanto, “mais ligado lá e menos ligado aqui”, complementou.

Uma certa “separação”, tanto em relação ao irmão como em relação

ao sobrinho: “eu acho que tanto da parte do João quanto da parte do Ricardo, porque nós, assim, o Ricardo, às vezes, vem passeá na casa da mãe, e quase nunca veio aqui, pra nós parece que tem uma separação, uma coisa assim”. As visitas de Ricardo no Rio Grande do Sul são para a casa da mãe. Não para ver a tia e os primos.

“Uma separação”.

Porque, também, a relação entre irmã e irmão é desprovida de contatos mais freqüentes e, mesmo quando ocorrem, tendem ao afloramento de tensões e pequenos conflitos, como transpareceu na fala de Valéria:

e a gente, eu e meu irmão, a gente tem uma relação, assim, quanto a gente conversa, eu sô muito, eu não sô a mais velha, tem outra que é mais velha, quando a gente precisa dizê alguma coisa pra ele, xingá com ele, só de piraça: ‘não faz assim guri, a vida não é desse jeito, pensa um pouquinho na tua vida agora, porque amanhã ou depois tu tá velho, né’... Eu tenho essa liberdade de chegá como irmã, assim, porque tem irmão que não, ele lá e eu aqui... É só, assim, falta de comunicação.

Um xingamento e uma “piraça” que também acabam definindo a perspectiva de imposição de concepções e práticas de vida, de trabalho, de presente e de futuro. Na “falta de comunicação”, também, uma *falta de sintonia*.

A questão dos contatos e da comunicação entre João e familiares se agiganta na relação entre filho e mãe, como salientou Valéria:

a minha mãe... O certo mesmo é a minha mãe. E justamente por aquilo que eu tô falei, o João ele têm muito apego familiar e minha mãe sofre muito com isso, seguidamente ela telefona para lá, já teve duas vezes pra lá, sabe, pra trazê ele, porque assim, ele não é muito ligado a esse elo familiar aí. Sabe, ele teve agora, há uns seis anos atrás quando minha mãe teve câncer, a gente achô que ela não ia ficá boa, porque ela tava bem mal, daí ele veio, depois nunca mais ele veio. Então ela que vai lá vê ele, assim é ela que mais sofre com isso.

A “mãe sofre muito”. Mas ele, João, “não é muito ligado a esse elo familiar”. Veio “quando minha mãe teve câncer”. Depois, “nunca mais ele veio”.

Sufrimento da mãe.

O câncer, a distância e a saudade...

Chico, o irmão de Ana, ainda não conhece o lugar onde mora a irmã, a sobrinha, o sobrinho e o pai. Conhece – “de repente” – apenas uma “partezinha” do Mato Grosso:

olha, até de repente conheço, uma partezinha, partezinha, mas lá onde eles tão eu não conheço... Claro, claro, gostaria demais de, de, de, de... Como se diz, assim, de muitos anos, olha... Quantos anos deve fazê isso, deve fazê... Deve fazê vinte anos, né, vinte anos que nós não enxerguemo eles mais, né... Só a Ana já faz mais, faz mais. É só olhá no, no...

Talvez seja necessário *olhar* no calendário. *Olhar* no calendário...

Porque “deve fazê vinte anos” que “nós não enxerguemo eles mais”.
A irmã, Ana, “faz mais”.

Os anos se transformam em décadas. Mais de duas:

é, eu acho que é mais ou menos isso [conversa paralela com a esposa buscando verificar quantos anos que não vêem Ana e a família]... Tá, e daí... Bá, isso aí, de repente, quem é que não vai, né, a gente não tem a condição de í pra lá, né, se não vem de lá, a gente não vai daqui pra lá, né... Tudo uma coisa, sei lá, uma coisa...

“Uma coisa” que se desmancha no ar.

“Uma coisa”...

Em “a gente não tem a condição de í pra lá”, colocam-se os limites sobre as condições sócio-econômicas. Mas também “se [eles] não vem de lá a gente não vai daqui para lá”. Aparentemente uma lógica do *daqui toma lá*. No entanto, parece não ser apenas isto: “tudo uma coisa, sei lá, uma coisa”. “Uma coisa” *revelada*, mas não dita. Talvez uma relação de tensão com o pai que não é pai. “Sei lá, uma coisa”.

A narrativa de um dos últimos contatos – por telefone – entre Chico – no Rio Grande do Sul – e a irmã – no Mato Grosso –, foi reveladora de uma certa angústia, mas principalmente da saudade:

é, por telefone, isso as vez a gente liga uma vez por mês... Até esses dias ela me ligô, ela ligô pra mim... Daí até, foi num domingo, foi no domingo que eu ia pra, é, né, pro Maranhão. E tão emocionado eu tava no telefone, mas home do céu, sabe o que que é, não, chorei, sabe o que que é, chorá... Chorei, Deus o livre, óia. Mas foi um choro tão, um choro tão gostoso. Eu tava sentado aqui, tinha mais gente aqui, meu Deus do céu, a Ana perguntava pra mim: ‘mas escuta, você tá bem e tal’, digo ‘tô’. Mas só que deu um tique de, né, um tique de emoção. Não, não, tudo bem, né... E é aquilo ali, como se diz, né, como que a gente vai...

O telefone e a irmã.

“Um tique de emoção”.

“Foi num domingo”...

Nos domingos do sul os encontros faziam parte das manhãs e das tardes entre familiares, parentes e amigos. O chimarrão, o almoço e o jogo de cartas. As brincadeiras das crianças. As rodas de conversa dos adultos onde por suas *frestas* as crianças espiavam. Eram conversas de *gente grande*, mas que cabiam também aos pequenos. Ninguém era expulso. O *ócio* ensinava. *Criativo*. Vivia-se e aprendia-se nele. No interior ou na cidade também se trabalhava. Mas não o negócio. Tirar o leite da vaca, preparar o chimarrão, o almoço, servir a cuca e a bolacha, faziam parte do *ócio*. Na manhã, também a missa ou o culto. À tarde, o jogo de bocha, o bolão ou o futebol para os homens. As mulheres ficavam com as filhas e filhos pequenos, jogavam baralho e loto...

A migração.

Agora, a distância e os domingos com menos gente. Familiares e parentes se foram. Familiares ou parentes *ficaram*. Nos domingos, o chimarrão *aqui* e *lá*. A cuca e a bolacha, às vezes. A saudade e as lembranças tomam a centralidade. O cansaço. Nos domingos – para quem possui telefone – se fala com os familiares e parentes que *ficaram* ou que *partiram*. Depende. Também porque a ligação é mais barata. Mas principalmente porque o domingo é o dia de “rever” quem se gosta e de quem se sente falta.

Semelhante àqueles domingos em que rever significava visitar uns aos outros, hoje ainda fala-se do tempo, do trabalho, do dinheiro curto, da família de si e dos outros, do passado, do presente e do futuro. Dos aniversários e dos casamentos. Dos que nascem e dos morrem. De vida e de morte...

Risos ouvem-se do outro lado da linha. Do outro lado da linha também o choro, às vezes, penetra nos ouvidos e mentes das *gentes* do lugar distante. Choro como o de Chico – que “foi no domingo” – “mas [que] foi um choro tão, um choro tão gostoso”.

Domingos.

Manhãs e tardes.

E noites.

Talvez, por isso, o poeta *decretou* que as *feiras* – as segundas, terças, quartas, quintas, sextas... – também se tornassem domingos... As suas *manhãs*...

“Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de domingo”.¹

3. “Ela não queria que ele não estivesse aqui, próximo dela”

O pai e a mãe de Antônio morreram no Paraná.
O pai de Rodrigo morreu em Santa Rosa.
A mãe e o pai de Licurgo, em Chapada...
Mortes ao longe. Mortos lembrados².
Rompimentos agudos entre quem *partiu* e os lugares *deixados*.

“O pai faleceu em mil novecentos e noventa”, observou Rita, irmã de Licurgo. “É, faz parte da vida...” A irmã *acha* que os irmãos de longe não sentiram a falta da mãe... Nem a mãe dos filhos:

minha mãe também não achô falta deles; quando ela tava mal, tava dias assim morre/não morre, e ela tava mal no hospital, daí ela, ela tinha uma irmã ainda, hoje falecida, mas que todo dia ia no hospital visitá ela, perguntô assim, Marta, era minha mãe: ‘Marta, você gostasse que os teus filho viessem tê vê ainda?’ Ela disse que não... É um sinal que nem se importô mais.

Licurgo ainda tem a irmã, o cunhado, um sobrinho e uma sobrinha no sul. “Tem primos” também, salientou Rita: “tem na cidade de Chapada, mas ele não vai visitá eles”. Tem, também, os familiares e parentes da esposa: “sim, mas quando o Licurgo veio, a última vez que ele veio sozinho, ele não foi lá; ela [irmã da esposa] foi pra cidade e lá eles se encontraram, mas ele não foi até lá... Ele só veio aqui e lá na Cláudia e foi atrás dos negócio dele e foi no cemitério”.

No cemitério. A mãe e o pai. Visita aos mortos.
Não foi na casa da cunhada. Nem das primas e dos primos.
“Foi no cemitério”³.

Horácio, irmão de Antônio, perdeu um irmão no Mato Grosso, assassinado em Rondonópolis. A mãe perdeu um filho:

o pai já não vivia mais naquela época, mas a mãe, ela se fazia a pergunta: ‘por que, por que com o meu filho?’, né, ‘por que isso aconteceu com o meu filho?’, né, ‘qual a razão?’, porque a gente não sabe certo porque foi, existiam várias versões ali, né, no fim certo, certo, não sabemo direito o

que foi... De certa forma, chocô muito todos os familiares, abalô bastante, perdê um irmão, assim, da forma como foi.

A mãe chorou. As irmãs e os irmãos, também...

A família pediu, para Antônio, que transladasse o corpo do irmão para perto da mãe, no Paraná: “o corpo dele foi transladado pra cá... Foi uma vontade de todos os irmãos, da mãe principalmente, porque ela não queria que ele não estivesse aqui, próximo dela... Ele era mais velho que eu... E mais novo que o Antônio”, salientou Horácio.

O filho próximo da mãe. No cemitério da cidade⁴.

Mortos trazidos para perto⁵. Ficam na lembrança e nas inscrições dos jazidos. Quando jazido tem. Quando vivas e vivos estão próximos – ou longe – para lembrar.

A mãe de Antônio, de Horácio e do irmão morto, descendente de comunidades camponesas – de um *tempo lento*, mas nem por isso menos importante – ensinou, ainda viva, a *magia* da proximidade entre quem se gosta. Agora lá está, no pequeno cemitério da pequena cidade de Quatro Pontes, no oeste paranaense, ao lado do marido e do filho. Do *filho pródigo*. Ali, em um *canto* qualquer entre outros mortos, as *pegadas* do gaúcho morto no Mato Grosso, *não se apagam*.

O *descuidar*, como des-ensinou o poeta:

Cuide, quando pensar em morrer
Para que não haja sepultura revelando onde jaz
Com uma clara inscrição a lhe denunciar
E o ano de sua morte a lhe entregar
Mais uma vez:
Apague as pegadas!

(Assim me foi ensinado.)⁶.

Notas

1 De Thiago de Mello (2001, p. 19), “artigo 2” de *Estatutos do Homem*.

2 Mariza Peirano (1995, p. 109), ao discutir “o cosmos Ndembu”, salientou que “Os mortos precisam ser lembrados. Eles devem estar presentes, vivos na memória de seus descendentes”. De forma semelhante, para os sujeitos desta pesquisa, também a morte, quando ocorrida nos lugares *deixados* ou nos lugares *chegados*, é lembrada, falada e, no íntimo, chorada.

3 A relação entre pais e filhos tende a ser o maior *elo* entre quem *parte* e quem *fica*. A morte de uns ou de outros, *aqui* ou *lá*, passa a significar o distanciamento maior entre as *gentes* dos lugares.

A morte, aqui, contudo, parece assumir, também, o sentido dado por Maria Helena Oliva Augusto (1991, p. 253), como “perda de sentido”: “O indivíduo moderno vive uma corrida alucinada para esquecer que vai morrer e que tudo o que faz não tem, estritamente, nenhum sentido. Sucumbe, assim, enquanto indivíduo, uma vez que o seu sentido de pertencimento é obnubilado e anulada a vivência de sua singularidade”. Para as e os migrantes, a morte da mãe ou do pai, também, como o *obscurecimento do sentido de pertencimento* com os lugares *deixados*.

4 Também registrei (Goetttert, 2000, p. 128 [nota 51]) o traslado de restos mortais de um gaúcho do Mato Grosso para o Rio Grande do Sul: “Em janeiro de 1992, testemunhei, no Rio Grande do Sul, a chegada dos restos mortais de um homem, natural do mesmo Estado, que há alguns anos migrara juntamente com a família para o Mato Grosso, com o objetivo de arrendar terras. Morto pouco tempo depois da chegada, em acidente de trânsito, foi sepultado em cemitério de uma pequena cidade do sudeste mato-grossense, Alto Garças. A família [logo em seguida] retornou para a cidade natal do Sul e, depois de alguns anos, conseguiu a liberação da Justiça para a remoção do corpo. Para a família, mesmo morto, era importante ter o pai e o marido perto – quebravam-se, assim, os laços que uniam aqueles sulistas ao lugar que muito pouco contribui para as suas vidas”, o Mato Grosso.

5 Maria Clélia Lustosa Costa (2003), ao discutir a espacialização dos cemitérios nas cidades a partir do século XIX, em especial no Ceará, aponta para a *tragédia* (o termo é meu) do afastamento e do esquecimento diante dos mortos: “A racionalidade moderna criou as funções espaciais. Entretanto, os mortos e a morte foram isolados e esquecidos nas grandes cidades, que já não podem mais olhar para o passado”. Contudo, também ressalta, “os cemitérios, os mortos, a morte ainda continuam dentro e próximos das pequenas comunidades cearenses, pois que vivem sob ritmo mais lento” (p. 259 e 258, respectivamente).

6 Bertold Brecht, excerto final de “Apague as pegadas”, primeiro poema do *Manual para habitantes das cidades* (apud Jeanne Marie Gabnebin, 1994, p. 70).

“É mais ou menos isso!”

“Depois veio a guerra com os castelhanos. Formaram nas colônias uma Companhia de Voluntários Alemães.

E de vários pontos da Província cinco Carés foram levados a maneador para as tropas nacionais como voluntários.

Nunca ficaram sabendo direito contra quem brigavam nem por quê.

Mas lutaram como homens, e nenhum deles desertou. Eram magros mas rijos.

Foi nessa mesma guerra que um tal Tte. Rodrigo Cambará um dia avançou a cavalo contra uma bateria castelhana e com um laço de onze braças laçou uma boca de fogo inimiga e se precipitou com ela, gritando e rindo, a trancos e barrancos, para as linhas brasileiras.

Por essa e por outras ganhou uma medalha e foi promovido a capitão.

Pedro Caré nessa guerra teve um braço amputado. E nunca recebeu soldo.

Quando veio a paz voltou à vida antiga.

Onde foi que perdeu o braço?

Na guerra.

Não lhe faz muita falta?

Nem tanto. Graças a Deus me cortaram só o braço.

E meio rindo ele mostrava sua china, que tinha um filho no colo e outro na barriga.

Por essa e por outras foi que a raça dos Carés continuou.”

Erico Verissimo

O tempo e o vento

(O Continente I)

Fazer-se na presença e na ausência

- *Tchau Ana, Maneco, Pedro, Rodrigo, Antônio, Bibiana, Licurgo, Alice, João, Ricardo, Werner, Maria, Chico, Valéria, Paula, Nicolau, Horácio, Rosa, Juvenal, Rita, Bento, Arminda, Henriqueta, Carla, Dulce e Arnaldo. Obrigado!*

- *Tchau!*

O que *sobra*, depois de cada entrevista? A obrigação do *obrigado!* A *obrigação* da amizade feita nas falas. Em cada palavra.

Mas, o que *fica* em cada palavra? Fica a *ausência*... E a *presença*.

A *ausência* pela distância física e a *ausência* dos corpos próximos, agora distantes. A palavra *encaixada* na caixa da fita k-7. *Enclausurada*. A *ausência* do olhar e do cheiro. Do frio do sul e do calor mato-grossense. A *ausência* dos sujeitos de *cá* e dos sujeitos de *lá*.

A *presença* na palavra feita interjeição. Feita emoção e feita razão. Inseparáveis? A *presença* que apresenta a *ausência* do familiar migrante ou a *ausência* do familiar *ficado*. A *presença* dos lugares ausentes feitos representações deles e de suas *gentes*. A *presença* no falar da *ausência*, porque “os lugares vividos”, *cá* e *lá*, “são também espaços imaginários”¹.

Presença e ausência. Os dois lados da migração. Os dois lados que *falam* na produção da tríade *representado-representante-representação*². Entre o “objeto” e o “sujeito”, a re-apresentação dos lugares e das *gentes*, das relações *mediadas* pela palavra.

Representados: os lugares e as *gentes* de *cá* e de *lá*.

Representantes: as *gentes* dos lugares *chegado* e *deixado*.

Representações: as *palavras* ditas. E não ditas... *Silêncio*: “uma palavra para além do mundo, um eco distante, mal perceptível, uma inesgotável interrogação, o sinal de uma escrita que abomina toda resposta”³.

Do silêncio *quebrado*, as palavras – e os *signos*⁴ – que representam a presença e a ausência: “a linguagem “é” uma presença-ausência, presença evocada, ausência *à tona*”⁵. Palavras que se fazem representações a partir de uma “série de frases”; palavras que remetem a outras palavras⁶.

Pelas palavras, a linguagem designando os objetos e acontecimentos mesmo quando eles estão ausentes, acarretando uma “duplicação do mundo perceptível”⁷. Na migração, lugares e *gentes* ausentes, presentes na fala: re-

apresentadas pela linguagem *duplicam* a própria duplicação.

Presença e ausência duplicadas. Porque se a representação é a evocação de uma *presença* e de uma *ausência*, a representação na migração é a evocação *duplicada*. Ausentes os sujeitos, seus *jeitos* e seus lugares. Ausências *corpóreas* presentificadas no falar. Presentes os sujeitos, seus *jeitos* e seus lugares. Presenças na fala re-apresentadas, feitas ausentes ao longe, dos sujeitos e lugares *deixados* e *chegados*.

De uma *linguagem migrante* que vai surgindo do “imaginário da migração”⁸. Uma linguagem que “nasce socialmente” e não é nem verdadeira e nem falsa: faz-se uma ou outra no “uso social das palavras”. A construção da linguagem dando-se a partir do imediato – do corpo, da sensação, dos impulsos e atividades práticas, da memória e das relações espontâneas. Como prática social. Também como luta pelo poder⁹. Pela liberdade¹⁰.

Como *luta de classes*: o poder das palavras tende a encerrar “o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes”, podendo a linguagem constituir o “arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”¹¹. O acesso aos lugares. O acesso à mobilidade feita esperança. O acesso à permanência feita *ninho*, feito *raiz* de roseira, com espinhos que *ajudam a fazer* desabrochar a flor.

A linguagem reaparece, então, como *interação social*: o percurso da fala é orientado socialmente e o indivíduo busca adaptar-se ao “contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos”¹². Comunicação: a *ação de comunicar*. Pôr em *comum*.

Prática social, poder, luta de classes e interação social. A linguagem feita do *vivido*. O concebido e o percebido. Uma produção de idéias e representações. “Há produção das representações, das idéias, das verdades, assim como das ilusões e dos erros”¹³. Produção-reprodução de *perspectivas*, *expectativas positivas*, *negativas* e de *cautela*, de lugares *bons* e *não bons*, de *gentes* do trabalho e do não muito trabalho, do passado, presente e futuro. Dos de *perto* e dos de *longe*.

Nem verdadeiras e nem falsas... As representações “não podem passar somente por alterações do real e do verdadeiro, por máscaras e mascaradas, como na teoria habitual das “ideologias”. O modo de existência das representações só se concebe tomando em conta as condições de existência de tal ou qual grupo, povo ou classe”. As representações participam da conjugação de forças em uma estrutura social, representando a figura e a imagem de um grupo, classe ou casta. *Estrutura social* não homogênea,

calçada nas desigualdades e diferenças, não impedindo que os dominados aceitem as imagens impostas e reproduzem interiorizando-as; porém, não sem desviá-las segundo a força do protesto e endereçá-las contra quem as produz¹⁴.

Porque também, calçada no vivido, as representações (re)produzidas por trabalhadoras e trabalhadores desmentem que *todo trabalho dignifica o homem*, que o *trabalho trás riqueza* ou que o *progresso*¹⁵ é parte de todas e todos migrantes ou de familiares que *ficam* nos lugares *deixados*. Mulheres e homens do trabalho.

O vivido se distingue do concebido e participa das ambigüidades das relações sociais: espontaneidade e imposição, afetos e dependências, proibições e liberdades... Ao mesmo tempo em que o vivido é parte das representações, também estas *interpretam* aquele. *Interpretam* e por isso também interferem na prática, na vivência das trabalhadoras e dos trabalhadores. A *vivência* que “inclui o corpo e a subjetividade, mas também a vivência social e coletiva”¹⁶.

Pois, como compreender e viver uma situação sem representá-la? Se abolidas as representações, “as únicas certezas que persistem são a morte e o nada”... Assim, o “movimento dialético entre a vivência e o concebido nunca cessa”¹⁷. Para quem migra, também o *movimento dialético* entre os lugares e *gentes de cá, de lá e, porque não, de acolá*.

Por isso, novamente, as representações não podem ser entendidas nem como verdadeiras e nem como falsas: “as representações não são sem embargo verdadeiras por vocação, por essência. Nem falsas. É uma operação ulterior, uma atividade reflexiva, que as confere verdade e/ou falsidade relacionando-as com as condições de existência de quem as produz”¹⁸.

Presença e ausência. Produção e observação. Ambas e nenhuma, mas algo intermediário. Mediação. Ação de mediar. Ação que faz o mundo das representações:

*as representações tem uma “realidade” ou “idealidade” específica. Tendem para uma presença na ausência, seja pela intervenção subjacente de um afeto, seja pela agregação de um saber. Assim se compõem pequenos mundos ao mesmo tempo interiores (dos “sujeitos”) e exteriores (objetivos, por serem sociais e por incluir relações com os “objetos”). Esses pequenos mundos que figuram no grande mundo do representável e competem com o do sonho e com a da lembrança, com a mentira e com o saber. O saber se constitui centrado nas representações, filtrando-as através da ideologia e sua crítica.*¹⁹

Os *pequenos e grandes mundos do representável* se produzem e reproduzem a partir da valoração do representado, do representante e da representação – positiva ou negativamente²⁰. As representações implicam valor e se fazem em *sistemas de comunicações*, em que as próprias representações se diversificam, se difundem e se fragmentam. Daí, sempre margeando o *impossível*²¹. *Beirando* o futuro²².

Representar o falso e o verdadeiro. Nem sempre falso. Nem sempre ideologia... A representação, “diferente da ideologia, não se define unicamente pelo concebido, pelo conhecimento; mas pela relação com a vivência (uma presença)”: a representação envolve e inclui a ideologia²³.

Representar é fazer *presente o ausente*. Re-apresentar. A mediação entre quem representa e quem é representado. Por isso, representar é também *identificar*. *Eu, o outro. O outro, eu. Eu, eu. O outro, outro*. A auto-identificação dando-se apenas na relação com o *outro*. Uma “dialética da identidade” em que todo ser real mantém ou perde sua identidade através dos conflitos e contradições²⁴.

A *dialética* entre os tempos e os espaços, entre as *gentes* e os lugares, entre o *vivido* e o representado: “entre a vivência inicial e formalização ulterior se intercalam as representações, “estruturas de ausência”, mas também de presenças”²⁵. Entre a presença e a ausência.

Para *gentes* de lugares distantes, as representações invadem o passado, o presente e o futuro. Invadem os próprios lugares. Invadem as *gentes*. Fazem-se re-apresentações de *pedaços* de vida através da memória, das lembranças e recordações. *Partes* do vivido:

A lembrança [recuerdo] difere da representação por uma qualidade, a da vivência. Enquanto se recorda, o passado se enlaça com o atual e conserva a vivacidade cambiante do presente; o qual não significa uma presença, mas uma ausência na presença. Enquanto é representado, o passado se fixa e morre tanto na história como na memória subjetiva. Ademais, é freqüente que o presente – o atual – se represente através do passado, por uma lembrança [recuerdo]. A situação presente nem sempre se descobre por si mesma; o que se dissimula no atual, ameaçador ou benéfico, se alcança rememorando o realizado: “Isto me faz pensar em..., me recordo de...” Quando este passado ainda vivo morre na representação, esta substitui a lembrança [recuerdo]; o “sujeito” parece ser mais forte que a lembrança [recuerdo] e sobretudo mais claro: próximo do saber. Isso posiciona a representação entre o vivido e o concebido talvez a meio caminho entre o que escapa e o que se apropria, mediadora escura e obstinada, que se desprende entre os extremos, em algumas ocasiões vinculando, em outras substituindo. A escala do indivíduo, da consciência subjetiva.²⁶

O *vivido* das trabalhadoras e dos trabalhadores – nos lugares da migração – é uma *qualidade* do lembrar e do falar. *Recordar*. O passado se faz presente e o presente, passado. Passado e presente se *entrelaçam* no futuro, num *feixe de possíveis*²⁷. A representação “entre o vivido e o concebido”, entre o *escapar* e o *apropriar*. Entre o que fica de um *mundo de relações* que se fazem e se cruzam nos tempos e nos lugares, participando de cada sujeito em sua interação social e coletiva.

A *fala* dos lugares da migração trouxe de volta o tempo que se esvaiu no cotidiano da mudança, da *transitoriedade* e do *jeito* que se fez *su-jeito*, que se fez lugar *deixado* e lugar *chegado*. *Fala* presente na ausência. Ausente na presença. *Ser* presente no passado. *Ser* futuro dos tempos. *Ser* tempos e lugares. *Ser*, assim, movimento que é simultaneamente “espaço e tempo: o tempo não se representa senão mediando-se e não se mede senão por e no espaço; o espaço não se representa e não se mede senão por e no tempo finito, uma vez mais em um deslocamento”²⁸.

Movimento do trabalho no tempo e no espaço. De mulheres e homens do trabalho. Na migração e no trabalho, *fazendo-se*. Na permanência, igualmente. Falaram evocando sempre uma presença. Mas também uma ausência. Presença nos e dos lugares; presença de quem fala e de quem é falado. Ausência nos e dos lugares; ausência de quem fala e de quem é lembrado. *Gentes* e lugares representados.

Representações a partir da fala, da *fonte oral*. Uma construção entre sujeito-pesquisador e sujeitos-pesquisados. Na fala, pelas palavras, foram múltiplas as possibilidades de problematização e *diálogo*, tanto sobre as condicionantes da mobilidade como sobre as relações que se desenvolveram e desenvolvem entre as *gentes* dos lugares *deixado* e *chegado*.

Falas, das migrantes e dos migrantes e dos familiares no sul, que ensejaram possibilidades de compreensão da complexidade que envolveu e envolve a mobilidade, que dificilmente seriam construídas por outras fontes. Ademais, a *fala* sobre a migração é uma fala de *lugares sobre lugares* – o falar *daqui* e o falar *dali* –, que, por isso mesmo, implicou em *narrativas* das relações nos lugares – das *gentes* da *lá* e das *gentes* de *cá*.

Das *gentes* de *cá*, gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, no Mato Grosso...

A migração do sul para o Mato Grosso participou e participa da existência de quem migrou como uma das experiências de mobilidade e, geralmente, não a única.

Na *explicação* das condicionantes da migração do sul para o Mato

Grosso – ou mesmo para o Paraná –, questões de ordem subjetiva foram se colocando como centrais – como a falta de ajuda de pessoas próximas no sul para a permanência no lugar – e que acabaram por se colocar como os fundamentos *interpretativos* na compreensão da mobilidade.

A migração sendo, geralmente, individual ou familiar. No último caso, migram mãe, pai, filhas e filhos: foi possível aludir a certa produção de poder dos pais sobre os *menores*, uma vez que a decisão é sempre tomada pelos primeiros.

Questões que se colocaram no momento da migração do sul – como agruras entre genro e sogro ou entre filho e pai –, ainda persistem – mesmo anos depois da partida – como componentes *mal* resolvidos entre quem partiu e entre quem ficou.

Nas *falas* sobre as condições enfrentadas no sul, antes, durante e depois da migração, foi patente uma *interpretação* importante sobre as tendências e possibilidades de sobrevivência no lugar, indicando, pelo menos indiretamente, a formação de uma *consciência de classe* na *leitura* dessas condições.

Na migração, pode-se perceber a construção de três conjuntos de expectativas: *expectativas negativas* sobre o lugar *deixado* – o de origem –, *expectativas positivas* sobre o lugar de destino e *expectativas cautelosas* também frente ao lugar de *chegada*.

Condicionantes subjetivas e familiares “caminharam” *pari passu* a condicionantes conjunturais e estruturais para a efetivação da migração. E o *acaso* foi tão decisivo na mobilidade quanto as condicionantes materiais e simbólicas.

Expectativas positivas sobre os lugares de destino podem ser construídas paralelamente a representações negativas – umas e outras podendo ser refeitas ou desfeitas durante e após a migração, dependendo das relações que são construídas no novo lugar.

Na produção da *fonte oral* sobre a migração de um para outro lugar, das representações na *presença* e na *ausência*, as *falas* e as *narrativas* extrapolaram o *conteúdo* da mobilidade “em si” e avançaram sobre questões, aparentemente, *desconexas* à mobilidade, *deixando* angústias e medos, alegrias e esperanças, saudades e tensões, vida e morte... Tais questões, fundamentalmente, acabaram participando como base de compreensão importante para a própria *mudança*. Ou para o próprio *ficar*.

Nas *falas* sobre os lugares *deixados* participaram construções discursivas sobre novos lugares “desejados”; aqui, este aspecto pareceu

revelar que questões *pendentes* no sul, ao invés de serem *explicadas* por quem fala, são transferidas para situações imaginadas, retirando o “peso” do passado em relação a certas vivências e experiências.

Houve, no decorrer do movimento de um para outro lugar, a produção de uma *situação migratória – transitoriedade migratória* – que, para quem migrou, colocou-se como *condição migrante*. Essa *condição* compreenderia uma situação temporal-espacial: o *tempo* entre o *movimento inicial* de pretensão para a mobilidade até o *momento final*, em que o migrante deixa de sê-lo e se constitui como *gente* do novo lugar; e, espacial, na *mudança* de um para outro lugar e na medida em que o migrante participa do *jeito* do lugar *chegado* e não mais se reconhece no *jeito* do lugar *deixado*.

No entendimento de quem migrou, a participação de familiares na decisão de migrar foi sempre relativa, dependendo da proximidade e das relações que estabeleciam. Uma participação que, não raras vezes, foi inócua na medida em que a decisão acabou sendo, eminentemente, dos sujeitos migrantes.

As representações sobre os lugares de destino, antes da migração, tenderam a ser sempre positivas e continuaram a sê-lo mesmo após a chegada, mesmo que estas entrassem em contradição com experiências e vivências daquelas e daqueles que migraram. Em grande medida, as representações positivas também tenderam à reprodução porque *sinalizavam* que o lugar *escolhido* era melhor que o lugar *deixado*.

Nas falas sobre as dificuldades encontradas no lugar de destino, os migrantes *cá* indicavam a participação de elementos *interpretativo-filisóficos* que podem ser compreendidos, também e pelo menos, como indícios de uma *consciência de classe*.

Condições sócio-econômicas difíceis, enfrentadas por gaúchas e gaúchos no Mato Grosso, tenderam a sugerir, através das falas, a *busca* por *lugares de futuro*, reproduzindo *expectativas positivas* sobre lugares de maneira semelhante às produzidas quando da saída do sul.

Nas representações sobre os lugares *deixados*, também foi possível a constatação de sentimentos de repulsa e até de repúdio, o que mostra que mesmo à distância podem ser produzidas ou reproduzidas possíveis *mágoas* e *dissabores* em relação aos lugares de origem, que tendem a ser, grandemente, em relação a *gentes* destes lugares.

Questões negativas de ordem subjetiva e familiar, tenderam a se diluir frente a questões que envolveram um pretenso sentimento gaúcho que, por sua vez, constituiria a “celebração” de certa *comunidade gaúcha*

imaginária. Agruras vividas no sul foram relativizadas, mas não se dissolveram, quando a *comunidade* tomou a centralidade na narrativa de gaúchas e gaúchos, hoje longe do Rio Grande do Sul.

A pretensa *comunidade gaúcha imaginária* fez emergir – em contradição às possíveis “faíscas” de *consciência de classe* anteriormente apontadas – uma unidade e uma homogeneidade entre gaúchas e gaúchos no Rio Grande do Sul e fora dele, em especial sobre as diferenças entre concepções e práticas de trabalho de *sulistas* e de não-sulistas, ocorrendo, assim, uma importante relação entre trabalho, “raça” e *jeito* gaúchos.

Os contatos e relações com as *gentes* do sul são extremamente pontuais. Para algumas e alguns, mesmo *separados* há vários anos, ocorre a construção de situações que acabam reforçando os laços entre quem partiu e quem ficou. Para outras e outros, com visitas ou sem visitas, *marcas* de tensão e angústia permeiam as *falas* sobre a *ausência*, evocando a *presença* de fatos e relações pretéritas que “pipocam” em meio a silêncios e interjeições.

Filhas e filhos tanto reproduzem representações das mães e pais sobre o sul, como também produzem representações completamente antagônicas, muitas vezes revelando um *sentimento gaúcho* que já desapareceu dos ascendentes.

A migração representou e foi *representada* tanto como mudança de vida como a sua reprodução: relações no novo lugar reproduziram relações do lugar *deixado*, principalmente às ligadas à família... Por isso, a migração tende à *evocação* secundária frente a relações familiares e pessoais, estas assumindo a centralidade na *leitura* e na *interpretação* das situações passadas, presentes e futuras, ao lado das comparações sobre as situações sócio-econômicas de *cá* e de *lá*.

Das *gentes* de *lá*, familiares no Rio Grande do Sul e no Paraná...

A migração envolveu *dois* lugares: o de origem e o de destino. Ou o lugar *deixado* e o lugar *chegado*. As relações para quem *partiu* são sempre mais tensas porque requerem toda uma reconstrução de sociabilidades; mas também no lugar de origem os sujeitos que permanecem sentem, direta ou indiretamente, os *reflexos* da mobilidade, colocando-se também como *sujeitos-sujeitados* e *sujeitos-sujeitos*.

Nas *falas* de quem ficou, foram narradas situações que, se não estão diretamente ligadas à migração de familiares do sul para Mato Grosso, implicitamente indicam tensões e conflitos que possibilitam uma maior compreensão das relações entre as *gentes* de *lá* e as *gentes* de *cá*.

Nas *falas* de quem ficou, algumas questões – apenas *tangenciadas* pelas e pelos migrantes –, foram repostas através de “ângulos” diferentes possibilitando a produção de outras *interpretações* sobre aspectos específicos, mas que influem na compreensão da mobilidade e das relações entre os lugares e suas gentes.

Situações vividas, entre quem partiu e quem ficou, durante o tempo em que viviam próximos, ainda participam acentuadamente das relações entre as *gentes* dos lugares de origem e de destino. A migração – a distância e o tempo – não podem ser considerados como componentes que desfazem tensões e conflitos anteriormente construídos. Podem amenizá-los, mas não destruí-los.

Assim, *o espaço e o vento* – e o tempo, na *separação* dada pela migração – apenas minimizam desdobramentos de tensões e conflitos de gaúchas e de gaúchos no lugar de origem; a condição de *familiar* – irmã, pai, sobrinho... – acabou se sobrepondo à condição de familiares que migraram e de familiares que ficaram.

As representações produzidas sobre os lugares de destino de familiares que migraram, tenderam a homogeneizar as *gentes* do sul e acabaram também desenvolvendo contradições entre tais representações e entre as *interpretações* das condições vividas pelos familiares no Mato Grosso.

As *leituras* sobre a migração de alguém próximo foi, por vezes, comparada a experiências de mobilidade dos próprios sujeitos que falavam.

As *interpretações* sobre a migração e as condições que familiares enfrentam no lugar de destino foram sempre cautelosas, mas não deixaram de indicar possíveis desapontamentos e críticas frente à mobilidade e a desdobramentos dela, bem como questões que tenderam tanto a *julgamentos depreciativos* das *gentes migradas* como à enunciação da distância e da saudade, em meio a soluços e olhares perdidos.

Assim como gaúchas e gaúchos em Rondonópolis, também familiares no sul constróem possibilidades de mobilidades, principalmente se já tiveram uma migração como experiência ou se conheceram lugares que representariam a melhora das condições de existência.

Os contatos entre quem migrou e quem ficou, geralmente, ocorrem nos *domingos e datas especiais*; além de pagamento menor da tarifa telefônica, também nestes dias as visitas eram realizadas quando as *gentes* de *cá* e de *lá* moravam próximas. Parece haver, aqui, uma tentativa de

recriação de encontros antes constantes e agora esporádicos e distantes.

Na *vida* e na *morte*, tanto para quem *ficou* como para quem *partiu*, as doenças e os falecimentos tendem a assumir uma importante centralidade nas visitas, nas proximidades e nos distanciamentos. Nesses momentos, e nos *cemitérios*, filhas e filhos e mães e pais *visitam-se* e possibilitam o *encontro* de *corpos* e de “almas” vivas/mortas, fazendo reviver *pedaços* do passado que se misturam ao presente e seguem o *vento* rumo ao futuro.

A *presença*, à frente do túmulo, do familiar distante... Compensação pela *ausência chorada, lamentada*, recordada e longe... A *ausência*, em frente, de vida. *Compensação* pela morte só, à distância e sentida. *Presença* em quem fica, nas *gentes* próximas e nas *gentes* distantes. Nos lugares delas.

De cá, de lá e acolá.

Sim! As falecidas e os mortos ficam onde são sepultados... Mas nem isso parece mais verdadeiro.

Em Rondonópolis, já há alguns anos, com a terceirização – e privatização – dos serviços do “Cemitério da Vila Aurora”, o principal da cidade, o corpo do irmão de Antônio e Horácio, se ali tivesse sido enterrado, talvez *participaria* de nova mobilidade. É que, depois de três anos sem o pagamento da taxa anual do terreno onde ficam os túmulos, o caixão é aberto e os ossos são ensacados e depositados na ossaria.

Nada mais justo, não? O não pagamento acarretando a perda do terreno...

Nada mais *lógico* transformar em relação de mercado o que ainda pertencia ao “mundo transcendental”, do “espírito”, da “alma”. Relação entre *coisas* mediadas pelo dinheiro: se pagar, o familiar *ausente* permanece *presente*; se não pagar, o familiar *ausente* fica mais *ausente* ainda, misturado em meio a outros “ossos indigentes”.

Nada mais “óbvio”, portanto, que o *sistema produtor de mercadorias*²⁹ transformar, também para os vivos, a morte em mercadorização para as *gentes presentes* e as *ausentes*. E também a *pós-morte*. Ex-corpos vivos, principalmente de trabalhadoras e de trabalhadores, feitos poder de barganha para empresários de túmulos, *empresários de ossos*.

Redundante e prolixo é dizer que a memória das pobres e dos pobres vai, literalmente, também ali, *pro* saco, como também das ricas e dos ricos quando a descendência esquecê-los divertindo-se no *shopping center*, que fica *bem ali*, e terão seus nomes arrancados da placa de metal e serão *misturados*, sem *status* e sem *pena*, aos ossos *miseráveis* na sala dos

esquecidos. Porque o *mundo do dinheiro* não poupa nem as *gentes* que nele mais concentram, através da exploração e apropriação do *mais-valor*.

O *mundo da mercadoria*, feito *mundo-dinheiro*, inundou, a partir da universalização do trabalho abstrato³⁰, os *platôs* até então quase impenetráveis do humano. Humano vivo. Humano morto.

Se o *destino* do irmão de Antônio e Horácio – morto em Rondonópolis – foi se *encontrar* com o pai e depois com a mãe, em cemitério da pequena cidade do oeste paranaense, o que dizer sobre os destinos de Ana, João, Antônio, Bibiana, Licurgo, Alice, Maria, Werner e Rodrigo, além dos familiares no sul, vivos? Em especial quando a mercantilização da vida – e da morte – parece se apresentar como um movimento quase inexorável?

A permanência e a migração, como *ficam*?

Tanto para quem *partiu* como para quem *ficou*, parece prudente dizer que, para *partir* ou para *ficar*, pesam questões ligadas às *expectativas positivas* de *inclusão*, de um lado, e *expectativas negativas* de *exclusão*³¹, de outro. Isso, como ponto de partida.

Indubitavelmente, mesmo com a propalada “globalização”³², a homogeneização das relações – e portanto dos lugares – parece absurda e, no real, não passa de discurso e de *ficção ideológica*. Em termos econômicos, o aprofundamento da “guerra dos lugares”³³ mostra que, se por um lado o poder de barganha do Estado é ainda fundamental, por outro tende a demonstrar que as escolhas do capital também se pautam sobre “velhos” componentes, como localização, transporte, comunicação, matérias primas e mão-de-obra barata e/ou qualificada, ao lado das isenções e incentivos fiscais...

O que dizer, então, das “escolhas” de lugares para mulheres e homens que trabalham?

Rodrigo *sonha* com Roraima; já trabalhou em Paranatinga, Primavera do Leste e em fazendas de outros municípios do Mato Grosso. Ana e Maneco *pensam* no “nortão”; ele, já *perambulou* por lugares vários do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso. Mas é “brasileiro”. João, caso tudo dê errado em Rondonópolis, voltará para o Rio Grande do Sul. A irmã, mãe e pai de Bibiana, retornaram para a terra natal...

Por que, hoje, *gentes vão* e outras *ficam*?

“Escapar” à complexidade da pergunta é responder, simplesmente, que *sempre foi assim*...

É possível, no entanto, dizer que, a partir do que se *viu*, *ouviu* e *sentiu* junto a gaúchas e a gaúchos trabalhadores em Rondonópolis e de

familiares no sul, que qualquer análise, *diagnóstico* e *prognóstico* sobre a migração, deve primar pela análise *multidimensional*³⁴. Escalas de tempo e de espaço múltiplas³⁵, também, devem participar da construção de *leituras* mais próximas de complexidade que cada migração abarca. A constituição de *redes sociais* entre os lugares, o (des)enraizamento, a (des)re-territorialização (mito, ou não) – que não pressupõem, necessariamente, a mobilidade espacial, pois a *condição operária* desenraíza e a *desterritorialização* pode ocorrer na *i-mobilidade*³⁶ –, e os sentimentos de *pertencimento* e *estranhamento*, devem ser integrados à análise ao lado de questões econômicas e políticas, como a *flexibilização* e *precarização* do trabalho, o desemprego, o *fechamento* de lugares para (i/e) migrantes, o controle e o poder...

Porque as trabalhadoras e trabalhadores que migram ou que ficam não são apenas “seres econômicos” ou “seres políticos”... São mulheres e homens por inteiro, “um somatório das mais diversas condições sociais e identidades étnico-culturais”³⁷.

E aqui aprendi, singela e modestamente, que os sujeitos deste trabalho, trabalhadoras e trabalhadores, transcendem o economicismo e a vulgarização de *interpretações* que desconsideram o *olhar* e o *sentir*, de um lado, e o mercado e o Estado, de outro. Porque, fundamentalmente, as *gentes* dos lugares – de *cá*, de *lá* e de *acolá* – devem ser compreendidos nas suas *relações sociais*³⁸ próximas e distantes, o que necessariamente passa pela observação e análise dos sujeitos enquanto família, lugar, cidade, estado, trabalho, mercado, festa, *nas segundas e sextas-feiras, nos sábados e nos domingos*.

E *cá*, *lá* ou *acolá*, cada uma e cada um vai tentando fazer do *jeito* do lugar o seu *jeito*, para fazer parte como sujeito de um lugar melhor. Se não der ali, talvez dê *acolá*. Nos lugares, vão buscando *sentidos* para o viver e *filosofam*, magicamente, sobre as *coisas* e as *gentes*, sobre o *espaço* e o *tempo*. E falam, *ao pé do ouvido*, rindo, chorando ou soluçando, que muitas esperanças e projetos dos tempos e lugares *deixados* ficaram pelo meio do caminho. Ao falar, então, *denunciam* que esperanças e projetos passados foram isso apenas, sem um futuro – *cá* ou *lá* – correspondente.

Falam, nas salas de frente ou do fundo, nos quintais, na mesa de boteco, na sala de aula, no escritório da loja, na cozinha ou na varanda, que a *história dos vencidos* – e seus lugares – não pode e não deve passar no silêncio, mas ser preenchida pela “esperança que não pôde cumprir-se”³⁹, despertando “no passado as centelhas de esperança”⁴⁰.

Mesmo *preocupados*, e cada vez mais, as *gentes* de cá e de lá parecem buscar, em cada *pedaço* de seus lugares, mais e novos sentidos para o viver.

Rodrigo, sem emprego e com a visão fraca, *sonha* com Roraima, enquanto brinca com a neta menor.

Bibiana, mãe e trabalhadora da educação, *é o lugar chegado* e *sonha* em visitar o *lugar deixado*.

João, à espera de caminhões quebrados, *despreocupa-se* pescando. Prazer dele.

Licurgo e Alice, no pátio da casa, preocupados com os filhos e netos, *sonham* com o bem deles.

Werner e Maria, em casa ou no trabalho, *ajudam* os filhos a viver enquanto lamentam a *politicagem da política*.

Antônio, movido pela *paixão* ao lugar, trabalha para um apaixonar-se *sempiterno*.

Ana e Maneco, sentados em banquinhos de madeira ou nas cadeiras de fio, planejam o futuro e sentem o presente se distanciar do passado como o vento quase nulo no paradeiro das folhas imóveis.

Familiares no sul, também preocupados com as *coisas* de *gentes* sulistas, esperam notícias. Esperam visitas. *Causos*...

Na alegria e na tensão. Na angústia e na saudade.

Nos lugares que *se fazem*, *se refazem* e *se desfazem*.

No *fazer* e no *pensar* humanos. *Migrantes*. *Ficados*.

*

Aqui, então, o que fica?

Ficam *partes* de lugares, de sujeitos e seus *jeitos*. Ficam *gentes* da migração gaúcha para Rondonópolis. *Gentes* dos lugares *deixados* e dos lugares *chegados*.

Ficam reproduções teóricas e metodológicas. Alguma produção... Ficam reproduções de *ditos* e de *não ditos*. Ficam representações. Ficam acertos e erros. Ficam questões fechadas e questões em aberto. Ficam pequenas certezas e grandes dúvidas.

Ficam partes e mais partes produzidas e reproduzidas.

Mas não ficam por inteiras e inteiros as mulheres e os homens deste trabalho. Porque isto é parte da ciência. Não são os sujeitos. São *leituras* deles.

As mulheres e os homens trabalhadores dos lugares da migração gaúcha para Rondonópolis são *maiores* que este *vão* livro. Cada uma e cada um, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, no Paraná ou em qualquer outro rincão, brasileiro ou não, foram e vão *tocando* a vida. Não esperaram as entrevistas para que eu produzisse *meu* trabalho.

Essas mulheres e esses homens, definitivamente, não cabem aqui... Aqui apenas está um pouco de suas vidas, alegrias, angústias, lugares, palavras, sonhos... *Pedaços* de vidas, de *gentes* e de lugares.

Espero, contudo, que este livro não seja *apenas* mais uma “amputação”. Igual ao braço amputado de “João Caré”. Na guerra. Em uma *mobilidade* que não sabia muito bem para que servia, nem para quem e muito menos o porquê.

Na guerra, como *aqui*, os *Joãos* e *Marias Carés*, as pobres e os pobres da frente de batalha, trabalhadoras e trabalhadores, nunca recebem soldo. Nem saldo. Nem aquelas e aqueles que *vão* e nem aquelas e aqueles que *ficam*. As medalhas e as honrarias, só para as ricas e os ricos.

Joãos e *Marias Carés*, labutando na *transitoriedade migratória*, voltam “à vida antiga”. Acostumam-se com o lugar. *Ajeitam-se* de novo. Agora, “com um braço amputado”, já não são as mesmas e os mesmos.

Mas, “Graças a Deus me cortaram só o braço. / E meio rindo ele mostrava sua china, que tinha um filho no colo e outro na barriga”. Não lhes cortaram, portanto, o *sêmen*. Nem o *óvulo*.

No *colo* e na *barriga* está a espera.

A esperança.

A vida.

Assim, nos lugares *deixados* e nos lugares *chegados*, trabalhadoras e trabalhadores das *guerras* e das migrações se *ajeitam* como *sujeitos* dos *jeitos* dados, encontrados, produzidos e reproduzidos.

Na dominação e na exploração. Na vida e na morte. Nas tensões e na saudade. Nas *gentes* próximas e nas distantes...

“Por essa e por outras foi que a raça dos Carés continuou”.

*

Obrigado, Erico Verissimo! Levou-me às *Marias* e *Joãos Carés*. Da poesia.

Obrigado, *Marias* e *Joãos Carés*! Levaram-me mais próximo de suas andanças, seus lugares e suas *gentes*.

- 1 Em Maria Geralda de Almeida (2003, p. 73).
- 2 Conforme Henri Lefebvre (1983, p. 69 e 200).
- 3 Em bela passagem de Mauro Maldonato (2004, p. 144).
- 4 Para Henri Lefebvre (1983, p. 23), “O signo e a significação a nível da palavra se desprendem das coisas e do saber em geral, para tornarem-se autônomos. O signo não é senão a representação de uma representação. Quando se olha um objeto como representando outro, esse objeto se chama signo e tem função de signo”.
- 5 Em espanhol: “El lenguaje “es” una presencia-ausencia, presencia evocada, ausencia llenada” (Henri Lefebvre [1983, p. 99]).
- 6 *Idem*, p. 100 e 204.
- 7 Alexander Romanovich Luria, *apud* Elizabeth dos Santos Braga (2000, p. 69-70).
- 8 De Begag e Chaouite, *apud* Ademir Pacelli Ferreira (1999, p. 34).
- 9 Henri Lefebvre (1983, p. 46).
- 10 De Luce Fabbri, em Margaret Rago (2001, p. 299).
- 11 Conforme Maurizio Gnerre (1998, p. 20 e 22). Ver, também, Claude Raffestin (1993, p. 99), que acentuou: “O grupo dominante que impõe seu modo de produção impõe também sua linguagem, pois a língua também é trabalho. É, na verdade, puro trabalho humano”.
- 12 De acordo com Helena H. Nagamine Brandão (1996, p. 10).
- 13 Conforme Henri Lefebvre (1999, p. 44-45).
- 14 *Idem*, p. 60.
- 15 Sobre *progresso* e outras palavras que exprimem forte conteúdo ideológico, ver Maurizio Gnerre (1998, p. 20).
- 16 Henri Lefebvre (1983, p. 9, 28, 42 e 70).
- 17 *Idem*, p. 70-72.
- 18 *Idem*, p. 52.
- 19 *Idem*, p. 90.
- 20 Conforme Eulina Pacheco Lufti, Suzanna Sochaczewski e Teresa Cabral Jahnel (1996, p. 89).
- 21 Henri Lefebvre (1983, p. 89 e 57).
- 22 Jurandir Freire Costa (2000, p. 54), sobre as brasileiras e os brasileiros, sobre o Brasil, ressaltou que “Possuímos o magnífico instrumento da linguagem, que nos permite construir cenários hipotéticos como guias para as ações futuras; possuímos uma imaginação extremamente poderosa, que nos faz, muitas vezes, encontrar saídas onde víamos, apenas, impasses; possuímos, enfim, algo fantástico que é a memória dos fatos humanos, registrada de mil formas e que, mais do que nunca, está à nossa disposição. Podemos fazer com isso verdadeiros “milagres”, ou seja, fazer surgir o “imprevisto”, o que não obedece a nenhuma lei determinística”.
- 23 De acordo com Henri Lefebvre (1983, p. 69).
- 24 *Idem*, p. 91.
- 25 *Idem*, p. 185.
- 26 *Idem*, p. 63.
- 27 De Olivier Corpet, *apud* Eulina Pacheco Lufti, Suzanna Sochaczewski e Teresa Cabral Jahnel (1996, p. 87).
- 28 Henri Lefebvre (1983, p. 51).
- 29 A partir de Robert Kurz (1993).
- 30 Conforme Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001).
- 31 A discussão sobre se a questão é *inclusão* ou *exclusão* é conhecida; mas, se do interesse, vem José de Souza Martins (1998) e Norbert Trenkle (1998).
- 32 Um mito, segundo Paulo Nogueira Batista Júnior (1997).
- 33 Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001).
- 34 Ou de uma “compreensão mais **multifacetada** das formas de mobilidade espacial da população brasileira” (Helion Póvoa Neto [1998, p. 221], grifo meu).
- 35 Escalas do *corpo, casa, comunidade, espaço urbano, região, nação e global* (Neil Smith, 2000) e, “a multiplicação de escalas de observação é suscetível de produzir um ganho de conhecimento do momento em que se postula a complexidade do real e sua inacessibilidade” (Bernard Lepetit, 1998).
- 36 *Enraizamento e desenraizamento operário*, em Simone Weil (1979), e *(des)territorialização* na mobilidade e na *i-mobilidade*, e o mito correspondente, em Rogério Haesbaert (2004).
- 37 Rogério Haesbaert (2004, p. 249).

38 O bonito texto de Simona Cerutti (1998), sobre a reconstituição de “grupos sociais a partir das relações que ligam os indivíduos” (p. 183), foi-me muito importante; ali também destacou: “O indivíduo pode ser visto como um ser racional e social que persegue objetivos; as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém. Eles se situam portanto na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades que caracteriza a vida social. Numa tal perspectiva, o centro de análise será constituído pelo próprio processo social – e portanto pelas interações individuais nos diferentes contextos sociais – e não apenas nas instituições” (p. 189).

39 Com base em Walter Benjamin, Jeanne Marie Gabnebin (1993, p. 63).

40 Walter Benjamin (1993, p. 224).

O espaço e o vento... E o tempo
(Pós-escrito)

29 de julho de 2004.

Tarde de quinta-feira.

Periferia de Rondonópolis.

O sol lá de cima despeja, aqui em baixo, seus raios arrebatadores. O chão está seco. Pelas ruas do bairro Tancredo Neves, sem pavimentação, a poeira levanta e abaixa a cada passar de veículos, bicicletas e gentes. O ar, igualmente seco, deixa as narinas sem umidade. Mulheres e crianças, com alguns homens, “vigiam” de frente de suas casas, sentados em cadeiras de madeira ou de fio. Em alguns botecos de esquina – porque ficam nelas –, só homens espreitam a biritá e a poeira.

Sigo uma rua à procura da casa de Ana, o pai Maneco e o filho Pedro. Mais de dois anos me separam dali e, por isso, tenho dificuldades em encontrar a rua e a casa certas. Percorro outra rua. Mais outra. Desço e subo. À direita e à esquerda. Nada. Ou tudo, menos a casa que procuro.

‘Será que estou no bairro certo?’ Pergunto a mim mesmo e a alguns meninos que brincam de empinar *papagaio*.

A resposta: “é, o Tancredo Neves é pra lá mesmo, tá certo, porque aqui é o Parque Universitário”.

“Valeu, obrigado!”

Dou meia volta e retomo as mesmas ruas...

Mas, e se Ana, o pai e o filho mudaram dali e os novos donos demoliram as casas? Porque as árvores, todas elas e mesmo sem lembrar muito de seu verde e de suas sombras, aparecem-me bem maiores do que há dois anos.

Talvez tenham mudado para outra rua. Ou para outro bairro. Ou voltados para o Rio Grande do Sul, ou para o Paraná. Ou ido para o “nortão” ou para Rondônia. Ou para a Bahia...

A angústia, para além do sol e da poeira, *embriaga-me*.

Viro uma esquina até então desprezada. Ando alguns metros e, à direita, avisto a casa de Ana. Ao lado, a casa do pai.

Que alívio. Que bom!

Reduzo a marcha da moto e me aproximo. Ana, Maneco e um rapaz, que não conheço, estão sentados na área. Estaciono. Tiro o capacete e Ana e Maneco me reconhecem.

“Que bom vê-los!”

Descubro que a terceira pessoa é o filho mais velho de Ana que morava no Paraná. Veio para o Mato Grosso *tentar a sorte*. Estava de saída para uma entrevista em empresa no centro. Arrumou-se, penteou o cabelo e com uma agenda e pasta nas mãos foi até o ponto de ônibus. “Boa sorte”. “Até mais”.

Se o filho mais velho deixou o Paraná, o mais novo, Pedro, casou e já tem um filho. Já não mora mais ali. Vive em Itiquira.

Deixo os filhos... Vou ao pai e avô Maneco.

Sentado em uma cadeira de fio, Maneco está bem mais magro. Os dois últimos anos parece não terem feito muito bem a ele. Os ossos do rosto estão mais salientes. O cabelo grisalho diminuiu de volume e tamanho. Nos braços e nas pernas, a pele parece sentir a falta dos músculos. Seus olhos azuis contrastam com pequenos “pingos” avermelhados em seus cantos.

Seus pés não encostam o chão: em frente à cadeira, outra dá sustento às pernas também mais finas e cansadas. Mas, caprichosamente, o bigode bem aparado se move junto ao lábio superior, acompanhando a conversa que passa do português para o alemão, do alemão para o português.

Ana, atendendo um pedido do pai, vai até a cozinha e prepara o café.

Enquanto a filha não volta, Maneco vai *desfiando* alguns *causos* da vida... Repete, ali, boa parte de nossas conversas anteriores. Agora, com pausas mais demoradas, com silêncios mais profundos e com o olhar mais distante.

A volta da filha faz com que sintamos a mistura do café com o calor da tarde rondonopolitana, com o *pouso* inevitável de algumas partículas de poeira.

A horta, em frente à casa de Maneco, está um pouco mais descuidada. Certamente não por ele ou por Ana, mas pela falta de chuva que não aparece há mais de três meses.

Ana fala da filha que mora em bairro próximo.

Ana fala do filho que casou. Ele visitou a casa da mãe e do avô no fim de semana.

Ana fala do filho que deixou o Paraná. Quando pequeno, deixou mãe, pai, avô, irmã e irmão, para morar junto com a avó no oeste paranaense.

Agora está ali, à procura de trabalho. Preocupado.

Ana fala de Ana.

Foi, por um ano e alguns meses, uma sem-terra! Fez seu o *movimento dos trabalhadores rurais sem terra*. O MST.

“Queria ver como que era”. Ficou morando em barraco de lona preta. “Como é sofrido... Mas valeu à pena”.

Nos primeiros meses de acampamento, *perdeu* o marido. Ele chantageou: “ou eu ou o movimento”.

Ana ficou *só*.

Mas conquistou centenas de companheiras e companheiros. Todas e todos se ajudavam. “Era uma coisa tão bonita”.

Já estava no *chão* do latifúndio quase *repartido* quando recebeu, de uma companheira, a notícia de que o pai, Maneco, estava passando mal. Em casa. Correu. Conseguiu com um companheiro a carona até a rodovia, mas antes teve que carregar o bujão de gás de cozinha até o carro porque o veículo era a gás e a carga do dono estava a zero. Outra companheira também disponibilizou o seu botijão meio cheio meio vazio.

No asfalto, ficou horas e horas tentando conseguir uma carona até a cidade.

Chegou em casa e encontrou o pai em estado difícil. Só melhorou no hospital...

Resolveu, pelo pai, *desistir*, momentaneamente, do lote que lhe cabia.

Agora está ali, ajudando o pai a viver.

Viveu e fez o movimento. Anotou, registrou... *Escreveu* o movimento.

Literalmente! Durante mais de um ano, Ana fez surgir em dois cadernos os relatos de sua experiência. Faltava, apenas, escrever sobre a *desistência*.

Escrevia de dia e à noite. No acampamento em Rondonópolis e nas ocupações do Incra em Cuiabá. E perguntavam: “o que você tá escrevendo?” E respondia: “o que tamo fazendo, pra não esquecer”...

O pai, ao lado, escutava e *matutava*... O vento lá fora era quase nulo.

“Ela não merece o pai que tem... Devia tê um pai melhor”.

Maneco, o pai, sentado a dois metros da filha, em português e alemão, recomeça a falar de si, da filha, dos outros filhos, dos lugares passados e da vida presente.

Ana, de cabeça baixa, ouve calada. Soluça. Chora...

As lágrimas *transitam* entre os olhos e o chão acimentado, parecendo demonstrar o percurso de uma vida: do nascer *molhado* do ventre materno à aspereza e dureza dos lugares e tempos vividos.

Maneco em *pausa*... Os olhos umedecidos.

“Fazê o quê? A vida é assim... Mas ela merecia um pai melhor”.

O pai silencia. A filha também.

Silenciamos...

Falo, então, de minha ida para o Acre, do trabalho e das *gentes deixadas e encontradas*. Falo, com extrema sinceridade, que ela e ele, junto com outras e outros gaúchos em Rondonópolis e familiares no sul, foram companheiras e companheiros *extraordinários* nos últimos quatro anos, quando me *debrucei* sobre suas vozes, seus lugares e suas vidas...

Sorriem.

Ana enxuga as últimas lágrimas.

Maneco: “que bom que a gente ajudô”...

A tarde está findando.

Olho para o relógio. Digo, “já vou”.

“Mas é cedo”...

“Devo voltar no fim de ano de novo”.

“Que bom que o senhor veio, eu até falei pro pai um dia: ‘onde será que anda o professor?’”

“Foi bom ver vocês”...

Sentei na moto, coloquei o capacete e parti.

Fui pensando: ‘e agora, quanta coisa mudou: Maneco adoeceu; Ana *foi* parte do movimento das e dos sem-terra; Pedro, o filho mais novo, casou, é pai e mora em outra cidade; e o filho, do Paraná, voltou junto da mãe’.

‘Mudo minha tese?’

E continuei pensando: ‘as *gentes* que entrevistei, assim como Ana, Maneco e Pedro, hoje, já são outras... E poderia ser diferente? Ficariam imóveis, esperando eu terminar a tese, um pós-doutorado, uma livre docência e assim por diante?’

Não...

Sim, sim e sim!

Ana e Maneco – e certamente todas e todos os demais, gaúchas e gaúchos em Rondonópolis e familiares no sul – estavam vivendo. Estavam vivos.

Sim, viviam.

E como era *simples*: comecei a comparar o que ouvi, vi e senti no rápido reencontro com Ana e Maneco com a minha própria vida... Eu também vivia. Também estava vivo.

‘E quanta coisa mudou em dois anos’, pensei.

Deixei Rondonópolis para viver em Rio Branco. Meu filho cresceu, minha filha está para nascer e minha companheira tenta se *acostumar* com o lugar *chegado*...

E foi assim, *embalado* por uma tarde quente e empoeirada de meados de dois mil e quatro, em Rondonópolis, que me veio a inspiração para o título de *meu* trabalho.

O espaço e o vento! (Também porque já existia algo próximo: “o tempo e o vento”.)

Porque o *vento* me *sopra* a melhor metáfora para o movimento. O vento leva, o vento trás, sopra *pra* cima e *pra* baixo, *pra* qualquer lado...

O vento que *sopra* as *gentes* de *cá* para *lá*, *dali* para *acolá*.

O vento que *sopra* o frio do sul e que *sopra* o calor do Mato Grosso. E do Acre.

O vento que *trás* as respostas, mas que também *trás* as dúvidas.

O vento que *faz* voar as pipas, os *papagaios*, as *pepetas* ou as pandorgas...

Foi daí que me dei conta da coincidência com o título de *meu* mestrado: *o vôo das pandorgas!*

Vôo *vento*. Vento *vôo*.

O vento que *soprou* palavras para a meu trabalho.

O vento que *soprou pedaços* de vida de mulheres e homens de *vidas migrantes*. Porque *migra*, também, o *vento*.

E também assim fui lembrando de uma passagem da bela biografia de Simone Weil, escrita por Ecléa Bosi, em que outra Simone – de Beauvoir – passa a *admirar um coração* aprendiz. Simone de Beauvoir, sobre Simone Weil, escreveu:

Ela me intrigava por causa de sua grande reputação de inteligência e seu modo extravagante de vestir-se: perambulava no pátio da Sorbonne escoltada por um bando de antigos alunos de Alain; trazia sempre no bolso de seu blusão um número de *libres Propos* e, no outro, um número de *L’Humanité*. Uma grande fome acabara de devastar a China e me haviam contado que ao ouvir essa notícia ela tinha soluçado; essas lágrimas forçaram meu respeito ainda mais que seus dons filosóficos. Eu admirei um coração capaz de bater através do universo inteiro. Consegui um dia me aproximar dela. Não

sei mais como a conversa se travou: ela declarou num tom cortante que só uma coisa importava hoje sobre a terra: a Revolução que daria de comer a todo mundo. Retorqui, de modo não menos peremptório, que o problema não era fazer a felicidade dos homens mas de encontrar um sentido para sua existência. Ela me atalhou: ‘Vê-se bem que você nunca passou fome’.

Lendo, vejo-me uma “Simone de Beauvior” diante de Ana, a *minha* “Simone Weil”...

Ana, no entanto, parece não ter grandes professores, não lê grandes clássicos e talvez não saiba de grandes fomes no mundo...

Mas Ana soluça e faz surgir lágrimas em seu rosto de cozinheira, de mãe, de dona-de-casa, de filha do pai Maneco doente. De *sem-terra* que *desistiu* da luta para cuidar do pai. Para preparar sua comida...

Ali, naquela tarde de julho, ela também declarava, “*num tom cortante, que só uma coisa importava hoje sobre a terra: a Revolução que daria de comer a todo mundo*”.

“Todo mundo”, ali e para Ana, era o pai.

Ensinou-me, assim e simplesmente, *pedaços* de Revolução.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Tereza Coni. **Urbanização em Mato Grosso. Um exemplo: Rondonópolis**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia – UFRJ, 1980.

AIRES, Maria de. Dona Lourdes em Dom Pedrito. Revista **Cosmos**. Ano II, vol. II, nº 2. Presidente Prudente: FCT – Unesp, 2004, pp. 52-53.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Espaço, cultura, trabalho e violência no Vale do Juruá – Acre**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História – PUC, 2001.

ALMEIDA NETO, Domingos José de. **“Aos trancos e barrancos”: identidade cultural e resistência de ex-seringueiros na periferia de Rio Branco – Acre (1970-1980)**. Recife: PPGH-CFCH-UFPE, 2001.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro JP (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, pp. 71-88.

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro JP (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 77. São Paulo: AGB, abril-2001, pp. 7-28.

AMADO, Jorge. **Seara vermelha**. 42ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

AMORIN FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel – EdUFSCar, 1999. 2ª ed, pp. 139-152.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANTES, Antonio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: EdUnB; Paris: ORSTOM, 1988.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Tempo e indivíduo na modernidade: o sentido da morte. **História em debate: problemas, temas e perspectivas**. Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História. Rio de Janeiro, 22 a 26 de julho de 1991, pp. 249-255.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10ª ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.
- BARP, Wilson. A formação das categorias sociais subalternas na Amazônia e a reconstituição de sua identidade no novo espaço social e ambiental. Revista **Reforma Agrária**. N. 1. V. 22. ABRA, jan/abril, 1992, pp. 28-38.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Mitos da “globalização”**. São Paulo, setembro de 1997, *digitado*. (Publicado na Série Assuntos Internacionais).
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 319-367.
- BECKER, Olga Maria Schild. O significado das migrações em sociedades periféricas: comentários a partir do caso brasileiro. **Revista Geografica**. N. 104. México, julho/dezembro, 1986.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.
- BONASSI, Margherita. **Canta, América sem fronteiras! Imigrantes latino-americanos no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

- BONVINI, Emilio. Tradição oral afro-brasileira: as razões de uma vitalidade. Revista **Projeto História**. N. 22. São Paulo: jun., 2001, pp. 37-48.
- BORUSZENKO, Oksana. “Colonização e imigração no Paraná”. **Espaço Plural**. Marechal Cândido Rondon – PR: Cepedal/UNIOESTE, 2000, pp. 2-3.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. Cultura e desenraizamento. In: **Cultura Brasileira – temas e situações**. (s/d).
- _____. **Memória e sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. Memória na cidade: lembranças paulistanas. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 145-149.
- _____. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. **Simone Weil: a razão dos vencidos**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. Ao leitor. In: _____. **A miséria do mundo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 9-10.
- _____. Compreender. In: _____. (Coord.). **A miséria do mundo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 693-733.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **Sociologia**. Organizador: Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. Um analista do inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998, pp. 9-12.
- BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória**. Ijuí: EdUnijuí, 2000.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As faces da memória**. Campinas: Centro de Memória-Unicamp.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 5ª ed. Campinas: EdUNICAMP, 1996.
- BRESCIANI, M. Stella. “Cidades: espaço e memória”. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 161-166.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A mundialidade do espaço. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 121-134.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 1979.
- CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turin no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 173-201.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar & botequim**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Revista **Estudos Avançados**. N. 11. São Paulo: USP, 1991, pp. 173-191.

CHAUÍ, Marilena. “Política cultural, cultura política e patrimônio histórico”. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 37-46.

_____. Amizade, recusa do servir. In: LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 173-239.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Cultura e democracia**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 2 ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CLEAVER, Harry. **Leitura política de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CORDEIRO, Leny; COUTO, José Geraldo (orgs.). **Quatro autores em busca do Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. Entrevista com Jurandir Freire Costa. In: CORDEIRO, Leny; COUTO, José Geraldo (orgs.). **Quatro autores em busca do Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, pp. 31-55.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Os cemitérios e a espacialização da morte. In: ALMEIDA, Geralda; RATTI, Alecsandro JP (orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, pp. 237-260.

CRIADO, María Jesús. “Historias de vida: el valor del recuerdo, el poder de la palabra”. **Revista Migraciones**. Nº 2. Madri – Espanha: Universidad Pontificia Comillas, 1997, pp. 73-120.

CRUIKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 2ª ed.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma dimensão necessária. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 9-11.

- DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DEBIAGGI, Sylvia Dantas. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornadas dos EUA para o Brasil. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (orgs.) **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 135-164.
- DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (orgs.) **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel – EdUFSCar, 1999.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, pp. 139-171.
- ESTRELA, Ely Souza. **Os sampaulenses: cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Fapesp; Educ, 2003.
- FEIX, Plínio José. Movimentos sociais de luta pela terra: em busca do sonho não realizado. In: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (orgs.). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002, pp. 81-101.
- _____. **Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis – MT**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2001.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; HUSE, Donna. Entre a saudade da terra e a América: memória cultural, trajetórias de vida e (re) construções de identidade feminina na intersecção de culturas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As faces da memória**. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, s/d.
- FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. **História & Perspectiva**. Uberlândia: jan/jun. 1992, 5-23.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Os sentidos do morar: uma questão para a Psicologia Social. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (orgs.) **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 63-82.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, Milton (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 45-50.
- FERREIRA, Ademir Pacelli. **O migrante na rede do outro**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Editora TeCorá, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Coords). **Nós, os teuto-gaúchos**. 2 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- GABNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em W. Benjamin**. São Paulo: Perspectiva; Fapesp; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- _____. **Walter Benjamin**. 2ª ed. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- GAIARSA, José Angelo. Preconceitos. **Caros Amigos**. Ano VII, N. 83. São Paulo: Editora Casa Amarela, fevereiro de 2004, pp. 44-45.

GALETTI, Lylia S. Guedes. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. **Textos de História**. Revista de Pós-Graduação em História. V. 3. N. 2. Brasília: UnB, 1995, pp. 48-81.

_____. **O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: Departamento de História, 1996.

GARCEZ, Pedro M. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. *In*: LOPES, Luiz Paulo da Moita; BASTOS, Liliana Cabral (orgs.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002, pp. 83-95.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **A memória de migrantes mineiros em uma cidade industrial (Franca – 1960-1980)**. Dissertação de Mestrado. Franca – SP: Programa de Pós-Graduação em História-UNESP, 1996.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: Ediciones Era, 1979.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOETTERT, Jones Dari. **“O vôo das pandorgas”: migração sulista para Rondonópolis – MT**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2000.

_____. A festa: espaço de múltiplos tempos. **Caderno Prudentino de Geografia**. N. 21. Presidente Prudente: AGB, 1999b, pp. 135-145.

_____. Aos “vadios, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. Revista **Formação**. N. 9. V. 2. Presidente Prudente: PPGG-UNESP, 2002, pp. 251-286.

_____. Expansão e territorialização do capital monopolista no Mato Grosso. **Revista de Geografia – UFMS**. N. 10. Campo Grande: UFMS, jul/dez, 1999, pp. 17-22.

_____. Fim da utopia. Revista **Nova Imprensa**. N. 19, Ano IX. Rondonópolis, 1995, p. 58-59.

_____. Migrantes, trabalho e representações. *In*: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (orgs.). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002b, pp. 149-169.

GOETTERT, Jones Dari. Mobilidade do trabalho: sulistas em Rondonópolis (MT). **Caderno Prudentino de Geografia**. N. 23. Presidente Prudente: AGB, 2001, pp. 180-205.

_____. Primavera do Leste – MT: “uma cidade sem passado”. Revista **Coletâneas do Nosso Tempo**. V. I. N. 6. Rondonópolis: Departamento de História, 2003, pp. 21-38.

GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (orgs.). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002.

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. ... E se Feyerabend tiver razão?. Revista **Cosmos**. Ano II, vol. II, nº 2. Presidente Prudente: FCT – Unesp, 2004, pp. 8-10.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 95-124.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Histórias locais, variedades e possibilidades**. Maringá – PR: Departamento de História/UEM, 1998. Mimeo.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GREGORY, Valdir. Colonização e fronteiras: o caso do Estado do Paraná (1930-1960). In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Espaços da memória, fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000, pp. 111-133.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migração no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.

GUIMARÃES, Raul Borges. Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica. In; MELO, Jayro Gonçalves (org.). **Espiral do espaço**. Presidente Prudente [s.n], 2003.

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, desterritorialização e identidade**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. *In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 157-160.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HARNECKER, Marta. **O Capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: Global, 1978.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000.
- HELLER, Agnes. **A filosofia radical**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **O cotidiano e a história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. Anotações sobre a evolução econômica de Caxias do Sul. *In: MAESTRI, Mário (Coord). Nós, os ítalo-gaúchos*. 2 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998, pp. 210-214.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Pessoas extraordinárias**. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- _____. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **Ditadura e agricultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- JANUZZI, Paulo de Martino. **Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- KAISER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Seleção de textos**. N. 11. São Paulo: AGB, agosto 1985, pp. 25-43.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. Revista **Projeto História**. N. 22. São Paulo: Departamento de História – PUC, junho de 2001, pp. 79-103.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2ª ed; 6ª reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo**. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2002.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LA BOÉTIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LANDIM, Maria Luzia Braga. Identidade e memória: os imigrantes italianos em Jequié. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; BAHIA, Luiz Henrique Nunes (Orgs.). **Percursos da memória: construção do imaginário nacional**. Rio de Janeiro: UERJ; NUSEG, 2000, pp. 161-166.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. 7 ed. Ijuí: EdUnijuí, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEMONS, Maria Teresa Toríbio Brittes; BAHIA, Luiz Henrique Nunes (Orgs.). **Percursos da memória: construção do imaginário nacional**. Rio de Janeiro: UERJ; NUSEG, 2000.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 77-102.

LIMA, Leida Maria de Souza. **A produção camponesa e a modernização da agricultura em Rondonópolis – MT: estudo em áreas de assentamento de reforma agrária: Gleba Cascata e Projeto de Assentamento Chico Mendes/Vale do Bacuri**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

_____. O camponês migrante, a reforma agrária e a terra prometida. In: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (orgs.). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002, pp. 103-131.

LIMA, Solange Terezinha de. “Percepção ambiental e literautra: espaço e lugar no *Grande Sertão: Veredas*”. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Lívia. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel – EdUFSCar, 1999. 2ª ed, pp. 153-172.

LIMA, Venício Artur de. **Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: EdUFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LOPES, Marcos A. (Org.). **Espaços da memória, fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000.

LOUZADA, Nilson Moulin. Diferentes suportes para a memória. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 13-16.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZWESKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 87-97.

MACCARI, Neiva Salete Kern. **Migração e memórias: a colonização do oeste paranaense**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Programa de Mestrado em História – UFPR, 1999.

MACHADO, Rosa Helena Blanco. **Vozes e silêncios de meninos de rua**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAESTRI, Mário (Coord). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998.

MAGALDI, Cássia. “O público e o privado: propriedade e interesse cultural”. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 21-24.

MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EdUSP; Fapesp, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**. São Paulo: Hucitec; EdUNESP, 1998.

MALDI, Denise. Pantanais, planícies, sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 71. São Paul: AGB, 1992, pp. 43-63.

MALDONATO, Mauro. **Raízes errantes**. São Paulo: SESC; Ed. 34, 2004.

MARKUS, Maria Elsa. Trabalhadores migrantes na preparação da luta pela terra. In: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (orgs.). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002b, pp. 51-78.

_____. **Trabalhadores sem terra: “somo nós que é o movimento”**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2002a.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Viver para contar**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARTINE, George. O significado demográfico da fronteira agrícola. **Espaço e Debates**. N. 13. São Paulo, 1985, pp. 74-83.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, José de Souza (Coord.). **O massacre dos inocentes**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Não há terra para se plantar neste verão**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. O problema das migrações no limiar do Terceiro Milênio. In: **O fenômeno migratório no terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 19-34.

MARTINS, Sérgio. A cidade “sem infância”: a produção do espaço no mundo da mercadoria. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 74. São Paulo: AGB, s/d, pp. 23-46.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. *In*: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, pp. 85-170.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (1º capítulo). São Paulo: Centauro, 1984.

_____. O manifesto comunista. *In*: COUTINHO, C. N. (e outros). **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATTOS, Olgária. “Memória e história em Walter Benjamin”. *In*: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 151-156.

MEIHY, José Carlos S. Bom. **História oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEILLET, Antoine. As classes sociais e o sentido das palavras. **Leituras Sociológicas**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1987, pp. 193-196.

MELLO, Thiago de. **Estatutos do homem**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2001.

MENEZES, Gustavo Hamilton. Filhos da imigração: a segunda geração de brasileiros em Connecticut. *In*: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya Resende (orgs.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MENEZES, Marilda Aparecida de (org.). **Histórias de migrantes**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EdUEPB, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOURA, Carmen Lúcia Senra Itaborahi de. **“Homens sem terra para terra sem homens”: os posseiros na Gleba Cascata, Rondonópolis, MT, 1975-1985**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1992.

- MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec; EdPUC, 1989.
- MULLER, Keith Derald. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. 48. Rio de Janeiro: jan./mar., 1986, pp. 83-139.
- NARDES, Antonia Marília Medeiros. Implicações na espacialidade rondonopolitana. **Revista Coletâneas do Nosso Tempo**. N. 2. Rondonópolis: Departamento de História – UFMT, 1997b, pp. 237-264.
- _____. **Rondonópolis – MT: sua espacialidade reconstruída**. Dissertação de Mestrado. Brasília: FAU-UnB, 1997a.
- NASCIMENTO, Flávio Antonio da Silva. **Aceleração temporal na fronteira: estudo de caso de Rondonópolis – MT**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.
- _____. Migrações e racismos. In: GOETTERT, Jones Dari; FERREIRA, Ivanildo José (orgs.). **Migrantes em Rondonópolis: o fazer, o lembrar e o falar**. Rondonópolis: Centro de Direitos Humanos Simão Bororo, 2002, pp. 171-230.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro – 1870/1920**. São Paulo: Annablume, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. N. 10. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados de História; Departamento de História – PUC, dez./1993, pp. 7-28.
- NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Adriana Capuano de. Repensando a identidade dentro da emigração *de kassegui*. In: REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, pp. 275-307.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: _____. (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991, pp. 135-144.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Elegia para uma re(li)gião**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. Dinâmica populacional e social na Região Amazônica. **Cadernos de Estudos Sociais**. N 1. V. 11. Janeiro-junho, 1995, pp. 41-77.
- OLIVEN, Ruben George. A fabricação do gaúcho. **Cadernos CERU**. N. 1. São Paulo: USP, 1985, pp. 79-91.
- _____. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OSEKI, Jorge Hagime. O único e o homogêneo na produção do espaço. *In*: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 109-119.
- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEIXINHO, Dimas Moraes. **Onças vermelhas e amarelas – a ocupação dos cerrados e a dinâmica sócio-espacial em Rondonópolis – MT**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia-FFLCH-USP, 1988.
- PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS, 1998.
- PHINNEY, Jean S. Formação da identidade de grupo e mudança entre migrantes e seus filhos. *In*: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de. (orgs.) **Psicologia, e/imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 47-62.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Curso de Pós Graduação em Sociologia – USP; Ed. 34, 1999.

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista **Estudos Históricos**. V. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, pp. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. N. 2. V. 1. Rio de Janeiro, 1996, pp. 59-72.
- _____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo: Departamento de História – PUC, 1997b, pp. 7-24.
- _____. Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, pp. 103-130.
- _____. O que faz a história oral diferente. Revista **Projeto História**. São Paulo: Departamento de História – PUC, 1997, pp. 25-39.
- PÓVOA NETO, Helion. As migrações no mundo globalizado: recentes mudanças e tendências. **Anais** do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002.
- _____. Itinerários da mobilidade garimpeira. In: **O fenômeno migratório no terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 203-224.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Entre a história e a liberdade**: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: EdUNESP, 2001.
- RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. “Lugares da memória operária”. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 47-56.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. “Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção”. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992, pp. 167-168.

REIS, Rossana Rocha; SALES; Teresa (orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. **Pioneiros gaúchos: a colonização no norte mato-grossense**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. Índios e brancos no oeste do Paraná: fronteira ou fricção interétnica? Revista **Tempos Históricos**. N. 1. V. 2. Cascavel: Edunioeste, 2000, pp. 93-116.

RIGAMONTE, Rosani Cristina. Severinos, Januárias e Raimundos: notas de uma pesquisa sobre os migrantes nordestinos na cidade de São Paulo. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EdUSP; Fapesp, 2000, pp. 230-251.

RIZEK, Cibele Saliba. Os dados e seu sentido: algumas considerações metodológicas em sociologia do trabalho. **Caderno CRH: espaço público / questões de método**. N. 30/31. Salvador: Centro de Recursos Humanos – UFBA, 1999, pp. 319-337.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense, 1930/1990**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALES, Teresa. Identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA. In: REIS, Rossana Rocha; SALES; Teresa (orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, pp. 17-44.

SALIM, Celso Amorim. **Notas sobre capitalismo e migração na fronteira agrícola: do Paraná ao extremo-oeste brasileiro**. Belo Horizonte: VIII Concurso para Bolsas de Pesquisa sobre Assuntos Populacionais, 1988.

SANTOS, Daniel Francisco dos. **Experiências de migração de trabalhadores nordestinos – Rondônia 1970/1995**. Salvador: EGBA, 2003.

SANTOS, Elizabete dos. **Aspectos sócio-econômicos da prostituição feminina em Rondonópolis: 1960-1990**. Monografia de Especialização. Rondonópolis: Departamento de História – UFMT, 1999.

SANTOS, Milton (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996. 4ª ed.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SARAMAGO, José. **Levantado do chão**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

_____. A maldição. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 651-672.

_____. Uma família deslocada. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). **A miséria do mundo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 35-51.

SCHMIDT, Róbi J. **Cenas da constituição de um mito político: memórias de Willy Barth**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. Revista **Cidades**. Vol. 1, n. 1. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004, pp. 181-206.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Estudos Cebrap**. N. 26. Petrópolis, 1980, pp. 43-79.

SILVA, Advair Mendes. **O migrante rondonopolitano**. Dissertação de Mestrado. Rio Claro: UNESP, 1988.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

- SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, Elias da. **O papel da cidade de Rondonópolis no Complexo Agroindustrial do Sudeste de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGG-UFRJ, 1999.
- SILVA, Hélio R. S.; MILITO, Cláudia. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SILVA, José Carlos Brito (e outros). **A (re) produção do espaço agrário de Rondonópolis – MT**. São Paulo: FFLCH-USP, 1996, mimeo.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: EdUNESP, 1999.
- SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás – GO**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: PPGG-FCT-UNESP, 2003.
- SILVA, Sidney Antônio da. **Construindo sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SILVA, Solonildo Almeida da. **Lugar, paisagem e território no ensino de geografia**. Fortaleza: Premius, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: _____*. (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 73-102.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. *In: ARANTES, Antonio A. (org.). O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, pp. 132-159.
- SOUZA, Álvaro José de. **Geografia lingüística: dominação e liberdade**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Proletário e migrante: livre para a subordinação. **Revista Brasileira de Estudos de População**. N. 1. V. 3. Campinas, jan./jun. de 1986, pp. 25-39.

- SOUZA, João Carlos. **Na luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUC, 1995.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Alvares Machado na Alta Sorocabana**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1983.
- SPRANDEL, Marcia Anita. “Aqui não é como na casa da gente...”: comparando agricultores brasileiros na Argentina e no Paraguai. *In*: FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 187-207.
- SUZUKI, Júlio César. **De povoado à cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.
- SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. *In*: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: EdUnB; Paris: ORSTOM, 1988, pp. 19-37.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- _____. **Matuchos: exclusão e terra: do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TEIXEIRA, Márcio Antônio. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados**. Tese de Doutorado. São Paulo USP, 1989.
- TERRA, Osmar; LEMAINSKI, Jorge. **Desenvolvimento desigual no Rio Grande**. Porto Alegre: Gente do Livro, 2002.
- TESORO, Luci Léa Lopes Martins. **Rondonópolis – MT: um entroncamento de mão única**. São Paulo, 1993.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. Revista **Apogeo**. N. 13/14. Lisboa: Associação de Professores de Geografia, março/setembro 1997, pp. 2-9.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. Revista **Projeto História**. N. 15. São Paulo: Educ, 1997.
- TRENKLE, Norbert. Globalização e migração. In: **O fenômeno migratório no terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 35-51.
- TREWARTHA, Glenn. **Geografia da população**. São Paulo: Atlas, 1974.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.
- TURRA NETO, Nécio. **Enterrado vivo: identidade *punk* e território em Londrina**. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- VAINER, Carlos B. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. **Revista Travessia**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, nº 25, maio-agosto de 1996, pp. 5-9.
- VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento**. O Continente I. 31ª ed. São Paulo: Globo, 1995.
- VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: EdUFG, 1997.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. A fronteira como lugar de utopia. Revista **Travessia**. Ano I. N. 3. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, janeiro/abril, 1989.
- WAGNER, Carlos. **O Brasil de bombachas**. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- WAIBER, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- WANDERLEY, Vernaide; MENÊZES, Eugênia. Do espaço ao lugar: uma viagem ao sertão brasileiro. In: DEL RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel – EdUFSCar, 1999. 2ª ed, pp. 173-184.

WEBER, Regina. Memórias e estudos sobre a condição de descendente de imigrantes alemães. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Coords). **Nós, os teuto-gaúchos**. 2 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 1998, pp. 56-60.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Organização de Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Ocupação do Paraná. **Cadernos de Migração**. V. 3. São Paulo Centro de Estudos Migratórios, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 7-72.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V. 7, n. 1. Campinas: CBEP, jan/jun 1990, pp. 35-53.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**. Ijuí: EdUnijui, 2002.



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40